

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO de CIÊNCIAS SOCIAIS



A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)

Ana Isabel Marques Freire

Orientador(es): Professor Doutor José Machado Pais
Professora Doutora Mary Del Priore

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia,
Especialidade de Sociologia da Cultura, Comunicação e Estilos de Vida

2016

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO de CIÊNCIAS SOCIAIS



A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)

Ana Isabel Marques Freire

Orientador(es): Professor Doutor José Machado Pais
Professora Doutora Mary Del Priore

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia,
Especialidade de Sociologia da Cultura, Comunicação e Estilos de Vida.

Júri:

Presidente: Doutora Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida

Vogais:

- Doutor Alain Giami, Directeur de Recherche, Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, da Université Paris-Sud e Université Versailles Saint Quentin, França;
- Doutora Zília Maria Brandão Osório de Castro, Professora Catedrática Jubilada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Doutor Duarte Gonçalo Rei Vilar, Professor Associado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada;
- Doutor José António Machado da Silva Pais, Investigador Coordenador, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, orientador;
- Doutora Karin Elizabeth Wall Gago, Investigadora Coordenadora, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Esta investigação foi realizada com o apoio institucional da Fundação para a Ciência e Tecnologia, através da concessão de uma bolsa de doutoramento (SFRH/BD/79366/2011), financiada por fundos nacionais do MEC e com a duração de 48 meses.

À Salomé e ao Robert,

A Maria Antónia Fiadeiro

[...] *o Amor de um corpo ou o Amor da Revolução (para mim são um e o mesmo amor)*
Mário Cesariny

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa proporcionou-me uma viagem muito especial ao passado do meu país, a um tempo revolucionário de que tenho poucas memórias palpáveis, pois nasci em 1971. Recém-chegada desta longa expedição a este belo momento ‘presente’, quero agradecer o apoio de algumas pessoas que marcaram a minha caminhada. Começo pelo meu orientador e amigo, José Machado Pais, pela forma sempre atenciosa, inspiradora e rigorosa como ao longo destes quatro anos, escutou, leu e discutiu todas as minhas interrogações e propostas, respeitando a minha identidade e liberdade. Os seus conselhos teóricos e metodológicos foram preciosíssimos. Além disso, quando ao longo destes anos de pesquisa a falta de saúde me abalou, a sua preocupação e apoio foram verdadeiramente notáveis.

Agradeço em segundo lugar a Mary Del Priore, que orientou a partir do Brasil, mas com o maior interesse e disponibilidade, o decurso das minhas pesquisas. A sua opinião calorosa e a sua confiança no meu trabalho trouxeram-me muita força e motivação.

Anoto também o meu reconhecimento à Fundação para a Ciência e Tecnologia, que financiou este estudo, e ao ICS, instituição de excelência que me acolheu e formou ao longo destes anos. Agradeço ainda a Ana Nunes de Almeida e a Karin Wall, pelos ensinamentos preciosos numa fase inicial da pesquisa, e ao Pedro Alcântara Silva, ao Vítor Sérgio Ferreira e a Ana Horta, pela partilha de experiências em torno de métodos e ferramentas de análise.

Aproveito para prestar homenagem a Maria Antónia Fiadeiro, jornalista e chefe de redação da *Modas & Bordados* no pós-revolução, que partilhou comigo as suas memórias deste momento da sua vida. Creio que o seu papel no agendamento mediático da intimidade em Portugal nesta época, é realmente extraordinário e vanguardista.

Os meus agradecimentos também ao psiquiatra Francisco Allen Gomes, pela entrevista que me cedeu sobre o contexto de criação da consulta de sexologia em meados da década de 1970, nos Hospitais da Universidade de Coimbra. O seu contributo para a promoção da saúde sexual dos portugueses nas últimas quatro décadas é primordial.

Refiro ainda a importância da entrevista que me cedeu José Rebelo (ISCTE), bem no início deste estudo. Foi um prazer escutar as suas memórias de jornalista enviado por uma redação francesa a Portugal, para cobrir a Revolução dos Cravos.

Deixo também uma palavra de agradecimento à Luz, ao Fernando, ao Vítor, à Luísa, à Maria Emília, à Paula e ao António pelas suas narrativas autobiográficas (anónimas). Escutar as suas memórias teve um papel exploratório (muito inspirador) numa fase inicial desta pesquisa.

Termino agradecendo aos meus pais, pelo seu apoio permanente, à minha irmã, pela morosa revisão final desta tese, ao meu companheiro e à nossa filha, pela esperança, pela força e por todo o amor.

RESUMO

Esta tese questiona a mudança social da intimidade na sociedade portuguesa de transição da ditadura para a democracia, recorrendo a uma análise de conteúdo combinada (quantitativa e qualitativa) dos *discursos* em torno dos afetos e sexualidades agendados na imprensa entre 1968 e 1978.

A análise extensiva foca a evolução diacrónica do tema em mais de 1 500 artigos sobre intimidade publicados no *Expresso*, *Diário de Lisboa*, *Modas & Bordados* e *Crónica Feminina*. A análise compreensiva incide sobre uma discussão de leitoras da *Modas & Bordados*, que tem lugar entre 1975 e 1976, após a revista divulgar a narrativa autobiográfica de uma adolescente (Gisela, 15 anos), que afirma ter feito amor na noite do 25 de Abril de 1974. As cartas de apoio e censura que chegam à redação, debatem a legitimidade da sexualidade pré conjugal, questionam limites e correlações entre liberdade política/liberdade sexual, entre público/privado, entre pessoal/político. O estudo de caso do *Dossier Gisela* facilitou-nos a identificação e interpretação de perspetivas modelares – sincrónicas – das vivências afetivo-sexuais neste período de transição, marcado internacionalmente por tendências de *permissividade*, inspiradas em movimentos feministas e homossexuais, mas também nas novas propostas de representação do corpo, afetos e sexualidades, que proliferam no cinema e literatura.

Identificamos em Portugal (entre 1968 e 1978) um aumento e diversificação dos discursos afetivo-sexuais na agenda mediática, alguns deles *transgressivos* (do modelo repressivo veiculado no/pelo Estado Novo) e *reivindicativos* de novas formas de *cidadania da intimidade* (Weeks, 1998; Plummer, 2003a). Estas tendências de mudança ao nível dos afetos e sexualidades afirmam-se sobretudo em certos momentos, em determinadas esferas mediáticas (mais sensíveis às questões da igualdade de género), e em matérias específicas – *sexualidade pré conjugal*, *pornografia* e *aborto* –, potenciadoras de maior tensão, conflito e diálogo entre visões progressistas e conservadoras.

Palavras-chave: Intimidade; Imprensa; Revolução; Cidadania; Permissividade; Sexualidade pré conjugal.

ABSTRACT

Using a survey that combines quantitative and qualitative content analysis of affective and sexual discourses published in the press between 1968 and 1978, this thesis studies the social change of intimacy in the Portuguese society in transition from dictatorship to democracy.

The extensive analysis focuses the diachronic evolution of the issue of intimacy in more than 1,500 articles published in the general newspapers *Expresso* and *Diário de Lisboa* and in the women's magazines *Modas & Bordados* and *Crónica Feminina*. The comprehensive analysis focuses a debate maintained by the readers of *Modas & Bordados* between 1975 and 1976, after the publishing of an autobiographical short story, in which a teenager (Gisela, 15 years old) reveals her sexual initiation in the night of the *Carnation Revolution*. In the letters supporting and criticizing Gisela sent to *Modas & Bordados*, the readers discuss the legitimacy of pre marital sex, debate the boundaries and correlations between political freedom/sexual freedom, public/private, personal/political. This *case study* allows us to identify and comprehend synchronous perspectives on the way intimacy was viewed and experienced in this period, internationally inspired by feminist and homosexual rights movements but also stimulated by new proposals on representing the body, affections and sexualities in markets such as cinema or literature.

From 1968 to 1978 we identified in the Portuguese media agenda an increase and diversification of the discourses on intimacy, some of which *transgressive* of the repressive model promoted by the anterior Portuguese regime Estado Novo and some others *claiming* for different types of *intimate citizenship* (Weeks, 1998; Plummer, 2003a). The tendencies of social changes on intimacy were especially noted at certain moments of the decade, on certain public spheres (sensitive to issues of gender equality) and on specific concerns such as pre marital sex, pornography and abortion, topics which enhance higher tension, conflict and dialogue between progressive and conservative perspectives.

Keywords: Intimacy; Press; Revolution; Citizenship; Permissiveness; Pre marital sex.

ACRÓNIMOS

- APA: Associação de Psiquiatria Americana
- APF: Associação para o Planeamento da Família
- APS: Associação Portuguesa de Sociologia
- ASA: American Sociological Association (Associação Americana de Sociologia)
- BDSM: Bondage, Disciplina, Sadismo e Masoquismo
- BSA: British Sociological Association (Associação Britânica de Sociologia)
- CCF: Comissão da Condição Feminina
- CF: *Crónica Feminina*
- DL: *Diário de Lisboa*
- DSM: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
- EXP: *Expresso*
- FAO: Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura)
- FIPF: Federação Internacional do Planeamento Familiar (International Planned Parenthood Federation)
- ISA: International Sociological Association (Associação Internacional de Sociologia)
- JOCF: Juventude Operária Católica Feminina
- JUC: Juventude Universitária Católica
- MAHR: Movimento de Ação Homossexual Revolucionária
- M&B: *Modas & Bordados*
- MCALG: Movimento para a Contraceção e Aborto Livres e Gratuitos
- MDM: Movimento Democrático das Mulheres
- MFA: Movimento das Forças Armadas
- MLAC: Movimento de Libertação do Aborto e Contraceção
- MLF: Mouvement de Libération de la Femme (Movimento de Libertação da Mulher)
- MLM: Movimento de Libertação das Mulheres
- MP: Mocidade Portuguesa
- OMS: Organização Mundial de Saúde
- ONU: Organização das Nações Unidas
- PIDE: Polícia Internacional e de Defesa do Estado
- QDA: Qualitative Data Analyse (Análise de Dados Qualitativos)
- SPSC: Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica
- UMAR: União de Mulheres Alternativa e Resposta
- VL: *Via Latina*
- WHO: World Health Organization (Organização Mundial de Saúde)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
PRIMEIRA PARTE	
CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	11
REFLEXÕES SOBRE O OBJETO DE ESTUDO E O <i>DESIGN</i>	
METODOLÓGICO.....	11
<i>Quem (ou o quê?) produz a mudança social?</i>	14
Combinando métodos.....	16
Analisando conteúdos.....	23
Método quantitativo – O agendamento mediático (1968-1978).....	24
Hipótese do <i>agenda-setting</i>	24
<i>Corpus</i>	26
Amostra.....	30
Análise estatística uni e bivariada.....	30
Método qualitativo – O <i>Dossier Gisela</i> (M&B, 1975-1976).....	31
O estudo de caso.....	33
Um retrato das leitoras (M&B).....	36
REFLEXÕES EM TORNO DOS CENTROS TEÓRICOS.....	38
Saúde e direitos sexuais.....	38
Afirmção do social no sexual.....	42
A sociologia da sexualidade.....	46
<i>Discursificação</i> do sexo.....	50
Sexualidade socialmente ‘ <i>enscriptada</i> ’.....	55
<i>Projeto reflexivo do self, sexualidade plástica e relação pura</i>	60
<i>Cidadania da sexualidade: transgressão e reivindicação</i>	62
Narrativas sexuais e <i>cidadania da intimidade</i>	66
SEGUNDA PARTE	
CAPÍTULO II. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E SOCIAL:	
A INTIMIDADE EM PORTUGAL ENTRE 1960 E 1970.....	73
TRAÇOS MARCANTES DA INTIMIDADE NO ESTADO NOVO.....	73
MARCELO CAETANO E A JUVENTUDE.....	87

PÓS-REVOLUÇÃO DOS CRAVOS: VENTOS DE MUDANÇA.....	93
TERCEIRA PARTE	
CAPÍTULO III. ANÁLISE QUANTITATIVA: AFETOS E	
SEXUALIDADES NA AGENDA MEDIÁTICA (1968-1978).....	99
TRADIÇÃO E VANGUARDA: CONFLUÊNCIA, CONFLITO OU	
SIMULTANEIDADE.....	99
RETRATO GERAL DA AMOSTRA.....	102
Evolução da cobertura entre 1968 e 1978.....	102
Tipologia, tamanho, exposição, centralidade e autoria.....	106
A CENSURA E O EXAME PRÉVIO.....	117
ABORDAGENS TEMÁTICAS	119
RETRATOS DE MUDANÇA (OCIDENTE, 1960-1970).....	124
AGENDAMENTO DO TEMA DA “REVOLUÇÃO SEXUAL”	129
CONTRACULTURA, MOVIMENTO <i>HIPPIE</i> , A NUDEZ E AS	
IMAGENS DO CORPO.....	132
MERCADOS DA SEXUALIDADE: <i>MEDIA</i> , LITERATURA E	
CINEMA.....	141
REIVINDICAÇÕES E AGENDAMENTO MEDIÁTICO EM TORNO DA	
HOMOSSEXUALIDADE.....	155
REIVINDICAÇÕES E AGENDAMENTO MEDIÁTICO EM TORNO DA	
IGUALDADE DE GÉNERO.....	160
O SEXO E A RAPARIGA (MÃE) SOLTEIRA.....	169
OUTROS TIPOS DE RELAÇÕES PARA ALÉM DO CASAMENTO.....	172
MEDICALIZAÇÃO E PSICOLOGIZAÇÃO DA SEXUALIDADE.....	175
CONTRACEÇÃO E PLANEAMENTO FAMILIAR.....	188
ABORTO.....	195
DIVÓRCIO.....	200
CAPÍTULO IV. ANÁLISE QUALITATIVA: GISELA	
(<i>MODAS & BORDADOS</i>, 1975-1976), UM ESTUDO DE CASO.....	203
GISELA, BREVE RETRATO.....	204
AGENDAMENTO MEDIÁTICO DO TEMA DA JUVENTUDE.....	206
DERRUBANDO O MURO DA JOVEM PORTUGUESA.....	213

GISELA: <i>WOULD-BE SEXUAL CITIZEN</i>	217
PÚBLICOS E PRIVADOS.....	224
GISELA-PROTÓTIPO.....	227
PROBLEMÁTICAS PÚBLICAS EM CAUSA.....	230
EMANCIPAÇÃO SEXUAL E REVOLUÇÃO.....	232
AUTODETERMINAÇÃO FEMININA.....	235
PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO DA INTIMIDADE EM PORTUGAL.....	237
LEITORAS AVALIAM A M&B.....	244
GLÁDIO ENTRE LEITORAS.....	250
O DEVER-SER DA SEXUALIDADE FEMININA E MASCULINA.....	255
O DEVER-SER DA SEXUALIDADE NA JUVENTUDE.....	259
IDEALIZANDO O SEXO.....	262
VIRGINDADE.....	268
EDUCAÇÃO SEXUAL.....	275
CASAMENTO.....	285
AMOR.....	292
“AMOR LIVRE”	294
PRAZER SEXUAL.....	301
CONCLUSÃO.....	305
Reivindicações feministas e homossexuais.....	307
O estudo de caso da sexualidade pré conjugal.....	309
A influência de propostas eróticas no cinema e literatura.....	314
Tendências <i>discursivas</i>: principais presenças e ausências.....	320
Continuidade/mudança na transição para a democracia.....	324
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	331
ANEXOS.....	349
ANEXOS I.....	349
ANEXOS II.....	350
ANEXOS III.....	353
ANEXOS IV	355
ANEXOS V.....	356

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: BREVE ESBOÇO DO <i>DESIGN</i> DE MÉTODOS COMBINADOS DA PRESENTE PESQUISA.....	21
FIGURA 2: ADAPTAÇÃO AO PRESENTE ESTUDO, DO ESQUEMA (EM 13 PASSOS) DE PESQUISA POR MÉTODOS COMBINADOS, DEFINIDO POR COLLINS (<i>ET AL.</i> , 2006).....	22
FIGURA 3: MODELO TRADICIONAL E DE VANGUARDA, APRESENTADO POR KAZAKIEWISZ NO SEMINÁRIO DA FIPF, EM 1975.....	99

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA PELAS 4 PUBLICAÇÕES.....	103
QUADRO 2: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR ANOS.....	104
QUADRO 3: PESO DE CADA PUBLICAÇÃO EM CADA UM DOS TRÊS PERÍODOS ANALISADOS.....	106
QUADRO 4: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR TIPOS DE PEÇAS.....	107
QUADRO 5: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR CATEGORIAS DE FOTO/ILUSTRAÇÃO DAS PEÇAS.....	138
QUADRO 6: QUESTÕES FORMULADAS NUMA SONDAÇÃO À SEXUALIDADE DOS PORTUGUESES, PROMOVIDA PELO <i>EXPRESSO</i> E DIVULGADA A 25 DE MAIO DE 1974.....	269
QUADRO 7: GRUPOS ETÁRIOS QUE CONSTITUEM A AMOSTRA DA SONDAÇÃO À SEXUALIDADE (<i>EXPRESSO</i> , 1974, 73).....	269
QUADRO 8: PERCENTAGEM DE HOMENS E MULHERES QUE CONSTITUEM A AMOSTRA DA SONDAÇÃO À SEXUALIDADE (<i>EXPRESSO</i> , 1974, 73).....	269
QUADRO 9: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DA SONDAÇÃO À SEXUALIDADE POR CLASSES SOCIAIS (<i>EXPRESSO</i> , 1974, 73).....	270
QUADRO 10: NÚMERO DE CASAMENTOS REALIZADOS EM PORTUGAL ENTRE 1968 E 1978.....	290
QUADRO 11: PERCENTAGEM DE DIVÓRCIOS EM PORTUGAL POR 100 CASAMENTOS (1968-1978).....	291

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: TEMAS DA INTIMIDADE COM COBERTURA CRESCENTE ENTRE 1968 E 1978.....	121
GRÁFICO 2: TEMÁTICAS CUJA COBERTURA MEDIÁTICA SOFRE UM AUMENTO E DECRÉSCIMO ACENTUADO ENTRE 1968 E 1978.....	122
GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DOS TEMAS DO CASAMENTO, NAMORO E AMOR AO LONGO DA DÉCADA EM ESTUDO.....	123
GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DO AGENDAMENTO DA SUBCATEGORIA <i>PORNOGRAFIA</i> ENTRE 1968 E 1978.....	148
GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DO AGENDAMENTO DA SUBCATEGORIA <i>EMANCIPAÇÃO FEMININA / IGUALDADE DE DIREITOS</i> , ENTRE 1968 E 1978.....	164
GRÁFICO 6: EVOLUÇÃO DO TEMA DA CONTRACEÇÃO E PLANEAMENTO FAMILIAR ENTRE 1968 E 1978.....	188
GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DA COBERTURA DO TEMA DO ABORTO ENTRE 1968 E 1978.....	195

ÍNDICE DE IMAGENS

IMAGEM 1: ANÚNCIO DE CASAMENTO (<i>MODAS & BORDADOS</i> , 1968, 2943).....	111
IMAGEM 2: ANÚNCIO A DETERGENTE USA O ARGUMENTO DA NUDEZ (M&B, 1973, 3183).....	137
IMAGEM 3: FOTO DE <i>PERFORMANCE ERÓTICA/SEXUAL EM GRUPO</i> , PUBLICADA NO <i>EXPRESSO</i> (1975, 151).....	139
IMAGEM 4 E 5: DESTAQUE PARA O TEMA DA PORNOGRAFIA NAS CAPAS DA <i>MODAS & BORDADAS</i> (3274, 1974) E DA <i>MULHER – MODAS & BORDADOS</i> (1976, 3370).....	147
IMAGEM 6: FOTOGRAFIAS DO PARTO CONSIDERADAS PORNOGRAFIA POR CERTAS LEITORAS DA M&B (1976, 3358).....	153
IMAGEM 7: DESTAQUE PARA O TEMA DO <i>MACHISMO</i> NA CAPA DA <i>MODAS & BORDADOS</i> (1975, 3320).....	167
IMAGEM 8: DESTAQUE PARA O TEMA DO AUTOEROTISMO	

FEMININO NA CAPA DA M&B (1976, 3354).....	177
IMAGEM 9: ARTIGO SOBRE SEXUALIDADE, ORIGINALMENTE PUBLICADO NOS EUA (M&B, 1976, 3349).....	178
IMAGEM 10: ARTIGO SOBRE CONTRACEÇÃO PUBLICADO NA M&B (1975, 3311).....	189
IMAGEM 11: DESTAQUE DE CAPA PARA AS RESISTÊNCIAS MASCULINAS À CONTRACEÇÃO (M&B, 1976, 3353).....	191
IMAGEM 12: O ABORTO COMO TEMA DE CAPA DA M&B (1976, 3328).....	199
IMAGEM 13: PUBLICAÇÃO DA CARTA DE GISELA SOB TÍTULO “FIZ AMOR NA NOITE DO 25 DE ABRIL” NA SECÇÃO <i>ESTA É A MINHA HISTÓRIA</i> (<i>MODAS & BORDADOS</i> , 1975, 3300).....	203
IMAGEM 14: ANÚNCIO A TAMPÕES NA REVISTA <i>MODAS & BORDADOS</i> , EM 1973.....	208
IMAGEM 15: REPORTAGEM SOBRE “DROGA E AMOR AOS 15 ANOS” (M&B, 1975, 3294).....	211
IMAGEM 16: CARTOON <i>HELOÍSA</i> , POR SAM (M&B, 1975, 3294).....	257

INTRODUÇÃO

A partir do conteúdo de jornais e revistas publicadas entre 1968 e 1978, o presente estudo interroga-se acerca da evolução das vivências afetivas e sexuais dos portugueses na transição da ditadura para a democracia. Que *discursividades* estão presentes na agenda dos *media* neste período de mudança política, marcado pelo 25 de Abril de 1974?

O pós-revolução dos Cravos é frequentemente descrito como um momento de ‘desocclusão’ que faz emergir na sociedade portuguesa tudo o que estava «abafado, submerso, oculto» – «as pessoas, todas, queriam discutir tudo» (Mónica, 1996: 228). Terá a intimidade feito parte da utopia revolucionária deste período? Terão os afetos e as sexualidades inspirado e mobilizado a efusividade libertária destes anos, juntando homens e mulheres em torno das mesmas lutas? Quais foram «as sexualidades da *sexualidade* e os amores do *amor* na sua pluralidade conjugatória», a compor esse momento revolucionário (Pais, 1998: 408)?

Na preparação e desenho desta investigação, escutámos reiteradamente de homens e mulheres que viveram já adultos o 25 de Abril de 1974, que no pós-revolução «os jornais falavam de política e não de sexo»¹. Teriam razão? Se assim fosse, faria sentido prosseguir o escrutínio mediático? Como nos revela Foucault (1994 [1976]), não há apenas um silêncio, mas vários, e os silêncios também comunicam. Analisaríamos invariavelmente os discursos em torno da intimidade presentes nos *media*, mas também as suas ausências, os não-ditos afetivo-sexuais.

Há cerca de uma década, Herzog (2006) salientava o extraordinário ‘volume’ de coisas que desconhecíamos ainda sobre a história da sexualidade na Europa, particularmente em países como Portugal, Bélgica, Finlândia e Suíça. Apesar dos contributos da sociologia da vida quotidiana, da história da vida privada, bem como dos estudos das mulheres (e feministas), a investigação sobre os afetos e sexualidades no nosso país, no século XX, é ainda diminuta. Em concreto, as décadas de 1960 e 1970 mereceram até à data interesse muito reduzido da investigação sociológica. Esperamos que este primeiro mapeamento da intimidade na imprensa, se constitua uma plataforma de problematização das paisagens sócio sexuais dos portugueses neste período, oferecendo pistas e incentivando o debate de futuras investigações.

As agendas mediáticas influenciam e são influenciadas por outras agendas de natureza diversa, nomeadamente política, social, científica, artística, permitindo-nos perceber de forma

¹ Depoimentos recolhidos em entrevistas exploratórias, a homens e mulheres com mais de 60 anos, residentes em Lisboa.

muito ampla as tendências que se afirmam num certo momento, seus agentes e posições (McCombs, 2009). O universo dos *media*, pleno de (inter)subjetividades, é detentor de um forte poder sobre toda a espécie de capital simbólico (Bourdieu, 1989: 190).

Para sinalizar e compreender as mudanças sociais da intimidade, que se exteriorizam na imprensa portuguesa no período de transição da ditadura para a democracia, optámos por recorrer à técnica da análise de conteúdo, e à estratégia de combinação de métodos (quanti e qualitativo). A vertente quantitativa da nossa investigação permitiu-nos mapear tendências de agendamento (noticioso, e não só) das vivências íntimas dos portugueses ao longo de uma década (1968-1978) e em contextos mediáticos divergentes. Folheámos e (re)bobinámos em microfilme, milhares de páginas de jornais e revistas, atentos a todos e quaisquer discursos, que direta ou indiretamente remetessem para um conceito de intimidade amplo, integrativo de múltiplas dimensões, que giram em torno da nossa vida pessoal, afetiva e sexual. Herzog (2006) aconselha os investigadores a contrariar a tendência para setorizar, diferenciando por exemplo a história dos assuntos da reprodução (ou controlo da fertilidade), da história das práticas e dos prazeres sexuais, ou a história dos ‘heteros’, da história dos homossexuais. Na nossa grelha de codificação dos artigos encontrados na imprensa, a variável referente às temáticas abordadas inclui 70 itens: do namoro ao “amor livre”, da noção de pudor ao erotismo, do celibato à cultura *hippie*, do orgasmo às disfunções sexuais, da homossexualidade à terapia sexual, da fertilização *in vitro* ao parto, da prostituição ao assédio sexual no trabalho, o escrutínio pretendeu-se tão exaustivo quanto possível. Esta análise de conteúdo quantitativa permitiu-nos aceder de forma diacrónica e sincrónica, abrangente e contrastante, particularizada e minudente, a um panorama mediático da intimidade, composto por mais de 1 500 artigos, publicados em mais de 1 000 edições de quatro publicações diferenciadas, e ao longo de 10 conturbados anos. Como Almeida (*et al.*, 2001: 278) sublinha, referindo-se às questões da esfera familiar, as transformações não chegaram de forma “imediate”, “radical”, “automática”, com a Revolução do 25 de Abril. Por isso, é importante «captar e interpretar a mudança a partir de um tempo mais longo e distanciado: olhando para trás e para a frente», notando como ela «se constrói com inovação, mas também com elementos trazidos do passado» (Almeida *et al.*, 2001: 278). Como não pretendíamos apenas contabilizar as ocorrências dos temas da intimidade nos discursos mediáticos – mas também compreender quem os profere, onde, quando, defendendo que valores, usando que argumentos e assumindo que posições – seria preciso, para além de quantificar, também qualificar e combinar. A vertente qualitativa da nossa investigação facilitou-nos uma análise

em profundidade dos sentidos das ‘novas’ e ‘velhas’ tendências discursivas, bem como da inter-relação (mais e menos) fraturante entre ambas. Elegemos como estudo de caso qualitativo uma longa e conflituosa discussão entre leitoras, que ocorre entre 1975 e 1976 na revista *Modas & Bordados*, após a publicação da narrativa de uma adolescente (Gisela, 15 anos), que declara ter-se iniciado sexualmente na noite da Revolução dos Cravos. Esta polémica encerra uma disputa entre perspetivas tendencialmente liberalizantes e tradicionalistas, pela (re)definição e (re)apropriação de fronteiras morais em sede das vivências da intimidade.

Weeks (2007) recomenda que se evitem certas ‘armadilhas’ quando se analisam as transformações dos afetos e sexualidades, ocorridas ao longo das últimas décadas. Em primeiro lugar, lembra que os comportamentos sexuais socialmente construídos não se alteram de um dia para o outro (Cook, 2005; Weeks, 2007). Em segundo, que as mudanças não representam uma caminhada das trevas para o iluminamento, como se a passagem de um modelo repressivo para um modelo liberalizante se fizesse a partir de um trampolim e de um simples salto (Weeks, 2007). «A sexualidade não é uma propriedade que possa ser reprimida ou libertada, mas uma série de possibilidades, normas e valores historicamente configurados que podem ser reconfigurados e recombinaados [...]» (Weeks, 2007: 5).

A presente análise de conteúdo evidencia um processo gradual e conflituante de mudança social ao nível da intimidade, com oscilações temporais, variável em função dos agentes que determinam a agenda mediática, dos públicos a que se destinam, dos enquadramentos políticos e legais, bem como das influências internacionais, nomeadamente ao nível das ofertas cinematográficas e literárias. A mais-valia desta investigação é exatamente a possibilidade de detalhar a não linearidade, as simultaneidades e os recuos nos avanços, deste processo de mudança afetivo-sexual, num período de grandes transformações políticas, sociais e culturais, tanto no nosso país, como em muitos países do ocidente.

Situadas no tempo e no espaço, variáveis em função de múltiplos fatores como a idade, o género, os contextos sociais e culturais, as sexualidades são também influenciadas a cada momento por um mínimo de cinco gerações (vivas), e por muitas outras legiões de gerações desaparecidas, fantasmáticas, embora ainda falantes (e escutadas) relativamente às suas histórias sexuais – «O presente nunca é simplesmente o presente» (Plummer, 2010: 176). Na contemporaneidade é possível encontrar pistas de mundos sexuais subterrâneos, que trilharam caminhos até nós (alguns possivelmente desde o século XVIII) – os resíduos de cada mundo

declinam com o passar das gerações, embora haja sempre elementos que persistem (Plummer, 2010: 185).

As continuidades e descontinuidades dos nossos hábitos sexuais são traçadas por *sexualidades geracionais* – formas distintas de ver e habitar mundos simbólicos diferentes ao nível da intimidade, relacionados com preocupações, interesses, crises, traumas e epifanias comuns, intervenções em movimentos e eventos (sociais ou culturais), partilha de filmes, música, literatura, sentidos e estilos de vida (Plummer, 2010: 172). E estas *sexualidades geracionais* são vividas de forma *diacrónica* (cumulativamente ao longo do tempo) e *sincrónica* (com diferentes gerações coexistindo simultaneamente numa cultura). A partir destas duas dinâmicas é possível «dar conta dos momentos críticos na evolução das culturas, suas tensões e contradições inerentes» (Plummer, 2010: 173). A análise de conteúdo da imprensa ao longo de uma década, combinando métodos quantitativos e qualitativos, permitiu-nos aceder a dinâmicas diacrónicas e sincrónicas, evidenciando momentos críticos da intimidade, afetos e sexualidades, suas tensões e contradições.

Apenas alguns dias após a Revolução dos Cravos, João Bénard da Costa pergunta-se num artigo publicado no *Expresso*, se o ambiente «onírico» que então se vivia – de um país «a abrir-se» – seria realmente o «início dum novo País» (Costa 1974).

Algo de novo se irá realmente passar no sentido da construção de um homem novo e duma sociedade nova onde a libertação total seja vivida, ao plano individual e colectivo, num socialismo isento de qualquer forma de repressão? (Costa 1974).

«Todas as ditaduras tentam convencer os seus cidadãos de que não há distinção entre a sua vida privada e pública, sendo tudo do interesse do Estado» (Tisseron, 2003: 54). O Estado Novo interferiu objetivamente na determinação das vivências íntimas dos portugueses, promovendo formas modelares de pensar, sentir e agir na esfera afetivo-sexual, segundo uma lógica de constrangimento e repressão. Muito embora se reconheça no 25 de Abril de 1974 um momento de clivagem, a mudança (nomeadamente ao nível da intimidade) tem raízes entre os finais da década de 1950 e os anos 1960 (Barreto, 1996; Almeida *et al.*, 2001; Bebiano, 2003; Wall, 2005; Aboim, 2006). Mas é no pós-revolução dos Cravos que as fronteiras entre público e privado são redimensionadas em termos oficiais. A Constituição de 1976 consagra «o direito à identidade pessoal, ao bom nome e reputação e à reserva da intimidade da vida privada e familiar» de todos os portugueses (Artigo 33). Quando analisamos os *media* entre finais de 1960 e 1970, encontramos também sinais desta necessidade de repensar as ditas fronteiras. Registámos na nossa amostra um agendamento

noticioso de temas anteriormente considerados do foro privado, mas também agendamento espontâneo destes assuntos por parte dos leitores, que manifestam agora o seu desejo de partilha de fragmentos da sua intimidade, na esfera pública mediática. Tisseron (2003: 59) define a vontade de comunicar em público elementos do nosso mundo interior (do nosso ser íntimo), por um *desejo de extimidade*², que visa simultaneamente enriquecer a intimidade do indivíduo e reivindicar alterações à paisagem social e familiar. O estudo de caso da nossa análise qualitativa é um exemplo deste *desejo de extimidade*, numa sociedade que se pode enfim pensar, manifestar e reinventar em dimensões privadas e íntimas da cidadania, após quatro décadas de exercício censório e autoritário. A presente investigação evidencia portanto fragmentos da intimidade dos portugueses que são objeto de *extimidade*, no contexto de transição da ditadura para a democracia, permitindo-nos compreender que tipo de valores e legitimidades se reivindicam a um nível simultaneamente privado e público, pessoal e político. Embora a *cidadania da sexualidade* (ou da *intimidade*) sejam normalmente atribuídas à modernidade tardia, encontrámos pela análise dos discursos mediáticos, sinais da sua elaboração e proposta na sociedade portuguesa do pós-revolução (Evans, 1993; Weeks, 1998; Plummer, 2003a). O *Dossier Gisela* é exemplar desta mobilização pela conquista de direitos novos, ao nível da forma como os cidadãos possam querer viver o corpo, os afetos e a sexualidade, ou outras arenas adjacentes da sua vida privada. A adolescente que fez amor na noite da Revolução dos Cravos, e que faz saber a sua escolha pessoal, em jeito de manifesto, numa revista feminina liberal, representa uma multiplicidade de vozes, de experiências, de opções, de entendimentos e identidades no que toca à vida pessoal, que estavam já em gestação antes de 1974, mas que o 25 de Abril possibilita desenvolver e exteriorizar. A nossa análise de conteúdo dos *media* constituiu-se um processo arqueológico deste «*ethos* de pluralidade» afetivo-sexual, que se afirma de forma crescente, gradual, variável, mas plena de contradições, neste período de transição (Plummer, 2003c: 35).

Vejamos agora como foi estruturado o presente estudo. No primeiro capítulo – *enquadramento teórico-metodológico* – revemos as razões que nos levaram a escolher os *media* para terreno de pesquisa da mudança social da intimidade. Ao nível metodológico, destacamos os princípios e os benefícios da combinação de métodos, bem como as linhas centrais da sua definição processual quanti e qualitativa. Discutimos os critérios subjacentes à escolha do *corpus*, caracterizamos as publicações que o constituem (*Expresso, Diário de*

² O *desejo de extimidade* consiste em mostrar fragmentos da intimidade, cujo valor se ignora (e correndo o risco de provocar desinteresse ou rejeição nos interlocutores), na esperança de que essa exposição valorize/legitime tais fragmentos, tanto aos olhos dos outros como de si próprio (Tisseron, 2003).

Lisboa, Modas & Bordados e Crónica Feminina) e detalhamos a composição da amostra de natureza quantitativa. No que respeita à dimensão qualitativa, apresentamos o estudo de caso (*Dossier Gisela*), definimos a polémica que traduz, e traçamos linhas de compreensão do contexto de publicação, nomeadamente dos públicos a que se destina.

Ao nível teórico, revisitamos neste capítulo inicial os pilares que sustentam a nossa análise: o construtivismo social da sexualidade, a perspetiva de Foucault sobre a *discursificação* do sexo, a teoria dos *scripts* sexuais desenvolvida por John Gagnon e William Simon, os conceitos-chave de compreensão das transformações da modernidade ao nível da intimidade, propostos por Giddens (*projeto reflexivo do self, relação pura e sexualidade plástica*), os momentos transgressivos e reivindicativos dos direitos sexuais definidos por Jeffrey Weeks, e a importância das histórias pessoais sexuais para o desenvolvimento recente da *cidadania da intimidade* (Plummer). E porque as ciências que estudam a sexualidade são elas próprias produtos históricos culturais, e não apenas um conjunto privilegiado de ferramentas através das quais o mundo pode ser objetivamente analisado (Gagnon, 2004), inscrevemos no capítulo de *enquadramento teórico-metodológico* uma breve reflexão em torno da sociologia da sexualidade, problematizando a sua evolução e legitimidade ao longo das últimas décadas.

No segundo capítulo – *enquadramento histórico e social: a intimidade em Portugal entre 1960 e 1970* – procurámos responder de forma genérica à questão das possibilidades de escolha dos portugueses sobre o corpo, os afetos, as sexualidades e a família, no Estado Novo. Analisamos um artigo publicado por Marcelo Caetano, em 1967, que apresenta a sua visão das alterações ocorridas nessa década, ao nível das vivências íntimas dos jovens.³

Neste capítulo destacamos ainda acontecimentos e alterações jurídicas em sede da intimidade, que têm lugar sobretudo na década de 1960 (mas também de 1970), ou seja, na transição entre a ditadura e a democracia.

O terceiro capítulo – *análise quantitativa: afetos e sexualidades na agenda mediática (1968-1978)* – reúne as frequências temáticas da intimidade nos diversos contextos de publicação, sinalizando a sua evolução discursiva. A tematização da homossexualidade, do feminismo, do erotismo e da medicalização da sexualidade, conceitos chave da chamada ‘revolução sexual’ no ocidente entre as décadas de 1960 e 1970, foram relevantes na orientação da análise e estruturação deste capítulo. Procurámos evidenciar as presenças/ausências destes fatores nas publicações portuguesas analisadas.

³ O artigo intitula-se «Juventude de hoje, juventude de sempre», e foi publicado em separata da revista *Rumos* (1967, 7).

No capítulo quarto – *Análise qualitativa: Dossier Gisela (Modas & Bordados, 1975-1976), um estudo de caso* – desmonta-se e interpreta-se o longo e abrangente debate sobre sexualidade juvenil pré conjugal. A carta enviada por Gisela à M&B é um relato pessoal ‘inflamatório’ das resistências sócio sexuais à discussão da intimidade, desenvolvidas pelo/no Estado Novo. Desperta entre um público feminino muito diversificado o desejo de expor na esfera mediática posições morais conflitantes, em particular sobre o sentido e o valor da virgindade, da educação sexual, do “amor livre”, do prazer sexual, do lugar da mulher na sociedade portuguesa, e do lugar da sexualidade num país em processo de construção democrática.

A intimidade dos portugueses na transição da ditadura para a democracia, não se abarca exclusivamente pela sua *discursificação* mediática, por isso, o seu estudo não se esgota nesta investigação. Esperançosamente, faremos parte de um mais vasto movimento no sentido da sua clarificação e compreensão.

PRIMEIRA PARTE

I

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

REFLEXÕES SOBRE O OBJETO DE ESTUDO E O *DESIGN* METODOLÓGICO

As vivências dos afetos e sexualidades no contexto histórico do “Estado Social” Marcelista, bem como no período (pós)revolucionário do 25 de Abril de 1974, mantiveram-se até à data num limbo de interesse das ciências sociais. O referido desconhecimento e a amplitude da nossa questão de partida – *ter-se-á vivido um momento de liberalização afetivo-sexual no Portugal do pós-25 de Abril de 1974?* – colocaram este projeto num dilema inicial, quanto à definição do objeto de estudo e melhor trilha de pesquisa a adotar.

É mais simples problematizar (e reivindicar) a questão da liberdade sexual face a um sentido negativo (ou seja, o do seu atropelo ou impedimento) do que perante um «sentido afirmativo e emancipatório»: é menos complexo «conseguir consenso para o direito de não se ser abusado, explorado, estuprado, traficando, ou mutilado no seu corpo, do que para o direito de desfrutar plenamente dele» (Petchesky, 2000: 88).⁴ Que dimensões da realidade focar – políticas, religiosas, jurídicas, científicas, clínicas, artísticas, mediáticas, autobiográficas ou outras – quando pretendemos identificar e interpretar sinais de mudança ao nível da afirmação e emancipação dos afetos e das sexualidades num período de grande mutação política e social? Que foco preferir quando o panorama de estudos sobre a intimidade em determinado período é ainda núevo? Se quisermos compreender a esfera da intimidade é importante que nos interessemos não só pelas instituições estatais e pela família, mas também pelos negócios privados, pela pornografia e pelos *media*, todos com um papel importante na normalização de identidades e socialização do indivíduo (Daoust, 2005).

Após ampla reflexão, considerámos que analisar a agenda dos *media* era a melhor opção e propusemo-nos mapear a cobertura da intimidade na imprensa escrita do período revolucionário de Abril de 1974. Que vantagens nos traria esta análise? Desde logo, um benefício exploratório das tendências marcantes na sociedade portuguesa, pois a imprensa escrita funciona como um «barómetro» de auscultação das mobilizações políticas, sociais e culturais, nomeadamente em matéria da vida íntima (Silva, 2009: 131). Os *media* são portadores de modelos e de identidades, influenciando a ação individual e as representações coletivas (Daoust, 2005) – «forçam mecanismos impiedosos de sexualidade “saudável” que se

⁴ Todos os excertos citados desta obra foram traduzidos para português pela autora.

confundem, amiúde, com autênticos *scripts* ficcionais» (Quartilho, 2003: 147). Pela potencialidade de introduzir novos temas ao debate quotidiano, os *media* ajudam a alterar as paisagens morais (Vilar, 2003).

Através da análise da comunicação social propusemo-nos levantar a ‘paleta’ de assuntos ligados aos afetos e sexualidade, a que foram expostos leitores de publicações portuguesas distintas num período de profundas transformações, tanto a nível nacional como internacional. A questão de partida, ampla e abstrata, que mobilizara a nossa aventura de saber, ganhava enfim maior foco e especificação: *Quais os temas do largo espectro da intimidade afetivo-sexual que entraram na agenda dos jornais e revistas portuguesas no período revolucionário de 25 de Abril de 1974?* São muitas as «agendas organizadas nas sociedades modernas», nomeadamente as de órgãos públicos, de campanhas políticas, de profissionais de comunicação e relações públicas (McCombs, 2009: 153). O processo de agendamento é comparável à estrutura de uma cebola: as várias camadas da sua casca correspondem a diversas agendas, estando no centro a agenda dos *media*, influenciada por muitas outras, mas também exercendo influência sobre elas (McCombs, 2009).

Para melhor sinalizar a evolução da presença/ausência e da persistência/mudança nas abordagens da intimidade nos *media* no período revolucionário de meados dos anos 1970, estabeleceu-se a necessidade de alongar o arco temporal. Analisar apenas o período revolucionário não nos facilitaria uma compreensão evolutiva, essencial em períodos de transição. Seria necessário perceber que temáticas haviam sido permeáveis ao filtro do exame prévio, ainda no Estado Novo. Embora uma comparação entre o pré e o pós-revolução tivesse limitações – por não podermos inferir se as ausências temáticas anteriores ao 25 de Abril de 1974 se deviam a cortes do ‘lápiz azul’, a uma autocensura dos *media*, ao desinteresse dos próprios editores e jornalistas pelos temas, ou a um vazio de reflexão e debate público sobre os assuntos em causa – valia a pena o mapeamento nos dois períodos.

Definida a importância de averiguar a agenda da intimidade e da sexualidade em jornais e revistas antes e durante o período da revolução, optámos por incluir no nosso arco temporal o rescaldo revolucionário. De que falavam os *media* alguns anos depois da Revolução dos Cravos? Que assuntos ‘aqueceram’ ou ‘arrefeceram’ nas redações, passada a euforia revolucionária e instaurada a democracia? Tendo em consideração os referidos pressupostos, estabeleceu-se que a análise longitudinal seria circunscrita ao período de uma década, a começar em 1968, ano marcado, no plano internacional, pelas revoltas estudantis

(nomeadamente o Maio de 1968, em França)⁵, com propostas assinaláveis em matérias sócio sexuais, e pela subsequente afirmação na Europa Ocidental, dos movimentos femininistas (Evans, 2009). No plano nacional, 1968 marca o início da governação de Marcelo Caetano, que muitos portugueses auspiciaram vir a ser um momento de “primavera” em termos políticos e sociais. O fim do nosso arco temporal torna-se portanto 1978, data marcada já por alguns anos de vivência democrática. A questão orientadora da nossa investigação ganha assim um novo diâmetro temporal e situacional de análise: *Como evoluiu o agendamento da intimidade afetiva e sexual na imprensa escrita portuguesa entre 1968 e 1978?*

Uma vez que nos interessa conhecer as ocorrências e frequências de um tema numa grande quantidade de dados impressos, e durante um longo período, optámos por uma pesquisa quantitativa, tendencialmente explicativa. Mas apesar de o mapeamento das temáticas da intimidade na agenda mediática se apresentar um bom princípio, permitindo-nos averiguar as matérias que foram alvo de ‘destabuização’ (de permeabilização ou contágio) numa imprensa habituada à censura e numa sociedade habituada ao seu silenciamento, optámos por complementar a pesquisa com uma visão mais compreensiva.

À época, em inúmeros países do ocidente, a sexualidade inspira discussões públicas, suscita novas tendências em indústrias de relevo (como a cinematográfica), mobiliza organizações, inspira movimentos sociais. E em Portugal? Efetivamente, não nos interessa apenas saber de que se falava, mas o que se dizia daquilo que se falava. Interessa-nos perceber as mudanças de sentido implícitas nos novos discursos da intimidade publicados nos *media*. Ambicionamos compreender ‘se’ e ‘em que sentido’ se operava mudança social no nosso país, ao nível da intimidade – «[...] os comportamentos e estilos da vida familiar, incluindo as atitudes perante a sexualidade e as relações amorosas, constituem uma das importantes dimensões do processo de mudança social das últimas décadas [...]» (Pais, 1998: 408).

Assim se afirma no nosso estudo uma nova questão, que requer um método de análise qualitativo, uma abordagem mais compreensiva do fenómeno em estudo: *Que propostas de permissividade/liberalização afetivo-sexual e que novas perspetivas modelares da intimidade*

⁵ Esta revolta estudantil integra-se, segundo Bebiano (2003: 62) – independentemente de ter sido essa a vontade dos seus agentes mais diretos – no interior de um «fenómeno complexo de rebeldia que nasceu nos Estados Unidos». Marcados por uma tendência de «questionamento do *status quo* político e social», estes movimentos vêm a ter expressão em muitas outras cidades do mundo: Tóquio, Berlim, Turim, Estocolmo (Bebiano, 2003: 72). Centenas de campos universitários foram encerrados por dias e meses na França, EUA, Alemanha, Itália, Polónia, Checoslováquia, Japão, México, Espanha e Argentina (Evans, 2003). Em Portugal, a crise estudantil de 1969 dá sinais do mesmo espírito de contestação da autoridade. «Existe, na verdade, uma situação de contágio que introduz alguns traços de uniformidade justamente onde, dada a pluralidade dos espaços e das condições, poderia prevalecer a diferença» (Bebiano, 2003: 72).

se afirmam nesta década de transição da ditadura para a democracia em Portugal?

Na nossa pesquisa optámos portanto por recorrer à combinação de métodos. Começámos por uma análise de conteúdo quantitativa da imprensa entre 1968 e 1978, a partir da qual se definiu um estudo de caso (*Dossier Gisela*) ilustrativo do debate em torno da liberalização da intimidade, e que foi *a posteriori* objeto de análise de conteúdo qualitativa.

Numa primeira dimensão, inscrita na linha teórica da hipótese do *agenda-setting* (McCombs, 2009), a nossa investigação ‘mapeia’ os temas/subtemas da intimidade que foram alvo de um processo de destabuização pelos *media* no período em estudo. Que contextos mediáticos se revelaram mais propícios ao agendamento e discussão dos temas? O que esteve na origem de uma cobertura mediática de peso? Razões de tipo estrutural ou sistémica? Agentes individuais, suas subjetividades e intersubjetividades (Donati, 2006)? Estas são algumas das interrogações problematizadas pela análise quantitativa. Numa segunda dimensão, a partir do estudo de caso qualitativo, interpretam-se valores e atitudes modelares dos afetos e sexualidades no pós-revolução, analisando *quem* ou *o quê* concorre para a sua afirmação. Resumindo, buscámos nos *media*, em ambas as fases da nossa pesquisa, «diferentes formas *discursivas e representacionais*», associadas «a diferentes formas de sexualidade» (Pais, 1998: 408), sintomáticas de uma eventual mudança social ao nível da intimidade.

Quem (ou o quê?) produz a mudança social?

“Quem” ou “o quê” concorreu para a mudança social ao nível da intimidade afetiva e sexual em Portugal entre o final dos anos 1960 e 1970? Nos nossos dias a sexualidade tem tanto a ver com a construção e invenção do *eu* (*self-making* e *self-invention*) como com «formas de regulação dominantes» (Weeks *et al.*, 1996: 6).⁶ Não se pode pensar as estruturas de poder e dominação dissociadas das formas de ação que dão forma à vida pessoal e às identidades coletivas (Weeks *et al.*, 1996). Estrutura e ação devem ser entendidas numa relação dialógica, quando pensamos em sexualidade. Nem as teorias sistémicas (holistas) nem as da ação (individualistas) ou as suas hibridações, podem elaborar uma compreensão adequada da mudança social – estas teorias e paradigmas oferecem visões parciais e insuficientes dos processos sociais, pois apoiam-se numa falta comum: a ideia de que a relação social é um efeito de outras variáveis como as estruturas sociais ou as subjetividades individuais (Donati,

⁶ Todos os excertos referentes a esta obra foram traduzidos pela autora.

2006: 175).⁷ A melhor forma de contornar as deficiências de ambos os paradigmas (holista e de ação) é a partir de uma interpretação *relacional* da mudança social. A proposta de Donati (2006: 176) é a de um paradigma *relacional*, em que a mudança social consiste na emergência de realidades sociais protagonizadas por sujeitos (individuais e coletivos) que estão em relação entre si num determinado contexto. O paradigma *relacional* deve distinguir aquele que faz o social, e integrar os agentes (indivíduos em relação) e estruturas ou mecanismos sociais – implica a recusa do modelo de mudança social centrado ou no sujeito ou no sistema, mas sim numa «multiplicidade de fatores e sua influência circular» (Donati, 2006: 186).

Esta terceira maneira [*relacional*] de compreender permite, melhor do que as anteriores, observar a mudança social como produto de sujeitos que, movendo-se num contexto subjetivamente definido, empreenderam ações que, por sua vez, geraram relações que modificam as formas institucionais existentes. [...] Não bastam os motivos (sentido intencionado) nem os determinismos funcionais (mecanismos sistémicos) para produzir a mudança: é necessário considerá-los em relação (isto é, na sua ação recíproca) para compreender quanto aconteceu e quanto continua a acontecer [...] (Donati, 2006: 192).

Compreender implica relacionar elementos. As «ações são interpretações de *patterns* culturais, portanto, de valores, normas, regras e operações que têm as suas próprias conexões, relacionando-se entre si de uma maneira específica» (Donati, 2006: 187). O paradigma *relacional* é distinto do *construtivista*, pois no primeiro a realidade é real, externa ao sujeito, havendo uma relação entre observador e realidade, bem como entre observadores, enquanto no segundo é virtual (Donati, 2006: 176).

O tempo histórico-social é normalmente experimentado, codificado e recodificado, havendo três tipos de registos de tempo: da interação (micro, dura até que dura), relacional (médio, tempo histórico) e simbólico (macro, que persiste fora do tempo) (Donati, 2006: 188).

Donati (2006: 191) entende que se dá uma mudança social quando as relações específicas de uma entidade social se formam com qualidades distintivas, que diferem das precedentes, enquanto seguem uma diferente relação entre os três registos de tempo. A mudança social significa portanto «um modo diverso de ordenar relacionalmente no tempo os elementos e as relações entre si» (Donati, 2006: 192). Para que ocorra, não basta um novo elemento ou uma nova relação social em si e por si, mas é necessária uma completa e diferenciada forma de relação entre as relações e os elementos que a compõem. Para exemplificar, Donati (2006: 192-193) dá o exemplo da mudança social nos anos 1980 nos países do Leste europeu. Se o sociólogo escolher um paradigma holista, tratará de dar uma explicação em termos

⁷ Idem.

deterministas, estruturais e sistêmicos. Se recorrer aos indivíduos e suas motivações subjetivas, ou seja às suas interações e seus efeitos, tem por base um modelo da ação. No terceiro paradigma, o *relacional*, o sociólogo poderá observar que atrás da queda do sistema soviético estavam grupos (ou redes) sociais dotados de uma subjetividade relacional, que produziram a mudança na sequência de interações micro, médio e macro sociais. «Ao mesmo tempo se adverte que consideradas no tempo, estas interações também poderiam deixar intactas certas características do sistema social destes países, apesar da mudança do regime político» (Donati, 2006: 193).

Combinando métodos

Uma pesquisa de métodos combinados envolve recolha, análise e interpretação de dados quantitativos e qualitativos num só estudo (ou numa série de estudos) em que se investigue um só fenómeno (Leech *et al.*, 2009). Este movimento oferece uma ‘terceira via’, alternativa à disputa entre os dois paradigmas (holista e de ação), pela combinação ou mistura de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa, métodos, abordagens, conceitos e linguagem em apenas uma investigação (Johnson *et al.*, 2004). Campbell e Fiske foram os primeiros investigadores a conceptualizar a combinação de métodos – em 1959, no contexto de uma pesquisa sobre traços psicológicos (Cresweell, 2003) – e o seu recurso populariza-se sobretudo em disciplinas como a educação, a enfermagem, a psicologia, as ciências médicas, a sociologia e a gestão (Leech *et al.*, 2009), mas não sem controvérsia. O recurso à pesquisa de métodos combinados tem gerado vasta discussão conceptual em torno da sua legitimidade científica. Para muitos investigadores, não é de todo possível combinar um paradigma qualitativo (que se baseia no interpretativismo e construtivismo, na convicção de que a verdade depende de uma construção do sujeito, vislumbrando a realidade como ‘constructo’ social em constante mudança) com um paradigma quantitativo, que tem por base o positivismo, a convicção de que os fenómenos podem ser reduzidos a indicadores empíricos que representam a verdade, e que a realidade é objetiva, independente da percepção humana (Sale *et al.*, 2002). Para Schwandt (2000), todas as pesquisas são interpretativas e a tradicional forma de o investigador se definir no alinhamento com um determinado conjunto de métodos já não é útil – os cientistas devem livrar-se dessa distinção se quiserem andar para a frente. Também Johnson (2004) desvaloriza os “mitos” defendidos pelos “puristas” dos dois paradigmas, e apela ao abandono de visões supostamente incompatíveis dos métodos.

Como observado por Onwuegbuzie (2002), os “positivistas” dos nossos dias afirmam que a ciência envolve a confirmação e a falsificação, e que esses métodos e procedimentos devem ser realizados de forma objetiva. No entanto, ignoram que muitas decisões humanas (isto é, subjetivas) são feitas durante todo o processo de pesquisa e que os pesquisadores são membros de grupos sociais. Alguns exemplos de subjetivismo e intersubjetivismo em pesquisas quantitativas incluem decisões sobre o que estudar (ou seja, perguntas sobre os problemas que são importantes), sobre o desenvolvimento de instrumentos acreditados [...], sobre interpretações e conclusões com base nos dados recolhidos, [...] sobre elementos dos dados a enfatizar ou publicar, e sobre os resultados significativos. Obviamente, a realização de investigação totalmente objetiva e isenta de valores é um mito, embora o ideal regulador de objetividade possa ser útil (Johnson *et al.*, 2004: 15-16).⁸

Numa linha menos purista, certos investigadores consideram que embora os métodos não possam ser combinados com propósitos de validação cruzada ou triangulação – pois são inultrapassáveis as diferenças entre os paradigmas quantitativo e qualitativo, pelas perspectivas diferentes que têm da realidade e, conseqüentemente, do fenómeno – é possível a sua combinação com propósitos de complementaridade (Sale *et al.*, 2002). Para outros pesquisadores a combinação de métodos permite minimizar as fragilidades dos dois paradigmas, potencializando as melhores características de cada um (Johnson *et al.*, 2004). No presente estudo, tomámos por orientação a perspectiva de Lingard (*et al.*, 2008: 460), que sublinha que apesar de a pesquisa qualitativa dar ênfase a uma abordagem *indutiva-subjetiva-contextual* e a pesquisa quantitativa enfatizar uma abordagem *dedutiva-objetiva-generalizante*, as duas não são nem absolutas nem mutuamente exclusivas. A pesquisa de métodos combinados permite-nos responder a uma mais ampla e completa série de questões. Os ganhos são significativos em termos de expansividade, pluralismo, inclusividade e criatividade (Johnson *et al.*, 2004), podendo optar-se por cinco lógicas diferenciadas, propostas de Greene (*et al.*, 1989), citadas por Johnson (*et al.*, 2007: 115-116):

- *Triangulação* (convergência e corroboração de resultados por diferentes métodos que estudam um só fenómeno);
- *Complementaridade* (elaboração, realce, ilustração e clarificação de resultados de um método com os resultados de outro);
- *Desenvolvimento* (recurso aos resultados de um método para ajudar a informar o outro);
- *Iniciação* (descoberta de paradoxos e contradições que levam à reformulação da questão de pesquisa);
- *Expansão* (ampliação do fôlego e da extensão de um inquérito usando diferentes métodos para as suas diferentes componentes).

⁸ A tradução de todos os excertos do referido artigo é da responsabilidade da autora.

Na presente investigação, a escolha de métodos combinados é motivada por uma expectativa de *expansão, desenvolvimento e complementaridade*. A quantificação do tema da intimidade em diferentes agendas mediáticas portuguesas (entre 1968 e 1978) oferece-nos uma visão tendencialmente globalizante e evolutiva, mas essa informação ganha ampliação, aprofundamento, elaboração, realce, detalhe e riqueza com a análise qualitativa das narrativas que constituem o nosso estudo de caso (*Dossier Gisela*) e que têm lugar no mesmo contexto histórico e no mesmo suporte mediático da análise quantitativa – palavras, imagens e narrativas podem ser usadas para acrescentar sentido aos números, e os números podem ser usados para acrescentar precisão às palavras, imagens e narrativas (Johnson *et al.*, 2004).

As pesquisas de métodos combinados podem assumir diferentes tipologias de *design*. São três os critérios mais regularmente apontados na literatura científica para a sua diferenciação (*combinação, orientação e ênfase das abordagens*):

- *Combinação*: o *design* de métodos combinados pode ser *parcial* ou *total*. Se o estudo envolver a combinação das técnicas (quantitativas e qualitativas) durante uma ou mais fases do processo de investigação, estamos perante o nível de combinação *total*. Será uma pesquisa de métodos *parcialmente combinados*, se tanto os elementos quantitativos como qualitativos forem conduzidos na íntegra, isoladamente, antes de serem combinados na fase de interpretação (Leech *et al.*, 2009: 267);

- *Orientação*: o *design* de métodos combinados pode ser *simultâneo* ou *sequencial*. Neste último, os investigadores procuram elaborar ou expandir as revelações de um método recorrendo ao outro método. Quando a investigação sobre um fenómeno é ainda reduzida, é frequente começar-se pelo método qualitativo, com propósitos exploratórios, para *a posteriori* se usar o método quantitativo com uma amostra mais ampla, passível de generalização dos resultados a uma população. Mas a sequência inversa também é possível. O estudo pode começar com um método quantitativo em que as teorias ou conceitos são testados, para em seguida se desenvolver um método qualitativo que envolva uma exploração de detalhe em casos reduzidos ou estudos de caso (Creswell, 2003: 16);

- *Ênfase das abordagens*: o *design* de métodos combinados pode ser de *estatuto igual* das componentes qualitativa e quantitativa ou de *estatuto dominante* de um dos paradigmas (Leech *et al.*, 2009: 267-268).

No caso do presente estudo, e considerando as tipologias acima descritas, optámos por uma pesquisa de métodos combinados *total*, com uma orientação *sequencial* (quantitativa-

qualitativa), *de igual estatuto* na ênfase das abordagens. Vejamos com maior detalhe os benefícios de uma orientação *sequencial* que começa por um método quantitativo e termina num método qualitativo, o *design* definido para a nossa pesquisa: «[...] ampliar a interpretação dos resultados quantitativos, [...] buscar elaboração, ilustração, melhoria e clarificação das conclusões de um método com os resultados do outro método, [...] acrescentar exemplos da “vida real” aos resultados» (Collins, 2006: 79).⁹ O papel dos dados quantitativos a iniciar a pesquisa pode ser de suporte ao sistema qualitativo, ajudando a definir objetivos mais além – Creswell (*et al.*, 2006) lamenta ter encontrado «poucos estudos de métodos combinados [com uma sequência quanti-qualitativa] que incorporem dados quantitativos para melhorar a pesquisa qualitativa», declarando ser desejável o aumento deste tipo de pesquisas (Creswell *et al.*, 2006: 8).¹⁰

Nos estudos de sequenciação quanti-qualitativa, o investigador começa por explorar na generalidade, por descrever de forma mais completa contextos sociais e históricos de um caso, para perceber que variáveis deve aprofundar (Creswell *et al.*, 2006). Tendo em conta a ausência de estudos sobre o tema da intimidade afetiva e sexual em Portugal neste período, a análise quantitativa inicial permite-nos uma panorâmica evolutiva do contexto social e histórico, uma aproximação das tendências de discussão da intimidade, determinante para o foco qualitativo do caso de estudo, e útil também para futuras pesquisas sobre o tema.

Outra questão central nas discussões dos estudiosos da pesquisa de métodos combinados é a da sua integração, mistura ou combinação ao longo das diferentes fases ou etapas dos processos de investigação. Lingard (*et al.*, 2008) defende que é central um relacionamento claro e estratégico entre métodos. Mas em que etapas e em que procedimentos da pesquisa combiná-los? O grande esforço, o desafio contínuo ao longo de uma investigação de métodos combinados, é o de manter a integridade, de evitar que inadvertidamente se decomponha em dois ou mais estudos paralelos (Yin, 2006). Quando um só estudo combina métodos nas respostas às questões de pesquisa, na definição das unidades de análise, na constituição das amostras, na instrumentação e métodos de recolha de dados e nas estratégias analíticas, então, mais evidentemente estamos perante uma pesquisa de combinação de métodos por oposição a uma pesquisa de estudos múltiplos (Yin, 2006).

No presente estudo, em que etapas há combinação de métodos? Começamos por olhar para as nossas questões de partida. Nas pesquisas combinadas, métodos diversos podem responder ao

⁹ Todos os excertos citados do artigo em referência foram traduzidos pela autora.

¹⁰ *Idem.*

mesmo *set* de questões, ou as questões originais podem estar separadas, de forma a que diferentes métodos se refiram a diferentes questões (Yin, 2006). Na pesquisa que desenvolvemos, interrogações diferentes em torno do mesmo fenómeno são respondidas por métodos distintos.

Em relação à(s) amostra(s) de cada um dos métodos, é possível distinguir diversas circunstâncias e, conseqüentemente, diversos níveis de combinação. As amostras podem ser *idênticas*, *paralelas*, *aninhadas* ou *multiníveis* (Collins *et al.*, 2006: 70):

[...] o investigador deve decidir se as amostras para os componentes quantitativos e qualitativos devem ser *idênticas* (os mesmos membros da amostra participam em ambas as fases do estudo, qualitativa e quantitativa); *paralelas* (as amostras para as componentes qualitativa e quantitativa da pesquisa são diferentes, mas desenhadas a partir da mesma população de interesse); *aninhadas* (os membros da amostra selecionados para uma fase do estudo representam um subconjunto dos participantes escolhidos para a outra faceta do estudo); ou de *multinível* (ou seja, usando dois ou mais conjuntos de amostras que são extraídos de diferentes níveis de estudo, tais como estudantes e seus professores) (Collins *et al.*, 2006: 70).

A amostra do nosso método qualitativo *aninha-se* (encaixa-se) na amostra do método quantitativo. As narrativas do *Dossier Gisela* (estudo de caso qualitativo) foram extraídas da amostra quantitativa de artigos sobre a intimidade, publicadas na imprensa escrita entre 1968 e 1978 (Figura 1). Esta estratégia de ‘co-incidência’ (aninhamento ou encaixe) facilita, segundo Creswell (2003), o *insight* em diferentes níveis ou unidades de análise. Refira-se ainda que o instrumento técnico usado em ambos os métodos da nossa pesquisa é a análise de conteúdo, recorrente em estudos dos *media*, e em análises que incidem sobre a mudança ao longo do tempo (Carpenter, 2002).

Tendo em consideração os 13 passos de uma pesquisa de métodos combinados,¹¹ pensados por Collins (*et al.*, 2006: 69-70), desenhámos na Figura 2 uma leitura esquemática das opções do presente estudo. Os gastos acrescidos de tempo que implicaram o domínio de ambos os métodos, bem como o levantamento e interpretação dos dados, traduzem-se num maior enriquecimento do investigador e, esperançosamente, do fenómeno investigado. A combinação de métodos permitiu maior «plasticidade de pensamento» (Pais, 2014: 59), uma

¹¹ 1 - Determinar a finalidade do estudo; 2 - Formular os objetivos da pesquisa; 3 - Determinar as razões da pesquisa combinada; 4 - Determinar os propósitos da pesquisa combinada; 5 - Determinar as questões de pesquisa; 6 - Selecionar o *design* da amostragem; 7 - Selecionar o *design* da pesquisa de métodos combinados; 8 - Coligir os dados; 9 - Analisar os dados; 10 - Validar/legitimar os dados e as interpretações dos dados; 11 - Interpretar os dados; 12 - Escrever o relatório final; 13 - Reformular as questões de pesquisa.

visão analítica que ziguezagueia aquém e além na morfologia do fenómeno em estudo.

Figura 1 – Breve esboço do *design* de métodos combinados da presente pesquisa

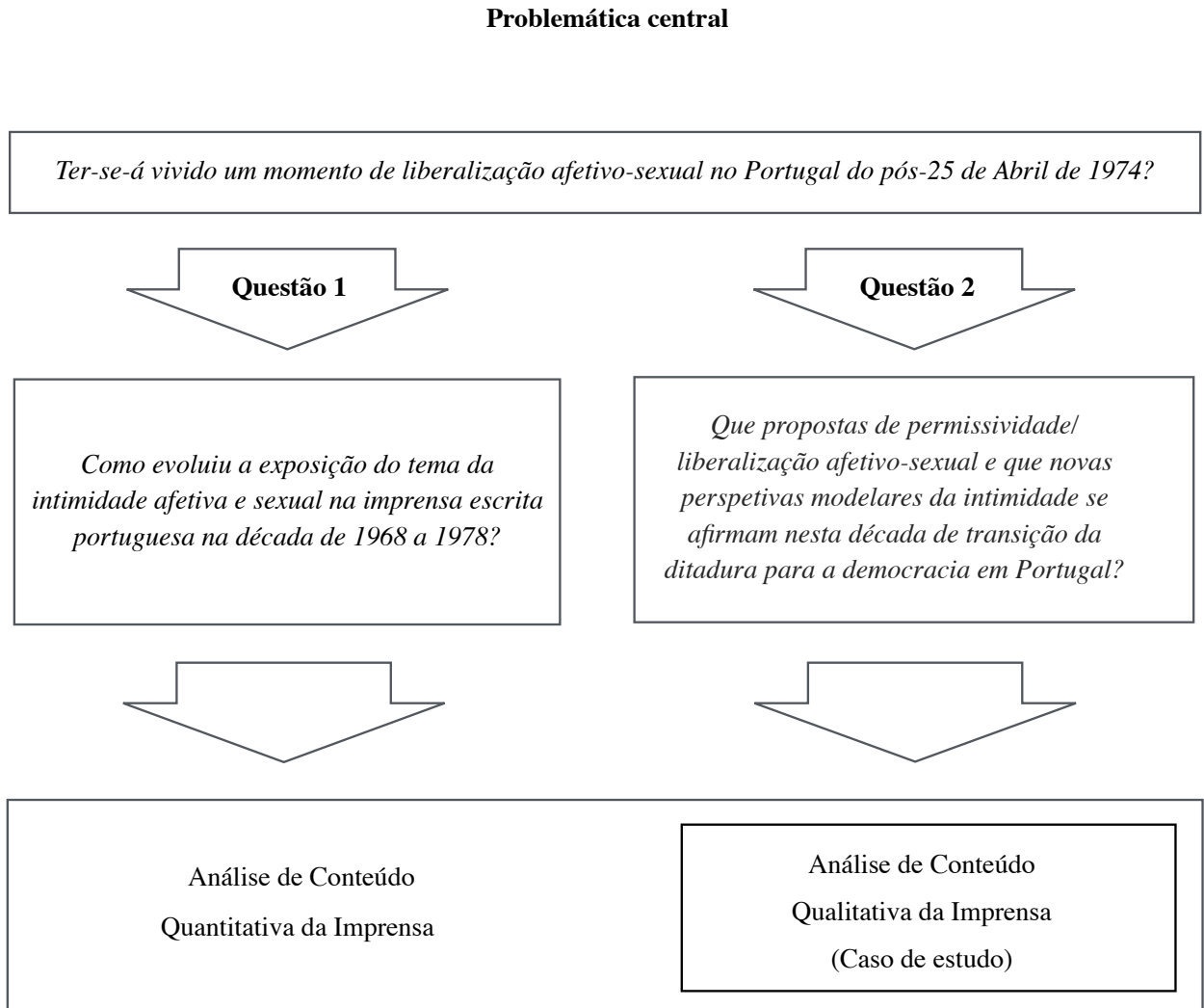
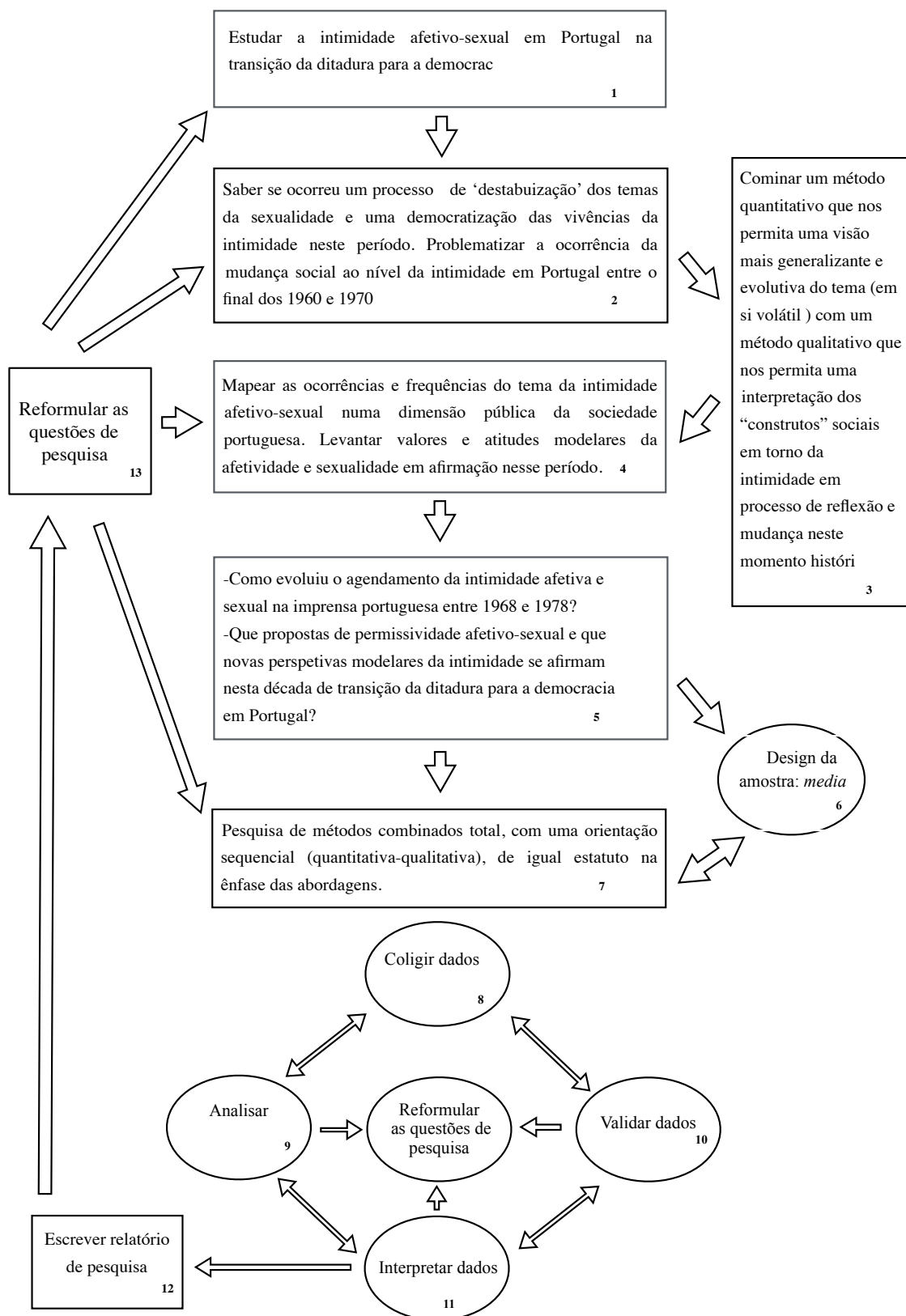


Figura 2 - Adaptação ao presente estudo, do esquema (em 13 passos) de pesquisa por métodos combinados, definido por Collins (*et al.*, 2006)



Analizando conteúdos

A técnica escolhida para a nossa pesquisa de métodos combinados (quanti e qualitativo) foi a análise de conteúdo, «um meio de redução dos dados», que permite «condensar largas quantidades de texto em um número finito de categorias, comparáveis sistematicamente e analisáveis de forma eficiente» (Carpenter, 2002: 328).¹² Na análise de conteúdo é possível identificar «uma dimensão descritiva» e «uma dimensão interpretativa» (Guerra, 2010: 62). Numa vertente quantitativa, detetam-se padrões de mensagens numa ampla quantidade de material num período de tempo extenso, enquanto na sua vertente qualitativa acrescenta-se compreensão e profundidade a essa análise (Silva, 2009). O investigador pode perguntar sobre frequências, inventariando «as palavras ou símbolos chave, os temas maiores, os temas ignorados, os principais centros de interesse, etc.» e pode igualmente perguntar pelas características ou atributos do seu objeto, «atitudes favoráveis e desfavoráveis da fonte e o seu sistema de valores» (Vala, 1986: 108). Seguindo ambas as possibilidades, a nossa investigação levanta presenças/ausências temáticas e, num enquadramento qualitativo, questiona atributos de certos temas de agendamento relevante.

Citado por Vala (1986: 103), Krippendorff definiu a análise de conteúdo em 1980 como «uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto». Carpenter (2002) é mais comedido na avaliação do alcance desta técnica quando aplicada aos universos das vivências íntimas, defendendo que não é suficiente para revelar as intenções dos produtores dos textos analisados¹³, nem – evidentemente – os efeitos que os mesmos textos tiveram nas pessoas que os ‘consumiram’.¹⁴

Vala (1986: 113) entende que «do ponto de vista do valor substantivo de uma análise de conteúdo a escolha das categorias é talvez o momento mais delicado» do processo. Considerando a definição do sistema categorial, Hsieh (*et al.*, 2005: 1279) diferencia a análise de conteúdo em três tipos, *convencional*, *direcionada* e *sumativa*:

¹² A presente e as futuras citações desta obra foram objeto de tradução pela autora.

¹³ «Por exemplo, apesar de os editores da revista juvenil *Sassy* terem pretendido dar mais informação explícita sobre sexualidade do que era habitualmente constante noutras publicações, foram obrigados a reconsiderar a sua intenção, quando uma organização de pais conservadores ameaçou boicotar os seus anunciantes. Um investigador que atribuísse a escassez de informação sexual explícita ao conservadorismo dos editores estaria severamente equivocado» (Carpenter, 2002: 330).

¹⁴ «Embora Radway (1984) tenha interpretado pessoalmente as novelas romanceadas como opressivas da mulher, ela descobriu que os mesmos textos inspiraram uma comunidade de leitoras habituais a resistirem ao cumprimento de certos aspetos dos papéis tradicionais da mulher e mãe, a despeito das exigências e expectativas dos seus maridos e filhos» (Carpenter, 2002: 330).

- Quando o fenómeno em estudo não foi amplamente investigado, os investigadores evitam usar categorias préconcebidas, optando por deixar emergi-las de uma primeira leitura dos dados – trata-se de um desenvolvimento categorial indutivo. Esta formulação das categorias que permite ao investigador uma compreensão mais rica do fenómeno, é definida como uma análise de conteúdo *convencional*;
- A análise de conteúdo é *direcionada* quando teoria e investigações anteriores são utilizadas para desenvolver o sistema de categorias, antes ainda da análise dos dados, sendo revistas e redefinidas à medida que a análise avança;
- Na análise de conteúdo *sumativa*, em vez de se analisar os dados como um todo, o texto é frequentemente abordado como simples palavras ou em relação com um conteúdo particular (Hsieh *et al.*, 2005: 1285-1286).

No caso da presente investigação a definição das categorias (tanto para análise quantitativa como qualitativa) seguiu uma lógica *convencional*.

Método quantitativo – O agendamento mediático (1968-1978)

Hipótese do agenda-setting

A análise de conteúdo quantitativa da imprensa inscreve-se na linha teórica da hipótese do *agenda-setting* (também conhecida por *teoria da agenda* ou *agendamento*), que defende que os temas enfatizados pelos *media* se tornam ao longo do tempo importantes para o seu público, ou seja, que a agenda de discussão mediática tem um papel determinante na definição da agenda de discussão pública (McCombs, 2009). Não faz parte do objetivo desta investigação apurar a influência exata da discussão mediática afetivo-sexual nas discussões públicas da sociedade portuguesa da época. Seria muito difícil medir esse impacto a 40 anos de distância – sublinhe-se no entanto que levantamos na nossa amostra temas da intimidade debatidos por leitores das publicações (em secções dedicadas às suas cartas) e, além disso, analisamos em profundidade (de forma qualitativa) um dos mais relevantes debates mantidos pelas leitoras numa das revistas escrutinadas (*Modas & Bordados*), e que foi altamente mobilizador da participação discursiva do público feminino. A análise de conteúdo qualitativa deste debate (*Dossier Gisela*) que é público, dá-nos pistas de reflexão acerca do que poderiam ser, para certos leitores/públicos, *objetos* de interesse temático dentro da intimidade, e seus *atributos* específicos – na hipótese do *agenda-setting*, *objeto* e *atributo* são dois conceitos de relevo: o *objeto* é algo para o qual a nossa opinião é dirigida, algo sobre que temos uma

atitude ou opinião, e *atributo* é um termo que engloba «o amplo leque de propriedades que caracterizam o objeto» (McCombs, 2009: 113).

Pretendemos nesta pesquisa conhecer os *ciclos da atenção de um tema*, ou seja, a «permeabilidade de um assunto nas agendas mediáticas durante um certo período», e refletir sobre as circunstâncias e motores dessa visibilidade mediática (McCombs, 2009: 57).

A hipótese do *agenda-setting* ajuda-nos a elencar os temas que competiram pela atenção do público no período em análise, e a listar «atitudes, opiniões e comportamentos» a que os *media* deram cobertura (McCombs, 2009: 12), inspirando o debate na sociedade portuguesa da época, ou pelo contrário, dando luz a um debate já existente – designa-se por *agendamento reverso* os casos em que é a preocupação da opinião pública que estabelece a agenda dos *media* (McCombs, 2009: 35). O debate que se afirma na imprensa portuguesa entre 1974 e 1976 acerca das fronteiras do erótico e do pornográfico, remete para este tipo de agendamento (*reverso*).

Na hipótese do *agenda-setting*, o interesse reiterado ou polémico de um meio de comunicação sobre um tema pode espelhar-se noutros meios concorrentes. Também esta é uma dimensão de análise na nossa amostra. A polémica reportagem sobre aborto clandestino exibida no programa da RTP intitulado *Nome: Mulher* (da autoria da jornalista Maria Antónia Palla) dá origem a um agendamento reiterado do assunto noutros meios de comunicação, nomeadamente no *Expresso* e na *Modas & Bordados*. Noutras circunstâncias, é a ocorrência de eventos, a manifestação de tendências ou a iniciativa dos jornalistas e editores que dá azo à afirmação na agenda mediática e, eventualmente, por arrasto, à sua introdução na agenda pública, de temas que não se revelavam expressivos. McCombs (2009: 49) refere o exemplo do *New York Times*, que na década de 1980 “descobre” o assunto das drogas, criando no público preocupações com a temática, depois de publicados mais de 100 artigos: «A decisão de colocar as drogas na agenda nacional resultou da descoberta intelectual da situação pelos jornalistas, não de uma resposta a uma mudança da situação real».

Segundo McCombs (2009: 67) há sempre a qualquer momento dezenas de temas a disputar a atenção do público, mas a sociedade e as suas instituições têm um limite na atenção a dedicar-lhe, ou seja, a agenda pública é restrita: «Por muitos anos, uma declaração de que a agenda do público tipicamente incluía não mais do que cinco a sete temas a qualquer momento era aceite como uma generalização empírica». Ainda assim, McCombs aponta para que as evidências de estudos posteriores nos façam crer que esse número é ainda menor. Razões? Tempo e

capacidade psicológica do público, bem como limitações de espaço nas agendas mediáticas (McCombs, 2009).

Os *media* moderam a interação entre Estado, mercado e sociedade civil, dando lugar a uma agenda temática e à emergência de um repertório de argumentos, mas cabe à audiência decidir se se expõe ou não à influência dos meios e se faz sua a agenda em causa (Díaz, 2012). O papel dos *media* é sobretudo relevante nos casos em que o cidadão não dispõe de experiência pessoal sobre o tema (é não participante neste ângulo do constante processo de aprendizagem), recorrendo à seleção informativa da imprensa (Díaz, 2012).

Opinião pública é portanto «o cenário da interação entre os meios e um público, mais ou menos ativo ou instrumental, segundo o tipo de audiência que se trate», e agenda pública «o grau ou hierarquia que outorga o público a determinados temas durante um período de tempo» (Díaz, 2012: 556-557).

Corpus

Que publicações periódicas incluir no *corpus* da nossa pesquisa? Começámos por um levantamento de títulos preferencial, tanto de jornais como de revistas, publicados entre 1968 e 1978. Partimos do princípio de que os contextos ideológicos mais conservadores teriam menos predisposição para o agendamento de um tema ‘tabuizado’ ao longo de quatro décadas, tornando-se por isso menos pertinentes para inclusão no *corpus*. Impôs-se portanto, e à partida, um critério assente em perfis editoriais tendencialmente liberalizantes da intimidade afetiva e sexual. Mas que outros aspetos ter em consideração? Interessava-nos incluir algum título de maior significado entre a população jovem/estudantil e publicações feitas por e para mulheres – a imprensa feminina «é um instrumento propício de produção, difusão e apropriação de conceitos de saber e poder acerca da feminilidade e da sexualidade de uma época» (Filha, 2005: 3). Pacheco (2000: 182) defende que é por via das revistas femininas que a disseminação dos valores sobre sexualidade se torna mais regular e consistente a partir dos anos 1960, no nosso país.

Na primeira formulação do nosso *corpus*, listámos publicações generalistas e dirigidas a públicos específicos (como o feminino ou o estudantil), publicações de referência e populares, publicações mais à direita e mais à esquerda do espetro político, algumas envolvidas na contestação ao regime do Estado Novo, e ainda publicações de natureza religiosa: *Expresso*, *Diário de Lisboa*, *O Jornal*, *Flama*, *Modas & Bordados*, *Crónica Feminina*, *Stella*, *Família*

Cristã, Encontro, Via Latina, Comércio do Funchal, Notícias da Amadora, Memória de Elefante e Jornal do Fundão. Pretendia-se um conjunto de publicações, tão variado quanto possível, mas de escrutínio exequível no contexto temporal de um doutoramento. Embora se saiba que a imprensa de referência incide sobretudo nos temas de política, economia, sociedade e cultura, enquanto a imprensa popular dá menos relevo a estas temáticas, focando mais o entretenimento, o desporto, a intimidade e vida privada (Silva, 2009), limitando portanto a comparação tácita dos dados de ambas, considerámos essencial perceber em que medida a problemática da intimidade foi acolhida em contextos generalistas e especificamente femininos – *a posteriori*, e assumindo que os temas dos afetos e da sexualidade terão convindo em primeira mão às mulheres, escolhemos duas publicações feitas maioritariamente por e para “elas”, permitindo-nos visões diferenciadas, uma mais popular e outra mais elitista. Vejamos então que publicações ficaram no crivo do nosso *corpus*, entre um primeiro momento (muito ambicioso em variedade e contraste) e um segundo momento de consciência e realismo, ciente da morosidade da tarefa: *Expresso* (EXP), *Diário de Lisboa* (DL), *Crónica Feminina* (CF) e o suplemento d’*O Século, Modas & Bordados* (M&B).

O Expresso foi criado em 1973. Tratava-se de um jornal semanário, propriedade da *Sojornal-Sociedade Jornalística e Editorial, SARL*, fundado e dirigido nos seus primórdios por Francisco Pinto Balsemão (detentor de 51% do capital inicial). Entre os acionistas estavam a Sociedade Nacional de Sabões, Manuel Boullosa, a família Ruella Ramos (detentora do *Diário de Lisboa*) e Botelho Moniz. Com posições mais pequenas estavam Luiz Vasconcellos, Francisco da Costa Reis, António Patrício Gouveia, Ruben A. Leitão, Luís Corrêa de Sá, António Flores de Andrade, António Guterres e Marcelo Rebelo de Sousa. Com o *Expresso* afirmam-se algumas inovações relativamente à imprensa portuguesa da época: estatuto editorial, conselho de redação eleito pelos jornalistas, e conselho editorial, para o qual são convidados Mário Murteira, Ruben A., Vasco Vieira de Almeida, João Morais Leitão, Sedas Nunes e Magalhães Mota.

Um dos aspetos negativos da escolha do *Expresso* para o nosso *corpus* é o facto de o primeiro número sair apenas a 6.01.1973 (tiragem de mais de 60 mil exemplares), não nos permitindo ter dados do período Marcelista. O *Expresso* é um semanário generalista, de referência, conotado com a Ala Liberal. Rui Bebiano (2003: 120) refere que embora pretendendo agradar a um público maioritariamente jovem e aberto, se impõe rapidamente como referência, e que a sua posição editorial (marcada no primeiro número, em 1973) vai no sentido de ultrapassar o «orgulhosamente sós», «libertar-se do provincianismo», e rejeitar «todas e quaisquer

ligações [...] com o poder político e o poder económico».

O *Diário de Lisboa* (criado em 1921 e extinto em 1990) é um jornal vespertino, propriedade da *Renascença Gráfica*, SARL, sem indicação de tiragem nem distribuição durante a época estudada. Foi dirigido por A. Ruella Ramos, entre 1968 e 1978, custando 1\$00 em 1968, e 7\$50 em 1978. «De matriz liberal e republicana, [o DL] introduz a partir de 1967 uma série de inovações gráficas e estilísticas, de que é exemplo a produção de suplementos como “A Mosca”, dirigido por Sttau Monteiro, o “suplemento Juvenil”, animado, entre outros, por Mário Castrim e Alice Vieira, o “Suplemento Literário”, dirigido por José Cardoso Pires, e o “Mesa Redonda”, dedicado ao debate dos grandes temas”» (Cardina, 2008: 94). Como o historiador refere, tratava-se do «jornal mais popular junto dos jovens» (Cardina, 2008: 94). O *Diário de Lisboa* é uma publicação de referência, republicana, urbana, elitista, muito lida entre os jovens, e tendencialmente liberal.

A *Modas & Bordados* (suplemento semanal do diário *O Século*, criado em 1912, e extinto em 1977) é uma revista semanal destinada ao público feminino, propriedade da *Sociedade Nacional de Tipografia*. Suplemento de um jornal semanal de grande circulação, teve Maria Lamas como diretora nos anos 1940 e diretora honorária a partir de 1975. Após o 25 de Abril de 1974, a M&B «passou por mudanças editoriais significativas, privilegiando temáticas de cunho feminista» (Filha, 2005: 39). Em 1975 muda o nome para *Mulher – Modas & Bordados*. Em janeiro de 1977, tinha uma tiragem de 22.560 exemplares, e era distribuída em Portugal continental e ilhas, bem como em qualquer país do mundo (mediante assinatura semestral). Em 1977, o preço de capa era 15\$00. O último número da revista é de 2 de fevereiro de 1977 (3380), embora posteriormente se publiquem edições de tamanho reduzido, com artigos sobre moda, culinária e conselhos práticos.¹⁵ A *Modas & Bordados* dirige-se essencialmente a um público feminino de nível sociocultural mais elevado. Um dos aspetos negativos na escolha deste suplemento para o nosso *corpus* é a sua extinção antes do fim do nosso período em análise.

A *Crónica Feminina* (criada em 1956 e extinta em 1987) era uma revista semanal, propriedade de *Aguiar & Dias*, Lda, entre 1968 e 1978. Foi dirigida por M. Cartaxo e tinha uma tiragem de 150 mil exemplares, em 1968 (preço de capa de 2\$00). Nesta época é distribuída em Lisboa, Porto, Luanda e na ex-Lourenço Marques. Em 1968 é dirigida por Maria Helena Dias e tem como chefe de redação Maria Carlota A. de Guerra. Em 1978, a

¹⁵ Em fevereiro de 1978 (3381), agosto de 1978 (3382), janeiro de 1979 (3383), fevereiro de 1980 (3384), dezembro de 1980 (3385), 20 de novembro de 1981 (3386) e 20 de novembro de 1982 (3387).

tiragem da *Crónica Feminina* é de 135 mil exemplares (edição de 5 de janeiro de 1978). Recordista de vendas desde os anos 1950, a *Crónica Feminina* dirige-se «a mulheres de lugar social e formação cultural diversos» (Bebiano, 2003: 91), muito embora seja predominantemente lida por um público tendencialmente popular.

Estimando que o processo de recolha e codificação de um *corpus* com várias publicações ao longo de uma década fosse muito moroso – o que se veio a verificar –, optámos por analisar apenas seis anos no quadro do nosso eixo temporal: 1968, 1973, 1974, 1975, 1976 e 1978. Duas das datas definidas marcam o início (1968) e o fim da década (1978) em estudo. A escolha das restantes (1973, 1974, 1975 e 1976) tem por foco central a Revolução dos Cravos.

As publicações de periodicidade semanal (*Expresso*, *Crónica Feminina* e *Modas & Bordados*) foram escrutinadas a 100%, e o *Diário de Lisboa* foi analisado em 10% das suas edições, a partir de uma tabela com números aleatórios, com uma estratificação por anos.

O *Expresso* e o suplemento *Modas & Bordados* foram analisados em apenas cinco anos do eixo temporal definido, pois em 1968 o primeiro não havia ainda sido criado, e em 1978 o segundo já tinha sido extinto. Ambas as faltas dificultam a interpretação de alguns dados da nossa análise, mas ponderou-se que a importância da escolha de ambas as publicações suplantava esta limitação. Além disso, no período pós-25 de Abril de 1974 surgem e desaparecem diversas publicações, pelo que outras escolhas implicavam a mesma ‘falha’.

Após identificadas as publicações do *corpus*, foram folheadas e fotografadas todas as ocorrências direta ou indiretamente relacionadas com a intimidade afetivo-sexual em duas das quatro publicações definidas (*Expresso* e *Modas & Bordados*) nos anos em estudo. Coligiram-se artigos jornalísticos e de opinião, cartas de leitores, anúncios publicitários, crónicas, textos literários, entre outras tipologias. As peças digitalizadas foram observadas e arquivadas, tarefa que se revelou bastante útil, nomeadamente para a compreensão do contexto político, social e cultural da época – como Carpenter (2002: 330) defende, um dos benefícios da enorme quantidade de tempo gasta no processo de escrutínio e codificação do *corpus*, é «uma excecional familiaridade com os dados». Esta ‘leitura’ minuciosa de todos os registos das duas publicações (EXP e M&B) foi determinante para a elaboração das variáveis (e suas categorias) a incluir na grelha de codificação para análise quantitativa, mas também para a definição do caso de estudo qualitativo (*Dossier Gisela*). Como Ezzy (2002: 60-61) refere, se a coleção dos dados é feita cuidadosamente, a análise está já em curso: «Se a análise

de dados começar apenas depois de os dados serem coletados, os pesquisadores poderão ter perdido muitas oportunidades valiosas».¹⁶

A grelha de registo inicial, constituída com base no material do *Expresso* e *Modas & Bordados* previamente recolhido, foi testada numa amostra de 70 artigos, aumentada e retificada em seguida, de forma a garantir maior amplitude e carácter exclusivo das categorias que compõem as 14 variáveis: 1. Nome da publicação; 2. Data; 3. Autoria; 4. Título; 5. Antetítulo; 6. Intertítulo; 7. Referência à realidade nacional/internacional; 8. Termos/expressões idiomáticas de relevo; 9. Tipo de página/exposição; 10. Tamanho; 11. Tipologia; 12. Foto/ilustração; 13. Temas; 14. Tendência valorativa do artigo.¹⁷

Amostra

O levantamento da amostra foi realizado na Hemeroteca Municipal de Lisboa, onde foram consultados o *Expresso* e a *Modas & Bordados*; na Biblioteca Nacional de Portugal, que nos permitiu aceder à *Crónica Feminina*; e no site *Casa Comum* (da Fundação Mário Soares), que disponibiliza digitalizações do *Diário de Lisboa* em acesso livre, muito embora com falhas de diversos números (suplantámos as ausências com o espólio da Biblioteca Nacional). A identificação e codificação das peças sobre a intimidade nas quatro publicações que compõem o *corpus* de análise foi morosa. Foram folheadas, página a página, 1 030 edições das quatro publicações: 270 do *Expresso*; 199 do *Diário de Lisboa*; 250 da *Modas & Bordados*;¹⁸ e 311 edições da *Crónica Feminina*. A codificação foi feita na íntegra pela investigadora do estudo. A amostra para análise quantitativa da imprensa reúne 1.507 artigos/peças que reportam diretamente ou remetem para a intimidade afetivo-sexual no período em estudo.

Análise estatística uni e bivariada

Concluída a codificação, e elaborada a base de dados digital, foram aplicados procedimentos de validação e de controlo de qualidade, para assegurar a não existência de erros pontuais ou

¹⁶ A tradução de todos os excertos da obra em referência é da responsabilidade da autora.

¹⁷ A última variável (14) subdividiu-se em 6 categorias: “tendencialmente conservador”; “tendencialmente repressivo”; “neutro”; “ambíguo”; “tendencialmente renovador”; “tendencialmente liberalizador”. Muito embora logo à partida existisse consciência da subjetividade, ambiguidade e volatilidade da codificação das peças em função desta categorização, optámos pela sua inclusão, que pressupunha uma leitura integral e uma avaliação ponderada da peça, antes de codificada. À medida que avançámos no processo de codificação a categoria foi-se evidenciando demasiado ambígua e consequentemente equívoca, tendo sido abandonada.

¹⁸ A *Modas & Bordados* regista diversas falhas de publicação, nomeadamente de 11 edições consecutivas entre 29 de outubro de 1975 e 14 de janeiro de 1976.

sistemáticos passíveis de condicionar ou invalidar a análise quantitativa. Construíram-se tabelas de apuramento simples de resultados, que foram a base para decidir sobre o agrupamento de categorias. Na análise univariada foram apurados os resultados para o total da amostra, construindo-se tabelas e gráficos. Como as variáveis analisadas eram qualitativas nominais, foram construídas tabelas de apuramento dos resultados com os respetivos cálculos de frequências absolutas (contagens do número de indivíduos em cada categoria das variáveis em estudo) e relativas (percentagens do total da amostra). Na análise bivariada, foram construídas tabelas de cruzamento com a informação idêntica à apurada na análise univariada, mas por categoria da variável de cruzamento, com frequências absolutas e as respetivas percentagens por coluna. Adicionalmente, com vista a estudar a associação entre duas variáveis nominais a nível inferencial, aplicaram-se testes de independência de qui-quadrado, para testar a hipótese nula de duas variáveis nominais serem independentes. Para além das tabelas com os resultados dos testes de qui-quadrado ou de Fisher, apresentaram-se tabelas com medidas de simetria ou associação, que complementam estes resultados. O V de Cramer e o Coeficiente de Contingência são medidas de associação que variam entre 0 e 1 (quanto mais perto de 1, maior é o grau de associação entre ambas as variáveis em estudo). Para tabelas 2x2, o Phi (que varia entre -1 e +1) e o Coeficiente de Contingência são as medidas de associação mais adequadas. Quanto mais perto de 1 (ou -1) mais associadas são ambas as variáveis em estudo (positiva ou negativamente).

Método qualitativo – O Dossier Gisela (M&B, 1975-1976)

A perspetiva compreensiva é particularmente pertinente na interpretação e explicação de períodos de crise, contextos históricos em que se operam «transformações culturais com profundas mudanças ao nível das práticas sociais» (Guerra, 2010: 8), como seja o de transição da ditadura para a democracia, no Portugal dos anos 1970. É particularmente relevante na descrição de fenómenos complexos, como seja o da intimidade afetivo-sexual. Facilita-nos uma interpretação de processos dinâmicos, permite-nos analisar o fenómeno ‘agarrado’ aos seus contextos locais, ajuda-nos a perceber como os participantes interpretam os seus constructos sociais (Johnson *et al.*, 2004).

O estudo de caso para análise qualitativa foi definido no contexto das 1 507 peças da nossa amostra para análise de conteúdo quantitativa. Enquanto procedíamos à observação e registo fotográfico de artigos no suplemento M&B, encontramos a narrativa autobiográfica de uma jovem de 15 anos (Gisela), a que foi dado o título “*Fiz amor na noite do 25 de Abril*”. O valor

documental deste testemunho juvenil revela-se de imediato, nesta fase de escrutínio prévia. Posteriormente, na etapa de codificação quantitativa dos artigos deste suplemento feminino, verificámos que entre 1975 e 1976, a secção *A Palavra às Leitoras* (destinada a publicar o correio que chegava à redacção) continha recorrentemente referências e comentários à carta da jovem Gisela. Mais, a revista *Modas & Bordados* chamara *Dossier Gisela* a esta intensa e longa discussão pública entre leitoras, em que se refletia sobre a intimidade afetivo-sexual em geral, apesar do ponto nevrálgico ser a iniciação sexual pré conjugal da adolescente. Estávamos perante testemunhos pessoais, cartas escritas na primeira pessoa naquele momento histórico, carregadas de considerações morais, e muitas vezes fundamentadas por argumentos vivenciais. Giddens (2001: 93) destaca a importância da dimensão pessoal para o estudo da sexualidade humana, dando como exemplo o trabalho de Shere Hite, ensaio que tem por base um questionário distribuído às mulheres norte-americanas nos anos 1970 – «um facto notável desse estudo [*The Hite Report on Female Sexuality*] e dos volumes que se lhe seguiram foi a sua ênfase em que a sexualidade não deveria ser estudada apenas através das reflexões de “especialistas” – Kinsey, Masters e Johnsons e outros –, mas abordada através das narrativas de pessoas comuns». ¹⁹ Esta é precisamente uma das valências do *Dossier Gisela*. As cartas das leitoras que se dispõem a comentar a história da adolescente que fez amor na noite do 25 de Abril, possibilitam-nos o acesso a visões pessoais e contrastantes da sexualidade, emitidas no preciso momento histórico analisado. Esta combinação de narrativas permite-nos observar «no mesmo movimento, o sujeito e a sociedade em interação, mas também, e simultaneamente, os factos e as emoções que os acompanham» (Guerra, 2010: 19). Através do *Dossier Gisela* podemos «interpretar a relação entre o sentido subjectivo da acção [“fazer amor até ao fim” antes do casamento], o acto objectivo (práticas sociais) e o contexto social em que decorrem as práticas em análise» (Guerra, 2010: 31).

Sublinhe-se que as cartas das leitoras que compõem o *Dossier* são particularmente relevantes, expressivas e impactantes. Debatem um dos temas que está no centro das transformações que têm lugar na chamada ‘revolução sexual’ de 1960-1970, no ocidente, ou seja, a legitimidade da sexualidade feminina, desenquadrada do casamento e da finalidade reprodutiva. Fazem-no referindo aspetos biográficos das suas leitoras, seus valores e atitudes. Expressam um diálogo rico em reações emotivas a posições morais da sexualidade. A discussão em torno da intimidade afetiva e sexual da jovem Gisela é afinal um debate muito amplo em torno do

¹⁹ «O propósito do projecto, nas palavras de Hite, foi “deixar as mulheres definirem a sua própria sexualidade”, permitir-lhes “dizer abertamente o que sentem sobre o sexo, como definem a sua própria sexualidade e o que a sexualidade significa para elas”» (Giddens, 2001: 93).

caráter público/privado da sexualidade, sua tabuização/destabuização no contexto da efervescente transição política, social e cultural, que se vivia em Portugal entre 1975 e 1976.

A análise de conteúdo qualitativa do *Dossier Gisela* foi realizada com o suporte do *software* MAXQDA, facilitador do processo de organização e codificação dos textos (cartas enviadas à redação da M&B, publicadas maioritariamente na secção *A Palavra às Leitoras*). A escolha deste *software* de QDA (Qualitative Data Analyse) deve-se ao seu caráter *user-friendly*, e a motivos de compatibilidade informática.²⁰ A grande vantagem destes *softwares* é tornarem a codificação e as tarefas de rotina da QDA mais práticas e eficientes (Ezzy, 2002: 119). Após uma leitura e inspeção minuciosa do material do *Dossier Gisela* elaborámos um sistema com 39 *codes* de análise, a sua maioria desdobrável em *subcodes*, procurando desde logo a diferenciação de tendências: mudança/continuidade, tradição/vanguarda, perspectiva conservadora/liberal/moderada.

O estudo de caso

Modas & Bordados (reputado suplemento feminino do jornal *O Século*) publica na edição de 14 de maio de 1975 (3300) uma carta anónima chegada à redação. Vem assinada por uma jovem, que diz chamar-se Gisela. O depoimento é incluído na íntegra, na secção *Esta é a minha história*, um espaço editorial exclusivamente dedicado à divulgação de narrativas biográficas, na primeira pessoa (como é o caso de Gisela), ou colhidas pelas jornalistas da redação. À data, a M&B é dirigida pela chefe de redação Maria Antónia Fiadeiro, jornalista encartada, recém-chegada do Brasil com uma licenciatura em Filosofia²¹. Eis o depoimento da adolescente, como é publicado:

Nasci em 1960, tenho quinze anos embora muitos me dêem mais idade. Venho de uma família burguesa, apolítica e muito obstinada. Tirei a instrução primária num colégio de freiras que eu detestava porque sempre fui muito amiga da justiça e tudo quanto via e não me agradava, tratava logo de contestar e de dizer que não queria, fosse o que fosse! Isto era um suplício para as freiras que se desculpavam, dizendo que as coisas se deviam aceitar como eram, como um sacrifício, por Deus. Deus, Deus, só me falavam

²⁰ À data da análise de conteúdo, poucos *softwares* de QDA eram compatíveis com o sistema Macintosh.

²¹ Maria Antónia Fiadeiro teve uma participação ativa na luta pela emancipação feminina e igualdade de género (foi uma das fundadoras da *Liga dos Direitos das Mulheres*), e uma intervenção de relevo no campo da saúde sexual e reprodutiva no nosso país. Integrou a Direção da APF entre 1978 e 1981, período durante o qual dirigiu, desde o primeiro número (Setembro de 1978), o boletim *Planeamento Familiar* (também da APF). Redigiu para a *Comissão da Condição Feminina* o material informativo sobre contraceção divulgado sob a forma de folhetos em 1980, e quatro anos mais tarde publica *Aborto – O crime está na Lei*, na coleção *Cadernos de Reportagem*, pela editora Relógio d'Água. Em 2003, lançou a biografia *Maria Lamas*, tese de mestrado sobre uma das figuras femininas que marca a luta das mulheres no Estado Novo, mas também o jornalismo no feminino (dirigiu a M&B entre 1928 e 1947).

em Deus e mais nada, era tudo por Deus. De qualquer modo já estava habituada e até gostava d'Ele.

Um belo dia descobri que estava para chegar um irmão! Eu tinha 7 anos. Durante os 9 meses de espera o irmãozinho querido viveu comigo, para me abandonar, logo depois de 48 horas, de ter nascido. Era tão lindo e eu amava-o tanto! Nasceu no fim das férias e quando voltei ao colégio as freiras disseram-me que ele tinha morrido por vontade de Deus. A minha reacção imediata foi gritar que odiava Deus, que ele era mau, que o meu irmão nunca lhe tinha feito mal e que eu nunca mais rezava. E não rezei! Obrigaram-me a ir à missa o que me revoltava ainda mais. Quando já tinha 9 anos acabei de receber a hóstia, saí da igreja e cuspi-a na rua.

Depois de fazer a quarta classe não me quiseram mais no colégio porque eu dava mau exemplo às outras meninas.

Um dos meus primos foi preso pela D.G.S. quando eu tinha 12 anos. Ele tinha 16 e ao fim de um ano voltou de Caxias e a família quase que o excluiu. Era apenas uma criança e não era justo porem-no à parte, só porque ele tinha sido preso. Eu achava que ele tinha sido extraordinário. Era e é socialista. Comecei a encontrar-me com ele, às escondidas, falámos muito, de tudo, de Caxias, e eu beijava-o na face, molhando-o com as minhas lágrimas. Passados 6 meses sobre o início dos nossos encontros secretos, ele quis fazer amor comigo; eu era liberal nessas coisas mas tinha 13 anos e a minha mãe com as suas ideias ainda imperava em mim. Não o fiz nessa altura, mas prometi-lhe que no dia em que eu tivesse a certeza de amá-lo que o fazíamos.

No dia 25 de Abril estava eu em Lisboa como o meu primo. Ele estava esfuziante, parecia doido, pulava, ria, gritava! Segui-o por toda a parte, ele contagiava-me, ofereci flores aos soldados, juntei a minha voz à do povo. E não sei o que nos levou a fazê-lo, talvez a sensação de liberdade, na noite de 25 para 26 de Abril, fizemos amor, até ao fim! Foi maravilhoso embora a princípio ficasse decepcionada. Tinha 14 e ele 18. Hoje, volvidos quase 12 meses estou aqui a escrever a história da minha vida. Os meus pais estão mais democratizados mas mantêm-se apolíticos.

Estão separados na vida conjugal mas vivem juntos por causa do escândalo. Discutem frequentemente. O casamento e o divórcio para mim não passam de disparates mas se estivesse no caso deles divorciava-me.

Quando acabar o quinto ano do liceu vou viver com o meu primo e emprego-me. Tiro o sétimo ano à noite, gosto de estudar. Quero ajudar o meu país a viver. Asfixiava quando o libertámos, é preciso dar-lhe oxigénio. Quero ter filhos e não os quero revoltados como eu, logo no começo da vida. Não me considero revolucionária, até porque mal tive tempo de o ser, mas não deixarei que a minha liberdade morra, a minha e a dos outros, todos devem ser livres.

Quero ajudar Portugal seja como for.

Gisela (M&B, 1975, 3300)

Após a publicação da história de Gisela, dezenas de cartas com comentários, considerações e críticas chegam à redação, ao longo de cerca de 17 meses, sendo reproduzidas em 33 edições da revista, maioritariamente na secção *A Palavra às Leitoras* – o debate é quase exclusivamente feminino (só um leitor se manifesta).

Segundo Maria Antónia Fiadeiro, todas as narrativas das leitoras recebidas na redação foram publicadas, muito embora tivessem sido feitos cortes na sua extensão, por uma questão de

economia de espaço. Três das cartas das leitoras, que refletem alargadamente sobre o caso Gisela, são destacadas em jeito de artigo.²² Partem do caso da adolescente, mas examinam de forma mais genérica a problemática em causa. A opção por publicar estas três narrativas como se se tratassem de artigos, segue de uma política editorial genérica de promoção da leitora a correspondente, e de promoção do seu contributo a colaboração. Maria Antónia Fiadeiro, chefe de redação, fundamenta estas intenções editoriais:

As propostas de colaboração que me chegam são muitas e de diversas características: artigos, contos, relatos, poesia e até reportagem. Muitas leitoras nos pedem que façamos a crítica, quando os seus trabalhos não são publicados. Não temos de momento condições para o fazer, salvo raríssimos casos. Adoptamos as seguintes normas que esperamos as leitoras compreenderão. Todas as colaborações devem vir devidamente identificadas, assinalando a leitora quando o desejar o uso de pseudónimo. [...] As colaborações refletem a opinião da leitora e não necessariamente da revista. A seleção é feita contudo em função da orientação da revista expressa no seu estatuto editorial, em função da qualidade. Pretendemos assim assegurar às leitoras que estabelecem contacto connosco a possibilidade de usarem toda a revista como uma tribuna, fomentando o debate, o esclarecimento, a consciência da situação e o papel da mulher na sociedade (M&B, 1975, 3319).

Não existe naquilo que se torna o *Dossier Gisela* nenhuma abordagem jornalística ou editorial. A redação deixa portanto que a polémica se desenvolva numa lógica exclusiva de envolvimento de leitoras. A duração do debate e o extenso número de comentários de leitoras leva a que a M&B se sinta na obrigação de sublinhar que não teve qualquer intuito sensacionalista com a divulgação da carta de Gisela. Na entrada da peça “O problema sexual e o problema religioso” (M&B, 1975, 3317) a direção do suplemento reconhece no entanto que foi ultrapassada pelo desenrolar do processo.

A história de Gisela “Fiz amor na noite do 25 de Abril”, enviada à redação para mais de quatro meses, suscitou ampla polémica entre as leitoras. A história transformou-se num caso e o caso num dossier. ‘Dossier’ Gisela. Composto por muitas e muitas cartas de leitoras, umas acusando, outras compreendendo, mas não aceitando, outras compreendendo e defendendo. Durante estes meses Gisela esteve no banco dos réus. A revista foi ultrapassada pelo desencadear deste processo, já que não nos moveu nenhum intuito sensacionalista com a publicação dessa história (M&B, 1975, 3317).

A longa discussão do caso Gisela (a sua subida à tribuna do M&B) só termina na edição de 27

²²“O problema sexual e o problema religioso”, assinado pela estudante Rita Dias (M&B, 1975, 3317); “Fazer amor? Que fazer do amor?”, assinado por Margarida de Belo Redondo (M&B, 1976, 3333); “O amor não se idealiza”, assinado por Lúcia Cruz Oliveira (M&B, 1976, 3343).

de outubro de 1976 (3365). Apesar da polémica, a adolescente mantém o silêncio ao longo do tempo em que é discutida pelas leitoras a legitimidade e moralidade do seu gesto (iniciar-se sexualmente aos 14 anos, na noite da Revolução, e afirmá-lo publicamente). Numa entrevista que realizámos a Maria Antónia Fiadeiro (em dezembro de 2013), a ex-chefe de redação da M&B relembra a força do testemunho da jovem, à época:

Chega por carta, escrito exatamente da forma como é publicado. É esta a memória que tenho [...]. Lembro-me de pensar: Mas isto é um texto fabuloso! É uma síntese! É um ato de coragem [...]. Ela ali tocou tudo: era uma jovem, era uma virgem, tinha alguma consciência (não era uma menina balelas). Toca na igreja. Faz coincidir a liberdade coletiva com a sua própria liberdade de se entregar. É uma questão política. É a sinceridade (um valor que não é masculino, machista, político), um valor feminino, mediterrâneo, do Camus [existencialista]. Esta é a lembrança que eu tenho. E depois... a alegria, a alegria íntima, pessoal, do ser. [A carta/experiência de Gisela] Tem tudo lá!

A fotografia (imagem 13, página 203) que ilustra a narrativa de Gisela (“Fiz amor na noite do 25 de Abril”), mostra um corpo masculino (incógnito, pois não se vê a cabeça), vestido com o que aparenta ser vestes sacerdotais, carregando em braços uma mulher, nua, adormecida, desfalecida, de cabeça pendente. No canto da imagem arde uma vela. Na entrevista acima citada, Maria Antónia Fiadeiro refere em relação à opção pela fotografia: «Aquela ilustração foi chocante para mim. Eu nunca a teria escolhido. [...] foi a pessoa que tinha o dossier das imagens que a escolheu».

Um retrato das leitoras (M&B)

A evolução da M&B ao longo do Estado Novo é tema de reflexão de um editorial após o 25 de Abril de 1974 (3277). A publicação «orgulha-se de ter tido directoras que conseguiram, apesar das circunstâncias, dar novos impulsos à revista e romper a estagnação que o governo fascista impôs ao País, a todos os seus cidadãos e duplamente às mulheres portuguesas» (Filha, 2005: 57). Noutro editorial, intitulado “*A mulher e a liberdade*”, apela-se à participação feminina na nova fase que o país então vive: «nós, mulheres, temos também de enfrentar corajosamente a nossa verdade: é preciso, é urgente que todas as portuguesas, sem excepção, colaborem na grande tarefa que se abre perante nós, de modo a criarmos um presente e um futuro digno de nós mesmas e dos nossos filhos» (M&B, 1974, 3248).

A M&B passa por diversas mudanças no pós-revolução: a palavra “*Mulher*” é incluída no título (a partir de Julho de 1975) e os «temas e conteúdos adquirem um tom militante e

feminista, com assuntos nomeadamente sociais e políticos, até então descartados» (Filha, 2005: 57). E em relação às leitoras? Há alterações significativas no perfil dos públicos da revista antes e após o 25 de Abril de 1974? No artigo “Quem nos Lê”, assinado pela socióloga Maria José Paixão (M&B, 1976, 3325), resumem-se as conclusões de um inquérito²³, a que respondem 135 leitoras da revista. O objetivo da publicação era conhecer as suas «características, interesses, gostos e motivações» (M&B, 1976, 3325). Vale a pena olhar para estes dados, muito embora, tal como se reconhece na peça, as conclusões da amostra não possam ser extrapoladas para o total das leitoras.

A maioria das respondentes ao inquérito tinha idades entre os 15 e os 19 anos. Seguem-se-lhe mulheres entre os 25 e os 29 anos. Apesar disso, Maria José Paixão refere que foram recebidas respostas de todas as faixas etárias (dos 12 aos 72 anos), indicativas de que a revista agradaria a um público diferenciado, «sendo lida por três gerações» (M&B, 1976, 3325). Em matéria de instrução, a grande maioria das mulheres que respondem ao inquérito tinha completado ou frequentado o ensino secundário, 16% o ensino primário, e 12% dispunham de frequência universitária (ou licenciatura concluída). Cerca de 51 por cento das leitoras respondentes não tinham filhos – «este facto relaciona-se, evidentemente, com a proporção elevada de leitoras muito jovens que colaboraram no inquérito» (M&B, 1976, 3325). Em termos profissionais, 27% eram domésticas, 22% empregadas de escritório, e em terceiro lugar, embora não se refira a percentagem, responderam as leitoras estudantes. Além delas, também há entre as repostas funcionárias públicas, operárias fabris, professoras primárias e liceais, empregadas bancárias, modistas e costureiras, «uma regente escolar, uma assistente universitária, uma jornalista, uma telefonista, uma impressora, uma químico-farmacêutica, uma analista, uma ex-reporter fotográfica e até uma desempregada» (M&B, 1976, 3325). A tipologia de abordagem preferida pelas respondentes é a reportagem, com 50% dos votos das leitoras. Em segundo lugar as preferências vão para os contos e para as secções de bordados e crochês, decoração e arte no lar. No contexto da intimidade afetivo-sexual, entre os temas que as respondentes da *Modas & Bordados* manifestaram interesse em ver tratados, destacam-se: “O problema da mãe solteira”, “A exploração da mulher”, o “Casamento”, o “Divórcio”, o “Aborto”, a “Homossexualidade” e a “Prostituição”.

No artigo “Quem nos Lê”, Maria José Paixão estabelece um paralelo entre o inquérito de 1975 e outro realizado pela publicação em 1972, cujos resultados apontavam para que a leitora da M&B pertencesse «à pequena burguesia», fosse casada, tivesse filhos e uma

²³ Lançado a 11 de junho de ano anterior.

«predileção especial pela culinária e outros afazeres domésticos» (M&B, 1976, 3325). Este retrato das leitoras tirado no período marcelista difere substancialmente do retrato das leitoras realizado no pós-revolução dos Cravos. A mulher jovem e sem filhos, e a mulher que exerce uma profissão remunerada, predominam no período democrático – as considerações de Maria José Paixão apontam também para a inclusão das mulheres operárias no perfil de leitoras da M&B em 1975 (para além das da pequena e a média burguesia) (M&B, 1976, 3325).

No pós-revolução, as preferências temáticas das respondentes, face aos artigos publicados nos números anteriores da revista, são as seguintes:

- “Sobre a mulher” (inclui temas da discriminação e emancipação feminina, bem como do papel da mulher na revolução);
- “Sobre o aborto e a anticoncepção”;
- “Sobre a família” (inclui a discussão da lei da família e o tema do divórcio);
- “Sobre problemas sociais”;
- “Sobre a infância e a adolescência” (inclui temas como a droga e o amor);
- “Sobre o “Cinema”.

Esta posição contrasta com as preferências das leitoras em 1972:

[...] os assuntos ligados ao lar foram os mais votados; depois vieram os assuntos de entretenimento (artes plásticas; cinema; música, teatro, rádio), moda e beleza. [...] Com pouca votação, mas também com importância, foram sugeridos assuntos referentes a: sexualidade; casamento e planeamento familiar; literatura; cultura geral; saúde, medicina; trabalho e religião (Filha, 2005: 55).

Conclui Maria José Paixão, autora do artigo “Quem nos lê”, que «as mulheres portuguesas estão em mudança: Os seus horizontes abrem-se. A casa e os filhos continuam a ter o seu lugar mas os interesses [...] não se lhes limitam. Desejam conhecer o mundo que as rodeia» (M&B, 1976, 3325).

REFLEXÕES EM TORNO DOS CENTROS TEÓRICOS

Saúde e direitos sexuais

Os traços marcantes da evolução do entendimento da sexualidade, no ocidente, desde meados do século XX, vão no sentido da sua afirmação enquanto fenómeno histórico, eminentemente político e sociocultural, contingente, em construção permanente, e fundamental na busca

identitária e de cidadania. Hoje mais do que nunca a sexualidade integra os discursos públicos (através dos *media*, sistemas de comunicação, parlamentos, tribunais e outras arenas políticas globais), tendo-se conseguido desde os anos 1980, e nas sociedades em geral, importantes conquistas face à sexualidade, ao nível da saúde e dos direitos humanos (Petchesky, 2004).

No início do século XXI a *World Health Organization* (WHO) define o termo sexualidade como um «aspeto central ao longo da vida do ser humano», influenciado pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, económicos, políticos, culturais, jurídicos, históricos, religiosos e espirituais.²⁴ Para esta Organização Mundial de Saúde, a sexualidade pode ser «vivida e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos»²⁵. A WHO define igualmente *saúde sexual e direitos sexuais*, como conceitos essenciais complementares:

[A saúde sexual é] um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social em relação à sexualidade; não é apenas a ausência de doença, disfunção ou enfermidade. A saúde sexual requer uma abordagem positiva e respeitosa à sexualidade e relações sexuais, bem como a possibilidade de ter experiências sexuais agradáveis e seguras, livres de coerção, discriminação e violência. Para a saúde sexual ser alcançada e mantida, os direitos sexuais de todas as pessoas devem ser respeitados, protegidos e garantidos (WHO, 2006).²⁶

No sítio online da *World Health Organization*²⁷, como contributo para a discussão sobre *saúde sexual*, afirma-se que a mesma deve ser entendida de «forma holística e positiva», requerendo: bem-estar; respeito, segurança e liberdade; acautelamento em todo o tempo de vida do indivíduo, nomeadamente juventude e terceira idade; diversidade nas formas de expressão sexual; o reconhecimento da influência de normas de género, papéis e dinâmicas de poder; e o seu entendimento contextualizado em termos sociais, económicos e políticos. Para a WHO²⁸, não é possível uma sexualidade saudável se os *direitos sexuais* não forem garantidos. Entre eles, aponta-se o direito à igualdade e não-discriminação; a viver livre de punições, tratamentos degradantes ou tortura; à privacidade; a casar e constituir família de livre vontade; a dissolver o casamento; a decidir o número e espaçamento de filhos; e a dispor de informação, educação e liberdade de opinião e expressão.

²⁴ Fonte: http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en/index.html, consultado em 11 de setembro de 2015. Tradução da autora.

²⁵ Fonte: Idem.

²⁶ Fonte: Idem.

²⁷ Fonte: http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/conceptual_elements/en/, consultado em 11 de setembro de 2015.

²⁸ Fonte: http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en/index.html, consultado em 11 de setembro de 2015.

A adoção da noção de *direitos sexuais* é ainda recente. Conquistou lugar nas convenções internacionais de direitos humanos em meados da década de 1990, após prolongadas lutas – é também este o momento em que se desenvolvem ideias sobre direitos reprodutivos e sexuais, que inspiram a defesa e inclusão das minorias sexuais (Petchesky, 2004).

Durante a década de 1990 a nova terminologia [saúde sexual] vai ganhar força internacional, nomeadamente pela aprovação da Carta dos Direitos Sexuais e Reprodutivos pela IPPF (a principal agência internacional de planeamento familiar). [...] os conceitos de saúde sexual e de saúde reprodutiva [...] são considerados direitos individuais, independentemente da idade, género, orientação sexual, religião ou etnia; não se limitam aos casais casados e heterossexuais; abrangem a fecundidade e a sexualidade; envolvem o acesso à informação e aos serviços de saúde; e implicam uma abordagem interdisciplinar e não somente médica, representando a consagração, em documentos de política internacional e em orientações técnicas, de um conjunto de temas e expectativas que constituem importantes referências para a produção das políticas sexuais à escala nacional (Vilar, 2009: 12-13).

O livro de David Evans – *Sexual Citizenship* (1993) – é pioneiro na teorização do conceito de cidadania sexual, num momento em que campanhas internacionais lutam por *direitos sexuais* e de género na agenda mundial, através das Nações Unidas, do Movimento Mundial das Mulheres, da UNICEF, de movimentos *gays* e lésbicos, entre outros (Plummer, 2012). Rosalind Petchesky, citada por Plummer (2003: 64-65), refere que o termo *direitos sexuais* é reconhecido de forma pioneira (apesar de controversa) na IV *Conferência Mundial sobre a Mulher* (Organização das Nações Unidas), em 1995, em Pequim.²⁹ Até à década de 1990, as palavras “sexualidade” ou “sexual” não surgiam em documentos internacionais intergovernamentais – à exceção da Convenção dos Direitos da Criança (de 1989), que previa o combate à exploração e abuso sexual infantil (Girard, 2008). As referências eram até então apenas indiretas, através de temas como o casamento ou o planeamento familiar, ou seja, circunscritas a contextos heterossexuais conjugais e reprodutivos. Citando um estudo intitulado *The Sexual Citizen* (de David Bell e Jon Binnie, dois autores que analisaram o lugar

²⁹ No parágrafo 96 da *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher* pode ler-se: «Os direitos humanos das mulheres incluem o direito a ter controlo e decidir livre e responsabilmente sobre questões relacionadas com a sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livre de coerção, discriminação e violência [...]». Do parágrafo 96 da citada Declaração, consta: «[...] atenção deve ser dada à promoção das relações de género mutuamente respeitadas e equitativas e, particularmente, à garantia das necessidades educacionais e de serviços dos adolescentes, para que possam lidar de forma positiva e responsável com a sua sexualidade. A saúde reprodutiva elude muitas pessoas no mundo devido a fatores como: níveis inadequados de conhecimento sobre a sexualidade humana e inadequada ou má qualidade de informação e serviços de saúde reprodutiva; prevalência de comportamentos sexuais de risco; práticas sociais discriminatórias; atitudes negativas em relação às mulheres e meninas; poder limitado que muitas mulheres e meninas têm sobre suas vidas sexuais e reprodutivas. Os adolescentes são particularmente vulneráveis por causa da sua falta de informação e acesso aos serviços relevantes na maioria dos países». Tradução da autora. Fonte: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf, consultado em 17 de outubro de 2015.

da sexualidade na teoria política e social) Plummer (2003a: 64-65) sublinha que – mesmo no início do século XXI – o sexual era repetidamente “minimizado”/“desvalorizado”.³⁰ E que a política precisava ler e escutar as diferentes formas de viver a vida, bem como reconhecer direitos e responsabilidades aos novos ‘grupos de intimidade’, fossem eles «cibercidadãos», «cidadãs barriga-de-aluguer», «cidadãos pós-divórcio», «cidadãos de famílias lésbicas», «cidadãs mães-solteiras», «cidadãos transgender», «cidadãos fetichistas» ou «cidadãos sadomasoquistas»³¹ (Plummer, 2001: 10). À semelhança do que aconteceu na chamada “revolução sexual” de 1960/70 – marcada por movimentos como o feminista e o *gay*/lésbico – a «elaboração real e simbólica da sexualidade» faz-se muitas vezes com base em reivindicações de grupos específicos (Daoust, 2005: 12).

Nos dias de hoje, a intimidade afetiva e sexual ganhou uma importante e inquestionável centralidade. Os indivíduos interrogam-se sobre como querem viver, como querem educar os filhos, como querem lidar com o próprio corpo, como querem relacionar-se enquanto seres do seu género, como querem desenvolver-se como pessoas eróticas (Plummer, 2001). Trata-se de uma mudança social profunda. Nas últimas décadas, vivemos num mundo de transição (Weeks, 2007: 3)³², a meio de uma “longa”, “espiralada”, “confusa”, “inacabada”, mas profunda “revolução”, que transformou as possibilidades de vivência da diversidade sexual. Deu-se uma revolução na vida de todos os dias, uma democratização da vida íntima, com implicações inquietantes e inconclusas para as relações entre as paixões privadas e a vida pública (Weeks, 2007). Entre as principais transformações, aponta-se uma revolução de género, a pluralização das famílias, a ampliação dos direitos reprodutivos, o *come out* da homossexualidade, a perseguição ao abuso e violência sexual, o reconhecimento da diversidade sexual, a explosão de discursos/histórias sexuais e a expansão da cidadania da sexualidade. Porém, mantêm-se outras dinâmicas, nomeadamente a heterossexualidade institucionalizada, o comércio do erotismo, o medo das doenças sexuais e da diferença, tal como o prolongamento do poder em torno da raça, etnia, classe e idade (Weeks, 2007).

As transformações socioculturais contemporâneas têm provocado a erosão da fronteira entre público e privado, criando possibilidades para formas de vida íntima mais plurais e democráticas (Plummer, 2003; Weeks, 2007; Reynolds, 2010). Nesta linha de atenção

³⁰ Ken Plummer usa a palavra “trashed”. Os excertos desta obra são todos tradução da autora.

³¹ Em diversos países europeus, os praticantes de BDSM (Bondage, Disciplina, Sadismo e Masoquismo) fazem paradas de orgulho sadomasoquista, contestando o estigma parafílico (definido pelo DSM da APA) e reclamando o direito a se assumirem no contexto de uma identidade sexual minoritária.

³² Todos os excertos da obra foram traduzidos pela autora.

continuada e profunda às questões da intimidade, a sexualidade acentuou-se um terreno de emancipação/luta política (Giddens, 2001), sendo necessário buscar os caminhos de aproximação para uma *cidadania da intimidade*, tarefa que cabe não só aos políticos e ativistas, mas também aos cientistas sociais em geral e aos sociólogos em particular (Plummer, 2001; Reiss, 2006).

Afirmação do social no sexual

No início do século XX, entre os criadores da ciência sexual (*sexualwissenschaft*) existia já a convicção de que seria necessário contemplar no estudo da sexualidade dados sociais, culturais e históricos, para além dos dados biológicos e psicológicos – Iwan Bloch (1872-1922) é uma das vozes que defende esta perspectiva multidisciplinar da sexologia (Vaz, 2003: 39). Apesar disso, genericamente, os sexologistas da primeira metade do século XX cartografaram a fisiologia do desejo sexual e suas diversas práticas, os psiquiatras ouviram as confissões de fantasias sexuais dos clientes, os demógrafos estudaram a fertilidade humana (Seidman, 2010), mas outras dimensões da intimidade (sociais, culturais, históricas) não foram valorizadas. A sexualidade entendia-se um fenómeno essencialmente natural, analisável numa perspectiva biológica, médica e psicológica.

A vida amorosa, em todo o seu mistério, é dificilmente definível, fugidia às racionalizações. [...] Mas nem por isso deixa de ser sondável ou sociologizável. Estranho é que a sociologia tenha desprezado ou deixado à margem este universo que a todos nos toca, tão afetuosamente, até mesmo aos sociólogos (Pais, 1998: 407).

Sexo e morte – dois aspetos fundamentais da humanidade – foram até recentemente mantidos na sombra do escrutínio sociológico, por alegadamente serem factos biológicos (Hawkes, 2004). Tradicionalmente, as ciências sociais, nomeadamente a sociologia, tenderam a encarar as experiências afetivo-sexuais como subjetivas, relegando-as para uma esfera de análise entendida como incómoda (Illouz, 2009), ou seja, a esfera da vida privada – note-se que questões associadas à sexualidade integraram a tradição da sociologia alemã, nomeadamente os trabalhos de Simmel e Elias, onde é possível «reconhecer uma valoração da vida sexual como dimensão importante das forças subjectivas em jogo na dinâmica social» (Duarte, 2004: 57). Alfred Kinsey marca com os seus trabalhos publicados entre 1948 e 1953 (respetivamente *Sexual Behavior in the Human Male* e *Sexual Behavior in the Human Female*) um parêntesis na sua época, levando a sexualidade a ser estudada com a ajuda de técnicas sociológicas tanto quantitativas como qualitativas, e explicada sobretudo através do

contexto social (Guasch *et al.*, 2003b).³³ Mas é a partir da segunda metade do século XX, que a sexualidade se começa a afirmar um assunto social. A partir da década de 1970 inicia-se um «processo de intensíssima produção intelectual sobre a sexualidade em seus mais diversos aspectos e dimensões» (Duarte, 2004: 61). E instala-se entre a pesquisa académica, o ativismo político e as políticas públicas, uma interação muito dinâmica relativamente ao domínio das vivências íntimas afetivo-sexuais (Duarte, 2004: 72). Começa-se a questionar, não mais o que é a força interna que cria o desejo, mas sim o que o provoca, organiza e interpreta, enquanto atividade social (Daoust, 2005).

Até épocas recentes e salvo contadas exceções, a demografia, a história, a sociologia e a antropologia ocuparam-se da sexualidade de modo tangencial e generalista. É preciso esperar pela década de 1980 (e pela influência académica dos movimentos feminista e gay) para que as ciências sociais desenhem um olhar específico e direto sobre a sexualidade. A teoria feminista, a crítica gay-lésbica (institucionalizadas nas universidades anglo-saxónicas como *Women's studies* e *Gay e Lesbian Studies*), e sua influência nas ciências sociais marcam um ponto de inflexão a respeito do modo como estas contemplam a sexualidade. Desde os anos oitenta a sexualidade converte-se num objeto legítimo de estudo sociológico (Guasch *et al.*, 2003: 12-13).

A suposta base natural do género e da sexualidade é questionada principalmente por três aproximações disciplinares: a pesquisa social da intimidade afetiva e sexual, pelos contributos de sociólogos como John H. Gagnon, William Simon e Kenneth Plummer, influenciados pelo interacionismo simbólico; a teoria psicanalítica (nomeadamente por autores como Jacques Lacan, Gilles Deleuze, Félix Guatarri, Guy Hocquenghem, e por feministas como Juliet Mitchell, Jessica Benjamin e Nancy Chodorow); as análises históricas de Michel Foucault, Randolph Trumbach, Robert Padgug, Jeffrey Weeks, John D'Emilio, Estelle Freedman e o trabalho antropológico de autores como Gayle Rubin, Esther Newton, Gilbert Herdt, Peter Fry e Carole Vance (Corrêa *et al.*, 2008: 109-110).

Entre as investigações que marcam determinantemente a afirmação teórica da construção social da sexualidade, está *Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality*³⁴, livro publicado em 1973, nos EUA. Os seus autores, os sociólogos norte-americanos John H. Gagnon³⁵ e William S. Simon fizeram ambos carreira no Kinsey Institute of Sex Research.³⁶

³³ Todos os excertos citados da obra foram traduzidos pela autora.

³⁴ Não existe tradução da obra *Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality* para a língua portuguesa. Todas as citações foram traduzidas pela autora.

³⁵ John Gagnon continua a desenvolver trabalho como investigador. Apresentou uma comunicação intitulada «The Kinsey Reports and Researching Sex in the Post Kinsey Period: Changing Science and Changing Justifications», no 10º Congresso Internacional da Federação Internacional de Sexologia Clínica, que teve lugar no Porto (Portugal), em 2010, organizado pela Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica.

A par do trabalho dos dois teóricos dos *scripts* sexuais, surgem nos anos 1970 publicações como o *Journal of Homosexuality* (1974), *Women's Studies* (1974), *Signs* (1975) e *Sex Roles* (1975), que trouxeram ao público «os primeiros artigos importantes sobre a história dos papéis, atitudes e práticas sexuais» (Garton, 2009: 28). O pioneirismo de Gagnon e Simon, que iniciam os estudos ainda na década de 1960, consiste na inversão de uma perspectiva empirista *essencialista* para uma nova perspectiva que busca o significado do ato sexual para o ator, relacionando este sentido subjetivo com o contexto cultural e social (Corrêa *et al.*, 2008).

Sexual Conduct – primeira teorização *construtivista* da sexualidade – reclama a necessidade de “olharmos” para o fenómeno sexual a partir de um prisma social, cultural e histórico (variável segundo fatores como o género, a idade e a origem socioeconómica dos indivíduos). «Para Gagnon e Simon (1974), atos, sentimentos e partes do corpo não são sexuais em si mesmos, mas tornam-se através da aplicação dos *scripts* socioculturais, que os imbuem de significado sexual» (Jackson *et al.*, 2010: 13-14).³⁷

A perspectiva *construtivista* da sexualidade defendida por Gagnon e Simon opõe-se à perspectiva *essencialista*, que entende a sexualidade humana como um fenómeno exclusivamente predeterminado pela natureza e regido por princípios absolutos.

Nas trincheiras do essencialismo viceja a convicção de que há algo inerente à natureza humana, inscrito nos corpos na forma de um instinto ou energia sexual, que conduz as ações. A sexualidade ora restringe-se a um mecanismo fisiológico, ao serviço da reprodução da espécie, ora à manifestação de uma pulsão, de ordem psíquica, que busca se extravasar (Heilborn, 1999: 9).

Collin (1991: 312) qualifica o *essencialismo* como uma «metafísica dos sexos», que «afirma uma diferença essencial, ou mesmo natural, entre as mulheres e os homens, definindo as suas respectivas especificidades». Esta visão *essencialista*, apelando à compreensão do sexual por via biológica e médica, prevaleceu até aos anos 1970, apesar da existência de estudos empíricos na primeira metade do século XX, que nos remetiam já para uma compreensão social da sexualidade, tanto na sociologia como na antropologia. A título de exemplo, note-se a obra de Bronislaw Malinowski – particularmente *Sex and Repression in Savage Society* (1927) e *The Sexual Life of Savages in North-Western Melanesia* (1929) – os trabalhos de Margaret Mead, em concreto *Sex and Temperament in Three Primitive Societies* (1935), ou

³⁶ Atualmente Kinsey Institute for Research in Sex, Gender and Reproduction.

³⁷ Tradução da autora.

ainda a sociologia de Gilberto Freyre, pela abordagem da sexualidade na análise da cultura brasileira, nomeadamente em *Casa-grande e Senzala*, publicado em 1933.

O *construtivismo* problematiza a universalidade do instinto sexual, propõe a existência de formas específicas de sexualidade, com significados (ou teias de significado) distintos, em função das culturas, dos grupos populacionais, do sistema de parentesco e de género, das classificações etárias, da estrutura de privilégios sociais e de distribuição de riqueza (Heilborn, 1999). Segundo a perspectiva *construtivista*, a compreensão da sexualidade não passa por estudar apenas os indivíduos ou as estruturas sociais, mas os «processos interacionistas que caracterizam a vida em sociedade», sendo sujeitos à erosão/modelação do tempo histórico (Quartilho, 2003: 134).

A problemática *essencialismo-construtivismo*, que dominou os estudos da sexualidade entre 1970 e 1990, mobilizou cientistas para uma arena de debates teóricos sobre a natureza da sexualidade e sobre como ela operou ao longo do tempo (Garton, 2009; Plummer, 2012). Atualmente, muitos autores da sociologia, antropologia e história, apresentam propostas que apontam no sentido de uma visão combinada, alternativa a este modelo binário que opõe *essencialismo e construtivismo*: «Mais recentemente historiadores procuraram ultrapassar esta dicotomia para teorizarem como as identidades e as práticas sexuais podem ser simultaneamente históricas e trans-históricas [...]» (Garton, 2009: 21–22).

No prefácio da edição de 2005 de *Sexual Conduct*, Plummer defende que hoje em dia, mais até do que há 40 anos, é preciso alerta e sentido crítico para com a «tirania do biológico» em matéria de sexualidade. Nas últimas três décadas, teoria, investigação e ativismo em torno da sexualidade, foram renovados e diversificados nas suas fronteiras nacionais e culturais (Corrêa *et al.*, 2008). Ocorreram reformas políticas e legais importantes na maioria dos países, mas apesar disso, as concepções *essencialistas* da sexualidade continuam a proliferar: «Hoje, como no passado, os discursos e as evidências científicas são mobilizados constantemente para estudos académicos e *media* no sentido de "provar" a marca natural do comportamento sexual humano e a sua intrínseca conexão com a reprodução» (Corrêa *et al.*, 2008: 29-30).

Moita (2003: 96-97) lembra que a medicina e a psicologia «foram (e, nalguns casos, continuam a ser) disciplinas fortemente responsáveis pela manutenção de posições de marginalização e discriminação que vão do heterossexismo à homofobia, à bifobia e à transfobia», justificados por supostas noções do que é normal e natural em sexualidade -

lésbicas, *gays* e bissexuais foram equivocadamente classificados doentes nas listas de patologias mentais como o DSM (da *Associação de Psiquiatria Americana*) até 1973.

Apesar das prevalências *essencialistas*, entre o início do século XX e o início do século XXI, a sexualidade libertou-se de um enquadramento marcadamente “natural”, passando a ser entendida como um fenómeno multifacetado e multi-influenciado, central para a construção da identidade e da cidadania. Nas últimas seis décadas a sexualidade entra definitivamente na agenda das ciências sociais e na agenda da defesa dos direitos humanos.

A sociologia da sexualidade

Dado que «a compreensão é uma relação entre observador e observado que deve ser tratada como relação social em sentido pleno» e porque «a realidade histórico-social e a sua observação não são a mesma coisa [...], mas uma realidade “relacionada”» (Donati, 2006: 200), entendemos incluir nesta reflexão teórica, uma breve análise da forma como a própria sexualidade se constituiu (e constitui) objeto e campo de estudo da sociologia a partir da segunda metade do século XX.

Guasch (*et al.*, 2003) define a sociologia da sexualidade como uma área de estudos que se ocupa da compreensão do que é o sexo, de descrever que espaços e tempos tem adjudicados, que atores o executam, de que modo o fazem, com que razões, e consequências sociais. «Investigar sobre sexo é, em parte, investigar sobre conflito e controlo social. [...] a Sociologia da Sexualidade analisa [...] a socialização do género, da orientação sexual, da identidade sexual» (Guash *et al.*, 2003: 5). Os instrumentos teóricos e conceptuais deste campo sociológico estão ainda, segundo Weis (2002), numa fase da sua infância: é pouca a investigação sobre a sexualidade que é orientada para testar hipóteses teóricas, e poucas teorias testadas empiricamente com precisão conceptual têm vindo a emergir.

No XVII Congresso da *International Sociological Association* (Gotemburgo, Suécia, 2010), o comité de investigação em *Teoria Sociológica* propôs uma sessão de debate sobre o tema – «Teorizando a sexualidade sem advocacia» –, organizada por Giuseppe Sciortino (Universidade de Trento, Itália). A fundamentação para a criação deste fórum foi justificada *online*³⁸ da seguinte forma:

³⁸ Site do XVII Congresso da ISA: <http://www.isa-sociology.org/congress2010/rc/rc16.htm>, consultado em 13 de janeiro 2012. Tradução da autora.

Uma grande parte das pesquisas atuais em sociologia da sexualidade é justificada por pressupostos políticos ou ideológicos, em vez de ser justificada por argumentos enraizados em problemas analíticos. A maioria dos argumentos são moldados por preocupações de defesa das minorias sexuais, ao invés de se tentar compreender a sexualidade de forma mais generalizada, enquanto dimensão fundamental da vida social. É possível desenvolver-se uma teoria social da sexualidade capaz de compreender adequadamente os comportamentos sexuais e seus significados? Embora existam muitos desenvolvimentos promissores – da teoria dos *scripts* sexuais, à análise dos campos sexuais, das abordagens evolutivas às abordagens culturais da sexualidade –, a falta de um debate teórico sustentado e adequado é o principal obstáculo para o desenvolvimento da sociologia da sexualidade. São bem-vindas todas as ideias para um caminho a seguir neste sentido.³⁹

Ira Reiss (2006), sociólogo norte-americano que se bate desde os anos 1950 contra a relutância acadêmica em aceitar que o estudo da sexualidade é cientificamente válido e socialmente relevante, defendia há menos de uma década que a posição do cientista deve ser de participação e envolvimento face aos problemas sociais que investiga. Caso contrário, abdicará do seu legítimo poder de decisão, deixando nas mãos da política a escolha de caminhos, sobretudo em domínios tão sensíveis como o da intimidade (Reiss, 2006: 33). Para o referido investigador é aliás extremamente importante a existência formal de grupos de *lobby* nas ciências sociais. Os cientistas devem conseguir trazer as suas pesquisas para a opinião pública, muito para além das “obscuras” publicações técnicas e científicas (Reiss, 2006: 34). Esta assunção dos próprios valores é particularmente importante em cientistas sociais que analisam a sexualidade, defende Reiss (2006): estudando temas controversos (o aborto, a pornografia ou outros), a consciência da posição do investigador permite-lhe maior alerta para os perigos de um eventual enviesamento da análise.

Muitos cientistas que investigam a sexualidade opor-se-iam a defender soluções particulares para problemas sociais que eles próprios estudaram. Diriam que só devemos defender causas enquanto cidadãos privados e não enquanto cientistas. Eu oponho-me a esta perspetiva positivista supostamente livre de valores. Defender o valor de uma solução particular para um problema social que estudámos cientificamente é uma parte significativa da ciência (Reiss, 2006: 33).

Embora as primeiras tentativas formais de constituição teórica do campo sociológico da sexualidade tenham já mais de quatro décadas, o debate em torno da sua pertinência e legitimidade mantém-se vivo. Hawkes (2004) afirma que nas últimas décadas a sexualidade foi retirada da sombra da investigação sociológica em que se encontrava na primeira metade

³⁹ Tradução da autora.

do século XX. A sociologia da sexualidade prosperou em muitos países, produziu investigações, e foi ensinada nas universidades, nomeadamente em Inglaterra e EUA (Jackson *et al.*, 2010).

Em Portugal, os universos da vida amorosa e sexual foram até quase final do século XX «desprezados» pela análise sociológica (Pais, 1998) – mesmo os estudos sobre comportamentos sexuais e VIH/SIDA só se iniciaram nos anos 1990, uma década depois de terem começado a desenvolver-se noutros países do ocidente (Ferreira *et al.*, 2010). A Associação Portuguesa de Sociologia promoveu eleições em outubro de 2011 para a constituição de uma secção designada por *Sexualidade e Género*. Os motivos apontados foram o número crescente de investigações desenvolvidas em Portugal neste domínio, nos anos anteriores. Apesar da iniciativa, que visa particularizar e autonomizar a sexualidade e o género enquanto domínios de estudo sociológico, esta não é ainda uma posição de largo consenso ao nível mundial. A International Sociological Association não dispõe de um comité de investigação em sexualidade e género (embora tenha um de temática tangencial: *O Corpo nas Ciências Sociais*). A British Sociological Association – que atualmente dispõe de um *Sexual Divisions Study Group* – devotou a sua conferência de 1994 inteiramente ao tema das «sexualidades no contexto social», contando com mais de 250 *papers* apresentados, acontecimento importante na sensibilização de outras associações para a importância da sexualidade enquanto objeto/campo de estudo sociológico (Plummer, 2012). Estando a sexualidade relacionada com todos os aspetos da vida social e implicada na construção da identidade individual, pode trazer uma aproximação integrada a outros temas-chave sociais como a idade, o género, a raça, a classe e a cultura (Weeks *et al.*, 1996: 4) – esta era a fundamentação dada pelo Comité de Igualdade dos sexos, da Associação Britânica de Sociologia, em 1994, para a realização da referida conferência (Weeks *et al.*, 1996). A American Sociological Association tem uma secção denominada *Sexo e Género*, e outra *Sexualidades*. Formada em 1997, esta segunda secção ajudou a institucionalizar os estudos da sexualidade (Irvine, 2014) e atribuiu todos os anos vários prémios.⁴⁰

No início do século XXI a situação dos investigadores da sociologia da sexualidade é «radicalmente diferente» do que era nos anos 1970. São hoje muito diversos os títulos de revistas científicas que se dedicam à divulgação de estudos sobre a sexualidade humana, numa perspetiva sociológica e/ou multidisciplinar (ver listagem de títulos em anexos I). Proliferaram livros, leitores, conferências, revistas e investigações: a sexualidade «já não é um

⁴⁰ Entre eles, *The Simon and Gagnon Award*.

assunto minoritário ou mesmo estigmatizado» (Plummer, 2004).⁴¹ De facto, a investigação em torno da sexualidade experiencia uma evolução positiva, ganhando fundos, profissionalismo, respeitabilidade e legitimidade pelo mundo (Plummer, 2012), sobretudo a partir dos anos 1990. O advento do VIH/SIDA intensificou a realização de estudos biomédicos e epidemiológicos sobre a sexualidade – apesar de grande parte desta pesquisa ter sido canalizada para estudos comportamentais de teor positivista, outras investigações trouxeram evidências acerca da forma como o local (conhecimentos, identidades e identidades) influencia práticas sexuais e gera novos significados e *scripts* (Plummer, 2012).

Os assuntos, as técnicas, as condições de investigação e publicação da sexualidade são produtos culturais, têm dinâmicas internas, são influenciados pelo mundo académico no sentido mais lato, sujeitos a mais ou menos constrangimentos (desejados, permitidos ou desaconselhados) (Gagnon, 2004: 28). Apesar de nas últimas três décadas o interesse da sociologia pela intimidade ter crescido significativamente, em certos contextos académicos a sexualidade é ainda vista como um objeto de estudo “menor”, como «trabalho sujo»⁴², algo «socialmente necessário, que a sociedade apesar disso marginaliza» (Irvine, 2014: 636).⁴³

Por um lado, têm-se expandido nas últimas décadas locais para a pesquisa académica, muitas pessoas estão ansiosas do conhecimento que os pesquisadores da sexualidade produzem, e em alguns círculos o campo é respeitado, chegando mesmo a estar na moda. Por outro, os pesquisadores da sexualidade têm tentado ao longo de mais de um século estabelecer legitimidade académica face a profundas ansiedades culturais sobre o seu tema de estudo (Irvine, 2014: 633).

Irvine (2014) baseia a sua teoria em evidências históricas, inquéritos a investigadores da sociologia da sexualidade (nos EUA), e numa análise de conteúdo de artigos publicados entre 1995-1997 e entre 2005-2007 nas revistas *American Journal of Sociology*, *American Sociological Review* e *Social Problems*, com vista a identificar o espaço editorial concedido à área da sociologia da sexualidade. Como lembra a referida socióloga norte-americana, a investigação sobre sexualidade lutou durante longo tempo pela legitimidade académica e profissional (Irvine, 2014). Os sexologistas dos século XIX enfrentaram o escárnio, a chacota, e muitos cientistas proeminentes em meados do século XX reconheceram que tinham sido desencorajados pelos seus mentores, pois a carreira de investigação em sexualidade era muitas vezes vista como “frívola”, quase “voyeurística”, sem seriedade (Irvine, 2014: 639).

⁴¹ A tradução de todos os excertos da obra competiu à autora.

⁴² «Dirty work».

⁴³ Todos os excertos do artigo foram traduzidos pela autora.

Em meados dos anos 1990, Weeks (*et al.*, 1996: 2) defendia que os investigadores da sexualidade estavam menos sujeitos a enfrentar formas explícitas de censura, do que no passado, mas que uma atmosfera de ansiedade, lascívia e humor nervoso continuavam a envolver a temática. Também Vance (1995) sublinhava, na mesma altura, que a sexualidade ainda ocupava um lugar “marginal” na investigação antropológica, e que o seu estudo gerava desconforto, sendo poucos os departamentos de pós-graduação a oferecer treinamento em seu torno.

Citando alguns dos sociólogos norte-americanos que responderam ao seu inquérito, Irvine (2014) aponta situações frequentes de desincentivo de estudos por parte dos departamentos, de apologia a que se enfatizassem aspetos não-sexuais das pesquisas, e de recomendações para que os investigadores se abstivessem de usar palavras muito específicas da sexualidade nos títulos da sua produção científica. Além disso, enfatiza a maior dificuldade para investigadores da sociologia da sexualidade na obtenção de fundos para seus estudos (Irvine, 2014). À semelhança da citada investigadora norte-americana, Okami (2002) já diagnosticava no início do século XXI diversos problemas associados à pesquisa da sexualidade, nomeadamente maior dificuldade em obter um emprego na academia (ou conseguir promoção na carreira), em conseguir financiamento para a pesquisa científica e em ser aceite para publicação nas mais conceituadas revistas (a não ser que o tema diga respeito a aspetos altamente negativos da sexualidade como a doença, o abuso sexual ou a violação).

Discursificação do sexo

N’A *História da Sexualidade* (1994), obra publicada em França em 1976, Michel Foucault procedeu a uma série de análises históricas e a um inventário de discursos da sexualidade que se constituíram como «regimes de verdade», desmontando a vontade e a intenção estratégica que esteve na sua origem (Plummer, 1994: 183). Para Foucault, a sexualidade é um constructo histórico. E o que o filósofo pretende é analisar as *discursividades* em seu torno, uma vez que a nossa relação com a realidade se organiza precisamente através do discurso, das estruturas da linguagem e da ideologia (Corrêa *et al.*, 2008). O pensador francês que marca o estudo da sexualidade na segunda metade do século XX, entende esta dimensão da realidade humana como um instrumento de conceção do poder, tornado crucial na forma como as sociedades modernas controlam os seus cidadãos, e contribuindo para a ascensão daquilo que designou por uma *sociedade disciplinada* (Seidman, 2010).

Nas forças armadas, nas igrejas, nos hospitais, nas fábricas e nas escolas, um tipo de organização social exerce controlo estrito sobre nossos corpos, tendo por objetivo geri-los cuidadosamente no espaço e no tempo, a partir de uma enorme vigilância e supervisão dos corpos, julgamentos sobre o que é normal, utilizados para controlar o indivíduo (Seidman, 2010: 31-32).⁴⁴

O conceito de *biopoder* de Foucault (1976) representa uma nova forma de poder fundamental nas sociedades ocidentais, tornado possível e desenvolvido pela articulação da sexualidade enquanto objeto de conhecimento (Corrêa *et al*, 2008). Esta forma de poder enraíza-se sobretudo em disciplinas como a sexologia e a demografia, mas também em áreas como a das políticas sociais e serviços, na resposta a questões ligadas à sexualidade e reprodução (Corrêa *et al*, 2008).

A tradicional *hipótese repressiva* referente à época vitoriana – segundo a qual a sexualidade teria sido sujeita a uma tremenda repressão, invisibilidade e mutismo – é fortemente contestada por Foucault, que questiona este pressuposto quanto à sua «evidência histórica»: existirá efetivamente uma rutura entre a idade da repressão e a idade da «análise crítica da repressão» (Foucault, 1994 [1976]: 17)?

[...] não pretendo afirmar que o sexo não foi proibido, ou impedido, ou mascarado, ou menosprezado, desde a idade clássica; não afirmo sequer que o foi menos a partir desse momento do que antes. Não digo que a interdição do sexo é um logro; mas que é um logro fazer dela o elemento fundamental e constituinte [...] (Foucault, 1994 [1976]: 17).

A repressão sexual é recolocada numa «economia geral dos discursos sobre o sexo no interior das sociedades modernas desde o século XVII» (Foucault, 1994 [1976]: 15-16). Mais do que evidenciar «permissões» e «interdições», o filósofo francês pretende determinar, em termos operativos e motivacionais, o «regime de poder-saber-prazer que entre nós sustenta o discurso sobre a sexualidade humana» (Foucault, 1994 [1976]: 17). Para o efeito, foca-se na «“discursificação” do sexo»: tenta evidenciar as «formas», os «canais» e as «técnicas polimorfos do poder», sejam elas de «recusa», «barragem», «desqualificação» ou de «incitamento» e «intensificação», para «penetrar» e «controlar» «o prazer quotidiano» dos indivíduos (Foucault, 1994 [1976]: 17).

Entre as instâncias que produzem discursos, Foucault (1994 [1976]: 18) distingue instâncias de produção de poder e instâncias de produção de saber, salientando que as primeiras têm às vezes por função «interdizer» e as segundas fazem muitas vezes «circular erros ou

⁴⁴ Todos os excertos desta obra foram traduzidos pela autora.

ignorâncias sistemáticas». O seu objetivo é fazer a «história destas instâncias e das suas transformações» (Foucault, 1994 [1976]: 18).

O pensamento de Foucault é fundamental no desenvolvimento da nossa investigação. A análise de conteúdo dos *media*, na sua vertente quanti e qualitativa, não considera as narrativas em torno da sexualidade como bidimensionais, exprimindo apenas aprovação ou repressão, mas sim enquanto *discursividades* que convocam novos poderes (nomeadamente cívicos) e novos saberes (nomeadamente médicos e psicológicos).

Michel Foucault (1994 [1976]: 22) defende que a partir do século XVII, nas sociedades ocidentais, os discursos sobre sexo (diferentes na forma e objeto) não pararam de proliferar. O incitamento a que se falasse da sexualidade humana sofre uma «fermentação» e uma «explosão» discursivas, sobretudo do século XVIII em diante, devido a fatores políticos, económicos e técnicos (Foucault, 1994 [1976]: 27). A sexualidade é «construída» e «regulada» através de vários discursos e estratégias (Girard, 2008: 314), entre os quais Foucault (1994: 107-108) destaca quatro «dispositivos específicos de saber e de poder»: «a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização dos comportamentos procriadores e a psiquiatrização do prazer perverso». Estas «quarto figuras» («a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso») crescem durante o século XIX, como «objetos privilegiados de saber» (Foucault, 1994 [1976]: 108). Vejamos cada um deles em particular. O corpo da mulher é entendido pela ciência como saturado de sexualidade (também pelo imperativo da reprodução), daí a necessidade da sua atenção e tratamento médico; a sexualidade das crianças embora vista como natural é considerada perigosa, necessitando de vigilância e controlo; em relação aos casais afirma-se uma responsabilização da fertilidade, incentivada ou desaconselhada em função das necessidades da própria sociedade; e finalmente, relativamente ao adulto perverso, isola-se o instinto sexual como fenómeno, identificam-se, categorizam-se, medicalizam-se e sujeitam-se as chamadas “anomalias” a terapia corretiva (Girard, 2008).

Foucault (1994 [1976]: 21-22) salienta que o incentivo dos últimos três séculos à *discursificação* sobre o sexo, não é incompatível com uma «economia restritiva», empenhada na definição de uma política da língua e da palavra, na codificação de uma «retórica da alusão e metáfora», na depuração do vocabulário e no policiamento dos enunciados – «[...] seria um erro ver nesta proliferação dos discursos um simples fenómeno quantitativo, [...] como se o facto de se falar fosse em si mesmo mais importante do que as formas de imperativos que lhes impomos ao falar» (Foucault, 1994 [1976]: 40). Daí, o que importa é analisar a *discursificação*

do sexo: o facto de se dizer, as instituições promotoras dos discursos, os agentes que os proferem, os canais em que são veiculados e os pontos de vista apresentados (Foucault, 1994 [1976]: 17). Não faz sentido uma partilha binária entre as coisas que se dizem e as que não se dizem: «não há *um*, mas vários silêncios, e eles fazem parte integrante das estratégias que subentendem e atravessam os discursos» (Foucault, 1994 [1976]: 31).

O que é próprio das sociedades modernas não é o terem votado o sexo a permanecer na sombra, é o terem-se dedicado a falar sempre dele, salientando-o como *o* segredo (Foucault, 1994 [1976]: 40).

Segundo Foucault (1994 [1976]) é preciso determinar as diversas maneiras de não dizer. É preciso perceber como se distribuem os que podem ou não falar delas. O tipo de discurso autorizado e a discrição exigida para uns e outros. Estabelecem-se «regiões de tato e discrição» na conversa sobre o tema, «entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, senhores e criados» (Foucault, 1994 [1976]: 21-22). Para Foucault, a análise da sexualidade não deve partir das instâncias de produção discursiva (as instituições, as estruturas), mas dos próprios discursos, situados no tempo e no espaço. A partir deles podemos analisar relações de “poder” e “saber”, atuantes, articuladas e coexistentes (Foucault, 1994 [1976]: 100).

[...] não se deve imaginar um mundo do discurso partilhado entre o discurso aceite e o discurso excluído ou entre o discurso dominante e o discurso que é dominado; mas como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem funcionar em estratégias diversas (Foucault, 1994 [1976]: 103-104).

Foucault (1994 [1976]: 27) defende ser no século XVIII que se afirma uma «forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, sobre a forma de pesquisas quantitativas ou causais» em torno do sexo. A sexualidade torna-se alvo de discursos não apenas morais, mas também de racionalidade, a princípio geradores de um certo espanto: «Como é que um discurso de razão poderia falar *daquilo?*» (Foucault, 1994 [1976]: 27). A partir do século XVIII e XIX afirmam-se outros centros na *discursificação* do sexo: medicina, psiquiatria, justiça penal, pedagogia, demografia, psicanálise. A sexualidade é falada em contextos variados como sejam a família, a escola, o trabalho, a cirurgia médica, a clínica, o asilo e a prisão (Garton, 2009) – uma «multiplicidade de discursos produzidos por toda uma série de aparelhagens, que funcionam em instituições diferentes» (Foucault, 1994 [1976]: 37). Dá-se um «incitamento regulado e polimorfo de discursos», o sexo é não só objeto de lei e interdição, mas também de verdade e falsidade (Foucault, 1994 [1976]: 38). Desenvolve-se o

projeto de uma *scientia sexualis*, que organizou e unificou as diversas experiências somáticas numa entidade chamada sexualidade (Seidman, 2010).

Em vésperas da Revolução Industrial, os demógrafos começam a analisar «a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de as tornar fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas» – está em causa uma «análise dos comportamentos sexuais, das suas determinações e dos seus efeitos, na fronteira entre o biológico e económico» (Foucault, 1994 [1976]: 29-30). O sexo torna-se um «valor em jogo» e um «valor público» entre o Estado e o indivíduo, nele investindo uma teia de discursos de saberes, de análises e de imposições – «são agora outros que o dizem [e já não sobretudo a religião], de outros pontos de vista e para obterem outros efeitos» (Foucault, 1994 [1976]: 30-31).

Se por um lado as práticas confessionais Cristãs providenciaram o impulso inicial para pensar os nossos sentimentos eróticos como uma esfera investida de significado moral, por outro o nascimento da ciência da sexualidade no século XIX constituiu-se como o evento crucial moderno. Os cientistas propuseram-se descobrir a verdade oculta da natureza humana, pela revelação dos segredos do instinto sexual. Estes investigadores quiseram pôr a nu os princípios básicos da sexualidade - suas progressões normais e patológicas (Seidman, 2010: 30-31).

Foucault reflete acerca da forma como funcionam os discursos, procura desmontar quadros dominantes da compreensão da sexualidade (psicanalítico, biológico, marxista, sociológico), destacando a sua profunda historicidade (Garton, 2009). Para o filósofo francês, certas formas de suposta libertação da repressão sexual (por exemplo, a psicanálise) eram elas próprias novas formas de dominação (Garton, 2009).

Como Foucault (1994 [1976]: 41) refere, «a nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais». «[...] De tanto falarmos dele [do sexo], descobrimo-lo desmultiplicado, compartimentado e especificado [...]» (Foucault, 1994 [1976]: 57). As múltiplas sexualidades formam um «correlativo de procedimentos definidos pelo poder» e o seu encadeamento é garantido e prolongado desde o século XIX pelo lucro económico (que beneficia a medicina, a psiquiatria, a prostituição, a pornografia), numa associação entre os saberes que analisam o prazer e o poder que o controla (Foucault, 1994 [1976]: 51-52).

Segundo Foucault, como a sexualidade é produzida pelo poder, não existe nela domínio de liberdade pura: «[...] falar sobre o prazer fora ou para além do poder, é um projeto sem

esperança. Prazer, desejo, poder e coerção são tecidos em conjunto para formar algo a que chamamos sexualidade» (Johansson, 2007: 9).⁴⁵ «Dizer que o sexo não é reprimido, ou dizer que a relação do sexo com o poder não é de repressão, corre o risco de não passar de um paradoxo estéril» (Foucault, 1994 [1976]: 41). Inextricavelmente ligada ao poder, a sexualidade não pode ser libertada – «as políticas de identidades [nomeadamente a *gay*] podem libertar os corpos de algumas formas de poder, mas também as inscrevem em novas relações de poder e conhecimento» (Garton, 2009: 39-40). Para Foucault, o sexo torna-se parte de um «enorme sermão, que substituiu a tradição mais antiga de pregação teológica. As afirmações sobre repressão sexual e o sermão da transcendência reforçam-se mutuamente; a luta pela libertação sexual faz parte do mesmo aparato de poder que ela denuncia» (Giddens, 2001: 13-14).

Sexualidade socialmente ‘enscriptada’

Como é definido o conceito de *script sexual* na obra *Sexual Conduct*, dos interacionistas simbólicos John Gagnon e William Simon? A palavra *script* deve ser entendida enquanto narrativa dramática convencional, trata-se de um conceito que descreve «virtualmente todo o comportamento humano» (Gagnon e Simon, 2005 [1973]: 13). Todas as atividades sexuais – «boas ou diabólicas, desviantes ou conformes, normais ou patológicas, criminosas ou não-criminosas» (Gagnon e Simon, 2005 [1973]: 6) – são socialmente ‘enscriptadas’. Estes *scripts* têm «uma função estruturante para o imaginário sexual dos grupos, para as relações e para os indivíduos [...]» (Bozon, 2005: 105-106).⁴⁶ Ou seja, para os agentes, seus coletivos e suas interações. «As relações sociais e o controlo social não estão na periferia do sexo, mas sim no coração das práticas e seus significados» (Bozon, 1993, 1178).⁴⁷

Gagnon e Simon (2005 [1973]: 236) postulam que as «práticas [sexuais] podem ser de longe mais influenciadas por propósitos e práticas não-sexuais do que por eventos definidos convencionalmente por ‘sexuais’». Os dois sociólogos defendem que de cinco termos-chave (quem, o quê, a quem, em que tipo de relacionamento e com que consequências), apenas um (o quê?) é essencialmente sexual, sendo frequentemente determinado numa relação interpessoal complexa, pelos restantes aspetos (Gagnon e Simon, 2005 [1973]). Qualquer

⁴⁵ Todos os excertos da obra citados foram traduzidos pela autora.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

estudo da sexualidade não deve analisar apenas o que fazem os corpos, mas compreender os significados, não unívocos, que os atores atribuem às suas práticas (Bozon, 1993).

[A teoria dos *scripts* sexuais] defende que os humanos usam um conjunto de *guidelines* ou crenças (i. e., um *script*) na orientação do comportamento e da experiência, da mesma maneira que um actor usa um guião no palco. De facto, os *scripts* sociais são usados para definir e organizar o que Berger e Luckmann chamaram de realidade da vida quotidiana, tanto espacial como temporalmente (Weiss, 2002: 19).⁴⁸

O grande desafio intelectual do estudo da sexualidade passa por compreender a sua natureza socialmente construída. A este propósito se dedicaram os dois sociólogos ao longo de várias décadas.

Se conseguíssemos compreender o sexo usando os conceitos mundanos que os sociólogos usavam – fosse para explicar o processo de se conseguir um emprego, de alguém se tornar banqueiro ou escolher uma carreira – então teríamos (re)mapeado um terreno previamente conotado como um terreno do ‘encantado’ e do ‘irracional’. O que nós queríamos era mudar o que era correto pensar sobre a sexualidade (Gagnon e Simon, 2005 [1973]: 281).

E o que não era então «correto» pensar-se na década de 1970 sobre a sexualidade? Gagnon e Simon contestam certos pressupostos da psicanálise⁴⁹, nomeadamente a noção de impulso sexual inato e a ênfase posta na infância em termos de desenvolvimento da vida sexual. A par de certos aspetos críticos do legado de Freud, os dois sociólogos norte-americanos insistem ainda na necessidade de reenquadrar a sexualidade no prisma da quotidianidade, e na necessidade de a demarcar das questões de género (Jackson *et al.*, 2010). Para os autores de *Sexual Conduct* seria «correto» – isso sim – entendermos as nossas experiências sexuais como *scripts* (ou como uma combinação de *scripts*), que foram aprendidos, codificados, inscritos na consciência, estruturados e elaborados como histórias (Bozon, 2005).

Como se formam, segundo Gagnon e Simon, os *scripts* sexuais? A partir de que aspetos? Não são os aspetos físicos da sexualidade, mas os aspetos sociais «que geram excitação e organizam a ação, ou, por outras palavras, fornecem o *script*» (Gagnon e Simon, 2005 [1973]: 198). Os *scripts* constituem portanto o quadro mental que permite atribuir um significado sexual a certos acontecimentos ou sequências de eventos e reconhecer a situação que se está a viver como potencialmente sexual. Combinados ingredientes como o desejo, a privacidade e

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Sublinhe-se o papel do pai da psicanálise, na aproximação da sexualidade a um fenómeno social, nomeadamente pela importância que dá às dinâmicas familiares – em Freud «o drama sexual é uma drama familiar e por isso social» (Seidman, 2010: 11).

duas pessoas atraentes do sexo apropriado, a possibilidade de acontecer qualquer coisa sexual é pequena, até que um ou ambos os atores organizem os comportamentos em *scripts*, defendem Gagnon e Simon, em 1973. Esse «reconhecimento implica uma interação complexa entre a pessoa e o seu contexto (mais do que uma simples reação a estímulos sexuais universais)» (Policarpo, 2011a: 21).

Na teoria dos *scripts* sexuais apresentada nos anos 1970, previa-se apenas dois domínios de manifestação: o *intrapésíquico* e o *interpessoal* – só mais tarde Simon e Gagnon apresentam um terceiro nível, os *cenários sexuais*, que em *Sexual Conduct* é abordado apenas por via das representações da pornografia (Policarpo, 2011a).

O trabalho pioneiro de Gagnon e Simon postula que o comportamento sexual é sempre ‘enscriptado’ de três maneiras. De forma *pessoal*, guia os pensamentos sexuais, as fantasias, os sentimentos e comportamentos. De forma *interacional*, orienta os encontros sexuais. E finalmente, de forma *cultural-histórica-política*, estabelece narrativas e códigos culturais mais amplos (Plummer, 2012).

Olhemos então a par e passo para cada um dos 3 níveis do comportamento sexual ‘enscriptado’. A dimensão *intrapésíquica* diz respeito ao que nos é pessoal e interno, a um universo mental próprio, aos «elementos motivacionais que produzem excitação» (Gagnon e Simon, 2005 [1973]: 14). Trata-se de um diálogo interior que o indivíduo mantém consigo próprio, e que lhe permite escolher uma certa versão do seu “eu autêntico” (Daoust, 2005: 162). Em causa está a descoberta pelo indivíduo da sua “verdade sexual” – «esta “descoberta” não exclui a influência da cultura, como representação da vida coletiva e como determinação da ação humana, mas insere-se no interior de cenários intrapésíquicos, que têm um papel na constituição da identidade e na produção da ação» (Daoust, 2005: 162).

Questionado sobre se os *scripts intrapésíquicos* podem (re)desenvolver-se ao logo do tempo de vida ou se são a infância e adolescência as fases determinantes para a sua formação, William Simon responde que a adolescência é, para uma vasta maioria, a altura em que aprendemos a erotizar o desejo, mas que o desejo não é novo nesse momento da vida. O que é novo é a ligação desse desejo às possibilidades sexuais – «o desejo é como o velcro, pega-se muito facilmente. E tal como o velcro, invariavelmente carrega resíduos das suas ligações anteriores» (Gagnon e Simon, 2005 [1973]: 301). A dimensão *intrapésíquica* é portanto o «universo em que uma atividade sexual pode ser expressiva de amor ou ódio, da vontade de poder ou da vontade de degradação própria, onde o comportamental é experienciado através do simbólico» (Gagnon e Simon, 2005 [1973]: 14). Um gesto igual pode ser entendido,

sentido, vivido, durante a atividade sexual de formas muito distintas por dois atores: para um, pode tratar-se de um conteúdo na linha de Sade ou Sacher-Masoch enquanto para outro a leitura pode ser a de uma história de amor (Gagnon e Simon 2005, [1973]: 16). É ao «nível [intrapésiquico] que se colocam os problemas de relacionar o significado e a ação» (Policarpo, 2011a: 21). Estes *scripts* correspondem «a uma reorganização simbólica da realidade que concilia desejos privados com significados sociais» (Quartilho, 2003: 142). Compõem-se de «elementos simbólicos dispersos, cenários culturais largamente partilhados, elementos da experiência pessoal», sendo organizados em esquemas cognitivos, sequenciais, narrativos, de fantasias sexuais (Policarpo, 2011a: 21). À medida que nos aproximamos da interação, os *scripts intrapésiquicos* tornam-se mais ordenados, parecendo-se mais a planos ou esquemas (Gagnon, 2004).

A dimensão *interpessoal* diz respeito ao que nos é externo, subentende interação social, «organização de convenções mutuamente partilhadas», que permita a dois ou mais atores participarem num ato complexo e numa relação de interdependência (Gagnon e Simon, 2005 [1973]: 14). Os *scripts interpessoais* envolvem muitas vezes negociação. Os parceiros sexuais podem mobilizar formas ou variantes distintas dos cenários culturais. Co-constroem os *scripts* para as suas relações e práticas (Rahman *et al.*, 2010), tornam-se dramaturgos, ensaiando a sua conduta para encontrar a natureza problemática da interação (Gagnon, 2004). Para Policarpo (2011a: 21) é «principalmente a este nível interpessoal que os *scripts* obedecem a uma forma narrativa convencional».

Linguagem quotidiana (rotineira), a sequência de comportamentos entre adolescentes e adultos, estilos convencionais estabelecendo vontade sexual são tudo partes de rotinas externas partilhadas culturalmente. Estas são as estratégias envolvidas no ‘fazer’ sexo, elementos concretos e contínuos sobre o que uma cultura concorda ser sexual. [...] o comportamento relativamente estilizado diz-nos porém pouco do sentido que tem para os seus participantes (Gagnon e Simon, 2005 [1973]: 14).

A terceira e derradeira dimensão dos *scripts* é a dos *cenários culturais*: «instruções dadas ao nível macro sobre o que se deve ou não fazer sexualmente», representando um «conceito de mediação entre a estrutura social e o indivíduo» (Policarpo, 2011a: 22). Os *cenários culturais* têm portanto um carácter prescritivo coletivo, que define o possível, em matéria de sexualidade, funcionando como «sistemas semióticos» – é possível encontrá-los em narrativas como romances, filmes, histórias orais, muitas vezes sem nada de explicitamente sexual (Policarpo, 2011a: 21). «Os marcos culturais nomeiam e definem as emoções, assinalam os

limites da sua intensidade, especificam as normas e valores atribuídos a elas, e oferecem símbolos e cenários culturais para que adquiram um caráter de comunicabilidade social» (Illouz, 2009: 21).⁵⁰

O seu caráter [dos *cenários culturais*] partilhado facilita os planos sexuais para uma situação específica, ajudando o indivíduo a comportar-se como um ator que obedece às expectativas de outras pessoas, aliviando a incerteza, transformando-o num protagonista ativo que orienta o seu comportamento em função das expectativas do outro (Quartilho, 2003: 142).

Os *cenários* ou *encenações culturais* «são [portanto] mapas do comportamento sexual», «instruções relacionadas com o tempo, o lugar, e a sequência de ações que ocorrem num encontro sexual», muito embora raramente sejam capazes de «prescrever um comportamento social/sexual previsível, dado o seu caráter demasiado abstrato» (Quartilho, 2003: 142).

Gagnon e Simon definem os *cenários culturais* como “roteiros instrucionais” (existentes a um nível social e coletivo), ou seja, sistemas de signos e símbolos através dos quais a prática de certos papéis sexuais se desenvolve. Mas os *cenários culturais* são geralmente demasiado abstratos para se aplicarem a todas as circunstâncias (Corrêa *et al.*, 2008):

A possibilidade de falta de congruência entre o cenário abstrato e a situação concreta deve ser resolvida pela criação de *scripts interpessoais* – processo que transforma o ator social num argumentista [*scriptwriter*], adaptando e modelando os materiais dos *cenários culturais* em *scripts* de comportamento para contextos específicos. A necessidade de ‘enscriptar’ o comportamento, bem como a de antecipar o comportamento roteirizado de outros, é o que cria uma espécie de “ensaio interno” (que Simon e Gagnon descreveram como *scripting intrapsíquico*), a reorganização simbólica da realidade de maneiras que permitem a ligação dos desejos individuais aos significados sociais (Corrêa *et al.*, 2008: 110-111).⁵¹

Segundo Gagnon (2004), estes *scripts* – os *cenários culturais* – estão embutidos em instituições como a família, a escola, a igreja, organismos militares, empresariais, universitários, na própria medicina, na legislação e no sistema de justiça criminal. Na prática diária, as instituições fornecem instruções (formais e informais) em *cenários culturais* – Gagnon (2004: 140) exemplifica com a educação sexual e a segregação de género praticada nas escolas, as versões do que é mau e bom em termos sexuais segundo a visão das igrejas, a repressão ou tolerância do assédio sexual nos locais de trabalho, ou mesmo com a adoção nas

⁵⁰ Os excertos da obra citados foram traduzidos pela autora.

⁵¹ Idem.

universidades de disciplinas que forneçam pesquisa convencionalizada em sexualidade. Em sociedades mais complexas «há uma constante luta entre grupos e indivíduos para que sejam adotados os seus próprios cenários» – ou seja, nem mesmo nas instituições estes *scripts* de ordem *cultural* são “monolíticos” ou “hegemônicos” (Gagnon, 2004: 140). Saliente-se que hoje em dia vivemos numa sociedade com maior desenvolvimento da dimensão *intrapsíquica* dos *scripts*, em detrimento da homogeneidade dos *cenários culturais* (Bozon, 2005: 105).

Ao nível da vida quotidiana, os três níveis de *scripting* cruzam-se numa relação em que cada um deles confere informação aos outros (Rahman *et al.*, 2010). Ao ‘fazer sexo’ os parceiros estão a criar e modificar significado sexual, numa lógica de interrelação entre *scripts intrapsíquicos*, *interpessoais* e *culturais*. Para Gagnon (2004: 140) há duas maneiras de considerar os três níveis de *scripting*: a primeira envolve uma descrição estática; a segunda implica uma análise da dinâmica e das relações de interação entre eles nas diferentes culturas (e subculturas), nas diferentes eras e ao longo do curso de vida. Os indivíduos são entendidos, pelas narrativas instrucionais, como membros mais ou menos ativos, mais ou menos recetivos, de uma audiência socialmente instruída, em função de variáveis como a idade, a classe, a etnia, etc. (Gagnon, 2004). Alguns reproduzem na sua conduta de todos os dias – fielmente e sem qualquer inquietação – as instruções dos *cenários culturais*, mas outros acham as suas demandas perturbadoras, estranhas, sendo incapazes de desenvolver os papéis requeridos (Gagnon, 2004: 142). De acordo com o citado sociólogo da sexualidade, as consequências destas não-adaptações são o crime, a loucura, a arte ou a ciência, mas nós acrescentaríamos a contestação, a rebeldia e o ativismo político-social.

Projeto reflexivo do self, sexualidade plástica e relação pura

Ao longo das últimas décadas ocorreram transformações profundas na intimidade, que se relacionam de forma estreita com a afirmação de uma sociedade mais “reflexiva”. Para compreender estas mudanças, Anthony Giddens (2001) operacionaliza três conceitos fundamentais: *projeto reflexivo do self*, *sexualidade plástica* e *relação pura*. Começemos pela primeira. A identidade não está dada na relação do indivíduo ao sistema (Giddens, 2001). Constrói-se – diariamente – graças à sua capacidade reflexiva, «estabelece-se pelo monólogo, pela maneira de se pensar a si mesmo» (Daoust, 2005: 164-165). Ora a sexualidade é uma dimensão essencial, dinâmica, neste projeto em construção do *self*, relacionando de forma contínua o passado, o presente e o futuro de cada indivíduo (Giddens, 2011). No domínio da identidade sexual, à questão “*Quem sou eu?*” seguem-se outras: “*Quem é que eu desejo?*”, “*O*

que é que eu desejo?”, *“Como é que eu desejo?”*, *“Quais são as formas de vida sexual ou de experiências afetivas que eu desejo?”* (Daoust, 2005: 165). O que caracteriza a época contemporânea «é o deslocamento da reflexão de natureza universal para a reflexão sobre uma identidade particular de si, que cada um, nas suas especificidades, deve descobrir ou criar» (Daoust, 2005: 164). Do ponto de vista moral, o referencial da intimidade afetivo-sexual passa a ser interno. O indivíduo preocupa-se em ser «verdadeiro consigo próprio» (Giddens, 2001: 139). Só assim será verdadeiro com o(s) outro(s). «O *self* é hoje para todos um projeto reflexivo – uma interrogação mais ou menos contínua [...]. É um projeto levado a cabo no interior de uma profusão de recursos reflexivos: terapia e manuais de autoajuda de todos os tipos, programas de televisão e artigos de revista» (Giddens, 2001: 21-22). O *projeto reflexivo do self* é portanto um processo de conhecimento e busca individual que confere possibilidades de «autonomia» e «felicidade» (Giddens, 2001: 123).

Na vida social moderna, a noção de estilo de vida assume um significado particular. Quanto mais a tradição perde a sua influência, e mais a vida diária é reconstituída em termos da interação dialética do local e do global, mais indivíduos são forçados a negociar estilos de vida, escolhas entre uma diversidade de opções (Giddens, 1991: 5).

A intimidade requer «democracia na esfera pública» e «democratização das relações interpessoais» (Giddens, 2001: 2). O *projeto reflexivo do self* demanda transformações de peso ao nível da intimidade, nomeadamente a emancipação feminina, o reenquadramento dos dois sexos face às conquistas de igualdade de género, e o ‘advento’ da homossexualidade. Num contexto social de mudança, a «vida pessoal» torna-se um «projeto aberto», cria novas exigências e gera novas ansiedades (Giddens, 2001: 6).

O conceito de *relação pura* é também central em Giddens (1991) articulando-se diretamente com o de *projeto reflexivo do self*, pois pressupõe a escolha (livre e consciente) de um relacionamento por parte dos parceiros. Ao contrário de outros contextos tradicionais, a *relação pura* não se ancora em condições externas da vida social e económica (Giddens, 1991: 89). A relação é decidida em função do valor que pode trazer ao par. Ao nível sexual, não implica necessariamente exclusividade, a não ser que este requisito seja entendido e expresso por ambos os parceiros como «desejável ou essencial» (Giddens, 2001: 42).

A *relação pura* é organizada reflexivamente, de forma aberta e numa base continua. [...] A autoanálise inerente à *relação pura* relaciona-se de forma clara e estreita com o *projeto reflexivo do self*. A interrogação “Como sou eu?” está diretamente ligada às compensações que a relação proporciona, bem como à dor que pode causar. [...] Uma série de revistas e artigos de jornal, textos especializados e manuais, programas de rádio

e televisão, transmitem informações de pesquisas e debates sobre relacionamentos íntimos, reconstruindo continuamente o fenômeno que eles descrevem (Giddens, 1991: 92).⁵²

Para Giddens (1991: 96), a *relação pura* depende da confiança mútua entre os parceiros, por seu turno relacionada com o atingir da “intimidade” – conceito que pressupõe privacidade e subentende a satisfação dos indivíduos que a buscam (ou alcançam) com as suas próprias autoidentidades.

A intimidade é a outra face da privacidade, ou pelo menos só se torna possível (ou desejada) se a privacidade substancial estiver garantida. [...] A maioria dos manuais de terapia [...] deixam claro que a intimidade é geralmente obtida entre os indivíduos que estão seguros das suas próprias autoidentidades (Giddens, 1991: 94-95).

A *sexualidade plástica* – outro conceito central para as transformações da intimidade ocorridas nas últimas décadas – é definida por Giddens (2001: 2) como sendo acima de tudo uma sexualidade liberta da reprodução, “crucial” para a «reivindicação feminina do prazer sexual». A *sexualidade plástica* implica uma quebra com representações modelares tradicionais que ditavam o que era permitido/interdito à mulher nos seus contextos íntimos (Giddens, 2001: 2). A sua origem remonta, segundo o sociólogo britânico, às «tendências iniciadas algures nos finais do século XVIII, para limitar estritamente a dimensão da família, mas desenvolve-se posteriormente como resultado da divulgação da contraceção moderna e das novas tecnologias reprodutivas» (Giddens, 2001: 2). A «emancipação sexual consiste em integrar a sexualidade plástica no projeto reflexivo do *self*» (Giddens, 2001: 136).

A criação de uma *sexualidade plástica*, desligada da sua conexão ancestral com a reprodução, com o parentesco e com as gerações, foi a pré-condição da revolução sexual das últimas décadas. Para a maior parte das mulheres, na maior parte das culturas e durante a maior parte dos períodos da história, o prazer sexual, quando possível, estava intrinsecamente ligado ao medo – de gravidezes repetidas e, por consequência, da morte, dada a substancial proporção de mulheres mortas durante o parto e as altíssimas taxas de mortalidade infantil. A quebra destas conexões foi, pois, um fenômeno com implicações verdadeiramente radicais (Giddens, 2001: 19-20).

Cidadania da sexualidade: transgressão e reivindicação

No final da década de 1990, Jeffrey Weeks (1998: 35)⁵³ disserta acerca do que considera um «novo fenômeno no firmamento erótico», um cidadão que existe (ou que quer existir) em

⁵² A autora traduziu todos os excertos desta obra.

⁵³ Todos os excertos desta obra de Jeffrey Weeks foram traduzidos pela autora.

virtude de uma «nova primazia dada à subjetividade sexual no mundo contemporâneo»: o *cidadão sexual*.

Na modernidade tardia surgem ideias como a de «reconstrução do *self*» e a de «multiplicidade e diversidade de identidades possíveis» (Weeks, 1998: 35). Afirma-se gradualmente um *aspirante/pretenso cidadão sexual (would-be sexual citizen)*, precursor (e ele próprio resultado) de uma nova política da intimidade e da vida quotidiana em acelerada transformação, com implicações político-sociais assinaláveis (Weeks, 1998: 35). Quem é este novo/emergente *cidadão sexual* (Evans, 1993; Weeks, 1998; Plummer, 2003a)? Homem e mulher, branco e negro, jovem e idoso, rico e pobre, hetero e homo, o *cidadão sexual* é um “ser híbrido”, quebrando as fronteiras do público/privado, que a cultura ocidental longamente considerou essenciais, o *cidadão sexual* revela um mundo de novas possibilidades do *self* e da identidade, nos tempos em que vivemos (Weeks, 1998: 36). «As políticas sexuais e as reivindicações de uma cidadania sexual não são marginais. Estão no coração das políticas contemporâneas, pois relacionam-se fundamentalmente com qualidade de vida» (Weeks, 1998: 48-49).

A conceção de *cidadão sexual* de Weeks (1998) diverge da conceção originária de David Evans (1993), para quem a *cidadania sexual* tem na base uma ideia de consumo. Para Evans, o simples conceito de pessoal/privado tornou-se nas sociedades capitalistas um produto, levando-nos a buscar as nossas identidades e estilos de vida sexuais (Albury *et al.*, 2010: 8).

David Evans afirma que a venda de produtos básicos tem vindo a constituir a “máquina da cidadania” (1992: 5). Este consumo do *self-como-cidadão* não é “livre”. Em vez disso, o Estado está ativo neste processo, admitindo “direitos relativos e parciais às minorias sexuais 'desviantes'” que investe como formas limitadas de poder do género/consumo (ref). Evans propõe que em regimes de cidadania sexual, os direitos dos jovens “estão diretamente ligados aos [seus] proto-papéis como consumidores e pessoas remuneradas” (Albury *et al.*, 2010: 8).⁵⁴

Por seu turno, Jeffrey Weeks entende a cidadania da sexualidade como uma metáfora em que se condensam uma variedade de práticas políticas e culturais, abrangente de novas possibilidades e desafios (Albury *et al.*, 2010).

As pessoas não saem à rua dizendo: “Eu quero ser um cidadão sexual”. Não é uma identidade que as pessoas aspirem, nem um projeto explícito à volta do qual as pessoas se agrupem. No entanto, o conceito é uma metáfora útil, condensando uma gama de

⁵⁴ Todos os excertos desta comunicação foram traduzidos pela autora.

práticas políticas e culturais que abarcam todo um conjunto de novos desafios e possibilidades (Weeks, 1998: 37).

Os movimentos feministas e de defesa dos direitos homossexuais, que se afirmam nos anos 1960-70, contribuindo de forma expressiva para a construção de uma *cidadania sexual*, compuseram-se de dois momentos: um de *transgressão* e outro de *cidadania* (Weeks, 1998: 36). O *momento transgressivo* é subversivo das formas tradicionais de ser: por exemplo, todos os momentos em que o não-heterossexual se afirma publicamente como homossexual (*gay* ou *lésbica*), rejeitando os estereótipos negativos; os momentos em que a dona de casa se junta a um grupo de consciência emancipatória crescente e se redefine como feminista; os momentos em que um *cross-dresser* se proclama *transgender* (Weeks, 1998: 36-37). O *momento de transgressão* é caracterizado por uma «constante invenção e reinvenção de novos sentidos do *self*», bem como de novos desafios às instituições e tradições que usualmente excluíram os assuntos da intimidade afetivo-sexual (Weeks, 1998: 36). Porém, nestes movimentos reclama-se igualmente a «inclusão», a «aceitação», o «reconhecimento», o «respeito» e o alargamento dos horizontes com vista à inscrição de novas formas alternativas de vida: a reivindicação por igual proteção da lei, por igualdade de direitos em matéria de emprego, parentalidade, estatuto social, acesso a prestações sociais e direitos de união de facto, ou casamento para casais do mesmo sexo – esta dimensão corresponde ao *momento da cidadania* (Weeks, 1998: 37). Ambos os momentos (de *transgressão* e de reivindicação da *cidadania*) são complementares, embora tendam a ser diferenciados nos discursos da política sexual. Sem o *momento transgressivo*, as reivindicações seriam menos notadas, menos noticiadas, menos impactantes nas estruturas sociais consolidadas. Os *momentos transgressivos* tendem a causar indignação, é esse o seu propósito. A transgressão enfrenta o *status quo*, ajuda a iluminar preconceitos e medos – «nada tem mais êxito do que o excesso» (Weeks, 1998: 38). Por outro lado, sem as reivindicações de *cidadania* torna-se difícil para a diferença – para as minorias – encontrar um lugar próprio.

O cidadão sexual faz por trazer a público uma afirmação de transcendência dos limites da esfera pessoal. Mas trazer a público é, num movimento necessário mas paradoxal, proteger as possibilidades da vida privada e escolha particular numa sociedade mais inclusiva (Weeks, 1998: 38).

Weeks (1998: 38) refere que a *cidadania sexual* é um conceito sensibilizador que nos alerta para preocupações marginalizadas nos discursos públicos, tanto em relação ao corpo, suas possibilidades, necessidades e prazeres, como em relação a novas identidades sexualizadas, e

às forças que inibem a sua liberdade – «[...] oferece uma crítica acutilante dos discursos tradicionais sobre a cidadania, e as oclusões e hesitações dos debates contemporâneos em seu torno». A noção de *cidadania sexual* tenta contornar as limitações das primeiras noções de cidadania, exigindo a inclusão de categorias analíticas como: classe, género, raça, hetero/homossexualidade, igualdade e justiça para minorias sexuais (Weeks, 1998: 39).

É possível identificar três temas centrais (inter-relacionados) no contexto da *cidadania da sexualidade*: democratização dos relacionamentos, emergência de diferentes subjetividades e desenvolvimento de novas narrativas ou histórias sobre vida pessoal (Weeks, 1998: 39). A reivindicação da *cidadania sexual* resulta da combinação de mudanças fundamentais, que concorrem para atacar/destronar as tradicionais relações hierárquicas, em processos de *destradiconalização, igualitarismo e autonomia* (Weeks, 1998: 40).

No centro do processo de *destradiconalização*, Weeks (1998) inclui: a «chamada crise da família» (hoje com menor importância na definição dos relacionamentos); as mudanças radicais na forma como homem e mulher são atualmente entendidos (seja por via de alterações materiais como culturais, nomeadamente graças ao impacto do feminismo); a forma como o binarismo homo e heterossexualidade sofreu alterações, por via dos movimentos *gay* e *lésbico*. Ao mesmo tempo, Weeks (1998: 41) sublinha a forma como a divisão tradicional entre vida privada e vida pública tem vindo a ser repensada.

A família, como temos vindo a conhecê-la na ideologia e na prática, não é mais o que era. [...] Os números do divórcio, a incidência de pais solteiros, o atraso da idade do casamento, o aumento da coabitação, a rápida ascensão das famílias monoparentais, o surgimento de novos padrões de intimidade, por exemplo *lésbica* e das famílias de escolha *gay*, todos estes são indícios de profunda mudança (Weeks, 1998: 41).

No cerne do processo de *igualitarismo*, Weeks (1998) aponta a mudança de longo prazo no ideal democrático de igualdade da relação homem/mulher, mulher/mulher, homem/homem. A relação igualitária tornou-se a medida por que cada indivíduo deve avaliar as suas próprias vidas: «[...] os compromissos devem basear-se na negociação entre parceiros consensuais, não na tradição ou linhagem. Laços de obrigação com base na relação de sangue, estão a ser crescentemente substituídos por ideias de compromisso trabalhados dia-a-dia, semana-a-semana» (Weeks, 1998: 42).

Em relação ao terceiro elemento – a *autonomia* –, Weeks (1998: 44) diz não haver dúvidas sobre as mudanças económicas e culturais dos últimos 20 ou 30 anos, que exaltaram o individual sobre o coletivo e salienta a importância da crise do VIH/SIDA, que trouxe uma

nova cultura de responsabilidade para com o próprio e para com o outro. Além disso, refere as novas formas de responsabilidade e autonomia que se manifestam nas «famílias escolhidas», com padrões muito variados de envolvimento doméstico, intimidade sexual e responsabilidades mútuas, que se afastam cada vez mais dos modelos tradicionais de casamento e família (Weeks, 1998: 44). No momento em que vivemos afirma-se uma cultura de novas subjetividades, em que cada indivíduo representa uma busca pessoal. O sentido é construído pelo próprio e não mais imposto por entidades exteriores, por «paraísos ocultos» (Weeks, 1998: 45).

O *cidadão sexual* emerge do contexto de novas histórias sobre o *self*, sobre a sexualidade e o gênero (Weeks, 1998: 47). Estas histórias contam-nos a exclusão pelo gênero, pela sexualidade, pela aparência física, e reclamam por inclusão, por direitos iguais perante a lei, a política, a economia, o social, o sexual. As novas histórias a que tanto Weeks (1998) como Plummer (2003)⁵⁵ se referem, saltam da vida de todos os dias e propõem-nos novas exigências no plano comunitário, nomeadamente ao nível de políticas mais responsáveis em termos económicos, de bem-estar, legislação e cultura. As narrativas mais comuns são histórias que falam de discriminação, preconceito e *empowerment*, histórias de saída do armário da homossexualidade ou de mulheres independentes e fortes, histórias de vitimização e sobrevivência, de identidades e de relacionamentos (Weeks, 1998: 47).

Narrativas sexuais e a cidadania da intimidade

O sociólogo britânico Ken Plummer entende os significados sexuais como contingentes, devendo ser pensados no contexto do nosso processo de aprendizagem de vida, ele próprio historicamente maleável (Corrêa *et al.*, 2008). Ao conceito já existente de *cidadania sexual* (Evans, 1993; Weeks, 1998), Plummer (2003a: 65) propõe a expressão *cidadania da intimidade*, alegando ser mais «ampla», «sugestiva» e «sensibilizadora», mais inclusiva da vida pessoal. A intimidade «é muitas vezes restringida à nossa vida romântica e sexual; mas eu uso o termo para referir uma variedade de arenas em que “fazemos” a vida pessoal – fazendo manipulação do corpo, fazendo o gênero, fazendo as relações, fazendo o erotismo e as identidades» (Plummer, 2005: 77).⁵⁶

A *cidadania da intimidade* não implica um «modelo», um «padrão» ou um «caminho»: diz respeito às decisões que as pessoas têm de tomar para *controlo (ou não) sobre* o corpo, sobre

⁵⁵ *Moralidades enraizadas no quotidiano* (Plummer, 2003a).

⁵⁶ Todas as citações da obra em referência foram traduzidas pela autora.

os sentimentos e relacionamentos, bem como às *escolhas com base social (ou não) acerca* das identidades, experiências de género e experiências eróticas (Plummer, 2003a: 14).

[A *cidadania da intimidade*] designa uma multiplicidade de experiências e de vozes com as quais vidas novas, novas comunidades e novas maneiras de fazer política encontram lugar. O conceito presta atenção às diferentes maneiras de entender a vida pessoal, que indubitavelmente sofrem de um profundo – e muitas vezes fatal – conflito. Deve encaixar na realidade empírica contemporânea do *ethos* da pluralidade (Plummer, 2003c: 35).⁵⁷

Embora a ideia de cidadania tenha uma longa história⁵⁸, com muitas alterações, sempre se adereçou ao «social», «ao mundo público», e não propriamente ao «individual», ao «íntimo», «ao mundo privado» (Plummer, 2003a: 15). Antecipando que a junção do termo *cidadania* com o termo *intimidade* pudesse parecer um oxímoro, Plummer (2003a: 15) questiona: «como pode o mundo do “público” ser usado para fornecer um “cidadão íntimo”?».

O conceito de *cidadania da intimidade* equaciona a relação entre as esferas públicas e privadas, sugere a existência de uma ligação (uma ponte) entre o pessoal e o político: a «cidadania íntima refere-se a todas as áreas da vida que parecem ser de âmbito pessoal, mas que são conectadas, estruturadas ou regulamentadas através da esfera pública» – «esfera pública» é «um domínio da sociedade civil em que as pessoas deliberadamente discutem, ou argumentam sobre a vida», garantindo o espaço da construção diária da democracia (Plummer, 2003a: 68). Para além das mais convencionais esferas públicas (de participação política), Plummer (2003a) chama a atenção para a existência de outras, nomeadamente as de novos movimentos sociais, *media* e ciberespaço.

A cidadania deve ser vista como uma ferramenta de sensibilização que nos pode indicar uma aglomeração de esferas de ação em que as comunidades se desenvolvem, atribuindo direitos contestáveis e responsabilidades aos seres humanos nas áreas da lei, justiça, bem-estar social, político e bem-estar humano fundamental (Plummer, 2003a).

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ No seu livro *Intimate Citizenship*, Plummer (2003a: 51) refere três modelos de cidadania geralmente reconhecidos: o primeiro identificado com o liberalismo; o segundo associado ao comunitarismo e ao republicanismo; e o terceiro, mais vago, que pretende evitar abusos do Estado e do mercado. Refere ainda três momentos-chave para o conceito de cidadania: antes da Primeira Guerra Mundial; entre os anos 1950 e 1960 (de que T. H. Marshall foi o principal porta-voz); e um último momento que começa no início dos anos 1990. Finalmente, e tendo em consideração o contributo de Marshall, Plummer (2003a: 51) aponta três dimensões da cidadania, que emerge nos últimos 200 anos, dizendo respeito a preocupações civis, políticas e sociais: justiça perante a lei, representatividade política e bem-estar humano fundamental.

As mudanças na esfera pública proporcionam uma *cidadania da intimidade*, criam um espaço de direitos e garantias aos cidadãos, no que diz respeito aos seus pensamentos e sentimentos mais recônditos (Plummer, 2003a), na sua relação consigo e com o outro, em matérias de vivência do gênero, do corpo e da sexualidade. Em relação aos direitos, não há nada de inalienável ou fechado, dependem apenas das comunidades de suporte a que respeitam e das histórias que estas comunidades ajudem a formar (Plummer, 2003a).

Se, por exemplo, estivermos a falar de direitos de cidadania sexuais como um domínio da cidadania íntima, então o “cidadão sexual” precisa ser pensado como alguém que ocupa na sociedade uma posição de classe, etnia, gênero e idade. Ou seja, nem todos os cidadãos sexuais serão tratados igualmente e de forma justa (Plummer, 2003a: 57).

Influenciado pela fenomenologia e pelo interacionismo social, Ken Plummer centra as tendências de emergência da intimidade em iniciativas discursivas (coletivas e locais) e no seu potencial para transgredir e mudar o discurso público (Reynolds, 2010).

As crescentes preocupações com o *self*, as crescentes disponibilidades para refletir sobre o *self*, e para falar sobre o *self* com os parceiros, são características dos «novos tipos de relacionamentos e intimidades» (Plummer, 2003a: 25).

Na modernidade tardia a intimidade foi maciçamente moldada pelo desenvolvimento de uma sociedade governada por uma ideologia individualista em que as escolhas pessoais parecem proliferar [...] (Plummer, 2003a: 24).

Atualmente discutem-se «problemas da intimidade» e «escolhas» acerca de novas formas de «vida familiar» reconhecidas publicamente; acerca da sexualidade; do gênero; da infertilidade, de dar à luz e do ‘design de bebés’; do crescente uso de tecnologias médicas e químicas para transformar o órgão mais central da intimidade (o corpo); de como lidar com um crescente conjunto de aproximações inaceitáveis da intimidade; de uma galeria inteira de novos ‘tipos pessoais’ (Plummer, 2003a: 5-7). Esta nova tendência está muito distante da forma como outras gerações foram incentivadas a não pensar e a não falar sobre os sentimentos. Esta nova disponibilidade de olhar para ‘dentro’ e de partilhar esse conteúdo íntimo vai no sentido do que Plummer (2003a: 25) chama de *intimidades reveladas* (*disclosing intimacies*, expressão originária de Lynn Jamieson). Estas revelações manifestam-se no desejo de partilha da intimidade entre parceiros, amantes, pais e filhos, em *talk shows* e documentários, fazendo crescer confissões e conversas (Plummer, 2003a: 25). Mais «problemáticas íntimas» trazem consigo um maior número de escolhas relacionadas com a família, o gênero, o corpo, a identidade e a sexualidade, impensáveis há 50 anos (Plummer,

2003a). A título de exemplo, o sociólogo britânico enuncia as problemáticas dos cidadãos de novas famílias, dos cidadãos enteados, das cidadãs barrigas de aluguer, dos casais de cidadãos *gays* e cidadãs lésbicas, e dos seus filhos, dos cibercidadãos, dos cidadãos transgender, dos cidadãos sadomasoquistas, dos cidadãos vítimas de violação, entre outros.

Não há *cidadania da intimidade* com uma só voz ou uma só direção, ela implica uma multiplicidade de vozes (conducente à pluralização das esferas públicas), ou seja, um conjunto de histórias, de vidas diferentes, de comunidades diversas e políticas distintas em coexistência (Plummer, 2003a: 71). Às histórias de vida, autobiografias e outras narrativas que nos facilitam a aprendizagem da nossa própria vida, Plummer (2003a; 2005) chama *moralidades enraizadas no quotidiano* (*grounded everyday moralities*), e defende que dada a sua enorme importância, devem ser alvo de estudos por parte das ciências sociais.

Quando as pessoas trabalham as suas posições morais, costumam recorrer a eventos específicos das suas vidas. Contam como lidaram com a sua infertilidade, com as suas experiências sexuais diferentes, com os seus divórcios. Transformam as suas preocupações morais em histórias de vida (suas e dos outros). Podemos perguntar-nos em que medida estas histórias morais se tornam muito faladas e conseqüentemente, em que medida se transformam em atributos recorrentes na vida das pessoas. Podemos perguntar-nos também como os outros aprendem a partir destas histórias, criando teias de histórias interligadas (Plummer, 2003a: 98).

As *moralidades enraizadas no quotidiano* funcionam como um coro de vozes, lembrando-nos que uma voz unitária já não é prevalecte em assuntos morais – estas moralidades refletem o local e o situacional; dão importância ao “outro”; trazem emoções, honra e vergonha incorporadas; criam economias morais (Plummer, 2003a: 98-99). E a sua expressão é feita pela *narração de histórias* (*storytelling*), processos fundamentais para a vida social, uma vez que os sistemas éticos são construídos à volta da noção destes contos, destas histórias (Plummer, 2003a: 99). O *storytelling* sempre teve um papel proeminente nas sociedades, muito embora hoje em dia tenhamos mais meios de comunicação e novas esferas públicas onde contar as nossas histórias – daí haver mais gente a dizê-las e mais gente a ouvi-las, mais gente de acordo e em desacordo, mas essencialmente maior diálogo (Plummer, 2003a: 146).

No mundo rico, no centro dos debates em torno da intimidade, vive-se um sentido da mudança, acelerado e massivo. Temos intimidades sendo digitalizadas, tecnologizadas, globalizadas, medicalizadas, mercantilizadas e desestabilizadas. Com isso, deparamo-nos com uma sociedade que vai perdendo cada vez mais uma qualquer grande narrativa de como viver a vida pessoal. [...] quase toda a gente acredita que tem o direito de escolher a forma como quer viver a sua vida pessoal (Plummer, 2005: 80).

Plummer elenca uma longa lista com plataformas de escolhas que fazemos nas nossas vidas hoje em dia, contrastantes com a falta de escolha, nas mesmas plataformas, no passado. Se queremos casar, temos o direito de escolher o nosso parceiro (nomeadamente homossexual); se queremos separar-nos, divorciar-nos e casar de novo, temos essa possibilidade legal; se queremos ter filhos (ou não) temos essa liberdade; e se não tivermos as condições biológicas, podemos ter assistência em clínicas de fertilidade e bancos de esperma; se tivermos desejos (homossexuais, poliamorosos, transgender, fetichistas ou sadomasoquistas) temos esse direito, desde que consentido; se não estivermos contentes com o nosso corpo, podemos alterá-lo, seja pela cirurgia plástica, intervenção médica transger, ou mesmo congelar o nosso corpo para uma eventual vida no futuro; se não estivermos felizes em fazer parte do género com que nascemos, temos a chance de alterá-lo (Plummer, 2005: 80). Mas claro, tudo isto não é uma realidade transversal aos quatro cantos do planeta. Para muitos cidadãos de muitos países, nenhum destes direitos está garantido. A *cidadania da intimidade* reconhece a emergência de identidades e de grupos de intimidade, bem como os seus direitos, responsabilidades e a necessidade do reconhecimento de zonas de conflito – em si mesma, trata-se de «um discurso público sobre a vida pessoal» (Plummer, 2005: 90). «Não só liberta a intimidade das suas algemas privadas, mas também transforma o discurso público» (Reynolds, 2010). É um sinal da pós-modernidade. A *cidadania da intimidade* designa um campo de histórias, um conjunto de narrativas, de revelações, das quais emergem novas vidas, novas comunidades e novas políticas (Plummer, 2005). Os modelos tradicionais da cidadania estavam mais alinhados com as políticas de redistribuição, os modelos pós-modernos estão mais alinhados com as políticas de escolha. A pós-modernidade trouxe um trabalho autocrítico, saímos de um sistema abstrato de ética para um sistema mais enraizado na vida de cada um (Plummer, 2003a: 97). Se na idade moderna contávamos com conteúdos dados, na pós-modernidade aprendemos novas maneiras de pensar. Enquanto procurávamos absolutos, agora buscamos aproximações mais pragmáticas, ou seja, os princípios abstratos e a filosofia foram ‘ultrapassados’ pelas histórias de vida e outras narrativas, as regras gerais ou universais deram lugar a respostas situadas, enraizadas, localizadas, os juízos ditados por autoridades conduziram a uma luta com o *self* (Plummer, 2003a: 97)

SEGUNDA PARTE

II.

CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E SOCIAL: A INTIMIDADE EM PORTUGAL ENTRE 1960 E 1970

TRAÇOS MARCANTES DA INTIMIDADE AFETIVO-SEXUAL NO ESTADO NOVO

Considerando as conclusões dos estudos de Alfred Kinsey, existiam entre 1900 e 1950, nos EUA, três *cenários culturais* competitivos relativamente às vivências da intimidade (Gagnon, 2004). O primeiro, reportando-se à moral oficial, requeria castidade pré matrimonial para homens e mulheres, devendo os jovens consultar os pais sobre a melhor escolha para os seus futuros parceiros conjugais, mesmo que optassem por lhes ‘desobedecer’ (Gagnon, 2004: 144). Nos anos 1960, Ira Reiss define uma escala de permissividade sexual pré conjugal, encaixando este modelo no que define por *padrão abstinência* (atividade sexual pré matrimonial proibida aos dois sexos) (Marques, 2001: 5). O segundo *cenário cultural*, numa linha de crenças comuns entre a população, atribuía aos homens a possibilidade de terem relações sexuais antes do casamento, enquanto das mulheres se esperava que mantivessem castidade até ao matrimónio (Gagnon, 2004: 144). Esta visão dual ‘partia’ as mulheres em dois grupos, as virtuosas (casadeiras), e as sexualmente pecadoras (impróprias para casar) (Gagnon, 2004: 144). Segundo Reiss, tratava-se do que designa por *duplo padrão sexual clássico* (a atividade sexual pré marital é interdita à mulher e aceite ao homem) (Marques, 2001: 5). Quanto ao terceiro *cenário cultural*, contemplava a possibilidade de jovens (rapazes e raparigas) se relacionarem sexualmente, numa espécie de pacto afetivo-sexual anterior, mas orientado para o casamento (Gagnon, 2004: 144) – de acordo com a escala de Reiss, estaríamos perante o que designa por *duplo padrão sexual condicional* (a atividade sexual pré marital é aceite ao homem e à mulher, caso esta última a desenvolva no contexto de uma relação afetiva duradoura) (Marques, 2011: 5).

Os dois primeiros *cenários culturais* são recorrentes em discursos oficiais e mediáticos na sociedade portuguesa do Estado Novo. O terceiro terá sido defendido e/ou posto em prática por uma faixa da população, muito embora fosse de todo o interesse conhecer com maior detalhe a sua expressividade e características. Em finais da década de 1960, apelava-se no livro *A Condição da Mulher Portuguesa*, organizado por Urbano Tavares Rodrigues (1968: 68), para a necessidade de «estabelecermos uma espécie de relatórios Kinsey para a sociedade portuguesa» da época.

À semelhança de muitos outros países do ocidente nesta época, a intimidade afetivo-sexual dos portugueses (entre os anos 1930 e 1970) foi genericamente sujeita a forte definição, restrição e constrangimento, fundamentada em discursos políticos e religiosos. O Estado procurou homogeneizar identidades e comportamentos sexuais, embora de forma dual, em termos de género.

O regime salazarista promove «um ideal físico de virtude e pudor, obediência e disciplina, sobriedade e austeridade, higiene e robustez. Um corpo dedicado a Deus, à Pátria, à Família e ao Trabalho» (Ferreira, 2011: 244). Genericamente, até finais de 1960, organizações do estado, Igreja, família, escola e *media* convergem na missão de aconselhar crianças, jovens e mulheres adultas (solteiras e casadas) para o escondimento do corpo, o apagamento da sensualidade, a proibição do erotismo e a diabolização do prazer. O corpo da mulher «é representado como um corpo de vocação, de devoção e de virtude, como um *corpo santo* (Brasão, 1999: 39)». Citando Faria, Pais (2011: 446) lembra que mesmo as danças eram desencorajadas, porque podiam conduzir as jovens à esterilidade, perverter os seus instintos maternos, causar insónias, desmaios, neurose espasmódica, entre muitos outros problemas.

No salazarismo estava profundamente enraizada a ideia tradicional de que as mulheres se situavam no lado da "natureza", enquanto os homens se situavam no lado da cultura. Desta forma, o Estado Novo de Salazar manteve-se fiel à mensagem repetida pela Igreja Católica nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), que defendiam que a "natureza" pretendeu que as mulheres se destinassem a ficar em casa, criando os filhos e devotando-se ao trabalho doméstico (Cova *et al.*, 2002: 129).⁵⁹

Apesar do contínuo político, é possível diferenciar entre 1933 e 1974, dois contextos temporais, ao nível das vivências da intimidade. O primeiro estende-se até finais de 1950, e é essencialmente marcado pela ausência de uma visível contestação aos *cenários culturais* promovidos pelo Estado e pela igreja Católica, assentes sobre os valores da heterossexualidade, monogamia, casamento e procriação.

Apesar da profunda convulsão que o regime sofreu com a candidatura de [Humberto] Delgado [às eleições presidenciais de 1958], todas as perspetivas de mudança foram focalizadas no político, económico e social, não surgindo no debate das ideias quaisquer conteúdos que pudessem desencadear evolução na forma de pensar e viver a vida [íntima] (Alão, 1989: 358).

O segundo contexto temporal inicia-se em finais dos anos 1950, embora só a partir da segunda metade da década de 1960 ganhe maior expressividade (em particular a partir do

⁵⁹ Os excertos do artigo em referência foram traduzidos pela autora.

período de governação marcelista), por via do desenvolvimento de tendências contestatárias e reformadoras ao nível da intimidade, nomeadamente em contextos juvenis/estudantis, intelectuais e artísticos.⁶⁰

A Constituição de 1933 e o Código Civil de 1966 defendem um modelo de família que tem por base o casamento, legitimador dos relacionamentos afetivo-sexuais e das crianças nascidas no seu seio. Os citados documentos legais, instituem ainda uma desigualdade estatutária de género, que impõe a subordinação conjugal (e social) da mulher, a quem é atribuído o governo doméstico (Wall, 2011).

A Constituição declara a igualdade dos cidadãos perante a lei “salvas, quanto à mulher” devido às “diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família”. O marido, considerado como a principal autoridade em todos os actos da vida conjugal, tem o direito de administrar os bens da mulher, abrir a sua correspondência, dar ou não o seu consentimento ao contrato de trabalho acordado pela esposa com terceiros e emancipar os filhos sem a autorização da mãe. [...] Quanto à violência doméstica, é tolerada no exercício da função disciplinadora do chefe de família e considerada como um assunto do foro privado (Wall, 2011: 346).

O paradigma da sexualidade proposto pelo Estado Novo é essencialmente utilitário (reprodutivo), despojado de qualificações hedonistas, muito embora o prazer sexual fosse tolerado sob condições reservadas. Entre cônjuges permitia-se alguma satisfação/gozo sensual – se moderado –, e desde que em causa estivesse o desígnio da fecundação. Fora do contexto matrimonial, concedia-se aos homens uma margem de exploração do prazer sexual, em espaços próprios (bordéis tolerados pelo Estado), com profissionais do sexo, devidamente registadas e submetidas a inspeção médica periódica. Na reserva das quatro paredes das casas de prostituição, permitia-se a exploração masculina da sensualidade e do erotismo, bem como o ensaio de fantasias e práticas menos convencionais, interditas no *plateau* da conjugalidade.

[A prostituta] é tolerada mas apenas nas franjas do indizível, dos riscos e das vergonhas caladas, dos trunfos de uma juventude ansiosa. O seu nome é proibido, aquilo que o seu corpo pode dar é proibido, mas é, ao mesmo tempo, acessível [...] (Brasão, 1999: 211).

A tolerância política da prostituição mantém-se até inícios dos anos 1960 (o Decreto-Lei nº 44579 de 19 de setembro de 1962, proíbe o seu exercício, decretando-se o encerramento pelas autoridades policiais de todas as casas de toleradas, com despejo e apreensão dos bens aí

⁶⁰ Bebiano (2003: 17) define “os anos 60” como um período que abrange «cerca de duas décadas, cujo início remonta sensivelmente a meados da década de 1950, com a emergência de uma subcultura juvenil autónoma, e que encerra com o final dramático da experiência democrática chilena e o termo do processo revolucionário português, provavelmente os derradeiros momentos de tensão “sessentista” entre utopia e revolução».

encontrados). Apesar da interdição legal, a prostituição (inclusivamente masculina) floresce na década de 1960, tanto por via do turismo sexual em estâncias turísticas (no Algarve e em zonas balneares próximas da Capital), como pela oferta sexual junto dos quartéis e navios de transporte dos soldados para a guerra colonial (Pacheco, 2000).

«A centralização da sexualidade na actividade coital [...] dava à mulher o papel passivo, submisso», não sendo socialmente expectável que tivesse impulsos e desejo sexual (Campos, 2007: 283). As relações sexuais na prostituição (ou com outras experiências extra conjugais) ajudavam a serenar e saciar os impulsos sexuais que se entendiam próprios da masculinidade.

Os homens [...] foram tradicionalmente encarados [...] como necessitando de diversidade sexual para a sua saúde física. Era geralmente aceite que um homem se envolvesse em múltiplos encontros sexuais antes do casamento e, depois dele, a vida dupla era um fenómeno muito real (Giddens, 2001: 5).

Como se entendia que a natureza tinha reservado ao homem um papel de responsabilidade e protagonismo no «ato genésico» (termo muito usado ainda em meados do século passado para designar «ato sexual»), era conveniente que o noivo chegasse ao leito conjugal sexualmente capacitado, instruído – daí a importância de se iniciar com profissionais do sexo. Para além desta função pedagógica, a ida masculina ao bordel na adolescência/princípio da idade adulta funcionava igualmente como ritual profilático da heterossexualidade, evitando que os rapazes caíssem em fantasias e experiências homossexuais entendidas como perversas e doentias.

Do ponto de vista feminino, a prostituição funcionava como salvaguarda da virgindade/castidade das jovens, que assim sofreriam menos investidas sensuais dos rapazes, dentro ou fora da relação de namoro – o Código Civil de 1966 continuava a defender que o matrimónio podia ser anulado se a noiva não chegasse virgem ao casamento.

Ao longo do Estado Novo, em famílias burguesas, as experiências sexuais masculinas pré e extraconjugais, aconteciam também com regularidade no quarto da criada de servir. A estas mulheres de nível socioeconómico desfavorecido «era-lhes permitido circular entre as casas para ajudar a construir e experimentar a virilidade dos sexos jovens. Os valores da masculinidade erguiam-se, como em relatos médicos ou literários se conta, muitas vezes à custa do sexo das criadas [...] (Brasão, 1999: 211)» – de acordo com as estatísticas oficiais de 1940, 17% das mulheres portuguesas eram assalariadas e, dessas, 35% trabalhavam como criadas de servir (Mónica, 1978). Originariamente rurais, pouco instruídas, vítimas de pobreza e desamparo familiar, estas mulheres (muitas delas menores de idade) eram frequentemente

aliciadas/forçadas a favorecimentos sexuais, por parte dos patrões das casas onde serviam.

António, lisboeta (anónimo) nascido em 1927, e entrevistado pela autora, lembra:

“[...] o sexo com as meninas das nossas relações estava proibido. [...] Só que ao rapaz era exigida a aprendizagem das artes da sexualidade, antes de se casar. Por isso, havia apenas duas soluções. Ou era encaminhado pelo pai ou outro educador (um tio, um irmão), para uma casa de meninas, onde se pagavam os serviços sexuais à prostituta, ou iniciava a sua vida sexual com alguém de classe inferior, a criada, que não tinha direito a dizer ‘não’, que era objecto, que não se sentia uma pessoa” (Freire, 2010: 150-151).

Entrevistada por Cecília Barreira (1993), Maria de Lurdes Pintassilgo refere que entre 1950 e 1960 as mulheres eram abusadas sexualmente, mas não só no contexto laboral doméstico: «Em oficinas só de mulheres, os contramestres exigiam o silêncio face a toda a espécie de chantagem sexual. A JOCF [Juventude Operária Católica Feminina] – movimento muito forte no meio operário – não se cansava de denunciar um caso após outro» (Barreira, 1993: 325).

Genericamente, no Estado Novo, a família «assenta numa hierarquia rígida de autoridade e de poder – de um sexo (masculino) sobre o outro (feminino), de uma geração (os pais) sobre a outra (os filhos)», mas apesar de esta ser a «representação dominante» a realidade da família era bem mais «diversa, contrastada e conflituosa» (Almeida *et al.*, 2001: 277). Portugal era nos anos 1950 o país europeu com mais nascimentos fora do casamento. Encabeçavam estes números as mulheres que trabalhavam à jorna na agricultura do Alentejo e de meios operários urbanos, desqualificados. Os indicadores são do Anuário Demográfico das Nações Unidas (1959), citados por Aboim (2011).⁶¹ Os nascimentos ilegítimos não eram apenas contraindicados pelo Estado e a Igreja. Também a ciência os dissuadia. No livro *Guia das Mães*, a médica Rubina Branca (1945: 40) informa que as evidências científicas da época garantiam que no matrimónio nasciam «crianças mais sãs, mais robustas», com maior longevidade e menos propensão para o crime ou a loucura.

Na primeira metade do Estado Novo, a união conjugal era ainda entendida como sendo para toda a vida, mesmo que definhasse o amor entre esposos. A perda do afeto não justificava a separação. Com amor ou sem ele, marido e mulher estavam destinados a honrar o contrato, o compromisso, o sacramento do casamento. Os divorciados eram vistos com desconfiança, reprovação e frequentemente proibidos de certos convívios sociais (Freire, 2010). Anália Torres (1987) sublinha que só a partir dos anos 1960 é que os casais portugueses se começam

⁶¹ Em 1950, de um total de 209 126 nascimentos 24 416 eram ilegítimos, de um total de 215 132 crianças nascidas em 1960, 19 692 não se enquadravam no casamento, e em 1970, de um total de 181 484 nascimentos, 13 115 eram ilegítimos (Nazareth, 1978: 765).

a mentalizar de que o amor deve manter-se ao longo da vida em comum, e que a separação é afinal uma opção legítima. Porém, com a assinatura da Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé (em 1940), o divórcio é interdito aos cônjuges casados pela Igreja. Na realidade do dia a dia, muitos casais separam-se de facto, embora oficialmente permaneçam marido e mulher. Desta situação concordatária, que perdura até 1975, surgem os filhos de mãe incógnita, crianças nascidas de segundos relacionamentos, que não podiam ser reconhecidas pelas progenitoras. Se fossem, a paternidade da criança era automaticamente atribuída ao ex-cônjuge, com quem estas mulheres se mantinham legalmente casadas.

Nos discursos mediáticos, sobretudo na imprensa feminina e até finais da década de 1960, a felicidade da vida a dois e o sucesso do casamento, são recorrentemente atribuídos à mulher. As raparigas solteiras e casadas são instigadas a compreender e interiorizar o seu papel de guardiãs da conjugalidade, da prole e do lar, e a superar emocionalmente (preferencialmente em silêncio) todas e quaisquer situações de desprezo, abandono ou traição por parte do cônjuge. «Se o seu marido se afastar de si, espere-o; ainda mesmo, que ele a abandone; espere sempre por ele porque, não só é esposa dele, como também representa o seu nome, a sua honra; um dia ele voltará, abraçando-a» (*Crónica Feminina*, 1957, 34).

No seio do matrimónio, a sexualidade feminina está encerrada dentro de uma espécie de «capelinha» sagrada (Freire, 2010). Os deveres do corpo feminino eram os de «entrega ao corpo do marido», e os do corpo masculino os de «procura do corpo da mulher» («nunca a situação contrária») – situação modelar que constituía uma «desigualdade social na possibilidade física de aceder ao “outro”» (Brasão, 1999: 35). Esperava-se da mulher que não reclamasse desejo, e que se refreasse na expressão da excitação sexual.

“O problema de ter mais ou menos prazer sexual era do macho. Se ela o tinha ou não tinha, isso não se sabia e nem sequer se perguntava! ‘Querida, gostaste? Foi bom para ti?’ De maneira alguma! Admito que fosse diferente, quando o casal tinha uma boa relação, mas não era certamente o mais comum. [...] O nosso gozo – o gozo do homem – é que interessava” (Freire, 2010: 216).⁶²

Purificação Araújo, consultora da Organização Mundial de Saúde (OMS) e ginecologista-obstetra de referência que começa a trabalhar no final da década de 1950 em Portugal, refere⁶³ que entre médico e doente não era bonito falar de sexo (Freire, 2010). Só muito raramente alguém expunha este tipo de problemáticas: «Na minha consulta cheguei a ouvir algumas

⁶² Depoimento de António, anónimo, nascido em 1927, entrevistado pela autora em 2010.

⁶³ Em entrevista cedida à autora em 2010.

[mulheres] referirem-se ao ato sexual como o momento em que “os maridos se serviam delas”. [...] Só começou a melhorar com o Maio de 68, mas duvido que em todas as classes» (Freire, 2010: 219).

Durante a primeira metade do Estado Novo, as vivências da sexualidade são agravadas pela ausência de planeamento familiar e de contraceção, proibidas pelo regime «em nome da ideologia pró-natalista, católica e conservadora» (Monteiro, 2012: 590) – «[...] a lei n.º 32171, de 1942, ilegalizou a contraceção até depois do 25 de Abril» (Vilar, 2009: 9).⁶⁴ Ogino-Knaus (o método do calendário) era a única forma contracetiva permitida pelo Vaticano. Todas as outras (preservativos, pressários, espermicidas) estavam interditas aos católicos. Para muitas mulheres em Portugal, a ausência de prazer era entendida como uma forma de evitar a fecundação: «Bertina Sousa Gomes encontrou ainda bem viva esta ideia [...] nos discursos de mulheres de uma aldeia no distrito de Viseu, onde realizou um projecto de investigação, já no final dos anos 70» (Freire, 2010: 217).

Perante os imperativos morais restritivos do prazer sexual feminino, os métodos contracetivos pouco fiáveis ou disponíveis, a falta de assistência médica pré-natal, o baixo número de partos realizados em meio hospitalar (cerca de 24 por cento em 1964),⁶⁵ o elevado aborto clandestino, as significativas taxas de mortalidade infantil e as dificuldades socioeconómicas em que grande parte da população vivia, não é de estranhar que a vida sexual em geral, e das mulheres em particular, fosse marcada pela contenção e pelo medo (Freire, 2010). Vejamos o que escreve uma mulher de 30 anos, já nos finais dos anos 1970, dirigindo-se à *Comissão da Condição Feminina*, no contexto de um projeto de informação, educação e comunicação sobre planeamento familiar, desenvolvido entre 1978 e 1981 sob coordenação de Ana Vicente

⁶⁴ No artigo 16 do Decreto-Lei n.º 32171 de 1942, lê-se que «o anúncio e propaganda de antígenésicos e abortivos são proibidos, nos termos do artigo 11 do decreto n.º 17636, de 18 de Novembro de 1929». E no artigo 21 do mesmo documento, consta que «nunca pode ser autorizada a venda de acessórios médicos, ou apresentados como tais, cujas propriedades ou efeitos sejam contrários à moral ou aos bons costumes ou capazes de interromper ou perturbar de qualquer modo a marcha fisiológica da gravidez. A fabricação ou venda de tais objectos acarreta, além da multa cominada no número anterior, o encerramento do estabelecimento industrial que os fabricou e vendeu por quinze a trinta dias».

⁶⁵ Segundo Sérgio Ferreira Ribeiro, que participa com o seu depoimento no livro *A Condição da Mulher Portuguesa*, organizado por Urbano Tavares Rodrigues (1968: 91), em 1965, dos 214 824 partos feitos na Metrópole, apenas 26% foram realizados em hospitais, 5,6% tiveram lugar em casa com assistência médica, 24% no domicílio com assistência de parteira ou enfermeira, e 44,4% também em casa, mas sem qualquer assistência. Em meados da década de 1960 havia apenas «vinte e nove maternidades, localizadas nas grandes cidades, algumas com meia-dúzia de camas», e dessas, apenas seis eram públicas. Quanto às parteiras, existia em média, uma para 5 400 habitantes (Neves *et al.*, 1960: 102). Cerca de duas décadas depois, em 1979, a percentagem de partos com assistência foi de 89% e o número de consultas em dispensários e postos maternoinfantis atingiu 1 606 875 (Vicente, 1987: 339).

e Maria Reynolds de Sousa, que contou com o apoio técnico e financeiro do fundo das Nações Unidas (Vicente, 1987).

Tenho trinta anos sou casada há 12 anos tenho um casal de filhos com diferença de 14 meses [...] arranjados logo após o casamento a partir daí comecei a praticar o coito interrompido chegando mesmo a perder o interesse pelo acto sexual [...] posso dizer que passei várias semanas e até meses sem praticar tal acto perdendo o interesse completamente. Desde que descobri o planeamento familiar [...] estou a tomar anticoncepcionais estou contentíssima desde aí sou outra mulher completamente diferente e a alegria e o bom humor voltou a reinar na minha casa, tanto da minha parte como do meu marido não tive mais problemas ou receios de qualquer espécie [carta de leitora enviada à CCF] (Vicente, 1987: 398).

O projeto da *Comissão da Condição Feminina* estabeleceu com a *Crónica Feminina* uma colaboração regular. Eram cedidos textos informativos à revista⁶⁶, no final dos quais se fazia saber que as leitoras podiam pedir esclarecimentos, brochuras e livros gratuitos via correio, para a CCF. «O impacto foi imediato, a avaliar pelo enorme volume de cartas, telefonemas e visitas, recebidas na Comissão da *Condição Feminina* [...]. Entre abril de 1979 e março de 1982 [...] recebemos um total de 10 230 cartas das leitoras (e alguns leitores) [...]» (Vicente, 1987: 16). As cartas trazem questões sobre a comunicação da sexualidade entre pais e filhos, menstruação, relações sexuais no namoro, virgindade, contraceção, parto, infertilidade, aborto, esterilização, disfunções sexuais, gravidez na adolescência, violência na família, entre outros temas (Vicente, 1987: 28). Ana Vicente sublinha também o medo de engravidar expresso pelas mulheres que escrevem à *Comissão da Condição Feminina*:

[A gravidez é um] pesadelo tão constante e tão profundo que estraga a possibilidade de se fazer “vida sexual” com algum (pouco) prazer que seja [...]. [...] Por outro lado, o medo da contraceção é o reverso da moeda que também em muitas cartas surge com força – é como se encontrar uma solução fosse demasiadamente simples para um contexto de conflito e sofrimento a que se está tão habituada que a possibilidade de uma libertação é igualmente temida (Vicente, 1987: 38).

Apesar do panorama geral, repressivo dos afetos e do prazer, começam a evidenciar-se já no final dos anos 1950 em Portugal, tendências que a ele se opõem. São ecos de uma cultura juvenil que emerge internacionalmente, apresentando propostas alternativas de vivência do corpo, da sensualidade, do erotismo, em crescente contracorrente com uma moral tendencialmente conservadora da intimidade – a música e o cinema dão conta da evolução

⁶⁶ Susana Ruth Vasques e Hortense de Almeida, jornalistas da então extinta M&B, colaboraram na redação destes textos da CCF para a *Crónica Feminina*. Na *Modas & Bordados* haviam tratado de forma extensiva e profunda os temas relativos à saúde sexual e reprodutiva.

destes novos paradigmas, nomeadamente através de figuras como Elvis Presley, Marilyn Monroe e James Dean. Estas novas perspectivas vão-se enraizando em Portugal, coadjuvadas por algumas mudanças sociais de peso: aumento do tempo que jovens dos dois sexos (particularmente raparigas) passam no ensino, e acesso crescente das mulheres ao mercado de trabalho. Para além da universidade e do local de emprego, as mulheres conquistam também outros espaços como cafés e estabelecimentos noturnos – assumem-se mais libertas de constrangimentos do corpo e mais sensuais (Ferreira, 2011). Cardina (2008: 96) crê que no Portugal de 1960, «no âmbito das relações amorosas, começam a entrar em jogo diferentes dependências e estilos de vida, onde o prazer erótico tende a ganhar uma dimensão nova».

Vejamos alguns acontecimentos e *discursividades* que trazem (e refletem) elementos de mudança às vivências íntimas afetivo-sexuais na década de 1960 e 1970, em Portugal.

Em 1961 publica-se no contexto da imprensa universitária coimbrã (jornal *Via Latina*) *A carta a uma jovem portuguesa*, manifesto que denuncia as tremendas desigualdades nas expectativas sociais face à forma como deveriam desenvolver-se afetiva e sexualmente os jovens do sexo masculino e feminino. O autor do texto, Artur Marinha de Campos, apela à recusa desta vivência discriminatória da intimidade, que coloca homens e mulheres em campos diferenciados, separados por «um muro alto e espesso» (VL, 1961, 130).

A perturbação suscitada pelo artigo foi muito grande e imediata, despoletando uma vaga de textos de resposta e contra-resposta, publicados dentro e fora da academia: artigos, comunicados, panfletos, muitos deles impressos e em tiragens que em certos casos atingiram os milhares de exemplares (Bebiano, 2003: 94).

Entre 1963 e 1964, a Juventude Universitária Católica questiona as novas gerações de estudantes universitários (em Lisboa, Porto e Coimbra) sobre temáticas fortemente “tabuizadas” como a contraceção, as relações pré conjugais e o divórcio. As respostas a este inquérito⁶⁷ remetem-nos para um modelo de entendimento da sexualidade pouco reformista. Para 40% dos universitários e 19% das universitárias, as experiências sexuais pré conjugais eram entendidas como “úteis”, se praticadas por rapazes. Mas apenas 9% dos alunos e 6% das alunas tinham a mesma opinião positiva, face à sexualidade pré conjugal feminina. Viam a atividade sexual antes do casamento como “repreensível” para os rapazes, cerca de 38% das

⁶⁷ «CODES/JUC, Gabinete de Estudos e Projectos de Desenvolvimento Sócio-Económico/ Juventude Universitária Católica (1967), *Situação e opinião dos universitários*. O inquérito foi realizado no ano lectivo de 1963/64, mas só foi publicado três anos mais tarde. Foi o segundo inquérito promovido pela JUC; o primeiro tinha sido feito em 1958, aquando do I Congresso da JUC e da JUCF: “Situação Universitária Portuguesa» (Tavares, 2008: 120).

inquiridas e 23% dos inquiridos, enquanto 47% dos rapazes e 64% das raparigas tem o mesmo entendimento para as mesmas práticas no feminino (Tavares, 2008: 120).

Em relação aos meios anticoncepcionais apenas 15,3% dos e das estudantes consideravam lícitos todos os meios conhecidos e de resultados comprovados, enquanto que 46,8% se inclinava para os meios naturais, que eram os defendidos pela Igreja e que 32,8% dos inquiridos não tinham opinião (Tavares, 2008: 120-121).

Em 1962, a pílula chega às farmácias portuguesas, mas a sua aquisição era complexa, uma vez que os serviços de saúde não a receitavam como contraceptivo, apenas como método de regulação do ciclo menstrual (Vilar, 2009: 10).

Nos anos 60, os métodos anticoncepcionais mais utilizados ainda eram o coito interrompido e as irrigações vaginais.⁶⁸ Paralelamente, apesar da pílula e dos preservativos já serem comercializados, o planeamento familiar era considerado subversivo e semiclandestino, quando muito aceitava-se que fossem propagados os métodos naturais (v.g. temperaturas) propostos pela Igreja Católica. Nestas circunstâncias, não suscita admiração que o aborto, autoinduzido, por agulhas de croché e pé-de-salsa, ou realizado por curiosas e parteiras, deixasse um significativo rasto de sequelas (v. g. hemorragias, infecções e rupturas uterinas) e de morte (Pacheco, 2000: 160).

Como Manuela Tavares refere (Freire, 2010: 248)⁶⁹, «dizia-se que [a pílula] ocasionava cancro e a Igreja aproveitava-se desse receio para fazer uma campanha nas missas contra a sua toma [...]. Quando começa a ser comercializada, são alguns sectores mais esclarecidos que a procuram».

Em 1967 é criada a *Associação para o Planeamento da Família* (APF), um ano antes de a OMS reconhecer «o Planeamento Familiar como uma componente fundamental dos Cuidados de Saúde Primários» (Araújo, 1987: 191). Ao nível internacional, três eventos favorecem a afirmação pública do tema da contraceção. Em 1968, são dados os primeiros passos na *Conferência Internacional sobre Direitos Humanos* (em Teerão) no sentido de o Planeamento Familiar se tornar um direito de todos: «Os pais têm o direito humano básico a decidir livre e responsabilmente o número e espaçamento dos seus filhos».⁷⁰ Seis anos depois (em 1974), na

⁶⁸ Pacheco (2000: 159) refere os métodos contraceptivos disponíveis, indicados por Egas Moniz na obra *A Vida Sexual*, em 1906: «restrição moral de Malthus», «continência temporária», coito interrompido, «processo de Kish» (variante do coito interrompido, em que mulher no momento da ejaculação apertava a raiz do pénis com os dedos, para impedir a entrada do esperma), preservativos, lavagem vaginal e pressários.

⁶⁹ Em entrevista à autora, em 2010.

⁷⁰ Fonte: “História da APF”, artigo publicado na página online da *Associação para o Planeamento da Família*, acedida em 9 de novembro de 2015.

Conferência da População Mundial (em Bucareste), surge o Plano de Acção da População Mundial, que recomenda a todos os governos «respeitar e assegurar, independentemente das suas metas demográficas, o direito das pessoas a determinar, de uma forma livre, informada e responsável, o número e espaçamento dos seus filhos».⁷¹ E em 1975, na *Primeira Conferência Mundial sobre Mulheres* (na Cidade do México), declara-se o direito ao planeamento familiar como um direito essencial para a igualdade de género.⁷² Em Portugal, a APF tem «à sua volta um conjunto de profissionais de saúde que estão na base da criação de diversas consultas nos hospitais de Lisboa, do Porto e de Coimbra⁷³, ou que estão ligados à criação do Instituto Maternal», organismo estatal que visa promover a saúde materna e infantil, e a partir do qual – segundo Purificação Araújo, citada por Vilar (2009: 14) – foi criada, em 1973, a Direção Geral de Saúde.

Antes ainda do 25 de Abril de 1974, num artigo da *Modas & Bordados* (1973, 3178) intitulado “Planeamento Familiar – Ano V”, a APF revela-se disponível para trabalhar com a classe médica, «frequentemente responsável pela propagação de milhares de conceitos irracionais e anticientíficos (por exemplo quanto ao uso da pílula!)». Cursos de formação para médicos, enfermeiras, assistentes sociais fazem parte dos planos da Associação, que pretende trabalhar igualmente com professores primários, associações de pais e sindicatos. No artigo, salienta-se igualmente a lacuna de informação sobre planeamento familiar e contraceção nos *curriculae* das Faculdades de Medicina, Escolas Superiores de Saúde, Escolas de Enfermagem e Escolas de Assistentes Sociais.

Em 1976, o então Secretário de Estado da Saúde, Dr. Albino Aroso, e também Presidente da APF, publica o Despacho que institucionaliza a existência de consultas de planeamento familiar nos serviços de saúde (Despacho da Direcção-Geral da Saúde de 24.03.1976) – no preâmbulo deste despacho era referido que se estimava a realização anual de cerca de 100 mil abortos clandestinos no nosso país, daí que o acesso aos métodos contraceptivos fosse uma prioridade (Vilar, 2009: 15).

Ao longo de todo o Estado Novo, a homossexualidade é entendida como uma doença ou perversão. No início da década de 1960, Júlio de Melo Fogaça, político do PCP, é detido pela PIDE numa pensão da Nazaré, onde estava acompanhado de um parceiro do mesmo sexo, é afastado do Partido e em 1962 é condenado como «pederasta passivo e habitual na prática de

⁷¹ Idem.

⁷² Idem.

⁷³ «No início dos anos 1980, existiam cerca de 400 consultas de planeamento familiar em Portugal, nos centros de saúde e hospitais» (Vilar, 2009: 15).

vícios contra a natureza» (Policarpo, 2011b: 52). «Só no final dos anos 60, sobretudo nos meios académicos (v.g. ‘arrebentos’ de Coimbra) é que os homossexuais, assim como os prostitutas, começaram a ter alguma visibilidade pública» (Pacheco, 2000: 148).

Nos domínios literários portugueses começa a fazer-se ouvir, a partir da década de 1960, alguma contestação à moral sexual de tom conservador e repressivo. Em 1958, António Alçada Baptista adquire a Moraes, editora que publicará, entre a década de 1960 e 1970, diversos livros em torno do tema da intimidade (ver listagem de títulos em anexos V): «empenhava-se em pôr ao alcance do público português, um novo olhar sobre o amor e o sexo, para lá dos simples lugares comuns do catecismo» (Martins, 2006: 49). Entre os vários ensaios sobre o tema, que a Moraes traduz e publica, destacam-se *Amor e Sacramento* (de Alphonse d’Heilly, 1959), *Aprender a amar e Envelhecer a Dois* (de Paul Chauchard, 1964), *Moral Sexual e dificuldades contemporâneas* (de Joseph Folliet e Jacques Paliard, 1960), *A Temperatura, Guia da Mulher* (Sacha Geller, 1963): «Será difícil imaginar o que tais livros contribuíram para abrir novas perspectivas e criar um clima diferente entre os casais cristãos» (Martins, 2006: 49). Como Priore (2005) sublinha, novos horizontes se abrem na década de 1960 a muitos cidadãos católicos e não só, um pouco pelo ocidente.

O Concílio do Vaticano II e a encíclica *Gaudium er Spes* convidavam a olhar o mundo com simpatia e compreensão. Falava-se em paternidade responsável, em planificação familiar por meio de métodos naturais e, muito importante, em amor conjugal: o amor entre esposos como um bem incalculável para os filhos, a interação entre amor físico e espiritual e a renovação contínua do amor. Uma agenda, sem dúvida, revolucionária e generosa para o seu tempo (Priore, 2005: 301).⁷⁴

Em 1968, a revista *O Tempo e o Modo*⁷⁵ publica um caderno exclusivamente dedicado ao tema d’*O Casamento*, relacionando transformação ou revolução sexual com transformação ou revolução política (Costa, 2006: 72-73). A censura salazarista apressa-se a apreender a publicação: «[...] desencadeou polémicas terríveis, mesmo entre pessoas que estavam

⁷⁴ «O Papa João XXIII criou uma comissão em 1963 para estudar assuntos da população e do controlo da natalidade, e – embora permaneça muito pouco divulgado nos nossos dias – 80 por cento dos membros desta comissão favoreceram o aligeiramento da interdição da Igreja face à contraceção artificial. [...] O sucessor de João XXIII, o Papa Paulo VI, publicou *Humanae Vitae* e rejeitou todas as práticas contraceptivas para além do método Ogino-Knaus» (Herzog, 2006: 155). É da responsabilidade da autora a tradução deste e de outros excertos do artigo em causa.

⁷⁵ A Moraes é também a editora desta publicação periódica de referência no panorama da contestação cultural dos anos 1960-1970 (o primeiro número remota a 1963). Com pretensões de questionar a ordem estabelecida a nível social e cultural, *O Tempo e o Modo* inspira-se na revista francesa *Esprit*, e é dirigida por António Alçada Baptista, tendo por chefe de redação João Bénard da Costa, Pedro Tamen como editor e Nuno de Bragança e Alberto Vaz da Silva como redatores principais (Costa, 2003: 56). *O Tempo e o Modo* «foi um importante meio de difusão dos pontos de vista de uma certa elite oposicionista», apostada em estabelecer «pontes entre o cristianismo e o marxismo» (Cardina, 2008: 94).

próximas de nós [católicos progressistas] e que se mostraram francamente escandalizadas com ele» (Costa, 2006: 72-73).

[...] com textos de autores como Robert Musil, Sade, Kierkegaard, Marcel Proust, Rainer Maria Rilke, Henry Miller, com uma antologia que contava com autores como Edgar Morin ou Wilhelm Reich, e com depoimentos de vários autores portugueses [...], o caderno *O Casamento* representava uma grande inovação em relação a tudo o que já se havia publicado em termos de contracultura em Portugal (Ferreira, 2009: 102-103).

Na nota de abertura d'*O Casamento*, escreve-se que a luta contra a ordem estabelecida passa pela luta contra os costumes. À distância de três décadas, refletindo sobre o significado da obra, Bénard da Costa (2003) escreve:

Hoje seria difícil, relendo essa publicação, compreender a “tempestade” que ela, à época, significou. Mas, nas linhas e nas entrelinhas, esse caderno significava que a única das “revoluções” dos anos 60, de que os católicos portugueses se tinham mantido afastados, a “revolução sexual”, chegava agora até eles com um vasto inquérito sobre temas como “Será o casamento necessário?”, “A Fidelidade tem para si sentido?”, “Liberdade sexual”, “Divórcio”, etc. (Costa, 2003: 93).

Paralelamente, na esquerda radical (também designada por Nova Esquerda⁷⁶), faziam-se reuniões clandestinas para estudar *O Combate Sexual da Juventude* de Wilhelm Reich⁷⁷, refletindo sobre a importância da “revolução sexual” para a revolução política.

[...] na sociedade capitalista não existe libertação sexual da juventude, não existe vida sexual sã e satisfatória; se tu queres suprimir a miséria sexual, luta então pelo socialismo. Porque o socialismo realiza a alegria de viver sexual [...] e elimina de início a dominação das pessoas que viram os olhos para o céu quando falam de amor e que, em realidade, destroem a sexualidade da juventude (Reich, 1972: 193).⁷⁸

Na década de 1960, sobretudo a partir dos «centros universitários», a chamada “Nova Esquerda” repensa a teoria marxista e faz uma análise crítica da experiência do socialismo, «à margem do movimento operário e dos partidos comunistas tradicionais» (Cardina, 2008: 102). Embora não se possa definir um corpo unificado de teses originadas por esta tendência,

⁷⁶ Assim designada sobretudo nos países anglo-saxónicos (Cardina, 2008: 103).

⁷⁷ Para Reich (1972: 24), a sexualidade é «a energia vital produtiva. Sua repressão significa, não somente no campo médico, mas de forma ampla e geral, perturbação das funções vitais fundamentais [...]». O psiquiatra alemão que se radica nos EUA, opõe-se à moral sexual burguesa, que mais não faz do que negar a sexualidade. De acordo com Reich (1972: 191) era «preciso transformar a rebelião sexual da juventude, secreta ou aberta, numa luta revolucionária contra a ordem social capitalista».

⁷⁸ Jaspard (1997: 41) defende que «o combate do Reich pela libertação sexual permitiu às gerações dos anos 1960 e 1970 progredir através do controlo da sua sexualidade», e que foi «profética» a publicação, em França, em 1968, d' *A Revolução Sexual*.

existem traços comuns, nomeadamente «o combate à alienação, não só económica, mas também psicológica, sexual, cultural ou ideológica»; «a crítica às formas tradicionais de autoridade»; «a crítica à vida quotidiana», que passaria por uma «radical alteração ao nível dos costumes e mentalidades»; e a «valorização do papel da juventude» (Cardina, 2008: 103).

Em 1965, Natália Correia organiza a polémica *Antologia de Poesia Erótica e Satírica*, publicada pela editora *Afrodite*. A obra é proibida e apreendida. Natália Correia e Fernando Ribeiro e Mello (editor) – bem como poetas participantes como Luíz Pacheco, Cesariny, Ary dos Santos e Ernesto de Melo e Castro – são levados a tribunal pelo conteúdo obsceno do livro (Vilela, 2012: 187).

A Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica é julgada no Tribunal Plenário da Boa-Hora, no Chiado. [...], a acusação considera os textos e os desenhos “pornográficos, torpes, obscenos” e a publicação do livro uma “empresa dolorosa” para “explorar a desmoralização (sobretudo da juventude) sob disfarce de apologia, de criação e de civismo”. [...] O processo arrasta-se quatro anos. Só em 1970 os arguidos conhecem a sentença: 90 dias de prisão correccional substituíveis por multa para Natália Correia e Fernando Ribeiro e Mello; 45 dias de prisão substituíveis por multa para os restantes (Vilela, 2012: 187).

A editora Afrodite publica também nos anos 1960 outras obras controversas, por abordarem o tema da intimidade afetiva e sexual: *A Filosofia na Alcova*, de Marquês de Sade, *A Vénus de Kazabaika*, de Masoch, e *Kama-Sutra*.

No início dos anos 1970, as *Novas Cartas Portuguesas* (de Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno) desencadeiam outro processo em tribunal, por ofensa à moral pública. O livro apela de forma implícita à «subversão da ordem sexual estabelecida», «afirmando-se num universo dentro do qual existia já um número razoável de pessoas, principalmente de mulheres, em condições de o entender» (Bebiano, 2003: 92).

A apreensão do livro e o processo instaurado às três autoras [...] provocou uma onda internacional de apoio inédita na história da literatura portuguesa, tendo os protestos e as manifestações em prol da causa das “Três Marias”, como viria a ficar conhecido o processo, atingido proporções inimagináveis: desde a cobertura do julgamento feita pelos meios de comunicação internacionais (*The Times*, *Le Nouvel Observateur*, etc.), até às manifestações feministas em várias embaixadas de Portugal no estrangeiro, passando ainda pela defesa pública da obra e das autoras levada a cabo por nomes como Simone de Beauvoir, Marguerite Duras, Doris Lessing, Iris Murdoch ou Stephen Spender [...].⁷⁹

⁷⁹ *Projeto Novas Cartas Portuguesas: 40 anos depois*, acessado online a 15 de julho de 2015, em <http://www.novascartasnovas.com/>

Já depois da Revolução dos Cravos, Maria Teresa Horta escreve no *Expresso* (1974, 74) que «eram perseguidas sem misericórdia» todas as obras que «pretendessem abordar, dignamente, o tema sexual», ou que «tocassem mesmo ao de leve» temas como a política, a economia, o colonialismo, a sociologia, a juventude, a droga, o pacifismo e a emigração, entre outros.

Em 1969, uma multidão eufórica acorre à estação de Santa Apolónia em Lisboa para aplaudir a *Desfolhada Portuguesa*, música que Simone de Oliveira canta no Festival Eurovisão. Na canção, a estrofe de Ary dos Santos – «Quem faz um filho fá-lo [também] por gosto» – valoriza uma dimensão apagada nos discursos do Estado Novo, ou seja, a dimensão do prazer sexual na relação conjugal, independentemente da sua finalidade reprodutiva.

Em 1971, tem lugar em Vilar de Mouros um festival de música, sob o lema “Cultura e juventude ao alcance de todos”: «Os mil habitantes da aldeia, quase todos eles vivendo do campo, habituados à quietude e à repetição do mundo rural, viam repentinamente chegar mais de 20 milhares de “*jovens estranhos, muito estranhos*”, nas palavras de um desses moradores [...]» (Bebiano, 2003: 136). Teenagers que vinham à boleia, exibindo os seus cabelos longos, mostrando «de acordo com um diário conservador [*Época*, 1971, 188], “uma liberdade amorosa que hoje, infelizmente, se nota por toda a parte”» (Bebiano, 2003: 136).

MARCELO CAETANO E A JUVENTUDE

Citando Cervellé, Cardina (2008: 110-111) refere que entre 1968 e 1974, período governado por Marcelo Caetano, «“a renovação na continuidade” torna-se “continuidade sem renovação”»: a polícia política retoma o seu papel repressivo, nomeadamente contra setores ideológicos mais moderados; intensifica-se a repressão a vozes críticas no interior do catolicismo e é rejeitado o projecto-lei sobre liberdade de imprensa, mas também aumentam as greves, os protestos e a agitação social, nomeadamente contra a guerra colonial.

O momento da governação marcelista reflete já muitas das “lutas” que se travam a nível internacional, e espelha uma tendência de renovação das mentalidades (e das práticas) ao nível das vivências da intimidade.

Em 1968, os ecos do Maio parisiense chegaram a Lisboa, ao mesmo tempo que o livro vermelho de Mao e o *Revolution* dos Beatles: “Todos queriam mudar o mundo, yeah, yeah, yeah.” Nas praias chiques, os cabos-de-mar já não tinham convicção para impor a interdição do biquíni. [...] Perante a impotência paterna, as meninas urbanas saíam e entravam em casa às horas que lhes apetecia. Nas farmácias vendia-se a pílula

livremente. As mulheres declaravam que também queriam trabalhar. À medida que as criadas de servir desapareciam, o número de filhos decrescia (Mónica, 1996: 225).

Seabra (2012: 449) defende que o período salazarista foi «triste», mas que o de Marcelo Caetano foi «de imensa alegria» – «com o Zip-Zip na RTP, o *Expresso*, o programa *Em Órbita*⁸⁰ na Rádio Clube Português, a *Seara Nova* [...]. [...] para nós, estudantes, cada um mais radical do que o outro, vive-se simultaneamente a ideia da festa e a ideia de fim de Regime [...] (Seabra, 2012: 451). Em associações estudantis o momento é também de «grande efervescência»: contesta-se politicamente a guerra, os costumes, a segregação dos sexos no convívio universitário, pela existência da ‘sala das alunas’ (Reis, 2012: 457).⁸¹

Segundo Júlio Machado Vaz (1987: 182), os universitários portugueses mostravam ainda em finais da década de 1960, «uma ignorância quase total face à sexualidade, embora termos como ‘amor livre’ e ‘revolução sexual’ dominassem as parangonas dos jornais, os discursos dos académicos... e as discussões conjugais de uma geração!».

O que pensava Marcelo Caetano, ex-reitor e ex-Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa⁸², acerca dos protestos, reivindicações morais, e novos costumes íntimos, protagonizados por uma parcela, sobretudo urbana, socialmente favorecida e bem (in)formada, da juventude portuguesa? Em 1967, Caetano publica numa separada da revista *Rumos*, um artigo intitulado “Juventude de hoje, juventude de sempre”. A reflexão – explica – nasce numa tertúlia de pais e professores, na praia chilena de Viña del Mar, evolui para uma *charla* pública na Universidade Católica de Valparaíso, e só posteriormente ganha a maturidade de um artigo.

Não julgo que [as minha opiniões] tenham muito de original nem resultaram, como se vê, de profundo estudo apoiado em exaustivas pesquisas. São apenas fruto do esforço feito por um homem que tem passado a vida em contacto com a juventude – primeiro como estudante e desde 1933 como professor – para compreender a sua época e a gente com quem vive (Caetano, 1967: 6).

⁸⁰ Criado em meados dos anos 1960, o programa introduz em Portugal a música *pop*: «Foi aqui que os jovens ouviram pela primeira vez os Beatles, os Rolling Stones e os Doors. O programa transformou-se num êxito sem precedentes» (Mónica, 1996: 227).

⁸¹ «Luta esta que esteve na origem do encerramento da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, após invasão da PIDE e apreensão do seu boletim *Binómio*, a que se seguiu uma greve geral das Universidades de Lisboa, em Dezembro de 1968, ainda antes da famosa greve de Coimbra em 1969. Para o órgão do Regime *Diário da Manhã*, tudo isto não passava de uma luta por “casas de banho mistas” e “amor livre”» (Reis, 2012: 457).

⁸² Marcelo Caetano esteve à frente desta organização entre 1940 e 1944.

Segundo Caetano, a discussão do assunto «das atitudes e mentalidade da gente nova» – que se mostram à época completamente discordantes dos padrões tradicionais da vida familiar e social – é frequente sempre «que se juntam pessoas de quarenta anos» e com «responsabilidades educativas» (Caetano, 1967: 5). «Desmandos», «inconformismo», «rebeldia», «cólera contra o mundo», são termos e expressões usados por Marcelo Caetano (1967: 5-6) para caracterizar uma juventude em crise, salientando no entanto que os referidos fenómenos, na sua manifestação «virulenta», são ainda assim menos atenuados⁸³ em Portugal do que noutros lugares do mundo.

Para o ex-reitor (Caetano, 1967: 6), o esforço de compreender o que é (ou aparenta ser) a então «juventude contemporânea» obriga a distinguir *fatores constantes* de *fatores conjunturais*. Entre os primeiros está a «sede [espectável] de afirmação da personalidade que origina inesperadas rebeldias e oposições incompreensíveis à autoridade familiar ou social», em relação aos segundos (os *fatores conjunturais*), Marcelo Caetano (1967: 7-8) refere que a juventude é um reflexo das crises que a sociedade atravessa, das transformações que afetam valores morais, comportamentos e costumes. Nalguns casos os jovens traduzem mudanças já ocorridas, noutros prenunciam «mutações em gestação» (Caetano, 1967: 8).⁸⁴ E que transformações são essas que estão na origem das mudanças de mentalidades dos jovens de finais dos anos 1960?

O sucessor de Salazar na condução política do país, diferencia a sua geração da geração que nasce no pós-segunda Grande Guerra, e defende que a tremenda revolução da técnica e a evolução do conhecimento, estão na fronteira entre ambas. Para as gerações mais jovens as noções de transformação, contingência e evolução são centrais: «[...] habituam-se desde o berço à fluidez com que se transformam coisas e hábitos, ganhando uma noção de contingência, um espírito de evolução criadora que não pode deixar de impregnar profundamente a mentalidade colectiva» (Caetano, 1967: 9). No artigo “Juventude de hoje, juventude de sempre”, o chefe de Estado defende que as gerações anteriores à Segunda Guerra seriam pacientes e resignadas, enquanto as novas gerações tendiam a ser impacientes e inconformadas. Caetano (1967: 9-10) defende que se passara de uma *civilização agrária* –

⁸³ No mesmo ano – em 1968 – Urbano Tavares Rodrigues compila em livro vários depoimentos sobre *A Condição da Mulher Portuguesa*, que haviam sido proferidos um ano antes, num colóquio organizado pela Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Agustina Bessa Luís é um dos nomes que consta desta reflexão. Para a escritora, a juventude era «menos viciosa» do que muitas vezes se queria fazer crer: «Os surtos de decadência e culto pela desordem não passam de fenómenos esporádicos, ainda que sintoma peculiar numa sociedade que tem por dever modificar-se» (Rodrigues, 1968: 83).

tradicional, virada para a natureza, conformada com o cosmos, plena de resignação e paciência – para uma *civilização mecânica ou industrial*, caracterizada pela força do urbanismo e subalternização da natureza, por uma mentalidade em que o engenho e a produção, conferiam ao homem a ilusão de derrubar obstáculos, «generalizando um estado de espírito impaciente, que não tolera demoras nem compreende atrasos».

Embora reconheça que o conflito de gerações é natural, que a contestação é própria dos “verdes anos”, o futuro Presidente do Conselho refere que a juventude «surge cada vez mais emancipada de convenções sociais, de leis morais e de limitações religiosas» (Caetano, 1967: 13). Os educadores perderam as certezas, «o homem bem educado» entrou em crise e a juventude passou a rejeitar a autoridade dos que nasceram noutra era (Caetano, 1967: 12).

Caetano (1967: 13) salienta também diferenças na forma como os jovens são moralmente educados e orientados pela religião: reduziram-se ao mínimo os constrangimentos (para não originar complexos vitalícios), abandonou-se a ideia de que os instintos são para dominar, flexibilizou-se a noção de “pecado” («[...] que já não intimida as próprias almas crentes»). Mas para Marcelo Caetano (1967: 14) o fenómeno de rebeldia e desvio de juventude não é exclusivo da masculinidade.

As raparigas acamaradam com os rapazes, [...] frequentam os mesmos lugares, correm as mesmas aventuras, adoptam os mesmo hábitos... uns e outros se misturam na mesma categoria etária e social dos *teen-agers*, que se prolonga, porém, dos quinze aos vinte cinco ou mais (Caetano, 1967: 14).

Em finais de 1960, segundo o sucessor de Salazar, o casamento era encarado de forma diferente pelos jovens portugueses, que teriam já a «preocupação do acordo físico na consciência» (permissividade em relação à sexualidade pré conjugal), indisponibilidade para namoros prolongados, e vontade de partilhar um quotidiano de conjugalidade em que ambos, homem e mulher, trabalham, refletindo um contexto de mudança social, sobretudo em relação ao papel feminino, que passaria portanto a ser «activo» (Caetano, 1967: 16). «A “Dona de casa” deixou de ser modo de vida que se invoque», as jovens sentem «repugnância», «desgosto» ou sentimento de humilhação perante o trabalho doméstico, desejam ter profissão e emancipar-se economicamente⁸⁵ (Caetano, 1967: 14) – note-se que a partir dos anos 1960

⁸⁵ «O surto emigratório e a guerra colonial levam muitas mulheres a assumirem o sustento das famílias. A emigração atinge, entre 60 e 73, mais de 1,4 milhões de portugueses. A abertura do país aos investimentos estrangeiros, na década de 60, conduz à instalação de empresas em sectores onde predomina a mão-de-obra feminina: têxteis, vestuário, calçado e electrónica. [...] Na indústria, o emprego feminino cresce 51%. Também a partir dos anos 60 se produziu uma verdadeira explosão do terciário, com 33,9% de mulheres empregadas neste

dá-se um aumento da mão de obra feminina em Portugal, devido à emigração e à guerra colonial (Cova *et al.*, 2002).

De acordo com Marcelo Caetano (1967: 15), o convívio diário de rapazes e raparigas nas comunidades escolares e profissionais teria levado à uniformização da linguagem, dos problemas, das distrações, fazendo com que “elas” não quisessem mais ser tratadas como «seres frágeis e delicados». «E desta aproximação resultou uma espécie de androginia, que o uso da barba, felizmente, ainda diferencia, já que esse nobre atributo sexual parece destinado a ser o derradeiro refúgio da dignidade máscula» (Caetano, 1967: 15). A masculinização das raparigas e a androginização dos rapazes parece preocupar o ex-reitor, bem como a abertura na forma de entender, discutir e experienciar o corpo.

A juventude de agora, porém, criada nesse ambiente de libertação de ‘complexos’ [...] perdeu a preocupação do recato do corpo pelo hábito da frequência das praias, das piscinas, dos ginásios. [...] Aliás nem o corpo em si nem os seus problemas e funções têm já segredos para uma mocidade que estuda em comum e tem ao seu dispor vasta literatura e um cinema instrutivo. Daí resulta que certas questões outrora consideradas tabus, são agora conversadas e discutidas entre pessoas de sexos diferentes com um à vontade, uma franqueza, um realismo tão crus, que não podem deixar de escandalizar os mais velhos (Caetano, 1967: 16).

Para Marcelo Caetano (1967: 16), o feminino é ‘naturalmente’ portador de «dons preciosos de fidelidade, de sacrifício e de devoção», as mulheres são «capazes de rasgos heroicos de generosidade» mas, também «inultrapassáveis no ódio e na capacidade para o mal». Educadoras das crianças para a «ordem moral», para «o amor e o temor a Deus», transmissoras e «conservadoras das tradições», todas as alterações ao nível social passam por elas (Caetano, 1967: 16). «Se as mulheres se insurgem contra uma ordem estabelecida, se todo o elemento feminino é conquistado por uma revolução de ideias, de conceitos morais, de costumes, a subversão é inevitável» (Caetano, 1967: 17). E é isso que o ex-reitor defende que estava em curso no Portugal de 1960 (e em muitos países do mundo): uma «viragem», uma «revolução de ideias», ao nível moral e de costumes, uma subversão da velha ordem, sendo o papel feminino fundamental nessa transformação. Que repercussões tinha esta subversão moral e de costumes na vida da própria família, baluarte da política do Estado Novo? «Os fenómenos a que temos feito referência produzem-se ou repercutem-se em larga escala no meio familiar» (Caetano, 1967: 17). A família burguesa do começo do século, e o modelo

sector. As mulheres começam a sair do espaço limitado da casa, convivendo com mulheres e homens fora da rede normal familiar ou de vizinhança» (Tavares, 2000: 22).

patriarcal sob que se erigia, ter-se-ia alterando. Em finais dos anos 1960 em Portugal, «são raras as mães que podem continuar a exercer o papel de guardiãs dos lares [...] porque estão empregadas ou porque são atraídas por deveres sociais ou pela necessidade de distração» (Caetano, 1967: 17). Além disso, «o pessoal doméstico [criadas de servir] escasseia e não tarda que se torne raro e caro», as crianças são «colocadas nas escolas infantis desde muito cedo e quando chegam a casa no fim do dia encontram pais fatigados» e quando chegam às universidades, «já habituados a contar sobretudo uns com os outros», juntam-se nos cafés para estudar, para conversar e «gozar os ócios» (Caetano, 1967: 17). Os problemas com a juventude, a formação e multiplicação destes «grupos» e «bandos de gente nova» deviam-se ao abandono pela mulher das funções maternas e de guardiã do lar (Caetano, 1967: 18).

Os jovens são solidários entre si, associam-se para se fortalecer nas suas atitudes e opiniões e se impõem como uma força, só porque são jovens. A juventude tende a deixar de ser uma idade para ser concebida como uma classe (Caetano, 1967: 18).

Efetivamente, a emergência de uma subcultura juvenil autónoma, decisiva para a «definição identitária da juventude», remonta ainda à segunda metade de 1950, mas desenvolve-se sobretudo na década de 1960) – «período de afirmação vitoriosa de uma fase da vida ainda recente no transcurso da história» (Bebiano, 2003: 12). «A juventude deixa de ser vista – e de se ver a si própria – como uma amálgama de sujeitos em processo inacabado de integração social, para passar a agir, pensar e sentir segundo modalidades próprias, disseminadas pelos mais variados âmbitos da política e da cultura» (Cardina, 2008: 98).

Citando Skelton, Bebiano (2003: 30) afirma que o *teenager* surge «integrando um tipo social sem precedentes, composto por jovens entre os treze e os vinte anos de idade, associado a marcas, linguagens e comportamentos inteiramente diversos dos verificados entre a anterior geração de pessoas de idêntica idade».

Em 1967, para Marcelo Caetano, os desmandos dos grupos, trupes e bandos de jovens portugueses, embora mais frequentes e dando mais nas vistas, pela composição mista de rapazes e raparigas, não eram apesar disso socialmente gravosos, não estávamos perante delinquentes. Para o futuro chefe de Estado, que sobe ao poder em 1968, o desporto seria uma excelente alternativa a estes bandos de jovens, carregados de ídolos do futebol, «"heróis" do cinema ou da canção» (Caetano, 1967: 19).

Onde procurar a explicação para o delírio que faz soltar gritos histéricos, desmaiar admiradoras, disputar relíquias e pôr em perigo a integridade dos festejados? Creio que há nas exibições dos espectadores e admiradores muito de espectáculo também, um

exibicionismo individual [...]. [...] uma manifestação da tendência para a libertação de instintos, do inconformismo com o recato tradicional das exteriorizações, da preocupação de “descontracção” hoje tão generalizada. Gosta, grita-se o prazer que se sente (Caetano, 1967: 19).

No final do artigo, em jeito de conclusão, Marcelo Caetano (1967: 21) afirma-se esperançoso da recuperação dos «valores essenciais da humanidade» e recusa-se «a acreditar na vitória do erro»: «Na marcha providencial da História do mundo cada geração é um momento apenas».

PÓS-REVOLUÇÃO DOS CRAVOS: VENTOS DE MUDANÇA

Sem pretender fazer um levantamento exaustivo, lembramos as principais alterações em matéria de vida íntima, aprovadas na lei portuguesa, após a Revolução dos Cravos.

Para Aboim (2011: 98) o 25 de Abril de 1974 transportou consigo uma «verdadeira revolução privada, que serviu de motor para a edificação de valores de igualdade de género no Portugal contemporâneo».

A Constituição de 1976 estabeleceu a igualdade entre mulheres e homens ao consagrar no seu artigo 13.º o princípio jurídico universal da igualdade e a não discriminação em função do sexo. O artigo 52.º, alínea c), colocou a igualdade de oportunidades na profissão, devendo o Estado intervir para que o direito ao emprego não fosse limitado em função do sexo, assim como o acesso a quaisquer cargos ou categorias profissionais. O artigo 36.º consignou na família iguais direitos e deveres dos cônjuges e a não discriminação dos filhos nascidos fora do casamento. O artigo 68.º reconheceu o direito à licença de maternidade e atribuiu ao Estado a garantia de condições para a realização profissional das mulheres e a sua participação na vida cívica do país (Tavares, 2000: 37).⁸⁶

Embora os movimentos sociais ou políticos que irrompem após o 25 de Abril «tenham votado a família a um completo silêncio», existe «um corte radical» entre as leis do Estado Novo e as que foram introduzidas após a Revolução dos Cravos (Almeida *et al.*, 2001: 278) no que toca a este organismo. As mudanças nas políticas de família são «imediatas e radicais» (Wall, 2011: 351). A partir de 1977, com a revisão do Código Civil anterior, conquista-se «maior igualdade e cooperação entre os cônjuges, maior respeito pela pessoa individual, pela criança e pelas diferentes formas de vida doméstica privada» (Almeida *et al.* 2001: 280). Desaparece a figura do ‘chefe de família’, o governo doméstico deixa de pertencer por direito à mulher,

⁸⁶ No Artigo 67º da Constituição (de 1976) atribui-se ao Estado a competência de «promover, pelos meios necessários, a divulgação dos métodos de planeamento familiar e organizar as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma paternidade consciente».

acaba-se com a necessidade de autorização do marido para que a esposa possa exercer a profissão, termina a obrigatoriedade de a mulher casada ter o domicílio do marido, e elimina-se o preceito que permitia a anulação do casamento pela falta de virgindade da noiva (Casimiro, 2011: 123). Na década anterior, o Código Civil aprovado em 1966 legitimava ainda o poder masculino, embora tivesse trazido já nessa altura algumas alterações de relevo ao estatuto desigual da mulher portuguesa:

A mulher casada, a quem competia o governo doméstico, já podia exercer profissões liberais ou funções públicas sem autorização do marido e podia dispor do seu salário, ainda que aquele pudesse denunciar o contrato de trabalho da mulher se assim o entendesse. [...] As mulheres continuavam impedidas de ter acesso a profissões como as da carreira diplomática e da magistratura (Aboim, 2011: 96).

É em 1974 que é garantido o acesso das mulheres a todos os cargos da carreira administrativa local (Dec. Lei nº 251/74 de 12 de junho), à carreira diplomática (Dec. Lei nº 308/74 de 6 de junho) e à magistratura (Dec. Lei nº 492/74 de 27 de setembro), sendo também «abolidas todas as restrições baseadas no sexo quanto à capacidade eleitoral dos cidadão» (Dec. Lei nº 631/A/74 de 15 de novembro) (Tavares, 2000: 30). No ano da Revolução dos Cravos, Maria de Lourdes Pintasilgo torna-se a primeira mulher a assumir a pasta de um ministério (dos Assuntos Sociais) na história do nosso país.

A partir de 1977, com a revisão do Código Civil, os casais que vivem em união de facto passam «a ser reconhecidos enquanto casal, apesar de não serem definidas quaisquer obrigações recíprocas de respeito, fidelidade, cooperação ou assistência» (Aboim, 2011: 89) – podem exercer o direito paternal em conjunto, e segundo o regime que vigora para os pais casados, desde que declarem ser essa a sua vontade (Almeida *et al.*, 2001).

O protocolo adicional à Concordata, que veio permitir o divórcio civil para os católicos, é assinado pelo Vaticano em fevereiro de 1975 (Tavares, 2000: 31) – os casamentos celebrados pela Igreja passam a poder obter divórcio civil com o Dec. Lei nº 187/75 de 4 de abril.⁸⁷

A problemática do aborto clandestino impõe-se gradualmente na sociedade portuguesa, sobretudo após 1975, levando à entrega, na Assembleia da República, em 1977, de uma petição com mais de 5 000 assinaturas exigindo a sua legalização.⁸⁸

⁸⁷ O Decreto-Lei nº 261/75 de 27 de maio introduz duas alterações de relevo sobre a dissolução do casamento católico: passa a ser sujeito à lei do Estado e a poder ser dissolvido nos tribunais civis; introduz o divórcio por mútuo consentimento (Almeida *et al.*, 2001: 279).

⁸⁸ Informação constante de um artigo sobre a história da APF, acessado em maio de 2013 no site da APF.

Embora sem consequências imediatas ao nível legislativo, publica-se imediatamente após o 25 de Abril de 1974, no *Diário de Lisboa* (13 de maio) e no *Diário Popular*, o primeiro Manifesto Homossexual Português. «Liberdade para as Minorias Sexuais» é o título do documento, da autoria do Movimento de Acção Homossexual Revolucionária, que teve entre os seus autores António Serzedelo, fundador da *Opus Gay*. O documento faz saber que os homossexuais portugueses tinham sido «vítimas da mais autoritária repressão jurídica e social», e que chegara o momento de reivindicar todos os direitos e garantias, «desde a integridade de cidadãos, à possibilidade de se incluírem em qualquer movimento político revolucionário» (DL, 1974, 18456). No manifesto solicita-se às autoridades e ao povo português «a abolição imediata do art. 71, n.º 4 do Código Penal, que reputa, ambigualmente, de passíveis de medidas de segurança as práticas homossexuais» (DL, 1974, 18456). Reivindica-se ainda a possibilidade jurídica de serem contestados «actos de chantagem, extorsão e perseguição» de que os homossexuais eram alvo à época; demanda-se a «livre prática homossexual»; a «livre reunião de núcleos homossexuais»; a participação em órgãos informativos (para esclarecimento sobre liberdade homossexual masculina e feminina); a importância da educação sexual em todas as escolas (não discriminatória das práticas homossexuais) para livre compreensão da problemática da homossexualidade, inscrita na problemática da sexualidade em geral (DL, 1974, 18456). O manifesto faz ainda um breve enquadramento da evolução recente da homossexualidade no nosso país:

A situação de guerra que o País atravessou e atravessa provocou um progressivo acréscimo na homossexualidade (masculina e feminina): nas Forças Armadas, nas camadas proletárias, desempregados, nas comunidades sujeitas a forte repressão sexual (colégios, liceus, seminários, cadeias, etc). Desenvolveu-se a prática homossexual tornando-se o facto estatística e socialmente irreversível (DL, 1974, 18456).

A terminar, o manifesto deixa vivas à homossexualidade e vivas à revolução, relacionando liberdade política e sexual, e atribuindo ao 25 de Abril de 1974 a possibilidade de terminar com a marginalização e discriminação das minorias sexuais. Entrevistado pela autora a 15 de Abril de 2010, António Serzedelo recorda que o manifesto foi elaborado por seis pessoas:

Éramos amigos, três de Lisboa e três do Porto. Depois disso, fez-se uma manifestação no Jardim da Cordoaria (Porto), anunciada como tendo tido mil pessoas. Telefonei para os amigos do Porto, e perguntei: “Então a manifestação correu bem? Sim, muito bem, estavam lá 998 gajos para ver quem eram os dois paneleiros que se atreviam [risos]”. Este manifesto que publicámos foi depois 'bombardeado' – concetualmente – pelo general Galvão de Melo (da Junta de Salvação Nacional). Foi à Televisão do Estado, a

RTP, dizer que o 25 de Abril não se tinha feito para os homossexuais e as prostitutas reivindicarem.⁸⁹

Galvão de Melo referia-se a outro manifesto elaborado no pós-25 de Abril de 1974, por 469 prostitutas de Lisboa, que o subscrevem e entregam à discussão feminista numa “Reunião de esclarecimento promovida pelo Movimento Democrático das Mulheres”, conforme noticia o *Diário de Lisboa*, a 18 de maio de 1974. O manifesto destas profissionais do sexo reivindica:

- «Um sindicato, onde possam livremente [...], debater todos os problemas inerentes à classe;
- Combater activamente todo o sistema de exploração (agora com maior influência) por parte dos “chulos”;
- Criar [...] o Instituto Margarida Ghuthier, destinado, entre outros fins de carácter assistencial, à protecção das menores;
- Promover um “Trottoir” livre, nas ruas da cidade, com o objectivo de contribuir também para o turismo nacional e elaborar uma tabela de preços;
- Terminar, desde já, com a escandalosa actividade das colegas conservadoras que continuam, exclusivamente, a actuar nas “boîtes” de luxo» (DL, 1974, 18461).

No documento propõe-se uma colaboração com o MFA, nomeadamente através da prática de descontos (50%) em serviços prestados a todos os elementos do Movimento, com patentes abaixo de alferes, pelo prazo de um ano. O manifesto termina com as subscritoras dando vivas ao “amor livre” e a Portugal.

⁸⁹ «A intervenção do MAHR levou, inclusivamente, um dos membros do Conselho da Revolução, o General Galvão de Melo (cit. In Silva, Castro, Cascais, Nascimento *et al.*, s.d.), a condenar aquilo a que apelida “a ignóbil transcrição em jornais, que estão ao alcance de qualquer criança, do comunicado das prostitutas e dos homossexuais, numa demonstração de imoralidade sem precedentes em qualquer país em que a família e a moral existem ainda como valores” cit. In Silva, Castro, Cascais, Nascimento *et al.*, s.d.)» (Brandão, 2008: 16) «A intervenção de Galvão de Melo não terá passado sem reacções. Helena Vaz da Silva, a 1 de Junho, no *Diário de Lisboa*, interroga-se sobre o porquê da indignação do General: “Porquê? Porque são realidades sociais e criaturas humanas a banir da face da terra, são excrescências, ou apenas porque convém mantê-las escondidas para certos usos? Qual das más razões?” cit. In Silva, Castro, Cascais, Nascimento *et al.*, s.d.)» (Brandão, 2008: 16).

TERCEIRA PARTE

III

**CAPÍTULO III. ANÁLISE QUANTITATIVA: AFETOS E SEXUALIDADES NA
AGENDA MEDIÁTICA (1968-1978)**

TRADIÇÃO E VANGUARDA: CONFLUÊNCIA, CONFLITO OU SIMULTANEIDADE

No seminário «Sexualidade e educação sexual nos países de cultura latina», organizado pela Federação Internacional do Planeamento Familiar, entre 2 e 4 de Julho de 1975, em Viana do Castelo, debatem-se modelos que emergem/mergem ao nível da intimidade neste período. Citado num artigo da *Modas & Bordados* (1975, 3309), o investigador polaco Kazakiewisz defende a necessidade de encontrar uma terceira via alternativa aos dois modelos «extremos» da sexualidade, «possíveis de encontrar [na época] à escala europeia»: um deles «resultante da influência do catolicismo tradicional» e o outro, «produto do vanguardismo sexual» (M&B, 1975, 3309). Maria José Paixão, enviada pela revista ao encontro, resume no artigo as características de ambos os modelos (M&B, 1975, 3309):

Figura 3: Modelo tradicional e de vanguarda, apresentado por Kazakiewisz no seminário da FIPF, em 1975

Modelo Tradicional	Modelo de Vanguarda
O Sexo só serve para procriar.	O sexo não serve apenas a procriação.
O ideal é o amor sem sexo.	O ideal é o sexo sem amor.
A sexualidade é fonte de infelicidade.	A sexualidade é fonte principal de prazer.
O prazer sexual é tolerado.	O prazer sexual é procurado.
Existência de muitas normas restritivas.	Não há normas. Tudo é permitido.
A natureza humana constitui o argumento para que apenas um modelo seja aceite, o dito «natural». Numerosos desvios.	Tudo é natural. Não há desvios.
Proibição da contraceção.	Imposição da contraceção.

Fonte: *Modas & Bordados*, 1975, 3309

Teria o *modelo de vanguarda* significado expressivo na sociedade portuguesa de 1975? Que pistas nos dá a nossa análise de conteúdo dos *media*, relativamente aos sete pressupostos que Kazakiewisz defende constituírem este modelo? Evidencia-se no contexto da imprensa escrita

analisada a defesa do «sexo sem amor» (M&B, 1975, 3309)? De uma sexualidade em que tudo é permitido (não havendo portanto normas) e de que tudo é natural (não havendo por isso desvios)? Que desígnios, regulações e normatizações da sexualidade, seus comportamentos e práticas, se evidenciam nos discursos mediáticos analisados?

Duas décadas após a Revolução dos Cravos – em 1995 – realiza-se junto de 2 012 indivíduos (com 15 ou mais anos e residentes em Portugal Continental), um inquérito às gerações e valores da sociedade contemporânea. A sexualidade é um dos aspetos sondados junto dos inquiridos. O modelo de vanguarda citado por Kazakiewicz no seminário da FIPF parece mais ajustável à geração que nasce entre 1971 e 1980, denominada por *Geração do 25 de Abril* (Ferreira, 1998). Os inquiridos destas idades revelam-se mais associados à *ética romântica* e ao *individualismo expressivo*. São uma geração que em termos sexuais valoriza o prazer, a experimentação e a transgressão, admitindo todo o tipo de relações sexuais, aceitando a homossexualidade masculina e feminina, a masturbação e o adultério (Ferreira, 1998):

[...] pensa que o sexo tem sentido em si mesmo, pelo prazer que proporciona; associa às relações sexuais, como aspectos mais importantes, o prazer, o erotismo, o orgasmo e o envolvimento romântico; considera o desejo mútuo, o desejo de passar um bom bocado ou apenas o facto de duas pessoas se amarem como suficiente para terem relações sexuais, não sendo necessário que sejam casadas; tem uma visão positiva da pornografia, associando-a à diversão. [...] Em termos morais revela uma atitude fortemente permissiva e transgressora face aos costumes (Ferreira, 1998: 139-140).

Embora as gerações, quando etariamente definidas, não devam ser entendidas como entidades socialmente homogêneas, «[...] a *Geração da Grande Guerra* [nascidos antes de 1941] aparece associada, em termos gerais, à *ética puritana ou protestante*» – conservadora quanto à família, desaprovando a coabitação e valorizando o casamento, com uma perspetiva tradicional relativamente aos papéis conjugais e sociais de género (Ferreira, 1998: 139). Para esta geração, a sexualidade é entendida segundo uma moral conservadora e repressiva, admitindo apenas «relações sexuais heterossexuais e após o casamento, condenando a masturbação, o adultério, a prostituição e a pornografia» (Ferreira, 1998: 139) – uma perspetiva consentânea com os pressupostos do *modelo tradicional* invocados por Kazakiewicz no encontro da FIPF em 1975.

O sociólogo britânico Ken Plummer (2003a: 9) diferencia três variantes das intimidades: *tradicionais*, *modernas* e da *modernidade tardia* (ou *pós-moderna*). As primeiras referem-se às vivências de certas comunidades, em que as pessoas vivem rodeadas pelas suas famílias e vizinhos, participando em rituais inspirados por um forte peso patriarcal e/ou de ordem sócio-

religiosa (Plummer, 2003a). As segundas dizem respeito às intimidades que se afirmaram nos últimos duzentos anos, enredando-se nas várias características da modernidade, nomeadamente o capitalismo, o urbanismo, a anomia, a burocratização, a vigilância e a individualização. Finalmente, as terceiras incorporam as fases finais da intimidade moderna, com novas possibilidades enxertadas num mundo global tecnológico (Plummer, 2003a). De acordo com o sociólogo, no final do século XX, muitos de nós estávamos a viver, simultaneamente, em mundos *tradicionais*, *modernos* e *pós-modernos*, ao nível da intimidade. Esta noção de simultaneidade (graus e níveis de autoconsciência distintos) é fundamental quando olhamos para as tremendas disparidades que ainda hoje marcam as vivências da intimidade nos mais diversos cantos do planeta (Plummer, 2003a).

Ao longo dos últimos 40 anos, as possibilidades de escolha em matéria da intimidade afetiva e sexual, no nosso país, aumentaram indiscutivelmente. Em termos legais muitas conquistas foram alcançadas, nomeadamente ao nível dos direitos dos homossexuais e legalização da interrupção voluntária da gravidez, para citar alguns exemplos. Os princípios pelos quais os indivíduos gerem a sua vida no nosso país hoje em dia, apresentam-se cada vez menos como leis que estabelecem o lícito e o ilícito, por referência a uma moral pré-estabelecida. *Media*, Internet, escola, campanhas de prevenção, movimentos sociais, literatura, cinema, inquéritos, ou seja, novas fontes de informação e de difusão de normas em matéria da sexualidade, vieram ocupar o terreno da religião, das comunidades locais, da família (Bajos *et al.*, 2008). «Todavia, essa mutação está longe de ser absoluta, na medida em que existe evidência da existência duma complexa coabitação entre modernidade e tradição» (Pacheco, 2000: 222). Como veremos, a análise de conteúdo da imprensa na passagem da ditadura para a democracia transparece vivências de uma intimidade *moderna*, impregnada de elementos de uma intimidade *tradicional* e de uma intimidade *pré pós-moderna*. Em meados dos anos 1970 a sociedade portuguesa continua a reconhecer um peso determinante à opção pelo casamento, a valorizar a virgindade nupcial feminina, mas também a ver nascer (e/ou consolidarem-se) movimentos de defesa de novos direitos sobre o corpo (nomeadamente o da contraceção e aborto) e a surpreender-se com novidades da era informática, que possibilitam a empresas como a MATRIMOR, anunciar em 1975 o agenciamento de encontros para solteiros, viúvos e divorciados, graças ao braço da tecnologia: «Imaginais o prazer de ir ao encontro do homem ideal ou da mulher ideal, um e outro seleccionados por elementos fundamentais como a idade, a profissão, a altura, o peso, a cor dos cabelos, o carácter, a sexualidade, a cor dos olhos, o tipo físico, etc.» (CF, 1975, 995).

As transformações da intimidade na modernidade tardia, bem como o aumento das possibilidades de escolha do cidadão, motivaram o envolvimento de certas pessoas em “guerras morais” sobre políticas de família, políticas do corpo, políticas de identidade, políticas de género, políticas religiosas, políticas tecnológicas, e também políticas sexuais (Plummer, 2003a: 34). Mais do que apurar o que muda e se mantém, pretendemos evidenciar as lutas pela mudança e pela preservação de valores ao nível da intimidade. O que pretendemos é focar a *discursificação* do sexo (Foucault, 1994 [1976]) que se agenda em quarto publicações de peso na sociedade portuguesa numa década de grande agitação, identificando agendas, debates, disputas, tendências, mobilizações no sentido da mudança social, da afirmação de novas escolhas íntimas. O que nos dizem os discursos mediáticos da época em torno do ideário da chamada “revolução sexual”? Os movimentos que se batem pelos direitos dos homossexuais e das mulheres, chegam à agenda mediática portuguesa? Que cobertura se faz de novas reivindicações ao nível das práticas, comportamentos, relacionamentos e identidades sexuais? Que discursos se afirmam ao nível da sexualidade reprodutiva (contraceção, gravidez, parto, maternidade) e hedonista (prazer sexual, orgasmo), da sexualidade saudável e disfuncional (disfunções sexuais, terapia sexual), da sexualidade maioritária e minoritária, da sexualidade socialmente prescrita e prosrita?

Diversos investigadores defendem que com a Revolução dos Cravos de 1974, se deu uma efetiva evolução dos costumes sexuais, um crescimento das atitudes mais liberais em relação à sexualidade (Pacheco, 2000; Aboim 2011; Ferreira, 2011; Pais, 2011; Policarpo 2011b). Através da nossa pesquisa evidenciamos essa mudança numa esfera que é pública (os *media*), detalhando-a na sua relação de confluência, conflito e simultaneidade com os valores tradicionais.

RETRATO GERAL DA AMOSTRA

Evolução da cobertura entre 1968 e 1978

A intimidade afetiva e sexual foi objeto de agendamento em 1 570 peças/artigos nas 4 publicações (*Expresso*, *Diário de Lisboa*, *Modas & Bordados*, *Crónica Feminina*) escrutinadas nos anos de 1968, 1973, 1974, 1975, 1976 e 1978. Conforme se mostra no quadro 1, a sua esmagadora maioria (82%) foi publicada na imprensa feminina (M&B e CF), contra 18% na imprensa generalista (*Expresso* e *Diário de Lisboa*). À época, a grande maioria

dos assuntos relativos à afetividade e à sexualidade são entendidos como ‘naturalmente’ femininos (e.g. a contraceção).

A *Crónica Feminina* tem a presença mais expressiva da amostra com uma percentagem de 50% dos artigos encontrados, seguindo-se-lhe a *Modas & Bordados* com 32%, o *Expresso* com 11% e o *Diário de Lisboa* com 7% – lembra-se que as três primeiras publicações têm periodicidade semanal e foram escrutinadas em 100%, enquanto a última é um jornal diário, analisado em apenas 10% das suas edições. Recorde-se igualmente que a percentagem mais elevada de peças da CF face à M&D se prende objetivamente com o facto de a primeira publicação ter sido escrutinada em seis anos (1968, 1973, 1974, 1975, 1976, 1978), enquanto a segunda em apenas cinco (1968, 1973, 1974, 1975, 1976), uma vez que em 1978 havia já sido extinta. Como anteriormente referido, à semelhança da *Modas & Bordados*, também o *Expresso* é analisado em apenas cinco anos (1973, 1974, 1975, 1976 e 1978), pois em 1968 não havia ainda sido criado.

Quadro 1: Distribuição da amostra pelas 4 publicações

		Freq	%
Publicação	<i>Expresso</i>	166	11%
	<i>Modas & Bordados</i>	483	32%
	<i>Crónica Feminina</i>	757	50%
	<i>Diário de Lisboa</i>	101	7%
	Total	1507	100%

Conforme se assinala no quadro 2, no período pré-revolução dos Cravos, concretamente entre 1968 e 1973, regista-se um aumento do agendamento dos afetos e das sexualidades, de 10,5% para 12,6%. Esta variação positiva relaciona-se objetivamente com o facto de em 1968 termos apenas 3 publicações em análise (o *Expresso* não existia), ao passo que em 1973 já são escrutinadas as 4 publicações do *corpus*. Além disso, a evolução poderá relacionar-se com um alargamento da malha censória no período Marcelista, mas também com uma maior permeabilidade de temáticas da intimidade por inspiração emancipatória feminina. Note-se porém que a evolução mais retumbante da cobertura dos afetos e sexualidades acontece entre 1973 e 1974, de 12,6% para 21,6%. Diversos fatores contribuem para este crescimento: o fim do exame prévio e a instituição da liberdade de expressão; a entrada abrupta nas salas de cinema portuguesas de filmes de inspiração erótica; o surgimento/recrudescimento de movimentos envolvidos em causas relacionadas com a intimidade, nomeadamente os de luta

pelo direito à igualdade em matérias de género – Movimento de Libertação das Mulheres (criado em 1974) e Movimento Democrático das Mulheres (fundado em 1968) – mas também pelo direito ao divórcio para casais unidos pela Igreja, pelo direito à contraceção e aborto.⁹⁰ Se considerarmos os anos limítrofes da década em estudo, ou seja, 1968 e 1978, verificamos um aumento muito ligeiro dos artigos da intimidade (de 11% para 12%, 158 e 186 peças, respetivamente). Em ambas as datas foram analisadas apenas 3 publicações, embora distintas, pois em 1968 o *Expresso* ainda não existia, e em 1978 o suplemento M&B já tinha desaparecido.

Entre 1974 e 1975 regista-se um decréscimo de 22% para 21% no agendamento de artigos em torno do tema da intimidade – a publicação da *Modas & Bordados* é interrompida a 29 de Outubro de 1975, só regressando às bancas a 21 de janeiro de 1976.

Entre 1975 e 1976, há uma evolução de 20,5% para 22,4% das peças no total da amostra. Este crescimento regista-se malgrado certos assuntos perderem atualidade mediática, nomeadamente o do divórcio, pela assinatura em 1975 da revisão concordatária com a Santa Sé. Consideramos que o aumento percentual de artigos entre 1975 e 1976 está essencialmente relacionado com a presença de Maria Antónia Fiadeiro na chefia de redação da *Modas & Bordados*, jornalista que confere à revista uma orientação marcadamente feminista, privilegiando temáticas intimamente relacionadas com os afetos e a sexualidade. A queda no agendamento da intimidade entre 1976 e 1978 (de 22% para 12%) deve-se ao desaparecimento do suplemento M&B, já anteriormente referido.

Quadro 2: Distribuição da amostra por anos

		Freq	%
Ano	1968	158	10,5%
	1973	190	12,6%
	1974	326	21,6%
	1975	309	20,5%
	1976	338	22,4%
	1978	186	12,3%
	Total	1507	100,0%

⁹⁰ «[...] a brochura da identidade do próprio MLM tem a data de 1975 e coloca como reivindicações: a declaração, a inserir na Constituição da República, da igualdade de direitos para os dois sexos, com condenação penal, pelas discriminações sexistas; a revisão do código civil, do código penal e da legislação do trabalho; [...] o reconhecimento pelo Estado do valor económico do trabalho doméstico. O mesmo documento considera as leis sobre a infância e a maternidade como um dever da sociedade para com o seu futuro e não como “proteção” às mulheres; exige creches [...]; coloca como reivindicação importante, o direito à contraceção e ao aborto livre e gratuito, acompanhado de uma campanha de esclarecimento sobre educação sexual» (Tavares, 2000: 62-63).

Para facilitar a análise evolutiva, agrupámos os seis anos analisados (1968, 1973, 1974, 1975, 1976, 1978) em três períodos:

- *Até 24 de abril de 1974* – inclui 1968, 1973, janeiro, fevereiro, março e 24 dias de abril de 1974;
- *De 25 de abril de 1974 até final desse ano* – rescaldo da Revolução dos Cravos;
- *De 1975 em diante* – anos de 1975, 1976 e 1978.

Esta organização tem limitações, pelo facto de os três períodos não terem o mesmo número de dias/anos, mas visa marcar três fases: pré-revolução (vigência da censura/exame prévio); revolução (poderia ter sido delimitado de forma distinta, entre 25 de Abril de 1974 e finais de 1975, divisão que seria mais equilibrada do ponto de vista da contagem dos dias/anos para os três períodos, mas entendemos que o ano da Revolução, 1974, ganharia em ser analisado isoladamente, no sentido de apurar um momento de decompressão e de charneira); pós-revolução (vigência da liberdade de imprensa, de expressão e de associação).

Nos três momentos definidos, a *Crónica Feminina* tem vantagem numérica e percentual. Representa 54% de todos os artigos encontrados até 25 de Abril de 1974, 43% dos registados no curto período que vai da Revolução dos Cravos até final de 1974, e 50% da amostra nos anos de 1975, 1976 e 1978. Sem abandonar uma linha editorial tendencialmente conservadora ao nível da moral sexual, a CF propõe no pós-revolução algumas abordagens pró-liberalizantes sobre diversos assuntos da intimidade, nomeadamente contraceção, divórcio, educação sexual e naturismo.

A *Modas & Bordados* apresenta menos de metade das peças da CF no período pré-revolução: 24% do total de artigos sobre a intimidade publicados nesse período. Entre 25 de abril e 31 de dezembro de 1974 aproxima-se dos valores da *Crónica Feminina*, publicando 30% de todas as peças desse período. E de 1975 em diante contribui com 37% – se consideramos que a *Modas & Bordados* se extingue em 1977, não tendo por isso quaisquer entradas no ano de 1978, trata-se de um valor muito significativo. Comparando a imprensa feminina analisada (ambas as publicações semanais), verificamos que a *Modas & Bordados* agarra o tema da intimidade e o agenda de forma crescente – consistentemente – ao longo da década, aproveitando as liberdades de imprensa ganhas com o 25 de Abril de 1974. Em 1968 registámos 37 peças sobre a intimidade, no ano seguinte 47, em 1974 mais de 90, em 1975 ultrapassa a centena (139) e em 1975 atinge os 175 artigos. No pós-revolução as peças da M&B são genericamente liberalizantes da intimidade.

Observando a imprensa generalista, verificamos um contributo de ambas as publicações (*Expresso* e *Diário de Lisboa*) acentuadamente menor do que o contributo da imprensa feminina. O *Expresso* passa de 12% da amostra do primeiro período (mesmo tendo sido criado apenas em 1973, não tendo por isso valores de 1968) para 19% da amostra do segundo período, muito embora essa percentagem diminua para 9% dos totais de peças publicadas de 1975 em diante. Verifica-se portanto um aumento do interesse pela intimidade com a Revolução do 25 de Abril de 1974, motivado em especial pela abordagem e discussão de certos temas, particularmente o divórcio e a pornografia. Quando a atualidade política de ambos os assuntos decaiu, o interesse jornalístico do semanário pela intimidade também diminuiu. No *Diário de Lisboa* o que verificamos é que não existe um aproveitamento da liberdade de imprensa ganha com o 25 de Abril de 1974, para agendar assuntos da intimidade. Ao contrário do que seria espectável, o contributo do DL para a amostra evoluiu de forma decrescente ao longo dos três períodos analisados: 10%, 8% e 5%.

Quadro 3: Peso de cada publicação em cada um dos três períodos analisados

	Até 24 de abril de 1974		De 25 de abril até final de 1974		De 1975 em diante		Total	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
<i>Expresso</i>	50	11,5%	45	18,8%	71	8,5%	166	11%
<i>Modas & Bordados</i>	105	24,1%	73	30,4%	305	36,7%	483	32,1%
<i>Crónica Feminina</i>	236	54,3%	104	43,3%	417	50,1%	757	50,2%
<i>Diário de Lisboa</i>	44	10,1%	18	7,5%	39	4,7%	101	6,7%
Total	435	100%	240	100%	832	100%	1507	100%

Tipologia, tamanho, exposição, centralidade e autoria

As peças sobre a intimidade afetivo-sexual foram codificadas segundo um cariz jornalístico, opinativo ou crítico – da amostra excluímos anúncios publicitários, classificados e fotonovelas. Conforme se observa no quadro 4, a variável referente à tipologia das peças compõe-se de 8 categorias (*notícia, opinião, recensão crítica, carta de leitor, conselho social, anúncio de casamento, conto e outros*), que agregam 29 subcategorias.⁹¹

⁹¹ 1. *Notícia* agrupa as seguintes subcategorias: breve, notícia, reportagem, artigo de investigação, entrevista, perfil, fotorreportagem, humor/cartoon; 2. *Opinião*: constituída por editoriais, crónicas regulares, artigos de opinião, comentários de personalidades exteriores ao jornal; 3. *Recensão crítica*: constituída por sinopses ou recensões literárias, cinematográficas, de espetáculos, musicais e de *media*; 4. *Carta de Leitor*: constituída por cartas de leitores, respostas da redação a carta de leitor, rúbricas com pergunta de leitor/resposta de especialista; 5. *Conselho Social*: constituída por conselhos da redação acerca da vida social, conselhos da redação acerca da

Quadro 4: Distribuição da amostra por tipos de peças

	Freq	%
Tipologia das peças		
1. <i>Notícia</i>	699	46,4%
2. <i>Opinião</i>	136	9,0%
3. <i>Recensão crítica</i>	79	5,2%
4. <i>Carta de leitor</i>	515	34,2%
5. <i>Conselho social</i>	43	2,9%
6. <i>Anúncio de casamento</i>	63	4,2%
7. <i>Conto</i>	37	2,5%
8. <i>Outros</i>	34	2,3%
Total	1507	100%

Das 8 categorias, a *notícia* tem maior peso: 46% do total da amostra. Analisando a sua evolução ao longo da década em estudo, verificamos que tem a maior percentagem nos três períodos, embora se verifique um aumento ligeiro do primeiro (47%) para o segundo (48%), e um decréscimo no terceiro (46%). A categoria com o segundo maior peso percentual é a *carta de leitor*, com um registo de 34% do total das peças codificadas. Este agendamento reflete a iniciativa dos cidadãos, muito embora esteja sujeito à deliberação das redações para criação de espaços editoriais destinados à sua participação, e à própria seleção das missivas a publicar. Independentemente das perspetivas e abordagens das questões afetivo-sexuais (mais conservadoras ou mais liberalizantes), é de salientar o interesse crescente dos leitores (sobretudo mulheres) no agendamento e discussão dos temas da intimidade ao longo dos três períodos: no primeiro as *cartas de leitor* representam 32% das peças codificadas, no segundo 34% e no terceiro 36%. Por iniciativa dos leitores os temas mais abordados são o *amor* (75%), o *namoro* (59%), o *casamento* (26%), o *sexo pré conjugal* (13%), o *género, a emancipação e o feminismo* (12%) e as *moralidades* (10%). Os seis assuntos refletem sobretudo duas dimensões: uma triologia amor-namoro-casamento, que se evidencia esmagadoramente nas peças das leitoras enviadas à *Crónica Feminina*, espelhando uma visão mais conservadora; e uma inter-relação entre os temas do sexo pré conjugal, da emancipação feminina e das moralidades, que nos remete para uma perspetiva liberalizante, premente nas participações das leitoras na revista M&B. Em certos contributos das leitoras é muito visível a noção de que o pós-revolução abre uma larga janela à exposição, discussão e reivindicação de novas possibilidades de escolha ao nível da vivência íntima, muito especialmente o direito

vida privada/íntima e rábulas da vida social; 6. *Anúncio de casamento*: constituída por anúncios de casamento; 7. *Conto*: constituída por contos/excertos; 8. *Outros*.

feminino ao relacionamento sexual (sem motivações reprodutivas), antes e depois (aquém e para além) do casamento.

Tanto a *Modas & Bordados* como a *Crónica Feminina* oferecem ao leitor secções regulares vocacionadas para os temas do ‘coração’, que funcionam como diários públicos, ‘confessionários’ ou consultórios informais para exposição de assuntos da vida íntima e privada, sendo sobretudo os dilemas dos afetos e relacionamentos (menos as práticas e comportamentos sexuais) que captam a atenção de quem escreve.

Na M&B existe ao longo do período analisado uma secção inicialmente intitulada *Correio do Coração* – esta designação muda provisoriamente para *Cartas de Amor* na edição 3308, de 9 de Julho de 1975, sendo retomado o título inicial a 21 de janeiro de 1976. Neste espaço editorial (*Correio do Coração/Cartas de Amor*), estabelece-se um diálogo entre a leitora que expõe as suas problemáticas e Camila (pseudónimo da jornalista Susana Ruth Vasques⁹²) que as comenta, seguindo uma abordagem tendencialmente defensora da emancipação da mulher e tendencialmente liberalizante em termos da moral afetiva e sexual, muito embora com frequência os conselhos apontem também numa direção moderadamente conservadora. Na revista M&B as leitoras podem exprimir-se também na secção *A Palavra às Leitoras*, dedicada a um espetro mais alargado de temas, mas onde frequentemente se fala de direitos das mulheres, nomeadamente ao nível afetivo e sexual.

Na *Crónica Feminina* existe um consultório para assuntos do coração, intitulado *Correio Sentimental*, onde se expõem problemáticas de leitoras, que se inscrevem num perímetro contextual conservador. Nesta secção, as cartas são maioritariamente omissas. O leitor depreende o assunto pelas deliberações morais de Gabriela, figura anónima que gere a correspondência e acautela o esclarecimento das dúvidas, preocupações ou angústias expressas nas cartas. Trata-se portanto de uma conversa pró-intimista entre quem aconselha (Gabriela) e quem é aconselhada (a leitora). Deixando-se em ‘surdina’ a narrativa da leitora que se ‘confessa’, a secção ganha uma ‘natureza’ semi privada. A preleção desta especialista da CF aponta genericamente no sentido de uma moral restritiva do sexo pré conjugal, valorizadora da virgindade nupcial, do casamento e do respeito pelos papéis de género convencionais (conjugais e sociais). Na nossa grelha de codificação, o *Correio Sentimental* da *Crónica Feminina* engrossa quase exclusivamente as variáveis temáticas do *namoro*, do *amor* e do *casamento*, num tom discursivo conservador e tradicional.

⁹² Informação cedida por Maria Antónia Fiadeiro, em entrevista à autora.

Na *Modas & Bordados*, a participação das leitoras aumenta ao longo dos três períodos. No primeiro domina o tema do *casamento* (83%), no segundo o da *maternidade* (67%) e de 1975 em diante destaca-se o *sexo pré conjugal* (51%), seguido das *moralidades* (50%) e do *aborto* (41%).

Regressando à análise do peso das 8 categorias em que se desdobra a variável *tipologia das peças*, verificamos que a *opinião* de figuras públicas como políticos, intelectuais, médicos, realizadores, editores, escritores, críticos e ativistas, surge na agenda mediática por iniciativa própria ou a convite das redações, ocupando o terceiro lugar na amostra: 9% das peças (124 artigos). Até 24 de Abril de 1974 representa 6%, no período seguinte aumenta para o dobro (12%), e de 1975 em diante retrocede ligeiramente (10%). O *Expresso* contribui com 38 artigos (23% dos totais de peças do semanário), o *Diário de Lisboa* com 11 (11%), a *Crónica Feminina* com 66 (9%) e a *Modas & Bordados* com 21 (4%). É de salientar na tipologia *opinião* a prevalência dos temas relacionados com a afirmação da autodeterminação feminina (24%), com o aborto (22%) e a contraceção (19%). Ao longo da década, a *opinião* discute também *erotismo e pornografia* (17%), *casamento* (17%), *amor* (17%), *moralidades* (16%), *liberalizações e revoluções* (11%) – os temas da *maternidade* (10%), *gravidez* (8%), *sexualidades* (8%), *sexo e religião* (8%) e *divórcio* (7%) apresentam valores mais reduzidos, mas aproximados.

A emancipação no feminino e as questões do controlo da fecundidade e da reprodução dominam a *opinião* nas duas publicações destinadas a mulheres (M&B e CF). Em 1974, inicia-se na *Crónica Feminina* a rubrica “O Dr. Ramiro da Fonseca esclarece – Esterilidade porquê?”, espaço que o médico dedica também para refletir sobre aborto, planeamento familiar e contraceção. Entre 1973 e 1974, na *Modas & Bordados*, o espaço editorial *A Mulher e a Lei* (a cargo da Dra. Laura Lopes) informa e coloca em discussão assuntos que dizem respeito aos direitos da mulher, regularmente inspirada por cartas que recebe das leitoras, e citando excertos das situações e problemas relatados.

A categoria em quarto lugar no ranking da *tipologia das peças* é a *recensão crítica*, representando 5% da amostra, mas aumentando muito significativamente do primeiro para o segundo período: 3% até 24 de abril de 1974, e 6% entre 25 de abril e o resto do ano de 1974, mantendo-se sem grande variação (7%) no último período, de 1975 em diante. Nesta categoria tipológica, abordam-se sobretudo os assuntos da *sexualidade no cinema, literatura, teatro, desporto, media* (70%), o *erotismo e a pornografia* (40%), o *género, a emancipação e o feminismo* (39%), o *amor* (37%) e as *sexualidades* (33%) – note-se que esta última

percentagem da abordagem do assunto das *sexualidades* (práticas e comportamentos) é muito superior ao registado na categoria noticiosa (8%). Nas *recensões críticas* discute-se o sentido e a legitimidade da nudez, da sensualidade, do erotismo e das vivências sexuais, graças a propostas internacionais, nomeadamente pela exibição de películas então ditas eróticas e pornográficas nas salas de cinema do grande público, e pela venda de manuais de esclarecimento sobre a vida íntima, também essencialmente importados.

O formato da *recensão crítica* tem no jornal *Expresso* valores de relevo (18% do total de peças deste semanário em torno de intimidade). No *Diário de Lisboa* representa 11%, na *Modas & Bordados* 8%, e na *Crónica Feminina* tem uma percentagem residual de 0,4%.

É indiscutível a importância do cinema e da literatura na motivação de reflexões que contextualizam a intimidade afetivo-sexual. Os críticos não podem deixar de analisar os filmes e as obras literárias do momento, muito dedicadas ao tema das vivências íntimas. Sousa Aguiar (Tito Lívio), que assina as recensões críticas de cinema na M&B, agenda frequentemente o tema do erotismo, e a sua diferenciação dos chamados filmes pornográficos. Na mesma publicação, Maria Ondina Braga chama títulos à sua recensão crítica literária, como *A História da Repressão Sexual* (Jos Van Ussel), *Maternidade escrava* (obra originalmente francesa, de um coletivo de autores), *Carta a um menino que não nasceu* (Oriana Fallacci), *A Mulher Eunuco* (Germaine Greer), *Retrato de um casamento* (Nigel Nicolson), *A Força da Idade* (Simone Beauvoir). No *Expresso*, e a pretexto da análise literária, Maria Teresa Horta agenda o tema da emancipação e libertação da mulher.

As categorias que sofreram uma diminuição ao longo dos 3 períodos analisados foram o *anúncio de casamento* e o *conselho social*. A primeira consiste na publicação de fotografias de nubentes, acompanhadas de uma breve legenda/notícia em torno das famílias dos noivos, lugar e data da cerimónia do casamento (imagem 1). Até 24 de abril de 1974, esta categoria representava cerca de 9% no total de peças sobre a intimidade afetiva e sexual. No período seguinte, ou seja, de 25 de abril a 31 de dezembro de 1974, baixa para 2%, mantendo-se o mesmo valor de 1975 em diante. É evidente a queda em desuso desta tipologia quando folheamos a imprensa ao longo da década, muito embora desconheçamos as circunstâncias editoriais de publicação destas peças que se constituem como fotografias de casamento legendadas. Qualquer casal poderia ver o seu matrimónio noticiado na imprensa, contra o pagamento de uma quantia em dinheiro? Ou o agendamento noticioso do casamento dependia do prestígio social, económico ou cultural dos noivos? A tipologia *anúncio de casamento* (4% da amostra) não tem qualquer registo no *Expresso*. A sua maior ocorrência dá-se na *Crónica*

Feminina (7% do total de artigos sobre a intimidade publicados nesta revista), 4% no *Diário de Lisboa* e 1% na *Modas & Bordados*. Na CF a sua presença no primeiro período chega às 30 ocorrências, no segundo regista 5, e de 1975 em diante são publicados 20 anúncios nupciais. O sentido do casamento não é muito expressivamente discutido na imprensa no período em análise, mas certos indicadores remetem-nos para uma diminuição da sua presença (visibilidade) no agendamento.

Imagem 1: Anúncio de casamento (*Modas & Bordados*, 1968, 2943)



No que respeita à categoria tipológica *conselho social* (3% da amostra) verificámos registos apenas na imprensa feminina. Trata-se de peças (não jornalísticas) que abordam temas da vida quotidiana. Nelas se recomendam valores, atitudes e comportamentos a adotar por homens, mas sobretudo por mulheres, não só na vida privada como na convivência social. Vejamos o exemplo da peça “Não deixe ‘envelhecer’ o seu casamento” (M&B, 1968, 3217):

Quando se observam as estatísticas, verifica-se que os anos realmente difíceis de um casamento geralmente principiam depois de 15 a 18 anos de matrimónio, portanto num período em que um homem gosta de viver a segunda juventude. [...] sucede muitas vezes que um tal homem, que muitas vezes ultrapassou já os 50 anos, de repente sente interesse por uma mulher muito mais nova. [...] Uma mulher inteligente teria podido salvar este casamento, uma mulher que com um sorriso compreensivo soubesse passar por cima destas leviandades passageiras e não se tornasse agressiva e irritada. Mas poucas mulheres sabem ser tão generosas! (M&B, 1968, 3217).

Estas peças perdem peso no global da amostra em cada um dos períodos: até 24 de abril de 1974 a sua percentagem é de 6%, de 25 de abril a 31 de dezembro de 1974 o seu peso baixa para 1%, e de 1975 em diante sofre ligeiro aumento (2%). Esta diminuição nos discursos predicativos das vivências afetivas e emocionais (conjugais e sociais) espelha uma menor

predisponência dos *media* para determinar o que os leitores/as devem pensar, sentir e fazer em matérias da vida íntima. As publicações recuam no agendamento de peças que ditam aos cidadãos um caminho a seguir na escolha das suas vivências pessoais. Esta quebra reflete uma tendência de valorização da liberdade individual na construção identitária.

Por último, a tipologia *conto* (com 2,5% da amostra) revela maiores registos na *Crónica Feminina* (3% dos totais da publicação) – contabiliza 2% das peças do *Expresso* e da M&B.

Que tipologias são mais recorrentes em cada uma das quatro publicações? No *Expresso* a *notícia* é a categoria com mais registos (63%), seguindo-se-lhe a *opinião* com 23% do total dos artigos. No *Diário de Lisboa* 84% das peças são também de natureza noticiosa. Na *Modas & Bordados* lidera a *carta de leitor* com 44%, muito embora o grupo tipológico *notícia* se lhe siga com uma percentagem também de peso (36%). Na *Crónica Feminina* impõe-se o grupo tipológico *notícia* com 44% e os leitores contribuem pelas suas cartas com 39% para o agendamento da intimidade. O mais relevante nos dados apresentados é o espaço que o *Expresso* reserva à discussão pública de determinados temas, pelo convite à opinião de figuras de referência, e a liderança das leitoras na *Modas & Bordados*, no que toca ao agendamento da intimidade, conferindo à referida publicação um carácter pró-discursivo. A M&B torna-se inequivocamente o que Plummer (2003a) designa por uma «esfera pública», relevante para a exposição, reflexão e reivindicação de direitos ao nível da *cidadania da intimidade*.

Considerando o total da amostra, verificamos que as peças que apresentarem um tamanho alargado (39%) e grande (32%) são mais frequentes – as que dispõem de um tamanho médio e pequeno representam 15% e 14%, respetivamente. Se analisarmos cada uma das 4 publicações, verificamos duas tendências: no *Diário de Lisboa* e no *Expresso* a esmagadora maioria dos artigos são de pequena dimensão, 65% e 60%, respetivamente, ou seja, não se privilegiam abordagens de fundo, mais extensas, predomina sim o formato informativo das breves e notícias; nas revistas femininas sucede o oposto, uma predominância de artigos de tamanho alargado tanto na M&B (44%) como na CF (46%).

Do segundo período analisado (concretamente de 25 de abril a 31 de dezembro de 1974) para o terceiro período (1975, 1976 e 1978) observa-se que as peças de tamanho alargado aumentam de 16% para 63%. Este indicador mostra-nos haver a partir de 1975 um maior interesse em proporcionar aos leitores/leitoras um agendamento menos superficial dos temas da intimidade afetivo-sexual. A *Modas & Bordados* é disso um bom exemplo. Chefiada por Maria Antónia Fiadeiro, a publicação assume a partir de 1975 uma linha editorial feminista e

liberal, reconhecendo a certos temas da vida íntima importância política, social, cultural, científica e promovendo o seu tratamento informativo em profundidade.

Quanto à exposição, refira-se que a esmagadora maioria das peças que constituem a amostra foram publicadas numa página interior (99%) – apenas 3% tiveram chamada de capa e uma percentagem residual (0,3%) foi paginada na contracapa (estes exemplos referem-se ao *Expresso* e *Diário de Lisboa*, uma vez que a M&B e a CF, ambas revistas, não dispunham de conteúdo informativo na contracapa, apenas publicidade).

Se analisarmos os conteúdos que chegam à capa no global das publicações ao longo da década em estudo, verificamos um aumento da percentagem ao longo dos três momentos: 2% no primeiro período, 3% no segundo, e 4% no terceiro. A intimidade ganha maior visibilidade e impacto na discussão mediática, muito embora os contributos para este acréscimo venham esmagadoramente da *Modas & Bordados*. Efetivamente, considerando os 47 artigos que chegam às primeiras páginas das 4 publicações, 75% pertencem ao referido suplemento feminino d’*O Século*, 13% ao *Expresso* e a mesma percentagem ao *Diário de Lisboa*. Na *Crónica Feminina* não se registam ocorrências. A revista não faz chamadas de capa. Publica apenas uma fotografia, sem texto, e normalmente de casais enamorados, noivos, crianças ou mulheres. No *Diário de Lisboa*, apenas 6% do total de artigos da intimidade afetivo-sexual encontrados nesta publicação, chegam à primeira página – vejamos um exemplo: “O casamento de Jackie não será reconhecido pela Igreja Católica” (DL, 1968, 16464). No *Expresso*, os artigos em destaque na primeira página são apenas 4% do total das peças da intimidade agendadas pelo semanário ao longo da década em estudo. Cinema erótico/pornografia, feminismos e divórcio são os temas com maior exposição no semanário, todos eles com implicações políticas, alvo de reivindicações ou aguardando determinações legais no pós-revolução dos Cravos.⁹³ Na M&B, 35 das 483 peças em torno da intimidade chegam à capa da publicação, ou seja, 7% ganha o maior destaque possível, tendo por temáticas o *género, emancipação e feminismo* (41%), a *contraceção* (39%), o *aborto* (35%), a *educação sexual* (33%), a *gravidez* (30%), a *maternidade* (30%), as *sexualidades* (30%), o *amor* (26%), o *casamento* (26%), as *moralidades* (26%), o *sexo e a religião* (24%), o *erotismo* e a *pornografia* (17%). Foquemos a evolução anual deste agendamento de temas da intimidade na *Modas & Bordados*, com destaque na capa. Antes do 25 de Abril de 1974 (em 1968 e 1973) não há assuntos afetivo-sexuais visíveis na capa da publicação. Em 1974 são 5

⁹³ Vejamos alguns exemplos: “O Movimento de Libertação da Mulher” (EXP, 1974, 55); “O M.L.M. cantando o seu hino ‘As Mulheres Guerrilheiras’” (EXP, 1974, 103); “Cristãos pronunciam-se sobre a questão do divórcio” (EXP, 1974, 103); “MCS define obscenidade e regulamenta pornografia” (EXP, 1976, 172).

as peças que chegam à página frontal, agendando em primeira instância os temas da *contraceção, aborto e maternidade*.⁹⁴ No ano de 1975 aumentam para 14 os artigos da intimidade que fazem manchete nesta revista: tratam sobretudo de temas como *o gênero, a emancipação e o feminismo*, a sexualidade entre os jovens (*sexo pré conjugal*) e os *tipos de relação*.⁹⁵ Em 1976, são 16 as peças destacadas na capa do suplemento feminino d’*O Século*, abordando principalmente os assuntos da *contraceção, gravidez, educação sexual, aborto e sexualidades*.⁹⁶

A esmagadora maioria das peças da nossa amostra é específica da intimidade (93%) – apenas 7% versam sobre os mais diversos assuntos, analisando de forma subsidiária ou minoritária o tema dos afetos e das sexualidades. No *Expresso* o tema da intimidade surge mais recorrentemente em artigos sobre temáticas mais amplas e distintas (39% do total da amostra deste semanário). Nas restantes publicações não se verifica esta tendência. Na *Modas & Bordados* apenas 8% das peças focam de forma subsidiária a intimidade, no *Diário de Lisboa* 5%, e na *Crónica Feminina* 0,4%.

A maioria das peças da amostra refere-se apenas à realidade nacional (72%), mas cerca de 24% diz respeito à realidade internacional, 3% relaciona ambas, e em 1% não nos é possível compreender o contexto reportado.

No *Diário de Lisboa*, 47% das peças referem-se à realidade internacional, no *Expresso* 28%, na *Crónica Feminina* 24% e na *Modas & Bordados* 17% – a percentagem da CF deve-se sobretudo à recorrente referência à vida íntima e conjugal de figuras públicas internacionais, nomeadamente artistas e músicos. Analisando os três períodos verificamos um decréscimo

⁹⁴“Quem tem medo da contraceção?” (M&B, 1974, 3259); “Aborto, a favor ou contra?” (M&B, 1974, 3270); “Aborto: Liberalização?” (M&B, 1974, 3271); “A pornografia e o cinema” (M&B, 1974, 3274); “Mães solteiras” (M&B, 1974, 3278).

⁹⁵“Sherazade vive no Iraque” (M&B, 1975, 3282); “Não à utilização publicitária da mulher” (M&B, 1975, 3283); “Em discussão a Lei da Família” (M&B, 1975, 3286); “Aborto: o crime está na lei” (M&B, 1975, 3287); “Adolescentes em crise” (M&B, 1975, 3292); “Droga e amor aos 15 anos” (M&B, 1975, 3294); “Simone de Beauvoir esteve cá” (M&B, 1975, 3295); “Entrevista - Simone de Beauvoir” (M&B, 1975, 3298); “Aborto clandestino é crime” (M&B, 1975, 3306); “Queremos homens responsáveis” (M&B, 1975, 3307); “Amor e Sexo [entre os jovens]” (M&B, 1975, 3309); “Casamentos ilegais” (M&B, 1975, 3310); “Machismo” (M&B, 1975, 3320); “Mãe solteira” (M&B, 1975, 3322).

⁹⁶“O direito de escolher – (planeamento familiar)” (M&B, 1976, 3328); “História da repressão sexual” (M&B, 1976, 3332); “Bruxelas julgou crimes contra as mulheres” (M&B, 1976, 3333); “Mitos e ritos da menstruação” (M&B, 1976, 3345); “Dar à luz e nascer” (M&B, 1976, 3347); “Aborto clandestino é crime. Depoimento de uma abortadeira” (M&B, 1976, 3348); “Problemas de sexo. As dificuldades mais comuns” (M&B, 1976, 3349); “Aborto: A lei tem de abrir as suas portas” (M&B, 1976, 3350); “Os homens atacam os métodos contraceptivos. Porquê?” (M&B, 1976, 3353); “Informação sexual: A masturbação” (M&B, 1976, 3354); “Portugal: 20 anos de resistência ao parto preparado” (M&B, 1976, 3355); “Razões do parto doloroso” (M&B, 1976, 3356); “Parto preparado: conhecer e dominar o corpo” (M&B, 1976, 3362); “Depoimento de uma mãe solteira” (M&B, 1976, 3364); “Parto preparado: propostas básicas para a sua oficialização” (M&B, 1976, 3365).

(de 24% para 17%) dos artigos versando sobre a realidade internacional, no computo geral da amostra do primeiro para o segundo período – no período pós-revolução (1975, 1976 e 1978) volta a subir para 26% o agendamento da realidade internacional nos artigos sobre intimidade.

A situação mais frequente na amostra é as peças não serem assinadas (45%) ou terem assinatura feminina (41%) – apenas 12% são escritas por homens, em 2% constam só as iniciais do/a autor/a, e 1% foram assinadas de forma plural. Na imprensa generalista, prevalecem os artigos sem assinatura, seguidos de artigos com assinatura masculina. No *Expresso*, 39% dos artigos sobre a intimidade não têm assinatura, 30% foram escritos por homens, e 21% por mulheres. No *Diário de Lisboa* 74% não tem assinatura, 18% têm assinatura masculina e 7% foram escritos por mulheres. Nas redações de publicações generalistas a esmagadora maioria dos jornalistas era do sexo masculino.⁹⁷ Apesar disso, o *Expresso* publica artigos assinados por mulheres como Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno, e tem na redação Helena Vaz da Silva, coordenando (e redigindo também) abordagens de fundo sobre o tema da intimidade afetiva e sexual. Na secção “Mil Ideias, Mil Sugestões”, Margarida Andrade aborda com frequência as temáticas dos papéis de género (direitos e deveres da mulher e do homem no lar e no trabalho).

Entre as duas publicações femininas há mais diferenças do que semelhanças. Do total de peças sobre a intimidade publicadas pela *Modas & Bordados*, 69% tem assinatura feminina, e 21% não são assinadas. Na *Crónica Feminina* a maioria das peças não é assinada (58%) e 32% tem autoria feminina.

Analisando os três períodos, verificamos que os artigos com assinatura feminina aumentam em termos percentuais de forma muito acentuada. Até 25 de abril de 1974 representam 28% dos totais de peças publicadas pelas 4 publicações, no segundo período representam 40%, e na terceira fase (1975, 1976 e 1978) atingem 47% do total de artigos codificados.

Analisando ano a ano, verificamos a seguinte distribuição dos artigos com assinatura feminina: 1968 (3%), 1973 (10%), 1974 (22%), 1975 (23%), 1976 (31%), 1978 (11%). Mas os artigos com assinatura masculina não apresentam valores muito discrepantes, revelando igual tendência evolutiva (quebrada também apenas no ano de 1978, provavelmente pelo

⁹⁷ Citando dados do Sindicato dos Jornalistas, Isabel Ventura (2012: 195) refere que em Portugal, em 1960, apenas 10 mulheres integravam um total de 455 jornalistas, valor que sobe para 14 (num total de 559) no ano de 1965, para 24 (num total de 728) em 1970, e para 87 mulheres num total de 1221 jornalistas em 1976.

facto de a *Modas & Bordados* ter sido extinta): 1968 (2%), 1973 (8%), 1974 (23%), 1975 (27%), 1976 (32%), 1978 (8%).

Entre o total de peças assinadas por homens (autores) verificamos que 83% se refere a temáticas específicas da intimidade, enquanto em 17% desses artigos a intimidade é apenas subsidiária de outro assunto de temática distinta. Analisando as peças assinadas por mulheres (autoras) verificamos que é menor a percentagem em que a intimidade não é central (6%). Verifica-se também que as peças assinadas por mulheres-autoras privilegiam a realidade nacional (87%), contra 67% das peças assinadas por homens-autores. Apenas 8% das peças assinadas no feminino representam a realidade internacional, enquanto 31% das peças assinadas por homens tratam a realidade além fronteiras.

Os valores que cruzam a variável da assinatura com a variável temática não podem ser interpretados de forma fechada, pois existe uma enorme percentagem de peças sem assinatura (649), 13 assinadas por diversos autores e 24 sem percepção do género do autor. Apesar disso, assinalamos que a *sexualidade pré conjugal* representa 14% das peças assinadas por mulheres e 4% das de autoria masculina. O assunto da *gravidez* é agendado em 12% das peças de autoria feminina, e em 5% das assinadas por homens. A mesma discrepância se verifica quanto ao assunto da *maternidade*, abordado em 15% da amostra de peças com assinatura feminina, contra 7% com assinatura masculina. Com valores mais aproximados registamos o assunto do *aborto*, que representa 15% das peças assinadas por homens, e 13% das peças assinadas por mulheres. As *sexualidades* (comportamentos e práticas) constam de 14% dos artigos escritos por homens, e de 12% dos assinados por mulheres – no cômputo geral dos artigos masculinos, apesar do peso percentual dado às *sexualidades* e ao *aborto* ser maior, há mais ocorrências no agendamento do tema por mulheres jornalistas.

Se considerarmos a frequência de agendamento dos temas – sem esquecer a enorme discrepância entre mais de seiscentas peças publicadas com autoria feminina e menos de duzentas com autoria masculina – é de notar que: 49 peças de autoria masculina abordam o assunto da *sexualidade em cinema, literatura, teatro, etc.*, contra 34 de autoria feminina; 37 peças assinadas por homens agendam o *erotismo e a pornografia*, contra 22 assinadas por mulheres; 15 peças de autoria masculina versam o assunto do *corpo nu*, contra 19 de autoria feminina; 8 peças assinadas por homens tratam a *homo, bi e transexualidade* contra 7 assinadas por mulheres. Os temas mais assinados por homens (jornalistas ou figuras públicas) foram portanto, e ao longo da década em estudo, a sexualidade nas artes, o erotismo, a pornografia, a nudez e a orientação sexual.

A CENSURA E O EXAME PRÉVIO

Salazar e as estruturas do Estado Novo recorreram à censura para controlar a interpretação do mundo dos portugueses: «Tratava-se de distorcer a visão da realidade a partir das informações dos meios de comunicação para construir uma perceção nova sobre a estrutura política e social do país, que convertia o governo em um autêntico *Deus ex machina* da “verdade”» (Rodríguez, 2012: 506).⁹⁸

Dependente do Ministério do Interior, a censura salazarista contava com 22 delegações nas capitais de distritos do país (dependentes dos governos civis), cada uma com um comité para cortar as notícias inconvenientes, remetidas seguidamente para a Direção Geral que elaborava estatísticas, relatórios e boletins para o Secretariado de Propaganda Nacional, o Presidente da República, o Presidente do Conselho, o Ministro do Interior e a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) (Rodríguez, 2012: 507). Os cortes eram registados em duas publicações (internas e confidenciais): num *Boletim* semanal que transmitia as instruções de inspeção e num *Boletim de Registo e Justificação de Cortes* – as deliberações obedeciam a critérios de ordem política, social, internacional e moral (Rodríguez, 2012: 508).

No ano de 1968 vigora ainda a Censura.⁹⁹ A nova lei de imprensa é promulgada a 5 de novembro de 1971, com o nº 5/71 (Franco, 1993). Seis meses depois publica-se o Estatuto Jurídico da Imprensa (Decreto-Lei nº 150/72), que desenvolvia o conteúdo da mesma, entrando em vigor a 1 de junho de 1972 (Franco, 1993). Durante a governação marcelista, a nova legislação que aprova o fim da censura, estabelece que a liberdade de imprensa podia ser limitada pelo exame prévio, caso se verificassem em território nacional “actos subversivos graves” – situações que o Governo de Marcelo Caetano vem a diagnosticar logo de seguida.

[...] na sessão da Assembleia Nacional de 20 de Dezembro de 1971, o Governo propusera àquele órgão o reconhecimento da existência de “actos subversivos graves”, ao que esta anuiu, passando desde logo a ser possível a instituição do regime de exame prévio. Assim, e na altura que foi publicada a Lei 150/72, entre as disposições finais, e logo a seguir ao artigo que punha fim à censura, dispunha-se o artigo 129.º -1: “Com fundamento na resolução da Assembleia Nacional [...], a imprensa periódica fica sujeita ao exame prévio previsto neste diploma, enquanto durarem as circunstâncias reconhecidas na referida resolução”. Até Abril de 1974 nunca deixou de considerar-se que se mantinham essas circunstâncias e, conseqüentemente, que o país vivia em estado

⁹⁸ Todos os excertos da obra foram traduzidos pela autora.

⁹⁹ Como Franco (1993: 145) refere, «a censura à imprensa funda-se na disposição do artigo 22º da Constituição [de 1933], que incumbe ao Estado a defesa da opinião pública de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum».

de subversão devido à guerra em África; por isso o exame prévio, instituído com a entrada em vigor da nova lei, só cairia com a queda do próprio Regime (Franco, 1993: 165-166).

Nas “Instruções sobre o Exame Prévio”, enviadas aos jornais a 1 de janeiro de 1972, detalhavam-se as matérias jornalísticas proibidas: as que atentassem contra a integridade e independência do país, as que revelassem segredos de Estado, as que perturbassem as nossas relações com outros países, as que causassem inquietação pública, as que ofendessem chefes de estado, deputados, magistrados, tribunais e outras corporações públicas, as que incitassem à desobediência colectiva, as que aliciassem ao não cumprimento dos deveres militares, e as que constituíssem ultraje à moral pública (Franco, 1993: 175).¹⁰⁰

Certamente muitas notícias sobre a intimidade terão ficado pelo caminho depois de enviadas as provas à censura e ao exame prévio, nos anos analisados de 1968, 1973, e nos 4 primeiros meses de 1974.

Quando sai o nº 1 do *Expresso*, e apesar de já estarmos em 73, vivemos uma primeira fase de alguma tolerância, em que a regra era ser o director a escolher aquilo que mandava para a Censura. E o director, como é evidente, mandava quase nada, porque era essa a minha escolha. A pouco e pouco, porém, a Censura começou a exigir que mandássemos tudo (Balsemão, 2012: 168).

Vejamos alguns exemplos de como o exame prévio exerceu a censura da intimidade no *Expresso*, informações acedidas no caderno originalmente editado em 2009 por José Pedro Castanheira, e intitulado *O que a Censura Cortou*, entre a data da criação do semanário (janeiro de 1973) e a Revolução dos Cravos. Tanto em material noticioso, como literário, o tema afetivo-sexual esteve sob vigilância dos censores. No conto “Infidelidade, pulseiras e agência de viagens”, de Luísa Dacosta (*Expresso*, 1973, 3), eis o excerto que foi banido pelo exame prévio:

Há prazeres que uma mulher casada, casada e séria, entenda-se, só experimenta pelo picantezinho das aventuras do marido. [...] Um homem sem experiência, embora eles não venham em primeira mão [virgens], está verde, é um pãozinho sem sal, mas com o tempo, com o tempo, habitua-se a certos requintes, a outros consolos e não passam sem eles, experimentam-nos com a mulher (na cama e às escuras somos todas iguais) e nós não perdemos a nossa dignidade e podemos ainda exigir uma reparação pelas ofensas... (*O que a Censura Cortou, Expresso*, 2009).

¹⁰⁰ Entre a Revolução dos Cravos e 13 de março de 1975, data em que entra em vigor a nova Lei de Imprensa (aprovada a 26 de fevereiro do mesmo ano), «a comunicação social auto-regulava-se sob o espectro da Comissão Ad Hoc criada pela JSN [Junta de Salvação Nacional] e com competências nos diversos domínios dos *media*, e ainda no teatro e cinema» (Cádima, 2001: 329).

No artigo “As rotinas dos casais”, que noticiava conclusões de um inquérito sobre o casamento dos portugueses, dois itens foram banidos pelo exame prévio, explica José Pedro Castanheira, editor d’*O que a Censura cortou* (2009):

Guardião da moral nacional, o Exame Prévio cortou dois itens e as respectivas respostas: “Como dormem” e “Frequência” (das relações sexuais, entenda-se). Quanto à primeira, ficava-se a saber que, entre as ditas elites, ele e ela dormiam nus. E que entre os quadros superiores fazia-se amor “Duas vezes por semana e domingo à tarde se não têm nada ‘para fazer’” (*O que a Censura Cortou, Expresso, 2009*).

A tesoura do exame prévio recortou ainda no *Expresso* (1973, 3) partes de uma notícia sobre *O Último Tango em Paris*, de um artigo sobre o aborto em França, as «cenas de amor vibrante» num conto de Luís Cajão (“A Flor e a Nuvem”), sugestões de leitura de Wilhelm Reich numa peça sobre educação sexual, os nomes das testemunhas abonatórias das três Marias (autoras das *Novas Cartas Portuguesas*), no seu julgamento por atentado à moral pública, e o seguinte excerto numa reportagem sobre emigração portuguesa em Espanha:

Riscadas as palavras “prostitutas” e “prostituição”, bem como o seguinte parágrafo: “Ganhando 18 mil pesetas mensais para ‘alternarem’ nos bares e *cabarets*, as jovens portuguesas começaram já, no entanto, a sentir a concorrência das marroquinas neste sector” (*O que a Censura Cortou, Expresso, 2009*).

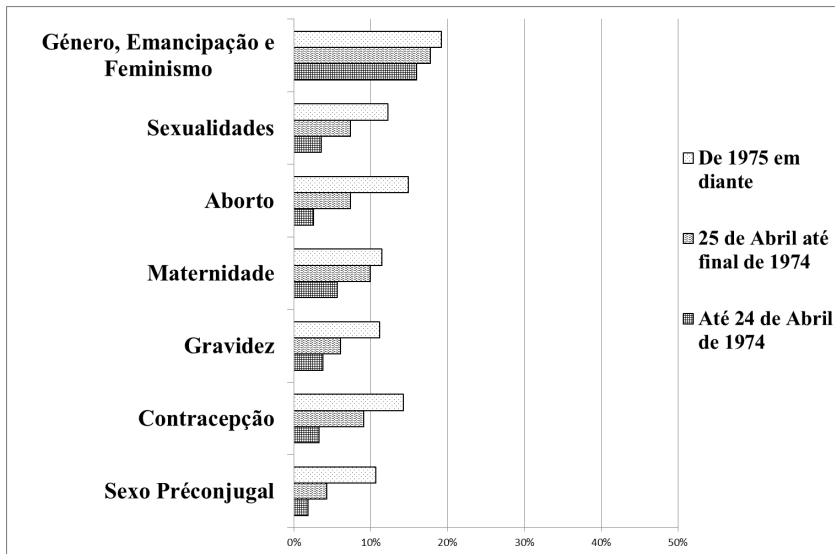
ABORDAGENS TEMÁTICAS

Para facilitar a análise dos dados, e tendo em conta que a variável relativa aos temas da intimidade se desdobra em 70 assuntos, procedemos ao seu agrupamento em 33 categorias temáticas, em função da sua similitude, associabilidade e familiaridade:

1. Educação sexual;
2. Namoro;
3. Amor;
4. Amor livre;
5. Tipos de relação (agrupa as subcategorias *Formas de relação e compromisso não matrimoniais* e “*Relação aberta*”);
6. (In)fidelidade;
7. Sexo pré conjugal (agrupa as subcategorias *Sexo pré conjugal* e *Virgindade*);
8. Casamento;
9. Divórcio;
10. Contraceção (agrupa as subcategorias *Contraceção e planeamento familiar, Esterilização* e *Associação para o Planeamento da Família*);
11. Gravidez (agrupa as subcategorias *Gravidez, Parto* e *Fertilização in vitro*);

12. Maternidade;
13. Aborto;
14. Sexualidades (agrupa *Comportamentos sexuais, Práticas eróticas sexuais e Prazer sexual/orgasmo*);
15. Medicalização da sexualidade (agrupa *Infeções sexualmente transmissíveis, Sexologia/sexólogo/terapia sexual, Disfunções sexuais masculinas e Disfunções sexuais femininas*);
16. Corpo nu (agrupa as subcategorias *Pudor/nudez e Naturismo/nudismo*);
17. Eros e porno (agrupa as subcategorias *Erotismo e Pornografia*);
18. Género, emancipação e feminismo (agrupa as subcategorias *Papéis conjugais de género, Papéis sociais de género, Feminismo, Emancipação feminina / igualdade de direitos, Machismo e Masculinidade*);
19. Homo, Bi e Trans (agrupa as subcategorias *Homossexualidade masculina, Homossexualidade feminina, Bissexualidade e Transexualidade*);
20. Sexualidade em (...) (agrupa as subcategorias *Sexualidade na literatura, Sexualidade no cinema, Sexualidade no teatro, Sexualidade nos Media, Sexualidade no desporto, Sexualidade na arte*);
21. Prostituição;
22. Violência e crimes sexuais (agrupa *Assédio sexual no trabalho e Crimes sexuais*);
23. Sexo e religião (agrupa *Pecado/preconceito religioso e Celibato*);
24. Sensualidade e sedução (agrupa *Sensualidade na moda/roupa interior e Arte de seduzir*);
25. *Voyerismo* figuras públicas;
26. Mono e poligamia;
27. Organizações vida íntima (agrupa *Organizações do Estado Novo – vocação vida privada e íntima e Organizações pós-25 de Abril – vocação vida privada e íntima*);
28. Solteiros (agrupa o *Homem solteiro e Mulher solteira*);
29. Moralidades;
30. Liberalizações e revoluções (agrupa *Liberalização da sexualidade, Revolução Política, Revolução social, Revolução cultural, e Revolução sexual*);
31. Juventude;
32. *Hippies* (agrupa *Cultura hippie e Vivência em comunas*);
33. Outros.

São sete as categorias temáticas que têm uma evolução sempre crescente ao longo dos três períodos analisados (gráfico 1): *aborto* (3% no primeiro, 7% no segundo e 15% no terceiro), *contraceção* (3%, 9% e 14%), *sexualidade pré conjugal* (2%, 4% e 11%), *sexualidades* (4%, 7% e 12%), *gravidez* (4%, 6% e 11%), a categoria do *género, emancipação e feminismo* (16%, 18% e 19%) e *maternidade* (6%, 10% e 12%).

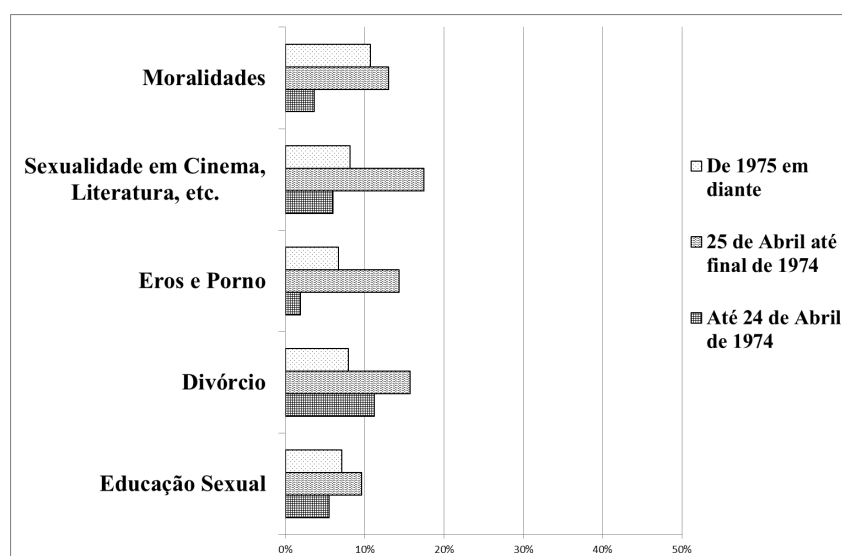
Gráfico 1: Temas da intimidade com cobertura crescente entre 1968 e 1978

A evolução do agendamento do *aborto* regista um crescimento de 12 pontos percentuais entre o primeiro e o último período analisados. A cobertura mediática da *contraceção* ‘sofre’ uma evolução de 11 pontos percentuais, a *sexualidade pré conjugal* sobe 9, as *sexualidades* 8, a *gravidez* 7 pontos percentuais, a *maternidade* cresce 6 e, por último, a categoria do *género, emancipação e feminismo* regista apenas 3 pontos percentuais de evolução, porque o seu peso na amostra do primeiro período (até 24 de abril de 1974) é já bastante elevado, ou seja, as questões da emancipação embora evoluam na cobertura mediática com a chegada da democracia, estavam já presentes antes de 1974. Estes assuntos que registam um crescimento mais significativo entre o pré e o pós revolução remetem-nos para uma dissociação entre sexualidade e reprodução, bem como para uma nova consciência e determinação (sobretudo feminina), em fazer usufruto de direitos sobre o próprio corpo: o direito a ter vida sexual e a iniciá-la antes do casamento, o direito a planear a gravidez e a interrompê-la, o direito a minorizar o sofrimento no parto, o direito à igualdade de género nos mais diversos contextos.

Certas temáticas sofrem um aumento do agendamento mediático na passagem da ditadura para a democracia, mas esse interesse e exposição perde fôlego a partir de 1975. O *divórcio* é um bom exemplo (gráfico 2). A imprensa generalista (*Expresso* e *DL*) adensa a cobertura do tema com a chegada do 25 de Abril de 1974 (em 4,5 pontos percentuais), mas com a revisão da Concordata em 1975, o divórcio perde atualidade – consta de 11% da amostra no primeiro momento, 16% no segundo e 8% no terceiro. Também a temática do erotismo/pornografia se impõe às agendas mediáticas das 4 publicações imediatamente após a Revolução dos Cravos,

apesar de esse interesse não perdurar muito para além de 1976. Com o 25 de Abril de 1974 a indústria cinematográfica ‘inunda’ os cinemas com propostas de filmes que incluem cenas consideradas chocantes e pornográficas. A afluência do público a certas películas é muito significativa. *Emmanuelle*, *História d’ O*, *Kamasutra*, e centenas de outros filmes acicatham a curiosidade dos portugueses, longamente sujeitos ao escondimento do corpo e da nudez, à repressão da sensualidade e do erotismo, ao tabu dos comportamentos e práticas sexuais. A imprensa, longe de indiferente a esta exposição súbita da sexualidade no domínio público, interroga-se e debate os seus limites. Entre 1974 e 1975 os *media* fazem reportagens, entrevistas, análises críticas, pedem-se artigos de opinião a intelectuais e artistas. A enxurrada de filmes eróticos ou ditos pornográficos perde caudal a partir de meados de 1976 e, com ela, afrouxa a discussão mediática acerca do que é ou não erótico, do que é ou não pornográfico e da forma como esta presença deve ser ou não regulamentada pelo Estado democrático. Até ao 25 Abril de 1974 os temas do erotismo e pornografia representam 2% das abordagens da intimidade afetivo-sexual, valor que chega a 14% no segundo momento, embora decresça para cerca de metade (7%) no período seguinte. Os outros temas que apresentam um comportamento semelhante – evolução crescente do primeiro para o segundo momento, e decréscimo no terceiro – são a *educação sexual* e as *moralidades*.

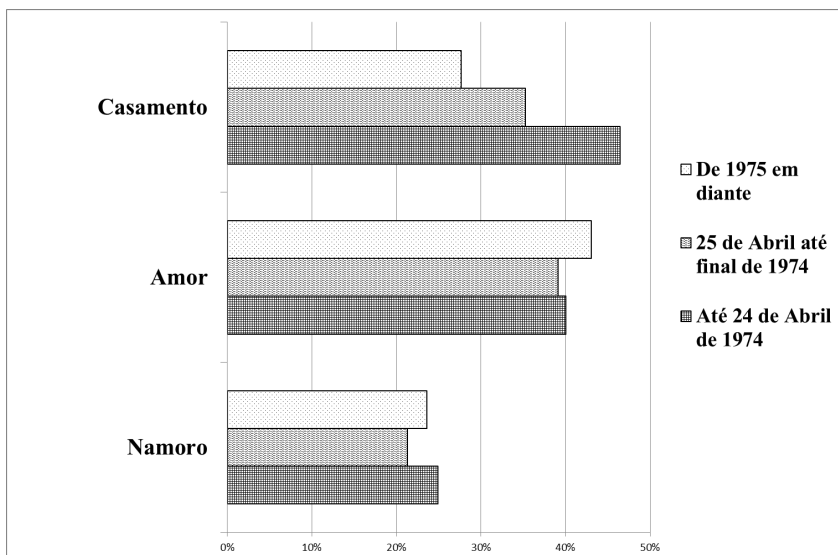
Gráfico 2: Temáticas cuja cobertura mediática sofre um aumento e decréscimo acentuado entre 1968 e 1978



Mas há também temas que perdem ‘peso’ no cômputo geral das abordagens da intimidade, com a chegada da Revolução dos cravos (gráfico 3). O casamento é o exemplo mais flagrante.

Parece perder a centralidade e predominância que detinha no modelo mais conservador de vivência da intimidade afetivo-sexual promovido pelo Estado Novo. Este assunto consta de 46% das peças codificadas no período anterior ao 25 de Abril de 1974, mas a sua presença na agenda da intimidade cai 18 pontos percentuais (para 28%) no terceiro período, ou seja, de 1975 em diante – no segundo período é visado em 35% dos artigos da amostra. Motivos? Na imprensa feminina mais liberal (M&B) os assuntos da intimidade ganham diversificação. Na revista *Crónica Feminina*, conservadora nas suas abordagens sobre a intimidade, apesar de o *casamento* ter uma presença hegemónica contínua, regista-se um declínio significativo. O tema surge em 1968 em 80% dos artigos codificados. O seu agendamento decai para 61% no ano de 1973 e para 48% no ano de 1974. Os valores mais baixos serão atingidos em 1975 (44%), embora o assunto volte a crescer de importância em 1976 (48%) e em 1978 (53%).

Gráfico 3: Evolução dos temas do casamento, namoro e amor ao longo da década em estudo



As temáticas que registam menor agendamento na amostra são o movimento *hippie* (0,5%), a *mono e poligamia* (1%), o “*amor livre*” (1%) e a *sensualidade e sedução* (1%). A *homo, bi e transexualidade* é referida em 25 artigos, ou seja, em 2% da amostra, tal como os assuntos da *medicalização da sexualidade* (29 peças, 2% da amostra). A cobertura do tema *liberalizações e revoluções* corresponde a 5% de todas as peças codificadas, percentagem próxima do agendamento de *sexo e religião* (4%).

Genericamente, os dados da amostra remetem-nos para uma fraca sensibilização e interesse dos *media* por certos assuntos fraturantes da dita ‘*revolução sexual*’, então em curso em

diversos países do ocidente. No global das publicações analisadas não registamos cobertura significativa da contestação social à patologização e discriminação social da homossexualidade, nem o agendamento de práticas como o “amor livre” ou novas formas de relacionamento afetivo e sexual como o poliamor – o “*amor livre*” só se discute na revista feminina mais liberal *Modas & Bordados*, em 1975 e 1976, ainda assim com pouca expressão (um artigo em cada ano). As *formas de relação e compromisso não matrimoniais* apresentam maiores registos nesta publicação em 1975 (21% da amostra da revista nesse ano).

RETRATOS DE MUDANÇA (OCIDENTE, 1960-1970)

Entre as décadas de 1960 e 1990 deu-se uma transição histórica relativamente às crenças e comportamentos afetivo-sexuais, em muitas partes do mundo ocidental. O processo de mudança – que terá beneficiado em primeira instância os jovens e as mulheres (Scott, 1998) – foi “confuso”, “contraditório”, e divergente nos diversos países (Weeks, 2007: 57), mas a transição de paradigma da intimidade afetivo-sexual ocorrida entre 1960 e 1970 é frequentemente designada por “revolução sexual”. «A sexualidade como charneira interligando a identidade pessoal, o corpo e as normas sociais, passa a ser abordada no domínio do público e do colectivo promovendo o recuo de um conjunto de interditos» (Bebiano, 2003: 41-42). Alargam-se possibilidades ao nível da visibilidade do corpo e da experientiação sexual, mais ampla e plural. Dá-se um afastamento do quadro tradicional – em que a paixão sexual se exerce ou no casamento (orientada para a reprodução) ou de forma regulamentada na relação lucrativa da prostituição – para um quadro em que a paixão sexual se exerce de forma gratuita e livre da função reprodutiva (Daoust, 2003).

A descoberta da pílula contraceptiva teve uma influência determinante para estas transformações ocorridas no âmbito das vivências íntimas entre as décadas de 1960 e 1970, mas é preciso deixar de vê-la como o «*deus ex machina*» (Weeks, 2007: 57). Para Reiss (2006: 45) o medo da gravidez não era o principal bloqueio de um envolvimento sexual feminino: «na amostra de Kinsey, a primeira razão apontada pelas mulheres para a restrição do coito pré conjugal fundava-se em “objeções morais”», veiculadas pela família e religião.

Coontz, citado por Vilar (2003: 163), defende que o primeiro componente da chamada “revolução sexual” de 1960/70 foi o crescimento de uma cultura de solteiros, que conseguindo emancipação financeira dos pais mais cedo e dispondo de contraceção mais segura (a pílula), reúne condições para aceitar mais facilmente a atividade sexual pré-conjugal

– rejeitando os valores que entendiam estar “fora de moda”, das gerações dos seus pais e avós (Scott, 1998).

Referindo-se a um contexto tendencialmente progressista da intimidade na sociedade brasileira, Priore (2005: 301) enumera uma série de mudanças vigentes neste período: crescente convicção entre os católicos de que «amor e prazer podiam andar juntos», valorização do amor conjugal (e da importância da sua renovação), bem como aceitação social de casais não casados.

Por influência dos meios de comunicação e, sobretudo da televisão, o vocabulário para dizer o amor passa a evitar eufemismos. Embora na década de 1960 ainda se utilizasse uma linguagem neutra e distante para falar de sexo – mencionava-se, entre dentes, ‘relações’ e ‘genitais’ – devagarzinho se caminhou para dizer coito, orgasmo e companhia (Priore, 2005: 301-302).

Para muitos sociólogos e historiadores da sexualidade, as alterações ao longo destas duas décadas não foram suficientemente amplas e duradouras, para que possamos com propriedade falar de uma “revolução” ao nível da intimidade afetiva e sexual: «a reivindicação de que a América estava a experienciar uma revolução sexual era mais retórica do que realidade» (Seidman, 2010: 121-122). Weeks (1989) propõe que designemos o período de 1960-1970 por «momento permissivo» – o conceito implica a existência de uma autoridade que admite os eventos descritos (Cook, 2005: 109).¹⁰¹

Na década de 1960, a “permissividade” tornou-se uma metáfora política, criando uma divisão social e política. [...] Aqueles que eram supostamente os principais defensores da “sociedade permissiva”, raramente usavam a expressão “permissividade”; para os defensores de valores “tradicionais” (em grande parte autoritários), a “permissividade” tornara-se um mundo quase escatológico de abuso [...] (Weeks, 1989: 249).¹⁰²

Mas a contestação sexual era apenas um dos ângulos de uma revolução mais ampla, que questionava autoridades e poderes políticos, económicos, sociais e culturais (Seidman, 2010: 121): «contesta-se o poder do Estado sobre os cidadãos, o dos homens sobre as mulheres, o dos médicos sobre os pacientes [nomeadamente com a antipsiquiatria], o dos pais sobre os filhos, o das escolas sobre as crianças, etc.» (Salem, 1991: 64-65).¹⁰³

Nos EUA, na Europa e em muitas partes do mundo, levantam-se vozes contra diversos tipos de repressões, discriminações e abusos. Contra a tirania do imperialismo, do capitalismo, do

¹⁰¹ Todos os excertos do artigo foram traduzidos pela autora.

¹⁰² Todos os excertos da obra são tradução da autora.

¹⁰³ A tradução das citações do artigo é da responsabilidade da autora.

racismo, do machismo, do puritanismo e do heterossexismo (Cook, 2005; Marwick, 2005; Evans, 2009). Nestes contextos de protesto, reivindicação e rebeldia, foi fundamental o papel de cidadãos oprimidos como os afro-americanos, as mulheres e os homossexuais, que encetam nos EUA (e em outros países europeus) uma caminhada de luta pela defesa dos seus direitos. Nas universidades e fora delas, também se faz ouvir em alta voz o descontentamento dos jovens, insatisfeitos com muitas das vivências modelares impostas pelos discursos políticos, sociais, culturais e familiares, assumindo o seu desejo e poder de revolta. Movimentos de contracultura, nomeadamente o *hippie*, ensaiam novas formas de viver o corpo, os afetos e o prazer. Genericamente, assiste-se no ocidente ao despertar de novas consciências, que se batem pela reivindicação da igualdade de género, pela liberalização e democratização da vida sexual, nomeadamente quanto à orientação homossexual.

[...] os movimentos sociais de contestação da moral tradicional (nomeadamente os movimentos feministas, as grandes movimentações estudantis dos anos 60 e 70, os movimentos ligados à problemática do planeamento familiar e da sexualidade), quer os progressos no estudo científico da sexualidade humana, quer a própria utilização do sexo para fins comerciais ou artísticos, abriram brechas irreversíveis no sentido de um reconhecimento público, ideológico e moral da sexualidade como um valor natural e positivo da vida humana (Vilar, 1987: 167).

Para Seidman (2010: 123) são três os principais níveis de mudança que se afirmam no mundo ocidental entre 1960 e 1970:

- *Erotização da sexualidade feminina* – contribui para a queda do duplo padrão da moral sexual. O discurso vitoriano (que fazia da sexualidade masculina algo carnal e da feminina algo romântico ou maternal) é gradualmente substituído por um conceito de sexualidade feminina que incluía desejo erótico. «Pesquisas sobre a década de 1970 confirmam a mesma tendência de igualitarismo entre os sexos no que diz respeito à iniciação sexual, à demanda de satisfação sexual (incluindo orgasmo, padrões de sexo conjugal, extraconjugal e pós marital»;

- Afirmação da *identidade e estilos de vida de uma subcultura gay* – movimento que indica de forma geral a tendência de afirmação de uma sociedade sexualmente plural;

- *Sexualização do domínio público* – o aumento de representações e discursos sexuais na esfera pública. O sexo ajuda a vender todo o tipo de produtos através da publicidade, mas além disso cria-se um novo mercado, uma indústria sexual. Aparecem manuais de ajuda sexual, vídeos eróticos e pornográficos, empresas de encontros, *sex-shops*, bares e saunas gay, retiros sexuais hetero e bares para solteiros.

Se olharmos para os *media* portugueses entre 1968 e 1978, verificamos uma tendência de afirmação do primeiro nível de mudança e de aproximação ao terceiro (Seidman, 2010). Entre as cerca de 1 500 peças que compõem a nossa amostra da intimidade, é muito clara uma *sexualização do domínio público* no nosso país, neste período. Já a expressão *erotização da sexualidade feminina* parece-nos inspiradora, mas inexata, para descrever as mudanças da realidade portuguesa, diagnosticadas a partir dos discursos mediáticos. Nas publicações analisadas revela-se mais uma sexualização da afetividade das mulheres, uma «sexualização do amor» (Seidman, 1991). Algo mais próximo do que se identifica nos EUA, em meados dos anos 1970, como a cristalização de uma cultura da intimidade que edifica o sexo simultaneamente como um lugar de amor e romance, como um meio de prazer e auto expressão (Seidman, 1991). Também se verifica na nossa amostra dos *media* (1968-1978), indícios de uma tendência de esbatimento do *duplo padrão*, que diferenciava a sexualidade masculina da feminina a vários níveis: em termos da sua “natureza” (ativa ou passiva), da sua vocação (lúdica e/ou reprodutiva) e das suas possibilidades performativas (pré, extra e conjugais).

As transformações dos comportamentos afetivo-sexuais nas décadas de 1960 e 1970 decorrem sobretudo da massificação da educação e do forte crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho (Bozon, 2005: 45), importantes para a afirmação da autonomia financeira feminina, do fortalecimento da sua autodeterminação moral, e da desvalorização dos controlos parentais. Ou seja, a evolução das últimas quatro décadas deve-se menos a uma efetiva “revolução sexual” e mais a um processo de «*individualização* dos comportamentos e dos ideais, paralela a outras evoluções da sociedade e da família» (Bozon, 2005: 123). Decaiu a regulação da sexualidade por princípios absolutos, decaíram os controlos e disciplinas externas aos indivíduos, substituídos agora por controlos e disciplinas internas (Weeks, 1995; Scott, 1998; Giddens, 2001; Bozon, 2005). Os atores são hoje confrontados com um aumento da «necessidade de improvisação mental individual e de adaptação» aos seus parceiros, deles espera-se que manifestem simultaneamente espontaneidade e controlo de si (Bozon, 2005: 105).

Analisando as 4 publicações da nossa amostra referentes à análise de conteúdo quantitativa, mas também as cartas de leitoras que compõem o caso de estudo qualitativo (*Dossier Gisela*), verificamos diversos sinais de afirmação crescente dos conceitos-chave identificados por Bozon (2005), para a compreensão do que mudou no contexto da sexualidade neste período: «*individualização*» e «*diversificação*». A valorização das escolhas do indivíduo em matéria de

intimidade (e a negação e desvalorização de certas instituições e suas normas) evidencia-se desde logo na reivindicação do direito à contraceção e planeamento familiar, ao aborto, ao divórcio e à sexualidade pré conjugal, temas centrais nos discursos de imprensa analisados. Além disso, damos conta de uma tendência de diversificação das vivências da intimidade (e dos seus *scripts* afetivo-sexuais), a partir do agendamento mediático de temas em torno dos papéis conjugais e sociais de género, do erotismo, da pornografia e da sexualidade juvenil.

A rebelião sexual dos anos 1960-70 deve ser vista como «um evento secular», que se inicia nas primeiras décadas do século XX (os “loucos anos 20” e 30), período de liberalização das vivências da intimidade, decorrido no contexto de uma crise da moral sexual e do casamento, a que podemos chamar de primeira «revolução sexual moderna» (Seidman, 1991: 124).¹⁰⁴ A expansão do individualismo e da liberdade sexual nas décadas de 1920-30, nos EUA, contou com o contributo de uma migração massiva para as cidades, com o desenvolvimento de uma sociedade mais urbana, facilitadora do anonimato, da diminuição do controlo do indivíduo por agentes tradicionais locais (a família, a igreja, os vizinhos, a escola) e do surgimento dos distritos *red-light* (com *cabarets*, clubes de dança, cinemas), que tornariam as cidades mais favoráveis à experimentação e inovação na esfera íntima (Seidman, 2010: 67). Esta liberalização sexual das primeiras décadas do século XX ter-se-á devido significativamente ao impulso de discursos mediáticos e de narrativas em manuais de aconselhamento, permitindo a ocorrência daquilo a que Seidman chama de «sexualização do amor» e «erotização do sexo» (Garton, 2009). «Os anos após a I Guerra Mundial testemunharam uma onda de ensaios e livros, monografias e tratados, editoriais e artigos de revistas, examinando todos os aspetos da intimidade» (Seidman, 2010: 66). Para além da literatura, também a rádio e os jornais terão contribuído para formar nesta época uma visão mais permissiva do «prazer sexual, do controlo da natalidade, da felicidade conjugal e do papel da atração sexual no amor» (Garton, 2009: 288-289). Nos EUA, a literatura popular médica direcionada para cônjuges, anuncia já nestes princípios do século XX a chegada de uma nova era de esclarecimento – veja-se alguns títulos coligidos por Seidman (2010): *Sexual Responsibilities in Marriage*, *Sex Techniques in Marriage*, *Love without Fear*, e *Ideal Marriage*. Nestas obras falava-se de satisfação sexual mútua, de erotismo, de viver confortavelmente com os seus corpos, de posições sexuais, do corpo como experimentação e expressão erótica (Seidman, 2010: 154). Casais sentem o dever marital de explorar uma variedade de maneiras de experimentar o prazer sexual: novas técnicas, posições, orgasmo e zonas eróticas passam a ser aceitáveis no casamento, se

¹⁰⁴ Todos os excertos da obra foram traduzidos pela autora.

expressas em atos ternos e carinhosos – o prazer sexual alia-se ao amor romântico (Seidman, 2010: 179). O nascimento de uma cultura de erotismo no princípio do século XX representou um novo foco no corpo, como fonte de prazer. Sublinhe-se ainda o papel dos primeiros estudos científicos da sexualidade neste período, associados «aos movimentos de reforma política e social e, por outro [lado] aos círculos neo-malthusianos que, perante a tragédia da mortalidade materna e infantil e o recurso ao aborto clandestino, propunham a divulgação e utilização da contraceção» (Vilar, 2003: 162). A Liga para a Reforma Sexual, criada em 1928 nos países do centro europeu, vai desaparecer com a chegada ao poder do regime nazi e a 2ª Guerra Mundial, mas os movimentos de “birth control” ganham vitalidade após a criação da *International Planned Parenthood Federation*, em 1952, e com o surgimento de associações de planeamento familiar em todo o mundo (Vilar, 2003: 162).

Os traços gerais desta primeira reforma sexual do início do século no ocidente – controlo da natalidade¹⁰⁵ e noção da sexualidade enquanto fonte de prazer –, seriam portanto recuperados e desenvolvidos nos anos 1960/70 (Garton, 2009: 287). Referindo-se aos EUA, Seidman (2010: 179) diferencia a primeira da segunda “revolução sexual” (do século XX), pela perda de conexão entre erotismo e amor romântico. Nos anos 1960 e 1970, o sexo passa a ser valorizado como fonte de prazer e auto expressão, à parte de qualquer ligação afetiva. Na segunda metade do século XX, a tendência vai portanto no sentido de o prazer sexual não mais precisar ligar-se à intimidade, ao amor ou ao casamento, para ser tolerado. Aceitam-se as relações sexuais apenas por uma noite, sem qualquer expectativa de relacionamento (Hawkes, 2004). Daoust (2003: 21) destaca um «reconhecimento social muito maior do desejo sexual, pensado como parte integrante da experiência humana, e em que a satisfação produz um prazer legítimo». O sexo fornece os meios para exprimir autonomia pessoal e reclamar libertação de constrangimentos parentais (e sociais) (Hawkes, 2004).

AGENDAMENTO DO TEMA DA “REVOLUÇÃO SEXUAL”

O tema *liberalizações e revoluções* da sexualidade é agendado em 68 peças, concretamente em 5% da nossa amostra para análise de conteúdo quantitativa dos *media*. Em termos evolutivos regista um aumento de 1% para 7%, entre o primeiro período em análise e o segundo, regressando a 6% da amostra no terceiro (de 1975 em diante). O tema da

¹⁰⁵ Ainda que limitado pelos próprios desenvolvimentos científicos ou restrições políticas da contraceção.

liberalização da intimidade é sobretudo agendado em 1974 e 1976, representando 5% (15 ocorrências) e 6% (19 ocorrências) da amostra dos referidos anos, respetivamente.

Em que termos e em que artigos se fala de “revolução sexual”? Na peça “Quando o marido é mais jovem” (M&B, 1975, 3292), originalmente publicada na imprensa francesa, o autor discorre sobre a «crise de civilização» que então se vive, e caracteriza a sua época como «um mundo em que toda a gente fala de “revolução sexual”, de “libertação da mulher”, de “igualdade de sexos” e tantos outros motivos de contestação semelhantes». Em Portugal, à época, discute-se recorrentemente a revolução, mas não a “sexual”. Mesmo depois do 25 de Abril de 1974, os *media* não revelam interesse muito significativo no debate das mudanças e transformações ocorridas a nível internacional ao nível dos afetos e sexualidade – muito embora soprem aqui e ali, na imprensa portuguesa, alguns ventos que vêm de França e dos EUA, com mensagens da dita revolução sexual.

Considerando os artigos do *Expresso* sobre a intimidade publicados ao longo do período estudado, 17% falam sobre o tema *liberalizações e revoluções*. Na *Modas & Bordados* esse valor é de 8% (36 artigos), na *Crónica Feminina* 0,5% (4 peças) e no *Diário de Lisboa* 1% (1 artigo). Publicado no DL (1974, 18616), um artigo intitulado “As doenças venéreas desafiam a penicilina” dá conta de uma «mudança da moral social, a que se costuma chamar, um tanto superficialmente, a ‘onda sexual’», embora o autor da peça, Eric Weiser, não explique onde:

Ela acabou com muitos dos “tabus” da esfera do sexo. As relações sexuais pré-matrimoniais são relativamente bem aceites. Se, noutra tempo, era uma vergonha para qualquer jovem não ir virgem para o matrimónio, ambientes há, onde se pode hoje comprovar que a virgindade é que se tornou vergonhosa... Muitas adolescentes fazem uso da liberdade sexual recém-adquirida, outrora apenas tolerada no homem. [...] Os pregadores moralistas não conseguirão grande coisa. O desenvolvimento das sociedades não conhece marcha à ré, pois, quer se tenha uma atitude aprovativa, negativa ou indiferente em face da liberalização sexual deve-se reconhecer que não estamos perante uma moda passageira, mas diante de uma mudança permanente da moral da sociedade (DL, 1974, 18616).

Numa recensão crítica ao livro *História da Repressão Sexual* (de Jos Van Ussel), Maria Ondina Braga reflete na *Modas & Bordados* (1976, 3332) sobre alguns aspetos da evolução das sexualidades entre a Idade Média e 1970. No artigo questiona-se se uma «revolução [sexual] a sério» não implicará modificações políticas, económicas e sociais, nomeadamente mutualidade, fraternidade e igualdade das vivências íntimas do homem e da mulher.

Assistimos hoje a uma revolução sexual (em 1969 realiza-se em Copenhaga a primeira feira do sexo), mas bastará que seja exclusivamente sexual? O autor [Jos Van Ussel]

avisa da obsessão sexual dos nossos dias (comparando-a à do século XIX): positiva, mas igualmente fanática e limitada. E expondo um por um os problemas relacionados com o casamento, a maternidade, a educação de adolescentes, e outros, termina com conselhos para uma hipotética solução dos mesmos (M&B, 1976, 3332).

Na peça “Doenças Sexualmente Transmissíveis” publicada na *Modas & Bordados* (1975, 3323), a jornalista Hortense de Almeida entrevista a obstetra Purificação Araújo, na altura interna graduada do Hospital de Santa Maria, e colaboradora da APF. Dissertando sobre a realidade do nosso país, Araújo afirma que estava em curso uma “revolução sexual”. Atenta ao que se passava no mundo e precursora em muitos aspetos no que se referia à saúde sexual e reprodutiva, reconhece que a “revolução sexual” portuguesa está ainda carregada de ignorância, “vergonha” e “culpabilidade”, carecendo de educação sexual (M&B, 1975, 3323).

O aumento do índice das doenças venéreas encontra parcial explicação em factores de ordem social. Primeiro, porque se deu uma revolução sexual nos últimos tempos. Revolução que não foi acompanhada de uma verdadeira educação sexual. Não há, realmente, por parte dos serviços sanitários e de educação para a saúde, a criação de programas de divulgação, de esclarecimento, sobre os problemas relacionados com a vida sexual das pessoas, e sobretudo dos jovens. Como não houve essa educação sexual, existe, digamos, um factor de ignorância. O aumento da actividade sexual e a libertação de uns tantos tabus leva mais facilmente as pessoas a contraírem uma doença e a dar-se a sua disseminação. Temos, portanto, por um lado, a ignorância [...]. Por outro lado, pesa ainda sobre as pessoas (não obstante se terem libertado de muitas convenções) um sentimento de culpa, talvez inconsciente, quando percebem que têm uma doença relacionada com a sua actividade sexual (M&B, 1975, 3323).

Na opinião da especialista, o planeamento familiar e a difusão dos métodos contraceptivos trariam à mulher portuguesa os conhecimentos essenciais que lhe faltavam, nomeadamente acerca do seu próprio corpo e da sua autonomia, permitindo-lhe viver de forma mais plena a liberdade que emergia ao nível da sexualidade. Purificação Araújo faz aliás uma defesa explícita do ato sexual – sobretudo na perspetiva feminina –, dizendo que ele é «fundamental para o ser humano», do ponto de vista do prazer (e não da reprodução), devendo para tal ser vivido com consciência e alegria: «[...] o planeamento tem dado à mulher a consciência do seu corpo e tem estado a libertá-la de ser usada como um objecto. Hoje em dia ela participa com consciência num acto que é fundamental para o ser humano: com o seu corpo, com o seu interesse sexual, com o seu prazer sexual» (M&B, 1975, 3323) .

CONTRACULTURA, MOVIMENTO *HIPPIE*, A NUDEZ E AS IMAGENS DO CORPO

Ferreira (2009: 10) define contracultura como cultura marginal ou de protesto, «prática simbólica de rotura, de quebra com o *establishment* político vigente», «reação de revolta contra os valores instituídos na sociedade e contra os males da civilização», visando a «implementação de uma forma de vida utópica». Os movimentos de contracultura surgidos na década de 1960 nos EUA, rapidamente alastram à Europa, nomeadamente a países como a Inglaterra, Alemanha e França (Ferreira, 2009: 10). Neles incluem-se os protestos contra a guerra do Vietname, a luta pelos direitos civis dos negros, das mulheres, dos homossexuais, dos estudantes e a «exploração de novas fronteiras no domínio sexual» (Ferreira, 2009: 10). Entre os movimentos de contracultura encontra-se também a cultura *hippie*, «promotora de uma nova ética andrógina, pansexual», e os *yippies*, «mais convencionalmente políticos, ligando a revolução sexual a uma campanha mais vasta de revolta social», para quem a «libertinagem sexual era só uma parte do protesto mais amplo contra o racismo, a respeitabilidade da classe média, a guerra no Vietname, o colonialismo, a opressão de classe e o conservadorismo da educação» (Garton, 2009: 315).

À contracultura dos anos 1960, chegam através dos escritos de Wilhelm Reich e Herbert Marcuse, as ideias da *SexPol*, criada entre o final dos anos 1920 e o início dos anos 1930, por intelectuais da Europa central, interceptando o Marxismo e a psicanálise, para avançar propostas radicais sobre a sexualidade, a economia e o poder (Corrêa *et al*, 2008: 15). Marcuse torna-se o grande teórico da contracultura, inspira a contestação estudantil nos EUA, na Alemanha e em França nos anos 1960 (Bebiano, 2003; Ferreira, 2009), sobretudo a partir da obra *Eros e Civilização* (1955).

Dentro de uma concepção que via a racionalidade tecnológica a colonizar o quotidiano, o seu argumento central era o de que, na sua sede de criar abundância material, o aparelho industrial dominava e regulava cada vez mais a conduta humana. [...] Para viver em sociedade, suprimia-se Eros (prazer, sexualidade) e vivia-se em não-liberdade. A mecanização do universo tecnológico quebrava com a privacidade e a liberdade, juntando a sexualidade e o trabalho numa palavra automatismo (Ferreira, 2009: 11).

Segundo Marcuse, a libertação significava «subversão contra os interesses predominantes» e sendo uma força revolucionária, o movimento estudantil poderia constituir o «fermento de esperança nas metrópoles capitalistas dominadoras e inflexíveis» (Ferreira, 2009: 12). Marcuse foi durante a segunda metade dos anos 1960 em Portugal, «alvo de alguma atenção

no nosso país»: a Moraes publica em 1968 *O Homem Unidimensional* e em 1969 *A Vida Mundial* (Cardina, 2008: 108)

Wilhelm Reich é também um nome de referência para os estudantes rebeldes dos anos 1960. *A Revolução Sexual*, *O Combate Sexual da Juventude* e *A Função do Orgasmo* são livros de referência na época. Para este autor, repressão gera imaturidade e dependência permanentes, tanto em relação à família, como à autoridade do estado e do patrão no trabalho, daí que revolução sexual e liberalização sexual sejam condições prévias para a revolução social (Guasch *et al.*, 2003: 11). Segundo Reich (e Marcuse), a procura do prazer sexual é um meio de resistir à dominação capitalista (Garton, 2009).

É abolindo a repressão, que canaliza toda a vida libidinal para o trabalho ou para a reprodução, que se poderá operar uma verdadeira revolução. A abolição da dominação económica exige a abolição dos interditos sexuais para permitir o puro desenvolvimento positivo da libido. E esta abolição é ainda mais poderosa para as mulheres do que para os homens, na medida em que a sua sexualidade foi ainda mais reprimida pela sua confinamento à função materna, antagonista da sua função feminina, afirma Wilhelm Reich. Sob formulações diversas, a libidinização é para todos estes pensadores [Reich, Marcuse, Deleuze, Guattari e Lyotard] não só a condição *sine qua non* da liberdade, mas a própria liberdade: eros gerador de uma nova civilização, como afirma Marcuse (Collin, 1991: 328).

Garton (2009: 330-331) defende que enquanto Freud e a maior parte dos seus colegas psicanalistas consideravam o «superego», ou as exigências da moralizada civilização, uma força necessária e universal, Wilhelm Reich e Herbet Marcuse viam na repressão sexual um mecanismo de alienação dos indivíduos de si próprios. Segundo Giddens (2001: 111-112), Reich pretendia uma «revisão social radical» e via no culto (e frustração) da sexualidade genital «a chave dos padecimentos da modernidade».

Nó pós-25 de Abril de 1974, a obra de W. Reich figura entre as preferências literárias dos portugueses. Em 1975, *O Combate Sexual da Juventude* está em quinto lugar na secção de *Best-sellers da semana*, de Pedro Tamen (*Expresso*, 1975, 125). Em 1976 a editora Escorpião publica *Irrupção Sexual*, de Reich. E mesmo em finais da década de 1970, o *Expresso* (1978, 276) dá conta na secção *Os 5 [livros] mais vendidos*, que *A Função do Orgasmo* está entre as preferências dos portugueses em livrarias de referência na cidade de Lisboa¹⁰⁶: «Discutido com paixão, adulado, caluniado, perseguido por todos os Poderes, Reich continua a ser hoje,

¹⁰⁶ Entre as livrarias consultadas pelo *Expresso* para elaboração destes rankings literários estavam geralmente: Aillaud & Lello, Apolo 70, Barata, Compasso, Diário de Notícias, Ler, Nova Iorque, Portugal e Sá da Costa (*Expresso*, 1975, 125).

para além do carácter controverso ou mesmo ultrapassado de muitas das suas teses, um dos espíritos que mais fundamente marcam o nosso tempo» (*Expresso*, 1978, 276).

Os movimentos de contracultura não marcam presença de relevo na nossa amostra. A categoria temática *hippies* aparece em apenas 8 peças (0,5% da amostra), agrupando as subcategorias *cultura hippie* (7 ocorrências) e *vivência em comunas* (1 ocorrência). O ano em que mais se agenda a subcategoria *cultura hippie* é 1974 (5 ocorrências, 2% da amostra desse ano) – as restantes peças foram publicadas uma em 1968 e a outra em 1976. No restante período impera o silêncio. O *Expresso* agenda em 5 artigos a *cultura hippie*, a *Modas & Bordados* trata o assunto em uma peça, a *Crónica Feminina* em duas, e no *Diário de Lisboa* não foram identificados registos. No artigo “Rock e revolução (II)”, de Manuel Castro Caldas (*Expresso*, 1974, 72), relaciona-se a rebeldia da música (*Doors, Stooges, Velvet Underground e Iron Butterfly*) com a rebeldia de movimentos de contracultura, como o *hippie*, num diagnóstico já de ‘fim de festa’.¹⁰⁷

Na M&B, Hortense de Almeida faz uma apologia dos *hippies* numa crónica intitulada “Sinceramente” (M&B, 1976, 3328). Define-os como «crentes no autêntico significado do amor humano (no meio de um mundo descrente do significado da humanidade do amor)», mas critica-lhes a relação às drogas: «Melhor seria vê-los *drogados* sem o recurso à droga».¹⁰⁸

Meninos de olhos ingénuos, a amarem sem pedirem algemas para o amor, eles, se lhes limarmos as arestas, podem ser símbolos. Símbolos de uma vida mais pura e mais sã. Precursores de uma humanidade melhor? Por que não? (M&B, 1976, 3328).

Na peça “A América e os *hippies*” (*Crónica Feminina*, 1968, 584) considera-se positiva a revolta destes grupos «contra o conformismo, os tabus, as obsessões políticas-sociais e sexuais duma sociedade tão puritana e... tão imoral». Em 1973 o tema volta à agenda. A *Crónica Feminina* publica outro artigo sobre os *hippies* portugueses, definindo-os no título como “Nem revolucionários, nem marginais. Mas profundamente independentes” (CF, 1973,

¹⁰⁷ «São Francisco é, por momentos, o centro mundial da revolução cultural. A procura de uma nova identidade vai efectuar-se por todos os meios: o budismo e a atracção pela sabedoria oriental, os gurus, o Zen, as experiências com ácido, toda uma procura de novas divindades, exteriores ou dentro de cada um. [...] O movimento hippie, o regime de isolamento em relação à cultura Americana, a loucura imagénica do psicadelismo, tudo isso são manifestações de uma força incontestável, mas que cedo constituíram um absurdo e uma utopia, aos olhos de uma América transformada que tinha na Guerra do Vietnam um problema concreto e de enorme importância. De São Francisco não ficaria mais que o *folklore* de uma revolução outrora efectiva. Flores e cabelos comprido perdiam o seu significado real para se tornarem o abastardamento de uma cultura. Os grandes grupos militantes da paz, dissolviam-se ou mantinham uma unidade ilusória, à medida que eram recuperados pelo sistema e inseridos num novo showbiz» (*Expresso*, 1974, 72).

¹⁰⁸ «[...] gosto deles. Talvez porque trazem amor para dar. Talvez porque usam flores. Talvez porque são diferentes. Talvez porque são rebeldes. Talvez porque são contrários às convenções» (M&B, 1976, 3328).

877). À exceção dos artigos citados, as referências à cultura *hippie* são superficiais, fugidias e sucintas.

[...] no caso português, é inadequado mencionar a existência de um movimento de contracultura hippy, análogo ao modelo americano ou às suas cópias europeias dos países industrializados. Isto porque, como se encontra anotado num trabalho publicado¹⁰⁹, [...] um movimento hippy “místico ou culturalista”, não conseguiu aqui apropriar-se dos espaços públicos, e, por esse motivo, “nunca se tornou visível, isto é, nunca foi objecto de construção simbólica, nem fez parte de largos sectores ou grupos da sociedade portuguesa” (Bebiano, 2003: 167).

O tema *corpo nu* é referido em 62 peças (4%) da nossa amostra – agrupa as subcategorias *Pudor/nudez* (tematizada em 56 peças, 4% da amostra) e *Naturismo/nudismo* (referida em 12 artigos, 1% da amostra).

O alargamento das fronteiras do pudor centrou-se em dois grandes eixos: as representações dos corpos e a integração do erotismo na abordagem dos problemas humanos, nomeadamente os ligados ao amor e à conjugalidade. Em relação ao primeiro eixo, o que se passou foi o desnudamento progressivo das partes do corpo tradicionalmente consideradas impróprias e vergonhosas e das “cenas” ou representações de manifestação da sexualidade, desde o beijo na boca, que foi o pioneiro, às representações de corpos nus e de gestualidades, e comportamentos de sedução e excitação eróticas (Vilar, 2003: 166).

Até à Revolução de Abril de 1974 a categoria *corpo nu* foi encontrada em 1% dos artigos da intimidade que viram a luz do dia neste período – a força da censura/exame prévio terá ditado em boa parte esta ausência. No momento seguinte (de 25 de abril a 31 de dezembro de 1974) aumenta o seu agendamento para 6%, e na amostra referente aos anos de 1975, 1976 e 1978 (terceiro período), a percentagem baixa para 5%.¹¹⁰

O *Expresso* agenda o tema da categoria *corpo nu* em 19 peças (12% do total dos seus artigos sobre a intimidade), liderando assim o agendamento deste assunto. Segue-se-lhe a *Modas & Bordados* com 6% da sua amostra a tratar o tema (27 peças), o *Diário de Lisboa* com 3% (3 artigos) e a *Crónica Feminina* com 2% (13 peças). Note-se que os valores do *Expresso* e da M&B são constituídos com maior relevância do subtema *pudor/nudez* e menor do subtema

¹⁰⁹ Resende, José e Maria Manuel Vieira. 1992. «Subculturas juvenis: Os Hippies e os Yuppies», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 35, 131-147.

¹¹⁰ A subcategoria temática *pudor/nudez* não tem qualquer ocorrência em 1968, e de 1973 a 1976 vai sempre aumentando os seus registos, bem como o seu valor percentual na amostra de cada ano. Em 1976 atinge o maior valor (6%), referente a 20 peças. No último ano sob escrutínio, 1978, o seu agendamento decai para 3%. Relativamente à subcategoria *naturismo/nudismo*, os valores são residuais (quase nulos) antes da Revolução dos Cravos, acentuando-se apenas em 1974, ano em que 5 peças falam sobre o tema (2% da amostra desse ano).

naturismo/nudismo (subcategoria muito visada pela *Crónica Feminina*).¹¹¹ No artigo “4 milhões de nudistas invadiram a Córsega, a costa Adriática e a França por não os deixarem tomar banho em Espanha, Portugal e Itália” (CF, 1974, 916), destaca-se entre os fatores da «vaga nudista», a «emancipação sexual, a liberalização da juventude, o culto do erotismo e do sexo», e adverte-se no artigo para que em 4 de 5 circunstâncias na prática do nudismo, não houvesse sinais de «perversão sexual».

A M&B, por seu turno, dá preferência ao tema *pudor/nudez*, fazendo em diversas situações a defesa da mulher que se veria então mais sujeita à exploração mercantilista do corpo, pela utilização recorrente da nudez feminina em revistas eróticas/pornográficas e anúncios publicitários. Num artigo publicado em 1976 (3340), intitulado “A pornografia amarra a mulher à subalternidade”, fala-se do papel opressor da pornografia, que chega às bancas dos jornaleiros, livrarias e tabacarias portuguesas, logo após o 25 de Abril de 1974, explorando o corpo da mulher como mercadoria. Passa-se, como afirma a articulista, da «hipocrisia de longa repressão sexual» para a «ostentação da nudez» nas revistas ditas pornográficas, que esvaziam a mulher de «inteligência, vontade e ternura», reduzindo-a a «corpo objecto mais ou menos consumível e comerciável» (M&B, 1976, 3340).

Ferreira (2011: 266) defende que com a Revolução de 1974, os direitos sobre a propriedade do corpo passam a ser reivindicados: «ao contexto de liberdade sexual, junta-se a vontade individual de se tornar atraente e diferente, tal como aqueles corpos mundanos com que os portugueses já contactavam quotidianamente através dos *media* e da publicidade». Antes ainda da Revolução dos Cravos, concretamente em 1973, é possível encontrar o argumento da nudez em abordagens publicitárias. Num anúncio a detergente para a máquina de lavar loiça, o *slogan* promete “despir” a opacidade dos copos (M&B, 1973, 3183).

Em 1974, a nudez (feminina) mantém-se na publicidade com significativa expressão, nomeadamente em anúncios a sabonetes, cremes para o corpo e outros produtos de higiene. A marca de cremes *Moana*, que mostra um corpo feminino desnudo nos seus anúncios publicitários (publicados entre 1974 e 1975), defende no *slogan*: “você veste a sua pele a vida inteira, cuide dela”. A nudez é definida como uma nova pele do corpo, como a identidade de

¹¹¹ Vejamos os títulos de alguns dos seus artigos: “O nu é notícia” (CF, 1973, 842); “Os pais devem mostrar-se nus aos filhos?” (CF, 1974, 914); “4 milhões de nudistas invadiram a Córsega, a costa Adriática e a França por não os deixarem tomar banho em Espanha, Portugal e Itália” (CF, 1974, 916); “Um homem vestido num campo de nudistas” (CF, 1975, 946); “Fato de banho ou nudismo” (CF, 1975, 977); “Sabia que... existiu uma Academia do Nu, em 1780” (CF, 1976, 1000); “Nu integral ou não?” (CF, 1976, 1024); “Que pensa do nudismo em Portugal?” (CF, 1976, 1032).

cada um. A publicidade instiga a mulher a sentir-se bem na sua pele (com o seu corpo, com a sua identidade). Estar bem na sua pele é também sinónimo de bem-estar em termos de género.

Imagem 2: Anúncio a detergente usa o argumento da nudez (M&B, 1973, 3183)



Que presença tem o *corpo nu* na ilustração dos artigos que compõem a nossa amostra da intimidade nos *media*, entre 1968 e 1978? Para facilitar a análise de dados da variável que diz respeito à fotografia/ilustração das peças, agregámos em 9 categorias as 21 subcategorias que definem a representação da nudez, da sensualidade, da performance afetiva e/ou sexual:

1. *Sem foto*;
2. *Foto sem conteúdo sensual*;
3. *Nubentes*;
4. *Enamoramento*: agrega as subcategorias *Casal hetero enamorado* e *Casal homo enamorado*;
5. *Performance erótica*: agrega as subcategorias *Performance erótica/sexual a dois* e *Performance erótica/sexual em grupo*;
6. *Nudez integral*: combina as subcategorias *Nudez integral feminina* e *Nudez integral masculina*;
7. *Nudez parcial*: combina as subcategorias *Nudez parcial feminina seios*, *Nudez parcial feminina costas*, *Nudez parcial feminina genitais*, *Nudez parcial feminina traseiro*, *Nudez parcial masculina peito*, *Nudez parcial masculina costas*, *Nudez parcial masculina genitais* e *Nudez parcial masculina traseiro*;
8. *Roupa interior/banho*: agrega as subcategorias *Mulher em roupa interior*, *Mulher em fato de banho*, *Homem em roupa interior* e *Homem em fato de banho*;
9. *Vida quotidiana*: *Homem/mulher em situações da vida quotidiana/doméstica*.

Herzog (2005: 375-376) defende que entre os factores decisivos para a liberalização da cultura sexual na Alemanha Ocidental no decurso dos anos 1960, está a utilização crescente

de estímulos sexuais (imagens de nus, semi-nus e narrativas excitantes) em publicidade e jornalismo. Como evoluiu a presença destas imagens na imprensa analisada, entre 1968 e 1978?

Conforme se observa no quadro 5, metade dos artigos da nossa amostra são publicados sem foto (50%) e cerca de 31% com foto sem conteúdo sensual. As situações mais frequentes que se seguem são as de recurso a fotos de enamoramento (9%) e de nubentes (6%). A nudez integral surge em 29 peças (2%), das quais 10 exibem imagens masculinas (1%). Fotos exibindo seios surgem em 30 artigos (2%).

Quadro 5: Distribuição da amostra por categorias de foto/ilustração das peças

	Freq	%
Sem Foto	756	50,2%
Foto Sem Conteúdo Sensual	467	31,0%
Foto Nubentes	92	6,1%
Foto Enamoramento	129	8,6%
Foto Performance Erótica/sexual	15	1,0%
Foto Nudez Integral	29	1,9%
Foto Nudez Parcial	41	2,7%
Foto Roupa Interior / Banho	14	0,9%
Foto Vida Quotidiana	5	0,3%
Total	1507	100,0%

A categoria *performance erótica/sexual* (que agrupa as subcategorias *a dois* e *em grupo*) surge em apenas um artigo do *Diário de Lisboa*, em 2 da *Crónica Feminina*, em 4 dos *Expresso* e em 8 da *Modas & Bordados*.

A subcategoria *performance erótica/sexual a dois* dispõe de 9 peças (0,6%) – trata-se de uma percentagem reduzida, se considerarmos que as liberdades da Revolução do 25 de Abril de 1974 permitiram que imagens de nudez, erotismo e pornografia tenham ‘invadido’ o espaço público, tanto em cartazes de filmes, de espetáculos de teatro, capas de livros, revistas eróticas e pornográficas.

As fotografias de *performance erótica/sexual em grupo* ocorrem em 6 peças (0,4%) e remetem-nos maioritariamente para o contexto do cinema. No *Expresso*, o artigo “50 mil dólares para a ‘História de O’?” (1975, 151) é um dos casos em que a redação optou por ilustrar o texto com uma foto que inclui *performance erótica/sexual em grupo* (imagem 3).

Imagem 3: Foto de *performance erótica/sexual em grupo*, publicada no *Expresso* (1975, 151)



A fotografia merece observações críticas de vários leitores (indignados pela exibição da nudez e interação erótica em grupo), que a classificam como sendo “triste”, “porca”, “desrespeitadora” e “desagregadora” da coesão familiar. Algumas semanas depois, o semanário publica excertos destes comentários no espaço editorial *Cartas*:

[...] Um filho meu, que comigo vive e tem seis anos, caiu-lhe nas mãos esse jornal que eu não tinha visto, como é óbvio, e com aquele interesse próprio da idade de ver as fotografias nos periódicos me perguntou – “Oh! Pai, o que representa esta fotografia que está neste jornal? Serão os homens daquela revolução em Portugal que estão a “morder a senhora”? E porque estão todos nus? (*Expresso*, 1975, 158)

Será que os senhores que certamente são pais ou irmãos acham bem que uma filha ou uma irmã ou mesmo a sua própria mulher tenha este triste espectáculo diante dos olhos? [...] Nem os animais são assim. Só os cães é que por vezes são mais porcos mas são cães [...]. Para que servem estes filmes e revistas? Para a falta de respeito entre as pessoas, para o desmanchar da família, para a desgraça de muitas crianças [...] (*Expresso*, 1975, 158).

Em nota da redação, o *Expresso* (1975, 158) relembra a legenda que acompanhava a fotografia polémica – «As próximas histórias que nos ameaçam: esta “Sensations”, é o típico “porno” de consumo» –, alegando ter pretendido à altura, com a publicação da imagem, fazer uma “denúncia” e «um protesto conta a avalanche deste tipo de filmes ‘ pornos’, novo género muito em voga lá fora». Além disso, na defesa do *Expresso* às acusações dos leitores outros argumentos são travados: escreve-se que o assunto da imagem – “sexo em grupo” – é do conhecimento de todos (incluindo dos filhos dos leitores indignados), sendo praticado por muitos, embora isso não seja reconhecido. Na mesma resposta o jornal assume-se contra a hipocrisia de silenciamento dos assuntos da intimidade, e contra a tomada de posição dos que

acham necessário proteger as mulheres da indignidade de certas realidades da sexualidade, nomeadamente do sexo em grupo. O semanário defende, na sua resposta, a autodeterminação feminina, o direito à decisão da mulher sobre o seu próprio corpo, denunciando a sua minorização numa sociedade em que ainda os homens detinham o poder como pais, como irmãos e como maridos.

[...] duas leitoras indignam-se em nome das “irmãs, das filhas e das mulheres”. Reconhecendo assim o estatuto que os homens desde sempre lhes impuseram de menores, de inferiores, de “diferentes”. O que é normal para os homens é “uma vergonha” para as mulheres... Quando será que as mulheres decidem que já é altura de crescerem, de pensar pelas suas próprias cabeças, de usar os seus próprios corpos? (*Expresso*, 1975, 158).

Olhando para a década em estudo, e focando os três períodos, vale a pena salientar três aspetos relativos à ilustração dos artigos: decréscimo acentuado de fotografias de noivados e de namoros, e acréscimo de imagens exibindo nudez parcial. Até 24 de abril de 1974, as fotos de *nubentes* têm um peso na amostra desse período de 11%, mas no período seguinte a percentagem baixa para menos de metade (5%), declinando ainda nos anos de 1975, 1976 e 1978 para 4% - note-se que também o casamento sofre uma perda de cobertura informativa. As fotografias de *enamoramento* também diminuem ao longo da década. No computo geral das peças do primeiro momento, o peso destas imagens é de 12%, valor que baixa para 8% no segundo momento, e para 7% no período de 1975 em diante. Finalmente, a *nudez integral* destaca-se por uma evolução positiva, embora não muito relevante tendo em conta a frequência residual: 1% no primeiro período (3 peças), 2% no segundo (5 artigos) e 3% no terceiro (21 peças).

No *Expresso*, 7% dos artigos sobre intimidade são acompanhados de fotografias em que se exhibe nudez parcial, e 2% mostram nudez integral. Na *Modas & Bordados*, 18 num total das 483 peças em torno intimidade agendadas por esta publicação, exibem fotos com nudez integral (4%) e em 24 expõe-se nudez parcial (5%). A *Crónica Feminina* e é a publicação com menores valores de exibição do corpo a acompanhar as suas peças: *nudez integral* em apenas 0,5% e *nudez parcial* em 1%. No *Diário de Lisboa* não há registos fotográficos de nudez parcial nos números escrutinados e a nudez integral acompanha 3 artigos (3% da amostra desta publicação).

A *Crónica Feminina* destaca-se pela maior publicação de fotos de nubentes (10% dos artigos desta publicação fazem-se acompanhar desta tipologia). E a *Modas & Bordados* é das 4

publicações a que mais recorre, em termos percentuais (10%), à ilustração com fotografias de namoro.

MERCADOS DA SEXUALIDADE: *MEDIA*, LITERATURA E CINEMA

A partir de finais da década de 1960, a sexualidade irrompe de forma avassaladora pelos *media* (Jaspard, 1997) e são lançados no mercado milhares de títulos eróticos/pornográficos (livros, revistas, filmes) com largo sucesso financeiro. Fazem apologia de novos comportamentos (parceiros múltiplos, troca de casais) e novas práticas (nomeadamente os jogos preliminares, o sexo oral e anal). O sexo aparece como um produto de consumo que se expõe, que «se vende e faz vender» (Jaspard, 1997: 116).¹¹² É inquestionável o contributo destes mercados (*mediático*, editorial e cinematográfico) para a afirmação/disseminação, entre a década de 1960 e 1970, de novos guiões sexuais mais permissivos da intimidade. A reforma sexual estava no ar (Gagnon e Simon, 2005 [1973]).

A partir do início dos anos 1960, surgem nos EUA muitos manuais de ajuda em torno da sexualidade e da afetividade (Seidman, 1991). *Sex and the Single Girl* – livro que Helen Gurley Brown publica em 1962 – é um marco das reivindicações do prazer sexual para lá do enquadramento matrimonial. A autora «diz às raparigas solteiras que a sua vida não precisava girar em torno dos homens e da domesticidade» (Seidman, 2010: 144). Helen Gurley Brown encoraja as leitoras à autonomia, a casarem-se ou não (sem que isso representasse «um destino, uma fatalidade»), a conquistarem a sua independência financeira, a experimentarem relações sexuais pré matrimoniais e a terem sexo descomplexado caso se mantivessem solteiras, pois a escolha de parceiros devia ser livre e interminável (Seidman, 2010: 144). O livro legitima que uma mulher se entregue sexualmente a um homem, mesmo breves horas depois de se conhecerem. Enquanto editora da publicação feminina *Cosmopolitan*, Helen Gurley Brown também agenda na revista temáticas e perspetivas da sexualidade vanguardistas para a época: dá-se cobertura ao tema da vida íntima, publicam-se imagens da sexualidade, valoriza-se o prazer sexual e a expressão individual, mesmo se dissociado da relação de compromisso (Seidman, 2010: 145).

A norte-americana Nancy Friday, autora de *My Secret Garden*, é outra figura de referência internacional nos anos 1970. Com o seu trabalho de levantamento das fantasias femininas, ajuda a aproximar os universos imaginários eróticos de homens e mulheres. Afinal, também

¹¹² Todos os excertos da obra foram traduzidos pela autora.

“elas” fantasiam com relações adúlteras, com prostituição, voyerismo, exibicionismo, sadomasoquismo, violação, e até mesmo com animais (Seidman, 1991: 148).

Também nos EUA, em 1972, Shere Hite realiza um inquérito sobre a sexualidade feminina, que é divulgado através dos *media* e publicado em livro. Entre as suas conclusões está a dificuldade das mulheres na obtenção do orgasmo vaginal, a importância da estimulação do clítoris na relação sexual, a capacidade feminina de orgasmos múltiplos, e o amplo desconhecimento dos homens relativamente à sexualidade feminina – «o problema [...] era [afinal] cultural e não biológico» (Garton, 2009: 313). Em 1976, o livro de Shere Hite torna-se um *best-seller* internacional e as suas conclusões reforçam a dissociação entre a função erótica e reprodutiva da sexualidade (Giami, 1999: 43).

Gagnon e Simon (2005 [1973]: 244) reconhecem desde meados dos anos 1960, nos EUA, «um número emergente de tendências ‘mais liberais’», verificável pelo aumento de «conteúdos sexuais» nos *media*, pelo aparecimento da sexualidade como «uma força essencial» em publicações literárias e pelo crescimento da pornografia (filmes, fotos, magazines, textos).¹¹³

A chegada da sexualidade aos ecrãs *mainstream* das salas de cinema é marcada pela adaptação francesa d'*Emmanuelle*, por Just Jaeckin, em 1973 (Jaspard, 1997). Em cerca de dois anos, a panorâmica geral da 7ª arte rende-se à exposição do corpo, da sensualidade e do prazer. Na última semana do mês de agosto de 1975, entre onze novos filmes distribuídos nas salas parisienses, cinco são eróticos (Jaspard, 1997). *Garganta Funda*, *O Último Tango em Paris*, *A História do O*, são exemplos de películas eróticas ou pornográficas de grande sucesso internacional.

Antes ainda de 1974, o *Expresso* (1973, 17) envia à capital francesa José Vaz Pereira para assistir à obra de Bertolucci *O Último Tango em Paris*, película «de que toda a gente falava». «Para alguns, o filme será a maneira-de-estar-no-mundo duma sociedade que santifica o sexo; para outros a melancolia e a angustia que vêm depois do prazer breve» (*Expresso*, 1973, 17).

“Last Tango” olharia as coisas de frente, a vida tal como ela é aproximava-se dum “affair” sem sofismas, sem roupagens fáceis, sem tabus e sem os complicados códigos intelectuais e políticos que fazem das pessoas autómatos macaqueando fórmulas para a salvação da humanidade. [...] Ao mesmo tempo uma bofetada no victorianismo

¹¹³ Em Portugal, em março 1978, é lançado o número zero da revista AFRODITE, dedicada ao tema do erotismo e sexualidade. Na capa da nova publicação vê-se a fotografia de um casal desnudado da cintura para cima – chamadas remetem para a pílula masculina, para o “horóscopo psicosssexual”, para o cinema pornográfico e para o “eterno dilema” da homossexualidade.

persistente apesar da sociedade permissiva. Os homens e as mulheres ligam-se carnalmente e com uma intensidade que os romances de Jane Austen ou de Júlio Diniz não deixam perceber (*Expresso*, 1973, 17).

A indústria pornográfica *hardcore* é possibilitada nos EUA com a liberalização de leis sobre a obscenidade. As revistas, eróticas e pornográficas, granjeiam um sucesso extraordinário. Nos anos 1970 a tiragem da *Palyboy* supera os seis milhões de exemplares e Hugh Hefner, seu director, defende que o sexo também é legítimo apenas como meio de prazer (Jaspard, 1997).

Para [Helen Gurley] Brown, Hugh Hefner e outros, a “revolução sexual” transformou-se num lema publicitário e fonte de enormes lucros. As suas revistas, jornais, clubes e manuais de aconselhamento venderam-se aos milhões a consumidores ávidos da fantasia de um sexo sem culpa, tornado possível pela invenção da “pílula” (Garton, 2009: 315).

Em *Conduta Sexual*, Gagnon e Simon (2005 [1973]) fazem uma reflexão acurada sobre a relação da pornografia com a sociedade da altura. Como referem, em termos de imaginário erótico, a pornografia continha quase exclusivamente comportamentos sociais ou sexuais desviantes (os exemplos apontados são a prostituição, a homossexualidade, a violação, o incesto, o sadomasoquismo e o adultério). Mas quem eram os usuários destas representações sócio sexuais que a pornografia dramatizava nas décadas de 1960 e 1970? Gagnon e Simon (2005 [1973]) referem que antes de 1968, os *stag films* [pornografia *softcore*] eram raramente vistos por mulheres. Entre os seus usuários estavam maioritariamente «homens que partilhavam habitações em colégios e universidades», «homens pertencentes a uma faixa superior da classe baixa» e homens pertencentes «a uma faixa baixa da classe média» (Gagnon e Simon, 2005 [1973]: 201). No final dos anos 1960, princípio dos anos 70, surgem filmes mais longos e mais explícitos em salas de cinema, fora portanto do circuito de visionamento privado e restrito, tornando possível a muitas pessoas entrarem num teatro, em plena rua movimentada e bem afamada, para ver filmes com cenas mostrando sexo oral (tanto heterossexual como homossexual), explica-se em *Conduta Sexual* (Gagnon e Simon, 2005 [1973]). Criam-se portanto novas audiências, novas plataformas de exibição e novas situações exibidas. Os “ pornos ” enfatizam que os encontros sexuais podem acontecer a qualquer um, em qualquer momento e em qualquer canto – crença próxima da fantasia amorosa romântica, tão característica da excitação feminina –, propõem *scripts* em que as figuras femininas são «luxuriosas e livres», tanto na entrega como no desfrutar do prazer (Gagnon e Simon, 2005 [1973]: 202).

Na Europa, países como a Alemanha, a Inglaterra e a França, também dão conta de um crescimento da oferta pornográfica. Em 1968, a indústria pornográfica alemã tem já muito peso, pensava-se aliás que seria o maior mercado porno do mundo (Herzog, 2005: 379).

Após o 25 de Abril de 1974, a pornografia vende-se em Portugal livremente «e o aviso “cenas eventualmente chocantes” passa a acompanhar filmes e espetáculos de teatro e revista, onde cenas de *striptease* eram adotadas, como forma de chamar público» (Ferreira, 2011: 266). Artigos eróticos variados podem ser encomendados por correio, como informa um anúncio publicado na *Crónica Feminina* (1976, 1019): «Só para adultos; interdito a menores de 18 anos; Temos ao seu dispor todos os artigos acessórios para uma completa harmonia sexual, e não só... gadgets, cremes, livros, lingerie especial, cassetes, etc.» (CF, 1976, 1019).

Pacheco (2000: 239) entende que o tremendo sucesso de bilheteira de certos filmes como *O Último Tango em Paris* ou *Emmanuelle*, em 1974, em Portugal, está relacionado com o facto de sermos então «um país sequioso de mironar».

Na nossa análise de conteúdo dos *media* procedemos à categorização das ocorrências da intimidade afetiva e sexual em contextos de cinema, literatura, teatro, *media*, desporto e arte. Estas seis subcategorias foram agregadas numa categoria temática, com 131 registos, no total das 4 publicações, ao longo dos seis anos (9% da amostra). Antes da Revolução dos Cravos o assunto é agendado em 6% dos artigos. De 25 de abril até final de 1974, esse valor quase triplica, ultrapassando os 17%, mas de 1975 em diante declina para 8%. Cinema, literatura, teatro e *media* são os contextos em que a sexualidade é tratada com mais relevo, desporto e arte não têm quase expressão. Entre as escassas produções de obras plásticas com imagens sexualmente explícitas, criadas imediatamente antes da Revolução dos Cravos e no pós-revolução, Nunes (2014: 358) destaca os nomes de Clara Menéres e Maria José Aguiar: «[...] artistas que intervêm nos territórios do género e da igualdade, com obras socialmente críticas neste sentido».¹¹⁴

Vejamos o comportamento da subcategoria *sexualidade no cinema* ao longo dos seis anos analisados. Em 1968 não se verificaram ocorrências. Em 1973 há já sinais do interesse das

¹¹⁴ *A Menina Amélia que vive na Rua do Almada* (1968) é uma das obras controversas de Clara Menéres, pela referência à prostituição (Nunes, 2014) – a artista continuaria «neste registo do corpo sexualizado» em obras como o *Relicário* (1970), *Bordado-Torso* (1972), *Concha de Vénus* (1977). Em *Mulher-Terra-Viva* (1977), uma das mais conhecidas e emblemáticas obras de Clara Menéres associadas à sexualidade, são propostos conceitos inscritos nos manifestos feministas, e chama-se à atenção «para a necessidade da presença pública da mulher» (Nunes, 2014: 224). Em relação a Maria José Aguiar, Nunes (2014: 359) salienta que expôs em 1973 «um conjunto de trabalhos figurativos e eróticos [...] virando-se após o 25 de Abril para uma produção pictórica que recorre a constantes símbolos fálicos e vaginais, em declarados antagonismos entre sexos».

publicações pelos filmes eróticos que marcavam as discussões mediáticas e públicas em países do ocidente, nomeadamente na Europa e nos EUA, mas é a Revolução dos Cravos que abre as fronteiras à distribuição destas películas nas principais cidades portuguesas e desperta para a sua cobertura mediática. No ano de 1974 faz-se a maior cobertura da sexualidade em cinema, em termos percentuais (8%) e de frequência (27). O agendamento e debate mediático continua muito vivaz em 1975 (21 ocorrências, 7% da amostra desse ano), mas em 1976 arrefece o interesse, pois a oferta cinematográfica de inspiração erótica perde fôlego.

Nos anos anteriores à revolução do 25 de Abril (1968 e 1973), o agendamento do tema da sexualidade em obras literárias verifica-se em 2 e 5 peças, representando 1% e 3% do total da amostra desses anos, respetivamente. Em 1974 o tema é agendado com maior expressividade (12 peças, correspondendo a 4% da amostra desse ano). Em 1975 e 1976 há um abrandamento e uma estagnação nos 2%.

Vejamos a evolução do número de espetadores nas salas de cinema portuguesas entre 1960 e 1978. Em 1960 registaram-se 25 067 entradas nos cinemas portugueses, em 1970 esse valor não é muito diferente (25 539), em 1973 sobe para 26 467, em 1974 para 32 763, em 1975 regista 38 683 presenças e em 1976 chega aos 40 533 (Barreto, 1996). O ano de 1977 marca a desaceleração (37 219), tendência que se mantém em 1978 (32 379).

A *sexualidade no teatro* revela ausências totais na amostra pré-25 de Abril de 1974. O ano da Revolução dos Cravos regista o recorde de agendamento mediático desta subcategoria (8 ocorrências, 3% da amostra desse ano), e anos seguintes (1975 e 1976) decresce, estabilizando-se o interesse pelo tema em 1% da amostra. Numa recensão crítica intitulada “Entre sexo e revolução, procurar uma terceira via” (*Expresso*, 1975, 122), Manuel Rio Carvalho descreve o que se passou com o teatro intelectual, comercial e cultural desde o fim da ditadura: «Os espectáculos chamados intelectuais tiveram fraco consumo», «o teatro comercial explorou o filão sexy [...] desde o palavrão às atracções parisienses do Pigalle; e [...] o teatro cultural, que dá prejuízo, explorou o filão da revolução».

O caso da sexualidade nos *media* é relativamente diferente. Em 1968 há registo de 2 peças (1% do total de artigos desse ano), em 1973 de 1 artigo (0,5%), mas é 1976 o ano com mais ocorrências (7 peças a que correspondem uma percentagem mais significativa de 2%).

O *Expresso* lidera o agendamento da categoria *sexualidade em cinema, literatura, teatro, media, artes e desporto*.¹¹⁵ O tema surge em 61 peças: 37% do total de artigos sobre intimidade afetivo-sexual deste semanário, das quais 27 são de cariz noticioso, 23 são recensões críticas e 14 artigos de opinião. Entre as diversas subcategorias, a que tem maior expressão é claramente o *cinema*, seguido da *literatura*. Note-se também que os distribuidores de cinema anunciam no *Expresso* com extrema regularidade. Nos rodapés do semanário exibem-se títulos, slogans, imagens de filmes (esmagadoramente internacionais) em que a sexualidade sobressai à primeira vista. Em 1976, registámos neste semanário (embora sem contabilização na nossa amostra) mais de 80 ocorrências publicitárias a películas que recorrem à exposição do corpo, apelam à vivência do prazer sexual, incentivam à exploração do imaginário erótico ou promovem a problematização de temas da intimidade afetivo-sexual, em seus anúncios.

A publicação que está em segundo lugar na abordagem deste tema (*sexualidade no cinema, literatura, teatro, media, arte e desporto*) é o *Diário de Lisboa* (com 22 peças, ou seja, 23% dos artigos acerca da intimidade afetivo-sexual deste diário). Segue-se-lhe a revista *Modas & Bordados* com 32 ocorrências, correspondentes a 7% do total de registos deste suplemento feminino *d'O Século*, e em último lugar a *Crónica Feminina*, com 16 abordagens do tema (2% do seu total de peças). Em termos relativos, a *Sexualidade no cinema, literatura, teatro, media, artes e desporto* é mais agendada nas publicações generalistas do que femininas.

Os temas do *erotismo* e da *pornografia* foram também escrutinados na nossa análise quantitativa dos *media*. O seu agendamento é menos expressivo do que o tema da *sexualidade no cinema, literatura, teatro, media, arte e desporto*, mas as duas categorias estão intimamente relacionadas. Logo após o 25 de Abril, o debate em torno da natureza e legitimidade da pornografia¹¹⁶ torna-se muito presente e impactante (imagens 4 e 5).

No total das 4 publicações que compõem o *corpus* da nossa análise de conteúdo quantitativa dos *media*, encontrámos 96 peças (7% do total da amostra) que agendam o erotismo/pornografia – esta categoria resulta do agrupamento das subcategorias temáticas *erotismo* e *pornografia*. O assunto cresce abruptamente na agenda mediática entre o primeiro

¹¹⁵ No semanário *Expresso*, José Vaz Pereira é crítico de cinema, Manuel Rio Carvalho escreve sobre teatro e Maria Teresa Horta faz crítica literária.

¹¹⁶ Rozier (2005: 45-46) diz-nos que a palavra «erótico» vem do latim *eroticus*, decorrente do grego *erôtikos*, relativo ao amor que deriva de *êros*, amor e desejo sexual; o termo «pornográfico», de etimologia grega, significa escrito sobre as prostitutas – a palavra só terá começado a ser usada depois do século XVIII, e para indicar as representações explícitas de órgãos/atos sexuais.

e o segundo momento, de 2% para 14%, diminuindo para 7% no período seguinte (de 1975 em diante).

Imagem 4 e 5: Destaque para o tema da pornografia nas capas da *Modas & Bordados* (3274, 1974) e da *Mulher – Modas & Bordados* (1976, 3370).

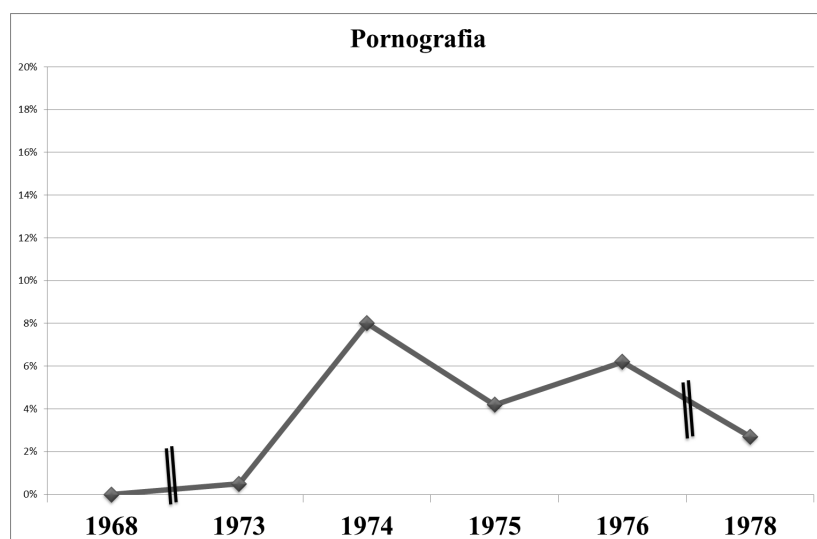


Entre as publicações analisadas, o *Expresso* revela o maior interesse pelo tema da *pornografia*. O assunto tem 45 ocorrências no semanário (28% do seu total de artigos sobre a intimidade) – 19 recensões críticas, 18 artigos noticiosos, 15 artigos de opinião, duas cartas de leitor e 3 peças enquadradas na tipologia *outros*.

Analisando ano a ano verificamos que o tema do erotismo é pouco agendado antes da Revolução dos Cravos (1 ocorrência em 1968 e 6 em 1973), enquanto a pornografia não tem nenhuma ocorrência em 1968 e apenas uma em 1973. O ano em que ambas as subcategorias têm maior expressão percentual é o de 1974 – a pornografia atinge os 8% e o erotismo 6%. A partir de 1975, o tema do erotismo vai declinando gradualmente até chegar em 1978 aos 3% da amostra desse ano. A pornografia tem uma quebra em 1975 para 4%, cerca de metade da percentagem do ano anterior, mas recupera em 1976 para 6%, voltando a cair em 1978 para 3% – esta recuperação em 1976 deve-se à criação pela *Modas & Bordados* (1976, 3369) do dossier “Pornografia, o que é?”, mas também à aprovação do Decreto-Lei 254/76 que estabelece medidas relativas à publicação e comercialização de objetos e meios de comunicação social de conteúdo pornográfico.¹¹⁷

¹¹⁷ «A sua edição [da pornografia] e a sua venda em estabelecimentos especializados, a pessoas e por pessoas de maioridade, ou de idade qualificada, é hoje uma prática generalizada no comum dos países, defendida por psicólogos, sociólogos e pedagogos, e desempenham, de acordo com os dados da experiência e da ciência, uma função desmitificadora e desintoxicante. Ai da liberdade de expressão e pensamento, no dia em que o Estado se arvora em fiscal da criação artística e da sua procura, ainda que a pretexto de zelo moral ou de defesa dos costumes» (Decreto-Lei 254/76, de 7 de Abril de 1976).

Gráfico 4: Evolução do agendamento da subcategoria *pornografia* entre 1968 e 1978



Seis meses após o 25 de Abril de 1974, o *Expresso* dá início ao que designa por um “inquérito” sobre o tema da legitimidade da pornografia no espaço público. Enviado a figuras de referência do cinema e das letras, bem como a «responsáveis governamentais da Cultura e da Informação» (*Expresso*, 1974, 93), pretende-se com o “inquérito” estimular o debate público em torno da pornografia. Vejamos o que o semanário pergunta aos especialistas:

Proibir a pornografia? Dificultá-la com restrições e impostos? Criar circuitos e salas especializadas para este tipo de filmes? Educar antes o público para que possa comportá-los [aos filmes ditos porno] ou escolher evitá-los? Mas, ao fim e ao cabo, o que é isso de pornografia? Como se distingue pornografia de erotismo? (*Expresso*, 1974, 93)

Entre os especialistas que o semanário convida a escrever sobre o tema estão artistas, intelectuais e profissionais do cinema.¹¹⁸ Alguns meses depois, José Vaz Pereira, crítico de cinema do semanário, faz no artigo de opinião “A Liberdade!” (*Expresso*, 1974, 104), um balanço da polémica e do estado da arte, em termos de exibições do porno.

Quanto à pornografia e à 'guerra' contra ela, arriscámo-nos a, mais uma vez, nada resolver com a repressão. Não se trata de afastar 'certos' filmes – deve-se esclarecer o que é a pornografia, se a pornografia é importante, o que é que as pessoas procuram ou

¹¹⁸ Natália Correia, Manoel de Oliveira, Fernando Ribeiro de Mello, Mário Cesariny, Eduardo Prado Coelho, Eduardo Gada, E. M. de Melo e Castro, António Pedro Vasconcelos, João Bénard da Costa, Manuel Anta, Pedro Tamen, Joaquim Teixeira Brás, Eduardo F. T. David, José Vieira Marques (ensaísta e dinamizador cultural que cria o Festival Internacional de Cinema da Figueira da Foz), Marcel Hanoun e Coronel Calvão Borges (Presidente da Comissão de Classificação Etária).

que carências julgam preencher quando assistem a espectáculos pornográficos. É um debate que começa a ser travado mas ainda muito timidamente. Há uma certa excitação em relação à pornografia, mas películas verdadeiramente pornográficas não foram exibidas em Portugal depois da mudança de regime. Ainda assistimos apenas a obras em que os actos são sugeridos ou 'representados' mas não explícita e cruamente mostrados e Linda Lovelace só surgirá nas nossas telas quando começar a fazer papéis de freira. Protestar contra a pornografia num país que tem muitas mais coisas com que se preocupar é outro provincialismo reaccionário que pode abrir caminho (já abriu) a novas e dissimuladas formas de censura. [...] Recorde-se que um homem livre é também aquele em que a sensualidade e o erotismo se exprimem sem constrangimentos. Quem diz o homem, diz a mulher (*Expresso*, 1974, 104).

Imediatamente após a Revolução dos Cravos, o assunto da pornografia entra na ordem do dia. Trata-se inequivocamente de um tema polémico, de natureza política. Nos *media* a interrogação é recorrente: qual o papel do Estado em matérias relativas à vivência da intimidade num país livre e democrático? Para muitos especialistas abordados pelo “inquérito” do *Expresso*, a pornografia é cinema de fraca qualidade que serve interesses capitalistas, explorando abusivamente o corpo feminino, aproveitando a falta de informação e o excesso de repressão sexual em que viveu largas décadas o povo português. Para outros, a pornografia é uma das formas de expressão da nova liberdade, abrindo uma janela de reeducação em termos das vivências do corpo, do erotismo e da sexualidade. Eduardo Geda, crítico e realizador do filme *Sofia e a Educação Sexual*, escreve:

Extinta a censura fascista e instaurado o regime da democracia liberal entre nós, é nos julgamentos de valor, nas considerações sobre a estética e o belo, na destrição entre pornografia e erotismo que começa irremediavelmente todo e qualquer álibi tendente à restauração de uma forma moral de censura oficial. Aliás, era também em nome dos bons costumes e da protecção à moral pública que a censura fascista investia indiscriminadamente contra tudo o que pudesse incomodar os seus pressupostos moralistas (*Expresso*, 1974, 92).

Natália Correia lembra o «longo pesadelo de proibições» a que o povo português fora sujeito no Estado Novo, seguido da «euforia de poder-se consumir aquilo que as interdições tanto prestigiaram» (*Expresso*, 1974, 94). Além disso, esclarece que são certos setores do público, empenhados em ver filmes de suposta qualidade, que começam «a protestar contra a ocupação dos ‘écrans’ pelo sexo»: «Protestam eficientemente de modo a fazer ouvir a sua voz. Estamos ou não estamos numa democracia que conferiu aos indivíduos a faculdade de redobrar o direito à livre opinião?».

Mário Cesariny reforça a importância do debate, e alerta para a campanha negativa desenvolvida por cineclubes, que pretendem a interdição da pornografia.¹¹⁹ Na opinião do escritor, proibir a pornografia não faz qualquer sentido, e considerar certos filmes como pornográficos é um equívoco que só se explica por uma herança de forte repressão sexual.

Realmente, só uma herança de séculos de Inquisição Romana e de Castração Sistemática pode explicar o sobressalto que tolhe alguns, levando-os a considerar pornográfica a exibição de “O Último Tango em Paris”, ou de “Malícia”, ou de não importa que mais outras “Farras”. São filmes de circuito comercial natural e normal em todos os países do mundo onde existem circuitos comerciais, não são filmes “de sexo”, são filmes “com sexo” (pouco sexo, corrija-se, e com pouca verdade verdadeira, é certo, mas, mas isso é outra questão, é outra história) (*Expresso*, 1974, 96).

Cesariny desaconselha ainda a tentativa de destrinçar o erótico do pornográfico: «[...] o mais que me parece de poder conceder-se a uma sempre suspeita e custosamente demonstrável dicotomia erotismo-pornografia é poder ser o “porno” o pobre do erótico, mas certo é que nem toda a gente pode ser rica» (*Expresso*, 1974, 96).

Fernando Ribeiro de Mello, proprietário da editora Afrodite, e outro dos respondentes ao “inquérito” do *Expresso* sobre pornografia, opõe-se veementemente à sua censura e proibição.

[...] impossível é falar-se de erotismo, obscenidade, pornografia, sem se ter em vista a sinistra repressão à sexualidade com que o obscurantismo político e religioso sempre se masturbou às escondidas. [...] A predisposição obsessiva para localizar e apontar o dedo à pornografia é pornografia. [...] Que tratamento se deve dar à pornografia e ao erotismo [...]? Nunca aquele que os estados fascistas, os governos autoritários e ditatoriais sempre deram e vêm dando. Tenha-se presente que os nazis atacaram severa e metodicamente não só a revolução sexual, como o feminismo – ontem, hoje e sempre, indissociáveis – como forma de protecção à sociedade patriarcal, tão cara ao nacional-socialismo (*Expresso*, 1974, 93).

O depoimento de Fernando Ribeiro de Mello é um contributo assinalável para a afirmação no Portugal pós-revolução, de uma nova *cidadania*, a *da intimidade* (Plummer, 2003). Invoca a necessidade de se caminhar para uma vivência afetiva e sexual passível de se expressar sem constrangimentos, debatida de forma «frontal» e «clara» desde a escola, garantindo aos indivíduos proteção legal para exercer «o direito à plena expressão da personalidade sexual de

¹¹⁹ «Recebido o vosso Inquérito com a recomendação de uma resposta até 22 (Outubro), dei-me dispensa de responder, bem ou mal ocupado que momentaneamente ando noutras escritas e porque desejava responder com um máximo de eficácia minha a um debate que considero extremamente útil neste momento e não só. Porém, notícias que têm surgido na Imprensa diária, e sobretudo a que vejo hoje no jornal “Diário de Notícias” sob a epígrafe “Cineclubistas contra o cinema pornográfico” tornam, parece-me, inadiável a resposta, mesmo em termos mínimos e velozes» (*Expresso*, 1974, 96).

cada um» (*Expresso*, 1974, 93). «A pornografia é o resultado da repressão à sexualidade. [...] Uma sexualidade sã e que se expresse plenamente e sem constrangimentos rejeita e não reage aos estímulos da pornografia» (*Expresso*, 1974, 93). Fernando Ribeiro de Mello sublinha no artigo de opinião do *Expresso* (1974, 93), a urgência da revolução sexual, da legalização da homossexualidade, da emancipação da mulher, e a necessidade de medidas legislativas e de educação sexual em conformidade com estas alterações. Denuncia a marginalização, clandestinização e a ilegalização das minorias sexuais/eróticas no nosso país, à época, bem como a desigualdade de direitos em termos de género. No seu testemunho, o editor da Afrodite reivindica o fim da discriminação sexual e a expressão e intervenção livre e igualitária da mulher na sociedade portuguesa. O seu contributo é inequivocamente um sinal de luta por novos direitos, ao nível da intimidade. A sexualidade e o género são afirmados como terrenos de luta política. A intimidade é apresentada como um assunto eminentemente público, que deve ser discutido e legislado politicamente. Defende que tendo por base questões morais, uma sociedade democrática não pode tratar de forma discriminatória (e contrarrevolucionária) os seus cidadãos, seja em função da sua sexualidade ou do seu género.

Enquanto as chamadas minorias sexuais ou eróticas continuarem marginalizadas dos Estatutos Sociais, enquanto, por exemplo, a ilegalidade e clandestinização da homossexualidade masculina e feminina continuar a ser o prato forte da moralidade à portuguesa, os problemas manter-se-ão e viveremos numa sociedade contra-revolucionária. Mas não esquecer: nada será possível ou verdade enquanto à mulher não forem garantidos os meios sócio-económicos, culturais e profissionais (políticos) necessários à sua livre e plena expressão, ou seja, à sua intervenção (*Expresso*, 1974, 93).

Analisando a frequência com que o erotismo/pornografia foram agendados nos *media* no período em análise, verificamos que o *Diário de Lisboa* se segue ao *Expresso*, na cobertura deste tema: 13 referências (todas de cariz noticioso), 14% do total de peças sobre a intimidade afetivo-sexual neste diário. O suplemento feminino M&B segue-se-lhe na terceira posição, com 26 artigos (5% do seu total), 13 deles de natureza jornalística e 8 de natureza crítica.

No artigo “Erotismo e pornografia” (M&B, 1975, 3302), Sousa Aguiar, crítico de cinema desta publicação feminina, compara os filmes *Mulheres Apaixonadas* de Ken Russel (adaptação da obra de D. H. Lawrence) com *Emmanuelle* (adaptação do romance de Emmanuelle D’Arsan), e denuncia a tentativa de se fazer emergir em Portugal uma «nova censura», sinal de um «novo puritanismo feroz». Nesta recensão crítica, Sousa Aguiar valoriza «a abordagem de problemas sexuais» («um dos campos mais importantes da nossa

vida de todos os dias») e defende que o sexual é inseparável do político e do social (M&B, 1975, 3302):

[...] o realizador de “Mulheres Apaixonadas”, mostra-nos na realidade o quanto o comportamento de cada um está profundamente associado e condicionado pela classe social a que se pertence, bem como pelos padrões de moral e cultura da sociedade onde se vive e que são sempre os impostos pelas classes dominantes mais poderosas que “fazem” a lei. O sexual é desta forma inseparável do político-social. [...] Eis-nos, pois, perante um filme que integra o problema sexual dentro do comportamento social de cada pessoa e da pressão e carácter político do meio que as cerca e rodeia (M&B, 1975, 3302).

A propósito do filme de Russel, Sousa Aguiar fala de uma moral imposta «de fora para dentro», de personagens «enredados e asfixiados por normas de uma moral rígida que os impede de serem felizes», do «errado sentimento de culpa ou de pecado» (M&B, 1975, 3302). Apelando à importância da autodeterminação do indivíduo face às suas vivências íntimas, à importância de uma deliberação moral mais centrada em cada um – orientada portanto ‘de dentro para fora’ – Sousa Aguiar contribui também para um contexto crescente de afirmação e reivindicação de uma nova *cidadania*, a *da intimidade* (Plummer, 2003).

Nesta mesma edição, o suplemento *Modas & Bordados* (1975, 3302) complementa a recensão de Sousa Aguiar com o trabalho da repórter Susana Ruth Vasques, que relata o mercado negro que surge em torno do enorme sucesso de bilheteira de certos filmes eróticos. Funcionárias da sala de cinema São Jorge, em Lisboa, contactadas pela jornalista, dizem que vendem o máximo de 5 a 6 bilhetes por pessoa, para evitar o fenómeno do comércio clandestino, mas que mesmo assim ele acontece, pois os indivíduos que o praticam colocam-se diversas vezes na fila, comprando bilhetes a 27.50 escudos para os vender por quase o dobro do valor (45 escudos). Susana Ruth Vasques cita também depoimentos de homens e mulheres, entrevistados à saída da sala de cinema, depois da exibição das películas analisadas por Sousa Aguiar (*Mulheres Apaixonadas* e *Emmanuelle*). Os testemunhos espelham o embate entre os valores da sexualidade subjacentes aos filmes referidos e os valores morais em torno da sexualidade ainda prementes na sociedade portuguesa de então. Os entrevistados mostram-se renitentes em aceitar outras formas de relacionamento para além do casamento¹²⁰, em tolerar moralmente a prática feminina do sexo pré conjugal¹²¹, em condescender com as relações

¹²⁰ Depoimento recolhido pela jornalista: «[...] vamo-nos habituando a tudo com os tempos que correm. Refiro-me a elas terem vivido com eles antes de se casarem» (M&B, 1975, 3302).

¹²¹ Outro depoimento citado no artigo: «[...] as ideias da mana velha do filme dormir com o tipo antes de casar não são ideias que convenham às nossas raparigas, pelo menos às que virão a ser nossas esposas» (M&B, 1975, 3302).

extraconjugais se praticadas pela mulher, mantendo uma lógica de duplo padrão, permissiva face ao adultério masculino¹²², e em afastar preconceitos relativos à homossexualidade¹²³.

Ainda no contexto da cobertura do tema do erotismo e pornografia na *Modas & Bordados*, é de salientar o *Dossier Pornografia, o que é?* criado em 1976. Apesar do título, o assunto em debate surge pela publicação de um artigo intitulado “Parto preparado – Condicionamento, descondicionamento” (M&B, 1976, 3358), em que se aborda o método de preparação psicoprofilático. Esta peça, assinada pela jornalista Hortense de Almeida, foi ilustrada com fotografias explícitas do momento de expulsão da criança, durante o parto (imagem 6). Nas imagens polémicas vemos a cabeça do bebé a sair da vagina de diversas parturientes.

Imagem 6: Fotos do parto consideradas pornografia por certas leitoras da M&B (1976, 3358)



As fotos provocam reações negativas entre as leitoras. Escrevem indignadas, classificando as imagens do parto como pornografia escandalosa, imprópria para constar numa revista de família. Esta comparação remete-nos para uma representação convencional da sexualidade feminina, que identifica o ato sexual, única e exclusivamente, com a finalidade reprodutiva. Imagens explícitas do parto são portanto representações explícitas de sexualidade.

Na visão mais liberalizante de outras leitoras, que escrevem em defesa do artigo e da forma como foi ilustrado, as fotografias do parto representam apenas o fenómeno “natural” da

¹²² Depoimento de uma espetadora do filme *Emmanuelle*, recolhido pela jornalista à saída da sala de cinema: «[...] aquela cena do avião em que a rapariga se mete logo ali à primeira com um homem e depois com outro, não acho mesmo nada natural, uma vez que é uma mulher casada [...] O marido também faz das dele, é verdade, mas como é homem sempre tem desculpa!» (M&B, 1975, 3302).

¹²³ Outro testemunho citado na peça: «[...] este filme é pornográfico, passei o tempo a gozar com aquelas cenas parvas entre os dois homens. [...] Nós, os homens, não estamos de acordo em que se mostre no cinema esses desvios sexuais. Entre mulheres, enfim, mas entre homens não está certo» (M&B, 1975, 3302).

maternidade, de um corpo feminino que dá à luz, ausente de qualquer representação próxima de erotismo e prazer sexual, muito longe portanto de erotismo ou pornografia. Esta visão mais permissiva demarca sexualidade reprodutiva de *sexualidade recreativa* (Gomes, 1987).

Em quarto e último lugar no quadro das 4 publicações, no que diz respeito à abordagem do tema *erotismo e pornografia*, encontra-se a *Crónica Feminina*, com apenas 12 peças (2% do seu total), todas de cariz noticioso. Numa delas, publicada em 1975, lê-se: «Depois do 25 de Abril, o cinema que se vê em Portugal passou a ser totalmente diferente, comentando muita gente que “não há fome que não dê em fartura”... Na verdade nunca se viu em país europeu que se saiba tantos filmes sobre temas proibidos [...]» (CF, 1975, 978). Alguns anos depois, a publicação volta ao tema, diagnosticando a chegada da prevista «fartura». No artigo “O boom do sexo” (CF, 1978, 1450) dão-se graças pelo esmorecimento da «onda de erotismo» e pelo regresso da acalmia às águas do cinema, teatro e *media*. O mercado ter-se-ia «saturado», o público «empanturrara-se» e o sexo tornado «mercadoria» perdia expressividade:

Indubitavelmente talvez estejamos perto já do refluxo da onda de erotismo que envolveu os nossos espectáculos públicos e as nossas publicações – nem todas, felizmente – desde há um par de anos para cá. À medida que a sociedade foi permitindo, a vaga ia-se tornando maior. Mas agora já começam a passar os entusiasmos e as águas voltam ao seu leito. Era natural, claro, que neste país, reprimido durante cinco décadas, a “descoberta” do erotismo adquirisse aspectos inclusive grotescos. Bastava dar uma vista de olhos pelos cartazes dos cinemas e ver a sua publicidade nos jornais, ou as capas de certas revistas. Mas o natural, também, e é o que está a começar a acontecer, é que o mercado se saturasse. Em primeiro lugar, porque a monotonia do género não dá mais de si e, depois, porque o público acaba por dar-se conta que quase todos os filmes ou publicações são simplesmente variações sobre o mesmo tema. A gente começa a empanturrar-se. Claro que com isto não está tudo resolvido, pois logo há que contar com a capacidade de manipulação de quem converte o sexo numa mercadoria (CF, 1978, 1450).

Embora a nossa amostra de peças sobre intimidade afetiva e sexual exclua quaisquer anúncios publicitários, compilámos (em anexos II) alguns títulos e *slogans* de películas que passaram pelas salas de cinema de Lisboa entre 1974 e 1978, enunciando a questão da educação sexual, da liberalização do prazer sexual, do sexo pré conjugal na adolescência, do direito da mulher ao prazer sexual ou do valor transgressivo do imaginário erótico. A sua coletânea foi feita a partir de anúncios das distribuidoras nas publicações do nosso *corpus*, sobretudo no *Expresso*, semanário em que se faziam anunciar com muita regularidade.

Na literatura também se evidenciam certas questões como a destabuização e liberalização da sexualidade, a legitimidade do sexo pré conjugal, o direito da mulher ao prazer sexual, e a

importância da educação sexual junto dos jovens, em obras editadas sobretudo no pós-25 de Abril de 1974 (algumas foram publicitadas na imprensa antes ainda de 1974). À semelhança da listagem de filmes, remetemos para anexo (III) uma coletânea de títulos (slogans e textos publicitários) de obras anunciadas pelas editoras nas publicações do nosso *corpus*, referenciando direta ou indiretamente as questões da intimidade afetivo-sexual.

Steven Seidman (2010: 126-127) defende que os manuais de sexo que aparecem nos EUA, no anos 1960, construíram a sexualidade como uma esfera de prazer erótico e de expressão do *self*. O foco destas obras é o ato sexual e o seu objetivo a intensificação do prazer erótico, manifestando-se grandes preocupações com o corpo e as técnicas sexuais (Seidman, 2010: 127). O leitor seria encorajado a pôr de lado todas as suas inibições, a ser aventureiro e experimentalista para atingir o prazer, variando na posição, lugar e imaginário em termos da *performance* sexual (Seidman, 2010: 128).

REIVINDICAÇÕES E AGENDAMENTO MEDIÁTICO EM TORNO DA HOMOSSEXUALIDADE

A década de 1970 caracteriza-se por uma “polarização crescente” ao nível das vivências da intimidade, em muito graças aos movimentos das feministas, *gays* e lésbicas¹²⁴ – novas formas de ativismo que não transformaram tanto as leis ou estruturas, como os valores, atitudes e identidades (Weeks, 2007: 18-19). A sexualidade torna-se um foco de debate político e moral como nunca antes. Também para Giddens (2001: 10) os dois elementos que envolveram a chamada “revolução sexual” dos últimos trinta/quarenta anos no ocidente foram, por um lado, a autonomia sexual feminina (com antecedentes que remontam ao século XIX) e com consequências profundas para a sexualidade dos homens, contendo muito de uma revolução inconcluída; e por outro, o «florescimento da homossexualidade», com consequências nítidas para a sexualidade em geral – «o termo *gay* trouxe também consigo uma referência cada vez mais espelhada à sexualidade como uma qualidade ou propriedade do *self*».

Citando o antropólogo Marko Monteiro, Priore (2005: 304) fala do caso da revista *Ele Ela*, que surge no Brasil em 1969. A publicação, que tinha por público-alvo o «casal moderno de classe média alta», procura afirmar-se como «veículo de discussão de novos valores e novas dinâmicas sociais», na relação entre os sexos: «A revista destacava-se por levar a um público

¹²⁴ «O movimento de libertização *gay* explode com grande energia na América em 1969 e chega à Inglaterra nos finais de 1970» (Scott, 1998: 820). Todos os excertos do artigo são tradução da autora.

amplo questões até então pouco exploradas pela mídia, como feminismo e homossexualidade. Mas nem sempre defendia tais novidades [...]» (Priore, 2005: 304). *Ele Ela* agenda o tema do movimento *gay*, a ele se referindo como «poder alegre», muito embora a homossexualidade fosse qualificada de «desvio» e de «doença» nos artigos publicados (Priore, 2005: 306). Apesar de a revista ir dando conta do desenvolvimento do «*gay power* nos Estados Unidos e na Europa, a tradição conservadora falava mais alto» (Priore, 2005: 306).

O tema *homo, bi e transexualidade* surge em apenas 2% (25 artigos) da nossa amostra dos *media* escrutinados entre 1968 e 1978, agrupando as subcategorias *homossexualidade feminina*¹²⁵ (20 ocorrências, 1% da amostra), *homossexualidade masculina*¹²⁶ (16 ocorrências, 1% da amostra), *Bissexualidade* (nenhuma ocorrência) e *transexualidade* (2 ocorrências). Gagnon e Simon (2005 [1973]: 220) referem ainda nos anos 1970, e relativamente aos EUA, que o *Grupo de Liberalização Gay* foi «o mais poderoso dos grupos de minorias eróticas» – o impacto de outras minorias como os transexuais e travestis (por exemplo) terá sido reduzido. Até 24 de abril de 1974 não foi encontrada nenhuma peça cobrindo o tema da *homo, bi e transexualidade* no total das 4 publicações portuguesas analisadas.¹²⁷ Entre a Revolução dos Cravos e o final de 1974, os silêncios quebram-se, e o tema é agendado em 2% da amostra. De 1975 em diante, 20 artigos referem o assunto (também 2% das ocorrências neste período). Apesar disso, constata-se que muitas das abordagens são subsidiárias, e em diversos artigos a homossexualidade é abordada numa perspetiva negativa, enquanto doença que é preciso tratar, desvio ou inversão de uma sexualidade expectável e normalizada. Registámos igualmente artigos jornalísticos e de opinião com visões despatolgizantes e descriminalizantes da homossexualidade, onde se opta pelo termo *minorias eróticas* ou *sexual* para a designar. Embora não faça parte da nossa amostra, veja-se pelo carácter vanguardista o artigo do psiquiatra Afonso de Albuquerque, publicado na revista *O tempo e o Modo*, em 1970 (“Uma introdução à Psicologia da Sexualidade”). A peça aborda a importância das dimensões sociais, culturais e históricas da sexualidade, para além da biologia e da fisiologia, dissertando em concreto sobre a homossexualidade. Albuquerque (1970) defende que deve abandonar-se

¹²⁵ Até à Revolução dos Cravos representa 0% da amostra. Em 1974 (de 25 de abril a 31 de dezembro) constou de 2% das peças, e de 1975 em diante mantêm-se os valores de agendamento.

¹²⁶ Até à Revolução dos Cravos nunca é tematizada. Em 1974 (de 25 de abril a 31 de dezembro) constou de 1% das peças, e de 1975 em diante aumenta para 2% o seu agendamento na amostra.

¹²⁷ Em 1968, o escritor Duarte de Almeida afirmava no capítulo “inquerito” do caderno *Casamento* da revista *O Tempo e o Modo*, uma posição de defesa em relação à homossexualidade: «[...] um homem e uma mulher ligados por isso a que se chama amor e por isso a que se chama sexo, são uma coisa tão séria como. Tão séria como um homem e um homem ou uma mulher e uma mulher ligados por isso a que se chama amor e por isso a que se chama sexo».

a expressão “perversão”, e adotar-se o termo *minoria erótica*. No artigo, apresenta dados do Relatório Kinsey, e defende que «a maioria dos homens são potencialmente capazes de sentir prazer de fonte homossexual [...]» (Albuquerque 1970). O psiquiatra português cita um colega sueco (Lars Ullerstam) para aconselhar os psicólogos a encarar os homossexuais como pessoas saudáveis:

[...] se muitos deles apresentam sintomas neuróticos é porque vivem num meio hostil e são obrigados a controlar, dia e noite, os seus menores gestos. Ullerstam insurge-se com agudeza contra aqueles que considera os piores inimigos dessas minorias eróticas: os psicanalistas e aparentados, que os defendem como doentes mentais, psicopatas ou perversos [...] (Albuquerque 1970).

Regressando à nossa amostra, e analisando cada ano isoladamente, verificamos que se fala mais de homossexualidade masculina em 1978 (5 ocorrências, a que corresponde 3% dos artigos desse ano). A cobertura da homossexualidade feminina é maior em 1976 (7 artigos, a que corresponde 2% da amostra desse ano), embora em termos percentuais anuais haja um segundo ano também com 2% (1978). De transexualidade nunca se fala nos *media* antes da Revolução dos Cravos, apenas uma vez nesse mesmo ano (1974), e outra em 1978. Um dos artigos foi publicado na *Crónica Feminina* (1974, 936), tendo por título “Metamorfose na sala de operações – um escritor inglês transformou-se em mulher”.

Que publicações mostram mais interesse, em termos percentuais, na inclusão do tema da *homo, bi e transexualidade* na sua agenda? O *Expresso* aborda o assunto em 7% dos seus artigos sobre afetos e sexualidade, a *Modas & Bordados* em 2%, a *Crónica Feminina* em 0,3% e no *Diário de Lisboa* não foram encontradas quaisquer referências.

A *Crónica Feminina* trata o tema em apenas duas peças. Numa delas, intitulada “O que os pais devem saber sobre o homossexualismo” (CF, 1975, 971) aconselha-se a psicoterapia para tentar a cura da homossexualidade.

No *Expresso* (1978, 289), o artigo “Fragmentos de Maio em Paris com a memória de um grito: ‘Somos realistas – queremos o impossível’”, o jornalista Vicente Jorge Silva assinala a passagem de uma década sobre a rebelião dos estudantes em França, que conduziu a movimentos diferenciados, nomeadamente ao «das chamadas minorias sexuais (que, numa perspectiva idêntica à da luta das mulheres exprime a reivindicação de um estatuto autónomo)». No mesmo semanário (*Expresso*, 1978, 291), o tema da homossexualidade é também abordado por Eugénio de Andrade, numa entrevista conduzida por Vicente Jorge Silva – o título da peça é “Eugénio de Andrade: a última pedrada”. O escritor entende que

mesmo com o 25 de Abril de 1974, a sociedade portuguesa não se democratizou em termos sexuais, continuando intolerante em relação à homossexualidade e profundamente machista.

Ainda no outro dia, eu vinha com um grupo de jovens num comboio e todos falavam com grande liberdade. A certa altura eu perguntei “e se entre vocês se verificasse que havia um homossexual?” Ficaram todos muito atrapalhados. Vê? E nas relações entre homens e mulheres é a mesma coisa. Você não acha que o machismo continua de uma maneira escandalosa? (*Expresso*, 1978, 291)

Também no *Expresso* (1978, 312) o jornalista Fernando Dacosta publica uma reportagem intitulada “Portugal – um país de jovens à venda”, que retrata a situação de jovens marginalizados, «muitos deles mal saídos da infância, golfados da província e dos bairros pobres sobre a capital», vivendo em pensões e vãos de escada, subsistindo de pequenos golpes, roubos e “engates”.¹²⁸

Dacosta faz ainda referência à homossexualidade noutra reportagem, que tem por título “Menos agregados familiares e casamentos (nos últimos dez anos) são sintoma de crise” (*Expresso*, 1978, 319). Na peça resumem-se as mudanças mais relevantes trazidas pela Revolução dos Cravos para os agregados familiares portugueses: «instituição do planeamento familiar, reconhecimento da igualdade da mulher, no lar e na sociedade, a revisão do Código Civil, a criação da Comissão da Condição Feminina, a popularização dos meios anticoncepcionais [...]» (*Expresso*, 1978, 319). O jornalista lembra porém que se mantêm inderrubáveis nesse final de década em Portugal, «tabus puritanos inerentes à nossa mentalidade patriarcal-machista, como a legalização do aborto, a libertação feminina e o reconhecimento das minorias sexuais [homossexualidade]» (*Expresso*, 1978, 319). A título de exemplo da discriminação, cita o caso de um par, ele engenheiro e ela médica, ambos homossexuais, que casaram por «conveniência», por «exigências sociais», porque a «moral estabelecida» nos seus meios exigia que fossem «respeitáveis», que tivessem famílias, que fossem «normais»:

Como eu e a minha mulher éramos muito amigos, resolvemos, por comodismo, fabricar o nosso casamento. A vantagem que ele nos deu compensou-nos. Por outro lado, e como não temos complexos, desfrutamos de uma vida agradável, com plena liberdade, eu tenho os meus amigos, a minha mulher tem as amigas dela, não há qualquer inibição.

¹²⁸ «Tenho o curso industrial para isto, para andar a pedir dinheiro, a roubar as moedas que as pessoas deixam nas mesas dos cafés para pagarem a despesa enquanto o empregado não vem, a ver se engato. Mas tudo é cada vez mais difícil, os rapazes mais novos, mais giros, são os que apanham bons clientes [...]» (*Expresso*, 1978, 312).

Divertimo-nos bastante a representar o papel de casal convencional feliz junto das nossas famílias e dos nossos círculos sociais (*Expresso*, 1978, 319).

Em muitas das 25 peças em que o tema da *homo, bi e transexualidade* surge, a sua abordagem não é central (apenas referida de passagem). Veja-se o exemplo do artigo intitulado “Itália: divórcio em clima de cruzada”, publicado no *Expresso* (1974, 71). A peça faz um apanhado da situação neste país europeu em que se preparava um referendo para conhecer a opinião dos italianos face à necessidade de rever a Concordata assinada entre o governo italiano e a Santa Sé que determinava – à semelhança de Portugal – a indissolubilidade civil do casamento celebrado pela Igreja. Em vésperas de auscultação do povo, a sociedade italiana assistia a um combate de ideias na propaganda pró e contra divórcio. Entre as posições mais conservadoras o divórcio é indicado como «porta-aberta» para a «libertinagem sexual», «para as mulheres traírem com o maior dos à vontades os maridos», para a «corrupção» e o «homossexualismo» (*Expresso*, 1974, 71).

Fernando Ribeiro de Mello também se refere à homossexualidade no seu artigo de opinião (intitulado “Deve censurar-se e reprimir-se a repressão”), publicado no *Expresso* (1974, 93). Para o editor da Afrodite, continuaríamos a viver numa sociedade contrarrevolucionária enquanto a moralidade portuguesa ilegalizasse e clandestinizasse a homossexualidade masculina e feminina (*Expresso*, 1974, 93). Indignado com esta posição, Joaquim Teixeira Brás questiona num artigo de opinião, integrado no “inquérito” à pornografia promovido pelo *Expresso*: «O senhor [Fernando Ribeiro de Mello] acha bem mostrar nos Espectáculos toda a casta de poucas vergonhas que se praticam por esse Mundo fora (por exemplo: o deboche e todas as porcarias, incluindo até as pessoas invertidas)?» (*Expresso*, 1974, 98). Para Ribeiro de Mello a homossexualidade era um direito de cidadania a reivindicar, para Teixeira de Brás uma das faces da degradação moral dos tempos.

O tema da homossexualidade é também afluído por Sousa Aguiar na *Modas & Bordados* (1976, 3348), num artigo sobre Inglaterra que tem por título “Revivalismo é moda”:

Apesar do aspecto aparentemente permissivo da sociedade inglesa, esta continua a ser tremendamente puritana e fechada. Muito se tem falado e escrito acerca das liberdades dos ingleses, da sua tolerância, das leis votadas no Parlamento sobre a homossexualidade. No entanto, a um observador mais atento não passarão despercebidas as manifestações de intolerância e puritanismo expressas a todos os níveis. O caso mais recente e mais célebre terá porventura sido o que se passou com o líder do minoritário Partido Liberal, Jeremy Thorpe, que recentemente foi acusado por um homossexual de ter mantido consigo relações bastante “íntimas”. [...] Jeremy

Thorpe viu-se assim, de um momento para o outro, no centro de um “escândalo” nacional, tendo de pedir a sua demissão [...] (M&B, 1976, 3348).

O tema da homossexualidade é raramente abordado pelos leitores/as. Vejamos um dos poucos exemplos que constam das cartas chegadas às redações. Foi publicado em 1976, na secção *A Palavra às Leitoras*, da *Modas & Bordados* (1976, 3367):

Sou jovem e tenho muitos amigos jovens e talvez por isso contacto com muitos casos e apercebo-me de que há muitos mais problemas do que muita gente possa pensar, e não é só a droga o grande problema de hoje em dia, há também outro com proporções tão grandes como a droga e que muita gente não se apercebe, a homossexualidade. E por que há tanta homossexualidade hoje em dia? Sim porque há muito mais do que certas pessoas possam pensar. Será que é a fazer rugas a cafés que resolvem o problema? Creio bem que não. Se em vez de vexar esses jovens e de os marginalizar, se os ajudassem e se os compreendessem, se fosse possível o acesso a clínicas de recuperação, creio que seria muito melhor e mais fácil, porque no fundo somos todos feitos de carne, todos temos um esqueleto, todos temos as mesmas sensações, todos temos frio, calor, e todos temos sentimentos (M&B, 1976, 3367).

REIVINDICAÇÕES E AGENDAMENTO MEDIÁTICO EM TORNO DA IGUALDADE DE GÉNERO

A politização da intimidade entra na ordem do dia nos anos 1960, tendo sido necessário debater publicamente «as questões dissimuladas pelo não-dito do funcionamento da família patriarcal», reclamar a autonomia e a igualdade das mulheres nas relações com os homens (Bozon, 2005: 67). No centro das reivindicações femininas, tanto nos países desenvolvidos do norte como do sul, estavam as lutas pelo direito a dispor do corpo e capacidades reprodutivas. A análise crítica da sexualidade levada a cabo pelas feministas encorajou o desenvolvimento de discussões sobre violação, abuso infantil e assédio sexual (Beasley, 2005: 122).

O movimento de liberalização das mulheres (*Women's Lib*) – surgido nos EUA ainda na década de 1960 – reflete sobre a opressão feminina em esferas como a da sexualidade, da reprodução e da família, opõe-se à objetificação e à violência contra as mulheres, reclama liberdade de escolha e autonomia feminina e cria condições para o desenvolvimento dos estudos das mulheres (*Women's studies*) (Guache *et al.*, 2003b: 18).

A par da «liberalização *gay*», a liberalização das mulheres desenvolveu uma crítica da heterossexualidade, em particular do modelo masculino da sexualidade que assentava sobre a ideia de que o sexo é sinónimo de penetração, sendo tudo o resto apenas preliminares – ambos os movimentos (de homossexuais e feministas) desafiaram de forma revolucionária a

homofobia e a misoginia (Garton, 2009). A liberalização sexual é definida por Beasley (2005: 121) como «uma luta contra o desejo romantizado, marital, genital e singularmente masculino penetrativo», ou seja, como oposição a uma «perspectiva normal da sexualidade».

[O pensamento feminista] parte, com efeito, da constatação segundo a qual a estrutura das relações entre homens e mulheres é uma estrutura de poder, que assegura a dominação daqueles sobre estas. Partindo deste ponto comum, o pensamento feminista diversifica-se infinitamente quando se trata de saber como e com que objectivo essa estrutura deve ser abolida, e o que é feito da diferença sexual quando ela escapa à sua determinação sócio-histórica (Collin, 1991: 343).

São variados os movimentos feministas, bem como os problemas sobre que se debruçam: sobrecarga feminina com os cuidados da casa e dos filhos, desigualdade nas condições de trabalho, injustiça nas leis do casamento, entre outros (Ergas, 1991). As “políticas do corpo” (especialmente aborto e violência sexual) foram os temas mais recorrentes na agenda feminista, no ocidente. «Ser expropriada do seu corpo era muito simplesmente ser expropriada do seu eu. Retomar a posse do eu implicaria retomar a posse do corpo. Neste contexto, a sexualidade apareceu como um terreno crucial para a auto-reapropriação» (Ergas, 1991: 600-601).

Tavares (2000: 25) defende que o fim da ditadura portuguesa abre «lugar a um processo revolucionário, onde as mulheres soltam a palavra, num espaço de liberdade até aí nunca vivido». A participação feminina em reuniões, manifestações e assembleias no contexto revolucionário de 1970, tem um «especial significado histórico», representa uma valorização e afirmação dos «direitos de uma cidadania feminina» (Tavares, 2000: 113). Apesar da conquista do direito à “palavra” e à “participação”, que se refletiu inequivocamente nas alterações legislativas, «o feminismo português não teve espaço para se transformar num movimento de amplas massas de mulheres» (Tavares, 2000: 122) e os movimentos sociais deste período não foram portadores de reivindicações especificamente femininas.

Tavares (2000: 123) diagnostica em Portugal, pelo tipo de intervenção e discurso, três correntes do feminismo – *radical*, *socialista/marxista* e *liberal* – sendo que a última nem sempre se assume como tal, «demonstrando insuficiência teórica e conseqüente falta de debate». Para o feminismo *radical*, a reprodução era o principal fator da opressão das mulheres. Esta visão caracteriza-se também, segundo Tavares (2000: 118), pela crítica ao marxismo que se entendia reduzir a opressão dos sexos à luta de classes. A preocupação pela sexualidade feminina (não a subordinando às exigências masculinas), assim como pelas

questões da contraceção, legalização do aborto, e violência sobre as mulheres, constituíam também suportes desta corrente (Tavares, 2000).

A perspetiva feminista *socialista/marxista* entendia que a ‘servidão secular’ das mulheres era originada pela perda de papel social, estabelecendo a luta pelo direito ao trabalho como um fator emancipatório, e denunciando o capitalismo como sistema discriminatório e opressor – esta visão defendia o socialismo, que conduziria «à alteração da base material e da superestrutura em termos ideológicos e culturais» (Tavares, 2000: 118).

Quanto à terceira corrente – *liberal* – surge em Portugal a partir de finais dos anos 80 e defende «estratégias de constituição de ‘lobbies’ ou grupos de pressão junto do poder político, gerando-se a ideia de que o acesso das mulheres ao poder político e económico é, por si só, factor transformador da sociedade» (Tavares, 2000: 119-120).

À época, o discurso das feministas em Portugal é também muito atacado – «[...] são chamadas de “mal fodidas”, “excitadas, raivosas, ululantes”, “guerreiras de um exército em movimento”, “sórdidas”, “monstros”, “vaginas revolucionárias”, “taradas sexuais”» (Neves, 1987: 99). Natália Correia a elas se refere pejorativamente no diário que escreve logo depois do 25 de Abril:

E agora vos desmascaro, ó grotescas feministas que berrais serem as mulheres oprimidas devido a serem do pobre sexo feminino, ai dele, colonizado pelo feroz Rei Macho. Invertei essa vossa ridícula lamúria e achareis que a mulher *é só sexo feminino* enquanto oprimida pelos homens que oprimem enquanto *só sexo masculino*. [...] Nisto deveis ponderar, carpideiras do vitimismo feminino. Como sois detestáveis a espernear nessa posição de montadas. [...] Por isso vos digo, ó cadelas do feminismo com serpentes na trunfa: em vez de esmurrar o falo que vos reduz as rodilhas de gozo, além de que é ordinário dizer mal do que nos é imprescindível, descobri-o no vosso espírito a penetrar a vulva da vossa alma (Correia, 1978: 111-112).

Entre 1968 e 1978, nos *media* portugueses analisados, o assunto do *género, emancipação e feminismo* (falado em 265 peças, 18% da amostra) surge em quarto lugar (em termos percentuais) no ranking dos temas abordados. Esta categoria temática agrega subtemas diferenciados:

- *Papéis conjugais de género*¹²⁹, assunto falado em 186 artigos (12% da amostra);
- *Papéis sociais de género*¹³⁰, tema tratado em 177 artigos (12% da amostra);

¹²⁹ No primeiro momento analisado (até à Revolução dos Cravos) representa 10% da amostra. No segundo, consta de 12% das peças, e no terceiro (de 1975 em diante) de 14%.

- *Emancipação feminina/igualdade de direitos*¹³¹, contabilizado em 106 artigos (7% da amostra);
- *Feminismo*¹³², referido em 57 artigos (4% da amostra);
- *Machismo*¹³³, integrado em 52 artigos (4% da amostra);
- *Masculinidade*¹³⁴, referenciada em 16 peças/artigos (1% da amostra).

Analisada a categoria temática do *género, emancipação e feminismo* entre 1968 e 1978, verificamos que antes da Revolução dos Cravos o seu peso na amostra era de 16%, aumentando para 18% entre 25 de abril e finais de dezembro de 1974, e para 19% no período seguinte (de 1975 em diante) – sublinhe-se que antes da queda do Regime havia já sensibilidade para a discussão do tema nos *media* analisados. Em 1968, Urbano Tavares Rodrigues escreve na apresentação do livro *A Condição da Mulher Portuguesa* (coleção *Polémica*), que a luta pelos direitos da mulher se travava já em todo o mundo, reivindicando-se a sua emancipação profissional, afetiva e erótica.¹³⁵

Em termos gerais, os dados da nossa amostra evidenciam três aspetos de relevo em relação a esta ampla temática. Por um lado, os *feminismos* chegam à agenda mediática portuguesa, mas com muito menor expressão do que outras discussões/versões (marcadamente menos ideológicas) em torno das questões da igualdade de género. Por outro, a cobertura dos *papéis sociais e conjugais* é relevante, mas não necessariamente pró-defensiva da igualdade de género: em muitas destas peças continuam a defender-se perspetivas tradicionais, conservadoras, promotoras da desigualdade. Por último, sublinhe-se que o tema da masculinidade é marcado por acentuado declínio ao longo da década.

Nas quarto publicações, reflete-se sobre os papéis do homem e da mulher na sociedade e na conjugalidade, reflete-se em torno de novas políticas de igualdade perante a lei, que permitam à mulher emancipar-se na educação, trabalho, política, família, maternidade e sexualidade.

Quando analisamos a subcategoria *papéis conjugais de género* verificamos que o seu agendamento é sempre crescente entre 1968 e 1976, de 11% para 16%, respetivamente,

¹³⁰ No primeiro momento representa 11% da amostra. No segundo momento constou de apenas 9% das peças, e no terceiro de 13%.

¹³¹ No primeiro momento representa 6% da amostra, no segundo 9%, e no terceiro 7%.

¹³² No primeiro momento analisado representa 3% da amostra, no segundo e no terceiro igualmente 4%.

¹³³ No primeiro momento representa 2% da amostra, no segundo e terceiro constou de 4%.

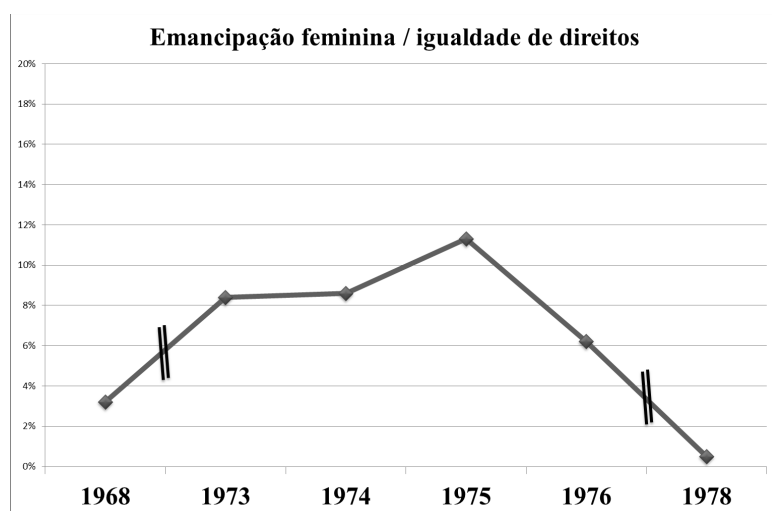
¹³⁴ No primeiro momento representa 3% da amostra, no segundo período constou de 0,4% e no terceiro de 0,2%.

¹³⁵ «A luta pelos direitos da mulher trava-se em todo o mundo [...] para uma maior harmonia e dignificação da existência, a descolonização total da antiga escrava, mascarada de rainha, em vias de franca ascensão e emancipação [...] quer no plano profissional, quer no da vida afectiva e erótica» (Rodrigues, 1968: 8).

sofrendo uma queda abrupta (para 5%) em 1978, justificada pela extinção d' *O Século* (e consequentemente, da M&B). Ainda assim note-se que o aumento mais significativo é de 11% para 16%, entre 1974 para 1975.

Os *papéis sociais de género* são mais agendados em termos percentuais e de frequência no ano de 1975: 17% da amostra desse ano (52 ocorrências). O mesmo se passa com o *feminismo* – 7% da amostra desse ano, concretamente 20 artigos –, e com a temática da *emancipação feminina / igualdade de direitos*, que teve em 1975 o seu número maior de ocorrências (35) e a sua percentagem mais elevada (11%) no quadro anual da amostra (gráfico 5). O assunto do *machismo* regista igualmente em 1975 a sua percentagem mais significativa (5%). Não há portanto dúvidas de que o ano pós-revolução é “quente” ao nível da cobertura do género e feminismos.

Gráfico 5: Evolução do agendamento da subcategoria *emancipação feminina / igualdade de direitos*, entre 1968 e 1978



O *Expresso* e a M&B têm exatamente a mesma percentagem (34%) de cobertura do tema *género, emancipação e feminismo*, nos seus totais. O assunto é relevante no quadro geral dos temas da intimidade afetivo-sexual de ambas as publicações, embora surja em 165 peças na M&B e em 56 no *Expresso*. No semanário generalista, o agendamento é feito graças à colaboração regular ou pontual de defensoras dos direitos das mulheres, algumas delas assumidamente feministas, tanto na condução de artigos noticiosos, como de opinião ou recensões críticas (Ana Hatherly, Diana Andringa, Fina d'Armada, Fernanda Leitão, Helena Vaz da Silva, Judite Cortesão, Lia Viegas, Maria Antónia Palla, Maria Belo, Maria Isabel

Barreno, Maria Teresa Horta, Maria João Seixas) – o tema é agendado em 34 artigos noticiosos, em 13 de opinião, e em 10 recensões críticas. O *Expresso* mostra maior disposição de agendamento do *feminismo* em 1974 (6 artigos), embora o seu peso percentual (17%) seja inferior ao de 1975, em que se faz cobertura do tema em 4 peças (21% da amostra nesse ano).

No ano da Revolução dos Cravos, Maria Isabel Barreno entrevista Delphine Seyrig, do *Mouvement de Libération de la Femme*, e uma das centenas de francesas que assinaram a declaração sobre o aborto no “Nouvel Observateur” em 1971. No artigo – “O Movimento de Libertação da Mulher” (*Expresso*, 1974, 55) – Barreno afirma que a imagem dos movimentos feministas em Portugal é «negativa, frequentemente ridícula»: «ainda há a ideia de que uma “feminista” é uma mulher necessariamente feia, frustrada» (*Expresso*, 1974, 55).

Em matéria de agendamento da emancipação feminina e da igualdade de género, saliente-se a publicação no *Expresso* de um artigo alargado sobre Direito de Família, por ocasião da celebração do dia da Mulher (8 de março), em 1975 (ano internacional da Mulher). Nesta edição (*Expresso*, 1975, 114) critica-se o imperativo da virgindade da mulher ao tempo do casamento, o poder marital que permite ao homem rescindir o contrato de trabalho da esposa, o poder de o cônjuge administrar os bens do casal, e a supremacia (perante a lei) do poder paternal face ao maternal – determinações legais só alteradas em 1976, pela revisão do Código de Civil.

Na *Modas & Bordados*, Maria Antónia Fiadeiro, Maria Ondina Braga, Hortense de Almeida, Maria Teresa Horta e Antónia de Sousa têm forte influência no agendamento ou abordagem da igualdade de género (tanto em artigos noticiosos, de opinião ou crítica), mas também as leitoras contribuem de forma expressiva para o seu debate – as categorias com maior ocorrência do tema são a *notícia* (63 artigos) e as *cartas de leitor* (55 ocorrências).

No *Diário de Lisboa*, o tema do *género, emancipação e feminismo* surge em 8 artigos (9% dos seus totais). Na *Crónica Feminina* o tema é agendado em apenas 36 peças (5% dos artigos sobre intimidade registados na revista) e sobretudo por via noticiosa. A posição editorial desta publicação não é vanguardista em matérias de luta pela igualdade entre homens e mulheres. Com frequência se encontram peças que remetem para um modelo discriminatório. Vejamos um exemplo, o artigo intitulado “A inteligência terá que ver com o tamanho do peito?” (CF, 1978, 1108):

Segundo a teoria publicada na revista médica britânica *General Practitioner*, o tamanho dos seios da mulher é inversamente proporcional ao seu coeficiente de inteligência [...] Quanto a nós [homens], estamos radiantes, já que carecendo por completo de seios,

devemos ser então os mais inteligentes. Afinal o super-homem é um facto... (CF, 1978, 1108)

Quando analisamos cada subcategoria (*papéis conjugais e sociais de género, feminismo, emancipação feminina/igualdade de género, machismo e masculinidade*), verificamos ser o *Expresso* que detém os valores mais elevados (em termos percentuais) tendo em conta os totais de cada publicação. A exceção aplica-se à subcategoria *papéis conjugais de género*, mais agendada em termos percentuais pela M&B. O subtema *feminismo* tem abordagem em 26 artigos no *Expresso* (16% na amostra deste semanário), enquanto na *Modas & Bordados* embora surja exatamente no mesmo número de peças, representa apenas 5% dos totais de peças sobre intimidade da publicação. O mesmo se aplica ao subtema *machismo*, que o *Expresso* agenda em 22 artigos (13% dos seus totais), enquanto a *Modas & Bordados* agenda em 27 peças, representativas de 6% da sua amostra.

Vejamos o tema de capa da *Moda & Bordados* (1975, 3320) – “Machismo” (imagem 7) –, texto adaptado de uma peça de Herman San Martin, originalmente publicada no *Le Courier* (UNESCO). Como antetítulo para esta peça, a M&B escolhe “Lendas, Mitos e Mentira”. No começo do texto lê-se que «a mulher é uma pessoa, tal como o homem», «verdade» que «não é fácil» fazer aceitar a «numerosas sociedades contemporâneas onde subsiste o mito da inferioridade feminina e da superioridade masculina» (M&B, 1975, 3320).

[...] há mitos que circulam sob a forma de mensagens sociais imperativas: mito da feminilidade, mito do casamento inevitável, mito da solteirona, mito da virgindade, etc. Em oposição a estes, encontramos o “mito do machismo”, da divinização do macho, ou seja, na prática, o mito da “necessária dependência” da mulher, o mito da “autoridade natural” do homem sobre a mulher. O que vem a dar no reconhecimento da superioridade masculina (M&B, 1975, 3320).

Na peça refere-se que esta “mitologia” da superioridade masculina, “opressiva” e “discriminatória”, varia de país para país, consoante a cultura, a religião, as etnias e as estruturas económicas e sociais (M&B, 1975, 3320). E que os papéis de género, moldados pela família e as instituições, tendem a ser assumidos desde a infância, muito embora possam ser recusados na idade adulta, quando «a mulher, oprimida, começa a reivindicar a sua emancipação» (M&B, 1975, 3320).

Imagem 7: Destaque para tema do *machismo* na capa da *Modas & Bordados* (1975, 3320)



Tendo em conta os dados da nossa análise de conteúdo quantitativa dos *media* (1968-1978), a cobertura dos crimes sexuais regista 23 ocorrências (1,5% da amostra) e o assédio sexual é duas vezes tematizado¹³⁶, ambas na *Crónica Feminina*. O artigo “Aumenta em todo o mundo a percentagem de mulheres violadas” (CF, 1978, 1104) e a peça “A luta contra as violações” (CF, 1978, 1130) abordam o assunto da violência sexual. Na M&B publica-se o artigo “Bruxelas julgou crimes contra as mulheres” (M&B, 1976, 3333) que faz a cobertura de um encontro não-jurídico, designado por *Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres*, que reuniu entre 4 a 8 de março de 1976, em Bruxelas, cerca de 700 participantes de vários países, nomeadamente de Portugal (representado pelo MLM que faz uma comunicação sobre a mulher e a lei, e por Maria Antónia Palla que apresenta outra sobre o aborto). O encontro denuncia crimes que flagelavam a vida das mulheres, nomeadamente a prostituição e a violação. Ainda na *Modas & Bordados* (1976, 3334), no artigo “A violação é um crime de classe”, acusa-se a própria justiça de injuriar e discriminar moralmente a mulher violada:

Depois da violação, esta continua: é-se violado moralmente em nome da justiça. O interrogatório, o facto de repetir os pormenores desagradáveis, é terrível. Ainda por cima exigem provas à mulher violada de que o foi efectivamente. Uma vez formadas essas provas, as mesmas são usadas contra si. A reacção da Polícia acaba por ser pior do que o acto de violação praticado. Uma advogada francesa presente disse a este propósito: a justiça não compreende que uma mulher violada tenha vivido uma situação traumatizante e por isso acusa todos os tribunais de violação moral (M&B, 1976, 3334).

¹³⁶ Na secção *Correio Sentimental* (CF, 1968, 611) e no artigo “Uma leitora conta a sua história a propósito do nosso artigo ‘Pobres secretárias’” (CF, 1973, 878).

No DL há duas notícias sobre a problemática: “Violentada menina de cinco anos” (1976, 19011) e ainda a “História de uma adolescente ‘violada’ no Areeiro” (1976, 19115). Lisete, solteira, de 16 anos, como descreve o DL (1976, 19115), é a autora da «história rocambolesca» contada à PSP. A rapariga, suspeita de prostituição, denuncia numa esquadra a violação de que foi vítima por mais de uma dezena de indivíduos, na zona do Areeiro. Pelas suspeitas de trabalho sexual o diário classifica a «história» de Lisete de «curiosa», deixando nas entrelinhas que não é credível uma prostituta ser alvo de violação.

Na crónica *A Mulher e a Lei*, de Laura Lopes (M&B), esclarece-se a diferença entre estupro e violação: «chama-se estupro ao desfloramento de mulher virgem» e «violação quando a cópula é ilícita e exercida com violência ou quando a mulher esteja privada do uso da razão ou dos sentidos». Efetivamente, verificamos na nossa amostra a existência de preocupações em definir violação como crime, mas também a persistência de ideias difusas (ou equívocas) do que seja este gesto de abuso e violência sexual (nomeadamente em notícias e comentários de leitoras). Na secção *Correio do Coração* (M&B, 1974, 3238), Camila apresenta a carta de uma jovem de 15 anos.

[...] conheci na “explicação” um rapaz de quem me tornei amiga. Um dia, ele pediu-me para falar comigo à saída das aulas e eu convidei-o a vir a casa da minha tia que se encontrava ausente. Ao passarmos pela mata – uma mata que sempre me meteu medo – ele puxou-me, tapou-me a boca e violentou-me. Fiquei desesperada, mas ele também. Chorámos ambos durante muito tempo, depois dele me confessar o seu amor. Passados tempos senti-me mal e fui ao gabinete médico. O meu colega apareceu também e pediu ao clínico que me salvasse porque o culpado de eu estar doente era ele. Então o médico disse-nos que eu esperava um bebé (M&B, 1974, 3238).

Camila compara a história da jovem à do Capuchinho Vermelho, e atribui as culpas do sucedido à falta de uma mãe atenta a cuidar da jovem. Em relação à “violentação” descrita, comenta que o jovem de 16 anos fez à rapariga «uma grande maldade por amor, por ignorância, por falta de educação e preparação para a vida» (M&B, 1974, 3238).

Dois anos depois, em 1976, Susana Ruth Vasques assina na *Modas & Bordados* (1976, 3335) um artigo intitulado “ ‘Violentados’ diariamente”, onde se lê:

A sociedade cauciona a violação, tornando-se sua cúmplice, porque permite uma situação permanente de insegurança para todas as mulheres. [...] Um número inacreditável de miúdas são vítimas de agressões sexuais no próprio seio familiar (um tio, um primo, um padasto). De resto, toda a mulher, desde a infância, vítima potencial da violação, é culpabilizada e acusada de provocação. [...] A violação é o único crime

em que a mulher é tratada como acusada, pois é um crime que a sociedade prefere negar a punir (M&B, 1976, 3335).

Na peça, relatam-se queixas de várias jovens relativamente à dificuldade de circularem sozinhas no espaço público sem serem assediadas:

Fui seguida a pé, de automóvel, fui abordada, falaram-me; no cinema os homens desacompanhados olhavam para mim, no intervalo, como se eu fosse um ser de outro planeta e, à saída, fui seguida até entrar num café. [...] Outra vez, fui seguida por um carro. Desatei a correr em direcção à esquadra que fica perto de minha casa. Pensei que podia encontrar protecção, caso fosse necessário. Qual quê? Quando me aproximei da esquadra, os polícias começaram a gozar comigo, dizendo gracinhas do género: ‘Deixa lá, eram só uns quinze minutos, ainda te divertias!’. [...] Eu cá não importo os homens, porque não de eles importunar-me a mim?’ (M&B, 1976, 3335).

O SEXO E A RAPARIGA (MÃE) SOLTEIRA

Na análise de conteúdo quantitativa dos *media*, o tema *solteiros* aparece em 24 peças (2% da amostra) e agrupa as subcategorias *mulher solteira* (22 ocorrências, 1,5% da amostra) e *homem solteiro* (4 ocorrências, 0,3% da amostra) – confirma-se nos discursos mediáticos, o maior peso social desta realidade no feminino. Em termos evolutivos, não existem oscilações assinaláveis nos três períodos. O tema é agendado em 2% das peças em cada um dos 3 momentos: até 24 de abril de 1974, de 25 de abril até 31 de dezembro de 1974, e de 1975 em diante. As tematizações do *homem solteiro* surgem apenas antes da queda da ditadura. Estes discursos abordam a relutância de certos homens em casar, e deixam conselhos às mulheres para lidar com os “solteirões”, sem ceder às pressões da sexualidade pré conjugal, ou seja, propostas que nos remetem para uma visão social da sexualidade conservadora, tradicional, de duplo padrão em termos de género.

Há ainda um ponto delicado em que devemos tocar, a famigerada pergunta que, cedo ou tarde, o homem que a ama lhe pode fazer, a célebre questão “de confianças”: - Se gostas de mim, se confias em mim, porque não queres ser minha? Será necessário que uma mulher se entregue [sexualmente] a um homem para lhe provar o seu amor? É esse o caminho do casamento e da felicidade? A nossa resposta é “não”, mas um não categórico e positivo (M&B, 1968, 2917).

Neste e em outras peças publicadas em finais dos anos 1960, é ainda muito visível a noção da passividade e subjugação feminina no contexto afetivo-sexual – usam-se termos como “entregar-se a um homem” ou “ser” de alguém, subentendendo que é próprio da mulher colocar-se à disposição do outro.

O tema da *mulher solteira* é mais relevante na agenda de 1968, ano com mais registos (5) e valor percentual mais elevado (3%), embora tenha havido mais ocorrências (7) em 1975 (2% da amostra anual). Nos restantes anos os valores desta tematização são residuais.

No *Expresso* não há qualquer registo do tema. No *Diário de Lisboa* publica-se apenas um artigo, na *Crónica Feminina* surgem 4 peças e na *Modas & Bordados* foram encontradas 19. Vejamos alguns exemplos deste suplemento d'*O Século*. Referem-se maioritariamente à situação da mulher (mãe) solteira, numa perspectiva de oposição ao preconceito social que as atinge, mesmo no Portugal pós-revolucionário. A 11 de dezembro de 1974, a *Modas & Bordados* chama para a capa o artigo “Mães solteiras”. Susana Ruth Vasques escreve na entrada da peça que «Portugal é um dos países do mundo que regista mais elevada taxa de ilegitimidade. Para fazermos ideia do seu vulto, basta assinalar que, só em 1971, em 189 042 crianças nasceram 13 726 que foram registadas como ilegítimas» (M&B, 1974, 3278). Embora se reconheça a persistência do preconceito contra a mãe solteira, avança-se que alguma aceitação social estava já em curso:

Também entre nós está a diminuir o peso da censura social no que respeita à mãe solteira. No domínio da legislação do trabalho algo foi feito para proteger a mulher mãe, inclusive a solteira, que não pode ser despedida pelo facto de estar grávida. Mas pouco ou nada se fez quanto à legislação da família. As crianças continuam a poder ser registadas como filhas de pais incógnitos e os filhos naturais [ilegais] não têm os mesmos direitos dos filhos legítimos. Isto é uma injustiça para com a criança, a rever o mais rapidamente possível. Pois não seremos todos nós filhos naturais? Não nasceremos todos conforme a natureza? (M&B, 1974, 3278).

A peça de Susana Ruth Vasques apresenta uma mãe solteira feliz e autónoma, que decidiu prosseguir com a gravidez, apesar de não querer casar-se com o pai da criança – Maria Rosalina, 25 anos, é autodeterminada e confiante, a sua situação de mãe solteira não é uma fatalidade, mas uma escolha, recusando para si o estigma da mulher abandonada com a criança nos braços:

Quis ter esta criança, embora não desejasse casar na altura em que nasceu. Confesso que tenho sorte, porque muitas mães solteiras se vêm a braços com problemas que não me afectam muito. Os meus pais têm uma herdade e ajudam-me com géneros alimentícios. Além disso, nos fins-de-semana e nas férias vamos para junto deles. Aceitaram a minha decisão, embora sofram por não terem um genro, mas entendem que sou uma pessoa adulta com a obrigação de saber dirigir a minha vida. Educaram-me nesse sentido e acho que me educaram bem (M&B, 1974, 3278).

No artigo “Quem atira a primeira pedra?” (M&B, 1974, 3261) defende-se que a mulher que se torna mãe solteira não amou menos no ato sexual do que a mulher casada e com filhos legítimos. Associa-se aliás a escolha da mãe solteira a um gesto de rebeldia, de indisciplina da juventude, que se opõe às normas sociais (em concreto ao casamento e à família convencional).

O que especialmente aqui queremos pôr em causa é, porém, a atitude perante os preconceitos instituídos, quer de ordem religiosa quer civil [...]. [...] Há que atender à revolta natural dos jovens que, para se afirmarem, experimentam a necessidade de se libertarem daquilo que se lhes afigura como convenções draconianas, impostas arbitrariamente por gerações passadas e... ultrapassadas. [...] Aos olhos da criança [nascida fora do casamento] as dificuldades vencidas por sua mãe [...] constituem um argumento mais eficaz a favor desta indisciplina da juventude contra *o que é feio*, contra o que *não é permitido*, que os grandes sermões moralísticos [...] (M&B, 1974, 3261).

Neste artigo liberalizante da posição moral da mãe solteira, defende-se que o que interessa é «a sinceridade» dos afetos, devendo a mulher passar a ideia à criança de que ela é fruto também de «um grande amor», embora não faça parte de um «lar comum» (M&B, 1974, 3261). Na peça aconselha-se a mulher solteira a nunca responder com o «argumento do abandono», à pergunta do filho: *Onde está o meu pai?*¹³⁷

A peça intitulada “É urgente a protecção social” (M&B, 1976, 3357), assinada por António Viana, apela a medidas que ponham fim à marginalização das mães solteiras, pela educação, informação e planeamento familiar. Cita-se no artigo um relatório da ONU que salienta que «em certo número de países as especiais dificuldades da mãe solteira são deliberadamente ignoradas para que não seja posta em causa a instituição da família que é considerada como um grupo unitário da sociedade» (M&B, 1976, 3357).

Igualmente assinado por António Viana, surge publicado na mesma M&B (1976, 3357) outro artigo intitulado “Mães solteiras”, em que se apresentam as conclusões do estudo de um grupo de trabalho criado por despacho do Secretário de Estado da Segurança Social do Sexto Governo Provisório, com vista a definir formas especiais de intervenção para eliminar a marginalização das mulheres mães solteiras em Portugal.

¹³⁷ «Todavia, se o pai realmente fugiu às suas responsabilidades, ou não teve a coragem precisa para enfrentar razões de carácter social, ou, ainda, se não acreditou que pudesse formar um lar feliz, fundamentado em bases sentimentais demasiado frágeis, é preciso que a mulher – levada por um ódio e amargura que em parte se justificam – nunca dê a entender à criança que o pai a abandonou [...]» (M&B, 1974, 3261).

Na *Crónica Feminina* o assunto da maternidade fora do casamento também é alvo de cobertura jornalística. A peça “O problema das mães solteiras... e dos filhos” (CF, 1974, 933), refere a problemática da criada de servir, e o “drama” destas “seduzidas”, frequentemente despedidas por estarem grávidas.

OUTROS TIPOS DE RELAÇÕES PARA ALÉM DO CASAMENTO

O tema *tipos de relação* surge em 67 peças (5%) da nossa amostra sobre intimidade na imprensa. Esta categoria agrupa a variável *formas de relação e compromisso não matrimoniais*¹³⁸ (que ocorre em 65 artigos, 4% da amostra) com a variável “*relação aberta*”¹³⁹ (registada em 5 peças, que correspondem a 0,3% da amostra).

Até à Revolução dos Cravos o assunto *tipos de relação* surge em 4% da amostra, no segundo período aumenta o seu agendamento para 5%, e de 1975 em diante a percentagem não se altera. Analisando ano a ano, verificamos que as *formas de relação e compromisso não matrimoniais* são agendadas num movimento crescente entre 1968 e 1975, ano que apresenta maiores valores frequenciais e percentuais (23 ocorrências, 7% da amostra desse ano), declinando nos anos seguintes (1976 com 4% e 1978 com 2%).

No DL não existe qualquer menção ao tema *tipos de relação*. Na M&B, apenas 11% dos seus artigos se lhe referem. Segue-se-lhe o *Expresso* com 5% das peças tratando o assunto e a CF com 1% - na peça “Os artistas falam de amor” (*Crónica Feminina*, 1976, 1047), Carvalho Ramos entrevista Salvador, que assume o seu consentimento à coabitação pré-conjugal: «antes dos filhos, uma união sem casamento pode ser muito proveitosa».

Na artigo “Menos agregados familiares e casamentos (nos últimos dez anos) são sintoma de crise”, publicado por Fernando Dacosta no *Expresso* (1978, 319), apresentam-se casos atípicos de relacionamentos: «ligações simultâneas entre várias pessoas e entre pessoas do mesmo sexo» são sinais «de uma liberdade progressiva», que nos aproxima do que acontece «em países mais evoluídos».

“Eu e o meu marido somos pessoas totalmente independentes e com uma liberdade individual completa. Moramos em casas separadas, pois achamos que a convivência permanente acaba por matar o ‘mistério’ das pessoas e por violentar a sua intimidade. Eu por exemplo, necessito de estar só na minha casa, no meio das minhas coisas, do meu mundo pessoal. [...] Por outro lado, não acreditamos na fidelidade, achamos

¹³⁸ No primeiro momento representa 3% da amostra, no segundo e terceiro momentos consta de 5%.

¹³⁹ No primeiro momento representa 0,2% da amostra, no segundo esteve totalmente ausente dos *media* analisados, e de 1975 em diante constou de 0,5% da amostra.

mesmo que só as relações com outras pessoas podem renovar as relações entre o casal. E o que é curioso, é que havendo essa liberdade total deixa de ter interesse a sua transgressão, atingindo-se, por oposição, uma nova fidelidade” (*Expresso*, 1978, 319).

O tema das *relações abertas* agenda-se nos *media* analisados por via das resenhas ao cinema. Sousa Aguiar faz uma resenha crítica na *Modas & Bordados* (1976, 3327) acerca do filme de Claude Chabrol, *Estranha Forma de Amar*, onde a questão se coloca:

Um dia, [...] Paul propõe a sua mulher, Esther, aceitar cada um a liberdade sexual total do outro e, como tal, a possibilidade de viver novas experiências com pessoas que os atraíam. [...] Mas a posição de Paul é falsa porque concede a sua mulher um direito que, ele próprio, desfrutava há já muito tempo (como homem nunca se coibira de entrar em aventuras extramatrimoniais) e também porque continua ainda a exigir que a sua relação com Esther permaneça inalterável, isto é, que se mantenham todos os privilégios que, sobre Esther, adquiriu pelo casamento (M&B, 1976, 3327).

A literatura também inspira o agendamento mediático de relacionamentos afetivos e sexuais menos convencionais. Na M&B o tema das *relações abertas* é falado no contexto dos relatos autobiográficos de Simone de Beauvoir (*A Força da Idade*). Na secção *O livro da semana* (M&B, 1976, 3362) Maria Ondina Braga cita excertos da obra da feminista francesa:

Assim, tendo alcançado o maior dom que o homem pode gozar, a liberdade – uma liberdade consciente e responsável –, fizeram um pacto: dedicar-se um ao outro, sem todavia nenhum deles perder a sua independência. E Simone observa: “Sartre não tinha vocação para a monogamia”. [...] “nunca nos transformaríamos nuns estranhos um para o outro, nunca qualquer de nós faria em vão um apelo ao outro e nada prevaleceria contra esta aliança, mas era necessário que ela não degenerasse em obrigação ou em hábito: devíamos a todo o preço preservá-la desse apodrecimento” (M&B, 1976, 3362).

Numa entrevista exploratória que realizámos em 2011 a uma mulher nascida em Lisboa, em 1946, no seio da “média burguesia” (como ela própria descreve), fala-se das vivências da intimidade entre 1968 e o 25 de Abril de 1974, e da prática das “relações abertas”.

Nós realmente éramos uma minoria, mas essa minoria leu o Marcuse, o Henri Lefévre, o próprio Reich e as suas ideias da revolta sexual da juventude – lembro-me que ele dizia que a pessoa se cansa de comer a mesma sopa todos os dias e portanto tem de variar! Nós, como geração, uma franja da média burguesia, intelectual, nós somos muito marcados por isso. No âmbito das pessoas com quem partilhava o quotidiano dos cafés da Praça de Londres, de manhã à noite – aprendi aliás mais aí do que em qualquer instituição – nós tratávamos da revolução sexual, e praticávamos um bocado com o nosso parceiro de referência na altura [...]. Tínhamos muito essa ideia de ter relações sexuais sinceras – sinceras de mais! –, tínhamos a ilusão da transparência, que era a de que se podia contar tudo, e que de facto lixava completamente a relação. Era uma

irracionalidade. Uma aberração! Contava-se ao namorado o que se tinha andado a fazer numa *amorete* de férias algures – *Fui a Paris, arranjei lá um namorado, fui para a cama com ele e não sei o quê...* Hoje em dia já ninguém conta. Só os adolescentes pequeninos contarão essas coisas, por exibicionismo estúpido. [...] Infelizmente a gente tinha lido o Reich e a Simone de Beauvoir, pessoas que nos fizeram um mal terrível, eu acho, e falo por mim, e como aquilo de certa maneira eram bíblias, havia que aceitar. Portanto, a gente engolia [do companheiro] sapos, pedras, e tudo o que fosse preciso, mas tinha de ser assim, e depois também fazia. Somos todos iguais, ou há moralidade ou comem todos. As pessoas tinham que aceitar isso tudo. Ou era assim ou era-se muito reacionário. Havia o cânone de que a pessoa tinha de ser progressista, tinha de fazer como mandam os livros. Era a nova bíblia. A gente passou de um pensamento cristão para outro pensamento “cristão” – para um pensamento de caris mágico religioso, de alguma forma.¹⁴⁰

Outra categoria temática em torno das formas de relação e compromisso é a *mono e poligamia*, com 10 ocorrências na nossa amostra. A sua expressão é residual e constante, em termos percentuais (1% da amostra ao longo da década analisada). A M&B agenda o tema em 6 peças, o *Expresso* em 3, o DL em 1 e a *Crónica Feminina* não faz quaisquer abordagens.

No período anterior ao 25 de Abril de 1974 registam-se 2 ocorrências, no período de 25 de abril a 31 de dezembro de 1974 publicam-se outras 2, e no último momento (de 1975 em diante) foram codificadas 6 peças em que se aborda a mono/poligamia. O tema é sobretudo agendado nos anos de 1974 e de 1975 (três ocorrências, 1% da amostra, em cada ano).

Ainda em 1968, a *Modas & Bordados* publica um artigo intitulado “É assim o amor no mundo das mil e uma noites” (M&B, 1968, 2936). A peça fala dos “costumes do amor” e da situação da mulher nos países árabes. Poligamia, venda de mulheres, “frigidez” e movimentos femininos em países árabes são abordados no artigo.

Para uma mulher árabe o ciúme não é desconhecido. Ela está convencida de que o homem tem direito a escolher várias mulheres, mas isso não quer dizer que ela não sofra com o caso e que não odeie as concubinas (M&B, 1968, 2936).

A categoria temática *(In)fideliades* foi codificada em 86 artigos (6% da amostra). Este assunto mantém-se constante ao longo da década analisada: o mesmo peso percentual nos três

¹⁴⁰ «As ditas *relações abertas* eram a prefiguração do inferno. Uma pessoa não pode estar com confiança, com intimidade com uma pessoa, quando sabe que de repente há uma amiga ou um amigo à esquina, com quem se vai dar uma queca, sair, jantar, e era “prato completo” [*flirt* com relação sexual concretizada], como a gente dizia». [continuação do depoimento sobre “relações abertas”, recolhido numa entrevista exploratória a uma mulher nascida em Lisboa em 1946].

momentos.¹⁴¹ A *Modas & Bordados* é das 4 publicações a que mais referências faz ao assunto: 64 artigos (13% do total das peças da revista). No *Expresso* publicam-se apenas 9 artigos tematizando as (*in*)fidelidades (6% do seu total) e na *Crónica Feminina* 13 peças (2% da amostra desta publicação). No DL não há referências.

No cômputo geral de abordagem deste tema há perspetivas muito divergentes. Versões mais tradicionalistas, duais em termos de género, tolerando a infidelidade masculina e reprovando a feminina, mas também entendimentos mais liberalizantes em que os relacionamentos extraconjugais são aceites nos termos definidos pela relação. A título de exemplo desta segunda perspetiva, veja-se a recensão de Maria Ondina Braga na secção *Livros em revista*, a propósito da obra *Marido e Mulher, Hoje* (M&B, 1976, 3328), de Odette Thibault: «[...] a infidelidade (desde que não seja instabilidade neurótica) é uma forma de fidelidade ao amor». Vale a pena atentar no texto do anúncio de uma agência matrimonial, publicado na *Crónica Feminina* em 1975. Embora não fazendo parte da amostra – pois não considerámos referências em publicidade – reporta-nos para uma visão modelar conservadora dos papéis de género na conjugalidade, cabendo à mulher a observação da fidelidade e a compreensão face à infidelidade do marido. No anúncio desta agência de casamentos atribui-se a causa da infidelidade conjugal masculina aos ensejos de emancipação feminina:

“Sou infiel à minha mulher, desde que ela insiste na igualdade de direitos...”. Este é um argumento que muitos homens utilizam. O homem não pode suportar o facto de não continuar a ser o único chefe. Então quer provar que ainda há campos onde possui direitos, pois uma coisa é certa: perdoa-se muito mais facilmente uma infidelidade a um homem do que a uma mulher. “Agência de casamento – Técnica secreta” (CF, 1975, 981).

MEDICALIZAÇÃO E PSICOLOGIZAÇÃO DA SEXUALIDADE

Os dados da nossa análise da intimidade afetiva e sexual nos *media*, entre 1968 e 1978, indicam que a esmagadora maioria das peças (98%) da nossa amostra foi redigida/publicada originalmente no contexto português – apenas 2% foi adquirida na imprensa internacional, especialmente na norte-americana e francesa (33 peças). Olhando para os três períodos considerados, verificamos um crescendo do peso destas peças de origem internacional. Até 24 de abril de 1974 representam 1% (5 ocorrências), de 25 de abril até final de 1974 são 2% dos

¹⁴¹ Analisando ano a ano, verificamos um aumento do agendamento do tema até 1975, ano que regista o maior valor percentual (8% da amostra desse ano) – em 1968 representava 4% da amostra desse ano, e 5% em 1973. Mas o agendamento do assunto das *in*fidelidades começa a declinar em 1976 (6%) baixando para 1% da amostra de 1978.

totais publicados (4 peças), e de 1975 em diante a percentagem evolui para 3% (24 artigos). Estes artigos importados para as páginas da imprensa portuguesa agendam o *género, a emancipação e o feminismo* (47%), o *casamento* (40%), a *educação sexual* (28%), as *sexualidades* (28%), o *amor* (25%), a *maternidade* (25%), as *moralidades* (25%) e a *contraceção* (22%).

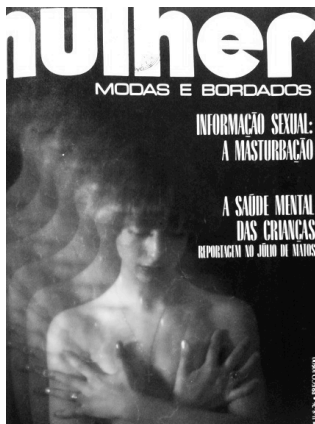
A *Modas & Bordados* é a publicação com maior inclusão de peças publicadas originalmente na imprensa internacional (29), representando 6% do seu total de artigos. Que visões da intimidade afetivo-sexual se propõem nestas *discursividades* que vêm de fora? São mais permissivas? Mais restritivas? Entre os *scripts* culturais subjacentes (*cenários culturais*) encontrámos propostas convencionais e vanguardistas para a época.

O artigo “Quando o marido é mais jovem” (*Modas & Bordados*, 1975, 3292), publicado inicialmente na imprensa francesa, aborda a questão da idade/maturidade para iniciar a sexualidade e/ou contrair casamento, tanto no caso masculino como feminino. «De todas as convenções sociais [religião, nacionalidade, raça, classes sociais] que pesam sobre marido e mulher, poder-se-ia pensar que o problema da idade é um dos menos importantes» (*Modas & Bordados*, 1975, 3292), mas não, não é. A mulher deve ser a mais nova na relação, para que o casamento corra bem, pois o «desenvolvimento sexual, intelectual e afectivo é mais precoce nas raparigas do que nos rapazes» (M&B, 1975, 3292). À pergunta central «Qual a idade ideal para o casamento?» apontam-se os 20 anos para a mulher e os 25 para o homem (M&B, 1975, 3292). No mesmo artigo, e defendendo uma perspetiva progressista, sublinha-se que a sexualidade feminina não termina com a menopausa, como é regularmente entendido:

Não há nada que possa impedir a vida sexual da mulher, feliz, realizada, durante a chamada ‘terceira idade’. Pelo menos psicologicamente. O que é pena é que, psicologicamente, as mulheres do século XX não se tenham ainda desembaraçado, em absoluto, de antigos preconceitos e percam, assim, inutilmente, uma grande parte da sua vida (M&B, 1975, 3292).

Outro artigo acerca da intimidade trazido da imprensa internacional para a portuguesa, tem por título “A masturbação”, e foi tema de capa de uma edição da M&B em 1976 (3354). A imagem escolhida para ilustrar o tema é a de uma mulher despida, da cintura para cima, cobrindo o peito com os braços (imagem 8). A fotografia é impressa em sobreposição, criando-se a ideia de movimento, associável ao autoerotismo.

Imagem 8: Destaque para o tema do autoerotismo feminino na capa da M&B (1976, 3354)



Maria Antónia Fiadeiro, chefe de redação da M&B refere, em entrevista cedida à autora em dezembro de 2013, que teve consciência do quão arrojada havia sido este tema de capa, quando viu a revista pendurada no expositor de uma loja, numa aldeia algarvia. O contraste entre o quotidiano da província portuguesa, e aquela manchete sobre um tema profundamente silenciado (o autoerotismo), trouxe-lhe hesitações e dúvidas. Sentir-se-iam as mulheres daquela e de outras aldeias de Portugal, chocadas com o conceito daquela capa, ou com as visões mais permissivas da intimidade defendidas na revista?

Isabel Freire (IF) – Que imprensa lia e a inspirava na época em que é chefe de redação da M&B?

Maria Antónia Fiadeiro (MAF) – Pouca, não havia tempo. Nós chegávamos à sala (ensolarada, virada para o rio Tejo), tínhamos os lápis afiados e papel branco em cima da secretária, bem como as publicações da casa [*O Século*]. Pertencíamos àquela empresa (não só àquela revista) com toda esta vocação, não só editorial. Passavam por lá jornalistas d’*O Século*, d’*O Jornal*... o [Eduardo] Gageiro fazia fotografias para nós [M&B]. Conhecíamos bem a história d’*O Século*, a grande elite de jornalistas do jornal, uma escola notável. Eu não tenho ideia de nenhum tema que criasse problemas na redação.

IF – Nem aquela capa sobre a masturbação?

MAF - Não, nem essa. Para lhe dizer a verdade, eu é que senti o choque quando fui para a província. Estou em férias e vejo aquele número exposto juntamente com as revistas do *crochet* e do *tricot*. Leio a palavra, vejo a capa! - *Meu Deus do céu, o que é que estou a fazer? Coitadas destas mulheres!*... Isto era uma pequena aldeia no Algarve. Naquele momento achei que aquele tema era muito urbano, que podia chocar consciências.... Mas nunca achei antes [entrevista realizada em Dezembro de 2013]

O artigo em causa (“A masturbação”) vem assinado por Dr. Gilbert Tordjman. No texto usam-se vários termos (*masturbação, onanismo, acto auto-erótico*) para designar a prática, que se define como «uma conduta sexual em que o estímulo permanece imaginário», passível de praticada também por raparigas, embora de forma menos frequente (M&B, 1975, 3292). Na peça enunciam-se diversas possibilidades para a prática autoerótica: com a mão, por

fricção ou balouço (em máquinas de costura, a cavalo, em bicicletas) e com pénis artificiais de distintos materiais (ouro, marfim, cristal, borracha). O autor tenta dar uma visão positiva e saudável da masturbação, dentro de certos limites. Explica que começa no bebé, se desenvolve pela infância, adolescência e idade adulta, embora se entendesse de forma apreensiva a sua persistência numa fase de maturidade, por poder prejudicar a relação amorosa heterossexual – se incorporada no ato sexual entre cônjuges, então aí seria diferente, podendo proporcionar «uma relação verdadeira» (M&B, 1975, 3292). Em pessoas «com tendência para o narcisismo e a homossexualidade» as tentações e os perigos seriam maiores. O autoerotismo criar-lhes-ia provavelmente incapacidade de estabelecer uma relação estável (M&B, 1975, 3292).

“Problemas de sexo” (imagem 9) é o título de outro artigo originalmente publicado na imprensa internacional (EUA), mas que chega à M&B em 1976 (3349).

Imagem 9: Artigo sobre sexualidade, originalmente publicado nos EUA (M&B, 1976, 3349)



Nesta peça apela-se a uma ‘destabuização’ e uma desdemonização de certos sentimentos e comportamentos sexuais, e faz-se uma apologia da informação, do esclarecimento, da desdramatização da questão sexual, sublinhando que é possível aprender, evoluir, melhorar e crescer na *performance* sexual. O artigo é bastante vanguardista, se pensarmos no contexto português. Apresenta a sexualidade como uma forma de «comunicação emocional», que funcionando mal pode conduzir «à infelicidade e à humilhação, embora muitas vezes [os problemas que estão na sua origem] sejam fáceis de curar» (M&B, 1976, 3349). Trata-se da afirmação de um discurso ainda novo em Portugal, que apela à possibilidade de medicalização e psicologização da sexualidade. Em causa está a procura de uma sexualidade saudável, livre de problemas, culpas e disfuncionalidades: «Foi Freud quem começou a falar

disso. Kinsey levou a coisa um pouco mais longe. Mas, depois de Masters e de Johnson, não resta a menor dúvida – há uma grande quantidade de pessoas que precisam de ajuda para resolver os seus problemas sexuais» (M&B, 1976, 3349).

No artigo “Problemas de sexo” refere-se que nos EUA existe crescente sensibilidade para a necessidade de conhecer a sexualidade humana e para a importância de tratamentos das suas disfunções, seja por psicólogos, por médicos (ginecologistas e urologistas) ou de forma combinada, por ambos: «Quanto mais se sabe de sexo, quanto mais clínicas de terapia sexual abrem, mais evidente se torna que os problemas sexuais podem levar à infelicidade e à humilhação» (M&B, 1976, 3349). Originalmente publicada nos EUA, a peça apresenta a figura do terapeuta sexual, então designado por “conselheiro”, e enuncia diversas problemáticas, nomeadamente a dificuldade feminina em atingir o orgasmo e a perda de interesse sexual na relação conjugal.

Devem eliminar-se primeiro as causas físicas, pois a perda de interesse sexual anda muitas vezes associada a problemas gerais de saúde. Mas, se finalmente se conclui que o problema é psicológico e primário, então o conselheiro tenta ajudar a pessoa a procurar no passado de modo a descobrir em que altura começou a perder o interesse pelo sexo. Descobre-se muitas vezes que os pais diziam que o sexo era uma coisa porca ou má. Mas às vezes os problemas podem ser mais profundos. Às vezes a incapacidade começa na infância, na dificuldade de estabelecer comunicação emocional com o componente parental do sexo oposto. [...] O conselheiro deve ajudar a descobrir quais as ansiedades presentes na situação sexual: vergonha da nudez, vergonha dos ruídos e dos movimentos que se fazem, ou sentimentos de culpa por tocar nos órgãos genitais (M&B, 1976, 3349).

O artigo evidencia aliás os efeitos da ignorância sexual para a felicidade do casal, exigindo do “conselheiro” um simples trabalho de esclarecimento.

Às vezes basta explicar que, em amor, não há apenas uma posição. Basta explicar que há sentimentos e comportamentos que se crê serem errados ou perversos e que devem apenas ser olhados como uma parte da expressão sexual. Se nunca explicarmos a uma mulher que os seios são uma zona erótica, ela pode levar anos e anos a sentir um sentimento de culpa de cada vez que o marido lhos beija ou acaricia (M&B, 1976, 3349).

Na peça citam-se investigadores da sexualidade como Masters & Johnsons, explicitam-se técnicas desenvolvidas por ambos para resolução de dificuldades de ordem sexual, e postas em prática pelo ‘conselheiro sexual’:

[...] o casal tenta excitar-se mutuamente sem ter relações. Isto afasta a urgência de “acabar” numa situação de sexo. Enquanto está a ser estimulada e acariciada, a

companheira que nunca sentira antes prazer sexual é encorajada a concentrar-se nos seus sentimentos e a esquecer os sentimentos do seu parceiro ou quaisquer outras coisas que a distraiam e a esquecer completamente que tem de atingir o orgasmo. Como não se lhe pede nada, como não vai ter relações e não tem de atingir o orgasmo, é frequente que a mulher o atinja pela primeira vez na sua vida. Muitas mulheres descobriram que só quando o conselheiro proibia a relação é que elas conseguiam ter calma suficiente para atingir o orgasmo (M&B, 1976, 3349).

Clítoris, masturbação e preliminares são termos usados no artigo, muito embora os últimos sejam designados por «preparação para o acto sexual», demonstrando que o coito era entendido como o ato sexual propriamente dito (M&B, 1976, 3349).

Neste artigo publicado pela *Modas & Bordados*, está patente uma visão modelar da sexualidade da mulher que se distancia dos valores de passividade, abnegação e entrega, reiteradas nos discursos convencionais promovidos durante o Estado Novo: «longe [vão] os tempos em que a mulher fechava os olhos e “fazia a sua obrigação”; vão longe os tempos em que ela se contentava com dar “prazer” ao marido» (M&B, 1976, 3349). Das mulheres espera-se uma atitude nova, de desinibição, desculpabilização, ‘despudorização’, de busca, proposta e iniciativa.

É possível que a mulher nunca tenha tido a coragem de confessar a si mesma o que lhe dá realmente prazer. Em vez disso, levou anos e anos a evitar uma forma de sexo que não lhe dava prazer. [...] Há uma razão muito vulgar para esta inibição, que é o medo de ser rejeitada (o medo de parecer parva ou estranha) e o receio de não ser capaz de “fazer bem” (M&B, 1976, 3349).

Evidenciam-se portanto nesta peça (e neste espaço mediático tendencialmente liberal) novos *scripts* sexuais: direito da mulher à sua sexualidade, a sentir desejo e a reclamá-lo, sem que isso faça de si uma ‘galdéria’ – «[...] as mulheres precisam de saber que não se tornam ordinárias quando tomam a iniciativa da aproximação sexual» (M&B, 1976, 3349). Também a sexualidade dos homens é demarcada da noção tradicional de virilidade e força. No artigo, defende-se que o homem pode assumir uma performance de maior sensibilidade e expressão emocional na relação afetivo-sexual: «[...] vão ficando longe os dias em que a virilidade se media pelo tamanho do pénis», o que se pretende é que os homens percebam «que a ternura não é “mariquice”» (M&B, 1976, 3349), e que não há interdições *a priori* na pesquisa e experimentação no *plateaux* conjugal sexual. «Também é frequente vermos os homens terem receio de ser eróticos ou de agirem naturalmente com as suas mulheres, só porque “não se fazem essas coisas com uma mulher séria”» (M&B, 1976, 3349).

Um quarto exemplo de peças agendadas nos *media* internacionais e que chegam à M&B (1976, 3335) é o artigo “Problemas de sexo: o Vaginismo” também originalmente publicado nos EUA, e em que se fala de dilatadores de vidro para a mulher introduzir na vagina, de ejaculação precoce, de ejaculação prolongada, de impotência primária e secundária, de masturbação, orgasmo, excitação clitoriana, ereção, tamanho do pénis, sensações sexuais, do medo masculino de falhar no ato sexual, da perda de interesse sexual na conjugalidade e de massagens mútuas sensuais efetuadas pelo casal. À semelhança do artigo citado anteriormente, também aqui encontramos um conteúdo vanguardista, não só pela problemática que trata (as disfunções sexuais, femininas e masculinas), mas também pela perspectiva clínica que oferece, numa linguagem explícita e detalhada. Define-se a ejaculação precoce como «um dos problemas mais vulgares nos homens» e um dos «mais frustrantes para as suas companheiras», propondo-se técnicas de Masters e Johnson para o seu tratamento (M&B, 1976, 3335):

Se o homem tem um bom relacionamento com a sua companheira e se esta é colaborante, há uma técnica que tem resultado que é a da pressão, de Masters e Johnson. Basicamente, esta técnica consiste em a mulher pressionar muito ligeiramente a base dos testículos antes da ejaculação. Isto tem como efeito retardar o clímax (M&B, 1976, 3335).

Para além desta técnica terapêutica, o artigo da *Modas & Bordados* evidencia outras, nomeadamente para a perda de interesse sexual do casal:

Primeiramente, o casal é ensinado a massajar-se mutuamente de maneira “não-sexual” mas “sensual”. Quando o homem atinge a descontração nestas circunstâncias pode passar à etapa seguinte, em que o casal se estimula mutuamente de modo sexual. Não se põe grande ênfase sobre a necessidade de excitar-se ou de atingir o clímax; o casal é apenas encorajado a gozar as sensações sexuais (M&B, 1976, 3335).

Vilar (2009: 11) lembra a importância do renascimento da sexologia, sobretudo nos EUA, a partir da segunda metade do século XX, com estudos como os de Kinsey ou Masters & Johnsons, que «abriram novas frentes de investigação científica sobre uma área que até então tinha sido mais objecto da moral, da arte e da literatura».

Como era o panorama português da sexualidade em termos de conhecimento científico e de práticas clínicas relativamente à sexualidade? Francisco Allen Gomes, psiquiatra, terapeuta sexual, e fundador da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica, criou uma das primeiras consultas de sexologia no nosso país: em 1975, nos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Mas esta não era a única possibilidade de tratar disfunções sexuais em contexto médico, no Portugal de meados dos anos 1970. O psiquiatra Júlio Silveira Nunes, terapeuta sexual e cofundador da SPSC, procede também à criação de uma consulta de sexologia no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, no mesmo ano. Numa entrevista cedida à autora em janeiro de 2015, Allen Gomes refere a propósito da sua formação em medicina na Universidade de Coimbra (entre 1961 e 1968):

O nome [Alfred] Kinsey despertava uma vivência semelhante ao que poderia despertar a palavra Lenine ou Estaline. Era extremamente forte, proibido. Na universidade não se falava de nada, não havia nenhuma área da faculdade [de medicina] em que fosse abordado o problema da sexualidade. Nem em Ginecologia nem em psiquiatria. Nada.

Os conselhos terapêuticos e as práticas propostas pelos investigadores Masters & Johnson, que a *Modas & Bordados* publica em 1975 no artigo “Problemas de sexo: vaginismo”, não eram ainda discutidos abertamente em encontros médicos, no nosso país, nos anos 1960:

Quando este médico [Silveira Nunes] conclui a licenciatura em Psiquiatria, na segunda metade dos anos 50, estudava-se o pénis e a vagina, ao nível reprodutivo, mas ao nível funcional não havia qualquer espécie de informação. Tal padrão manteve-se durante longos anos, não só em Portugal como em muitos outros países. “Nos anos 60 começaram a surgir reuniões públicas no nosso país, em que se falava de sexualidade humana. Numa delas, que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, participei com uma comunicação sobre ejaculação precoce. Para exprimir melhor a ideia, projectei num acetato um dos esquemas de Masters & Johnsons, que previa um tratamento para a ejaculação precoce, com base no par. A mulher faria uma manobra de pressão do pénis erecto, abaixo da glande, para diminuir o ímpeto ejaculatório. Se se repetisse esta manobra, o homem iria ganhando a percepção do pré-ejaculatório. No acetato, eu mostrei um desenho para ilustrar o que estava a dizer, e nessa altura um professor de medicina, da banda sexual e reprodutiva, levantou-se ostensivamente e foi-se embora” [Depoimento de Silveira Nunes] (Freire, 2010: 218-219).

Em entrevista à autora (realizada em janeiro de 2015) Allen Gomes conta que opta por se especializar em sexologia em 1972, por influência de um colega psiquiatra dos Hospitais da Universidade de Coimbra, Manuel Lousã Henriques, que lhe diz numa conversa: «O maior pavor que um psiquiatra tem é que lhe chegue um doente à consulta e lhe ponha um problema sexual, porque [o médico em Portugal] não faz a mínima ideia do que lhe há-de responder. Tenho aqui um livro, que folhee a correr, e que é capaz de ser interessante». Tratava-se do segundo livro de Master & Johnson, *The Human Sexual Inadequacy* (1970). Allen Gomes prossegue:

Comecei a estudar a obra e a pensar como podia adaptar aquele protocolo [de Master & Johnson] cá em Portugal. Precisava de alguém para trabalhar comigo. Será uma jovem chamada Maria Fernanda Mendes. Eu era assistente de psiquiatria e ela era monitora de psiquiatria (uma ajudante que podia ser nomeada ainda aluna). Começámos a ver o protocolo. E atirámo-nos para a frente com dois primeiros casos. O primeiro caso era de um rapaz e uma rapariga que não viviam juntos, e o segundo era já de um casal, muito jovem. Tínhamos entrevistas diárias com o casal, tudo gravado. Neste momento estávamos basicamente a tentar implementar e seguir o protocolo. O 25 de Abril está a aproximar-se. A certa altura dá-se a revolução. [...] Em 1975, um professor da ginecologia pede à psiquiatria um colaborador para uma consulta de apoio ao planeamento familiar e a problemas de sexualidade. Isto vai aparecer na secretária do serviço de psiquiatria e quando aparece, digo logo: “Eu ofereço-me”. Mais ninguém estava interessado. Abriu-se então uma consulta que inicialmente se chamava apenas *apoio psicológico*, e só depois o nome mudou para *ginecologia psicossomática e sexologia*. Estávamos em Maio de 1975. Em 1978 já eu publiquei [na revista da Sociedade Portuguesa de Ginecologia] um artigo sobre as 150 mulheres observadas nessa consulta (90% tinham a 4ª classe e 80% eram domésticas). Era quem vinha aos hospitais. O hospital era quase uma misericórdia. Se as pessoas queriam ter um melhor atendimento iam à privada. [...] Em 1976, em Londres, tomo contacto com o modelo *PLISSIT* e vejo que é o ideal para a minha consulta. [...] Tem vários patamares: P (permissão), LI (informação limitada), SS (sugestão específica), IT (terapêutica intensiva). [...] Este modelo é proposto por Jack Annon (*The Behavioural Treatment of Sexual Disorders*). Isto é uma intervenção breve, limitada, em que se explicam coisas que se estão a passar com o casal, [...] tem muito a ver com Masters & Johnson. Haveria só uma minoria de problemas que precisariam da terapêutica intensiva, para especialistas. [...] Foi o modelo que ficou na consulta, em 1978. A consulta do Hospital de Santa Maria, criada pelo Silveira Nunes, é de 1975, e era muito bem organizada. Tão bem organizada que em 78 ele apresenta uma estatística com terapia sexual mesmo, publicada em inglês e italiano [entrevista realizada em janeiro de 2015].

Jaspard (2006: 93) defende que em França a sexualidade do dever dos anos cinquenta dá lugar a uma sexualidade fator de saúde nos anos 1970. É isso que verificamos florescer a partir de meados dos anos 1970 em Portugal, mesmo que a passos lentos, circunscritos e pontuais. O que nos diz a nossa amostra relativamente à cobertura mediática de um entendimento da sexualidade em termos terapêuticos e clínicos, no nosso país, entre o final dos anos 1960 e 1970? O tema *medicalização da sexualidade* aparece em 29 artigos (2% da amostra) e agrupa as subcategorias *infecções sexualmente transmissíveis*¹⁴² (7 ocorrências, 0,5 % da amostra), *sexologia/sexólogo/terapia sexual*¹⁴³ (9 registos em peças/artigos, 0,6% da amostra),

¹⁴² No primeiro momento representa 0% das peças codificadas, no segundo e terceiro consta de 1%.

¹⁴³ No primeiro e segundo momentos representa 0% da amostra, e no terceiro (de 1975 em diante) consta de 1%.

*disfunções sexuais masculinas*¹⁴⁴ (7 ocorrências, 0,5% da amostra) e *disfunções sexuais femininas*¹⁴⁵ (15 ocorrências, 1% da amostra).

Vejam os exemplos de um artigo que integra a subcategoria *infecções sexualmente transmissíveis*. Nesta peça – intitulada “Doenças Sexualmente transmissíveis” (M&B, 1975, 3323) – fala-se do aumento de infecções como a sífilis, tricomoníase, herpes genital e gonorreia. Purificação Araújo, principal fonte consultada, defende a necessidade de campanhas de sensibilização e de informação médica, abertas, de ampla divulgação, tanto a nível nacional como internacional, focando essencialmente um público jovem:

Tenho a impressão que se deveria incrementar toda uma educação sexual integrada nos serviços de saúde e de educação sanitária, que englobassem precisamente, quer o planeamento familiar quer os esclarecimentos sobre doenças transmitidas sexualmente. Penso que são, realmente, dois pontos fundamentais e que ainda não se está a dar o devido relevo à necessidade de se fazer, em larga escala, o esclarecimento das doenças transmitidas sexualmente (M&B, 1975, 3323).

Na peça informam-se os leitores sobre a proposta da OMS para que se mudasse a expressão *doença venérea* para *doença sexualmente transmissível*. A primeira estaria mais ligada a uma conceção culpabilizante e moralizante da sexualidade. A nova sigla visava evitar a vergonha, quando as pessoas fossem contagiadas por Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Purificação Araújo explica consequências e sequelas das IST se não fossem tratadas atempadamente. Publica-se igualmente um gráfico da evolução da sífilis primária e secundária em Portugal desde 1950 – refere-se que há um aumento explosivo no ano de 1964, e faz-se notar que em 1 de janeiro de 1963 entra em vigor o decreto-lei que determina a proibição da prostituição. *Coincidência ou não?* é a questão que se coloca.

Na peça refere-se que as doenças venéreas são muito frequentes nos jovens, sobretudo entre os 15 e os 30 (mais rapazes do que raparigas). E que os jovens, pela ignorância, ou não se protegem de todo, ou por causa de novos contraceptivos como a pílula, deixam de usar preservativo (opção que cai em desuso).

Também o *Diário de Lisboa* publica a 18 de novembro de 1974 um artigo sobre as IST (1974, 18616) intitulado “As doenças venéreas desafiam a penicilina – A Sífilis e a Gonorreia propagam-se assustadoramente”. Assinada por Eric Weiser, a peça fala de várias causas para

¹⁴⁴ Até à Revolução dos Cravos representa 0,2% da amostra, em 1974 (de 25 de abril a 31 de dezembro) consta de 0,4% das peças, e de 1975 em diante de 0,6%.

¹⁴⁵ No primeiro momento representa 0,5% da amostra, e no segundo e terceiro surge em 1%.

a «trágica escalada das doenças venéras», nomeadamente o desenvolvimento de «estirpes de bactérias resistentes à penicilina», a crença «com excessiva boa fé, que já não é preciso evitar as doenças», nomeadamente por parte dos jovens, que «cresceram já na época dos antibióticos e não conheceram as doenças sexuais como uma ameaça assustadora».

[...] a vida sexual de certos jovens de hoje, pertencentes a determinados círculos, é caracterizada por frequente troca de parceiros, o que contribui muito para a difusão das doenças venéreas. [...] Na luta contra as doenças venéreas temos por isso, apenas uma única arma: esclarecimento. Este deve começar na casa paterna e na escola. A sua sequência é depois tarefa dos médicos e dos seus colaboradores, das autoridades sanitárias e das Forças Armadas, e das Universidades e das escolas profissionais, da Imprensa e de todos os outros meios de Informação (DL, 1974, 18616).

Vejamos agora o comportamento evolutivo da subcategoria temática *sexologia/sexólogo/terapia sexual*. Nos três primeiros anos (1968, 1973 e 1974) não existe qualquer menção nos artigos da amostra. Em 1975 surgem 2 peças, em 1976 registámos 6 (2% da amostra desse ano, valor mais elevado na década em estudo), e em 1978 apenas uma referência. Pensando que as primeiras consultas de sexologia aparecem em Portugal em 1975, o agendamento espelha as ausências pré-revolução e reflete o surgimento de novas sensibilidades para o tratamento das problemáticas da sexualidade no nosso país.

A subcategoria *disfunções sexuais masculinas* tem valores de cobertura mediática muito residuais, sendo 1976 o ano com mais ocorrências (5 artigos, correspondentes a 2% da amostra desse ano). As *disfunções sexuais femininas*, outra subcategoria temática, espelha igualmente parca atenção mediática, embora ligeiramente acima das *disfunções sexuais masculinas*. O ano de 1976 apresenta 8 peças (3% da amostra desse ano), e no de 1974 encontrámos 4 artigos (1% da amostra anual). Nos restantes verifica-se silêncio ou apenas ‘burburinho’ face ao tema, com valores entre as zero e as duas ocorrências.

A publicação que dá mais relevo ao tratamento do tema da *medicalização da sexualidade* é a *Modas & Bordados* (19 artigos, que correspondem a uma percentagem de 4% no total da amostra deste suplemento feminino). O *Expresso* aborda o tema em 5 peças (3% dos seus totais), a *Crónica Feminina* em 3 artigos (0,4% do conjunto de peças em torno da intimidade publicadas nesta publicação ao longo do período estudado) e o *Diário de Lisboa* regista 2 ocorrências (2% do número de peças codificadas neste jornal).

O assunto das dificuldades, problemas, disfunções e possibilidades da terapia sexual começa também a ser agendado pelas mãos das leitoras da *Modas & Bordados* (através dos escritos

que enviam às redações) imediatamente antes da Revolução do 25 de Abril de 1974. Vejamos alguns exemplos que surgem em cartas endereçadas a Camila, da secção *Correio do Coração*. Três semanas antes da Revolução dos Cravos, uma leitora (M&B, 1974, 3243) expõe o problema do insucesso da sua sexualidade conjugal.

Amo muito o meu marido e ele também me ama, mas não nos entendemos fisicamente. Acha que isso pode diminuir ou arrefecer o nosso amor? Já pensei em consultar um médico, uma vez que se fala tanto nas revistas estrangeiras desse assunto. Mas serão coisas que se aprendam? O que acha que devo fazer? (M&B, 1974, 3243)

Efetivamente, em Portugal, na altura em que a carta é redigida, um tratamento especializado estava ainda fora das possibilidades dos serviços médicos públicos. Apesar disso, Camila recomenda a procura de um clínico, «psicólogo ou psiquiatra» (M&B, 1974, 3243), para resolver o problema sexual que presumivelmente teria origem na infância. No ano seguinte, em resposta às solicitações de outra leitora, preocupada com a parafilia de um “amigo”, Camila aconselha também «tratamento de natureza psicoterápica» (M&B, 1974, 3241)

Não me admiro nada com o que me conta: esses casos são muito mais frequentes do que possa pensar, não temos é conhecimento deles senão através de livros sobre a especialidade. São perturbações originadas por traumatismos infantis e encontram a cura quer através do muito amor, confiança, inteligência e paciência de uma mulher, ou, nos casos mais complicados, através de um tratamento de natureza psicoterápica. Para isso, a Isa deve encaminhá-lo para um médico, de preferência, um psiquiatra. Como sabe, hoje em dia, estes especialistas não tratam apenas de casos de loucura, mas de toda a espécie de perturbações sofridas por indivíduos e que tanto podem ter a sua origem na infância, como podem ter sido provocadas por um traumatismo recente [...] (M&B, 1974, 3241).

Ainda na secção *Correio do Coração*, que passa a designar-se em 1975 por *Cartas de Amor*, há outra exposição que merece destaque (M&B, 1975, 3288). Uma leitora (casada) conta que se preparou devidamente para o “amor sexual”, lendo Master & Johnson, e outros livros de sexologia. Apesar da informação, do amor pelo marido (homem atencioso), a leitora supõe – e diz “supor” por «medo de encarar a verdade» – que nunca atingiu o orgasmo. Receia aliás que o marido «dê por isso» (M&B, 1975, 3288). A carta para Camila deve-se ao receio que tem de ele “se voltar” [é mesmo esta a expressão que usa] «para uma mulher mais completa, menos frígida» e começar «inconscientemente a esquivar-se» (M&B, 1975, 3288). O que fazer? Camila aconselha-a a consultar um ginecologista ou um psiquiatra. Lembra que o problema pode ser fisiológico, psicológico ou ambos. Fala numa consulta de ginecologia psicossomática no Hospital de Santa Maria (a que foi criada e dirigida pelo psiquiatra Silveira

Nunes). Além disso, a jornalista Susana Ruth Vasques (sob o pseudónimo Camila) sublinha que problemas deste tipo são muitas vezes resolúveis através de «um diálogo franco a caminho da aprendizagem mútua» entre marido e mulher.

Nas três cartas encontramos uma preocupação feminina com a relação interpessoal sexual. Para as suas autoras já conta o prazer sexual de cada um na relação, e o entendimento sexual de ambos. Nestas narrativas os *scripts* (*intrapsíquicos* e *interpessoais*) afastam-se de propostas modelares convencionais centradas numa sexualidade unilateral, essencialmente masculina. A questão do prazer e do orgasmo (principalmente feminino), bem como a questão do funcionamento e da interação conjugal, tornam-se objecto fundamental da sexologia contemporânea que aparece em meados do século XX, com Kinsey e Masters & Johnson (Bozon, 2005: 38). Nas últimas décadas, a sexualidade transforma-se numa experiência interpessoal indispensável à existência do casal, formando a linguagem de base da relação. Há uma passagem do casal, definido institucionalmente (e da sua sexualidade como atributo social), para uma definição «subjectiva e intersubjectiva» do par, que coloca a relação sexual na frente do palco (Bozon, 2005: 36).

Na peça “À margem do Correio Sentimental” publicada na CF (1976, 1007), reflete-se de forma genérica sobre os problemas íntimos expostos pelas leitoras nas revistas femininas.

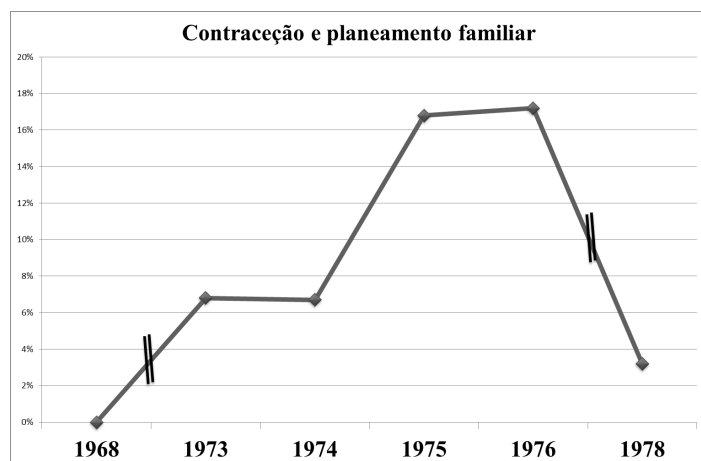
Ao lerem-se as secções Correio Sentimental [...] nas revistas femininas, e após uma análise constante, chega-se à certeza de que frequentemente essas cartas [...] abordam problemas de sexo, comportamento estritamente conjugal, amores marginais, etc. [...] Ora a frigidez é o caso mais vulgar, não porque seja actualmente mais frequente que no passado; o que certamente significa, é que as mulheres de agora ousam muito mais facilmente falar destes assuntos e, sobretudo, porque a sua atitude evoluiu. [...] Enquanto que o excesso de sensualidade podia outrora aparecer como chocante ou anormal [...] actualmente é a falta de sexualidade que é considerada como uma anomalia ou deficiência (CF, 1976, 1007).

Citando um especialista francês não identificado, o autor do artigo diz que «as falsas frígidas podem ser mulheres mal despertadas pelo companheiro, mulheres ‘bloqueadas’ pelo medo da gravidez ou por inibição física» (CF, 1976, 1007). Bozon (2006) defende que um dos efeitos dos progressos na medicalização da sexualidade ocorridos nas últimas décadas, é que os problemas dos sujeitos e dos seus envolvimento com a sexualidade deixaram de ser apreendidos principalmente como problemas morais, passando a ser interpretados como uma questão de comportamento responsável e de bem-estar individual e social.

CONTRACEÇÃO E PLANEAMENTO FAMILIAR

Analisadas as 4 publicações entre 1968 e 1978, verificamos que as categorias temáticas *contraceção*, *aborto* e *divórcio* registam o mesmo valor percentual (10% da amostra): três assuntos de peso no agendamento mediático da intimidade afetiva e sexual, na sociedade portuguesa do pós-revolução. Começemos pela primeira. A *contraceção* (com 152 ocorrências) agrega 3 subcategorias temáticas: *contraceção e planeamento* (151 ocorrências), *esterilização* (10 unidades de registo) e *Associação para o Planeamento da Família* (APF) (13 artigos). Ao longo da década em estudo, a categoria temática da *contraceção* sofre um aumento muito significativo na agenda das publicações escrutinadas. Até 24 de abril de 1974 o seu peso é de 3% (14 peças), no período seguinte (de 25 de abril a 31 de dezembro de 1974) aumenta para 9% (21 peças) e no terceiro momento (de 1975 em diante) atinge os 14% da amostra (117 artigos). Mas vejamos o que nos dizem os dados anuais acerca da cobertura da *contraceção* (gráfico 6). Em 1968 não há qualquer ocorrência do assunto nos *media* analisados. Em 1973 surgem 13 peças (7% da amostra desse ano). Em 1974 o número de artigos quase duplica (22), muito embora o seu peso percentual não sofra alterações (7%), pelo aumento generalizado de artigos sobre a intimidade afetiva e sexual. No ano seguinte, os discursos mediáticos em torno da contraceção quase triplicam: 52 peças, que representam 17% da amostra do ano de 1975. Em 1976, embora se mantenha um ligeiro crescimento do número de artigos (58), o seu peso percentual mantém-se (17%), e em 1978 dá-se uma quebra na cobertura (6 artigos, 3% do total desse ano), devida objetivamente à ausência da M&B na amostra (por via da sua extinção).

Gráfico 6: Evolução do tema da *contraceção e planeamento familiar* entre 1968 e 1978

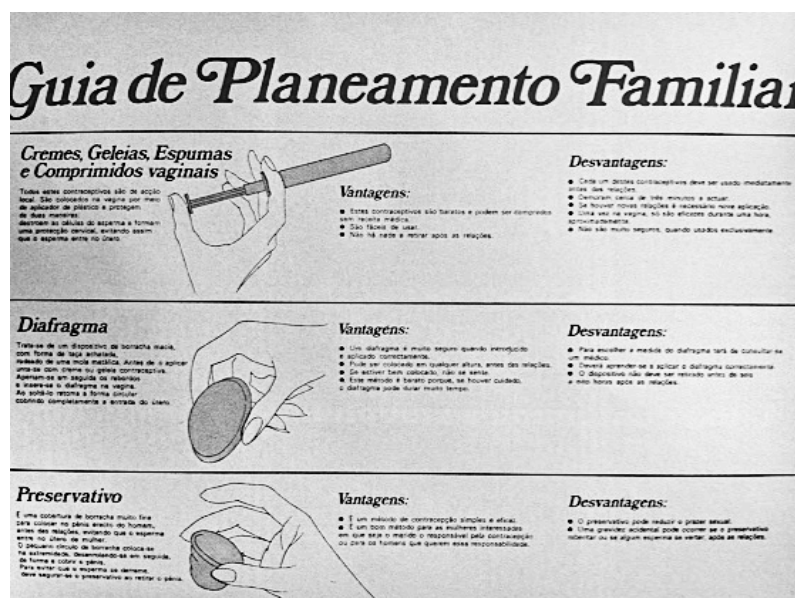


De um total de 152 abordagens da contraceção, 89 são de âmbito noticioso, 24 constam de artigos de opinião, 22 são cartas de leitores, 13 são recensões críticas, e as restantes inscrevem-se em tipologias de menor expressão.

A contraceção é um assunto de grande atualidade mediática na década de 1970. Numa cronologia publicada no site da APF (accedida em 16 de Maio de 2013), refere-se que em Portugal, a partir de 1967/68, a Associação para o Planeamento da Família inicia uma série de atividades que visam exercer pressão sobre o Estado, para que integre o planeamento familiar nos serviços de saúde públicos: conferências e mobilização de setores profissionais (da saúde e dos *media*) para a necessidade de criação de consultas. Após o 24 de Abril, mais concretamente entre 1974 e 1977, a APF é muito solicitada pela comunicação social, concedendo entrevistas a jornais, publicando artigos em revistas e participando em programas televisivos e da rádio.

Observando a nossa amostra, verificamos que os ângulos de abordagem da contraceção e planeamento familiar são muito variados. Frequentemente são peças de teor informativo, suportadas por fontes médicas e organizações especializadas (e.g. a APF). Nestes artigos detalham-se possibilidades contraceptivas, suas vantagens e limitações, com destaque para a pílula contraceptiva (imagem 10).

Imagem 10: Artigo sobre contraceção publicado na M&B (1975, 3311)



Outra perspectiva recorrente entre os artigos sobre contraceção e planeamento familiar é a das resistências e preconceitos morais dos clínicos na prescrição da pílula. O assunto é referido com regularidade, por norma a respeito da realidade nacional. Purificação Araújo, consultora em obstetrícia deste organismo, alerta para a resistência médica (“passiva”) à prescrição de contraceptivos: primeiro, porque é um assunto novo, uma nova óptica de encarar os problemas sexuais; segundo, por preconceitos religiosos e sociais. Na opinião de Purificação Araújo, este grupo profissional propagava à época «milhares de conceitos irracionais e anticientíficos (por exemplo, quanto ao uso da pílula)», «perniciosos», e que careciam de esclarecimento (M&B, 1973, 3178).

De preferência o médico deveria estar, senão livre, pelo menos isento emocionalmente de todo o conflito sexual pessoal para poder ajudar com eficácia os clientes a solucionar os seus problemas. Só com esta condição evitará que a sua ansiedade, que as suas posições ideológicas e morais interfiram nas dos seus interlocutores (M&B, 1976, 3353).

Cook (2005: 116) dá conta de igual resistência face a receitar a pílula para fins contraceptivos, entre os médicos ingleses na década de 1960. Para muitas mulheres, conseguir a prescrição do anticoncepcional significava desafiar a autoridade médica ou saltitar de consultório em consultório. Ainda assim o consumo da pílula aumentou de forma galopante neste país: em 1962 era tomada por cerca de 150 mil mulheres, em 1964 estima-se que o número tenha aumentado para 480 mil e em 1969, 48% das mulheres com 23 anos tomavam-na regularmente (Cook, 2005: 115).

Em meados dos anos 1970 em Portugal, Purificação Araújo defende a formação técnica de médicos, enfermeiras e assistentes sociais, bem como a educação sexual de crianças e jovens, nomeadamente a partir de centros pré-nupciais (M&B, 1976, 3353).

Algumas peças em torno da contraceção e planeamento familiar da nossa amostra abordam igualmente os preconceitos masculinos em aceitar que as companheiras façam contraceção, nomeadamente a pílula. A peça “Homens resistem à contraceção, porquê?” é disso exemplo. Inicialmente publicada na imprensa internacional, chega à *Modas & Bordados* como tema de capa (exibindo a gravidez hipotética de um homem) (imagem 11).

Imagem 11: Destaque de capa para as resistências masculinas à contraceção (M&B, 1976, 3353)



O artigo fala das resistências, dos receios, das intolerâncias masculinas à contraceção, mais ou menos conscientes.¹⁴⁶ Sublinha ainda o papel importante dos médicos na condução das consultas com homens que correspondem a este padrão.

Os ideais da parentalidade, a procriação responsável (planeada) e não responsável (não planeada), o filho desejado e não indesejado, são ângulos de abordagem recorrentes em artigos sobre a contraceção.

[...] o padre Tomas, pregador de Notre-Dame de Paris explica: Um amor plenamente humano é um amor responsável. Isto significa que não se deve dar a vida senão em completa liberdade e conhecimento de causa. Não é uma procriação responsável, não é um amor plenamente humano aquele que dá origem a uma elevada prole sem que se tenham os meios morais, psicológicos e económicos para uma educação consciente. Mas sem mutilar o seu amor, dois esposos podem muito legitimamente decidir por graves motivos e no respeito da lei moral não ter filhos por um tempo indeterminado (M&B, 1974, 3259).

¹⁴⁶ «Alguns homens rejeitam toda a contraceção. Outros impõem à companheira a escolha do método; outros, ainda, desinteressam-se de todas as modalidades técnicas e deixam à mulher o cuidado de assumir o planeamento dos nascimentos. Mas, em quase todos os casos, o médico detecta um sentimento manifestando uma maior ou menor resistência e ambiguidade [...]» (M&B, 1976, 3353).

¹⁴⁷ Vejamos alguns exemplos: “Planear a família é ter somente o número de filhos que puder criar e educar” (CF, 1973, 841); “A pílula é tão perigosa como a Talidomida” – Esta afirmação de um médico inglês aumenta o pânico das mulheres” (CF, 1973, 891); “Porque – como – quando? Parar o uso da pílula? – a resposta certa para a dúvida da maioria das mulheres” (CF, 1974, 922); “Inicia-se em Portugal o Planeamento Familiar” (CF, 1975, 958); “Em França há uma aldeia sem pílula!” (CF, 1975, 961); “Está em causa a pílula” (CF, 1976, 1019); Publica-se também uma série de artigos acerca da ovulação, da menstruação feminina, intitulados “28 dias na vida de uma mulher” (CF, 1968, 848; 1973, 847; 1973, 850).

Também as problemáticas socioeconómicas e demográficas são tratadas em abordagens do tema da contraceção e planeamento familiar. Vejamos dois exemplos, um publicado antes ainda do 25 de Abril de 1974, no *Expresso*, reportagem cujo título é “O planeamento familiar em Portugal”, e o artigo da *Modas & Bordados* intitulado “Quem tem medo da contraceção?”.

MUSGUEIRA. Oito horas da manhã. Barracas pregadas umas às outras em comboio. Para cima de 20 mil pessoas habitam o bairro [...]. Predominam as famílias numerosas. 13 filhos, raramente. Sete, oito, já é vulgar. Assim de cambalhada. Com um ano ou dois, quando muito, de diferença. Por sob os olhos inquietos e amedrontados adivinham-se carências alimentares e afectivas. “Então de alguma coisa havemos de ser ricos”, diz-nos uma senhora que vai a sair de casa. Dois quartos apenas. Rapazes e raparigas pernoitam juntos. Os bem-falantes chamam-lhe promiscuidade (*Expresso*, 1973, 8).

Em 1950, alguns demógrafos lançaram um grito de alarme: a população mundial, então de 2 400 milhões de habitantes, atingiria no ano 2000 qualquer coisa como 3 500 milhões. A inquietação era justa, mas pecava por defeito: efectivamente, 20 anos depois, esse número seria atingido. Já somos hoje 3 500 milhões e em 2000 seremos o dobro [...] (M&B, 1974, 3259).

A temática da contraceção e planeamento familiar é inevitavelmente de natureza política. E são muitos os artigos que evidenciam esta dimensão de forma objetiva. Na peça “Planeamento Familiar com partido”, o *Diário de Lisboa* (1975, 18706) anuncia a realização de um debate sobre planeamento familiar organizado pela equipa da Demografia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas para o qual foram «convidados a LUAR, o MDP/CDE, MRPP, PRP-BR, PCP, PPD e PSP». A imprensa também vai dando conta, no pós-revolução, de situações de difícil implementação e desenvolvimento do planeamento familiar, entretanto previsto na Constituição.

A consulta iniciou-se em Abril de 1975. [...] Tratava-se de facultar o planeamento àquelas pessoas que, por maior debilidade económica, de outra forma a ele não teriam acesso. [...] nos primeiros tempos, apareceram pouquíssimas senhoras (duas ou três). Pouco a pouco foram afluindo (e de tal forma que, num ano, o seu número ultrapassou a centena). [...] Caminhámos neste ritmo quando, em Fevereiro ou Março, a minha assistente começou a colocar-me diante de um dilema que, por fim, me levaria a terminar com a consulta. Com efeito, veio dizer-me que não lhe pagavam [...] Em face da situação resolvi fechar a consulta [na Junta de Freguesia de São João de Brito] (M&B, 1976, 3349).

Entre os artigos sobre contraceção e planeamento familiar, encontrados na nossa amostra, expõem-se manifestos de organizações, nomeadamente do *Movimento para a Contraceção e Aborto livres e Gratuitos*, da *Associação para o Planeamento da Família*, entre outras. O tema torna-se um bastião da luta pelos direitos da mulher, sua emancipação e igualdade de género: «A revolução contraceptiva, longe de tirar à mulher o seu valor erótico, deve levar o homem a persuadir-se de que a relação psicológica e sexual realiza-se de pessoa para pessoa, e não de dominante para dominado» (M&B, 1976, 3353). Mas o assunto da contraceção e planeamento familiar gera igualmente discussões em torno da forma como se deve entender e experienciar a sexualidade, as vivências do prazer sexual na relação entre homem e mulher.

No Ocidente, onde a tradição judaico-cristã reina há 20 séculos, apenas o objectivo procriador compensava a culpabilidade ligada ao pecado original. Desde que apareceu a pílula [...], o acto sexual, dissociado da função reprodutora, reduz-se unicamente ao alcance do prazer. Um prazer que exclui a angústia e o medo de um filho não desejado. Então o subconsciente, estruturado desde há séculos no esquema da culpabilidade, escudou-se de resistências subversivas. Por outro lado, a dissociação entre o prazer e a procriação obriga o homem a reconsiderar a sua atitude em relação à mulher e, muitas vezes, a lamentar o problema da sua própria virilidade e do seu domínio tão bem estabelecido na nossa sociedade patriarcal. Até aqui estava habituado pela tradição judaico-cristã a não ver na companheira mais do que uma mãe em potência. Agora encara-a somente como uma fêmea com cio. [...] Como noutra tempo para Tertuliano, o sexo da mulher volta a ser a porta do inferno (M&B, 1976, 3353).

Uma peça sobre planeamento familiar do *Diário de Lisboa* (1978, 19557) apela no título à importância da dissociação entre sexualidade e procriação: “Relações sexuais não podem ser factor de ‘angústia contínua’”. Citando a *Comissão da Condição Feminina*, o artigo detalha:

As relações sexuais devem ser uma forma de diálogo enriquecedor para o casal e não um factor de angústia contínua, sobretudo para as mulheres, receando uma gravidez não desejada. E essa “angústia contínua” é diariamente vivida por milhares e milhares de mulheres portuguesas. Apesar de formalmente, como escreve a Comissão Feminina, “o planeamento familiar só ter sido encarado como uma medida fundamental de saúde a partir do 25 de Abril, na prática ela não funciona” (DL, 1978, 19557).

Na revista *Modas & Bordados* a contraceção surge em 97 ocorrências (20% dos artigos codificados desta publicação) – 54 por via da ‘pena’ jornalística e 22 por via do correio das leitoras. A M&B é, de longe, a publicação que mais relevo dá ao assunto. Com frequência se defende que o tema da contraceção era exclusivamente feminino. Mas se olharmos para a CF encontramos apenas 19 peças em que a subcategoria temática *contraceção* é referenciada (3%

do total de artigos desta publicação).¹⁴⁷ Porquê esta discrepância entre um grande interesse da M&B na divulgação do tema do planeamento familiar e da contraceção, e um agendamento tão diminuto por parte da CF? Saliente-se que Maria Antónia Fiadeiro, feminista e chefe de redação da M&B a partir de 1975, fez parte da APF e deu especial visibilidade às temáticas de intervenção da associação na revista. Além disso, sendo uma publicação que defende a autonomia e emancipação feminina, aposta no esclarecimento e na defesa dos métodos contraceptivos, como forma de ajudar a dissociar sexualidade e reprodução, promovendo vivências de natureza hedonista da sexualidade, e contribuindo para o desenvolvimento da intimidade como parte de uma busca mais alargada da identidade da mulher.

No *Expresso* encontramos 25 peças em que o tema é abordado (15% do total de artigos codificados deste semanário) – 19 são artigos noticiosos, 6 são de opinião e 2 são recensões críticas. No artigo “Planificação Familiar – Uma Associação não basta”, publicado no *Expresso* (1973, 3) antes ainda da Revolução dos Cravos, defende-se que a procriação não planificada «agride os direitos da mulher» (sua saúde física, mental e «justíssimas aspirações à realização profissional»), «os direitos da criança» (a quem são negadas muitas vezes o «afeto» e as «condições mínimas de sobrevivência»), mas também «os direitos do corpo social» (causando explosão demográfica e «prejudicando o progresso económico-social»). No artigo, reivindica-se igualmente outra dimensão fundamental do planeamento familiar: «restituir à vida sexual a dignidade perdida ao longo dos séculos carregados de obscurantismo» (*Expresso*, 1973, 3).

No *Diário de Lisboa* o tema da contraceção aparece em 11 peças (11% do total de artigos da intimidade afetivo-sexual deste jornal), todas de natureza noticiosa, à exceção de um artigo de opinião. Em “A respeito da contraceção” (DL, 1975, 18680) esclarece-se que esta opção é «um problema da vida privada de cada um», razão pela qual o jornal se abstinha de dissertações morais. As suas abordagens são preferencialmente factuais. O DL dá cobertura, por exemplo, às expectativas de uma experiência realizada na clínica Steglitz da Universidade Livre de Berlim. Os investigadores acreditavam que estavam no caminho certo para a descoberta de um “preparado” que inibiria nos espermatozoides a capacidade de fertilizar o

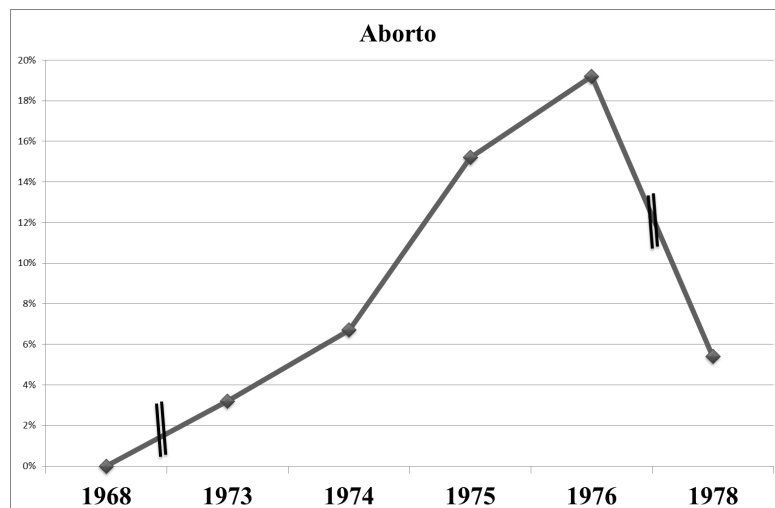
¹⁴⁷ Vejamos alguns exemplos: “Planear a família é ter somente o número de filhos que puder criar e educar” (CF, 1973, 841); “A pílula é tão perigosa como a Talidomida” – Esta afirmação de um médico inglês aumenta o pânico das mulheres” (CF, 1973, 891); “Porque – como – quando? Parar o uso da pílula? – a resposta certa para a dúvida da maioria das mulheres” (CF, 1974, 922); “Inicia-se em Portugal o Planeamento Familiar” (CF, 1975, 958); “Em França há uma aldeia sem pílula!” (CF, 1975, 961); “Está em causa a pílula” (CF, 1976, 1019); Publica-se também uma série de artigos acerca da ovulação, da menstruação feminina, intitulados “28 dias na vida de uma mulher” (CF, 1968, 848; 1973, 847; 1973, 850).

óvulo, ou seja, na eminência de conseguir uma espécie de pílula masculina. O artigo intitula-se “Vem aí a pílula para o Homem?” (DL, 1975, 18686)

ABORTO

O *aborto* surge em sexto lugar quando analisados os assuntos da intimidade afetiva e sexual cobertos pela agenda das 4 publicações – consta de 150 artigos (10% do total da amostra). Como se refere numa rubrica da *Crónica Feminina* (1975, 986): «Um dos muitos problemas que a nova situação em Portugal [conquistada com o 25 de Abril de 1974] trouxe à arena da discussão aberta, é o do aborto [...]». Até 24 de abril de 1974 o assunto evidencia-se em apenas 3% do total de artigos (11 ocorrências). Entre 25 de abril de 1974 e o final do mesmo ano, essa percentagem sobe para 7% (17 ocorrências) e de 1975 em diante chega aos 15% (122 de frequência). O caso do *aborto* tem afinidades de cobertura com o da *contraceção*. Em 1968 não encontramos qualquer indício de ter sido falado na imprensa em estudo (gráfico 6). A censura salazarista terá filtrado eventuais intenções de o agendar. No ano de 1973, apesar de persistir o condicionamento da liberdade de imprensa, foram encontradas 6 peças sobre o *aborto* (3% da amostra desse ano). Em 1974, ano da Revolução dos Cravos, a imprensa analisada publica 22 artigos sobre o tema (7% da amostra desse ano), valores que crescem para mais do dobro em 1975 (47 ocorrências, 15%). Ainda assim, é 1976 o ano em que a discussão mediática em torno do *aborto* tem níveis mais elevados: 65 registos, 19% da amostra desse ano. Uma vez mais, o ano de 1978 apresenta valores bastante inferiores (5%), pela ausência de registos da entretanto extinta M&B.

Gráfico 7: Evolução da cobertura do tema do *aborto* entre 1968 e 1978



O *Expresso* tem em matérias de *aborto* a percentagem de agendamento mais elevada (muito embora próxima da M&B). No semanário generalista, o assunto surge em 31 peças entre 1973 (data da formação do jornal) e 1978, correspondendo estas ocorrências a 19% do seu total de artigos sobre a intimidade – refira-se que 24 dessas peças são de natureza noticiosa e as restantes de natureza opinativa. Mas olhando para os títulos das peças em que o aborto é tematizado, percebemos que se trata maioritariamente de um assunto subsidiário. É referido no contexto do planeamento familiar, da defesa dos direitos da mulher e da defesa do divórcio civil para os casais casados pela Igreja. Apenas em dez dos 31 artigos, a palavra “aborto” sobe ao título da peça, revelando maior centralidade na abordagem – saliente-se que o *Expresso* dá destaque à problemática da sexualidade dos franceses, nomeadamente à lei que em 1975 despenaliza o aborto até às 10 semanas, por iniciativa da Ministra da Saúde Simone Weil.

Na edição nº 109, de 1975, o semanário publica uma peça de peso sobre o tema, intitulada “Portugal: quando é que o aborto é livre?”: pretende contribuir «para a abertura de um debate» que considera «urgente», publica depoimentos de médicos, parteiras e de mulheres, recolhidos pelo *Movimento de Libertação das Mulheres*¹⁴⁸, mas também testemunhos da Ordem dos Advogados e do Planeamento Familiar (*Expresso*, 1975, 109). Os depoimentos revelam situações dramáticas:

Fiz à roda de uns vinte abortos. Entre parteiras, clandestinamente. Numa das vezes estive a morrer: a parteira deixou-me o feto morto dentro de mim e passado uns dias a febre e as dores eram muitas. Chamámos um médico que me diagnosticou uma septicemia e teve de me fazer uma raspagem ali mesmo e a frio, pois eu não vivia se tivesse o feto dentro de mim mais umas horas (*Expresso*, 1975, 109).

No DL o *aborto* surge em 14 peças (14% dos seus totais) – apenas um artigo de opinião, os restantes são notícias, e em geral tendencialmente pró-despenalização.¹⁴⁹

¹⁴⁸ Estes depoimentos serão publicados no livro *Aborto, Direito ao nosso Corpo* (Editorial Futura), de Maria Teresa Horta, Célia Metrass e Helena Sá Medeiros, que influencia o agendamento do tema em recensões críticas em diversos *media*.

¹⁴⁹ Vejamos alguns exemplos em que o termo aborto sobe ao título: “Três condenadas por crime de aborto” (DL, 1974, 18378); “O aborto em discussão” (DL, 1974, 18388); “Os bispos portugueses contra o aborto – Posição reiterada numa ‘carta pastoral’” (DL, 1975, 18706); “Apoio ao aborto” (DL, 1975, 18796); “O aborto não é crime” (DL, 1976, 18978) – artigo que se debruça acerca do programa “Nome: Mulher” exibido na RTP; “Possível referendo sobre o aborto” (DL, 1976, 19019); “O parlamento italiano vai discutir o aborto” (DL, 1976, 19164); “Regina Mazzariol preparava um trabalho sobre o aborto – Antropóloga brasileira presa em São Paulo” (DL, 1978, 19578); “A discussão sobre o aborto em França – ‘Por que não se pode continuar a fechar os olhos?’ - perguntava Simone Veil à Assembleia” (DL, 1978, 19814).

Na CF só 15 das suas 757 peças sobre a intimidade afetiva e sexual dão conta do tema do *aborto* (2%), sendo 12 delas artigos de opinião. O aborto não é definitivamente um tema de tratamento noticioso para a direção editorial da CF – curiosamente, o tema da maternidade tem ainda menos exposição nesta revista, surgindo em apenas 8 artigos.¹⁵⁰ Citada por Tavares (2000: 53), Luísa Amorim, dirigente do MDM, defende que «[...] só se consegue problematizar o aborto como um problema político quando se consegue analisar a sexualidade na sua componente não reprodutiva, do direito ao prazer e ao próprio corpo».

Na M&B o tema do *aborto* surge em 90 peças (19% do total de artigos deste suplemento) – 39 são de natureza noticiosa (em muitos casos reportagens ou artigos de fundo) e 33 são cartas de leitoras. A partir de 1975, o tema ganha muita exposição neste suplemento feminino d’*O Século*, chegando a ser tema central de capa. Revisitemos algumas das peças de investigação relevantes que se debruçam sobre a temática no ano de 1975.

“Aborto, infanticídio e abandono de filhos” (M&B, 1975, 3290) é uma reportagem de Maria Antónia Fiadeiro na prisão feminina de Tires.

Desde Janeiro de 1954, data da entrada em funcionamento da Cadeia Central de Mulheres, até à presente data, cumpriram pena por aborto, neste estabelecimento prisional, 223 mulheres, 154 como abortadeiras, intermediárias e acompanhantes das abortadas e 69 como abortadas (M&B, 1975, 3290).

No texto, refere-se que há uma impunidade geral dos maridos, companheiros destas mulheres. Contam-se histórias pessoais dramáticas, referindo-se que as prisioneiras vêm de camadas sociais desfavorecidas, têm baixa instrução e dificuldades económicas muitas vezes gritantes. As condenações destas mulheres em Tires variam entre «até 2 anos de prisão» e «mais de 5 anos» (M&B, 1975, 3290). A maioria das abortadas condenadas são solteiras (36), seguindo-se as casadas (31) e uma percentagem residual de viúvas ou divorciadas (2).

O artigo “Contraceção e Aborto” (M&B, 1975, 3302) compila testemunhos recolhidos por Lia Viegas e Maria José Paixão, ambas envolvidas na criação do *Movimento para a Contraceção e Aborto Livres e Gratuitos*, que conta com o apoio do *Movimento de Libertação do Aborto e Contraceção*, organização congénere francesa. Na peça publica-se o manifesto do Movimento português, que estima em 150 mil os abortos clandestinos

¹⁵⁰ Listemos alguns títulos de artigos sobre o *aborto* na *Crónica Feminina*: “Admissível, a interrupção da gravidez? O que pensam as mulheres a tal respeito?” (CF, 1975, 954); “Aborto: sinónimo de libertação? A mais bela resposta” (CF, 1975, 956); “Liberdade para o aborto” (CF, 1975, 978); “Mais um filme sobre os problemas da adolescência, desta vez sobre o aborto entre jovens universitários” (CF, 1975, 984); “O Dr. Ramiro da Fonseca esclarece, o aborto” (CF, 1975, 986).

praticados em condições «sub-humanas», então (anualmente) no nosso país, e defende-se que a legalização do aborto é um passo decisivo na luta pela libertação das mulheres: «A conquista do direito de dispor do seu próprio corpo é uma reivindicação explosiva numa sociedade capitalista como a nossa, assente por um lado na exploração de uma classe social, o proletariado, e por outro na opressão de um sexo por outro» (M&B, 1975, 3302). O manifesto chama a atenção para a indiferença com que certos «moralistas» do aborto lidam com dramas como o da violação e estupro. Além disso, exige «informação sexual objetiva e livre de todos os conceitos pseudomoralistas desde o ensino pré-primário», tal como centros de informação e difusão de contraceptivos nos bairros, fábricas, escolas e zonas rurais, «porque o direito ao aborto e à maternidade se insere na conquista de uma sexualidade livremente assumida» (M&B, 1975, 3302).

A reportagem “Aborto clandestino é crime” (M&B, 1975, 3306) versa sobre as condições em que as mulheres abortam ilegalmente, com poucas condições de higiene e saúde. A peça, assinada por H. de Carvalho, com fotografias de Alfredo Cunha, regista novamente a frase “O crime está na lei”, que dará título a um dossier. Nesta peça sublinha-se novamente a necessidade de dissociar reprodução e sexualidade: «Evitar conscientemente que o acto sexual conduza à gravidez é uma conquista humana» (M&B, 1975, 3306).

O tema do aborto ganha maior exposição mediática a partir de 1976, depois da exibição de uma edição do programa *Nome: Mulher*, dirigido pela jornalista Maria Antónia Palla, em que se faz «um apelo à legalização do aborto, praticado em condições de segurança e sem ofensa à dignidade da mulher» (Palla, 2014: 173).

Em 1975, a problemática do aborto estava na ordem do dia. [...] O programa *Nome: Mulher* não podia ficar indiferente a estas manifestações. E, em Fevereiro de 1976, apresentou um programa intitulado *Aborto não é um Crime*, integrando uma longa reportagem sobre a Clínica da Cova da Piedade onde se divulgavam métodos contraceptivos e se apoiava a realização de abortos gratuitos, através de novas técnicas, com discussões prévias e apoios psicológicos que humanizavam o acto e pretendiam evitar traumatismos na mulher (Palla *et al*, 2014: 172).

A jornalista é acusada de «indecência e incitamento ao crime»¹⁵¹, a RTP suspende o programa, mas só em 1979 Maria Antónia Palla é absolvida.

Contrariamente ao que pensavam os que se opunham à legalização do aborto, os três anos em que decorreu a investigação [do processo judicial] favoreceram a organização

¹⁵¹ Artigo “História da APF”, acedido online no site da organização, a 14 de novembro de 2015.

de uma campanha que envolveu vários sectores da sociedade portuguesa favoráveis, na sua maioria, à despenalização do aborto (Palla *et al*, 2014: 174).

Segundo uma cronologia da UMAR¹⁵², elaborada por Manuela Tavares, comunicados do PDC, CDS, PPD e Ordem dos Médicos condenam o programa após a sua exibição. No suplemento *Modas & Bordados* toma-se posição, com uma capa em que mulheres grávidas amordaçadas e algemadas se alinham em posição de luta (imagem 12).

Maria Antónia Fiadeiro dedica um editorial à polémica televisiva e posteriormente a M&B inicia uma campanha a favor do *aborto*, com o Dossier “Aborto: o Crime está na Lei”¹⁵³: «O programa sobre o aborto que foi emitido pela televisão no dia 4 de fevereiro já deu que falar. Já provocou várias reacções a vários níveis. Em suma: o problema do aborto entrou em debate público» (M&B, 1976, 3328).

Imagem 12: O aborto como tema de capa da M&B (1976, 3328)



Helena Vaz da Silva assina no *Expresso* (1976, 1972) a peça “O aborto na televisão: um escândalo desnecessário?”:

Ter passado aquele filme na RTP foi um acto de coragem mas foi também uma superficialidade. Não se ataca assim um dos mais profundamente enraizados tabus da nossa sociedade com uma peça tão sem rigor, tão sem força, tão sem génio – tão sem defesa, portanto, como era aquele filme. O problema do aborto existe e a possibilidade de cada um poder recorrer a ele livremente deve ser assegurada. Isso é indiscutível, e não são os protestos que logo surgiram contra a passagem do filme que nos convencerão do contrário (*Expresso*, 1976, 1972).

¹⁵² Cronologia publicada no site da UMAR, e acedida em 3 de Maio de 2014.

¹⁵³ Algumas abordagens sobre o aborto na M&B em 1976: “Aborto: método Karman” (M&B, 1976, 3329); “Aborto não é crime: Programa gera polémica” (M&B, 1976, 3332); “Abaixo assinado sobre o aborto” (M&B, 1976, 3344); “Sim, sou abortadeira” (M&B, 1976, 3348); “Sim, sou contra o aborto” (M&B, 1976, 3348); “Aborto pró ou contra?” (M&B, 1976, 3368); “Bruxelas julgou crimes contra as mulheres” (M&B, 1976, 3333).

A UMAR toma posição pública pela legalização do aborto no *Jornal de Notícias*, a 1 de abril de 1977, e a APF a 6 de março de 1978, n' *A Capital*. Em 8 de março de 1977 é entregue na Assembleia da República uma petição de 5 mil assinaturas exigindo a abolição da legislação sobre o aborto («e em especial do artigo 358º do Código Penal, que o considera um crime punível com dois a oito anos de prisão»), e o livre acesso aos meios contraceptivos¹⁵⁴.

DIVÓRCIO

No que diz respeito à categoria temática do *divórcio*, registámos o seu tratamento em 148 peças (10% do nosso total de entradas nas 4 publicações, ao longo do período em estudo). Verifica-se que o agendamento do *divórcio* cresce entre um primeiro momento (até 24 de abril de 1974) e um segundo momento (de 25 de abril até final do ano de 1974) de 11% para 15%, caindo para 8% no período de 1975 em diante. Analisando cada um dos anos, verificamos que o nível percentual mais elevado de agendamento do tema acontece em 1968 (16%, 25 artigos), antes ainda da queda do regime do Estado Novo e num ano em que o *corpus* conta apenas com 3 publicações (M&B, CF e DL, uma vez que o *Expresso* não havia ainda sido criado). Este nível elevado de discursos advém de um expressivo número de peças que a *Crónica Feminina* dedica à vida íntima de figuras públicas internacionais, noticiando seus casamentos e divórcios: artistas de cinema, músicos, figuras da realeza europeia e japonesa. Além disso, diversos artigos da *Crónica Feminina* noticiam também mudanças na vida íntima de figuras públicas portuguesas e de gente comum, anónima. No ano de 1968, a revista faz inquéritos de rua regularmente. Um jornalista colhe opiniões de transeuntes. Os afetos estão presentes nesta agenda, em artigos denominados “Amor em Grande Plano” (I, II, III, IV, V), publicados em 1968. Entre as perguntas que se colocam estão: «Acredita no verdadeiro amor? Acha que ele pode existir fora do casamento? O que pensa do divórcio? Quer acima de tudo ser feliz. Com quem? [...] De posição [social] diferente da sua? Se um dia se casar...» (CF, 1968, 619). Mas também se colocam questões acerca das relações extraconjugais e de educação sexual (CF, 1968, 620).

Os anos de 1974 e 1975 registam ambos uma percentagem de 13% no agendamento do assunto do *divórcio* no total da amostra. Em 1976 estes valores sofrem uma quebra para 5%.

¹⁵⁴ Informações acedidas numa “Cronologia sobre a luta pela legalização do Aborto em Portugal”, elaborada por Manuela Tavares, e acedida no site da UMAR, a 14 de novembro de 2105.

justificada pelo facto de o Estado português ter revisto a Concordata, consagrando enfim aos casais unidos pela Igreja, a possibilidade de se divorciarem.

O tema do *divórcio* corresponde a um dos casos raros em que a imprensa generalista (*Expresso* e DL) supera em termos relativos a imprensa feminina (M&B e CF) no agendamento mediático. Seria o divórcio um assunto ainda tabu no contexto feminino, na primeira metade de 1970? Citando Maria Antónia Palla, Manuela Tavares (2000: 51) refere que imediatamente à Revolução dos Cravos o movimento pelo divórcio¹⁵⁵ surge com «muita força», e que neste movimento, «que também era contra a Igreja», «os homens estavam envolvidos, porque lhes interessava resolver muitas situações familiares».

Vejamos os indicadores que temos do tratamento mediático deste assunto na imprensa generalista. O *Expresso* lidera o agendamento em termos percentuais. Aborda o divórcio em 32 peças (19% do seu total de artigos sobre a intimidade afetivo-sexual), sendo a esmagadora maioria (26) de âmbito noticioso – Francisco Sá Carneiro assina um artigo de opinião antes ainda do 25 de Abril de 1974 (*Expresso*, 1973, 16), intitulado “É necessário rever a Concordata”. O DL trata o tema do divórcio em 12 peças (12% do seu total de ocorrências) – 11 delas noticiosas. Segue-se o suplemento M&B com 59 ocorrências do tema, correspondentes a 12% do seu total de peças sobre a intimidade – curiosamente, nesta publicação feminina o divórcio tem mais peso na categoria *carta de leitor* (32 referências) do que no agendamento noticioso (apenas 18 peças). O período em que a *Modas & Bordados* dá mais atenção às problemáticas da intimidade baliza-se pela chegada de Maria Antónia Fiadeiro à chefia da redação em 1975. Como é nesta data que Salgado Zenha procede à revisão da Concordata, o assunto perde potencial reivindicativo, em termos políticos, sociais e, claro, mediáticos. Na CF fala-se de *divórcio* em 45 peças (6% do total de ocorrências desta publicação), maioritariamente num contexto mediático de exposição da vida privada de figuras públicas internacionais, mas não só, como já anteriormente referido.

¹⁵⁵O *Movimento Pró-Divórcio* renasce a 20 de maio de 1974, recolhendo depoimentos de «vítimas do regime concordatário e de eclesiásticos favoráveis à revisão da Concordata» (Matos, 2001: 94), promovendo encontros como o comício no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, a 21 de junho de 1974, e colecionando assinaturas para uma petição.

IV

CAPÍTULO IV – ANÁLISE QUALITATIVA: GISELA (MODAS & BORDADOS, 1975-1976): UM ESTUDO DE CASO

Um ano após a Revolução dos Cravos, uma carta anónima enviada à *Modas & Bordados* (1975, 3300) desencadeia entre as leitoras deste suplemento do jornal *O Século*, uma longa discussão sobre intimidade afetivo-sexual feminina e pré conjugal. A subscritora da missiva – Gisela (15 anos) – conta que fez amor “até ao fim” com um primo revolucionário, na noite do 25 de Abril de 1974 (altura em que teria ainda 14 anos). A narrativa da adolescente (imagem 13) choca leitoras tendencialmente conservadoras e gera uma onda de apoio entre leitoras tendencialmente liberais. As suas reflexões chegam à redação por carta, e são publicadas na secção *A Palavra às Leitoras*. Instala-se na revista *Modas & Bordados* um longo e fervoroso debate em torno da biografia sexual da jovem em particular e da sexualidade dos portugueses em geral. Gisela inspira a discussão sobre liberdade política e sexual, suas fronteiras públicas e privadas, ajudando a pensar a necessidade de ‘destabuização’ e liberalização da vida íntima. Os principais subtemas desta controvérsia moral promovida pelas leitoras são a legitimidade da sexualidade pré conjugal, a licitude da perda da virgindade feminina antes do casamento, o sentido do “amor livre”, o papel dos afetos e da sexualidade na construção identitária da mulher e a importância da afirmação de uma vivência livre e igualitária da intimidade, no contexto de edificação de um país democrático.

Imagem 13: Publicação da carta de Gisela sob título “Fiz amor na noite do 25 de Abril” na secção *Esta é a minha história* (*Modas & Bordados*, 1975, 3300)



O *Dossier Gisela* constitui-se o estudo de caso qualitativo da nossa análise de conteúdo dos afetos e da sexualidade nos *media*. A biografia sexual da adolescente, as narrativas apreciativas/depreciativas das leitoras (a que chamamos também de leitoras-comentadoras) e a estratégia da M&B em publicá-las são analisadas neste capítulo.

GISELA, BREVE RETRATO

Antes de começar a elencar as informações que Gisela dá sobre si na carta enviada à M&B, gostaríamos de atentar na afirmação de Loyola (1999: 36) de que «a sexualidade não é fixa», seus significados e conteúdos variam, não só no decurso da história da humanidade, como ao longo da história de vida dos indivíduos. Nas pesquisas empíricas sobre a intimidade é frequente considerarem-se biografias ou trajetórias pessoais. Nestas narrativas de vida, os indivíduos dão, por norma, relevo a certos eventos, entre eles ao da «iniciação amorosa/sexual» (Heilborn, 1999: 41). Na recolha destes relatos, o entrevistador solicita com regularidade um discurso sobre outras lembranças anteriores, «ligadas à familiaridade com o tema do sexo, à socialização do gênero e às redes sociais que abrigam essa trajetória», constitutivas do que Simon e Gagnon denominam por *scripts* sexuais (Heilborn, 1999: 41-42). O relato de Gisela vem exatamente nesta linha. Espontaneamente, prioriza a primeira relação sexual, destacando contextos marcantes na socialização da sua intimidade afetivo-sexual e de gênero, nomeadamente familiar e escolar.

Todos esses elementos [classe social, história familiar, etapa do ciclo de vida e relações de gênero estatuídas no universo em que habitam] fornecem as balizas para o processo de modelação da subjectividade, entendido como as circunstâncias sociais e biográficas que ensinam o sentido do *eu* (Heilborn, 1999: 41-42).

Não sendo uma biografia sexual de grande detalhe, até porque se trata de uma narrativa breve, escrita por uma jovem com apenas 15 anos, o testemunho de Gisela tem elementos muito próximos de um relato de vida centrando a intimidade afetiva e sexual numa lógica reflexiva contínua de afirmação do *self* (Giddens, 2001). A narrativa que envia à M&B, condensando elementos e acontecimentos marcantes da sua biografia sexual, é *transgressiva* e *reivindicativa* de novos direitos sexuais (Weeks, 1998) num Portugal em construção democrática, recém saído da ditadura repressiva do Estado Novo.

O que sabemos da adolescente, a partir deste testemunho escrito na primeira pessoa? Na carta Gisela foca diversos elementos biográficos: a idade (nascida em 1960), a proveniência social (família “burguesa”, “apolítica”, “obstinada”), o contexto conjugal dos pais (casados, mas

infelizes, evitando o divórcio apenas por causa do escândalo social) e a formação escolar (ensino primário num colégio de freiras, de onde é expulsa ao fim de 4 anos). Para além do passado, Gisela disserta também sobre o futuro, sobre os seus projetos de vida. Entre o 5º e o 7º ano, a adolescente deseja conciliar estudos (em regime noturno) e trabalho renumerado. O casamento está fora dos seus planos: pretende viver em união de facto – a coabitação reflete «uma vontade de independência normativa e de um ideal afectivo que não encontra expressão [nem no sacramento religioso e nem] no contrato civil» (Aboim, 2006: 140).

[...] a coabitação é, em qualquer dos seus estilos [*permanente, duradoura ou transitória*], indiciadora de desinstitucionalização porque significa que o casamento deixou de ser o único meio legítimo do acesso à conjugalidade ou à parentalidade (Aboim, 2006: 163).

Gisela almeja ser mãe num quadro à altura ainda ilegítimo, ou seja, fora do casamento – o princípio de igualdade entre filhos nascidos dentro e fora do casamento é estabelecido a partir de 1976, e só a partir de 1977 passam a ser reconhecidos os casais que vivem em união de facto (Aboim, 2011).

Na sua carta, a adolescente descreve características de personalidade – “amiga da justiça”, “contestatária”, “revoltada”, defensora da liberdade, “liberal” em termos afetivo-sexuais –, bem como algumas das suas perspetivas ideológicas centrais – descrente em Deus, na política do Estado Novo e no casamento. Vejamos melhor os sinais do seu desencanto religioso, político e social:

Um belo dia descobri que estava para chegar um irmão! Eu tinha 7 anos. [...] Era tão lindo e eu amava-o tanto! Nasceu no fim das férias e quando voltei ao colégio as freiras disseram-me que ele tinha morrido por vontade de Deus. A minha reacção imediata foi gritar que odiava Deus, que ele era mau, que o meu irmão nunca lhe tinha feito mal e que eu nunca mais rezava. E não rezei! Obrigaram-me a ir à missa o que me revoltava ainda mais. Quando já tinha 9 anos acabei de receber a hóstia, saí da igreja e cuspi-a na rua. Depois de fazer a quarta classe não me quiseram mais no colégio porque eu dava mau exemplo às outras meninas (M&B, 1975, 3300).

Apologista da resistência à ditadura salazarista, Gisela crê numa nova democracia e é simpatizante do socialismo.

Um dos meus primos foi preso pela D.G.S. quando eu tinha 12 anos. Ele tinha 16 e ao fim de um ano voltou de Caxias e a família quase que o excluiu. Era apenas uma criança e não era justo porem-no à parte, só porque ele tinha sido preso. Eu achava que ele tinha sido extraordinário. Era e é socialista. Comecei a encontrar-me com ele, às escondidas, falámos muito, de tudo, de Caxias [...] (M&B, 1975, 3300).

Finalmente, e em termos sociais, a adolescente é crítica de um dos pilares mais importantes da família tradicional.

Os meus pais estão mais democratizados [depois do 25 de Abril de 1974] mas mantêm-se apolíticos. Estão separados na vida conjugal mas vivem juntos por causa do escândalo. Discutem frequentemente. O casamento e o divórcio para mim não passam de disparates mas se estivesse no caso deles divorciava-me (M&B, 1975, 3300).

Gisela opõe-se ainda a diversas prerrogativas políticas, sociais e culturais promovidas junto da mulher no Estado Novo, a saber, à limitada formação escolar e profissional das raparigas, ao casamento obrigatório, a um quotidiano feminino devotado à domesticidade tratando da felicidade dos filhos e do marido, na inteira dependência social e financeira do cônjuge.

AGENDAMENTO MEDIÁTICO DO TEMA DA JUVENTUDE

Gisela decide escrever a sua história e enviá-la para o suplemento M&B, 12 meses passados sobre a Revolução dos Cravos. Seria uma jovem particularmente contestatária no Portugal de 1975 ou as suas inquietações e revoltas eram amplamente partilhadas por rapazes e raparigas do seu tempo? Qual a visibilidade mediática desta juventude contestatária entre o final dos anos 1960 e 1970? À primeira questão não nos é possível oferecer uma proposta de entendimento. Apenas à segunda.

O tema da *juventude* é agendado em 43 peças, 3% da amostra da nossa análise de conteúdo quantitativa dos *media* (*Expresso*, *Diário de Lisboa*, *Modas & Bordados* e *Crónica Feminina*), entre 1968 e 1978. A sua abordagem é mais frequente na revista *Modas & Bordados*: 27 artigos tratam o assunto (6% do total das suas peças). Não parece portanto um acaso a escolha da *Modas & Bordados* para Gisela veicular a sua narrativa. Um meio feminino, pró-liberal, onde o tema da *juventude* estava sob foco. Em termos percentuais, o *Expresso* é a segunda publicação a dar relevo ao tema no quadro geral dos afetos e da sexualidade: 6 artigos abordam as problemáticas da *juventude*, representando 4% do total de peças registadas neste semanário no período estudado. Na *Crónica Feminina* foram encontradas 10 peças, perfazendo apenas 1% do total de artigos da intimidade nesta revista. No *Diário de Lisboa*, publicação conhecida por ser muito lida entre jovens, não encontramos quaisquer registos.

Como evolui o agendamento do tema no global da amostra? No primeiro momento analisado são publicadas 12 peças (3% da amostra referente a esse período). No segundo, a

percentagem diminui para 2% (apenas 4 peças), e de 1975 em diante surgem 23 registos (3% do total de artigos identificados nesse momento). Dos seis anos em escrutínio, 1968 apresenta um valor percentual de agendamento do tema mais elevado (5%), seguindo-se 1975 com 4% (12 peças publicadas).

Na revista M&B, em meados de 1968, diversas peças colocam questões relativas à juventude, nomeadamente quanto às transformações de valores que lhe estão – então – associadas. Estas construções discursivas têm subentendidos conceitos como o de autenticidade, autonomia e igualdade de género. Vejamos o exemplo de dois artigos, “Nós e a Vida. Ela entra em casa tão tarde...” (M&B, 1968, 2968) e “ ‘Feminilidade’ 68 – um conceito que se modifica” (M&B, 1968, 2947):

Nunca tive até hoje razão de queixa dos meus três filhos, reinando sempre o melhor entendimento entre nós, sem problemas graves nem aborrecimentos. Mas eis que agora a minha filha mais nova, de 20 anos, me traz preocupada. Ela trabalha toda a semana em Lisboa, onde está hospedada em casa de pessoas da maior confiança, mas que não exercem sobre ela qualquer vigilância. Quero dizer que é uma hóspede como qualquer outra, tem a sua chave, entra e sai quando quer. [...] a minha filha vem passar todos os domingos a casa e tem-me falado num grupo de rapazes e raparigas com que às vezes sai. [...] imagine que tais reuniões acabam às 2 ou 3 horas da madrugada! (M&B, 1968, 2968)

A rapariga e a mulher jovem de 1968 recusam deixar-se impressionar por preconceitos antigos e querem poder realizar a vida que melhor lhes convém. Isto significa que conscientemente a mulher de hoje toma mais decisões e tem actos voluntários mais enérgicos (M&B, 1968, 2947).

Embora não especificamente sobre a juventude, no artigo “Feminilidade 68 – Um conceito que se modifica” (M&B, 1968, 2947), contrastam duas representações do género feminino: uma corresponde à idealização do modelo tradicional da mulher portuguesa («frágil», «emotiva», «crédula» e preocupada com os seus «meios de sedução»), a outra traduz a figura feminina emergente em finais dos anos 1960, mais decidida, segura, livre, realizada, liberta do imperativo da beleza e da necessidade de ser atraente.

O género da mulher frágil, emotiva, crédula, sem força muscular, mas bonita, preocupada com a sua ‘toilette’, o seu penteado, os seus meios de sedução e o seu trabalho, representa uma espécie de modelo tradicional de que alguns homens ainda não se libertaram. [...] Mas presentemente assistimos a uma tomada de consciência feminina cada vez mais precisa e generalizada que permitirá aos nossos filhos e aos nossos netos conhecer a mulher como sendo uma feminilidade mais livre, mais amadurecida, mais segura dela e mais específica. A ambição não será copiar o mundo

masculino, mas de ter possibilidade de se realizar a si mesma, como mulher, de uma maneira que tenha livremente escolhido (M&B, 1968, 2947).

Na obra *A Condição da Mulher Portuguesa* (1968), Agustina Bessa Luís atribui à juventude da época «desprendimento das coisas», uma «vida sem ambição que não seja imediata», e ausência do «conceito de pecado» (Rodrigues, 1968: 84). Em relação às jovens, a escritora defende uma nova atitude, livre também da obrigação de seduzir:

[...] vemos também que a mulher adquiriu a liberdade de ser reprovada esteticamente, e enfim vive sem humilhação a sua condição humana. Ela deixa de ser inteligível apenas no diálogo sexual, para ser a amada que não depende do condicionalismo da idade, da moda, da fortuna ou do favor da beleza. Livre não significa apenas ser economicamente suficiente, circular sem impedimentos, deliberar acerca do seu próprio destino; significa, acima de tudo, vencer a inibição de não se comportar conforme a sensualidade, e ter direito a não seduzir, não iludir, não corromper, ser feia ou formosa sem intenções (Rodrigues, 1968: 83).

Na publicidade são também recorrentes os discursos dirigidos à juventude. As marcas de tampões anunciam regularmente nas publicações femininas escrutinadas (em especial na *Modas & Bordados*) (imagem 14). Procuram chegar às raparigas e jovens adultas, valorizando conceitos como o de busca da identidade, maturidade, autenticidade e liberdade de escolha, características que as demarcariam de perfis de gerações antecedentes. Vejamos alguns exemplos discursivos inseridos em anúncios de tampões.

Imagem 14: Anúncio a tampões na revista *Modas & Bordados*, em 1973



Se perguntar à sua Mãe, ela provavelmente lhe dirá que é ainda muito jovem. Se perguntar à sua melhor amiga, ela provavelmente lhe dirá que está bastante satisfeita com O.B. (M&B, 1973).

Acho que as raparigas, actualmente, resolveram o problema. Quero dizer com isto que, com um certo esforço, uma rapariga pode ser exactamente como deseja ser. E o esforço, a mim, não me preocupa. Na verdade, detestaria ser rapariga no tempo em que elas eram apenas objectos de decoração! (M&B, 1973).

Uma das melhores coisas da vida é a liberdade. Liberdade para passear na praia, ou para fazer surf no mar, liberdade para gozar a vida com os bons amigos [...]. A sensação de que nada a impede de fazer a sua vida – eis a liberdade dos seguros tampões Tampax (M&B, 1975).

Entre 1968 e 1978, a juventude, seus valores e comportamentos, chegam à agenda mediática. Publicam-se peças jornalísticas sobre a forma como viviam e queriam viver, aqui e no mundo, os jovens da época. Além disso, as redações das publicações femininas foram dando também espaço editorial às convicções e protestos que as leitoras jovens enviam por carta.

Nós, os jovens de hoje, pretendemos acompanhar o mundo, não queremos uma vida vazia e sem significado algum mas sim uma vida útil e que nos possa realizar. Fazemos perguntas encontramos silêncio, expomos ideias encontramos incompreensão, queremos saber a verdade encontramos mentira, sim, encontramos mentira, porque a realidade é-nos negada a cada instante [excerto de carta assinada por Liliana Violante] (*Crónica Feminina*, 1968, 580).

Sobretudo após o 25 de Abril de 1974, a imprensa feminina tendencialmente liberal aborda novas formas de viver o amor e a sexualidade entre a juventude. Nestas peças questiona-se a forma como a sociedade em geral, e a família em particular, podem e devem lidar com a formação e a informação das novas gerações relativamente à intimidade afetivo-sexual. É necessária educação sexual? O que deve abordar? Quem a deve pôr em prática? Que vantagens trará? Que práticas legitimar? Como entender a sexualidade pré conjugal? Vilar (2009: 23) defende que a questão da «sexualidade juvenil tem sempre como pano de fundo questões como os elevados níveis de gravidez e de maternidade na adolescência. Mas subjaz sempre a esta questão uma outra – a aceitação ou a condenação moral da vivência da sexualidade nos jovens».

Maria do Carmo Abreu, diretora da *Crónica Feminina* em 1968, dedica o editorial “Como nasce uma criança” ao filme *Helga*, que esgotava lotações «em quase toda a Europa», pela exibição explícita do fenómeno do parto (CF, 1968, 597). Na peça, Maria do Carmo Abreu

defende a urgência de dar aos jovens a possibilidade de serem educados em matérias relacionadas com a sexualidade e a reprodução: «*Helga* não será o sinal que é tempo de ensinarmos a nossa juventude a conhecer a vida tal como ela é, sem ‘tabus’ inexplicáveis, que causam mais mal do que um lúcido conhecimento dos factos?» (CF, 1968, 597).

Entre o nosso *corpus*, a revista que maior agendamento faz do tema da juventude é a M&B. No artigo “Quem nos lê” (M&B, 1976, 3325) revelam-se as conclusões do já mencionado “inquérito” que tinha por objetivo conhecer o perfil e interesses editoriais do público da revista. A socióloga Maria José Paixão, responsável pelo “inquérito”, explica que as 135 leitoras que respondem estão sobretudo entre a faixa etária dos 15-19 anos, grupo etário em que se inclui Gisela.

Olhemos para o suplemento M&B em 1975, ano da publicação da narrativa “Fiz amor na noite do 25 de Abril”. Que ângulos de abordagem privilegiam os artigos sobre a juventude?¹⁵⁶ Amizades, conflitos na relação com os pais, crises na adolescência, consumo de droga, sexualidade e homossexualidade são os subtemas preferenciais. O artigo “Droga e amor aos 15 anos” (M&B, 1975, 3294), assinado pela jornalista Susana Ruth Vasques, é publicado seis números antes da carta de Gisela (imagem 14). Na entrada da peça refere-se:

A revolta da juventude, nos últimos tempos, lembra um tanto a dos operários no início da era industrial. [...] protestam desesperadamente contra uma sociedade repressiva e burocrática cujos valores recusam. As músicas que tocam parecem bárbaras. As roupas que vestem parecem-nos apodrecidas. Drogam-se, fazem amor numa idade em que nós, adultos, não fazíamos mais do que sonhar vagamente com ‘desejos proibidos’, contestam e tentam reformular todo o sistema de valores tradicionais. Será moda passageira ou um ataque aos fundamentos da nossa sociedade? (M&B, 1975, 3294).

Para além da proximidade temporal dos dois artigos¹⁵⁷, e da coincidência de idades entre as jovens entrevistadas para “Droga e amor aos 15 anos” e a própria Gisela, há repetição de algumas ideias/expressões em ambas as peças: «fazer amor até ao fim», «o casamento e o divórcio não passam de disparates», a sexualidade é uma manifestação do amor.

A peça jornalística “Droga e amor aos 15 anos” poderá ter despertado (ou reforçado) na jovem Gisela a motivação para contar a sua história afetivo-sexual. A publicação M&B dava mostras de interesse pelo tema da juventude e revelava uma atitude empática (compreensiva)

¹⁵⁶ Exemplos de artigos publicados em 1975 na *Modas & Bordados*: “As más companhias” (M&B, 1975, 3289); “Adolescentes em crise - Não queremos os pais que temos” (M&B, 1975, 3292); “O conflito Mãe-filha” (M&B, 1975, 3293); “Adolescentes em crise - Droga e amor aos 15 anos” (M&B, 1975, 3294); “Falamos duas mães – Filhos ‘maricas’ e Pensa bem Cristina” (M&B, 1975, 3317).

¹⁵⁷ O artigo “Droga e amor aos 15 anos” é publicado na M&B a 2 de abril de 1975 e a narrativa de Gisela “Fiz amor na noite do 25 de Abril” (secção *Esta é a minha história*) é publicada a 14 de maio de 1975.

das novas vivências dos jovens, da sua rebeldia e contestação face aos modelos mais conservadores em matéria de moral sexual, herdados das gerações anteriores: «A nossa primeira reação é de os condenar, porque nos metem medo. Mas antes de condenar, é preciso tentar compreender» (M&B, 1975, 3294), escreve a jornalista.

Imagem 15: Reportagem sobre “Droga e amor aos 15 anos” (M&B, 1975, 3294)



Foquemos com maior detalhe os testemunhos das jovens entrevistadas por Susana Ruth Vasques no artigo “Droga e amor aos 15 anos”. São quatro adolescentes (idades entre 15 e 16 anos), estudantes de liceu, com pais liberais ou conservadores em sede de afetos e sexualidades. Nos seus depoimentos defendem o exercício da sexualidade enquanto expressão/manifestação do amor/paixão¹⁵⁸, a importância da educação sexual¹⁵⁹, a desvalorização do imperativo da virgindade nupcial, que deve ser decidida em liberdade, não mais sendo valorizada por rapazes “modernos”, e a igualdade de género nas vivências da intimidade, pois ‘elas’ sentem desejo sexual tal como ‘eles’, tendo por isso igual direito a experimentá-lo.

– Gostas de fazer amor?

Muito, porque gosto do M. vamos aprendendo a conhecer-nos, quer fisicamente quer na maneira de pensar. Não faço amor só pelo acto em si, como muitas pessoas. [...] Na primeira noite senti-me frustrada pela dor. Posso dizer mesmo que não gostei, tive uma desilusão. Mas como sabia que isso era normal, não fiquei preocupada. Conversei com o M. E começamos então a aprender. É importante estarmos preparados (rapazes e raparigas) para a ideia de que em amor também se aprende. Acho que é muito importante a maneira como se é educado, a maneira como a virgindade é considerada

¹⁵⁸ «[...] ainda não fiz amor porque não encontrei o moço com quem me apeteça verdadeiramente. Prefiro esperar até que goste muito de alguém» (M&B, 1975, 3294).

¹⁵⁹ O [fazer] «amor também se aprende» (M&B, 1975, 3294).

na família. Se não tivesse conversado antes com a minha mãe (antes e depois) talvez tivesse ficado muito desiludida com a primeira vez. [...]

- Estou a pensar que devíamos ter a liberdade de fazer amor em nossas casas. Estamos sujeitas a encontrar sítio ou não (a casa de uma amiga ou de um amigo cujos pais foram para fora, por exemplo). [...]
- E se vocês encontrassem moços que não vos quisessem por já não serem virgens?

A resposta é unânime: não eram pessoas com quem pudéssemos conviver ou que correspondessem às nossas ideias sobre a vida. Além disso, os rapazes modernos não são virgens e por isso admitem que nós não o sejamos também. O M. Julgava que a Cristina já não fosse... E a virgindade deve decidir-se livremente, como as outras coisas importantes da nossa vida (M&B, 1975, 3294).

Estamos perante um atitude que promove a sexualização do amor, a universalização do direito às vivências da sexualidade, independentemente do género e da circunstância (conjugal ou não) em que seja vivida, mas também uma valorização da aprendizagem contínua do prazer sexual. As jovens entrevistadas por Susana Ruth Vasques entendem que “fazer amor até ao fim” é uma prática sexual penetrativa, legítima antes do casamento, mas que na experimentação sexual juvenil se deve poder explorar o corpo e as sensações, antecipadamente, sem chegar logo ao coito. Em causa, no testemunho destes jovens, estão portanto novos *scripts*, da sexualidade como jogo, descoberta, exploração do corpo e do prazer, contrastantes com visões conservadoras que prescrevem uma sexualidade receosa da exposição e exploração da sensualidade, sobretudo feminina.

Eu fiz amor com o M. – conta Cristina – porque estava muito apaixonada. Também tinha curiosidade em saber como era porque sentia um desejo dentro do meu corpo. Como gostava dele e já nos tínhamos beijado e acariciado, comecei a tomar a pílula para “o que desse e viesse”. A minha mãe, com que converso de todas as coisas, tinha-me dado a entender que, antes de fazer amor “até ao fim”, podíamos explorar e conhecer o nosso corpo e as nossas sensações (M&B, 1975, 3294).

O testemunho remete-nos para uma juventude feminina que escuta o corpo, que aceita e assume o desejo sexual, que o discute abertamente (em alguns casos no próprio contexto familiar) e que o ensaia na prática pelo argumento do amor (e da curiosidade pessoal), acautelando com responsabilidade a vertente anticoncetiva. Este paradigma em nada se confunde com o modelo convencional da jovem que se entrega sexualmente nos braços do namorado, receosa de uma eventual gravidez, de ser abandonada por ter perdido a virgindade, de ser apontada como imoral no seu contexto social.

Na peça da *Modas & Bordados* cita-se um psiquiatra, sem se referir o seu nome. O especialista diz que 90 por cento das jovens de 15 anos que o procuram nas suas consultas já não são virgens, mas que os pais desconhecem o facto. O médico sublinha que a juventude portuguesa de meados de 1970 se inicia sexualmente mais cedo (embora tenha relações monogâmicas), pelo que precisaria de informações sobre contraceção, e de educação sexual. É de supor que as jovens portuguesas que procuravam o apoio de um psiquiatra, fossem à altura provenientes de um contexto social, económico e cultural muito favorecido.

Segundo os especialistas, os jovens tendem hoje a estabelecer ligações fixas mais cedo do que noutros tempos. A juventude, se não é abstinentes, pelo menos é fiel... [...] Antes de dar o grande passo, a adolescente dever ser informada das consequências dessa experiência e não ir para ela por simples curiosidade (M&B, 1975, 3294).

No artigo, as jovens entrevistadas também referem a necessidade de informação sobre contraceção e defendem que o Estado deveria criar organismos próprios para o efeito: «centros que mantivessem o segredo dos nossos nomes e nos ajudassem sem nos denunciar aos nossos pais. Ou então, seria melhor educarem os nossos pais» (M&B, 1975, 3294).

Destaque-se finalmente os juízos negativos (entre as raparigas entrevistadas por Susana Ruth Vasques e Gisela) acerca do casamento/divórcio («disparates burocráticos») e dos seus juízos abonatórios relativamente a uma partilha da vida em comunidade (M&B, 1975, 3294).

Embora não possamos inferir perentoriamente os motivos que levaram Gisela a contar publicamente a sua história sexual na *Modas & Bordados*, parece-nos importante evidenciar dois possíveis fatores: envolvimento político com o projeto de ‘edificação’ de um país democrático e a convicção de que a intimidade é central (e não periférica) na consagração de uma vivência livre e igualitária; empatia com uma publicação que reafirma muito claramente depois do 25 de Abril de 1974 o seu apoio à emancipação feminina e a sua compreensão por vivências mais liberais da intimidade, nomeadamente entre os jovens.

DERRUBANDO O MURO DA JOVEM PORTUGUESA

Gisela descreve-se na carta enviada à M&B como uma rapariga rebelde: decidida, coerente com os seus princípios, intolerante à injustiça, destemida, contestatária, indomável. A adolescente não se sente revolucionária, deixando entender que esse é um valor superior, de maior maturidade. Afirma aliás uma distinção entre ser-se revolucionário (como o primo) e ser-se revoltada (como ela própria). Mas a revolta não é para Gisela uma característica ligeira

em termos emocionais. Reconhece-o quando deseja que seus filhos não a experimentem, pelo menos enquanto adolescentes. Este sentimento está associado ao sofrimento, à hipocrisia, à injustiça que viveu. É sintoma de um mal-estar social. A revolta de Gisela dirige-se contra a geração dos seus pais (e familiares), permissivos, coniventes, pactuantes com os poderes político, religioso e moral do Estado Novo. A revolta de Gisela é consciente, ponderada e consistente (foi pensada, sentida e posta em prática). É uma revoltada corajosa, que enfrenta os mais próximos, nomeadamente a família, ou as freiras do colégio religioso em que estuda, assumindo as suas posições publicamente. Trata-se de uma revolta abrangente, que recusa a dominação seja ela política, religiosa ou moral. Não se reconhecendo revolucionária, a adolescente demonstra uma sensação de pertença à luta pela liberdade, conquistada com a revolução.

No início dos anos 1960, 14 anos antes de Gisela enviar a sua narrativa à M&B –, um jovem estudante (Artur Marinha de Campos) faz chegar a famosa *Carta a uma jovem portuguesa* à publicação universitária coimbrã *Via Latina* (1961, 130). Nesta missiva que também gera expressiva celeuma entre a sociedade conservadora da época, o estudante (então anónimo) denuncia a tremenda desigualdade de género que coloca a jovem portuguesa (em concreto a jovem estudante) numa situação de opressão e infelicidade, pela obediência aos valores morais que interditam o seu crescimento identitário, emotivo e afetivo-sexual, durante a juventude/princípio da idade adulta. Artur Marinha de Campos lamenta na sua narrativa a falta de liberdade, de autodeterminação e de revolta das raparigas. Caracteriza-as como seres sujeitos à «repressão mental», «passivos» e «submissos», temerários, dispostos a aceitar que o amor é apenas «passividade», «dever» e «obrigação» (VL, 1961, 130). Artur Marinha de Campos incita a jovem portuguesa a saltar o muro que a separa dos rapazes do seu tempo, beneficiários de mais direitos na busca, descoberta e construção identitária de si próprios. Do lado de lá do muro, ou seja, no lado masculino, a ordem social seria mais justa e favorável.

Para vós, raparigas, [cabe-vos] o lado de lá desse muro; o mundo inquietante da sombra e da repressão mental. [...] Só nos é permitido atravessar o muro para escolhermos. E eu escolho-te a ti jovem portuguesa. Tu que estás passiva e submissa no canto onde te procuro. Tu que tens os olhos azuis ou negros. [...] Tu que coras e me desconheces. Que tremes e que sorris. Tu para quem eu sou só a presença perturbante de um dos que estão no mundo do lado de lá. Tu que vens abúlica e absorvente para eu moldar; que esperas que eu diga para dizeres, que ingenuamente finges, porque te ensinaram que a verdade é mentir. Tu para quem o amor é passividade, dever e obrigação. Tu vítima de todos nós e de ti mesma. Tu vítima do nosso desejo não concretizado e portanto falseado e iludido. Tu que esperas dentro de uma serenidade confusa e depois diante de mim desconfias, te inquietas e mentes. Tu que eu não quero escolher mas tenho de querer

escolher. Tu. Jovem portuguesa. (*Via Latina*, 1961, 130)

Para Artur Marinha da Campos, o namoro entre jovens à época é amplamente sujeito a interditos, «espiado», e a rapariga vive o amor de forma conflituosa, culpabilizante, temerária, sofrida, servil.¹⁶⁰

Eu dou-te a mão no nosso caminho. Para ti, o dar a mão, é um acto estabelecido numa cadeia que se sucederá. Beijas-me e sofres. Dizes: “Não o devia ter feito” [...]. Vives no conflito de livremente me queres e de intimamente me desconheceres e por vezes detestares. [...] Tenho de estender-te os braços onde não nos vejam e não nos espiem. Queremos amar-nos e conhecermo-nos e não podemos. Há aqueles que não se amam e não querem que se ame. [...] És um servo que é aliciado mas tem de resistir. Fazes pagar essa servidão (*Via Latina*, 1961, 130).

As jovens portuguesas rebeldes, contestatárias dos padrões sexuais e de género veiculados pelo Estado Novo, seriam ainda raras, na perspetiva deste estudante de Coimbra: «Rapariga portuguesa! És tu que eu não procuro, mas és tu que eu encontro» (*Via Latina*, 1961, 130).

Um ano depois do 25 de Abril de 1974, Gisela dá expressão pública à revolta feminina, ansiada por Artur Marinha de Campos. Na narrativa sexual enviada à M&B, manifesta-se uma jovem desperta, esclarecida, corajosa, autónoma e livre, que contesta a moral sexual por coerência com os valores que escolheu para si. Gisela é a antítese da jovem que Marinha de Campos descreve, a jovem que espera «passivamente como um pântano» ou a jovem que quebra as regras da moral social porque o rapaz de quem gosta a faz quebrá-las, e não a jovem «independente», «de livre arbítrio» (*Via Latina*, 1961, 130). A questão da autodeterminação feminina, da liberdade de decisão e de escolha, era já fundamental na *Carta a uma Jovem Portuguesa* (VL, 1961, 130).

És livremente dependente e não livremente livre como o devias ser. Ensaias a emancipação por uma simples revolta, mas a opressão é demasiado forte para só com isso ser vencida. [...] Enquanto o mundo do homem e da mulher não forem um só e único mundo, deves agir fundamentalmente, pela tua condição feminina, junto das jovens que te temem e te renegam. [...] Jovem portuguesa! [...] Serás autónoma e livre. Mas para isso é preciso que saibas que o não és, porque o não és, e que queiras, decidida e firmemente sê-lo. Tens de saber porque te negam a libertação. Tens que ver no rapaz que te espera um aliado e não um inimigo a quem tens de mentir para te deixares conduzir e sentires-te segura. Tens de o aceitar pleno de defeitos, de incompreensões, brutal e sensual por vezes, mas nunca como um senhor [...]. [...] Hoje temos mais que nunca necessidade de ti. Necessidade de findar com a mentira e com a falsidade. Necessidade do teu despertar e do teu esclarecimento. [...] Tens de derrubar

¹⁶⁰ Mónica (1996: 217) refere que em maio de 1961 o jornal *Encontro* publicava uma nota de Carlos Ferreira de Almeida e Luís Brás Teixeira, declarando que a *Carta a uma Jovem Portuguesa* era apologética do “amor livre”.

conosco o muro que nos separa. [...] Tens de entrar no nosso mundo errado, mas errado por tu não estares lá. [...] Só então te poderei amar, não na sofreguidão, na ansiedade e na mentira, mas sim à luz de um dia jovem, à luz do que nasce e floresce, dentro da coletividade juvenil (*Via Latina*, 1961, 130).

Comparemos alguns passos que Artur Marinha de Campos (AMC) desejava ver a jovem portuguesa do início da década de 1960 tomar, com certos gestos de Gisela, tomados em meados de 1970. Há entre eles uma evidente coincidência.

- AMC lamenta as jovens portuguesas vítimas de repressão mental, passivas e submissas, tímidas e temerárias, para quem o amor é passividade, dever e obrigação. Gisela está nos seus antípodas: ativa, insubmissa, ousada e corajosa, para quem o amor é uma escolha, um exercício de liberdade;
- AMC afirma que para a rapariga do seu tempo o sistema social tinha demasiada força, sentindo que devia aceitá-lo, integrar-se. Gisela está nos seus antípodas, contesta-o publicamente, reclama para si propostas diferenciadas, nomeadamente ao nível das formas de relacionamento e compromisso;
- AMC diz que a rapariga do outro lado do muro sofre quando beija, sofre e arrepende-se. Gisela está nos seus antípodas. Inicia-se sexualmente numa noite de euforia e festa, orgulhando-se disso;
- AMC diz que não podem amar-se os jovens separados pelo muro. O seu amor é impedido pelos que vivem frustrados no amor, por aqueles que os polícionam, por aqueles que querem que o amor não se faça. Gisela está nos seus antípodas. O seu amor quebra impedimentos de terceiros, rompe com a moral sexual convencional. É decidido, vivido e apregoado sem segredos;
- Gisela ama enfim, tal como AMC imaginou, “à luz de um dia jovem, à luz do que nasce e floresce”, ou seja, num momento chave de viragem política, social e cultural. Na noite do ‘dia zero’ de um país renovado, sonhando a democracia.

Weeks (2007: 65) considera que os dois elementos fundamentais nas mudanças que tiveram lugar a partir dos anos 1960, conduzindo a um período de rebalanceamento nas relações sociais, são as mudanças entre gerações e entre os dois sexos, ambas reivindicadas tanto por Artur Marinha de Campos como por Gisela, muito embora com década e meia de intervalo.

Ainda durante o período em que “Fiz amor na noite do 25 de Abril” é discutido na M&B, o semanário *Expresso* (1976, 170) publica o artigo “Virgindade e castração: uma pré-história”.

Nesta peça, Maria Avelar defende que a virgindade era «o problema capital da opressão feminina», que continuava a ser tratado como «um assunto secundário» ao qual se fugia.

Será a virgindade um pormenor? Não é com esta primeira exigência, a virgindade, que se retira à mulher o direito à sua sexualidade, ao seu corpo, mesmo a uma maternidade livre [...] [...] A exigência da virgindade é a primeira castração que nos é feita, e determina para sempre o lugar que nos é permitido ocupar na sociedade actual (*Expresso*, 1976, 170).

Como uma leitora-comentadora do *Dossier Gisela* refere na M&B, o problema trazido pela jovem rebelde podia resumir-se a uma só pergunta: «”actualmente num mundo que tenta formular uma nova moral baseada no novo conceito do papel da mulher na sociedade, é lícito ou não uma mulher ter relações sexuais antes do casamento?” [...] Pessoalmente quer-me parecer que sim, dentro de um amadurecimento da personalidade e de um conceito de responsabilidade» (M&B, 1976, 3346). A virgindade nupcial feminina é o conceito moral sexual basilar que Gisela contesta pela sua narrativa.

GISELA: WOULD-BE SEXUAL CITIZEN¹⁶¹

«Falatório», «celeuma», «polémica», «protesto», «escândalo», «inadmissível [...] dossier complicadíssimo onde toda a gente fala e ninguém se entende», «veemente debate», são alguns dos conceitos usados para referir a longa e emotiva discussão em torno de Gisela, na secção *A Palavra às Leitoras*, da M&B.

Numa perspetiva tendencialmente conservadora, não é compreensível tanto «falatório» e é enfastante ler tantas cartas sobre o tema. Para estas leitoras o assunto «já devia ter morrido» há muito, não se justificando de maneira nenhuma que dele se tenha falado ao longo de mais um ano. «Só porque uma rapariga fez amor precisamente na noite do 25 de Abril, este caso deu logo pano para mangas. Se fosse de facto uma rapariga sensata não o revelava publicamente e não dava ares de ingénua e não culpava os pais daquilo que fez» (M&B, 1976, 3344). Porém, também há leitoras liberais que consideram que o caso representa algo comum, regular, não merecendo por isso fazer correr tanta tinta.

O meu choque, pois o tive, não foi por Gisela que é jovem, feliz e até quer acabar os estudos para trabalhar e constituir família. Este veio depois, com o escândalo que a história provocou (M&B, 1975, 3313).

¹⁶¹ *Cidadão sexual* idealizado, pretendido, em construção. Conceito desenvolvido por Weeks (1998).

[...] já estou farta de ler tantas cartas que não falam noutra coisa senão no caso Gisela. Ora pergunto eu: será que a GISELA foi a primeira mulher, ou pseudomulher, como lhe queiram chamar, ‘a errar’, segundo o vosso conceito? (M&B, 1975, 3317).

Os protestos que esta história levantou é que me parecem de espíritos atrofiados por preconceitos» (M&B, 1975, 3322).

Ainda numa perspetiva tendencialmente progressista várias leitoras valorizam a polémica. Consideram até fundamental «um balanço ao Dossier antes de o lançar na morte dos arquivos» (M&B, 1976, 3333). Através do testemunho da jovem que fez amor na noite do 25 de Abril de 1974, questionou-se um assunto interdito: «[...] houve debate, tabus expressos em letra de forma, questões, saídas dos limbos da vergonha burguesa, enfim postas a claro, enfim formuladas. E isso é importante» (M&B, 1976, 3333). Para estas leitoras é extremamente necessário que se continue a refletir e debater os problemas sexuais – «não penso que sejam de mais as palavras gastas com problemas como o da Gisela» (M&B, 1976, 3346). Porque eram ainda muitas «as angústias e dramas» das mulheres portuguesas sobre a intimidade, «às vezes por ignorância e medo de perguntar» (M&B, 1976, 3326).

Que impacto terá tido a história de Gisela na transformação da intimidade neste período de transição em Portugal? Embora seja impossível determinar com exatidão essa influência, sabemos que nos últimos 30/40 anos proliferaram um sem fim de histórias e narrativas que por um lado refletem mudanças sociais amplas, e por outro trouxeram consigo a linguagem dessa mesma mudança, tornando-a possível (Weeks, 1998). No caso Gisela estão presentes ambas as dimensões. A carta da adolescente que fez amor na noite do 25 de Abril é escrita e enviada num contexto já de mutação social ao nível da vida íntima e privada, sobretudo nas camadas mais jovens, mas traz ela própria a linguagem dessas alterações. Constitui-se como um manifesto de vida, pessoal e transmissível, ao nível dos afetos e das sexualidades. A sua narrativa faz o *coming out* de um desejo de mudança do papel sócio-sexual da mulher e do jovem na sociedade portuguesa democrática de meados dos anos 1970.

Sabemos hoje que as decisões mais íntimas dos cidadãos são modeladas (‘formadas’) por muitas das instituições públicas, mas também que as ajudam a formar e modelar. Plummer (2003a) atribui à sociologia a competência de tentar compreender como o “público” se pode tornar mais pessoal (e privado) e como o pessoal se pode tornar mais público – refere-se aliás a «sofrimentos pessoais» e «problemas públicos» para designar a inter-relação entre estas duas dimensões. As reivindicações em torno do corpo, dos relacionamentos e da sexualidade

inscrevem-se segundo Plummer (1996: 46) no emergente campo da *cidadania da intimidade*, estreitamente relacionado com a afirmação de novas esferas públicas, debates e histórias.

Na modernidade tardia, e para muitas pessoas, há muitas decisões que podem e têm, cada vez mais, de ser tomadas sobre a vida: tomar decisões em torno do *controlo (ou não) sobre* o corpo de cada um, seus sentimentos e relacionamentos; em torno do *acesso (ou não) às* representações, relacionamentos, espaços públicos, etc.; em torno de *escolhas fundamentadas socialmente (ou não) sobre* as identidades, experiências de género, experiências eróticas. Novos tipos de novas histórias estão em formação em torno dos nossos corpos, das nossas capacidades reprodutivas, dos nossos relacionamentos, das nossas formas de educação dos filhos, dos nossos sentimentos, das nossas representações, das nossas identidades, dos nossos géneros, das nossas sexualidades, até mesmo das nossas espiritualidades? (Plummer, 1996: 46-47).¹⁶²

Em Gisela assistimos a um debate que é político, em que se evidenciam tanto «sofrimentos pessoais» como «problemáticas públicas» (Plummer, 2003a). A história da adolescente coloca em discussão propostas diferenciadas de entender e viver o corpo, a sexualidade, o género, as identidades, as espiritualidades (Plummer, 1996).

Às interrogações com que nos confrontamos nos nossos dias – e. g. como devemos conduzir a nossa vida pessoal –, Plummer (2003a: 16) defende que precisamos encontrar respostas, não em discussões sobre princípios abstratos, mas em histórias de vida, autobiografias e outras narrativas, em *moralidades concretas ou enraizadas*¹⁶³ (Plummer, 2003a: 16), fundamentais para o entendimento da forma como as pessoas conduzem as vidas morais no quotidiano. Plummer (2003a: 108) considera que as histórias com uma moralidade enraizada nos permitem conhecer os dilemas éticos e morais, pois geram conflitos entre grupos, sobre temas contestados nas nossas vidas. Segundo Plummer devemos estudar estes processos enraizados no dia a dia das pessoas. São vozes múltiplas, que refletem o local e o situacional, são repositórios de emoções, ideias acerca da normalidade.

Quando as pessoas trabalham as suas posições morais, costumam recorrer a eventos específicos das suas vidas. Contam como lidaram com a sua infertilidade, as suas diferentes experiências sexuais, os seus divórcios. Transformam as suas preocupações morais nas suas histórias de vida ou nas histórias de vida de outros. Podemos perguntar como estas posições morais fundamentadas em histórias foram contadas, como se tornaram recursos na vida das pessoas. E como os outros aprenderam com elas, criando teias de histórias interligadas? (Plummer, 2003a: 98).

¹⁶² Todos os excertos deste capítulo foram traduzidos pela autora.

¹⁶³ *Grounded everyday moralities*.

Para Weeks (1998: 47), as novas histórias sobre o género, a sexualidade e o corpo, que foram sendo narradas após os anos 1960, tiveram o impulso de novos movimentos e comunidades que as originaram, ou que ajudaram a divulgar e reescrever. Em Gisela, a revista *Modas & Bordados* tem esta função impulsionadora. Embora não se possa considerar instrumento de nenhum movimento, representa uma visão editorial pró-feminista. Incentiva a refletir sobre questões da intimidade, enquadradas num contexto de ponderação sobre a identidade feminina, e o seu papel social e político na construção de um Portugal democrático.

O crescimento significativo de histórias sexuais na contemporaneidade, seja através da literatura, dos *media* ou de movimentos sociais, espelha uma mudança dos espaços sociais – as audiências quebraram com as barreiras tradicionais (Plummer, 1996). O que interessa não é tanto quanto o sexo é discutido, embora isso também seja importante, mas como é discutido e as possibilidades criadas por essa discussão para aumentar a autonomia (Weeks, 1996: 9).

As novas políticas de narração de histórias pessoais sexuais, conscientes da diversidade e da contingência, democráticas nas suas formas participativas, abrindo-se à possibilidade de diferentes escolhas de vida, criaram as alternativas a que Plummer chama de “cidadania da intimidade” (Weeks, 1996: 7).

O impacto da história de Gisela na M&B tem exatamente este perfil e potencial. Estamos perante um exemplo de *moralidade enraizada no quotidiano*, que vem abrir novas possibilidades de escolhas de vida ao nível afetivo e sexual. A voz da adolescente, e das leitoras-comentadoras que também expõem as suas vivências, as suas visões, as suas escolhas, são exemplos da proliferação discursiva em torno da intimidade que se afirma nesta época, no nosso país. Representam uma nova possibilidade de pensar a intimidade, uma nova possibilidade de a dizer, uma nova possibilidade de ser, em termos afetivos e sexuais. A adolescente levanta a sua voz contra um padrão de ausência de diversidade na expressão de escolhas íntimas. No *Dossier Gisela* está patente um sentido de democratização das narrativas sexuais, uma ‘vontade’ de fazer baixar barreiras morais (Weeks, 2007).

O que é próprio dos nossos dias é diferentes vozes apresentarem as suas verdades, em cada vez mais meios (Weeks, 2007: 10): «Agora podemos ouvir todos os que querem falar [...] – dos *talk shows* aos filmes caseiros, dos Parlamentos aos *media*, das ruas aos blogs pessoais na Internet. [...] Mas isto não significa que vale tudo. Enquanto algumas barreiras são removidas, outras são levantadas».¹⁶⁴

¹⁶⁴ Todos os excertos da obra foram traduzidos pela autora.

O poder das narrativas não deve ser ignorado (Weeks, 2007). As histórias pessoais são muito importantes na vida social (Plummer, 2003a). Os sistemas éticos são aliás construídos à volta da noção de *storytelling*. Citando Plummer, Weeks (2007) realça que a polifonia de histórias pessoais sexuais nos refaz e reinventa o sentido da intimidade. Ajuda-nos a compreender a cultura, identidades e passado (Plummer, 1996).

As narrativas pessoais sexuais são processos políticos. As histórias que contamos das nossas vidas, como Plummer argumenta, estão “profundamente implicadas na mudança moral e política e os contos de mudança do *self* e de identidade carregam potencial para uma transformação radical da ordem social” (Weeks, 1996: 7).

Gisela é uma história pessoal sexual que encontrou o seu momento no pós-revolução dos Cravos. Segundo Plummer (1996) este é um elemento-chave: cada história tem o seu momento específico. Há razões para que as histórias pessoais se afirmem com sucesso no seu tempo, ou se mantenham adormecidas, dormentes, dissidentes, até inoperantes, deslocando-se para fora dele (Plummer, 1996).

[...] pouco a pouco as histórias pessoais começam a sair de um pequeno espaço da imaginação para uma língua, através de alguns narradores e numa comunidade já amadurecida e pronta para escutar. O que é crucial neste processo é o momento em que estes contadores de histórias pessoais aparecem à vista do público: escrevendo livros, revistas, aparecendo em outros meios de comunicação, etc. (Plummer, 1996: 43).

As histórias pessoais sexuais têm portanto os seus tempos próprios (Plummer, 1996). Entre outros aspetos, a sua força passa por existir quem as oiças e as aprecie, alguém que normalmente integra uma comunidade de suporte mais ampla. Estes mundos sociais não precisam de ser comunidades enraizadas, localizadas, basta apenas que haja «um sentido de pertença partilhando tradições e tendo memórias em comum» (Plummer, 1996: 36). «Um aspeto chave sobre as histórias pessoais que fazem o *coming out* é adquirirem progressivamente uma comunidade interpretativa de apoio que lhes permite prosperar» (Plummer, 1996: 36).

Alguns destes mundos sociais podem já preexistir, enquanto outros podem ser formados pelas histórias. Assim, há muitos mundos sociais preexistentes em função da idade (mundos juvenis, mundos infantis), da raça (mundos afro, hispânicos, asiáticos), do género e da classe, que fornecem fóruns para conversar e contar histórias. [...] Outros “mundos” parecem surgir em torno destas histórias (Plummer, 1996: 43-44).

O período em que a história pessoal sexual de Gisela deixa a ‘dormência’ corresponde a um contexto político e social que propicia e potencia o *coming out* destas narrativas: «[...] algumas formas de poder expandem escolhas (histórias de *coming out*) e são capacitadoras; enquanto outras formas reduzem escolhas (contos de patologização/vitimização), conduzindo ao controlo e à dominação» (Plummer, 1996: 38). O contexto internacional da época, no ocidente, aponta também para uma mudança profunda em matérias da intimidade, e no sentido de uma expansão das escolhas, de uma facilitação da afirmação de narrativas pessoais. Para muitos estudiosos da sexualidade, a década de 1960 e 1970 foi um tempo de mudança, de sexualização das sociedades capitalistas modernas, de feminização do sexo e de democratização da intimidade. Acresce-se a este enquadramento internacional favorável a conjuntura política portuguesa de profunda mudança, efervescente de contestação e desejo de renovação.

Nas últimas décadas a proliferação de histórias pessoais sexuais deve-se a uma massificação da comunicação e do consumo (Plummer, 1996):

O pós-guerra é marcado pela ascensão crescente de uma lógica de consumo, conduzindo crescentemente ao desenvolvimento da publicidade e do *marketing*. Os ‘objetos de consumo’ tornam-se um meio de demarcação de estilos de vida e hierarquias. O ‘sexo’, em todas as suas vertentes, torna-se parte desta grande venda. Os jornais procuram histórias de sexo, estão dispostos a pagar um elevado preço, pela probabilidade de aumento da sua circulação [...]. Em toda parte, a expansão do capitalismo trouxe consigo a expansão do consumo do sexo. E uma parte importante da cultura consumista sustenta-se no crescimento da “cultura jovem” no pós-Segunda Guerra Mundial. [...] a “juventude” existia antes; mas não no espaço de um mercado tão bem organizado de revistas, filmes, programas de televisão (Plummer, 1996: 39-40).

Para além do consumo e dos *media*, existe um terceiro fator apontado por Plummer (1996) para a afirmação de histórias pessoais sexuais: os intermediários culturais, pessoas que na modernidade tardia, possuindo tecnologia para o efeito ou possuindo apenas a vontade de o fazer, decidem contar ou vender as suas histórias pessoais sexuais, procurando os seus 15 minutos de fama Warholianos. Em Portugal, entre 1968 e 1978, não existiu nos *media* uma explosão de histórias pessoais sexuais. Embora Gisela não seja um caso isolado – pois há outras narrativas em que a sexualidade personalizada é trazida para uma esfera pública nas revistas femininas analisadas – a sua ocorrência está muito longe de ser expressiva ou explosiva. Nenhum destes casos tem a projeção da narrativa da adolescente que fez amor na noite do 25 de Abril de 1974. Que condições são necessárias para uma história pessoal sexual se afirmar no seu tempo? Plummer defende que histórias altamente individualistas, sem um

sentido de comunidade, flutuam apenas à superfície, sem hipóteses de atingirem um ponto de descolagem crítico – faltar-lhes-á um sentido de identidade (Plummer, 1996). Em Gisela estamos perante uma narrativa altamente personalizada, centrada na biografia da adolescente, mas com um forte sentido de identidade e de comunidade.

Quero ajudar o meu país a viver. Asfixiava quando o libertámos, é preciso dar-lhe oxigénio. Quero ter filhos e não os quero revoltados como eu, logo no começo da vida. Não me considero revolucionária, até porque mal tive tempo de o ser, mas não deixarei que a minha liberdade morra, a minha e a dos outros, todos devem ser livres. Quero ajudar Portugal seja como for [Excerto da carta de Gisela] (M&B, 1975, 3300).

A história pessoal sexual move-se de um domínio individual para o domínio da comunidade que a receciona, sendo escutada por outros, que sentirão que fazem parte da história narrada, que se identificarão com ela, daí que seja fundamental para o autor, a escolha da audiência adequada (Plummer, 1996).

O que determina o sucesso de uma história pessoal na captação da atenção do público são também aspetos como a novidade, o drama, a abertura dos *media*, e a competição de outras histórias (Plummer, 1996). A carta de Gisela está carregada de novidade e drama. Transmite uma preocupação com o *self* e uma disponibilidade maior para falar dele. Esta nova tendência está muito distante da forma como outras gerações foram incentivadas a não pensar e a não falar sobre os sentimentos (algo que deveria ser guardado para os próprios) (Plummer, 2003a). Trata-se de uma nova possibilidade e vontade de olhar para dentro e de partilhar esse conteúdo íntimo – algo que vai no sentido do que Plummer chama de *disclosing intimacies* (expressão originária de Lynn Jamieson, traduzível por *intimidades reveladas*) – e que se manifesta no desejo de partilha da intimidade entre parceiros, amantes, pais e filhos, em *talk shows* e documentários, concorrendo para um crescendo de «revelações» e «conversas» (Plummer, 2003a: 25). Com as *intimidades reveladas* estamos perante duas expressões, uma de reflexão sobre quem somos, de pensamento em torno de nós mesmos, do nosso *self*, e outra de desejo de revelação de quem somos, de projeção de uma visão do *self*. Ambas refletem uma reivindicação de que as intimidades devem ser abertas, partilhadas, de confiança e igualdade (Plummer, 2003a). Quanto mais se revelar, e quanto mais íntimo, melhor. Em Gisela assistimos a este desejo. Tendo em conta aliás as inibições da época, no rescaldo de 40 anos de censura e repressão, a necessidade de revelação da intimidade é ainda mais expressiva. Exatamente por esta atitude pioneira consideramos que Gisela é exemplar do que Weeks (1998) designa por um *would-be sexual citizen*. Alguém que se coloca na vanguarda.

Um viajante. Um experimentador com o *self* e com os relacionamentos: «O *would-be sexual citizen*, sugiro, representa o espírito de procura e de aventura» (Weeks, 1998: 47). A importância de um *would-be sexual citizen* passa por começar a colocar junto de uma audiência certos desafios e reivindicações, requerendo também novas respostas de um corpo institucional político (Weeks, 1998).

Citando Angus McLaren, Garton (2009) defende que uma das dimensões mais relevantes de uma “revolução sexual”, passa pelo surgimento e choque de guiões sexuais. Ora a narrativa da adolescente que fez amor na noite do 25 de Abril de 1974, submete novos *scripts* sexuais à apreciação das leitoras, que ao longo de cerca ano e meio os discutem. Inequivocamente o *Dossier Gisela* é um contributo de peso para a instalação do diálogo, da reivindicação, implementação e desenvolvimento de uma *cidadania da intimidade* (Plummer, 2003a). Em Gisela deparamo-nos com a vontade de criação desse espaço político, de cidadania. Gisela é um antecomeço, um prelúdio, um preâmbulo, um preliminar no longo e inacabado processo de *cidadania da intimidade* (Plummer, 2003a), chegado com maior expressão na modernidade tardia. E as histórias da *cidadania da intimidade* não são apenas contadas aos investigadores, amigos ou família, na privacidade do quarto de alguém. São também contadas nos *media*, tornando-se por isso omnipresentes da vida de todos os dias (Plummer2003a).

Segundo Plummer (2003a) existem dois tipos de esferas públicas de debate da intimidade, as *interativas* (que facilitam a comunicação pessoal sobre temas públicos) e as esferas *não interativas*. Ainda que os jornais estejam incluídos no conjunto das esferas públicas não interativas, e as conversas de café (e. g.), nas *interativas*, o que vemos na M&B é um exemplo das últimas, pois a secção em que Gisela é debatida, sendo uma secção de leitores, funciona segundo o mesmo princípio dialógico, de interação. Há portanto no Portugal pós-revolucionário debate em torno da sexualidade juvenil pré conjugal (sobretudo feminina) em esferas públicas *interativas*, concretamente mediáticas.

PÚBLICOS E PRIVADOS

Após a publicação da carta de Gisela, as leitoras da *Modas & Bordados* discutem a legitimidade dos comportamentos sexuais da adolescente que perdeu a virgindade aos 14 anos numa noite de euforia e revolução, mas também a decisão da jovem de tornar públicas as suas opções íntimas. Discute-se o tema na perspetiva da reflexão pessoal e do seu reflexo público.

Nos comentários publicados na secção *A Palavra às Leitoras*, encontramos preocupações em definir o testemunho da jovem Gisela. Há quem desvalorize a sua veracidade, apelidando-o de “conto”, e remetendo-o para um domínio do inverosímil, da ficção, mas a esmagadora maioria vê o depoimento da adolescente como uma história de vida “verídica”, “real”, “que não é folhetim”, muito embora as perspetivas variem na forma de a avaliar.

Numa linha de interpretação condenatória, a iniciação sexual da adolescente e a sua afirmação pública constituem um “acto irrefletido”, um “caso infeliz”, uma “solução pornográfica”, uma “lavagem de trapos sujos”, como se Gisela viesse a público tentar purificar o que de si é reles, sem qualidade, envelhecido – a sua moral – e que está irremediavelmente maculado, sem candura, ímpio. Afirma-se que a história da adolescente, embora tenha dado muito que falar, é “lamentável” e “degradante”. Noutra linha de interpretação abonatória, entende-se que Gisela conta uma “história de amor”, “livre”, “magnífica” e comum (existiria “às centenas”). O seu gesto é enquadrado num processo de construção identitária (um “acto de nascer gente-grande”) e de afirmação social (“um apelo” sincero, “um grito de alma”). Certas leitoras tendencialmente mais liberais reconhecem portanto que a sexualidade em Gisela é parte de uma dimensão identitária mais ampla, daquilo a que Giddens (2001) chama um projeto reflexivo do *self*, subsidiário de uma *relação* [íntima] *pura*, baseada na livre escolha do par. Há ainda uma perspetiva moderada entre as leitoras, que considera haver na história de Gisela um grande atrevimento, perdoável apenas por se tratar de uma história de amor.

Na modernidade tardia, o pessoal invade o público e o público invade o pessoal (Plummer, 2003a). É exatamente este processo que registamos em Gisela. Em ambos os sentidos. Estamos perante um discurso sobre a vida pessoal, tornado público, que se multiplica em diversos discursos públicos sobre a vida privada, protagonizados pelas leitoras anónimas da M&B. A carta da jovem que fez amor na noite do 25 de Abril é simultaneamente um sinal (e um contributo) do lento colapso da distinção entre público e privado ao nível da intimidade (Plummer, 2003a), no nosso país, em meados dos anos 1970. O *Dossier* em si é um debate público sobre como devem os portugueses conduzir a sua vida privada, uma discussão aberta sobre a natureza política das decisões que tomamos todos os dias na vida íntima – um contributo para a descolonização do privado, longamente colonizado pelo público, pelo espaço social (Daoust, 2005).

Falar de cidadania implica necessariamente falar de identidade (uma pessoa, uma voz, uma tipologia reconhecida, um lugar, uma posição, uma subjetividade), sendo que as identidades trazem consigo passados, presentes e futuros, mas também a definição de “outros” como

diferentes de nós (Plummer, 2003a). A identidade é um conceito que olha simultaneamente *para dentro e para fora*: para dentro, para o nosso mundo interior, para a maneira como nos sentimos a nós próprios, para a unidade que nos guia perante o que “realmente” somos, mas também para fora, para as organizações macro, para o Estado, e até para o mundo em que vivemos, mais global (Plummer, 2003a).

O conceito de *narrativa de identidade pública*¹⁶⁵ traz-nos importantes pistas de leitura e compreensão para o *Dossier Gisela*. Trata-se de um relato de vida, contado em parte numa esfera pública, e ficando associado a uma tensão moral/política, ou seja, remetendo-nos invariavelmente para um assunto da humanidade mais amplo do que apenas a história concreta do seu autor (Plummer, 2003a). As *narrativas de identidade pública* geram debates, interpretações, comentários, formas alternativas de lidar com os problemas. Por vezes, a mera menção do nome da pessoa pode evocar certas discussões morais (Plummer, 2003a). Encontramos estas *narrativas de identidade pública* na TV, no jornal, em autobiografias: «[...] estão ligadas a certas pessoas concretas, suas histórias e identidades. Quando dizemos Monica Lewinsky, O. J. Simpson, [...] evocamos simbolicamente uma série de questões morais» (Plummer, 2003a: 105). Há muitas *narrativas de identidade pública*, algumas ganharam notabilidade mundial, outras são apenas conhecidas localmente, algumas são persistentes, outras transitórias, algumas muito célebres, outras nem tanto.

Podemos considerar a história de Gisela uma *narrativa de identidade pública*, apesar de a adolescente se ter mantido anónima. Passados 40 anos sobre a publicação da sua carta na M&B, encontrámos mulheres de 50/60 anos, que ainda se lembravam da polémica gerada pela jovem que afirmara publicamente que havia feito coincidir a perda da virgindade com a conquista da democracia, na noite de 25 de Abril de 1974. Na sua época, Gisela é sinónimo de discussão pública sobre a intimidade. A sua história contribui para tornar publicamente reflexivas, noções como maturidade, autonomia e liberdade afetivo-sexual das jovens portuguesas. Outras *narrativas de identidade pública* se terão destacado à época. O que pensamos por exemplo quando escutamos os nomes de Snu Abcassis e Francisco Sá Carneiro? Em relações afetivo-sexuais não matrimoniais. E quando se evoca o nome das três Marias (Teresa Horta, Velho da Costa e Isabel Barreno)? Na disputa pela despenalização moral do erotismo e do prazer feminino.

¹⁶⁵ *Public identity narratives*, conceito desenvolvido por Plummer (2003a).

GISELA-PROTÓTIPO

Existem quatro grandes linhas de leitura do gesto de Gisela por parte das leitoras da *Modas & Bordados*: quanto à maturidade, à consciência, à motivação e à relevância. No que se refere à maturidade, é de realçar que o termo “jovem” ou “adolescente” não é usado para referir Gisela. Os comentários (tanto elogiosos como críticos) situam-na maioritariamente na fronteira entre a infância e idade adulta, numa zona de intercepção híbrida, que parece não ter designação própria. A autora da carta polémica é apelidada de “criança-mulher”, “mulher-criança”, “precoce menina”, “menina-mulherzinha”.¹⁶⁶ As visões das leitoras que se opõem a Gisela infantilizam-na, recorrentemente. Apontam-lhe “desorientação” parental, imaturidade e irresponsabilidade. Designam a adolescente por “criança”. As leitoras que apoiam as escolhas de Gisela, veem nela “força”, “solidez” e “maturidade”, muito embora também não se lhe refiram como um exemplo de juventude ou adolescência: «Imagino-a delgada e flexível. De ‘jeans’. Talvez longos cabelos. Imagino-a de jeito moderno, olhos suavemente sombreados, guardando ainda toda a profundidade doirada da infância» (M&B, 1976, 3333).

O ser-se jovem na sociedade portuguesa de meados da década de 1970, aparenta ser ainda um conceito em fase de construção e afirmação social, muito embora os *media* agendem a temática e os próprios jovens procurem fazer ouvir a sua voz.

[...] procedendo a uma tentativa de catalogação, [Gianni Statera (1975)] enquadra este sector social [da juventude] na categoria híbrida dos “emancipados tutelados”, isto é, vivendo a discrepância entre a sua maturidade física e cognitiva – ou seja, subjectivamente emancipados – mas encontrando-se, ao mesmo tempo, sob tutela objectiva das instituições escolares e na dependência familiar (Cardina, 2008: 98-99).

Ao nível motivacional, Gisela é entendida pelas leitoras tendencialmente mais liberais como um espírito “curioso”, “verdadeiro” e “honesto”. Uma «alma pura, aberta, sincera, sem tabus», «vestida da coragem de estar de pé», “revoltada”, mas sem pretender «atropelar quem quer que fosse». Para leitoras tendencialmente mais conservadoras, à jovem Gisela não falta

¹⁶⁶ O Código Civil pré-República estabelecia que a idade mínima para o casamento em Portugal era 12 e 14 anos, para raparigas e rapazes, respetivamente. Após 1910, sobe para 16 e 18, com exceções para raparigas mais jovens (mais de 14) em casos relativos à salvaguarda da honra da nubente. Com o Código Civil de 1966, a idade é reduzida para os 14 para raparigas e 16 para rapazes (artigo 1601.º). A partir de «1 de Abril de 1978 é elevada para 16, e entre os 16 e os 18, tanto nos casos das raparigas como no dos rapazes, apenas podem casar com autorização dos pais, tutores ou juiz» (Vicente, 1987: 326).

“descaramento”. Faltam “escrúpulos” e “dignidade”. Nela veem uma pessoa que ambiciona apenas protagonismo e vedetismo.

No que respeita à consciência, a grande questão que as leitoras se colocam é a de saber se Gisela teve noção do seu ato (sexo pré conjugal) e das suas palavras (assunção pública da sua intimidade). As que a criticam falam em “desorientação”, “insensatez” e pseudoingenuidade (dá-se «ares de ingénua»). As que a apoiam falam de “consciência”, “responsabilidade”, “sinceridade”, “realismo”, «confissão de verdades», de «idealismo próprio dos 15 anos», de «coerência até ao fim» e de indiferença aos juízos alheios, às «críticas destrutivas» – uma Gisela que sabe o que quer e sabe o que diz.

[...] Gisela, oxalá o teu espírito fomenta sempre as tuas ideias para o bem, defende sempre a verdade, continua a manter essa indiferença pelo julgamento dos outros, nunca te arrependas qual o caminho que enveredares, desde que mantenhás consciencialização total da tua ideologia, jamais te acobardes com o mundo, e verás que sairás vencedora da contenda da vida (M&B, 1975, 3318).

Por último, ao nível da relevância do gesto de Gisela, as posições das leitoras também divergem. Perspetivas liberais afirmam que a jovem é «fruto de uma época», «chama forte no mundo», “heroína”, «vedeta nacional» – uma figura audaz, exemplar, capaz de iluminar a humanidade.

Gisela tornou-se na vossa revista uma espécie de vedeta nacional, sem nunca o ter querido, acredito. Calculo que tenha escrito para a ‘Mulher’ [Mulher – *Modas & Bordados*] a contar a sua história, levada apenas pelo idealismo dos seus 15 anos. E calculo que deve ter-se sentido aturdida, desorientada, talvez até traumatizada, por tanta discussão, tanta polémica sobre a sua pessoa, que ela provavelmente nunca pensou que iria suscitar (M&B, 1976, 3340).

Visões conservadoras falam numa “miserável” «heroína do mal», em «vedetismo de telenovela», numa potencial «mulher-a-dias», ou seja, associam Gisela a alguém sem prestígio, desfavorecida económica, social e culturalmente (a «criada de servir», de conduta moral frágil e leviana). Gisela oscila entre a híper e a infra valorização, na opinião das leitoras que comentam a sua história. Algumas destas mulheres indicam nas suas cartas a idade, mas não todas. Escrevem adolescentes, mas também mulheres em idade adulta (casadas, solteiras, com e sem filhos), algumas avós, de idade avançada. Verifica-se uma tendência de oposição por parte das leitoras de idade mais avançada, e uma tendência de identificação das leitoras na mesma faixa etária de Gisela. À idade adulta (nomeadamente aos 20, 30 anos) correspondem depoimentos com perspetivas variáveis: mulheres que revelam choque/discordância e que

atestam empatia/concordância. Algumas leitoras adultas na faixa dos 20-30 anos, de orientação mais conservadora, sublinham a sua idade como contra-argumento da perspetiva que associa o conservadorismo moral sexual a gerações mais velhas.

Referindo-se às mudanças estruturantes que acontecem com a chegada das décadas de 1960 e 1970, Bozon (2005) assinala que a regulação da sexualidade juvenil é transferida dos pais, do contexto familiar, para os pares, que não são menos vigilantes. O *Dossier Gisela* é um exemplo muito expressivo dessa alteração do centro de regulação da decisão individual. As escolhas da adolescente não são debatidas na sala de estar, com a família invocando argumentos morais, mas sim nas páginas de uma publicação, com os seus pares.

Nos comentários ao caso Gisela publicados na secção *A Palavra às Leitoras*, o perfil psicológico e/ou conduta moral da protagonista são generalizados, constituídos tipologia, estereotipados. Várias leitoras usam o nome “Gisela” para designar um comportamento-tipo, para se referirem a um ‘género’ de raparigas. «Uma senhora de nome Alice Viegas pergunta então se ‘as mães com filhos em idade de casar gostariam que eles escolhessem para sua esposa uma Gisela?’» (M&B, 1975, 3317). Mas o que significaria ser-se “uma Gisela”? Numa perspetiva mais conservadora o nome Gisela está carregado de um valor negativo, associado a conduta moral indecorosa, até mesmo à prática da prostituição – o fenómeno que a adolescente representa é apontado como tendo origem remota, indefinida, e como sendo difícil de erradicar no futuro¹⁶⁷, ou seja, remete-nos para a representação da prostituição: «[...] desde o princípio do mundo que há Giselas» (M&B, 1975, 3311). Certas leitoras tendencialmente conservadoras defendem a necessidade de saber os porquês «de tanta Gisela revoltada e desapontada com o mundo» (M&B, 1976, 3346). O objetivo era evitar a sua continuidade e propagação: seria necessário desencorajar, lamentar e vaiar estas mulheres-Giselas, pois continham em si uma semente de declínio social. «Não podemos aplaudir as Giselas» (M&B, 1976, 3329). «Não às Giselas e à imoralidade» (M&B, 1976, 3337). «O apoio e ‘compreensão’ que se tem dado a raparigas como a Gisela faz com que muitas outras Giselas existam. Quando isto irá parar?» (M&B, 1976, 3326). Para estas leitoras conservadoras as “Giselas” são «jovenzinhas abandonadas», «crianças precocemente mulheres» que se opõem à educação dos pais, imorais, «sujas», «fracas», «sem pudor», «sem respeito por si próprias», caídas em desgraça. A sua vida carece de orientação e regras. São maus exemplos. No que diz respeito à sexualidade, vivem alienadas: «dispõem de si». Acreditam que a virgindade já não se usa, não sabem (ou fingem não saber) que a sexualidade

¹⁶⁷ «[...] sempre haverá mulheres como Giselas» (M&B, 1976, 3340).

serve a procriação, tornando-se portanto impróprias para contrair casamento. Estamos perante uma visão modelar promotora da virgindade até ao casamento e de uma sexualidade feminina conjugal exclusivamente reprodutiva. Mas o reverso também se impõe no *Dossier Gisela*. Leitoras-comentadoras defendem a importância social de propagar a moral sexual advogada pela adolescente. A sua proposta é a de que se batizem com o nome de Gisela muitas crianças, auspiciando para as suas vidas os mesmos valores de emancipação e liberalização ao nível da intimidade: «E que nasçam muitas Meninas Mulheres chamadas Giselas» (M&B, 1976, 3334). Ao contrário da situação anterior em que o bem estar social corria perigo pela influência das Giselas, nesta perspetiva são as Giselas que correm perigo pela influência do social. «Pobres Giselas, que por esse mundo, em vez de CARINHO, AMOR E APOIO MORAL, só têm críticas [...]» (M&B, 1975, 3307). «[...] Tenhamos a humildade de não nos considerarmos detentores de uma verdade absoluta e abstenhamo-nos de chamar nomes às Giselas deste mundo» (M&B, 1976, 3346).

PROBLEMÁTICAS PÚBLICAS EM CAUSA

O imaginário social dos anos 1960/70 está carregado de um *individualismo psicologizante-libertário* (Salem, 1991: 62). Esta tendência pressupõe uma «aversão a constrangimentos normativos» e uma «oposição às pretensões universalizantes das normas», a par de uma valorização da antinormatividade, enquanto garante das relações igualitárias, dos processos individualizantes e do «desabrochar desimpedido do sujeito» (Salem, 1991: 66).

[...] o regime ideal a que deve ser submetido o indivíduo é o da *liberação*. A palavra de ordem é libertar os sujeitos de todas as amarras do poder e, no limite, de todo e qualquer constrangimento social. O preceito da igualdade como regente das relações sociais afirma-se, assim, como condição *sine qua non* da liberação, pois assegura a destotalitarização do indivíduo com respeito a qualquer instância pretensamente englobante e/ou normalizadora. [...] o individualismo libertário elege a sexualidade como sua pedra de toque (Salem, 1991: 67).

Gisela assume uma atitude de contestação a diversos constrangimentos normativos (culturais, sociais, religiosos, familiares), levantando-se para defender direitos individuais no que toca às escolhas de vida afetivas e sexuais. A sua carta exprime esse *individualismo psicologizante-libertário* de que nos fala Salem (1991). As vivências narradas da adolescente contestam diferentes formas de «repressão/normalização/poder», reivindicando propostas opostas de «liberação/antinormatividade/preceito da igualdade» (Salem, 1991: 68). Vejamos as problemáticas públicas colocadas por Gisela em discussão:

1. Como ser jovem no Portugal pós-revolucionário? A história pessoal sexual “Fiz amor na noite do 25 de Abril” evidencia a emergência de uma juventude consciente, que decide e dirige os rumos da sua vida pessoal (e da sua vida social), independente dos valores políticos, culturais e religiosos vinculados pelas instituições que a tutelaram no Estado Novo, nomeadamente a família, a escola, a Igreja. A carta de Gisela valoriza o papel dos jovens na construção política, social e moral do país.

2. Como ser mulher no Portugal pós-revolucionário? A narrativa de Gisela valoriza a autodeterminação feminina, a independência face aos organismos que tutelaram (e silenciaram) a mulher na ditadura salazarista e marcelista, nomeadamente o Governo, a Justiça, a Igreja, a família, o casamento. Em Gisela propõe-se uma lógica de igualdade, de companheirismo e de partilha entre homem e mulher, no contexto da relação afetiva e sexual, por oposição ao papel tradicional de submissão feminina. A adolescente valoriza igualmente o papel da mulher na construção política, social e moral do país. A rebelião de Gisela é uma rebelião de género.

3. Como viver o amor e a sexualidade no Portugal pós-revolucionário? Na sua carta Gisela afirma a possibilidade de vivência da sexualidade feminina desenquadrada do casamento e do intuito reprodutivo, defende a vivência amorosa e sexual na juventude, advoga a perda da virgindade como um gesto de ponderação, coragem e orgulho. A história de Gisela desvaloriza também o namoro tutelado pelo poder parental e o casamento como lugar próprio, legítimo, da vivência amorosa e sexual. Entre 1960 e 2000 foi-se quebrando a unidade tácita que existia entre atividade sexual e reprodução, entre sexo e casamento, entre casamento e parentalidade (Weeks, 2007). Na sua narrativa, Gisela faz escolhas que se opõem às três: perde a virgindade por amor, não inclui o casamento nos seus projetos de vida, muito embora deseje vir a ser mãe.

Curiosamente, o tema da regulação da reprodução (em particular das novas possibilidades conquistadas pela pílula) não é referido na discussão do *Dossier Gisela*. Esta ausência remete-nos para a desvalorização que Reiss (2006) faz da importância da pílula para a alteração das vivências femininas da intimidade afetivo-sexual pré conjugal, entre os anos 1960 e 1970. Mais do que aspetos tecnológicos ou médicos, são os aspetos morais que estão na origem de uma mudança na permissividade das mulheres face à sexualidade pré conjugal (com afetividade).

4. Como viver no Portugal pós-revolucionário?

-A história da adolescente afirma a biografia de cada cidadão (independentemente do sexo e da idade) como um projeto em livre construção, no quadro de um projeto político e social de liberdade e democracia, também ele em curso. A carta de Gisela desvaloriza o papel das instituições na determinação de escolhas pessoais íntimas e valoriza o papel do indivíduo na determinação de escolhas coletivas. «O indivíduo acredita-se o único responsável do seu destino, embora o partilhe com os outros membros da sociedade. A sua intimidade é desde logo política» (Daoust, 2005: 256).

EMANCIPAÇÃO SEXUAL E REVOLUÇÃO

Como se enquadrou o ato sexual de Gisela, na noite do 25 de Abril de 1974? A relação sexual é proposta pelo elemento masculino da relação (o primo revolucionário) cerca de um ano antes, numa altura em que tinham já uma relação afetiva. O jovem (então com 17 anos) sugere-lhe que façam amor, mas Gisela (com 13) – apesar de ser «liberal nessas coisas» – entende que é ainda cedo, adiando o encontro sexual para uma altura em que esteja certa do amor que sente e em que tenha conseguido libertar-se dos preconceitos morais maternos (M&B, 1975, 3300).¹⁶⁸

Existem elementos na forma como a relação sexual é proposta, ponderada e decidida que nos remetem para uma lógica de continuidade com a tradição moral em termos de sexualidade e para uma lógica de mudança. Relativamente à primeira, note-se que a iniciativa sexual é masculina, e que a relação não se conclui espontaneamente, em resultado do desejo sensual e erótico, pois o elemento feminino do casal recusa a proposta. E que elementos da história pessoal sexual de Gisela nos remetem para uma lógica de mudança? Para a adolescente, a relação sexual pré conjugal requer essencialmente um ingrediente – o do amor –, e não deve ser definitivamente travada pela moral sexual tradicional.

Os motivos que levaram Gisela a fazer amor com o primo na noite de 25 para 26 de abril de 1974, na capital, no rescaldo da revolução que restitui ao país a democracia, são a euforia, a liberdade e a empatia: «Ele [o primo] estava esfuziante, parecia doido, pulava, ria, gritava! Segui-o por toda a parte, ele contagiava-me, ofereci flores aos soldados, juntei a minha voz à

¹⁶⁸ «Passados 6 meses sobre o início dos nossos encontros secretos, ele quis fazer amor comigo; eu [Gisela] era liberal nessas coisas mas tinha 13 anos e a minha mãe com as suas ideias ainda imperava em mim. Não o fiz nessa altura, mas prometi-lhe que no dia em que eu tivesse a certeza de amá-lo que o fazíamos» (M&B, 1975, 3300).

do povo. E não sei o que nos levou a fazê-lo, talvez a sensação de liberdade» (M&B, 1975, 3300). Como refere uma leitora-comentadora, a noite do 25 de Abril de 1974 foi para a jovem Gisela um momento “feliz”, “sincero” e «livre de preconceitos». A adolescente testemunha e partilha com o primo um contexto de mudança, de novidade, de libertação, celebração, efusividade e alegria contagiantes. Que dimensões simbólicas tem o ato sexual de Gisela com seu primo, na noite revolucionária? Em termos gerais, representa renascimento, emancipação, individualidade, liberdade, festividade e transmutação na vida quotidiana.

Henri Lefébvre (1969: 53) defende na obra *A Vida Quotidiana no Mundo Moderno*, que a revolução cultural representa uma «ruptura do quotidiano», uma «restituição da Festa». «A revolução não se define, pois, apenas no plano económico, político ou ideológico, mas mais concretamente no fim do quotidiano. [...] Recusa o quotidiano e reorganiza-o para depois o dissolver e transformar» (Lefébvre, 1969: 53). A revolução representa uma transmutação festiva do quotidiano. É renovação, recomeço, reinterpretção e renascimento. Na última edição da M&B de 1974 (3280), a propósito das celebrações da passagem do ano, a revista publica uma reflexão editorial intitulada “Um ano com nove meses”. A ideia é a de que o ano de 1974 apenas terá começado a 25 de abril, e não a 1 de janeiro. Daí ter apenas 9 meses. No editorial associa-se a revolução do 25 de Abril à fecundação e à reprodução – as mulheres terão sentido «o nascimento do país como o nascimento de um filho» (M&B, 1974, 3280):

Todos falamos em antes e depois de 25 de Abril como se se tratasse de uma nova era. A revolução foi tão rápida, tão decisiva, a iniciativa popular tão dinâmica e tão vitalizadora que as divisões normais do tempo, em anos de doze meses, em séculos de cem anos, em meses de trinta dias, não nos chegam. [...] Para os portugueses o “antes do 25 de Abril” é quase a pré-história da vida portuguesa. [...] 25 de Abril começou de facto a história do nosso tempo. [...] Para as mulheres, nove meses, é o período de gestação. O facto de corresponder também aos nove meses que teve este ano não lhes passa despercebido. Mesmo sem superstições a ligação é imediata e, muito secretamente, pensam que esse é um bom período de gestação. E mais secretamente ainda pensam no nascimento do País como quem pensa no nascimento de um filho (M&B, 1974, 3280, 24).

Na noite do 25 de Abril de 1974, Gisela vive a emancipação política em relação a um Estado Novo paternalista, autoritário, repressivo, mas também a emancipação da tutela parental (sobretudo materna) e da sua moral sexual conservadora. A revolução é emancipatória, permite autonomia. Citando a obra de David Held, *Models of Democracy*, Giddens (2001: 129) define autonomia enquanto capacidade individual para a autorreflexão e para a autodeterminação: «Deliberar, julgar, escolher e agir de acordo com os possíveis rumos da

acção». A autonomia não é alcançável enquanto os direitos e obrigações estiverem «presos a e estiverem fixadas prerrogativas de propriedade» (Giddens, 2001: 130). Os movimentos de liberalização sexual que emergiram nos anos 1960 no ocidente, usaram um «discurso de emancipação» (Weeks, 1998: 48). «Multidões de jovens nas mais diversas partes do mundo» mobilizam-se pela «procura hedonista da felicidade imediata», pela «afirmação da força pacífica da flor contra a violência da guerra», pela «resistência perante a supremacia branca», pela renovação dos costumes ao nível da vivência afetiva e sexual (Bebiano, 2003: 40). Contesta-se o patriarcado, a família e o casamento. Os temas do género e da sexualidade são colocados no primeiro plano da igualdade política, económica e social (Gagnon e Simon, 2005 [1973]). A sexualidade e a política entrelaçam-se. Como as feministas apregoam nos anos 1970, “o pessoal é político”.¹⁶⁹ «Valoriza-se a “espontaneidade”, o “natural”, “os instintos vitais”, a “antinormatividade”, a “desrepressão” (Salem, 1991: 69). Essa viragem para o pessoal e para o privado é em si pública e política.

Lefébvre, autor que marca a geração de jovens que protagonizam revoltas nos anos 1960 e 1970, defende que o processo revolucionário implica «reforma e revolução sexual». A revolução política é também sexual:

A mudança a empreender não respeita unicamente às relações ‘feminino-masculino’, à igualdade jurídica e política das partes contratantes e compradas, à desfeudalização das relações de sexo para sexo e à sua democratização. A transformação deveria modificar as relações (afectivas e ideológicas) entre a sexualidade e a sociedade. Que a sociedade repressiva e o terrorismo sexual sejam postos na brecha e abatidos por todos os meios da teoria e da prática. Que a repressão sexual não seja já o assunto (e mesmo o assunto essencial) das instituições. Que ela desapareça (Lefébvre, 1969: 275).

A sexualidade assume-se um assunto político. Nos EUA, na retórica da contracultura dos anos 1960/1970, a rebeldia e contestação à guerra do Vietname torna-se uma transgressão erótica. Em 1968, um cartaz com a fotografia de Joan Baez e suas irmãs (Pauline e Mimi) afirma *GIRLS SAY YES to boys who say NO*, ou seja, as raparigas dizem sim às propostas sexuais dos rapazes que dizem não ao alistamento militar e à guerra do Vietname.

O slogan “faz amor, não a guerra” correu mundo, de Praga a Chicago. Rapidamente surgem autocolantes para carros nos Estados Unidos proclamando que as “miúdas dizem sim aos rapazes que dizem não”, destacando virilidade de militarismo, com a

¹⁶⁹ A frase “the personal is political” é de Carol Hanisch, feminista norte-americana que em 1969 publica um ensaio com o mesmo título.

assunção explícita de que as mulheres se sentem felizes por “fazer amor” se os homens não quiserem fazer a guerra (Evans, 2009: 336-337).¹⁷⁰

A oposição, a resistência e a revolta são apelativas, sensuais, eróticas. As jovens raparigas fazem amor com os jovens que não pactuam com a política da repressão, da guerra, da falta de liberdade. Este imaginário parece-nos sobreponível com o imaginário da jovem Gisela. Também ela dirá “sim” ao rapaz que se opôs ao regime, que lutou pela liberdade, que esteve na prisão de Caxias, e que celebrará – euforicamente – o sucesso da sua resistência no 25 de Abril de 1974. Gisela tem essa evidência na noite da revolução, momento em que acede a ter relações sexuais com o primo.

O empoderamento ganho com a contestação e revolta política transporta consigo uma carga erótica¹⁷¹. Natália Correia (1978: 25) descreve assim em *Não Percas a Rosa – Diário e algo mais (25 de Abril de 1974 – 20 de Dezembro de 1975)*, o dia da Revolução dos Cravos: «enchem-se as ruas de júbilo. Destemem-se os corpos. Apertam-se mãos desconhecidas. Trocas de sorrisos e cravos gravam a marca da liberdade nesta hora de prata. Não vá ela fugir... Munificientes, os seios das mulheres despejam-se nos olhos encantados dos soldados».

Logo após a Revolução dos Cravos, no contexto do debate em torno das fronteiras entre erotismo e pornografia promovido pelo *Expresso* (1974, 96), Cesariny defende que sempre que há amor há erotismo, amemos nós o corpo de alguém ou um movimento social, uma revolução. «Se eu amo, tudo é ou pode ser erótico. [...] E tanto dá entender-se o amor como o Amor de um corpo ou o Amor da Revolução (para mim são um e o mesmo amor)».

AUTODETERMINAÇÃO FEMININA

O caso Gisela, que surge nas proximidades da modernidade tardia, é um reflexo do processo de transmutação de uma sociedade com códigos morais restritos, que ditam aos cidadãos o que fazer ao nível da sua intimidade, para uma sociedade em que se afirma a consciência dos indivíduos sobre o dever/poder de determinarem as suas próprias vivências íntimas (Giddens: 2001; Bozon, 2005; Weeks, 2007). Esta mudança paradigmática não acontece de forma repentina, por decreto, muito embora seja inspirada, contaminada e coadjuvada por alterações legislativas e deliberações políticas, direta e indiretamente relacionadas com a vida privada e íntima.

¹⁷⁰ Todos os excertos da obra foram traduzidos pela autora.

¹⁷¹ «Por um momento [na França do Maio de 1968], a revolução parecia possível, até mesmo já presente, e o empoderamento desse tempo continha uma carga erótica» (Evans, 2009: 335).

A forma como os indivíduos passam a poder viver os seus afetos e sexualidade, tem subjacente uma desvalorização progressiva dos *cenários culturais* e uma valorização dos *scripts* sexuais *intrapésíquicos* (Gagnon e Simon, 2005 [1973]). Na carta da adolescente que fez amor na noite do 25 de Abril de 1974, e o anuncia numa esfera pública mediática, está implícita uma valorização dos *scripts intrapésíquicos* e *interpessoais*, e uma desvalorização dos *cenários culturais* dominantes (Gagnon e Simon, 2005 [1973]). A iniciação sexual da adolescente na euforia revolucionária entra em choque com diversos *cenários culturais* tradicionais – que prescrevem a interdição da sexualidade juvenil, sobretudo a pré conjugal feminina – proliferantes em todo o tipo de narrativas, da literatura ao cinema, dos conselhos familiares aos manuais escolares, dos sermões religiosos às disposições do código civil.

No manifesto de Gisela e no fórum desenvolvido pelas leitoras-comentadoras na M&B, está implícita a questão da transferência das decisões do coletivo para o individual, de que nos fala Bozon (2005): podem/devem as experiências afetivas e sexuais ser autodeterminadas? Terá «cada ser humano direito de viver a sua vida» (M&B, 1975, 3320), indiferenciadamente dos tradicionais códigos morais sexuais? Como bem explicita uma leitora do *Dossier Gisela*, no momento de transição política do pós-revolução do 25 de Abril de 1974, esta é essencialmente uma questão de liberdade. Mas é também essencialmente uma questão de igualdade de género. No *Dossier*, discute-se como comportar-se a «mulher no mundo de hoje», como agir para «conquistar o lugar que tem direito na sociedade» (M&B, 1976, 3340).

Leitoras com visões liberalizantes argumentam que homens e mulheres são seres diferentes, «mas absolutamente iguais nos direitos – e também nos deveres» (M&B, 1975, 3310). Argumentam que a mulher precisa formar as suas ideias, ser coerente com elas, e ter coragem para assumi-las, no contexto relacional, conjugal e social em geral. Para o feito é fundamental educação, independência financeira, “inteligência” e “responsabilidade” (M&B, 1975, 3317).

A sexualidade é apontada como uma plataforma de peso no contexto amplo da emancipação da mulher. Daí, a importância de debater o «problema sexual» (M&B, 1976, 3326), encarar e desmascarar os preconceitos que «são um entrave» à emancipação (M&B, 1975, 3307).

[...] para assumir totalmente o seu papel, [a mulher] terá de ser economicamente independente, responsável (consciente do acto que vai praticar) e corajosa para arrostar com as ideias feitas de uma sociedade adversa. Em resumo, precisa educar-se em todos os aspectos (M&B, 1976, 3346).

As questões da intimidade relacional são debatidas pelas leitoras da M&B após a publicação da carta de Gisela. Numa lógica tendencialmente liberalizante, advoga-se a necessidade de

revisão do papel da esposa, herdado do Estado Novo. A mulher casada precisaria autonomizar-se relativamente ao cônjuge, assumir-se como sua igual (“companheira”), como dona da sua sexualidade, do seu desejo, do seu corpo, nomeadamente da sua vontade de conceber um filho, não mais submetendo-se à vontade masculina em termos sexuais e reprodutivos (M&B, 1975, 3317).

Esses valores, que durante tanto tempo serviram (e ainda servem) para manter a mulher tutelada ao homem, tendem cada vez mais a ser substituídos por outros verdadeiramente humanos que proclamam que a mulher – considerada como ser independente, inteligente e responsável que deve ser – ao ligar-se a um homem torna-se em sua companheira e não em sua escrava e “máquina reprodutora” (M&B, 1975, 3317).

Maior liberdade de escolha individual traria maior liberdade social, uma vida «mais livre, mais fraterna e menos hipócrita» (M&B, 1976, 3346). Entre as leitoras, há quem lembre que a prossecução destes objetivos de liberdade e autonomia em termos da intimidade afetiva e sexual, exige também políticas e educação em conformidade.

As leitoras mais progressistas do *Dossier Gisela* apelam para que a mulher portuguesa segure nas suas mãos as rédeas do seu corpo e da sua sexualidade, que «só a elas diz respeito» (M&B, 1975, 3310). O ângulo através do qual olham para o corpo é o da saúde e do bem-estar. Na perspetiva de leitoras mais tradicionalistas, esta é uma tomada de posição escandalosa e inaceitável. O corpo da mulher – que associam à degradação, ao sofrimento, à ruína e à sujidade – não lhe pertence. «Por acaso poderão vocês dizer às doenças, à velhice e à morte: este corpo é meu?» (M&B, 1975, 3312).

O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO DA INTIMIDADE EM PORTUGAL

No *Dossier Gisela* debate-se a evolução da sexualidade em Portugal. As leitoras apresentam diagnósticos (e prognósticos) de um país em reconstrução no período pós-revolução. Numa perspetiva tendencialmente liberal, as *discursividades* das leitoras-comentadoras definem o momento histórico de 1975 como «maravilhoso», de «mudança», de «evolução», de «progressão», de destabuização de temas longamente proibidos pela ditadura. Pretendem um país vivo, revolucionário e livre de falsos moralismos, muito embora tenham consciência de que a «sexualidade refreada no passado» continua a «afectar» o presente (M&B, 1975, 3317). «Já devíamos ter passado a era dos preconceitos, mas infelizmente assim não acontece»

(M&B, 1975, 3307). São porém diversos os apelos à superação de uma situação de repressão da sexualidade, conotada de medieval ou fascista.

Basta! Chegou o momento das pessoas conscientes encararem a realidade e começarem por ser honestas com elas próprias reconhecendo os seus próprios erros. Deixem-se de fantasias da Idade Média e sejam acima de tudo MULHERES (M&B, 1975, 3316).

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, a melhoria nítida, nomeadamente na abordagem de temas classificados de frutos proibidos, mau grado certas “Senhoras” se ficarem, transpirando por todos os poros em críticas baseadas em juízos pertencentes a um mundo “ideal” de consciência íntegra e incorrupta, jogando com o factor religioso, algo que nos velhos tempos asfixiou e introduziu no povo português uma filosofia à boa maneira fascista (M&B, 1976, 3330).

Para as leitoras mais liberais os protagonistas da nova perspectiva de mudança em relação à intimidade afetiva e sexual são as mulheres e os jovens. Os seus apelos vão no sentido de se «acompanhar [...] a evolução do tempo» (M&B, 1976, 3332), de se compreender os rapazes e raparigas, que «cada vez em maior número» praticam «uma liberdade sexual» (M&B, 1976, 3346). Gisela representa uma nova ordem sexual em florescimento, sintomática de uma nova ordem democrática – «[...] aquilo que agora se manifesta é a procura de uma sexualidade à medida dos homens e mulheres livres que hoje somos [...]» (M&B, 1975, 3317).

Gostaria de abraçar essa menina mulherzinha [Gisela] e dizer-lhe, obrigada pela vontade férrea de lutar seja como for por Portugal, por isso minhas amigas agradeço-vos que a ajudem nessa luta e não a critiquem, nem a censurem. Sim? Deixemo-nos de preconceitos, não acham? (M&B, 1975, 3307)

Apesar do otimismo, reconhece-se ainda as dificuldades sociais na aceitação de uma nova forma de viver a intimidade. Portugal é um país que se choca pelo facto de se enfrentar o “grave problema” da sexualidade. Muitos portugueses querem repudiar e obscurecer esta reflexão, defendem certas leitoras.

O meu filho irá ainda debater-se com todos os problemas com que eu me debati. Em casa a mãe e o pai criam-lhe um mundo de verdade, de amor, de justiça, mas será duro quando ele na rua, na escola, em casa de amigos, constatar que o mundo pode apresentar outras formas (M&B, 1976, 3340).

As leitoras-comentadoras conservadoras fazem uma leitura diferente de Portugal no momento pós-revolucionário que atravessa. Veem um país que toma a atitude errada: a de sobrevalorizar a sexualidade. Que exagera nas preocupações de esclarecimento sobre sexo

como se os jovens não soubessem em que consiste. Que aprova e torna banais «hábitos» de «vida suja». Que concorda em que se cometam e publicitem «os actos mais íntimos», imorais, em esferas públicas. «Em nome de que liberdade querem fazer disto um campo de escravidão do espírito e da consciência, aos instintos grosseiros da mais descarada imoralidade?» (M&B, 1975, 3312).

Há claramente no *Dossier Gisela* um contra-ataque à forma como a intimidade ganha espaço de atenção e debate público na revista (não só, mas também) com a publicação do testemunho da adolescente. Os comentários destas leitoras vão no sentido de ‘re-remeter’ os afetos e as sexualidades para a esfera privada, espaço próprio de onde nunca deveria ter saído, alegam.

Em termos afetivos e sexuais, as leitoras do *Dossier Gisela* discutem as variações entre o país do Estado Novo e o país em transição democrática. Para as mais liberais, a grande diferença entre passado e presente estaria mais no entendimento e valorização, do que nas práticas propriamente ditas. O que mudava era essencialmente a assunção do sentimento de liberdade, do gozo assumido nas performances sexuais. Antes do 25 de Abril de 1974 imperava segundo esta visão, o medo, muito embora os comportamentos não fossem tão divergentes assim: «O que se faz hoje é mais liberdade e cada um sente que noutros tempos não se fazia. Da facto, fazer, fazia, o que havia era medo para demonstrar ao mundo que também se sentia e gostava [...]» (M&B, 1976, 3332).

Uma leitora refere que em contextos sociais e culturais mais internacionalizados, como as zonas litorais, visitadas por estrangeiros, a mudança já antes teria chegado: «[...] moro numa terra de praia e já há alguns anos que no verão se vê fazer amor a algumas da idade dela [Gisela], outras mais novas, pelo que pudor e preconceito há muito entrou em crise» (M&B, 1975, 3318).

Além disso, defende-se também que a mudança não se resumia às camadas mais jovens: «Eu, que também sou jovem, digo-lhe que esses valores [que certas leitoras defendem terem sido desvirtuados] [...] há muito que estão desvirtuados, não só para nós, jovens, mas também para muitas mulheres» (M&B, 1975, 3317).

Leitoras-comentadoras tendencialmente liberais anseiam por um Portugal com mais abertura de espírito: «uma vida, mais livre, mais fraterna» (M&B, 1976, 3346), sem «mentalidades tacanhas», «espíritos mesquinhos», em que o sexo seja vivido pelos adultos (crianças do pós-revolução) com desinibição, alegria e prazer. Só assim se poderia construir um Portugal “novo”, «arejado da hipocrisia em que temos vivido» (M&B, 1975, 3314). «Recriminam a

Gisela por confessar verdades; será com obscurantismos que querem construir um País Novo e remodelarem todas as estruturas da Sociedade Portuguesa?» (M&B, 1975, 3318).

Minhas amigas, vamo-nos deixar de preconceitos e ideias caducas. Vamos, sim, caminhar por essas ruas, conhecer o bem e o mal que por elas existem. Ler tudo o que nos elucide sobre o mundo, que é o nosso, e tentar fazer um melhor (M&B, 1975, 3317).

Para as leitoras mais conservadoras há uma diferença estruturante entre o Portugal do pré e pós-revolução: a juventude passou a comportar-se desavergonhadamente (M&B, 1976, 3326). Usa-se o termo «vulgar» para classificar a frequência com que as «rapariguinhas» fazem amor com os rapazes de quem gostam (M&B, 1976, 3365) e receia-se pelo futuro do país. Antecipam-no incerto e temerário, tendo em conta a evolução da moral sexual. A subestimação da virgindade e do casamento, por um lado, e a sobrestimação da prática desenfreada do sexo, do aborto e do divórcio, por outro, geram preocupações. «Para onde caminharemos?!» (M&B, 1975, 3303).

Ou será que os graves problemas da nossa Pátria se vão resolver com a sexualidade desenfreada, o aborto, o divórcio? Que preocupação vocês mostram por esses assuntos como se as pessoas não vivessem senão para ou pelo sexo! (M&B, 1975, 3312)

Entre os comentários do *Dossier* discute-se em que medida a sexualidade é afinal uma plataforma política. Leitoras mais conservadoras acreditam que a sexualidade pré conjugal, em concreto o sexo entre adolescentes, não é sinal de maturidade nem de modernidade, e não contribui em nada para a construção de um país mais evoluído. «Que louvável intenção, que patriotismo o da Giselazinha. [...] Pobre país se contar com muitas ‘heroínas’ destas – cairá de podre!!» (M&B, 1975, 3311). Nesta perspetiva mais repressiva da intimidade, defende-se que nenhum partido formado no Portugal do pós-revolução aprovaria a euforia sexual, a «alegria louca», com que a jovem tentou «ofuscar» o 25 de Abril de 1974 (M&B, 1975, 3313). O protagonismo revolucionário é apenas político e não sexual: «[...] a liberdade que o 25 de Abril nos trouxe é séria [...] não para ser festejada com as lágrimas que os pais dessa menina deviam ter chorado, e quem sabe até se não amaldiçoariam esse dia pelo acto que a filha cometeu» (M&B, 1975, 3313). Nega-se portanto qualquer vínculo entre política e sexualidade, lamentando-se que Gisela tenha «confundido a liberdade dos povos como o nosso [...] com a liberdade sexual» (M&B, 1976, 3332). O Amor (com maiúscula) existiria, segundo esta visão, em qualquer regime político. Não seria preciso ser-se livre (politicamente) para se fazer amor. Pelo contrário. Quanto mais difícil fosse a situação política, mais forte

seria o amor. De acordo com as opiniões de leitoras conservadoras, o 25 de Abril de 1974 não teria portanto mudado em nada a vida sentimental dos jovens.

E o facto de ter sido no dia 25 de Abril [que Gisela fez amor até ao fim], foi o acaso, pois eu sou jovem e não senti mudança alguma na minha vida sentimental. Talvez a Gisela pensasse ser o fim do mundo, como pensou a minha irmãzinha e quisesse provar tudo o que de bom existe ao cimo da terra, depois fez-se de forte (M&B, 1976, 3365).

Ainda numa lógica repressiva da intimidade, leitoras-comentadoras receiam que o fim da ditadura traga consigo o fim do pudor. Também se defende que a sexualidade praticada pelos jovens e por Gisela surge de um estado social genericamente mau, em que «até a própria política explora os jovens» (M&B, 1976, 3365). Ou seja, não é a jovem Gisela que se aproveita da nova liberdade política para explorar a sua liberdade sexual, mas é a nova situação política que explora a liberdade de jovens como Gisela. A que se referirá esta leitora? Às posições da esquerda radical (ou nova esquerda) que recuperam os princípios de W. Reich, defendendo que a revolução sexual antecede a revolução política? Certas leitoras apontam para a «propaganda» (na literatura, no cinema, na imprensa) que vem sendo feita à época «em grande escala a certos novos valores» (M&B, 1976, 3362):

Nunca pensei pela cabeça dos outros. Se fosse assim também agora me estava a deixar arrastar pela propaganda que é feita em grande escala a certos novos valores. Tenho 34 anos. Recebi uma educação tradicional. Há 14 anos, a moral seguida pela juventude era outra muito diferente. Vim acompanhando a evolução. Li livros, vi filmes, li revistas que defendiam o amor livre. Reflecti. Analisei-me. E compreendi que pessoalmente não tinha a ver com tudo aquilo (M&B, 1976, 3362).

Segundo as leitoras mais conservadoras, esta propaganda (política, cultural, social, literária, cinematográfica, mediática) teria enchido a “cabeça” de raparigas como Gisela, com uma «grande confusão de ideias» progressistas da intimidade (M&B, 1976, 3362).

Noutra perspetiva, tendencialmente liberal, Gisela é um exemplo da sinestesia entre liberdade política e sexual no momento de felicidade, sinceridade, liberdade que teria sido a Revolução dos Cravos. A liberdade política (de pensamento e expressão) estava relacionada com a sensação de liberdade (de pensamento e expressão) sexual. «Quem não sentiu o coração maior no dia 25 de Abril? Eles [Gisela e o primo] viveram-no» (M&B, 1975, 3313). Defende-se que a adolescente «procedeu de uma maneira que jamais esquecerá e nada tem de vergonhoso, disse-o livremente, não se importando com as mais diversas críticas destrutivas que nada a ajudam» (M&B, 1975, 3316).

Neste período de transição marcado por um golpe de Estado, dá-se portanto um «embate entre diversas concepções de moral» (M&B, 1976, 3362). Perspetivas mais liberais defendem que a moral «egoísta, preconceituosa, conformista» (M&B, 1975, 3317), apelidada de “tradicional” (ou “burguesa”), «criada pelo estado fascista» (M&B, 1975, 3317) e incutida por «pessoas reacionárias somente agarradas às aparências» (M&B, 1975, 3307), coloca em perigo a revolução, impede a evolução da humanidade e a construção de uma sociedade mais justa. Já a «moral de hoje, a moral do futuro, [...] a moral do ano 2000» (M&B, 1976, 3362) concederia, na perspetiva de leitoras mais liberais, liberdade sexual aos cidadãos, permitindo a revolução de prosseguir, permitindo a construção de um país “novo”, permitindo que cada um vivesse «como quer e o que quer» (M&B, 1975, 3317).

Para Margarida Belo Redondo a moral tradicional que ela chama de ‘burguesa’, como hoje está na moda chamar, é uma aberração que deve ser destruída, pois impede a evolução da humanidade e a construção de uma sociedade mais justa. Esta senhora lança o SOS, Morte à moral tradicional! (M&B, 1976, 3340)

Perspetivas mais conservadoras opõem-se às novas «ideias sobre moral», que têm à época «muitos defensores e adeptos», «que estão muito na moda» (M&B, 1976, 3340). Para estas leitoras, a miséria moral suplantaria à época a miséria material do país (M&B, 1975, 3312).

Em que contextos sociais e culturais se viviam os afetos e as sexualidades de forma tendencialmente mais liberalizante, no Portugal de meados dos anos 1970? Apontamos para uma elite intelectual e artística, viajada, cosmopolita, atenta às tendências políticas, sociais e culturais em países como França, Inglaterra, Alemanha e EUA, bem como para um contexto jovem, marcadamente universitário, e certas minorias como os homossexuais e as feministas ou defensoras da emancipação da mulher.

O caderno *O Casamento* da revista *O Tempo e o Modo* (dirigida por António Alçada Baptista), é um bom exemplo da atenção de uma elite intelectual e artística às questões que envolviam a chamada “revolução sexual” nos EUA e em outros países do ocidente. No capítulo – intitulado “Inquérito” – faz-se uma compilação dos depoimentos de figuras de referência em Portugal, entre elas advogados, engenheiros, professores liceais e universitários, psicanalistas, filósofos, jornalistas, sacerdotes, teólogos e vários escritores, face a perguntas relativas à intimidade, divididas em cinco temáticas estruturantes: casamento, fidelidade, divórcio, parentalidade e liberdade sexual. Neste último item, pede-se aos respondentes que deem a sua opinião sobre experiências sexuais pré-matrimoniais, sexo entre pessoas solteiras e sobre os limites aceitáveis de exploração erótico-sexual dentro do casamento. Eduardo

Prado Coelho, que aceita responder a este “Inquérito”, sublinha a dimensão mais ampla da intimidade junto da sua geração, que reivindicava perspectivas mais liberais em termos da vivência afetiva e sexual. A discussão da vida privada implicaria, segundo Prado Coelho, pensar a autodeterminação, a emancipação e a construção identitária de uma geração que pretendia quebrar com a tradição, pensar e decidir os próprios rumos. «Tudo isto implica que tenhamos sempre presente a grande afirmação de Nietzsche: dizem que nós somos os destruidores da moral, mas nós somos apenas os inventores de nós próprios» (*O Tempo e o Modo*, 1968, 149).

Muito embora haja posições tendencialmente conservadoras entre as respostas publicadas neste caderno d’ *O Tempo e o Modo* – ele próprio vanguardista, pois é publicado em março de 1968, antes ainda da crise estudantil em França – predominam as tomadas de posição liberais, nomeadamente quanto às relações afetivo-sexuais prévias ao casamento:

As experiências pré-matrimoniais existem *sempre* no sentido lato. Que não sejam concretizadas em relações sexuais completas, depende de vários factores internos (ansiedade, medo, preconceito) ou externos (dificuldades de tempo, local ou oportunidades). Pessoalmente eu sou partidário das experiências pré-matrimoniais completas. Penso que por vezes podem proteger contra erros no ajuizamento dos temperamentos e podem materializar uma mais verdadeira relação íntima. Por outro lado a liberdade sexual completa só é aceitável com um pleno conhecimento das suas consequências. Refiro-me evidentemente ao problema dos filhos ilegítimos. [Excerto da resposta de Francisco Alvim, psicanalista] (*Caderno Casamento, O Tempo e o Modo*, 1968, 153).

No capítulo “Inquérito”, há também tomadas de posição relativamente à importância da igualdade de género em termos das vivências afetivas e sexuais – «[...] um homem só é livre quando a mulher o for também» [Excerto da resposta de José Cardoso Pires, no *Caderno Casamento*] (*O Tempo e o Modo*, 1968, 163). Para além deste aspeto, fazem-se apelos à necessidade de educação sexual¹⁷², críticas à visão que restringe a sexualidade à função reprodutiva¹⁷³, e argumenta-se contra a visão do amor-posse e do casamento-instituição¹⁷⁴.

¹⁷² «Homens mais livres também significa homens sexualmente mais livres e sexualmente mais sãos. E como de pequenino se torce o pepino isso implica uma radical modificação da educação sexual começando na infância, prolongando-se pela adolescência e juventude» [Excerto da resposta de Laura Larcher Graça, engenheira agrónoma, funcionária da FAO, no *Caderno O Casamento*] (*O Tempo e o Modo*, 1968, 168).

¹⁷³ «Hoje, 1968, um filho é finalmente uma continuação voluntária do amor, não uma consequência biológica [...]» [Excerto da resposta de José Cardoso Pires, no *Caderno O Casamento*] (*O Tempo e o Modo*, 1968, 163).

¹⁷⁴ «[...] a fidelidade não pode ter para mim sentido, porque isso implica uma concepção do amor como posse e soberania, como alienação recíproca. Fidelidade é uma ideia demasiado próxima da de propriedade para que a possa tolerar» [Excerto da resposta de Eduardo Prado Coelho, no *Caderno O Casamento*] (*O Tempo e o Modo*, 1968, 147).

Alão (1989: 362) defende que ainda na década de 1960, «o casamento começa a ser vivido não como institucionalização do amor, mas, o que constitui uma evolução da mentalidade vigente, como um desafio de manutenção de uma relação viva e criativa». A geração que inicia a sua idade adulta ainda nesta década, «não fica insensível a conceitos como o de amor-verdade», «relação igualitária» e «casamento como local privilegiado de expressão de emoções» (Alão, 1989: 362).

LEITORAS AVALIAM A M&B

Ao longo do *Disser Gisela*, as leitoras manifestam emoções, afetos e sentimentos pela protagonista da história. Como Margarida Belo Redondo afirma na sua carta, mulheres houve que, perdoaram, louvaram, apoiaram, compreenderam, criticaram, condenaram e amaldiçoaram Gisela (M&B, 1976, 3333).

As leitoras que sentem empatia por Gisela, exprimem-lhe nas suas cartas votos de felicidade, de coerência, de continuação da iluminação e “bênção divina”, de prossecução da defesa da verdade e independência. Quanto às leitoras que manifestam divergência intelectual ou emocional por Gisela, referem-se a “revolta”, dúvida, “reprovação”, tristeza, “choque”, “pena” e protesto. Numa posição mais moderada, algumas leitoras referem empatia pela verdade e sinceridade da adolescente. O seu sentimento é de aceitação e compreensão, sem crítica, mas sem concordância nem apoio.

Mas não é só a conduta moral e a personalidade de Gisela que entram em debate e geram a expressão de emoções na seção *A Palavra às Leitoras*. Também a conduta editorial do suplemento d’ *O Século (Modas & Bordados)*, pela decisão de publicar a história da adolescente, é objeto de discussão e ajuizamento moral. As leitoras-comentadoras refletem explícita e implicitamente acerca dos motivos da revista para publicar a história de Gisela, sobre a legitimidade e o impacto social do seu agendamento.

Numa posição de concordância com a revista M&B, surgem vários comentários de incentivo por parte das leitoras, justificados pelo interesse público do tema da sexualidade. «Precisamos de revistas que tratem de coisas reais e não revistas de poesia» (M&B, 1975, 3317). «Tenho 16 anos e sou estudante. [...] Aqui vou dizer muitos dos artigos que gostaria de ver abordados no Modas. [...] A vida sexual contemporânea e todos os problemas relacionados com este» (M&B, 1975, 3322).

Para algumas leitoras, a atitude liberal da revista em relação à informação e debate da intimidade confere-lhe um carácter único, excepcional: «[...] a revista é fenomenal, foca problemas de grande interesse. Cá em minha casa é a única revista em que se gasta dinheiro (M&B, 1976, 3332)». «[...] apenas vos encorajo a prosseguir. Se um certo número de leitoras não voltar a ler o ‘Modas e Bordados’ não vos preocupeis por isso» (M&B, 1975, 3313).

A atitude da M&B na publicação da história de Gisela é para estas leitoras uma oposição de valor (“corajosa”) à forma como o assunto havia sido tabuizado ao longo de décadas de Estado Novo. A revista é elogiada pela forma clara, séria, oportuna (não oportunista) e plural como trata o *Dossier Gisela* e os temas da intimidade afetiva e sexual em geral, diferente de outras perspetivas editoriais que “explorariam” o tema do corpo e da sexualidade sem fins informativos. «Vocês estão a provar que se pode tratar desses assuntos sem cair na pornografia e sem explorar o assunto de forma desonesta» (M&B, 1975, 3326). «Explorar é uma coisa, informar é outra. [...] expuseram assuntos reais, sem qualquer ponta de exploração e oportunismo, que nos esclarecem e nos fizeram encarar assuntos, para que possamos tomá-los nas próprias mãos» (M&B, 1976, 3332).

Certas leitoras assumem posições moderadas. Apesar de se oporem às opções da adolescente, felicitam a publicação e a jovem pela transparência, pela franqueza, pela ousadia.

O meu primeiro impulso quando li *Fiz amor na noite de 25 de Abril*, foi escrever imediatamente à vossa revista que tanto aprecio e protestar contra essa história. [...] Choquei-me com essa história. [...] e também me revoltou que uma criança ainda perdesse a virgindade dessa maneira. Mas, e aqui vem a outra coisa, acredito piamente que isso possa ter acontecido assim e que as verdades são para serem ditas e que, na verdade, sei de muitas coisas semelhantes mas que apenas são segredadas ou comentadas em pequenos círculos mas que não vêm a público porque o que estava em causa era defender as aparências e fingir que tudo corria bem mesmo quando corria mal ou de outra maneira. Portanto, acabo por admirar a coragem dessa rapariga em ter falado a verdade com tanta sinceridade e também a vossa ousadia em publicarem a história ‘sem censura’ (M&B, 1975, 3303).

Muitas outras leitoras assumem uma posição de discórdia com a publicação, e pedem o fim do debate em torno do tema da sexualidade em geral e de Gisela em particular: «Depois do 25 de Abril a vossa revista modificou-se muito: algumas coisas para melhor outras para pior. Porquê essa exploração do sexo?» (M&B, 1976, 3328). «Esperamos que [a M&B] fale da mulher e para a mulher e que alguns artigos vindos ultimamente passem de ‘moda’» (M&B, 1975, 3316). «[...] por favor deixem de publicar mais cartas sobre o assunto» (M&B, 1975,

3318). «Os meus sentidos pêsames por sua publicação. Para onde caminharemos?!» (M&B, 1975, 3303).

Para estas comentadoras do *Dossier Gisela*, o assunto da sexualidade estava na moda, mas era “feio”, “vergonhoso”, “lamentável”, “chocante”, “indigno”, “miserável”, desnorteador e de inspiração “comunista”. Ao agendar a sexualidade, a revista tornava-se para estas leitoras, imoral, sem nível. «Maior que a miséria material que vocês tanto apregoam, como se também o País não seja, além da questão do sexo, uma enorme boca sempre escancarada, sempre pronta a devorar comida, é a vossa miséria moral» (M&B, 1975, 3312).

Estas leitoras consideram os artigos da M&B “baixos”, expondo coisas amorosas que metem “nojo”, semelhantes a pornografia¹⁷⁵, generalizando e instigando a ideia de que devemos “viver como os animais irracionais”, “ao sabor dos instintos”. O tema da sexualidade é segundo estas leitoras tendencialmente conservadoras, um tema pessoal, privado – problema «mais do que íntimo» –, devendo manter-se reservado e confidencial. A publicação deveria dar *feedback* a certas cartas como a de Gisela, sim, mas em resposta individual, particular e moralizante da sua conduta. Não o fazendo, a M&B faria “publicidade” a “devaneios”¹⁷⁶, instigando os jovens “imatuross” a tirar conclusões erradas e a seguir maus exemplos. Esta é uma visão que insiste na ideia de que o privado não é público, e de que o pessoal não é político.

Embora eu compreenda que, ao publicá-la, a direcção tenha tido o objectivo de mostrar uma Gisela, produto de um ambiente e de uma sociedade que não sabe dar aos adolescentes o amparo moral e afectivo que lhes é devido, não concordei com a sua publicação, pelo facto de a revista ser lida por muitas jovens que pela sua imaturidade não saberão tirar da sua leitura a conclusão positiva que seria de desejar (M&B, 1975, 3307).

Segundo entendimentos mais tradicionais, a M&B tornou-se uma revista revoltante, intolerante, inadmissível, não merecendo por isso ser comprada e lida: «Nunca mais quero ler o ‘Modas & Bordados’ e várias das minhas amigas vão fazer o mesmo. Sou nova, ainda não tenho 30, mas revolta-me semelhante artigo» (M&B, 1975, 3303).

¹⁷⁵ «Venho dizer-lhes para mudarem a estrutura da revista pois é apresentada sem nível nenhum. Será que as mulheres democráticas desejam construir um país novo com tão baixos artigos e entrevistas e com coisas amorosas que metem mesmo nojo? Pensarão lá porque passamos uma onda de pornografia também devem apresentar esses problemas na revista?» Escreve uma jovem universitária (M&B, 1975, 3316).

¹⁷⁶ «A estas mulheres não será preferível dar uma resposta particular, convidando-as a enveredar por melhor caminho? E não ter dado publicidade aos seus devaneios?» (M&B, 1975, 3307).

Os argumentos são de que a publicação explora sexo, amor livre, aborto, e aprova que crianças de 15 anos tenham relações sexuais, aconselhando-as a não darem ouvidos à educação dos pais. Perante ameaças de leitoras que escrevem chocadas, renunciando deixar de comprar a revista, há também leitoras que escrevem em sua defesa:

[...] não liguem, quando escreverem a dizer que não mais comprarão a Revista por motivos desta natureza. Porque enquanto perdem três assinantes ganham seis. Coragem para abordar assuntos até agora tabú [...] (M&B, 1975, 3317).

Comecei a ler esta revista com mais interesse e atenção a partir do momento em que começou a informar, a esclarecer, pois ‘as entrevistas sobre entrevistas’ expuseram assuntos reais, sem qualquer ponta de exploração e oportunismo, que nos esclarecem e nos fizeram encarar assuntos, para que possamos tomá-los nas próprias mãos. [...] para quê esconder os problemas relativos à sexualidade se nós vivemos com ela e precisamos cada vez mais de ser informadas? (M&B, 1976, 3332).

Desde a data em que a carta de Gisela é publicada até ao dia em que se edita o último comentário das leitoras, a *Modas & Bordados* mantém a mesma atitude de pluralismo, colocando a par cartas elogiosas e críticas, confrontando posições negativas e positivas, face às opções da jovem e da revista, que acabam por estar ambas sob escrutínio moral.

Para o sociólogo britânico Ken Plummer (2003a) a *cidadania da intimidade* deve ser entendida como uma pluralidade de vozes públicas e posições. Gente que fala e toma posição/oposição, sendo fundamental que se agende, que se reconheça, que se dê espaço às áreas de contestação, aos conflitos, às relações entre diferentes vozes e em diferentes esferas. É isto que se verifica na M&B. A revista agenda assuntos sensíveis, dando expressão a visões antagónicas, numa lógica dialógica e de pluralidade. O *Dossier Gisela* é o exemplo mais flagrante desta política editorial que contribui para uma aproximação e ensaio da *cidadania da intimidade* no nosso país, em 1975/6.

Giddens (2001: 131) sublinha a importância de fóruns de debate, promotores do desenvolvimento cognitivo e emocional dos indivíduos, da diversidade e do pluralismo, essenciais para a construção da cidadania. O *Dossier Gisela* é um dispositivo não-institucional promotor do debate, que surge numa fase crucial de construção democrática.

A condução da discussão aberta é ela própria um instrumento para a educação democrática: a participação no debate com outrem pode conduzir à emergência de uma cidadania mais esclarecida. De certa forma, essa consequência decorre do alargamento dos horizontes cognitivos do indivíduo, mas deriva também do reconhecimento da diversidade legítima – isto é, do pluralismo – e da educação emocional (Giddens, 2001: 131).

Em cada momento há assuntos que lutam para estar presentes nas agendas, ‘combatendo’ para serem escutados (Plummer, 2003a: 37). Ironicamente, o agendamento parece ter mais sucesso quando existe oposição. A contestação torna certos temas mais «visíveis», mais «focados» e mais «claramente argumentados» (Plummer, 2003a: 37). Verificamos no *Dossier Gisela* este potencial do conflito. Sem a ‘chama’ da discórdia, o debate entre as leitoras não teria granjeado tanta durabilidade (17 meses, 33 edições), visibilidade, foco e riqueza de argumentação.

Alguns tipos de relações dialógicas, mesmo se contraditórias, são estabelecidas entre movimentos e adversários. Os pró-*gays* e os anti-*gays* existem em simbiose, cada um ajudando a moldar debates do outro. [...] certos eventos e pessoas-chave parecem galvanizar opinião e, assim, transformar mundos sociais (Plummer, 2003a: 37).

Pode dizer-se que no *Dossier Gisela* as leitoras assumem duas perspetivas gerais em relação ao tabu da sexualidade, uma que se opõe ao silêncio e outra que o advoga. Para algumas leitoras é necessário informação em todos os momentos, para todas as pessoas, por toda a parte, e para além de Gisela, pois só a discussão pública abriria junto dos mais conservadores uma janela de reflexão pessoal: «[...] talvez seja bom que histórias como esta choquem as pessoas. Mas que não se fique por aí. Será bom que depois pensem [...]» (M&B, 1975, 3307).

A tarefa de agendar o tema da sexualidade na sociedade portuguesa era, para as leitoras mais progressistas, “colossal”, “espinhosa” e “prolongada” para as “mulheres-acordadas”, mas também “irrecusável” e “compensadora”. É curioso o recurso a este termo – “mulheres-acordadas” –, cidadãs que observam, testemunham, que estão despertas, alerta, que tomam a decisão das suas vidas nas suas mãos: «[...] não se deve esconder a verdade só porque ela é dura!» (M&B, 1975, 3322). «[...] antes a verdade nua e crua que tudo muito bonito mas mascarado» (M&B, 1975, 3310).

Não será melhor nós todas estarmos ao corrente da nossa juventude para a ajudarmos e compreendermos? Ou será preferível metermos a cabeça debaixo da asa e deixarmos correr a coisa? (M&B, 1975, 3317).

A vida sexual é apontada como um tema importante, concreto, real e necessário, sobretudo para os jovens (mas não só), que ainda desconhecem ou ignoram a maior parte dos seus aspetos essenciais: «Continuem da forma como estão a fazer para bem dos jovens sobretudo, e tão ignorantes que ainda estamos e tão abandonados» (M&B, 1975, 3322).

Defende-se que o agendamento da história de Gisela e a abordagem de temas relativos à vida íntima, promovem o diálogo intergeracional e apoiam os pais no seu papel na educação sexual dos filhos: «Pela minha experiência digo-vos que é uma revista que estabelece diálogo entre mãe e filha. Há assuntos que só agora eu e a minha filha discutimos pois lemos a mesma revista» (M&B, 1976, 3326).

Numa perspetiva mais conservadora, descrever sentimentos da vivência sexual seria sinal de falsíδια. Aqueles que falavam da intimidade numa esfera pública provavelmente não a teriam sentido. Aqueles que a sentiam, dela não falariam: «Esse menino [o primo de Gisela] que a levou e a guiou gosta da sua maneira de ser? Gostaria ele que viesse contar coisas tão íntimas que deviam ser mas que parecem ter sido feitas exactamente para virem retratadas e não serem sentidas» (M&B, 1975, 3313). Noutra narrativa, uma leitora refere-se irónica acerca do gesto de Gisela partilhar publicamente as suas vivências afetivas e sexuais: «[...] tão sincerazinha! Conta tin-tin por tin-tin o que sentiu e não sentiu!» (M&B, 1975, 3311).

Em resumo, para as leitoras-comentadoras mais tradicionalistas na forma de ver a intimidade, a adolescente teria falado demais, a revista teria agendado imoderadamente e as leitoras ter-se-iam excedido a comentar um tema que deveria reservar-se ao segredo, à discrição e ao decoro. Esta perspetiva que advoga as vantagens do silêncio, é defendida por leitoras, que se insurgem contra o que designam por uma inversão do tabu: «Antes era tabu falarem de sexo. Hoje tornou-se tabu falar do respeito pela virgindade» (M&B, 1976, 3328).

No *Dossier Gisela*, afirmam-se duas grandes perspetivas opostas, uma tendencialmente liberalizante do modelo de vivência da intimidade herdado do Estado Novo, e outra tendencialmente promotora desse mesmo modelo. O mesmo acontece noutros fóruns da M&B, nomeadamente no Dossier “*Pornografia, o que é?*” e no “debate público” “*Mulheres Domésticas, Mulheres Empregadas*”, ambos instalados em 1976 – a discussão das leitoras tem menor participação e duração, em qualquer um deles, sendo o tom do debate de menor entusiasmo. Não identificámos nenhuma discussão mediática da natureza do *Dossier Gisela*, tão aberta à participação e discussão dos leitores, seja no *Expresso*, *Diário de Lisboa* ou *Crónica Feminina*. O debate promovido em torno do erotismo e da pornografia no *Expresso*, também muito rico do ponto de vista do conflito, da controvérsia e do diálogo, tem um perfil muito distinto. As participações acontecem por convite da redação a figuras públicas.

GLÁDIO ENTRE LEITORAS

A democratização das sociedades gera mais esferas públicas, se um número maior de pessoas pode envolver-se em conversas voluntárias sobre os temas da intimidade (Plummer, 2003a). O diálogo está aliás no coração de todas as ideias contemporâneas de cidadania. Como estabelecê-lo? Plummer (2003a) reflete sobre como nos sentarmos à mesma mesa com os nossos ‘inimigos’, aqueles que querem ver-nos a nós (e ao nosso modo de vida) eliminados. No centro deste problema, acredita estar a tendência para a polarização dos debates, a tendência para confundir as pessoas com os seus argumentos, atacando/defendendo ambos de forma emotiva.

Inicialmente os comentários das leitoras ao caso Gisela são de tom pouco inflamado. Mas à medida que a celeuma aumenta, as cartas das leitoras começam a vir endereçadas, a dirigir-se especificamente a outras ‘comentadoras’ cujas opiniões foram publicadas em números anteriores. Ou seja, as leitoras entram em diálogo umas com as outras e em muitos casos em alteração. O tom da discussão sobe, atinge-se a contenda em torno da forma como deve ser vivida a vida afetivo-sexual da mulher portuguesa em geral, de Gisela em particular e, nalguns casos, a das próprias leitoras.

Plummer (2003a) elenca alguns conselhos para que o debate em torno das intimidades (fundamental para a construção da cidadania) decorra da melhor maneira. Defende que é necessário reconhecer e respeitar a pessoa com quem se discute, nunca tentando a sua degradação; aponta para a importância de trabalhar o sentido de pertença ao grupo, pois não somos nunca vozes solitárias; argumenta que é preciso assumir que não há apenas dois lados em cada argumento, daí devermos pensar na multiplicidade e na ambiguidade, em vez de nos centrarmos na dicotomia e na polarização (Plummer, 2003a). Além dos aspetos já evidenciados, Plummer lembra ainda que devemos ter consciência de que os argumentos em certas discussões vão para além do próprio tópico em causa. Por exemplo, as opiniões sobre o aborto normalmente entram numa discussão mais ampla que tem a ver com o que significa ser mulher, ou com o que significa ter uma família. Ora, «é relativamente fácil mudar a nossa mente sobre uma pequena ideia; é muito mais difícil abdicar de todo um modo de vida» (Plummer, 2003a: 89). Finalmente, o sociólogo britânico sublinha que a esfera pública é raramente um lugar de “neutralidade”, “objetividade” e de razão. E que é preciso reconhecer que há uma base emocional e biográfica em muitas das conversas sobre intimidade, razão pela qual muitas vezes os argumentos são odiados e amados.

Muita conversação e argumentação, não é simplesmente uma questão de debate racional: fala-nos de profundidades nossas, de coisas que não entendemos – das nossas experiências na infância, dos nossos compromissos ao longo da vida com outros, da nossa história de vida pessoal (Plummer, 2003: 89).

Mais importante do que saber como ganhar o conflito dialógico é entendê-lo (Plummer, 2003a). E é isso que faz a M&B: valoriza e promove-o, para que se perceba o que está em causa. Muitas leitoras, que se envolvem emocionalmente na discussão (*Dossier Gisela*), reagindo com mel e fel, aos comentários umas das outras, então mais interessadas em disputá-la do que compreendê-la.

[...] o poder das conversações políticas reside na sua criatividade, na sua variedade, na sua abertura e flexibilidade, na sua inventividade, na sua capacidade de descoberta, na sua sutileza e complexidade, na sua expressão de empatia e afeto [...]. O conflito tem um papel importante em todo este diálogo: mas é o diálogo que deve ser o objetivo da cidadania da intimidade (Plummer, 2003: 94).

Analisemos o conflito dialógico em que entram as leitoras do *Dossier Gisela*. Que argumentos são empunhados neste gládio que parte do caso da adolescente, opondo em dois lados das ‘barricadas’ leitoras mais conservadoras e mais liberais? Nas narrativas das leitoras que defendem Gisela, encontramos uma visão mais tolerante da diversidade das vivências afetivo-sexuais. As suas autoras definem-se como “modernas”, “liberais”, “progressistas”, “evoluídas”, “prá frente”. Em si veem a «raiz, a flor e o fruto, a razão e a força do 25 de Abril, o motor da revolução». Mas e o que dizem elas acerca das suas opositoras, ou seja, das leitoras que atacam Gisela? Acusam-nas de anacronismo, de estarem desatualizadas, de serem «botas de elástico»¹⁷⁷, mesmo quando são jovens. Afirmam que as suas ideias são caducas, “antagónicas” ao século XX. Defendem que vivem como se a vida não tivesse progredido: «os códigos são feitos pelos homens, e como tudo o que é feito pelo homem, são falíveis; não quer admitir que aqueles por que se regeu na sua juventude tenham mudado, por não terem provado serem ideais?» (M&B, 1975, 3310).

[...] não estamos nos anos 30, minhas senhoras, mas sim nos anos 70! Acho que a vida progrediu um pouco (senão totalmente!) (M&B, 1975, 3311).

As leitoras que defendem Gisela acusam as ‘oppositoras’ das escolhas da adolescente, de um défice informativo, de terem uma visão limitada e parcial. Afirmam que estas mulheres

¹⁷⁷ «Para finalizar digo apenas para a D. Francisca deixar de ser tão ‘bota de elástico’ porque tem apenas 34 anos, e sobretudo para respeitar e dar apreço àqueles que o não são [...]» (M&B, 1975, 3323).

criticam sem compreender os fundamentos¹⁷⁸, que sofrem de uma «doença contagiosa» (a ignorância) que só se combate com «esclarecimento intenso e profundo». Precisam ler tudo o que as elucide sobre o mundo. Precisam refrescar a sua memória e lembrar-se do tempo em que também eram jovens: «Francamente, essas senhoras já se esqueceram que também tiveram 15 anos?!» (M&B, 1976, 3342).

Sinceramente custa-me que as nossas mulheres portuguesas ainda se choquem tanto por lerem um conto (talvez verdadeiro) da Gisela. Será que estas senhoras que se manifestam contra a publicação não conhecem raparigas iguais à Gisela? (M&B, 1975, 3317).

Para as defensoras de Gisela, as suas ferozes opositoras são mulheres que padecem de um aprisionamento moral. Acusam-nas de não terem conseguido quebrar os preconceitos da ideologia de classe dominante do Estado Novo, que condicionaram a liberdade e criaram uma moral egoísta, conformista; de não perceberem que a polémica não era sobre o caso Gisela, mas sim sobre a hipocrisia da moral, sobre os falsos, retrógrados e ultrapassados conceitos e mitos que lhes foram impingidos desde cedo.

Não quer aceitar que as pessoas, as mulheres, possam ser livres de pensar e de agir naquilo que só a elas diz respeito? Vamos ficar para todo o sempre agarrados aos mesmos preconceitos aleatórios? (M&B, 1975, 3310)

Certas mulheres mais conservadoras são ainda acusadas de defender uma moral, mas praticar outra: «Quantas não são as senhoras que se escandalizam com o caso GISELA e com a idade dela fizeram o mesmo ou ainda pior que ela? Deixem a Gisela em Paz!» (M&B, 1975, 3317).

As defensoras da adolescente que fez amor na noite do 25 de Abril de 1974, acusam ainda as leitoras mais críticas de sofrerem de vários equívocos religiosos e de falta de compaixão: «E o sexo não é pecado, senhora doutora. Não foi Deus também quem o fez? Era-lhe tão fácil fazer-nos a todos assexuados...» (M&B, 1975, 3310). «Gostaria de saber o que é que essa senhora entende por guardar castidade! Será que as pessoas não se poderem amar? Se vamos entrar no campo cristão [...] de certo que se esqueceu que Deus também disse: “Crescei e Multiplicai-vos”» (M&B, 1975, 3323).

¹⁷⁸ «[...] antes de criticar, devemos saber, ou pelo menos tentar saber, a fundo, o que provocou determinada atitude» (M&B, 1975, 3313).

Com certeza que as pessoas que acusam ‘tão horrível descaramento!’, não se lembram que o Evangelho fala de um Cristo que disse que quem fosse puro atirasse a primeira pedra, e todos abandonaram (M&B, 1975, 3313).

As opositoras de Gisela são ainda acusadas de frustração amorosa, pelas leitoras que a defendem. Afirma-se que algumas destas mulheres são «velhas avós agastadas contra um tempo que evolui e as ultrapassa», outras são «mães-solteiras ardendo de vingança», outras «serôdias virgens frustradas incapazes de entender o amor» (M&B, 1976, 3333). Ou seja, mulheres de diferentes idades, com experiências afetivas e amorosas infelizes, desconhecendo ou pretendendo desconhecer o amor, mais, desconhecendo-se a si próprias: «As senhoras que condenam a Gisela não a compreendem, porque nem sequer se compreendem a si próprias, nunca se souberam analisar, têm medo de o fazer ou não sabem fazer» (M&B, 1975, 3317).

Depreendo pelo que a sra. diz, pela defesa que faz da virgindade, se não é casada, logo, deve permanecer virgem. Ora como pode a sra. saber o que é o Amor se nunca amou? (M&B, 1976, 3343).

São essas senhoras mulheres e mães: mulheres que acusam outras mulheres, talvez porque sentem o peso da frustração, talvez porque nunca chegaram a ser felizes. Mães que vão inculcar no espírito das filhas falsos valores de honestidade que jamais as deixarão ser felizes (M&B, 1975, 3316).

As desigualdades de género são também alvo de discussão e de acusação por parte das defensoras de Gisela, que veem nas suas ‘oppositoras’ mulheres que pactuam com a discriminação, promovendo preceitos morais convencionais, tradicionalistas, duais em termos de género. Se tivessem poder as mulheres que se opõem a Gisela decretariam que «às mulheres só é permitido amar após assinatura do contrato matrimonial (e, ainda assim, com recato e moderação)» (M&B, 1976, 3333); decretariam proibido o exercício do amor livre, salvo aos homens; decretariam que as mulheres são máquinas procriadoras (e não seres humanos completos, livres de pensar e de agir, com plenos direitos a dispor de si e da sua vida em liberdade). Não se chocariam por os rapazes casarem com experiência sexual anterior, mas chocar-se-iam se as raparigas o fizessem; indignam-se por uma rapariga de 15 anos ter relações sexuais, mas não por uma rapariga se casar com a mesma idade.

Nesta perspetiva tendencialmente liberalizante do papel da mulher, defende-se que visões mais conservadoras não querem aceitar «que as mulheres, possam ser livres de pensar e de agir naquilo que só a elas diz respeito» (M&B, 1975, 3310). Vítimas de uma espécie de bloqueio revolucionário, de um défice democrático, de uma falta de visão libertária, é assim

que algumas leitoras consideram as opositoras de Gisela. Acusam-nas de não saberem que viver em democracia implica contraditório, divergência de opiniões e vivências; de não saberem respeitar os sentimentos dos outros; de considerarem o amor autêntico subversivo, passível de ser tratado como «crime de alta traição». Estas mulheres mais conservadoras são portanto, aos olhos das leitoras mais liberais, «perigosas armadilhas nos caminhos da revolução» e da democracia (M&B, 1976, 3333), pactuando com o fascismo, as ditaduras e crimes de muitos tipos.¹⁷⁹

Elas são cidadãs que falam e votam e influenciam, a seu modo, no processo social. Muitas serão professoras, amas, tias, chefes de fábrica, catequistas. A sua responsabilidade, nos contactos que forçosamente têm com a juventude, estará à altura da sua formação moral? (Não falo da moral tradicional burguesa, é claro; mas da outra, da autêntica, que move montanhas e constrói sociedades mais justas) (M&B, 1976, 3333).

São expressivamente menos os ataques das leitoras que estão contra Gisela, às leitoras que a defendem. A sua argumentária centra-se fundamentalmente na definição de códigos de conduta, definindo estereótipos morais de raparigas, tendo em conta a forma como conduzem a sua vida afetiva e sexual. Este mapeamento do universo feminino em função da intimidade, inclui em si uma adjetivação acusatória das leitoras mais liberais. Vejamos os três estereótipos encontrados: *raparigas dignas*, “impecáveis”, de “bom porte” e “prendadas” que os homens procuram e escolhem para a vida matrimonial; *raparigas indignas*, com as quais os homens (mesmo os de então) gostam de se divertir – «mulheres a defenderem a depravação e a miséria moral!» (M&B, 1975, 3311), valorizando os instintos e os impulsos irracionais, em detrimento da contenção sexual, gente de fraqueza que se inicia sexualmente. «[...] Querem transformar a Humanidade em cães e lobos» (M&B, 1975, 3312). «É a sua religião deixa muito a desejar» (M&B, 1975, 3320). Finalmente, o terceiro estereótipo, invocado pelas leitoras conservadoras, é o das raparigas *pseudo-evoluídas*, que apenas tentam seguir a moda, fingindo que são liberais (porque querem ser “evoluídas”), sendo conservadoras, na verdade: «Penso que há mais gente que pensa assim [de forma tradicional], [...] mas para serem evoluídas, não se atrevem a dizer [...]» (M&B, 1975, 3320).

¹⁷⁹ «Se [estas mulheres conservadoras], um dia, se constituíssem Governo deste país decretariam: -Todas as Giselas estão, doravante, proibidas de existir. [...] -O amor autêntico é subversivo e deverá ser tratado como crime de alta traição. [...] Lamento-as. São dignas da nossa compaixão porque estão mortas, cadáveres ambulantes emprestando o mundo dos vivos. Perigosas armadilhas nos caminhos da revolução. Máscara de um (trágico) Carnaval que, em nome de alheios, ausentes valores, permitiu a Inquisição, Hitler, Mussolini, a prostituição, Salazar, Concordata, Pinochet, o aborto clandestino, a droga, a fuga de adolescentes, o infanticídio, as aberrações sexuais...» (M&B, 1976, 3333).

O DEVER-SER DA SEXUALIDADE FEMININA E MASCULINA

A edição da *Modas & Bordados* de 8 de outubro de 1975 é dedicada quase inteiramente a Maria Lamas, ícone da luta feminista da primeira metade do século. Jornalista e escritora, havia estado à frente da M&B entre 1930 e 1947. No pós-25 de Abril é convidada para diretora honorária da publicação, pela chefe de redação Maria Antónia Fiadeiro e por Mário Zambujal, diretor interino da revista. Numa conversa dirigida por Sílvia Soares – “Entrevista com Maria Lamas - Quarenta anos depois” (M&B, 1975, 3321) – Maria Lamas fala das dificuldades de se ser mulher, no Portugal pós-revolucionário de 1975.

[...] o atavismo e a educação impedem-na [à mulher] de encarar com naturalidade as suas necessidades fisiológicas no domínio sexual. [...] Até o facto de se despir mesmo sozinha e de se ver nua é considerado (ou era) um pecado contra o pudor. Quanto ao acto sexual, a mulher tinha que se justificar pela maternidade e não pela busca de prazer. Sou do tempo em que se aconselhava que uma mulher nunca se deve ‘negar’ ao marido, nem mesmo com sacrifício físico, pois essa recusa constituía uma grave ofensa para ele (M&B, 1975, 3321).

Na nossa análise de conteúdo qualitativa do *Dossier Gisela*, procedemos a um levantamento da forma como as leitoras exprimem o “dever ser” das vivências afetivo-sexuais, masculinas e femininas. Numa perspetiva tendencialmente conservadora, certas leitoras-comentadoras idealizam a vivência masculina da intimidade com base num modelo dual. Espera-se do homem que tenha a mulher difícil em casa e a mulher fácil na rua. O relacionamento sexual que confere prazer (divertimento) tem lugar com mulheres «fracas» que se deixam sujar. O relacionamento afetivo que confere estabilidade e seriedade (compromisso) recomenda-se com mulheres fortes, que preservem a virgindade nupcial.

Os homens, mesmo os de hoje, gostam de se divertir com as fracas que se deixam sujar, mas quando procuram companheira para a vida matrimonial escolhem raparigas impecáveis de bom porte e prendadas, se sabem que as mães ou suas irmãs imitam essas levianas, sofrem e não gostam que lhe toque pela porta (M&B, 1975, 3321).

Numa perspetiva modelar mais convencional, as leitoras defendem que os homens «autênticos» [respeitadores da virgindade da mulher com quem querem casar] escasseiam cada vez mais, mas que a culpa é das mulheres que «destroem tudo», das “Giselas” que perderam a dignidade, que tiveram pressa em se libertar do «peso» da virgindade¹⁸⁰.

¹⁸⁰ «As mulheres perderam a dignidade e, por isso mesmo, cada vez existem menos homens autênticos, pois as mulheres destroem tudo» (M&B, 1976, 3326).

Acrescente-se que para estas leitoras-comentadoras, à natureza fisiológica e psíquica do homem convém o amor livre.

Entre as narrativas mais liberais das leitoras do *Dossier Gisela*, não foram encontradas expressões do ideal das vivências afetivas e sexuais masculinas. Os seus comentários não apontam definições do que é próprio do homem, ao nível da intimidade. Apenas o dever ser feminino é alvo de reflexão e projeção. E o que defendem? A mulher portuguesa não é «uma máquina procriadora», mas um «ser humano completo» e livre (M&B, 1975, 3310). Deve instruir-se, autonomizar-se, lutar pelos seus direitos, tornar-se companheira (em pé de igualdade) do homem, afastando-se do modelo feminino promovido pelo Estado Novo, que lhe predicava dedicação absoluta (e submissão) ao marido, aos filhos e ao lar: «a mulher portuguesa precisa de ler muito e de fazer menos rendas e bordados» (M&B, 1976, 3340).

Entre as leitoras com perspetivas moderadas defende-se que a mulher deve deixar-se de tabus e acompanhar a evolução dos tempos, ou seja, precisa encarar a sexualidade de frente, muito embora a motivação para esta alteração de ponto de vista esteja ainda descentrada do próprio prazer feminino. Nos discursos destas leitoras prevalece o objetivo de proporcionar no ato sexual a “felicidade” do marido, e assim evitar que este procure satisfazer-se noutras relações, extraconjugais.

É certo que o marido, sendo mais velho do que eu, tentando com que eu sempre o fizesse realizado, eu não era capaz e só há dois anos me consigo consciencializar que cada altura tem um pensamento e que nós, mulheres, não podemos ir para o leito com as preocupações que nos afligem, porque senão não fazemos a felicidade daquele que escolhemos para companheiro; ser casada ou solteira, se vivemos a dois é para tudo, é necessário que as mulheres tenham o direito de deixar-se de tabus, que os homens não compreendem e depois vão para fora arranjar um leito para ser feliz. Há que se viver a realidade do dia-a-dia e não nos fecharmos em tabus [...] (M&B, 1976, 3332).

A propósito desta posição intermédia, que apela à destabuização da intimidade afetiva e sexual da mulher, sem ainda reclamar o seu direito ao prazer, vale a pena olhar para o cartoon *Heloísa* (da autoria de Sam), que começa a ser publicado semanalmente na M&B, a partir de 2 de outubro de 1974 (edição nº 3268). Em *Heloísa*, o cartoonista Sam aborda o tema do “feminino”: a mulher e a política, a mulher e a revolução, a mulher e a emancipação, a mulher e a contratação, a mulher e o casamento, a mulher e o namoro, a mulher e o amor, a mulher e o desejo (imagem 16). Permanentemente encostada a uma mesa, a personagem deste cartoon – *Heloísa* – pensa, imagina, fala com os seus botões. As suas deambulações

imaginárias revelam-nos os seus mais secretos anseios e frustrações, desejos e inibições, aspirações e fantasias, descobertas e incompreensões. Para assinalar a estreia do cartoon, Maria Antónia Fiadeiro entrevista o seu criador. Sam explica como surge e como se desenvolve *Heloísa*. Usa a metáfora da noite e do dia, da realidade e da fantasia, da gaiola e da liberdade, para caracterizar a vida íntima da personagem (*Heloísa*), retrato de muitas mulheres portuguesas de meados dos anos 1970, divididas entre a penumbra da ditadura e a promessa de luminescência da democracia, entre a concretude da vida quotidiana do Estado Novo e o sonho de novas liberdades para a vida de todos os dias no Portugal democrático. *Heloísa* é a mulher portuguesa que aspira ser livre para viver o amor sem preconceitos, mas não consegue libertar-se ainda das amarras do passado:

A *Heloísa* veio ao mundo há cerca de três anos. Discretamente. Durante longos meses viveu reclusa numa gaveta. Aí, com o tempo, a noite e a solidão formou o seu belo carácter. Cresceu. Sem abandonar, porém, o laçarote da menina que foi. Da gaveta passou para o quarto, que mobilou com sonhos impossíveis. É nesse quarto-refúgio que vive e morre todos os dias, alimentando-se dos próprios desejos, na companhia de personagens que inventa (M&B, 1974, 3268).

Educada na moral sexual tradicional salazarista, *Heloísa* representa um universo carregado de convicções e emoções contraditórias. Vive o paradoxo. No turbulento contexto pós-revolucionário português, marcado por novas *discursividades* – emancipação feminina, sexualização do amor e erotização do desejo – *Heloísa* aspira a uma vida íntima (afetiva e sexualmente) mais liberta, mas vive em permanente contradição entre o que deseja sentir e o que efetivamente sente.

Imagem 16: Cartoon *Heloísa*, por Sam (M&B, 1975, 3294)



Sam usa a expressão “quarto-gaiola” para ilustrar a sexualidade feminina. Mulheres como *Heloísa* lutam para descobrir o quarto, mas frequentemente só encontram a gaiola. Estão entaladas entre o passado e o presente, entre o velho e o novo, entre a repressão e a liberalização, entre o que foram e o que querem ser.

Mulheres Heloíças, quantas não haverá? Mulheres paralisadas pelos fantasmas que habitam ao lado da realidade. Mulheres prisioneiras dos seus tabus. Angustiadadas, incapazes de se libertarem, no seu quarto-gaiola. De abrirem a janela. E saltar para a rua. E gritar amor. E fazê-lo (M&B, 1974, 3268).

Em *Heloísa* há um conflito (e sobreposição) entre a mulher conservadora e a mulher emancipada. A figura feminina criada por Sam representa simultaneamente o desejo de mudança e a força do “*habitus*” (Bourdieu, 1989).

Numa perspetiva tendencialmente liberalizante das leitoras que comentam Gisela, “ser mulher” passa idealmente pela autodeterminação, pela escolha dos próprios desígnios, pela detenção de plena autoridade na construção da identidade. O que nos dizem estas leitoras acerca das janelas que a jovem e a mulher portuguesa deveriam abrir para conquistar a sua autodeterminação, para fugir do “quarto-gaiola”, usando a metáfora de Sam? A janela da autodeterminação intelectual, social, financeira, moral, afetivo-sexual e conjugal:

- Autodeterminação intelectual – Defende-se que a mulher devia ser educada em todos os aspectos e formar as suas próprias ideias;
- Autodeterminação social – Apela-se a que a mulher conquiste um lugar na sociedade, não ambicionando ser apenas dona de casa. Deve lutar contra os preconceitos que travam a emancipação feminina;
- Autodeterminação financeira – Trabalhar fora de casa e ganhar o seu dinheiro são apontados como princípios essenciais para a autodeterminação feminina;
- Autodeterminação moral – Recomenda-se à mulher a busca dos seus valores morais, independentemente da educação recebida. E em seguida, que confie neles, que os siga, mesmo que isso implique enfrentar críticas e preconceitos;
- Autodeterminação conjugal – Segundo perspetivas menos conservadoras, a mulher do pós-revolução não se deve deixar tutelar pelo homem na relação conjugal, mas assumir-se sua companheira, tendo direito a divorciar-se. Ao nível sexual defende-se a importância da quebra com a obrigação feminina da virgindade à noite de núpcias e alerta-se para o carácter evolutivo da sexualidade, que se aprende e melhora, mesmo no casamento;

- Autodeterminação afetivo-sexual – Relativamente à intimidade as leitoras-comentadoras tendencialmente mais liberais defendem que a mulher portuguesa precisa de ler, informar-se, fazer perguntas e debater os problemas sexuais, para ter consciência do que é o ato sexual, não viver angustiada com a sua prática. Entre os diversos depoimentos reivindica-se que a mulher pode assumir que tem desejo sexual; pode praticar o ato sexual por amor “até ao fim” e com responsabilidade, antes do casamento; pode escolher a melhor solução para a sua vida (casar ou coabitar); pode sentir-se na liberdade de amar mais do que um homem ao longo da vida, sem que isso a torne uma galdéria; e é dona do seu corpo. Para as leitoras mais conservadoras, a liberdade feminina reclamada pelos movimentos de libertação em nada edificariam a mulher.¹⁸¹

A questão da igualdade de direitos na expressão/manifestação do amor não é focada pelas leitoras do *Dossier Gisela*, mas no período pós-revolução este tema é frequentemente referido na *Modas & Bordados*, na secção *Correio do Coração*, pelas leitoras e por Camila, que gere este ‘consultório’ afetivo. Defende-se que tanto homens como mulheres – ambos, e de igual forma – podem tomar a iniciativa, dar o primeiro passo, exprimir o seu sentimento afetivo e sexual, preferencialmente a partir do olhar: «Se gosta de um moço, aproxime-se dele (os direitos de pedir namoro ou de ‘fazer olhinhos’! já são iguais, tanto faz ser rapaz como rapariga a declarar-se)» [Camila responde a leitora, na Secção *Cartas de Amor*] (M&B, 1975, 3303).

Se gosta de um moço porque não há-de dizer-lho, começando evidentemente pelo princípio, isto é, por dar a entender através dos olhos (porque os olhos também falam). [...] O amor é tão bom que tanto os homens como as mulheres têm de aprender a não ter vergonha dos seus sentimentos e a confessá-los [Camila responde a leitora, na Secção *Cartas de Amor*] (M&B, 1975, 3301).

O DEVER-SER DA SEXUALIDADE NA JUVENTUDE

As leitoras-comentadoras do *Dossier Gisela* discutem a forma ideal da juventude viver a sua intimidade afetiva e sexual. Numa perspetiva mais liberal, refere-se que à época rapazes e raparigas viviam já uma nova «liberdade sexual», que precisava ser orientada por uma moral distinta da herdada do Estado Novo, mais exigente em responsabilidade e respeito p’lo outro.

Tenhamos também a coragem de aceitar a ideia, que hoje em dia e cada vez em maior número, rapazes e raparigas praticam uma liberdade sexual. E eles terão, também, de

¹⁸¹ «Mas é sob esta égide, apelando para a liberdade de ‘fazer do seu corpo o que quiser’ que os tais movimentos de libertação da mulher a querem edificar? Que pedestal é esse, tão ruinoso e tão porco?» (M&B, 1975, 3307).

ter a sua moral, que eu entendo deva ser, a de uma cada vez maior responsabilidade pessoal, ante os actos que se praticam e a de um maior respeito de uns pelos outros (M&B, 1976, 3346).

Esta idealização mais progressista defendia que também os jovens tinham «necessidades sexuais» (M&B, 1975, 3322), devendo os adultos admiti-lo, deixando-os escolher, agir, sentir livremente as alegrias e dificuldades da vida (M&B, 1975, 3307). Uma atitude social mais liberal, permitir-lhes-ia aumentar repertórios, favorecendo uma ideia de diversidade e aprendizagem ao nível afetivo-sexual. As experiências tidas durante a juventude, a sucessão de períodos com e sem parceiros estáveis, criavam familiaridade com cenários mais variados, afastando-se do anterior modelo de espera por uma relação conjugal, por um parceiro único para toda a vida (Bozon, 2005). As circunstâncias de liberalização da sexualidade criariam condições de maior liberdade para a decisão e para a construção identitária de cada um.

Representará Gisela, e as leitoras que escrevem em sua defesa na M&B, uma visão maioritária entre a juventude portuguesa da época? Aparentemente não: «[...] continuo a pensar o que pensava quando era ainda estudante, nós somos uma minoria neste país» (M&B, 1976, 3340).

Na carta de uma leitora do *Dossier*, estabelece-se uma relação sinérgica entre as lutas pela emancipação feminina e as lutas pela ‘emancipação’ juvenil. Fala-se em «luta comum»: «Os nossos filhos, os jovens todos esperam de nós, mulheres trabalhadoras, mães, cidadãs, a palavra e a acção – contributo decisivo para a luta comum. Não os defraudemos» (M&B, 1976, 3333). Em Gisela encontramos essa duplicidade. A sua história pessoal sexual representa uma *transgressão* e uma *reivindicação* relativamente ao que era socialmente expectável por se ser jovem e mulher, ambas as dimensões. O *Dossier* é por isso, e tendo em conta a perspetiva defendida por Weeks (1998), um fenómeno tanto *transgressivo* como *reivindicativo* da *cidadania da sexualidade*. A adolescente transgride (choca) pela sua iniciação sexual aos 14 anos (num contexto de menoridade, longínquo do casamento), mas também por se tratar de uma rapariga que diz ‘sim’ a uma proposta de sexualidade vivida em espontaneidade, e assumida livremente enquanto usufruto de um direito ao prazer. Na sequência da carta de Gisela, os comentários das leitoras representam um momento reivindicativo, também ele em ambas as direções: liberalização da sexualidade juvenil e liberalização da sexualidade feminina.

Numa perspetiva mais conservadora, as leitoras-comentadoras defendem que a juventude feminina portuguesa discorda da posição de Gisela, e de muitos jovens “desnorteados”, que são “uma vergonha”, inspirados pela ideia de que «é moderno ter uma vida assim» (M&B, 1976, 3326). «A mocidade não é perpétua, e acabarão em farrapos humanos. Chegará o dia em que terão nojo de si próprias» (M&B, 1975, 3321). Para certas leitoras mais conservadoras, a solução é os jovens serem encaminhados para o teatro, a música e o desporto (à semelhança do se faz na Rússia), para ajudar as adolescentes tão novas (como Gisela) a encontrar «alegrias e prazeres muito mais duradouros que o fazer amor antes do casamento, tantas vezes fonte de infelicidades» (M&B, 1976, 3341). A contenção sexual permitiria o equilíbrio individual e social, a sua exploração conduziria à degradação.

[...] Sei que a juventude deve ser bem esclarecida, conhecer todas as funções do nosso organismo, mas, ao mesmo tempo, [deve] saber que nem todos os nossos instintos devem ser satisfeitos. Somos dotados de inteligência para nos podermos controlar de maneira que a nossa juventude seja equilibrada (M&B, 1976, 3341).

Ao longo do Estado Novo os jovens são genericamente educados no quadro de uma moral conservadora, particularmente restritiva para o sexo feminino. Por princípio, o corpo não se exhibe, não se toca (nem se deixa tocar). A masturbação é diabolizada. A puberdade chega maioritariamente sem enquadramento informativo e educativo, tanto na escola como na família. O convívio social com o sexo oposto é desencorajado (na escola o ensino de rapazes e raparigas é separado). O namoro está ainda muito sujeito à aprovação familiar e é fortemente vigiado. Sobretudo a partir do início dos anos 1960, com o prolongamento da frequência feminina liceal (e universitária), as raparigas interagem e convivem mais tempo num contexto de pares, que lhes permite troca de informação e de experiências, tabuizadas familiar e socialmente. No contexto universitário criam-se possibilidades de interação entre jovens dos dois sexos. Os namoros estão menos vigiados pelas famílias. As ideias mais liberais (política, social, cultural e sexualmente falando) circulam entre os estudantes, nomeadamente através de livros proibidos (ver no anexo IV uma listagem de títulos de livros em torno da intimidade, proibidos pela censura no Estado Novo), através das sessões dos cineclubes, das festividades associativas, e das conversas do dia a dia. Mas a percentagem de raparigas mais escolarizadas e com frequência universitária no Portugal dos anos 1960 (e 1970) é ainda inexpressiva. Como vêm a pensar e a viver a sua intimidade afetiva e sexual as outras jovens portuguesas? As que abandonam a escola no final do ensino primário obrigatório, as que começam a trabalhar nos campos ainda meninas, as que ingressam adolescentes (ou ainda crianças) no

serviço doméstico de famílias economicamente abastadas, as que se tornam operárias, as que ficam em suas casas, lares burgueses e aristocráticos, aguardando a idade para casar e a chegada do noivo promissor? Que permeabilidade tiveram os conceitos mais liberais da sexualidade junto de jovens menos instruídos, de origem social e económica menos favorecida? E onde se inspiram outros como Gisela, que à sua época (sobretudo a partir do final dos anos 1960) projetam uma nova forma de estar na sociedade, defendem o direito à autodeterminação, optando por viver a sua intimidade afetivo-sexual de forma mais liberal face à moral orientadora do Estado Novo? Na música? Na literatura? Na política? Nos movimentos feministas? Este é sem dúvida um tema a aprofundar em estudos futuros. Por agora, olhemos para alguns dados do inquérito às gerações e valores da sociedade portuguesa, realizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 1995, duas décadas após a publicação da carta de Gisela. Este estudo conclui que globalmente, os portugueses tinham ainda neste final de século uma atitude ambígua em relação à sexualidade, oscilando entre uma *dimensão erótico-hedonista* e uma *dimensão romântica*, muito embora se admitisse que para as mulheres, amor e prazer sexual estavam mais associados do que no caso dos homens (Pais, 1998: 420). De acordo com os dados deste inquérito, para a *geração do 25 de Abril* (nascidos entre 1971 e 1980), a iniciação sexual antes dos 18 anos era muito recorrente (67%). Entre a geração da *Grande Guerra* (nascidos antes de 1941) só 21% dos indivíduos inquiridos relatam ter-se iniciado sexualmente antes dos 18 anos: «[...] entre as duas gerações consideradas há uma diferença percentual de 45,6% no que respeita à idade da iniciação sexual. Estes dados, contudo, estarão ainda aquém da realidade, uma vez que é muito elevada a percentagem de inquiridos não jovens que se recusou a responder a esta questão» (Pais, 1998: 427). No que diz respeito aos inquiridos nascidos entre 1961 e 1970 – note-se que Gisela nasce em 1960 –, os valores da iniciação sexual antes dos 18 anos são de 24%. Se comparada com gerações antecedentes, a geração a que pertence Gisela não dá mostras de romper amplamente com o imperativo da virgindade. Serão os nascidos na década de 1970 que farão as estatísticas do sexo pré conjugal aumentar significativamente.

IDEALIZANDO O SEXO

O que deve ser o sexo? A pergunta está sobrejacente no *Dossier Gisela* para as leitoras que o veem com olhos tendencialmente liberais, e subjacente para as leitoras que o veem com olhos conservadores. Mas para ambas, o sexo deve ser “puro”. Numa perspetiva mais tradicional, o conceito de “pureza” é associado à abstinência, à castidade, à virgindade, ao corpo e alma sem

mácua, sem nódoa, ausente de pecado. Por outro lado, segundo narrativas mais progressistas, o sexo deve ser «uma coisa pura», implicando para o efeito informação, análise, frontalidade e discussão aberta, ingredientes que permitem a cada indivíduo, dar (por si) conta desse reconhecimento.¹⁸² Nesta perspetiva, a pureza é associada à transparência, simplicidade, verdade, a uma forma de encarar as questões da sexualidade sem obscurantismos. Para os mais liberais a pureza passava pela clarificação dos conceitos da intimidade, para os mais conservadores pelo seu obscurecimento, recato e recusa.

Leitoras-comentadoras mais liberais acreditam que na sociedade portuguesa persistem três equívocos socioculturais em relação ao sexo: continua a transformar-se o ato de amor numa falaciosa «análise da dignidade da mulher»; a sexualidade pré conjugal continua a ser entendida como uma vergonha, quando é algo natural, que faz parte da vida; e a castidade é vista erroneamente como sinónimo de felicidade.¹⁸³

Relativamente à maturidade ideal para se iniciar a vida sexual, não há consenso entre as leitoras-comentadoras do *Dossier Gisela*. A prática precoce da sexualidade é desaconselhada por razões de ordem moral, mas também física e psíquica. Algumas visões menos conservadoras, consideram que o critério da maturidade sexual é a idade¹⁸⁴, sendo a iniciação sexual justificada antes dos 17, 18 anos, por motivos como o «amor» ou a «necessidade». Para outras, o critério deve ser a maturidade: «Actualmente amadurece-se muito mais cedo do que antigamente. A meu ver não é a idade que conta mas sim a maturidade, e a jovem Gisela mostra tê-la. Sabe bem o que quer, e isso é que é importante» (M&B, 1975, 3307). «[...] até há raparigas que aos 12 ou 13 anos perderam a sua virgindade [...]» (M&B, 1975, 3311).

São diversas as expressões usadas no *Dossier Gisela* para designar o ato sexual. Uma delas – «certas maturidades» – associa explicitamente sexo e amadurecimento/responsabilidade. Outra, recorrente, é «fazer amor até ao fim», designando a prática sexual com penetração. Certas cantilenas, populares entre os jovens das décadas anteriores, nomeadamente anos 1950 e 1960, remetem para a existência de uma fronteira (o coito) entre a experimentação sexual tolerada e intolerada antes do casamento.

¹⁸² «Quanto ao sexo deve ser uma coisa pura; devo dizer que para isso mesmo se tenta dar à pessoa uma informação completa, para que essa pessoa possa encarar sem quaisquer problemas, e possa dar, por si mesma, por essa pureza tão necessária. Para uma coisa ser pura, para nós sabermos que uma coisa é pura, é preciso primeiro analisá-la, encará-la e discuti-la» (M&B, 1976, 3332).

¹⁸³ «E não afirme a senhora que (toda) a gente que se esforça por cumprir e ensinar a “lei de Deus” (como os padres e as freiras) “se sente feliz e não alienada com a sexualidade”. Como pode ter a certeza disso? Conhece as suas vidas pessoais? Conhece-os como simples homens e mulheres que são?» (M&B, 1975, 3317).

¹⁸⁴ «[...] a grande maioria das pessoas [...] regulam-se pelas idades, não admitindo certas maturidades em certas idades [...]» (M&B, 1975, 3323).

Silveira Nunes, psiquiatra e sexólogo, lembra-se de uma frase particular usada pelos colegas adolescentes, num colégio em Tomar, onde estudava: “Brincava-se muito com esta máxima: ‘Mão na mão. Mão na coisa [manipulação do órgão sexual feminino]. Coisa na mão [manipulação do órgão sexual masculino]. Coisa na coisa [coito] é que não’. Estávamos nos anos 50 e o grande interdito era realmente o corpo (Freire, 2010: 124-125).

Entrevistado pela autora em 2010, Silveira Nunes, psiquiatra e ex-dirigente da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica, refere que havia uma ética geral de proteção da virgindade feminina, muito embora não fosse cumprida por todos: «Tem muito que ver com o catolicismo, mas não só. O padrão de virgindade das “nossas” parceiras (das outras não!), fazia parte da cultura. Não era apenas uma coisa religiosa» (Freire, 2010: 125).

À medida que os anos 1960 e 1970 avançam, deixa-se para trás «a “meia-virgem”, aquela na qual as carícias sexuais acabavam “na portinha” – as mulheres começavam a poder desobedecer às normas sociais, parentais e familiares» (Priore, 2005: 302). Encontrámos entre os comentários de leitoras tendencialmente liberais do *Dossier Gisela*, a afirmação de que no «carinho» também há sexo, ou seja, uma conceção mais diversa e abrangente da sexualidade, menos situada no coito: «O sexo é fonte de alegria ou não é? Eu tenho 15 anos, namoro e do amor só sei o que é o carinho mas acho que no carinho também há sexo. Eu pelo menos sinto» (M&B, 1975, 3322). A sexualidade está portanto também nas sensações, nas emoções, no desejo, na excitação, mesmo que as práticas sejam contidas. Efetivamente, as práticas sexuais foram gozando e sofrendo de pré-juízos positivos e negativos ao longo da história, *scripts* diferenciados em função de inúmeros fatores, nomeadamente políticos. As *discursividades* e constructos sociais em seu torno foram variando substancialmente. Vejamos um texto oficial sobre práticas sexuais, elaborado por uma instituição da administração central nos anos 1950, contexto português do Estado Novo: portaria 69 035 da Câmara Municipal de Lisboa de 1953.¹⁸⁵ Criada para combater o aumento de «actos contra a moral e os bons costumes» praticados em zonas de «frondosa vegetação» urbana, a portaria estabelecia uma escala de gravidade das diferentes práticas sexuais, e uma escala gradativa de coimas em função delas. Neste documento camarário, a penetração julga-se mais ofensiva do que a masturbação –

¹⁸⁵ Postura n.º 69 035 – Policiamento de Logradouros Públicos e zonas Florestais: «Verificando-se o aumento de actos atentatórios à moral e aos bons costumes, que dia-a-dia se vêm verificando nos logradouros públicos e jardins, e, em especial, nas zonas florestais Montes Claros, Parque Silva Porto, Mata da Trafaria, Jardim Botânico, Tapada da Ajuda e outros, determina-se à Polícia e Guardas Florestais uma permanente vigilância sobre as pessoas que procurem frondosas vegetações para a prática de actos que atentem contra a moral e os bons costumes. Assim, e em aditamento àquela Postura n.º 69 035, estabelece-se e determina-se que o artigo 48 tenha o cumprimento seguinte: 1º Mão na mão - 2\$50; 2º Mão naquilo -15\$00; 3º Aquilo na mão (30\$00); 4º Aquilo naquilo - 50\$00; 5º Aquilo atrás daquilo - 100\$00; Parágrafo único – Com a língua naquilo - 150\$00».

muito embora homem que fosse descoberto a tocar na vagina da parceira pagasse metade do valor da multa que pagaria a mulher que fosse encontrada a estimular o pénis do companheiro (Freire, 2010) – esta diferença de valores pode estar relacionada com a prática da prostituição, que se pretendia desincentivar, longe da discricção dos bordéis. De notar ainda que o mais gravoso dos atentados ao pudor era o sexo oral. Vejamos em concreto todos os delitos sexuais sujeitos a multa, quando apanhados em flagrante:

- Manipulação do órgão sexual feminino («Mão naquilo») estava sujeito à coima de 2\$50;
- Manipulação do órgão sexual masculino («Aquilo na mão») obrigava à coima de 15\$00;
- Penetração vaginal («Aquilo naquilo») custaria aos infratores 30\$00;
- Penetração anal («Aquilo atrás daquilo») penalizada pela quantia de 50\$00;
- Sexo oral («Com a língua naquilo»), o mais caro dos atentados ao pudor, 150\$00.

Como definem as comentadoras tendencialmente mais liberais do *Dossier Gisela* o ato sexual? Diz-se nos seus comentários que [fazer] amor¹⁸⁶ é «belo», «natural», é a «vida»¹⁸⁷, e uma «responsabilidade maravilhosa». O [fazer] amor com amor nada teria de maldade, não se devia esconder, nem devia ser objeto de qualquer vergonha – sendo lamentável a perspetiva que defendia o sexo como sendo algo fazível, mas não dizível.¹⁸⁸ Até mesmo «a primeira vez» podia ser, no entendimento destas mulheres, uma experiência maravilhosa. Em causa nestas perspetivas está uma destabuização, descomplexificação e dignificação da sexualidade, desde que enraizada no amor. O amor precede e legitima o sexo. O sexo consagra o amor. Consolida-o. Sem sexo, o verdadeiro amor não se poderia demonstrar.

Acho perfeitamente normal que uma mulher tenha tido relações com diversos homens, desde que na base dessas relações tenha estado o Amor. O Amor não resulta do acto sexual, pelo contrário, o acto sexual deve ser a consagração desse amor, e, digam o que disserem, eu acho que não existe verdadeiro Amor enquanto esse Amor não tiver sido demonstrado (M&B, 1976, 3343).

Uma das leitoras que escreve para a M&B a comentar o caso Gisela, embora se choque com o facto de a jovem de 14 anos ter tido relações sexuais, é indulgente porque as teve com motivação amorosa. «[...] eu própria condeno (em parte) o descaramento da jovem. Mas essa

¹⁸⁶ Muito frequentemente se usa a palavra *amor* para designar *sexo*, embora seja inequívoco que o referencial de sentido é a relação sexual.

¹⁸⁷ «Tenho 16 anos e ‘já fiz amor’ e não estou arrependida e penso que como eu Gisela também não, pois isso não é vergonha nenhuma, é a vida» (M&B, 1975, 3320).

¹⁸⁸ «Lamento que as pessoas pensem que fazer amor seja algo a esconder, algo que se faz mas não se diz» (M&B, 1975, 3317).

linguagem tem perdão, pois é a linguagem do AMOR. Quando é mesmo amor, nada tem de maldade e tudo é belo e maravilhoso» (M&B, 1975, 3307).

Também se diz no *Dossier Gisela*, que é possível amar, namorar, e ser-se feliz sem ter sexo, embora seja recomendável que os noivos se conheçam psicológica e sexualmente antes do casamento. «Eu sou mulher e penso que quando amo um homem, devo fazer amor com ele antes do casamento. Não o devo conhecer apenas psicologicamente. Devo conhecer também sexualmente, assim como ele a mim [...]» (M&B, 1976, 3344).

Perder a virgindade por amor é – segundo as visões menos conservadoras do *Dossier Gisela* – muito diferente de perder a virgindade na “promiscuidade”. O ato sexual pré conjugal é apenas justificável num enquadramento de afetividade e compromisso: «E afinal como é: virgindade ou castidade perdem-se no amor ou na promiscuidade? (Pelo que li no ‘conto’ Gisela, não me parece que tenha havido promiscuidade)» (M&B, 1975, 3321).

Na secção *Correio do Coração* de uma das edições da M&B (1975, 3290), uma jovem leitora universitária, que se apresenta como sendo filha de pais burgueses, expõe alguns episódios recentes da sua biografia íntima. Relata as desavenças com um namorado com quem tinha relações sexuais, e por quem estava “apaixonada” (termo muito pouco recorrente na nossa amostra, nomeadamente no contexto do *Dossier Gisela*), até que um dia se zangam e separam. Tempos depois, a protagonista da narrativa (autora da carta) sai com um jovem da mesma classe social, a conselho dos pais. Embora não nutrisse por ele especial gosto, têm relações sexuais: «a Camila sabe o que é uma rapariga quando a incendeiam, não sabe?» (M&B, 1975, 3290) – justifica-se a jovem leitora à consultora deste espaço editorial. A questão é pouco comum, mas reveladora de uma nova forma de ver o desejo e a excitação feminina, igualmente inflamável, como aconteceria ao sexo masculino. De seguida a leitora ajuíza sobre o seu gesto: «Fui horrorosa porque não o amava» – reforçando o constructo social que se evidencia no *Dossier Gisela*, de que o sexo era justificável para as raparigas, antes do casamento, mas apenas quando sentiam amor pelo parceiro. Vejamos como a própria leitora avalia a referida relação sexual: «Considero que destruí a minha vida a partir da noite em que dormi com um homem que não amava» (M&B, 1975, 3290). No caso em concreto, resulta desta relação sexual uma gravidez não desejada. O pai da criança é o jovem do mesmo contexto social, mas por quem a leitora não nutria qualquer apreço. O que acontece? A rapariga fica aterrorizada – «não pelo facto de esperar uma criança, mas por ser de um homem que não representa nada» para si (M&B, 1975, 3290). Pouco tempo depois, ainda grávida, conhece um estudante do Instituto Superior Técnico com quem conversa tardes inteiras acerca

de «política», de «casamento», «amor», «relações pré-nupciais» – também aqui, num contexto de enamoramento jovem, há uma associação forte entre política e sexualidade, esta última diferenciada em três ângulos: o do sentido do casamento, da natureza do amor e da legitimidade das relações sexuais pré conjugais. Os jovens apaixonam-se. A rapariga conta a sua história e é aceite pelo rapaz, mesmo estando grávida de outro homem. À semelhança dos discursos liberais do *Dossier Gisela*, este exemplo é consentâneo da ‘retórica’ da sexualidade justificada pelo amor.

Vejam agora a forma como as leitoras tendencialmente conservadoras idealizam a sexualidade. “Erro”, coisa “suja”, “feia”, “púdica”, “vergonhosa”, “que não dignifica”, viciante: «Há quem precise de um campo de concentração, trabalhos forçados e banhos gelados para esquecer essa coisa suja que é o sexo [...]» (M&B 1975, 3321). Nesta perspetiva estamos sobretudo perante uma representação biológica e fisiológica da sexualidade. É o impulso inato que está em jogo. A sexualidade não se escolhe, não se decide. Cria dependência, aliena a vontade, e a única margem é resistir-lhe. Para algumas leitoras, trata-se de um impulso animal: o sexo «fá-lo a cadela, a burra, a cabra...» (M&B, 1976, 3337).

Em certas visões mais liberais contra-argumenta-se, dizendo que os órgãos genitais e a sexualidade fazem também parte da fisiologia da natureza humana, tendo associadas emoções, sensações, afetos: «[...] porque a senhora diz que o sexo é sujo e não o coração ou outro órgão qualquer?» (M&B, 1976, 3330).

Porque é que as pessoas que escrevem a protestar sobre os assuntos que vocês tratam abordando o sexo, sempre se referem a eles com palavras do tipo, ‘porco’, ‘sujo’, ‘enjoa-me’, ‘irrita-me’? Será por termos tido tantos anos a fingir que só temos carne e osso? (M&B, 1975, 3322)

Embora varie segundo as culturas, mesmo nos nossos dias, é bastante óbvia a definição negativa (impureza, sujidade, etc.) de determinadas partes do corpo e de determinadas atitudes sexuais, sendo o desenvolvimento do ‘asco’ para com essas partes culturalmente induzido (Guasch *et al.*, 2003: 38).

Para leitoras mais conservadoras do *Dossier Gisela*, é fundamental distinguir sexo de amor. O primeiro é dissociado de emoções, o segundo elogiado como exemplo de altruísmo e dignidade. O sexo profana o amor. Mas o verdadeiro Amor traz dificuldades às jovens, fá-las cair em tentação, e são os pais e os professores que devem aconselhá-las para que não cedam

a esse apelo. Quando praticado antes do casamento, o ato sexual ganha um epíteto de negócio (prostituição), patologia ou calamidade.¹⁸⁹

VIRGINDADE

Na segunda metade do século XX, em França, período marcado pela liberalização da sexualidade, da contraceção e do aborto, foram realizadas diversas pesquisas sobre a vida afetiva e sexual conjugal (Schiltz *et al.*, 2003). No final dos anos 1960, no inquérito “A França e o Amor” – em que se fala de “amor físico” – «a experiência sexual e o papel da sensualidade são reconhecidos como importantes para uma maioria das mulheres» (Schiltz *et al.*, 2003: 82). Em 1972, no Inquérito ao Comportamento sexual dos franceses (Simon *et al.*, 1972) que milita a favor de uma educação da afetividade e da sexualidade, pergunta-se não mais sobre a “virgindade”, mas sobre a primeira relação sexual: «Este ato inaugural é examinado independentemente do seu simbolismo e da sua finalidade matrimonial. [...]» (Schiltz *et al.*, 2003: 74). Neste início dos anos 1970, e de acordo com este inquérito francês, «a necessidade de uma vida sexual bem sucedida impõe-se como valor fundamental tanto para homens como para mulheres» (Schiltz *et al.*, 2003: 83).

Um mês após o 25 de Abril de 1974 publica-se no *Expresso* um artigo que tem por título “Virgindade até ao casamento é símbolo da mulher portuguesa – pensa (ainda) a população urbana nacional”. Na peça divulgam-se os resultados de uma sondagem promovida pelo semanário, e realizada pela *Serte*, junto de 786 indivíduos com idades entre os 18 e os 65 anos, residentes na Grande Lisboa, Grande Porto e em outros centros urbanos (Baixa da Banheira, Bela, Castelo Branco, Elvas, Espinho, Olhão, Peniche e S. João da Madeira). Publicada a 25 de maio de 1974 (edição nº 73), constitui uma fonte de informação de relevo para a compreensão do tema da nossa investigação e do próprio *Dossier Gisela*. O semanário defende que se mantêm à época «princípios marcadamente conservadores» na forma de vivência íntima da população portuguesa (*Expresso*, 1974, 73).

Tal como é referido na peça, a intenção do *Expresso* era sondar a opinião dos portugueses em matéria de sexualidades, tendo-se realizado a sondagem brevemente antes do 25 de Abril de 1974, em tempo de ditadura e de exame prévio. Vejamos (no quadro 6) as perguntas do inquérito (13, embora 2 das quais não sejam reveladas) e as principais características da amostra (gupos etários, género e classe social, nos quadros 7, 8 e 9, respetivamente):

¹⁸⁹ «[...] a doença contagiosa que julgo urgente curar, é a da prostituição, que, com tantas e acérrimas defensoras, se vai tornando verdadeiramente alarmante» (M&B, 1976, 3337).

Quadro 6: Questões formuladas numa sondagem à sexualidade dos portugueses, promovida pelo *Expresso* e divulgada a 25 de maio de 1974

1. Concorda com o princípio da conservação da virgindade até ao casamento da mulher? Concordam; Não concordam; Não sabem / sem resposta.
2. Concorda que a 'virgindade' até ao casamento é um símbolo próprio da mulher portuguesa? Concordam; Não concordam; Não sabem / sem resposta.
3. A ideia de viver com uma pessoa sem ser casado/a com ela é qualquer coisa que: aceita, admite com reserva ou não aceita?
4. Na sua opinião, para os noivos que ainda não são independentes financeiramente, considera preferível: Casar e viver com a família; Aguardar até poderem viver sozinhos; Casarem e sujeitarem-se às dificuldades?
5. Pessoalmente acredita no 'grande amor'? Acreditam; Não acreditam; Não sabem/sem resposta;
6. Na sua opinião qual dos seguintes factores é o mais importante no amor? E em 2º lugar? O mesmo nível social; Os mesmos gostos; O entendimento físico; Não sabem / Sem resposta.
7. Dos factores que lhe vou ler, escolha dois que considere importantes para se considerar feliz: Amar e ser amado; Ter uma carreira profissional notável com sucesso financeiro; Ter um trabalho apaixonante; Ter uma acção política; Tentar ser coerente consigo mesmo.
8. Qual a sua atitude em relação à liberalização de costumes? Positiva; Negativa; Indiferente.
9. Qual a sua atitude em relação à divulgação de temas pornográficos? Positiva; Negativa; Indiferente;
10. Gostaria de ter recebido uma educação sexual na escola? Gostariam; Não gostariam; Não sabe / Sem resposta;
11. [Há ainda uma pergunta sobre o casamento, que no artigo não se percebe como foi formulada, mas que pede uma concepção do casamento aos inquiridos, entre três possibilidades: "Hipótese de uma vida a dois totalmente partilhada", "Um meio de libertação da família", e um "Encontro de duas liberdades que se aceitam e promovem"]
12. [Não é revelada]
13. [Não é revelada]

Quadro 7: Grupos etários que constituem a amostra da sondagem à sexualidade (EXP, 1974, 73)

16% de inquiridos com idades entre os 18 e os 21 anos;
38% com idades entre os 22 e os 35 anos;
26% com idades entre os 36 e os 50 anos;
20% entre os 51 e os 65 anos;

Quadro 8: Percentagem de homens e mulheres que constituem a amostra da sondagem à sexualidade (*Expresso*, 1974, 73)

49% de homens
51% de mulheres

**Quadro 9: Distribuição da amostra da sondagem à sexualidade
por classes sociais (*Expresso*, 1974, 73)**

Classe alta: 8%
Classe média alta: 19%
Classe média baixa: 65%
Classe baixa: 8%

Ao contrário do inquérito sobre os comportamentos sexuais dos franceses, anteriormente citado, a sondagem do *Expresso* (1974, 73) prefere a noção de virgindade, não recorrendo a noções menos conotadas com valores morais, como a de iniciação sexual. Duas das 13 perguntas deste inquérito são sobre a virgindade nupcial, mas apenas feminina. Segundo o semanário, «concordam que a virgindade, até ao casamento, é símbolo da mulher portuguesa 76% dos entrevistados» (*Expresso*, 1974, 73): sobretudo as mulheres (75%), os grupos etários mais idosos (88%), os indivíduos casados (73%) e a classe social de menor nível socioeconómico (83%). A sondagem questiona igualmente sobre a importância do “entendimento físico” para o amor, averigua a sensibilidade dos inquiridos perante a “liberalização dos costumes”, e a vida em comum não ‘legalizada’, termo usado para designar as uniões de facto, a que se opõem sobretudo as mulheres (48%), os grupos etários mais elevados (45%), a classe socioeconómica mais baixa (44%) e os indivíduos casados (39%) (*Expresso*, 1974, 73).

De acordo com o semanário – e embora pareça contraditório com as posições tendencialmente conservadoras assumidas na generalidade das respostas – 88% dos inquiridos gostariam de ter tido educação sexual e a mesma percentagem dos entrevistados com filhos gostaria que as crianças viessem a receber ou tivessem recebido educação sexual na escola – «os estratos onde esta atitude é menos vincada são os entrevistados do Grande Porto, indivíduos com mais de 35 anos, as mulheres e as classes sociais alta e baixa» (*Expresso*, 1974, 73).

No “grande amor” acreditam 78% dos inquiridos – os entrevistados mais jovens, os homens, as classes sociais mais elevadas e os indivíduos solteiros são os de menor crença (*Expresso*, 1974, 73).

Aos que declararam acreditar no ‘grande amor’ foi também perguntado se consideram possível haver mais do que um ‘grande amor’ na vida de uma pessoa. Também aqui continuam a ser os jovens, os homens, as classes sociais mais elevadas e os solteiros os grupos que denotam menor idealismo, ao admitirem a possibilidade de existência de mais do que um ‘grande amor’ na vida (*Expresso*, 1974, 73).

“Os mesmos gostos” são o fator mais importante no amor, para 38% dos inquiridos. Para 34% o entendimento físico tem mais relevo. E para 21% dos entrevistados é o mesmo nível social que tem essa centralidade – «para as classes sociais alta e média ele ganha particularmente relevância, sendo mencionado em 29% das respostas dos indivíduos pertencentes ao primeiro grupo e por 30% dos que se incluem no segundo» (*Expresso*, 1974, 73). Entre os inquiridos da Grande Lisboa, foi dada maior importância ao entendimento físico (49%) do que aos mesmos gostos (28%). Entre os inquiridos casados, ambos os fatores foram considerados com importância semelhante (mesmos gostos, 36%, e entendimento físico, 35%).

Favoráveis à liberalização dos costumes estão 49% dos inquiridos, especialmente os entrevistados do Porto (37%), os inquiridos entre 51-65 anos (39%), as classes sociais de menor poder económico (33 % da classe baixa) e os respondentes casados (32%). O *Expresso* salienta que os homens se mostraram bastante mais concordantes com a liberalização dos costumes do que as mulheres e refere ter havido alta percentagem de reações positivas em “Outros centros urbanos”.

Quanto à divulgação de pornografia, manifestaram uma atitude positiva 19% dos inquiridos e 25% afirmam-se indiferentes.

Geograficamente, é de realçar a relevância das atitudes negativas no Grande Porto (61%), a alta percentagem de indiferentes na Grande Lisboa (36%) e a atitude de maior aceitação do tema em causa pelos entrevistados da província (24%). [...] As reacções nitidamente negativas foram os grupos etários mais idosos (63% dos inquiridos de 36 a 50 anos e 62% dos que se situam entre os 51 e os 65 anos), as mulheres (60%) e os indivíduos casados (59%) (*Expresso*, 1974, 73).

Em relação ao casamento, o *Expresso* informa que a maioria dos entrevistados (56%) o considera ‘hipótese de uma vida a dois totalmente partilhada’, 35% o entende como ‘encontro de duas liberdades que se aceitam e promovem’, e 5% o vê como ‘um meio de libertação da família’.

O modo de conceber o casamento como ‘vida a dois totalmente partilhada’ surge, aos olhos dos autores do inquérito, ‘como o mais consagrado e tradicional a traduzir, assim, um certo tipo de mentalidade’. As exceções mais importantes a esta tendência encontram-se no grupo etário mais jovem e nos indivíduos solteiros (grupos onde se contraria a tendência geral) e, ainda, nas classes sociais mais elevadas e nos homens [...] (*Expresso*, 1974, 73).

Como é que o valor-virgindade é defendido e atacado pelas leitoras-comentadoras no caso Gisela? Entre as perspetivas tendencialmente liberais denuncia-se a virgindade enquanto um

«mito», um «tabu», uma «hipocrisia da moral», um preconceito ultrapassado, que é próprio de outro século, embora fosse ainda imposto na sociedade portuguesa às crianças e aos jovens. Numa perspetiva tendencialmente conservadora contra-argumenta-se que estar acima dos tabus contra o sexo não trazia a liberdade e que perder a virgindade era para muitas raparigas uma forma de ir na «onda», de se ser «moderno». Em causa estaria portanto uma tendência passageira, a que adeririam as jovens com menos força de caráter. «A juventude está uma vergonha, porque é “moderno ter uma vida assim”, porque “já não se usa a virgindade” [...]» (M&B, 1976, 3326).

Muitas de vós dizem mal da virgindade. [...] Eu fiz uso da liberdade de ter convicções, aderindo ao celibato e à virgindade antes do casamento. Porque acho que ter personalidade é não acompanhar ‘a onda’. Pensam que são livres só porque estão acima dos tabus contra o sexo (M&B, 1976, 3328).

Visões mais conservadoras alegam haver à época já poucas mulheres a casar-se com a sua virgindade intacta, facto que não se poderia dissociar de uma degradação mais ampla da própria sociedade portuguesa. «O facto de fazer uma rapariguinha amor com o rapaz de quem gosta, infelizmente é tão vulgar, pois está muita coisa errada, família, sociedade, política [...]» (M&B, 1976, 3365). Segundo estas leitoras a não observação da virgindade feminina até ao casamento encaminharia o mundo no sentido da incerteza, da preocupação, da devassidão e da decadência (individual e social).

[...] vejo na rua muitas raparigas de 14, 15 anos e prevejo que já não são virgens e que já estão lançadas num avançado desregramento moral, lamentava apenas que raparigas dessa idade já estejam mergulhadas na devassidão (M&B, 1976, 3362).

Certas leitoras mais liberais afirmam que a preservação nupcial da virgindade é uma forma de objetificar a mulher. Torna-a um ser passivo, abnegado, destinado apenas a servir o prazer sexual do marido, ou seja, é uma desvalorização do prazer sexual feminino, uma forma de «camuflar» os «desejos não realizados», «frustrações» e infelicidades sexuais antes e após o casamento (M&B, 1976, 3343). Defendem estas leitoras-comentadoras mais progressistas que a dignidade moral (a «decência») não se afere pela abstinência sexual. «Repudio a sociedade podre onde vivemos que transforma o acto de amor, que é o mais belo e mais maravilhoso que existe, numa falsa análise de dignidade da mulher» (M&B, 1976, 3344).

Pessoalmente não me considero mais decente nem mais séria do que as outras raparigas que já tiveram relações sexuais. Se tal não sucedeu não é porque acredite no valor da virgindade (isso para mim não tem a mínima importância) [...] (M&B, 1976, 3343).

A felicidade/infelicidade feminina, granjeada pela iniciação sexual antes do casamento, é também assunto em debate entre as leitoras mais conservadoras e liberais. Para as primeiras trata-se de uma alegria pouco duradoura, com consequências amargas e infelizes («Será que para uma rapariga ser feliz tem, inevitavelmente, de fazer amor pré-matrimonial?» (M&B, 1976, 3341), para as segundas o que está em causa é a consagração de um direito de escolha, de uma possibilidade de viver de forma plena o amor, sem discriminação de género. Embora a perda da virgindade seja particularmente pensada no *Dossier Gisela* em termos femininos, discute-se a necessidade de um padrão igual para homens e mulheres, lembrando que os primeiros usufruem por norma de uma ampla tolerância social e jurídica na experimentação sexual pré matrimonial. «[...] ficariam chocadas se um rapaz de 15 anos não fosse casto? (Duvido)» (M&B, 1975, 3321). «[...] sente-se revoltada quando um rapaz de 15 anos faz amor ou por um homem casado ter uma amante?» (M&B, 1975, 3310).

[...] se todas as mães com filhas em idade de casar se pusessem a pensar que o seu futuro genro, como homem que é (e segundo a sua ideia, com todos os direitos), já tinha tido outras mulheres antes da sua filha, como é que não seria? (M&B, 1975, 3317)

A perda da virgindade feminina antes do casamento é vista por leitoras tendencialmente mais liberais como um gesto de autodeterminação, como um exercício da sua liberdade individual. Não representa um défice, uma perda, uma desqualificação moral, mas um ganho em /e de si mesmo: «Tu, Gisela, ao contrário do que dizem, não perdeste a virgindade, ganhaste-te a ti própria» (M&B, 1975, 3317). Ainda nesta lógica pró-liberal, a iniciação sexual pré conjugal é vista como positiva para o casamento, por permitir aos noivos conhecimento mútuo. Mas mesmo as posições mais liberais em relação à iniciação sexual feminina, advogam a importância de tomar a decisão de forma ponderada, segura, firme, com «a cabeça sobre os ombros».¹⁹⁰ O ato sexual deve ser decidido em consciência, com responsabilidade, confiança e firmeza: «Será pecado nós mulheres nos sentirmos seguras de nós mesmas, e com maturidade suficiente, para nos entregarmos a um homem, sem ser, ‘legalmente’ claro, depois de ter o papel assinado?» (M&B, 1975, 3317).

¹⁹⁰ «Eu não digo mal da virgindade, tomo-a nas minhas mãos, quando perder a minha virgindade quero saber porquê e para isso não preciso casar-me primeiro, ou seja, não preciso legalizar a minha primeira relação sexual perante a sociedade, só quero ter a cabeça sobre os ombros e saber os porquês, e, para isso, não preciso que a sociedade saiba que vou perder a virgindade. Também não vou ‘na onda’, [...] porque quem vai ‘na onda’ (sem dar por isso) são pessoas que não sabem o que querem e o que gostam, ou pessoas traumatizadas pelos seu meio ambiente que se desprezam e não se podem controlar» (M&B, 1976, 3332).

Certas leitoras questionam-se sobre os motivos das raparigas iniciarem precocemente a sua sexualidade. Numa das perspectivas apresentadas o amor é um conceito lato (“com muitas facetas”) e a sua falta no contexto familiar impele certas jovens à sua busca e compensação na sexualidade.¹⁹¹

Para as leitoras mais ortodoxas, guardar castidade era um dos Mandamentos da Lei de Deus. Se fosse observado com rigor evitaria doenças [infeções sexualmente transmissíveis], «lágrimas», «ruína», «autodestruição»¹⁹² e «morte» [aborto]. Nesta perspetiva, a defesa da liberalização sexual feminina pré nupcial era sinal de «imundo materialismo», «cegueira» e «insensatez».

Numa perspetiva moderada, certas leitoras defendem que as jovens raparigas são “vítimas” dos «falsos e podres preconceitos» dos moralistas, pois como não têm «preparação para os substituir por outros verdadeiros, honestos e justos» – alternativos – acabam «por cair no extremo oposto que a nada de bom as leva» (M&B, 1976, 3343). «E quando chegam a este ponto, a sociedade, as pessoas ‘decentes e moralistas’, que são os verdadeiros culpados destas situações viram-lhes as costas e classificam-nas como imorais, indecentes, prostitutas e outras coisas do género» (M&B, 1976, 3343). Nesta lógica moderada, as leitoras assumem uma posição crítica, embora indulgente, relativamente à iniciação sexual das raparigas antes de atingirem a maturidade, ou antes do casamento: «[...] não condeno, evidentemente, as raparigas que tenham feito amor pré-matrimonial por circunstâncias alheias à sua vontade, mas também não posso dizer que se valorizem com isso e, muito menos, ajudá-las com um bravo» (M&B, 1976, 3341).

Que pistas sobre a *sexualidade pré conjugal* nos oferece a nossa análise de conteúdo quantitativa da intimidade nos *media* (*Expresso*, *Diário de Lisboa*, *Modas & Bordados e Crónica Feminina*), entre 1968 e 1978? Considerando as 4 publicações que constituem o nosso *corpus*, verificamos que o tema é agendado num total de 106 peças (7% da amostra). Esta categoria temática agrega as subcategorias *sexualidade pré conjugal* (91 peças, 6% do total da amostra)¹⁹³ e *virgindade* (50 peças, 3% do total da amostra)¹⁹⁴. Fala-se mais de

¹⁹¹ «[...] creio que uma criança que é amada no seio da família, não necessita de procurar fora dela uma compensação que lhe falta para o seu equilíbrio. Todos necessitamos ser amados. Se nos falta amor da família, sentimo-nos tentados a ir procurar esse amor noutra parte. E o amor tem muitas facetas. Às vezes penso que é isto que leva a certas experiências sexuais nas rapariguinhas» (M&B, 1976, 3346).

¹⁹² «Cruzo-me na rua, quase a cada passo, com rapariguinhas de 14, 15 anos, que trazem estampado na cara que já não são virgens, que já se deitaram com vários rapazes. Estão no caminho da autodestruição. O que serão essas raparigas daqui a 10, 15 anos? Farrapos» (M&B, 1976, 3340).

¹⁹³ No primeiro momento representa 2% da amostra, no segundo constou de 4% das peças, e no terceiro de 9%.

¹⁹⁴ No primeiro e segundo momentos representa 1% da amostra, e no terceiro constou de 5%.

sexualidade pré conjugal do que de *virgindade* na imprensa analisada, e nota-se um incremento do agendamento de ambos os temas de 1975 em diante. A publicação em que se presta mais atenção ao tema é a M&B, com 89 ocorrências, 19% do total dos artigos sobre a intimidade afetivo-sexual deste suplemento. No *Expresso* a categoria temática regista uma frequência de 9, ou seja, surge em 6% do total de peças do semanário. Na CF – inesperadamente – afirma-se em apenas 8 peças (1% do total dos artigos desta publicação). E no DL nunca é agendado.

Na *Modas & Bordados* o interesse da *sexualidade pré conjugal* é maior na tipologia *carta de leitor* (64 menções) do que na tipologia *notícia* (apenas 16) – também é agendado em 7 recensões críticas e em 2 artigos de opinião. Verificamos que o tema se enraíza profundamente nesta publicação a partir do caso Gisela. Além deste *Dossier* são notórias a reflexão e o debate acerca da *sexualidade pré conjugal* no espaço *Correio do Coração* e *Cartas de Amor*, duas secções deste suplemento que dão também voz às leitoras.

EDUCAÇÃO SEXUAL

A Revolução dos Cravos terá tido um impacto significativo nas trajetórias individuais, pelo «afrouxamento da vigilância parental sobre os comportamentos dos jovens, particularmente das raparigas» – em face de uma súbita exposição da sexualidade na esfera pública, alguns pais sentem dificuldades na gestão da informação, muitos ficam «atrapalhados» (Policarpo, 2011a: 80-81).

Na peça “Não queremos os pais que temos” (M&B, 1975, 3292), assinada pela jornalista Susana Ruth Vasques, uma adolescente explica que a gravidez pré conjugal estava entre as principais preocupações dos pais no que dizia respeito à vivência da intimidade juvenil, no pós-25 de Abril de 1974.

Como os meus pais são católicos praticantes, conservam as ideias retrógradas de que a mulher não deve ter relações sexuais antes de casar. Uma vez discutimos tanto e como eu não concordasse com as ideias da minha mãe, ela pegou num chinelo e bateu-me! Mas o meu pai evoluiu um bocado depois do 25 de Abril. Tornou-se mais democrata e mais compreensivo; pelo menos, conversa connosco sobre política. [...] Gostar de um rapaz é perigoso, ele pode ser um drogado e pode engravidá-la (M&B, 1975, 3292).

Uma de muitas cartas enviadas ao Projeto da *Comissão da Condição Feminina*, desenvolvido em parceria com a *Crónica Feminina* entre 1978 e 1981, fala da prevalência do silêncio em

relação à sexualidade nas famílias e da ausência grassante de informação que o colmate, em contextos de província, mesmo após o 25 de Abril de 1974.

Como tantas jovens que vos têm escrito, eu sou mais uma com 18 anos. Vivo na província e como tantas jovens por esse país fora desejo casar. Aqui as informações sobre casamento e sexo são muito vagas, devido aos preconceitos que as mulheres casadas têm em falar com as jovens. Fui educada à “antiga” como se costuma dizer, pois os pais escondem tudo de nós sobre a vida. Vivemos quase fora do mundo, considerando o sexo como um pecado. Assim vamos crescendo e mesmo que queiramos sair desta “teia” não conseguimos pois não temos informações, só aquelas através da “crónica feminina” (Vicente, 1987: 134).

Ao longo do *Dossier Gisela* discute-se muito a pertinência da educação sexual. As leitoras refletem acerca dos seus benefícios e malefícios, do público-alvo preferencial, dos meios e âmbitos mais adequados para a sua persecução, dos conteúdos a vincular. Numa perspetiva tendencialmente liberal, defende-se que o esclarecimento é como um «remédio» que deve começar a ser ministrado na infância, tendo os pais um papel fundamental na partilha de informação com os filhos, a par de outras instituições como a escola, e da aprovação de legislação adequada.¹⁹⁵ O conceito de “doença” é usado como predicativo da sexualidade tanto por leitoras com uma visão tendente a conservar o modelo moral-sexual herdado do Estado Novo, como por leitoras com uma visão que o pretende rejeitar. Para as primeiras, a doença instala-se perante uma sexualidade desregrada, dissoluta, incontida (fora do leito conjugal), para as segundas perante uma sexualidade atrofiada, reprimida, ignorante.¹⁹⁶ As mais liberais clamam pelo remédio do esclarecimento para a doença da frustração, as mais conservadoras pelo remédio da contenção para as maleitas da imoderação.

Ao longo do *Dossier Gisela* salientam-se panoramas distintos em termos de educação parental para a sexualidade dos jovens, mas os mais comuns são os contextos familiares em que os pais não abordam o tema com os filhos.

Também como a maioria das raparigas, a educação que me deram tanto em casa como na escola foi a tradicional. Simplesmente, à medida que fui adquirindo consciência das falsidades dessa educação procurei encontrar outros conceitos que me satisfizessem mais e que estivessem mais de acordo com a minha consciência. Assim formei as minhas ideias, que até podem estar erradas, mas que, até prova em contrário, eu

¹⁹⁵ «É, portanto, natural que nem tudo esteja certo agora ao princípio, mas por meio de esclarecimento adequado (tal como, e muito bem, tem vindo a ser feito nesta revista), de uma legislação justa e de uma educação sexual efetuada desde a infância no nosso país, futuramente as crianças não serão decerto como a maioria das adultas de hoje, para quem o sexo é motivo de vergonha e sofrimento» (M&B, 1975, 3317).

¹⁹⁶ «Essas mulheres [conservadoras] trazem em si uma doença contagiosa que é urgente curar, através da aplicação constante do único remédio minimamente eficaz nestes casos: o esclarecimento intenso, profundo, na verdade dita sem medo, em todos os momentos, a todas as pessoas, por toda a parte» (M&B, 1976, 3333).

continuarei a adotar. Escusado será dizer que, apesar de estar virgem, como as pessoas “decentes” dizem, se eu for expor estas minhas ideias a essas pessoas serei imediatamente apelidada de indecente, leviana, etc. [...] É por isso que eu evito discutir estes assuntos com os meus pais, pois seria escusado tentar convencê-los e compreenderem-me, e, para evitar possíveis choques, que são sempre de lamentar entre pais e filhos, deixo-os pensar que estou virgem porque partilho as mesmas ideias e os mesmos conceitos deles (M&B, 1976, 3343).

Também se relatam nas cartas das leitoras-comentadoras, perspectivas de pais mais abertos ao diálogo sobre temas da intimidade, que procuram dar conhecimento dos problemas da sexualidade aos filhos. Mulheres adultas escrevem para a revista preocupadas com a possibilidade de no futuro a sua relação com os descendentes vir a ser igual à que veem expressa em muitas narrativas do *Dossier Gisela*, ou seja, uma relação de oposição, sem diálogo entre pais e filhos, em matérias da intimidade.

Entre as visões que defendem a educação sexual parental, coloca-se frequentemente a tónica na mulher e mãe, entendida como a principal educadora entre a família. «Há que se viver a realidade do dia-a-dia e não nos fechamos em tabus, e acompanhar os nossos filhos e filhas na evolução do tempo, sendo amiga e mãe para se evitar maiores complicações [de] que nós, os mais velhos, podemos ser responsáveis [...]» (M&B, 1976, 3332). Ao longo do *Dossier Gisela* diz-se também que o conservadorismo e a repressão não evitam a sexualidade pré conjugal e a gravidez adolescente, pelo contrário.

Em relação às temáticas a abordar com os jovens, defende-se que «não basta só saber que os meninos vêm das barrigas das mães» (M&B, 1975, 3323). É preciso falar-lhes da fisiologia, contraceção, aborto, divórcio, “amor livre”, devendo os meios ser diversificados, nomeadamente o cinema, a música ligeira, a literatura e os *media*.

Perspetivas mais conservadoras culpabilizam os pais que “apoiam” escolhas liberais dos filhos. Os esclarecimentos da juventude deveriam ser no sentido de alertar para a importância de não satisfazer certos instintos: a sexualidade evita-se (quando o sujeito é forte) ou acede-se (quando o sujeito é mais fraco). As visões mais tradicionalistas advogam que certa informação sobre a sexualidade deve constar – apenas – nos livros de medicina.¹⁹⁷ Trata-se de um entendimento essencialista e medicalizado da sexualidade. Para leitoras mais liberais esta exclusividade médica na informação da sexualidade é uma forma de manter as pessoas numa

¹⁹⁷ «Tudo já é aceitável e digno de figurar em mesa-redonda, mesmo em Revistas que deveriam ajudar à formação moral da pessoa humana? Que, como médica, nada me pode espantar, mas lido e tratado em livros de medicina onde aí é o seu lugar e até o recorte e a apresentação é outra» (M&B, 1975, 3307).

ignorância lesiva da sua humanidade: «[...] a fisiologia, o conhecimento do corpo com que temos de viver toda a vida intimamente devem ser assumidos tabus, limitados apenas àqueles que têm acesso aos livros de medicina? E os outros, deverão viver e morrer sem saber como nem porquê, como animais?» (M&B, 1975, 3310).

Leitoras pró e contra a liberalização da intimidade recorrem ao conceito de “animalidade” para ilustrar as vivências afetivo-sexuais. Segundo as mais conservadoras, as mulheres que vivem uma sexualidade frondosa, assumida, e prévia ao casamento, comportam-se como animais, cedendo aos instintos. De acordo com as leitoras mais liberais, assemelham-se aos animais as pessoas que aceitam viver toda a sua vida íntima sem conhecimento, razão, esclarecimento dos fundamentos e possibilidades da sexualidade. Para as primeiras, seria a ciência, nomeadamente a medicina, a fiel guardiã dos segredos inconvenientes da sexualidade, protegendo-nos da animalidade. Para as segundas, seria a mesma ciência médica que nos permitiria sair dela.

Muito embora a ideia de *educação sexual* esteja profundamente associada ao esclarecimento das crianças e jovens, começa a surgir a partir de 1974, na imprensa analisada, sobretudo feminina, e em especial no suplemento *Modas & Bordados* (mas não só), a ideia de que a sexualidade e a afetividade se educam (mesmo entre adultos, até mesmo entre casais já unidos pelo matrimónio), pressupondo para o efeito uma nova forma de entender as relações de género – mais igualitárias – na vida íntima e sexual, mas também na vida em geral.

No artigo “Livros pornográficos: não! De educação sexual: sim!”, publicado pela *Crónica Feminina* (1976, 999), defende-se que «[...] uma das coisas que ainda falta à nova liberdade sexual é a possibilidade de se usar o sexo sem se sentir vergonha» (CF, 1976, 999). E que «os casais devem conciliar as suas necessidades e preferências, embora estas se não descubram de imediato, depois de se terem habituado socialmente um ao outro». Nesta peça a sexualidade é definida como algo positivo, como um «elo de completa satisfação entre duas pessoas afectivas, que dele emergirão despreocupadas, felizes e desejosas de o prosseguirem» (CF, 1976, 999). Vejamos alguns exemplos desta linha de valorização da aprendizagem e da educação no contexto sexual conjugal, em peças publicados na secção *Correio do Coração*, da M&B. Em causa está uma nova conceção da vida em comum e da contribuição individual do homem e da mulher para felicidade sexual do casal.

Amo muito o meu marido e ele também me ama, mas não nos entendemos fisicamente. Acha que isso pode diminuir ou arrefecer o nosso amor? Já pensei em consultar um médico, uma vez que se fala tanto nas revistas estrangeiras desse assunto. Mas serão

coisas que se aprendam? O que acha que devo fazer? [Excerto de carta de leitora enviada à Seção *Correio do Coração*] (M&B, 1974, 3243).

O meu marido só me presta atenção quando temos relações íntimas e, se lhe chamo a atenção para o facto, responde-me que todos os homens são assim. [...] [Camila responde]: Dê-lhe a entender claramente que 'relações sexuais' sem mais nada, sem ternura, sem conversar, não lhe interessam de forma alguma. Ensine-o a ter uma nova perspectiva sobre o que é um casal e como ambos os constituintes se devem comportar um com o outro. [...] sejamos, pois, nós, mulheres, a educá-los para uma nova concepção da vida em comum ou, simplesmente, de vida em geral (M&B, 1974, 3256).

O que se destaca igualmente nalguns destes testemunhos de mulheres que escrevem para Camila a pedir opiniões para resolver problemáticas da sexualidade conjugal, é uma determinação feminina em viver a sexualidade. Uma feminização da sexualidade, portanto.

Sou casada há 25 anos, dou-me muito bem com o meu marido e vice-versa, mas há 2 anos ele interessou-se por outra mulher e deixou de ter relações íntimas comigo. Não tenho pudor em dizer que com 45 anos sou uma mulher com necessidades sexuais e, se me aparecesse um homem que representasse o meu ideal, eu não hesitaria em me relacionar com ele (M&B, 1974, 3259).

Este último excerto, retirado de uma carta de leitora publicada na Seção *Correio do Coração* (M&B, 1974, 3259), não é muito comum à época. A leitora assume publicamente o desejo sexual, não se resigna a uma vida conjugal sem sexo, e está disposta a viver um caso extraconjugal. A jornalista Susana Ruth Vasques (sob o pseudónimo Camila) mostra-se compreensiva, concorda que homens e mulheres são iguais, «com direitos iguais, inclusivamente no aspecto biológico», mas aconselha a leitora a dialogar com o marido, em vez de procurar outro homem com quem se relacionar sexualmente.

A ideia de reciprocidade de género na relação afetiva e sexual conjugal ganha importância progressiva, sobretudo a partir dos anos 1960, conduzindo marido e mulher a um alargamento do seu repertório sexual (Bozon, 2005). Na década seguinte, e inscrevendo-se num movimento mais geral, a sexualidade «recomenda, no plano normativo, a igualdade, a comunicação entre os parceiros e cônjuges» (Bozon, 2005: 38).

Mesmo antes do 25 de Abril de 1974, alguns organismos portugueses praticam esclarecimentos sobre sexualidade junto das populações, muito para além das faixas juvenis. Vejamos alguns exemplos que nos mostram a sua amplitude em termos vocacionais/ideológicos. No ano de 1968, num contexto católico, são dados cursos de

formação sobre sexualidade e harmonia conjugal, para casais em preparação para o casamento. A notícia que tem por título “Curso de Formação Conjugal organizado pela S.E.D.C.”, é dada pelo *Diário de Lisboa* (1968, 16464):

O Serviço de Entrejuda e Documentação Conjugal (S.E.D.C.), organismo católico de assistência conjugal fundado em 1963, leva a efeito, durante este ano, cursos de formação para casais. O primeiro realiza-se já de 21 a 25 deste mês, na igreja de S. João de Deus, em Lisboa, todas as noites, às 21 e 30. O Curso obedece ao tema geral “Sexualidade e Harmonia Conjugal”, será desenvolvido em cinco noites consecutivas e poderá especialmente ser útil aos casais que trabalham na preparação de noivos para o casamento (DL, 1968, 16464).

No artigo “Do planeamento familiar”, publicado no *Diário de Lisboa* (1973, 18228), afirma-se que no “Guerrilha”, jornal mensal do Movimento Nacional Feminino, dirigido por Cecília Supico Pinto, o editorial do número de Agosto é dedicado ao planeamento familiar. Vejamos como o DL cita o editorial do “Guerrilha”, publicação da organização feminina de apoio aos soldados que combatiam na Guerra Colonial.

A total ausência de educação sexual nas nossas escolas, mesmo nas superiores com afinidades ao problema, imporia a necessidade de orientação da esmagadora maioria das famílias sobre o planeamento da natalidade. Mas se, para as mais evoluídas, o autodidactismo pode conseguir alguns resultados, não podemos deixar de constatar que as famílias economicamente mais débeis e mais afastadas dos centros importantes estão positivamente entregues à sua ignorância e correspondentes consequências.

Em Portugal existe, com sede em Lisboa [...] uma Associação para o Planeamento da Família [...] que pretende cooperar com as famílias portuguesas na resolução do importante problema, deixando-lhes, porém, toda a liberdade na tomada da decisão final. [...] O contacto permanente que temos mantido com os nossos soldados (futuros ou já actuais chefes de família) e o conhecimento da problemática que por vezes os envolve nas questões que tratamos, deram-nos a convicção de que seria útil divulgá-lhes a existência de uma entidade que, certamente, poderá ajudar enormemente muitos deles (DL, 1973, 18228).

Num artigo particularmente relevante que tem por título “A enfermeira” (M&B, 1976, 3328) aborda-se o papel dos profissionais de saúde no esclarecimento das populações em torno da sexualidade. A peça centra-se no depoimento de uma enfermeira que integrou campanhas de esclarecimento e educação sexual às populações mais isoladas no mundo rural português do centro e norte, vários anos antes da revolução de Abril.

Um grupo de pessoas de uma freguesia, das mais populosas do concelho [Ribatejo], veio pedir-me um curso de educação sexual. Fez-se um plenário das pessoas interessadas, para combinar o horário e os grupos em que se queriam dividir. [...] Isto

passou-se em 1969. Foram focados todos os problemas da educação sexual. Relações sexuais, planeamento familiar, aborto, fisiologia dos órgãos sexuais feminino e masculino. Tínhamos moças de 16 anos até mulheres de 30 e tal. Nos grupos havia casais e pessoas solteiras. [...] Acho impossível falar de sexo sem falar da relação humana existente. [...] Conseguimos este trabalho a nível da população rural, porque o padre da freguesia era uma pessoa suficientemente arejada [...]. Foi ele que impulsionou o movimento, deu o encontrão de saída para nós continuarmos. Também foi ele que falou com as moças para virem até nós. Isto talvez nos tivesse facilitado um bocadinho a vida. [...] No Norte as pessoas estão muito mais bloqueadas. As relações sexuais são consideradas um problema de tal maneira grave que até encontrámos casos de *angústia* (M&B, 1976, 3328).

A enfermeira entrevistada pela revista afirma que, «desde o problema da estimulação das zonas erógenas até à diferença de tempo, entre o homem e a mulher, para atingir o orgasmo» (M&B, 1976, 3328), tudo foi falado nestes encontros de esclarecimento. A ejaculação precoce é apontada como uma das principais causas da «frigidez» da mulher, bem como os complexos femininos com o corpo e com o ato sexual, muitas vezes inultrapassáveis, mesmo com o avançar da vida conjugal (M&B, 1976, 3328).

Determinadas populações tinham dificuldades em falar-nos porque nunca tinham contactado com enfermeiras. [...] Alguns conseguiram ultrapassar barreiras e vieram ter comigo para me fazerem perguntas no campo sexual. Tinham muitas dificuldades, não estavam instruídos. Era gente pobre, na maioria trabalhadores rurais. [...] O problema do aborto foi posto com frequência. Também os problemas sexuais do tempo da gravidez. Eram estes os assuntos que os homens conseguiam abordar. As mulheres já eram mais abertas. Talvez porque éramos todas mulheres [as enfermeiras] (M&B, 1976, 3328).

No pós-25 de Abril a questão sexual ganha uma dimensão mediática muito por via de dois assuntos que geram grande preocupação social, sobretudo junto das mulheres e das defensoras da emancipação feminina. A pobreza em que viviam muitas famílias numerosas, o problema da gravidez não desejada e o flagelo do aborto (estimado entre 100 e 150 mil por ano, como a imprensa não se cansava de cifrar). Planeamento familiar, contraceção e aborto catalisam o debate em torno da necessidade de esclarecimento e educação para a sexualidade. Formam-se brigadas informativas para levar por diante uma «urgente alfabetização sexual à escala nacional», como refere Purificação Araújo, em entrevista à *Modas & Bordados*, no artigo “Aborto: o crime está na lei” (1975, 3287). A peça é uma reportagem sobre um grupo de pessoas interessadas na educação sexual, contraceção e liberalização do aborto, que pretende esclarecer populações em vários pontos desfavorecidos do país. A jornalista Maria Antónia Fiadeiro assiste e reporta uma sessão de formação que as voluntárias têm na APF, com a

médica Purificação Araújo. Como se refere no artigo, a educação sexual justifica-se por três razões fundamentais: a ignorância é responsável pela «calamidade do número de abortos clandestinos» feitos em péssimas condições para a saúde; pela quantidade de filhos que têm as mulheres “incultas”, sem condições para lhes dar de comer; «pelas neuroses e inibições que afectam o equilíbrio afectivo do casal, permanentemente sob a ameaça de uma gravidez indesejada» (M&B, 1975, 3287). Alega-se no artigo, que para combater o flagelo da pobreza em que viviam estas famílias numerosas – outrora, premiadas pela organização de apoio salazarista Obra das Mães pela Educação Nacional – seria necessário promover sessões de esclarecimento e consultas sobre planeamento familiar nos dispensários e hospitais, mas também nas juntas de freguesia, nos sindicatos e locais de trabalho (M&B, 1975, 3287). A iniciativa visava educar sobretudo a mulher, pois o homem, defendem estas voluntárias, não considerava este um problema seu. A ignorância sobre todos os problemas sexuais é considerada por estas mulheres «uma situação drástica» (M&B, 1975, 3287). Vejamos como avaliam o que havia sido feito antes:

Em Portugal, antes do 25 de Abril, uma única organização conseguia ter algumas iniciativas em relação a uma educação sexual e mesmo assim com imensas dificuldades: a Associação para o Planeamento Familiar [...]. Na Imprensa estes problemas eram censurados. Não havia debate, nem informação. Era como se não existissem. E, na verdade, muita gente, devido à grande desinformação, ainda pensa que o problema não atinge proporções de um fenómeno social. [...] A maioria dos médicos são contra o uso dos contraceptivos. [...] São raras as excepções. [...] Muitas razões concorrem para isso. Estaria, entre elas, o facto de haver tão poucas médicas mulheres? Segundo estatísticas de 1972, para um total de 9 mil médicos, apenas 1500 eram mulheres e, destas, 114 ginecologistas (M&B, 1975, 3287).

No artigo “Aborto legalizado” (*Modas & Bordados*, 1974, 3261), a jornalista Susana Ruth Vasques entrevista o pediatra Abílio Mendes e o Padre liberal José Carlos da Silva, fundador da APF. Na entrada do artigo, diferencia-se educação sexual de educação sentimental (educação afetiva, educação para o amor), e apela-se a um maior investimento na segunda:

Os psicólogos afirmam que a educação para o amor deve começar desde o berço. Certo: mas, depois de longos anos de silêncio puritano, a tendência hoje em dia é a de prestar apenas atenção à educação sexual enquanto é toda a educação sentimental dos nossos filhos que está por fazer (M&B, 1974, 3261).

Na peça, publicada cerca de 3 meses após o 25 de Abril de 1974, a jornalista apela para a importância da dimensão amorosa nas relações entre homem e mulher, em detrimento de uma visão exclusiva (e restritiva) da dimensão sexual, própria da “moda erótica” à época. Era

preciso portanto ensinar que a educação sexual era apenas um dos aspetos da educação sentimental (M&B, 1974, 3261). A visão do fundador da APF (Padre José Carlos da Silva) reconhece a sexualidade como um instinto, uma expressão do biológico, mas enquadra-a em algo superior – no amor –, que resgata o homem e a mulher da “solidão” e do “egoísmo” (M&B, 1974, 3261).¹⁹⁸

[...] o acto sexual não tem apenas como finalidade saciar higienicamente um instinto elementar, porque constitui para o homem e a mulher um apelo à realização da sua liberdade e da sua capacidade de criação. O prazer não pode fechar-se sobre si próprio, deve deixar abertas todas as portas de uma permuta comum, pelas quais entram as promessas do futuro, as certezas da eternidade (M&B, 1974, 3261).

Estamos perante a valorização dos afetos na sexualidade, a defesa do ato sexual com amor, numa altura em que o erotismo ‘explode’ nos cartazes do cinema, nas capas de livros e revistas, por influência de uma indústria atenta às novas possibilidades que o fim da censura traz ao mercado português. Porém, o prazer sexual fechado “sobre si próprio”, ou seja, uma sexualidade desenquadrada da relação afetiva, não consta dos discursos que analisámos dos *media* portugueses, entre o final dos anos 1960 e o final dos anos 1970.

Para Daoust (2005: 21), as consequências da chamada “revolução sexual” são uma aceitação e um reconhecimento social muito maior do desejo sexual (e uma legitimação do prazer), pensado como parte integrante da experiência humana. Este é um cenário que não se evidencia no *Dossier Gisela* em particular, e nem na nossa análise mais ampla dos *media*. Os discursos de legitimação do desejo e do prazer sexual, em si e por si, são praticamente inexistentes. As *discursividades* que mais se acentuam são as da legitimação da liberdade sexual para amar.

Que agendamento é feito do tema da *educação sexual* nas 4 publicações da nossa análise de conteúdo quantitativa entre 1968 e 1978? O tema é referido ou abordado em 103 peças (7% da amostra). Até 24 de abril de 1974 consta de 5% dos artigos publicados nas 4 publicações. No momento seguinte (de 25 de abril até 31 de dezembro de 1974) é agendado em 9% da amostra, e de 1975 em diante surge em 7% das peças. A que se deve este declínio nos anos pós-revolução, para níveis quase semelhantes aos da ditadura? Vejamos ano a ano, com mais foco. Em 1968 o assunto representa 7% da amostra, em 1973 esse valor diminui ligeiramente

¹⁹⁸ «A verdade do amor humano encontra-se, pois, na relação afectiva, no diálogo confiante entre dois seres projectados num mesmo impulso que os faz sair do seu egoísmo e da sua solidão, ou seja, a possibilidade de transcender a diferenciação masculino-feminino através da comunhão total na carne e no espírito» (M&B, 1974, 3261).

para 6%, em 1974 retoma a percentagem de 7% do agendamento, em 1975 sofre novo aumento para 9% (atingindo o valor mais alto da década em estudo), em 1976 declina para 8% e em 1978 o seu valor percentual é então muito baixo (2%). No fundo, apesar de subidas e descidas ligeiras, a educação parece ter sido mesmo no tempo antecedente à ditadura, um assunto a que os *media* davam atenção. A sua quebra acentuada em 1978 deve-se muito provavelmente à extinção da *Modas & Bordados*.

O *Expresso* é a publicação em que o tema tem uma percentagem de agendamentos mais elevada (14%), tendo em conta o computo geral de matérias da intimidade abordadas pelo semanário (23 artigos). Em segundo lugar está a revista *Modas & Bordados*, que refere o tema em 60 peças (13% do total de ocorrências sobre a intimidade nesta revista), em terceiro a *Crónica Feminina* (18 peças, 2,5% do seu total) e em quarto o *Diário de Lisboa* (2 peças, e 2% do seu total). Na *Modas & Bordados*, e ao longo da década analisada, a educação para a sexualidade tem agendamento mais elevado em 1974 (11 peças, 36% da amostra da revista nesse ano). Nos seguintes, em 1975 e 1976, o interesse pelo tema mantém-se nos 10 e 9 artigos, respetivamente, muito embora o seu valor percentual diminua.

A educação sexual teve grande visibilidade mediática no semanário *Expresso* (1976, 193), pela publicação de um artigo sobre o “Caso Tito Morais”, polémico inquérito/ação de esclarecimento sobre sexualidade, desenvolvido em diversos estabelecimentos de ensino, nomeadamente junto de 200 alunos de curso noturno na Escola Secundária Ferreira Borges, em Lisboa. Inscrito em «um plano de sessões de debate e esclarecimento sobre questões sexuais», veio a gerar «viva controvérsia», «agrestes comentários» e «intervenções oficiais (e oficiosas)» (*Expresso*, 1976, 193). O semanário publica 3 peças coordenadas por Helena Vaz da Silva, sob título “Do caso Ferreira Borges ao debate (necessário) sobre educação sexual”. Ficamos a saber a partir destas abordagens que duas estagiárias da Escola de Enfermagem da Fundação Calouste Gulbenkian, terão distribuído aos alunos do curso noturno da Escola Ferreira Borges um inquérito, coordenado por Tito Morais, em que se falava de «auto-masturbação», «coito-bocal», e de «sádicos e masoquistas» (*Expresso*, 1976, 193). Citado pelo semanário, um dos membros do conselho directivo da Escola Secundária Ferreira Borges afirma que o inquérito «trata só de aberrações». O Ministério da Educação e Investigação Científica faz cessar as sessões de esclarecimento (que terão tido lugar em mais do que um estabelecimento) e abre um inquérito ao “inquérito”, alegando desde logo que as questões «agredem a sensibilidade dos estudantes» (*Expresso*, 1976, 193). A Ordem dos Médicos diz que o problema maior se «relaciona com a saúde moral das ‘crianças’», muito embora o

questionário tivesse sido entregue aos alunos do curso da noite, já adultos. Tito Morais garante ao *Expresso* que o inquérito (sem intenção de apuramento estatístico) só funcionava para contextualizar as sessões, sinalizando pontos de esclarecimento necessários. No artigo do *Expresso* compilam-se três textos de opinião a propósito da celeuma. Um deles é assinado por António Mega Ferreira: «[...] falar de sexualidade, abertamente e sem censuras (ou auto-censuras), é ainda uma forma de opor um modelo alternativo de vida e de discursos ao discurso monocórdico, ao longo de dois séculos, da moral sexual dominante» (*Expresso*, 1976, 193). Mega Ferreira refere a existência de camadas sociais repressivas, identificadas com o autoritarismo sexual (e não só sexual), e acusa o Ministério da Educação de inépcia quanto à anunciada intenção de pôr em marcha um programa de educação sexual nas escolas. Além disso, designa de fraca conquista democrática, o que se alcança com a Revolução dos Cravos, em matérias afetivo-sexuais.¹⁹⁹

CASAMENTO

O que se diz sobre o casamento no debate das leitoras em torno do caso Gisela? Também nesta matéria da intimidade afetivo-sexual é possível evidenciar dois grandes ângulos entre os comentários enviados por carta à M&B, um liberal, outro conservador. Entre o primeiro são frequentes os apelos à importância da liberdade de consciência na escolha ou não do contrato do casamento, na assinatura do “papelinho”. Cada cidadão deve agir em função da sua consciência, dos seus interesses, da sua vontade, da sua autodeterminação, não se condicionando «o Amor e a sua expressão a preconceitos falsos e hipócritas» (M&B, 1976, 3343).²⁰⁰

No contexto pró-liberalizante das leitoras do *Dossier Gisela*, defende-se que é preciso denunciar a pressão política e social para manutenção do casamento, mesmo quando marcado pelo insucesso. A sociedade coagiria os casais infelizes a manter a relação, para evitar o escândalo do divórcio. Estas relações conjugais de hipocrisia, argumentam as leitoras mais

¹⁹⁹ «Em todo o mundo milhões de homens e mulheres vivem os dramas de uma sexualidade recalçada, nebulosa, mal esclarecida. Para esses, o comportamento sexual é uma aberração, um desvio, um pecado. Em Portugal vivem, provavelmente, alguns desses milhões. Será possível empreender um esclarecimento não autoritário nem dirigista, sem que as diversas cassandras ou os últimos inquisidores do Santo Ofício gritem “sacrilégio”?» (*Expresso*, 1976, 193).

²⁰⁰ «Se há pessoas que se sentem mais felizes assinando o papelinho, pois que o façam, e se outras preferem não o fazer, pois que se lhes dê a liberdade para o não fazer. O que interessa é cada um ser suficientemente consciente, honesto e sincero para consigo próprio e com os outros, para saber o que lhe interessa mais» (M&B, 1976, 3343).

liberais, nomeadamente Gisela, não parecem chocar ninguém, são aceites com beneplácito social.

O caso Gisela dá igualmente azo ao debate entre leitoras sobre a maternidade desenquadrada do casamento. Mães solteiras escrevem em defesa da adolescente que fez amor na noite do 25 de Abril de 1974. Manifestam-se em oposição à moral defendida por mulheres que não concebem a sexualidade fora do casamento e que acusam de indignidade quem a pratica. Além disso, chamam também a atenção para as distinções “absurdas” que constam da lei, diferenciando filhos “legítimos” de “ilegítimos”, forçando assim casais que são contra o casamento, a aceitá-lo, apenas pelo motivo da parentalidade.

Aceito o casamento apenas pensando nos possíveis filhos que possam surgir duma união e porque na sociedade em que vivemos se faz distinção entre os filhos “legítimos” e os “ilegítimos”, coloco estas palavras entre aspas porque as acho completamente absurdas (M&B, 1976, 3343).

Para as leitoras-comentadoras mais conservadoras, não se poderia enaltecer as mães solteiras. Esse era um equívoco em que caíam à época muitas pessoas que lutavam pela emancipação feminina. Confundiam os limites. Trabalho igual, salário igual, era um argumento aceitável. Independência financeira da mulher também. Mas nem pensar em enaltecer-se o amor sem casamento, a contraceção para raparigas, e a maternidade em mulheres solteiras, ou seja, a existência de uma sexualidade, reprodutiva ou *recreativa*, aquém do casamento, era completamente inaceitável.²⁰¹

No *Dossier Gisela*, em matéria de sexualidade conjugal, reclama-se o direito à liberdade, podendo o par desenvolver a sua intimidade de forma livre e descomplexada. «Para mim, a liberdade sexual é marido e mulher fazerem em sexo o que muito bem entenderem, o que muito bem quiserem, sem complexos de culpa de qualquer espécie» (M&B, 1976, 3340). Como já referido, dá-se relevo ao carácter evolutivo da vida sexual conjugal, que se apresenta como podendo maturar e melhorar ao longo do tempo.²⁰² Entre as perspetivas tendencialmente liberais sublinha-se igualmente a importância do amor e da sexualidade para a manutenção e longevidade da felicidade do casal.

²⁰¹ «Que os homens ajudem as mulheres, certo. Que as mulheres desde que produzam tanto como eles tenham os mesmos vencimentos? Certíssimo. Que queiram ser independentes? Certo. Mas, mães solteiras enaltecidas, amores sem casamento, pílulas para as raparigas, não e não!» (M&B, 1975, 3320).

²⁰² «Eu sou casada e penso que a vida sexual entre um casal varia de dia para dia. [...] quando casei ia virgem, mas já amava o meu marido, no entanto as relações sexuais foram muito diferentes do que não são hoje. Ora, se eu em solteira tivesse tido relações, possivelmente não teria chegado ao casamento, no entanto, hoje tudo é diferente com o mesmo homem» (M&B, 1976, 3347).

[...] como pode falar em casamento sem lhe associar o amor e simultaneamente o sexo? Ser-lhe-ia benéfico constatar que essas pobres ideias (produto de uma educação deficiente) conduzem a mulher, que desconhece os problemas sexuais, ao fracasso do casamento?! (M&B, 1976, 3330).

Visões mais conservadoras do *Dossier Gisela* alertam para a «subestimação» e «ridicularização» crescente dos valores do casamento. A integridade moral da esposa estaria a ser progressivamente posta em causa, muito embora os homens continuassem a procurar raparigas de «bom porte e prendadas» para a vida matrimonial (M&B, 1975, 3321). Em termos da sexualidade conjugal, defende-se entre as visões mais tradicionalistas, que «o casamento [...] não é um ‘passaporte’ para se poder fazer amor em Portugal» (M&B, 1976, 3341).

No artigo “Como é que um casal se transforma numa família?”, a jornalista Susana Ruth Vasques (M&B, 1975, 3290) aborda as formas como os jovens portugueses estariam a lidar à época com a necessidade de se organizarem em casal, de lidarem com a parentalidade não programada, de ensaiarem papéis de género na conjugalidade, em contracorrente com o modelo anterior, promovido no/pelo Estado Novo. A peça jornalística – que abre com os seguintes dados: «Em 1974, efectuaram-se em Portugal [...] 71.502 casamentos» – desenvolve o tema a partir de entrevistas a diversos jovens casais (no início dos seus 20 anos). O artigo apela a um modelo de conjugalidade e parentalidade menos convencional, em que o pai é responsável e interveniente nas rotinas da criança, em que as atividades domésticas são partilhadas pelos dois, em que há maior igualdade de género nas responsabilidades, em que a vida sexual é encarada sem entraves para ambos os sexos. Nestas histórias não há lugar para o “mito” da virgindade nupcial feminina, não há lugar ao ‘encarceramento’ da mulher no contexto do lar e da maternidade, não há lugar para a tabuização da vida sexual, sobretudo feminina. Para estes exemplos modelares de uma conjugalidade emergente, «o entendimento físico, a realização amorosa, não se revestem de nenhuma culpabilidade» (M&B, 1975, 3290).

A “felicidade de viver” reclama hoje em dia valores que o casamento antigamente não exigia: dinamismo, adaptação, maleabilidade. Deste modo, um casal (sobretudo um casal jovem) pode passar da união de despreocupados celibatários ao papel de pais responsáveis. O diálogo e a confiança recíproca representam um trunfo importante para os jovens casais. O entendimento físico, a realização amorosa, não se revestem de nenhuma culpabilidade. Serenamente, os jovens inventam a educação das crianças. Pretendem tornar os horários mais elásticos, mais longos, pretendem integrar a criança na vida do casal, o que é uma particularidade nova nas uniões precoces e um feliz prognóstico de futuro (M&B, 1975, 3290).

Defendendo que «o casamento não é uma brincadeira, não é uma festa, não é, sobretudo, um dia!», a *Crónica Feminina* (1974, 911) elabora um questionário de 31 perguntas, com o propósito de alertar leitoras para a necessidade de ponderarem cuidadosamente as suas decisões, caso estivessem a pensar contrair matrimónio. As questões²⁰³ enumeradas na peça oferecem pistas de compreensão para o que estaria a mudar na visão das gerações mais jovens face ao casamento. Que perspectivas transparecem a partir do questionário? A monogamia não é própria do homem nem da mulher; o casamento mata o amor, e não é para toda a vida; o divórcio é uma solução para ligações infelizes; é legítimo que as pessoas casem mais do que uma vez; a convivência pré conjugal é facilitadora de um matrimónio bem sucedido; as relações extraconjugais são tão (i)legítimas no caso de serem praticadas por “eles” como por “elas”.

No Caderno *Casamento* da revista *O Tempo e o Modo* (1968), encontramos também algumas pistas para compreender o que defendem certas elites ligadas à Igreja, mas progressistas em matérias da intimidade. Que novas *discursividades* face ao casamento se afirmam no capítulo *Inquérito* deste caderno?

- A necessidade de mudanças ao “desatualizado” enquadramento institucional e religioso do casamento, nomeadamente o direito legal ao divórcio para casais unidos pela Igreja e a legitimação religiosa da contraceção;²⁰⁴
- A importância de o casamento respeitar conceitos como o de autonomia, identidade e liberdade de cada um dos cônjuges;²⁰⁵
- A idealização de um casamento que corresponda a menos contrato e a mais amor;²⁰⁶
- A negação da ideia de amor-posse no contexto conjugal;²⁰⁷

²⁰³ [Pergunta número 1]: “Pensa que o casamento não é mais do que o sepulcro do amor?”; [3]: “Pensa que o casamento é uma instituição contrária à natureza, e que normalmente o homem é polígamo?”; [10]: “Pensa casar-se mais do que uma vez?”; [22]: “Acharia necessário uma experiência pré-matrimonial de vida comum?”; [25]: “Se ele dormisse com outra rapariga, considerava isso alta traição?”; [27]: “Ou pelo contrário, sentir-se-ia no direito de fazer o mesmo?” (CF, 1974, 911).

²⁰⁴ «O casamento hoje precisa de uma legislação moderna capaz de responder às necessidades, dificuldades e problemas dos homens casados dos nossos dias, sem pretender impor-lhes deveres e cânones [...] já desactualizados. Tal como requer também um pensamento ético-religioso que se detenha a considerar a realidade presente, baseando-a nos conhecimentos científicos até agora adquiridos em diferentes domínios, e trace as linhas gerais de orientação em relação às quais cada um se há-se situar livremente e assumir a responsabilidade dos seus actos» [Excerto do depoimento de Bertina Sousa Gomes] (*O Tempo e o Modo*, 1968, 140).

²⁰⁵ «Parece-me que o casamento é necessário e insubstituível. Parece-me que para haver casamento válido devem existir duas pessoas depois de se casarem. [...] é essencial que haja uma comunicação básica entre essas duas pessoas» [Excerto do depoimento de Ana Maria Bénard da Costa] (*O Tempo e o Modo*, 1968, 139).

²⁰⁶ «Hoje descobrimos que olhá-lo [ao casamento] como contrato lhe faz mais mal do que bem [...]. A menor importância que hoje damos a este aspecto deve-se, não a considerarmos menos os contratos mas sim a considerarmos mais o casamento» [Excerto do depoimento de John Horgan] (*O Tempo e o Modo*, 1968, 158).

- A denúncia da virgindade nupcial feminina, como exigência retrógrada, feudal e machista;²⁰⁸
- A defesa de uma nova margem de pluralidade para o amor, sem fazer do casamento a linha que distingue um amor legal de um ilegal, a única opção de relacionamento afetivo-sexual socialmente aceite.²⁰⁹

Na nossa análise dos *media* encontrámos sinais de questionamento da hegemonia política, social e cultural do casamento como forma relacional por excelência. Como era vista a opção de um casal viver em união de facto (“juntar-se”, ter uma “ligação livre” ou uma “união livre”)? No *Dossier Gisela*, algumas leitoras fazem a defesa desta forma de compromisso, alegando que «não é o facto de se assinar um papel que faz um homem amar mais uma mulher e vice-versa» (M&B, 1976, 3343). No artigo “Três famílias numa aldeia”, em que se apresentam os depoimentos de mulheres alentejanas, a perspetiva das “ligações livres” é semelhante: «A amizade e o amor não se vão buscar nem à igreja nem ao registo», «juntar ou casar vem a ser o mesmo» (M&B, 1975, 3308).²¹⁰ Perspetivas mais progressistas, defendiam que do ponto de vista da felicidade e longevidade do amor, as “uniões livres” representariam uma solução tão ou mais válida do que o casamento, sendo necessário legitimar legalmente as crianças nascidas neste contexto relacional. Hortense de Almeida apela no artigo “Casamentos ilegais” para a importância de serem os indivíduos «a forçar a alteração dos conceitos», em vez de esperarem que a lei o faça por si (M&B, 1974, 3310).

Algumas pessoas, hoje, optam por elas [pelas ligações livres] por considerarem o casamento institucionalizado e legalizado como um prejuízo para as próprias relações humanas e amorosas dos indivíduos. Isto é, na medida em que o casamento se transforma numa instituição, sentem que o valor dessa ligação empobrece. E empobrece porque, de um modo geral, as pessoas, ao realizá-lo baseiam-se menos nos sentimentos do que na cumplicidade material que o casamento lhes proporciona. [...] Da mesma

²⁰⁷ «[...] a consciência de que o outro me é radicalmente diferente, me não pertence em definitivo, não exclui, antes inspira e move uma relação mais profunda e verdadeira entre duas liberdades que gratuitamente se entregam. [...] Estamos muito longe de conceitos como os de amor-posse, que gera o ciúme e a escravização, ou de fidelidade, enquanto garantia de que o outro me pertence em exclusivo por direito adquirido [Excerto do depoimento de Bertina Sousa Gomes]» (*O Tempo e o Modo*, 1968, 141).

²⁰⁸ «Mas a virgindade como valor é apenas mais um elemento da mitologia marialva da posse, primazia e soberania, restos de uma mentalidade feudal que hoje forçosamente nos repugna» [Excerto do depoimento de Eduardo Prado Coelho] (*O Tempo e o Modo*, 1968, 149).

²⁰⁹ «[...] não penso que o casamento seja necessário nem que seja insubstituível. Penso, sim, que o amor é necessário e que o amor é insubstituível, mas que há tantas formas de o viver quantas as das pessoas que vivem. Apenas, a maior parte das pessoas ou já morreram, ou estão quase a morrer. Para essas o casamento está indicado» [Excerto do depoimento de Duarte de Almeida] (*O Tempo e o Modo*, 1968, 143).

²¹⁰ Neste lugar recôndito da província alentejana, as entrevistadas afirmam que não há violência doméstica: «Se os homens nos batem? Ora essa, aqui não se usa disso» (M&B, 1975, 3308).

maneira que dois indivíduos que reconhecem amar-se têm o direito de viver juntos, sem esperar por uma formalização desse acto, também é de admitir que, desde que o desejem, tenham um filho sem olharem ao facto de ele ser legítimo ou ilegítimo (M&B, 1974, 3310).

O modelo tradicional, que impunha o casamento aos destinos femininos, é também questionado em artigos de outras publicações da nossa amostra. Na peça “Menos agregados familiares e casamentos (nos últimos dez anos) são sintoma de crise”, o jornalista Fernando Dacosta refere que casar é ainda para a mulher portuguesa sobretudo uma forma de «resolver o problema da subsistência, impreparada como está para o exercício de uma vida profissional independente» (*Expresso*, 1978, 319):

A sua vontade pessoal, a sua opção, a sua afectividade, as suas necessidades, de pouco valem no mercado a que a sujeitam, transaccionada de uma família (a do pai) para outra (a do marido). Virgindade e fidelidade são fronteiras cuja transgressão lhe saem caras, em virtude do destino que lhe foi imposto como parideira e serventuária de lares (*Expresso*, 1978, 319).

Na edição de 25 de Julho de 1978 (nº 19714), o *Diário de Lisboa* noticia que os portugueses se casam menos. Os dados, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, indicam que o número de casamentos em Portugal cai de 103.125 em 1975, para 101.885 em 1976. A quebra acentua-se ainda mais em 1977, com 91.403 casamentos realizados (quadro 10).

Quadro 10: Número de casamentos realizados em Portugal entre 1968 e 1978

1968	76.553
1969	79.180
1970	81.461
1971	83.438
1972	77.325
1973	84.334
1974	81.724
1975	103.125
1976	101.885
1977	91.403
1978	81.111

Fonte: Pordata

A que se deverá a subida significativa de casamentos entre 1974 e 1975? Militares regressados da guerra colonial? Como Tavares (2000: 31) refere, o protocolo adicional à Concordata, que vem permitir o divórcio civil para os católicos, é assinado pelo Vaticano a 13

de fevereiro de 1975. Seria este um fator de relevo? Casais que podem finalmente casar-se em segundas núpcias, após anos de espera pelo divórcio do primeiro casamento, e muitas vezes já com crianças das últimas uniões? Vejamos os números do divórcio na década em estudo (quadro 11). Entre 1969 e 1971, a percentagem de divórcios é estável. Em 1972, 1973 e 1974 dá-se uma subida constante, mas ligeira. De 1975 em diante, os números disparam – certamente devido ao fim do interdito de divórcio entre casais unidos pela Igreja, que permitiu a regularização da situação de separações anteriores. Almeida (*et al.*, 2001: 285) defende que «também contribuíram para este aumento excepcional do divórcio a recém-adquirida legitimidade de uma nova ordem de valores, assim como uma certa efervescência de ideias e de comportamentos próprios de uma época de mudança social rápida e intensa».

Quadro 11: Percentagem de divórcios em Portugal por 100 casamentos (1968-1978)

1968	1,0
1969	0,6
1970	0,6
1971	0,6
1972	0,8
1973	0,7
1974	1,0
1975	1,5
1976	4,8
1977	8,5
1978	8,7

Fonte: Pordata

O *casamento* é o segundo tema mais falado na amostra da nossa análise de conteúdo quantitativa dos *media*, agendado em 501 artigos (34% do total de peças codificadas nas 4 publicações). Mas é um dos assuntos que perde terreno no agendamento mediático ao longo da década. Num primeiro momento, ainda no Estado Novo (que vai até 24 de abril de 1974), é agendado em 45% das peças. Num segundo momento (de 25 de abril até final do ano de 1974) a sua presença baixa para 34% e num terceiro momento, de 1975 em diante, sofre uma nova queda para 27%. Em 1968 ocorre o número mais elevado de frequências (102) e o maior peso percentual (65%) do tema em termos anuais. Em 1974 registam-se 106 ocorrências, embora o peso percentual nos totais desse ano seja bastante menor (32%). Continua portanto a falar-se de casamento, mas de forma menos central. O ano de 1978 regista o menor número de ocorrências (56) e a percentagem mais diminuta (30%) – relembramos a extinção da M&B e a sua ausência na amostra deste ano.

No DL e no *Expresso* o assunto do casamento surge em 25 e 31 peças, respetivamente, correspondendo a 25% e a 19% dos totais de artigos codificados no diário e no semanário – refira-se que em muitos casos a sua abordagem é subsidiária do divórcio, e além disso, que uma relativa perda de centralidade em termos de questionamento mediático (eventualmente público), não implica mudança efetiva nas práticas, como aliás nos mostram os dados da evolução do casamento entre 1968 e 1978.

O contributo mais expressivo para a abordagem do casamento vem da CF, com 255 artigos a tratarem o assunto (34% do total de peças da revista). Note-se porém que em termos percentuais o suplemento feminino M&B dá mais relevo ao casamento (39% dos seus artigos abordam-no), muito embora ao longo do processo de codificação tenhamos registado nesta revista uma disposição mais reflexiva (e por vezes crítica) face ao sentido do casamento, que não se verifica na CF.

AMOR

Como é o amor referenciado nos comentários das leitoras-comentadoras do *Dossier Gisela*? Numa perspetiva tradicionalista, é denunciado como um conceito equívoco, sistematicamente confundido com o sexo, tanto pelos sujeitos como pelos contextos mediáticos. «Como é triste haver quem chame amor a coisas tão diferentes que nem sabemos como classificá-las. Essa menina [Gisela] não sabe o que é o amor, tenho a certeza» (M&B, 1975, 3313). Nas narrativas mais conservadoras, o amor afigura-se um belo sentimento, discreto (se verdadeiro), abnegante, altruísta, desinteressado, maioritariamente «enraizado numa boa amizade» (M&B, 1976, 3365). Genericamente, no sujeito feminino que o sente, o amor pouco ou nada tem de autocentrado, narcisista, e além disso, pouco ou nada tem de físico. «Amar, é esquecermo-nos de nós para pensarmos nos outros, é encontrar a própria felicidade na felicidade de alguém» (M&B, 1976, 3337).

Para as leitoras mais liberais, o amor não tem apenas uma dimensão espiritual. É algo corpóreo, físico, sexualizado – «O amor platónico é já uma lenda» (M&B, 1976, 3330).

A senhora fala do amor como fazem aquelas mulheres envenenadas pelas [revistas] “Simplesmente Marias”, “Céus que nunca vi”, “Caprichos” e outras “literaturas” do género que só dão uma ideia completamente falsa do Amor e do que ele significa. Todas essas mentiras só servem para alimentar o espírito frustrado das mulheres que nunca souberam o que é o Amor, é como que uma espécie de ópio para as ajudar a esquecer as suas frustrações (M&B, 1976, 3343).

Visões mais liberalizantes do amor defendem-no: universal (todos precisamos ser amados); multifacetado (cada pessoa tem a sua própria maneira de amar e há muitos tipos de amor); plural (é possível também às mulheres, e ao longo da sua vida, amarem mais do que um homem); versátil («as pessoas não procuram todas as mesmas coisas no amor, na troca mulher-homem, cada mulher e cada homem procura [...] o que mais lhe agrada no amor»); igualitário em termos de género e independente de formalidades («[...] todas mulheres têm direito de darem e receberem amor sem serem casadas!») (M&B, 1976, 3362). Segundo estas leitoras-comentadoras mais progressistas, na adolescência (sobretudo) há uma tendência para idealizá-lo, mas o amor é para ser sentido. Constitui-se portanto de uma dimensão corpórea/sensorial: «Eu sou mulher e penso que quando amo um homem, devo fazer amor com ele antes do casamento» (M&B, 1976, 3344).

Frequentemente as leitoras referem-se ao ato sexual/sexo como o “amor”. Em certos casos parece-nos que por uma questão de falta de à-vontade no uso dos termos mais concretos, noutros por uma questão conceptual, entendendo como co-incidentes sexualidade e amor.

O *amor* é o tema que apresenta valores mais elevados no agendamento geral da intimidade afetivo-sexual, nas 4 publicações e ao longo do período analisado: é tematizado num total de 609 peças (42% da nossa amostra). Surge em 75% das cartas de leitores dirigidas às redações, em 37% das recessões críticas, em 20% dos artigos noticiosos, e em 17% dos de opinião. Ao longo da década 1968-1978, o tema do amor sofre uma estagnação e um ‘reagendamento’. No primeiro e no segundo período analisados representa 40% e 39% do total de peças, respetivamente, e de 1975 em diante sobe para 43% – não perde portanto expressão nos novos contextos pós-revolucionários portugueses. A sua discussão mediática parece aliás acentuar-se. O ano de 1974 apresenta o número mais elevado de frequências (135) e o maior peso percentual (42%) do tema na amostra, em termos anuais. O de 1973 regista o menor número de ocorrências (55) e a percentagem mais diminuta (29%). É muito significativo o contributo da CF para esta prevalência do amor nas abordagens da intimidade ao longo da década estudada. Nenhuma das publicações o tematiza com maior frequência e valor percentual: 407 peças (54% das peças da revista), das quais 291 são cartas de leitoras, publicadas sobretudo na secção *Correio Sentimental* ou na secção *Prémio Melhor Carta de Amor*. Em artigos de cariz noticioso o tema aparece 80 vezes nesta revista – fazem-se regularmente abordagens sobre a vida amorosa de figuras públicas internacionais. Na esfera nacional, e numa lógica de abordagem jornalística, Carvalho Ramos desenvolve em 1976 uma série de entrevistas a que chama “Os artistas [nacionais] falam de amor”. Nestas conversas, os entrevistados falam do

assunto numa perspetiva mais reflexiva e, frequentemente, mais crítica do modelo tradicional. Na M&B o *amor* é abordado em 36% do total das peças sobre intimidade afetivo-sexual deste suplemento feminino – um total de 171 ocorrências, das quais 95 são de iniciativa do leitor e 38 de carácter noticioso. O tema surge com menor expressão nas publicações generalistas analisadas. O *Expresso* agenda-o em 23 peças (14% dos totais do semanário), 10 das quais de natureza noticiosa e em 9 recensões críticas. Maria Teresa Horta, que faz crítica literária neste semanário, agenda-o em diversas das suas análises. Também o discutem Maria Isabel Barreno (a propósito do Movimento de Libertação da Mulher), Agustina Bessa-Luís e Mário Cesariny (a propósito de pornografia). No *Diário de Lisboa* o tema é falado em 8 peças (9% dos totais desta publicação), sobretudo em contextos noticiosos.

“AMOR LIVRE”

O “amor livre”, ‘ensaiado’ entre 1960 e 1970 no seio da cultura *hippie*, sobretudo norte-americana, não é um conceito unívoco. Pode definir-se pela possibilidade de homens e mulheres desenvolverem uma sexualidade independente de compromissos e livre de vínculos afetivos. Mas pode entender-se também como a liberdade de, havendo compromissos afetivo-sexuais, os elementos do casal aceitarem que cada um possa relacionar-se de forma íntima com outros parceiros. Para os praticantes desta última acepção de “amor livre”, parte-se do princípio de que na relação nenhum elemento do casal deve interditar o outro de dar expressão aos seus desejos afetivo-sexuais fora desse contexto relacional. Mas em Portugal, nos anos 1960 e 1970, fala-se ainda de “amor livre” para designar um outro tipo de vivência afetivo-sexual. Praticam o “amor livre” homens e mulheres solteiros que se sentem livres para ter relações sexuais, sempre que exista amor: «[...] tenho consciência do que é amor livre [...] mas como nunca amei, era impossível para a minha consciência ter relações» (M&B, 1976, 3343).

Numa entrevista exploratória, que realizámos com uma mulher que no 25 de Abril de 1974 tinha 27 anos, e vivia em Lisboa, o tema do “amor livre” surge na sua narrativa. A entrevistada evidencia duas visões distintas do conceito, ambas igualmente discutidas no *Dossier Gisela*, e em outros espaços editoriais dos *media* analisados: “ser livre no amor” para ter relações sexuais e ter relações sexuais independentes do amor. «[Nos anos 1960] para mim o amor livre era monogamia, porque eu tinha aquele namorado e nem me passava pela cabeça

ter outro. Praticar o amor livre era ser livre no amor. Há sexo, está certo, mas desde que haja amor».²¹¹

Na altura [década de 1960] amor livre era no fundo isso. Não era o amor livre no sentido que foi por exemplo no *Woodstock*, nas comunidades *hippies*. Não era isso. Era um amor livre no sentido da descoberta. Quando fui mais tarde para a Faculdade de Letras [da Universidade de Lisboa], em 1971, conheci uma geração muito marcada pelo Maio de 68. Lembro-me de uma amiga minha estar preocupada com ela própria, porque tinha um namorado com quem vivia, e que entretanto andava um bocadinho com outra. Ele até lhe tinha contado, só que ela tinha reagido mal. A questão é que ela achava mal ter reagido mal à notícia. Eu disse-lhe: *Acho isso perfeitamente normal, se queres que te diga! Tu gostas de uma pessoa, ela vem contar-te que anda com outra, e nem o devia ter contado, salvo seja, pois só te faz sofrer. O que é que querias? Ficar completamente indiferente? Está certo, o amor livre é isso... mas...* Era isso que ela achava que era o amor livre. E culpabilizava-se por sentir ciúmes, por se sentir magoada. E eu dizia-lhe: *Olha, eu própria também acharia natural. O que estás a sentir é normal! O contrário é que seria...* E ela ficou muito aliviada. Eu era um bocadinho mais velha, já tinha dois filhos. *Se isso me acontecesse, quer dizer, eu não diria... como quem bebe um copo de água... a pessoa sente qualquer coisa!* Eu acho que... acho que a minha geração não discutiu muito isso, mas a do Maio de 68 sim [Mulher anónima, nascida em Lisboa em 1947, entrevistada pela autora em Abril de 2012].

No *Dossier Giela* discute-se o “amor livre”. Para diversas leitoras a adolescente é um exemplo da sua prática: liberdade para explorar a sexualidade com quem se ama, mesmo que antes do casamento. A retórica oposicionista a este conceito de “amor livre”, encontrada entre os comentários de leitoras conservadoras, aponta para três juízos: o “amor livre” não é amor; não se constitui uma criação divina; e não convém à natureza psíquica feminina. Visões mais tradicionalistas ‘decretam’ «proibido o livre exercício do amor, salvo aos homens e sob condições a determinar caso por caso» (M&B, 1976, 3333).

Para leitoras tendencialmente liberais, “amor livre” é sinónimo de «livre exercício do amor», mas não significa ir para a cama com quantos homens se queira (M&B, 1976, 3333).

Será que a liberdade é exclusivo do homem? Será que a sra. considera as mulheres inferiores ao homem? Será que as mulheres não têm os mesmos direitos e terão que ser sempre os eternos objectos que os homens escolhem? No fundo acho que a senhora, como aliás muitas outras mulheres, nem sequer sabe o que é o Amor Livre. Por mim, acho que o amor livre não significa ir para a cama com quantos homens se queira. Amor livre, para mim, é ter liberdade de amar um homem sem se estar a pensar se isso vai agradar aos outros ou não. E como eu acho que nada é eterno, é natural que durante uma vida se ame mais do que um homem, assim como se pode amar um só. O número

²¹¹ Mulher anónima, residente em Lisboa, nascida em 1947. Entrevista exploratória realizada pela autora em abril de 2012.

em si não interessa grandemente, o principal é que as pessoas sejam sinceras e amem verdadeiramente (M&B, 1976, 3343).

“Amor livre” é portanto um amor com sexualidade, conveniente ao homem e à mulher, desde que haja consciência e responsabilidade, mas um amor monogâmico, corajoso, «honesto», «verdadeiro» e indiferente à moral tradicional que interditava a sexualidade feminina desenquadrada do matrimónio, sendo por isso, *transgressivo*. As leitoras-comentadoras mais liberais defendem que certas manifestações mais conservadoras contra o “amor livre” desconheciam o seu significado, ou seja, associam-no a outra aceção, à liberdade de estabelecer relações sexuais sem qualquer motivação afetiva ou amorosa, e sem qualquer expectativa de compromisso.

Tenho 19 anos, sou empregada de escritório, estudo de noite, sou pelo amor livre desde que as pessoas o entendam conscientemente e saibam o que significa na realidade. É essa consciência que se tem de dar ao jovens (M&B, 1976, 3343).

Vale a pena abrir um parêntesis para referenciar a obra *Ser ou Não Ser pelo Amor Livre*, em que diversos jornalistas da imprensa portuguesa de meados dos anos 1970 são chamados a opinar sobre o tema. A iniciativa editorial é da Arcádia, que em 1973 envia um questionário de 13 perguntas, e elaborado pelo jornalista José Silva Pinto, a diversas figuras dos *media*: Natércia Freire, José Jorge Letria, Antónia de Sousa, Eduardo Guerra Carneiro e Pedro Alvim. A primeira questão interroga os entrevistados sobre a forma como entendem o “amor livre”. As restantes abordam o assunto do casamento, do divórcio, das relações sexuais pré conjugais e das uniões livres. O livro só é publicado dois anos depois (em 1975), embora não se explique porquê. Convidada a escrever o prefácio, Maria Teresa Horta define “amor livre” pelo gesto de se fazer amor com quem se quer, só porque se deseja e não porque se ama (Freire *et al.*, 1975), mas considera que a mulher portuguesa sendo ainda não-livre, não pode praticá-lo. Antes de mais, é necessário que se liberte do jugo masculino:

[Amor livre é] [...] uma expressão vulgarmente atribuída à prática sexual livre, mais concretamente: fazer amor com quem nos apetece, sem ter em conta se estamos ou não apaixonados... Quando se diz: ele é partidário do amor livre, normalmente isto quer dizer não que ele se deite com quem lhe apetece (isso sempre foi permitido ao homem) mas que ele não se importa que a sua companheira de ontem (ou mesmo aquela com quem vive) se deite hoje com outro... e aí residiu e reside ainda o escândalo que provoca o chamado amor livre... [...] Porém, o escândalo, o verdadeiro escândalo, só rebenta quando se afirma: ela é partidária do amor livre (Freire *et al.*, 1975: 12-13).

Segundo Maria Teresa Horta, no ato sexual convencional, o papel da mulher era «menor». O homem dava, ela aceitava, obrigatoriamente, «louca de felicidade, o corpo apressado do amante, sem pretender sequer descobrir os seus sítios de prazer» (Freire *et al.*, 1975: 14). O homem atingia o prazer e a mulher – «animal domesticado» – silenciava o seu «fracasso» (Freire *et al.*, 1975: 14). Estávamos perante um modelo de sexualidade que desvalorizava e discriminava ao silêncio o desejo, a excitação e o orgasmo femininos. Para a coautora das *Novas Cartas Portuguesas*, o homem português tinha à época do Estado Novo, e à sua disposição, diversas mulheres com quem ter relações pré ou extramatrimoniais (a prostituta, a «mulher galante, a corista, a mundana, a burguesinha mal casada e a contragosto, alguma criadita, a rapariga do campo, provavelmente a empregada de balcão, a costureirinha...») (Freire *et al.*, 1975: 15). Só que nos tempos do Portugal pós-revolucionário, em virtude de uma certa liberalização dos costumes, as possibilidades de escolha masculina seriam mais vastas. Maria Teresa Horta refere que o homem já poderia fazer amor com «a colega da Faculdade e do emprego, a namorada, a rapariga conhecida numa festa, aquela com quem se vai à praia, a outra que se convida para dançar, etc... mantendo a mesma irresponsabilidade» (Freire *et al.*, 1975: 16). Segundo esta feminista fundadora do Movimento de Libertação da Mulher, o alargamento a partir de finais de 1960, das possibilidades de encontros sexuais para o homem, não era uma situação reveladora de maior liberalização da sexualidade e igualdade de género. A mudança não representava um melhoramento na forma de amar. Mais do que «ir para a cama a torto e a direito», o “amor livre” implicaria ser praticado de forma livre (sem duração definida: um dia, meses, anos), por pessoas livres, na escolha, na dádiva e na entrega, e sem que ninguém fosse transformado em objeto do desejo do outro – esta idealização estaria segundo Teresa Horta longe de ser conquistada no nosso país (Freire *et al.*, 1975: 23).

Outras das figuras femininas que se pronuncia nesta coletânea de depoimentos sobre o “amor livre” é Natércia Freire, também jornalista e escritora. A sua posição é objetivamente mais conservadora. Opõe-se a um mundo dominado apenas pelo sexo, que os estudos de Kinsey teriam promovido nos EUA, e à transferência do papel da mãe, esposa e dona de casa extremosa, para o novo papel da mulher objetificada sexualmente (Freire *et al.*, 1975). Defende o casamento e critica o divórcio. A mulher pode e deve aliás tolerar o adultério masculino sem que isso a faça sentir humilhada. Natércia Freire também discorda das relações sexuais pré conjugais, que lhe parecem ser cada vez mais frequentes. E em relação ao “amor livre”, sublinha que é necessário diferenciá-lo de “sexo livre”, termo que representa uma suposta liberdade, mas que não é mais do que «irresponsabilidade, indiferença, egoísmo,

isolamento sentimental» (Freire *et al.*, 1975: 31). Para a jornalista, o termo “amor livre”, que teria sido inventado pelos homens, destinar-se-ia a dourar uma situação de liberdade sexual que praticavam há milénios e era muito vivida entre os *hippies*.

Já Antónia de Sousa, também jornalista, apresenta no livro *Ser ou Não Ser pelo Amor Livre* duas definições do conceito. A primeira, com que não concorda, é a de liberdade sexual sem amor nem compromisso. A «festa em que se pode participar sem encargos, sem preocupações, que se resolve com um jantar ou um convite para ir lá a casa ouvir o último disco e beber um uísque» (Freire *et al.*, 1975: 108). A segunda, com que se identifica, é a de que o amor para ser amor tem de ser livre, e nesse caso pode incluir a sexualidade, sim, quando for altura disso, se chegar a haver altura para isso, mas como “complemento” de um relacionamento. «[“Amor livre” será então uma] [...] relação amorosa de duas pessoas, emocionalmente adultas, interiormente livres, capazes de permutarem a sua experiência humana, de se darem sem perderem a própria personalidade, sem se deixarem absorver pelo outro» (Freire *et al.*, 1975: 108). Mas Antónia de Sousa lembra que «a tradição cultural impõe que a mulher decente não realize a sexualidade fora do amor (ou será uma prostituta) e os preconceitos sociais obrigam-na a contrair casamento para ter direito a uma vida sexual» – situação que reconhece em fase de mudança à época, começando a mulher portuguesa (tradicionalmente educada para ser objeto sexual do marido) a ter direito ao prazer, a procurá-lo e a tentar ensinar a sua busca, na relação com o parceiro (Freire *et al.*, 1975: 105-106).

Não é por acaso que, ainda hoje, mesmo fazendo uso da liberdade sexual, há uma tão grande percentagem de mulheres frígidas. A educação, que fez que a mulher ignorasse o sexo, deixou-a cheia de inibições mentais que a tornam incapaz de atingir o espasmo. A juventude de hoje venceu, felizmente, o tabu da virgindade [...] Mas não bastou, não basta. É preciso que sintam todo o prazer que a sexualidade pode dar. [...] O prazer aprende-se e ensina-se. A mulher de hoje, consciente do seu direito à sexualidade, ao prazer, tem de reconhecer o ‘seu tempo’ e de o ensinar ao companheiro. Só assim não sairá mais profundamente alienada, mais objecto, da liberdade sexual (Freire *et al.*, 1975: 107-108).

Eduardo Guerra Carneiro, outro dos jornalistas convidado a dar o seu testemunho no livro *Ser ou não Ser pelo Amor Livre*, tem uma abordagem distinta. Lembra que a sua geração (então com 30 anos) por mais progressista que pretendesse ser, não conseguia sacudir ainda a “pesadíssima” carga moral judaico-cristã que carregava aos ombros, impeditiva do «sorriso», da «fraqueza», da «forte fragilidade da ternura», da «serena força da paixão» e da «união total» (Freire *et al.*, 1975: 137-138). Sublinha também que o à-vontade das vivências da

sexualidade pré conjugal era muito diferente em “Lisboa-Portugal” do que no “Portugal-Província”:

“Quem tem medo da sexualidade?”, poderia perguntar [...]. O problema está na libertação individual. Na libertação do corpo. Na possibilidade de romper, cortar: hímen, freio ou cordão umbilical. Reparem: ainda se continuam a contar anedotas sobre a noite de núpcias. Ou não? Vejamos: se o tabu religioso é mais fraco, se entrar numa pensão ou no quarto independente, ou no apartamento de um amigo, namorados ‘corajosos’, de mão-dada, é, já, em certas camadas, natural, o mesmo se não passa na pequena burguesia provinciana (Freire *et al.*, 1975: 140-141).

Pedro Alvim, também jornalista, ensaia no seu depoimento para o livro *Ser ou Não Ser pelo Amor Livre* uma prosa sobre um homem e uma mulher que se encontram, «fazem amor», e ficam abraçados no sono. Segundo a sua visão, o referido «acto amoroso» deixa ambos «vazios». A mulher foi «barco» e não «árvore», ou seja, não se enraizou (Freire *et al.*, 1975: 156). Alvim afirma-se pelo casamento, pela responsabilidade, pela família, embora possa abdicar do Registo Civil. Para si a vida amorosa só faz sentido numa união duradoura. O sexo, livre de entrega afetiva, livre de compromissos, longe da relação, não é recomendável.

[...] não entendo o amor entre homem e mulher como um *week-end*. Essa brevidade do convívio amoroso contribui para degradar as relações humanas. [...] Quem pratica assim o amor é como se deambulasse num *dancing* em busca da mais excitante evolução: ora uma valsa ora um tango ora um batuque. O vazio da existência não se preenche com a variedade fácil – e sim com a construção demorada. [...] Atrevo-me a dizer que *to make love* é a actividade dos preguiçosos físicos e mentais? Pois atrevo-me. Amar exige um voo interior, um apego ao risco da grande e altruísta convivência humana [...] (Freire *et al.*, 1975: 155).

Embora contra o “amor livre” breve, de fim de semana, desenquadrado dos afetos, Alvim defende a liberdade do relacionamento sexual na relação amorosa antes do matrimónio: «o amor exige o conhecimento de todas as letras do corpo» (Freire *et al.*, 1975: 163), é preciso que os noivos vão fazendo a cama para o dia do casamento (desfazendo-a), experimentando-se nos lençóis, conhecendo-se o mais intimamente possível, «comendo-se» um ao outro, expressão de calão que diz usar-se à época. A posição deste jornalista vai também no sentido de defender a experimentação livre e o gozo da sexualidade.

Usem e abusem da imaginação, para que o prazer físico seja verdadeiramente uma festa. Nada de normas moralistas, que mais não são que impedimento ao gozo total dos corpos. ‘Na cama – diz o rufia – não há programa’. E é assim mesmo, dilecta. Faz do teu corpo um grito que chegue até às estrelas (Freire *et al.*, 1975: 163).

À semelhança de alguns dos jornalistas citados em *Ser ou Não Ser pelo Amor Livre*, a advogada Laura Lopes, autora da crónica *A Mulher e a Lei* (M&B, 1974, 3247), também tem uma visão pejorativa do “amor livre” (sexo sem compromisso), estigmatizante e objetificante da mulher. As considerações desta cronista da *Modas & Bordados* distinguem “amor livre” de “acasalamento livre”.

[...] muitas raparigas actualmente pensam que liberdade e igualdade de direitos se traduz em liberdade sexual. O que é errado, tão errado como o mito da virgindade. A liberdade sexual é um desregramento que estigmatiza a mulher, transformando-a em simples objecto de prazer para uso do homem e que nada tem a ver com a liberdade do amor. Amar livremente não é a mesma coisa que acasalar livremente, porque para amar é necessária toda a gama de sentimentos profundos: ternura, paixão, entendimento intelectual e afectivo, sensação de falta do ente querido, amizade. E são todos estes sentimentos que sacralizam o acto sexual no homem e na mulher. Fora disto há mero acasalamento (M&B, 1974, 3247).

Genericamente, o tema do *amor livre* (nas suas diversas aceções) aparece em 18 peças (1%) da nossa amostra dos *media*, entre 1968 e 1978. Até à Revolução dos Cravos não é agendado uma só vez. No segundo momento, é tratado em 3 peças (1% das ocorrências da intimidade neste período), e no terceiro consta de 2% da amostra (15 artigos). No ano de 1976 os *media* agendam mais recorrentemente o tema do *amor livre*: 10 ocorrências, que correspondem a 3% da amostra desse período. Em 1968, em 1973 e em 1978 não existem abordagens. Em 1974 e 1975, o assunto é agendado em 3 e 4 artigos, respetivamente. Os valores são portanto residuais. O *amor livre*, tema emergente da chamada ‘Revolução Sexual’, regista efetivamente um fraco debate na imprensa portuguesa analisada. Na *Modas & Bordados* foi tratado em 10 peças (2% do total desta publicação), no *Expresso* contou com referências em 4 artigos (2,5% do total deste semanário), na *Crónica Feminina* em 3 (0,4%) e no *Diário de Lisboa* só foi agendado em 1 artigo.

No artigo intitulado “Casal privado dos filhos por ‘heterodoxia moral’”, publicado no *Expresso* (1974, 73), dá-se conta de um processo a decorrer no Tribunal de Menores de Lisboa, por práticas de nudismo e “amor livre”: «[...] os fundamentos alegados para a inibição do poder paternal dos pais das crianças, requerido por familiares da mãe, consistem na atribuição àqueles de certos hábitos de conduta, como o de andarem nus dentro de casa em frente das filhas e o de se encontrarem com pessoas do sexo oposto, com quem passeiam e se beijam. Sobre os réus pende ainda a acusação de “amor livre” e da constituição de comunas» (*Expresso*, 1974,73).

Tendo em conta o inquérito às gerações e valores da sociedade portuguesa, desenvolvido em 1995, para a esmagadora maioria dos respondentes não era ainda suficiente que duas pessoas se desejassem mutuamente para o ato sexual ter lugar, mesmo quando esse desejo fosse «movido pela vontade de “passar um bom bocado”» – cerca de 30% dos inquiridos acreditava que o amor era necessário para que duas pessoas tivessem relações sexuais (Pais, 1998: 422).

PRAZER SEXUAL

No debate gerado pela história de Gisela na M&B (1975-1976), o prazer sexual não chega a ser um tema com destaque. As referências são escassas. As leitoras conservadoras consideram o prazer sexual algo vergonhoso, que deve ser refreado pela razão, e que não pode ser entendido como «meta a atingir para a nossa realização pessoal» (M&B, 1976, 3341). Para as leitoras liberais o prazer sexual é “belo” e “natural”.²¹²

Se considerarmos os *media* analisados entre 1968 e 1978, as referências ao prazer sexual também são raras (a sua maioria refere-se ao prazer sexual feminino), surgindo por via do agendamento de chefes de redação/editoras/jornalistas assumidamente feministas ou defensoras da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Na revista *Modas & Bordados* (1975, 3298), na entrevista de Maria Teresa Horta a Simone de Beauvoir, a jornalista refere que em Portugal, mulher que pretenda ter uma «autêntica relação com o seu corpo» é considerada uma «puta». A informação não é chocante para a escritora, que lembra ser o homem quem tradicionalmente tem direito ao «prazer, ao gozo, ao orgasmo» (M&B, 1975, 3298). Maria Teresa Horta queixa-se da sorte das feministas em Portugal, «alcunhadas de taradas sexuais, de putas, de lésbicas» e Simone de Beauvoir replica que este é um problema recorrente noutros países, daí a necessidade de uma “revolução” (feminista) que devolvesse à mulher o direito ao «autêntico prazer» sexual (M&B, 1975, 3298).

Que revolução poderá restituir à mulher o seu próprio corpo, a sua própria sexualidade, o seu direito ao orgasmo, o seu direito ao autêntico prazer, ao desejo, ao fim da solidão onde se afunda, senão na luta levada a cabo por todas nós, mulheres, todas nós juntas, a exigir o que nos é devido? (M&B, 1975, 3298)

Considerando os *media* analisados entre finais dos anos 1960 e 1970, a questão do direito feminino ao prazer sexual é atravessada pela discussão da contraceção, nomeadamente da

²¹² «Sempre ouvi dizer que o que nos dá prazer, em geral, é belo – e não porque os velhos querem fazer daquilo que é belo e natural, uma coisa feia, pudica, vergonhosa, etc.?» (M&B, 1975, 3322).

pílula, que vem permitir à mulher viver a experiência da sexualidade sem os fantasmas da gravidez indesejada.

Orlando Silva Santos, psiquiatra entrevistado pelo suplemento feminino *Modas & Bordados*, refere na peça “E se fossem os homens a tomar a pílula...” (M&B, 1974, 3262), que embora este contraceptivo oral tenha concedido à mulher a possibilidade de «assumir o seu prazer sem riscos de espécie alguma» (M&B, 1974, 3262), em muitos casos não é suficiente, pois psicologicamente estas mulheres não estão ainda preparadas para aceitá-lo.

[Com a pílula] [...] a mulher se sente culpada por sentir prazer, sem ter filhos, exactamente por estar a usar métodos anticonceptivos. São mulheres que, psicologicamente, nunca quiseram separar a função maternal da função fêmea, problema este tão angustiante como o das mulheres que depois da menopausa vêm dizer aos médicos que, se já não podem ter filhos, deixam de ter direito ao prazer nas relações conjugais. São mulheres que no fundo nunca aceitaram a sua própria feminilidade (M&B, 1974, 3262).

Olhando para os dados quantitativos da nossa análise de conteúdo dos *media*, verificamos que o tema *sexualidades* (que agrega as subcategorias *comportamentos sexuais*²¹³, *práticas eróticas sexuais*²¹⁴ e *prazer sexual/orgasmo*²¹⁵) é falado em 133 artigos, representando 9% do total das peças sobre a intimidade. Ao longo da década em estudo, o tema *sexualidades* regista uma evolução bastante expressiva. No primeiro período (até 24 de abril de 1974) consta de 4% dos artigos, no seguinte evolui para 7% e no terceiro momento aumenta para 12%. Analisando ano a ano, verificamos que 1975 lidera o agendamento da subcategoria *comportamentos sexuais* (34 ocorrências, 11% da amostra desse ano) – em 1968 não havia sido mencionada na imprensa em estudo, e no ano de 1973 surgira em uma só peça.

A subcategoria *práticas eróticas e sexuais* regista valores de agendamento muito baixos, quase residuais. O ano com mais ocorrências (9) é 1976: 3% da amostra desse ano. Percebe-se uma evolução positiva deste subtema ao longo da década, mas pouco expressiva. O assunto era quase tabu na imprensa do Estado Novo (1 ocorrência em 1968 e 3 em 1973), mas a democracia não trouxe grandes mudanças ao nível da sua visibilidade na agenda mediática. Em 1974, foram encontradas 7 peças nas 4 publicações. No que diz respeito ao subtema *prazer sexual/orgasmo* parece manter-se o mesmo princípio. Zero registos em 1968, 1 em 1973, e nos anos seguintes uma evolução mínima ou pouco significativa: 3 peças em 1974, 9

²¹³ No primeiro momento representa 1% da amostra, no segundo constou de 6% e no terceiro de 9%.

²¹⁴ Até à Revolução dos Cravos representa 1% da amostra. Em 1974 (de 25 de abril a 31 de dezembro) constou de 3% das peças, e de 1975 em diante de 2%.

²¹⁵ No primeiro momento representa 0,2% da amostra, no segundo consta de 1% das peças, e no terceiro de 2%.

em 1975 e 7 agendamentos em 1976.

A M&B lidera a exposição mediática da categoria temática *sexualidades* com 87 artigos (18% dos totais deste suplemento) – 37 dessas peças fazem parte da tipologia carta de leitor, 32 são artigos noticiosos, 15 são recensões críticas, e as restantes distribuem-se residualmente pelas restantes tipologias. Sublinhe-se o interesse dos leitores pelo tema, e da crítica, sobretudo cinematográfica, graças à explosão da oferta erótica e dita pornográfica no grande ecrã. No *Expresso* fala-se de *sexualidades* em 28 peças (14 delas noticiosas, 11 recensões críticas, 8 artigos de opinião, sendo as restantes, ocorrências da tipologia carta de leitor e outros). No total de artigos deste semanário as *sexualidades* representam 17%. Em termos percentuais, a distância entre a M&B e o *Expresso* não é muito significativa. O DL surge em terceiro lugar na abordagem relativa das *sexualidades*, registando ao longo de todo o período 6 peças (6% do total de artigos da publicação), e a CF surge em quarto lugar com 12 abordagens (2% do total de peças da revista).

O *orgasmo*, subtema desta categoria *sexualidades*, tem 5 ocorrências no *Expresso* e 18 na M&B. Das 5 ocorrências no *Expresso*, apenas uma é anterior ao 24 de abril de 1974, e no contexto de um artigo de fundo intitulado “Breve história da Marijuana” (*Expresso*, 12.5.1973). As restantes são posteriores à Revolução dos Cravos, surgem em 1 artigo publicado em 1976 e em 3 de 1978. Na *Modas & Bordados* todas as referências ao orgasmo são posteriores a abril de 1974. Vejam-se dois exemplos publicados na secção *A Palavra às Leitoras e Cartas de Amor*, respetivamente:

Se uma mulher casada sente com um amante paroxismos eróticos que não sente com o marido, não acha que pode ser do marido a culpa de ela ter arranjado um amante? (M&B, 1975, 3310).

Lendo a carta de uma nossa amiga (Modas 3299) vi o horror que ela tem em ter a certeza que não atinge o orgasmo. Ora acontece que eu, em vinte e tal anos de vida de casada, só atingi o orgasmo no máximo 4 vezes. Hoje tenho um amante, pois assim se pode chamar, pois eu vivo na minha casa e ele na dele e nas nossas relações chego a atingi-lo três vezes. Como se explica o facto, sendo eu a mesma mulher? É um mistério em que tenho pensado muito. Se [a Camila] achar que sou imoral, não me responda. RESPOSTA [de Camila]: Se achasse que era imoral não publicava a sua carta de mulher corajosa e lúcida. É bom ser feliz e é bom pensar. Parece-me que a resposta está dada (M&B, 1975, 3302).

Camila (a jornalista Susana Ruth Vasques) faz corresponder a conquista do prazer sexual feminino à mulher lúcida, feliz e corajosa. Em ambos os testemunhos das leitoras da M&B, o

prazer feminino afasta-se de qualquer sentimento de resignação, repressão ou culpabilização, mesmo quando os “paroxismos eróticos” só acontecem desenquadrados da sexualidade conjugal. Estamos perante a afirmação de *scripts intrapsíquicos* e *interpessoais* muito divergentes dos *cenários culturais* que prevaleciam no contexto da moral sexual conservadora, vigente no Estado Novo. Em ambas as cartas das leitoras se afirma o direito da mulher a explorar o seu prazer sexual, a quebrar o duplo padrão de género que a desinvestia de buscar, experimentar e assumir o orgasmo no contexto conjugal, e muito menos, na relação extraconjugal.

O prazer feminino é efetivamente objeto de discursos *transgressivos* e *reivindicativos* da intimidade a partir da Revolução dos Cravos, sobretudo em contextos sensíveis à emancipação feminina e à igualdade de género, e particularmente quando associados às vivências afetivo-sexuais da juventude.

CONCLUSÃO

A partir da análise de conteúdo dos *media*, cremos que o pós-revolução dos Cravos correspondeu a um momento de ‘desocclusão’ dos discursos em torno dos afetos e sexualidades na sociedade portuguesa. Porém, evidenciam-se marcadas diferenças na forma como a imprensa e seus agentes (jornalistas, *opinion makers* e leitores) discursam e debatem as múltiplas dimensões da vida privada e íntima neste período de transição democrática. A intimidade participa efetivamente da efusividade libertária deste momento revolucionário, mas de forma contextualizada, segmentada, episódica e pontual em determinadas lutas. A principal vantagem e riqueza deste trabalho é exatamente a possibilidade de evidenciar a frequência da ‘palavra’ em matérias afetivo-sexuais na imprensa, mas também detalhar quem a profere, em que momentos a diz e o que defende. Ao longo desta conclusão focamos agentes, contextos, agendas e debates da intimidade que marcam a emergência de uma «pluralidade conjugatória» (Pais, 1998: 408) dos afetos e das sexualidades entre 1968 e 1978.

A nossa análise de conteúdo quantitativa do *Expresso*, *Diário de Lisboa*, *Modas & Bordados* e *Crónica Feminina* evidencia um crescimento muito significativo das *discursividades* em torno da intimidade afetivo-sexual, entre finais da década de 1960 e 1970 no nosso país. A evolução mais retumbante acontece entre 1973 e 1974, de 13% para 22%. A Revolução dos Cravos potencia um clima social de abertura, partilha e experimentação. Assuntos convencionados como pessoais e privados durante o Estado Novo, são trazidos para o debate político e público nos *media*. Afirmam-se identidades, reivindicam-se direitos e assumem-se minorias sexuais, embora de forma ainda tímida e sem impacto expressivo.

Pacheco (2000) defende que é por via das revistas femininas que a disseminação dos valores sobre sexualidade se torna mais regular e consistente a partir dos anos 1960, em Portugal. A avaliar pela nossa amostra, fala-se mais de sexualidade, com maior visibilidade, regularidade, detalhe e numa perspetiva pró liberalizante, em contextos mediáticos sensíveis à discussão do lugar da mulher na sociedade. A mediatização da intimidade é sobretudo recorrente (e consistente) na revista *Modas & Bordados*, mas também ocorre com evidente expressão no semanário *Expresso*. Em ambas as publicações há uma tematização noticiosa dos afetos e da sexualidade, mas também uma promoção de debates em seu torno. A *sexualidade pré conjugal* feminina, a *pornografia* e o *aborto* são os assuntos que alcançam na *Modas & Bordados* e no *Expresso* maior destaque dialógico. Tornam-se objeto de discussão entre

articulistas convidados ou entre cidadãos comuns (anónimos), que deles se apropriam enviando análises críticas e comentários personalizados para as redações.

Em termos gerais, e ao longo do período analisado, o *Expresso* revela interesse significativo em abordar os temas da intimidade, particularmente quando dispõem de uma vertente eminentemente política e jurídica (e.g. o assunto do divórcio, da pornografia, do aborto e da igualdade de género). Consideramos que genericamente o semanário assume uma posição editorial tendencialmente pró liberalizante face aos assuntos agendados.

A revista *Modas & Bordados* é de longe, entre as publicações analisadas, a que agenda de forma mais ‘fecunda’ os assuntos da intimidade. Proporciona aos leitores abordagens diversificadas, aprofundadas e críticas em torno dos afetos e sexualidades, numa linha editorial dialógica, reformista, pró liberalizante e pró feminista. Mas esta é uma posição que se evidencia após a Revolução dos Cravos, particularmente depois de 1975, quando Maria Antónia Fiadeiro assume a chefia de redação da revista. O suplemento M&B assume-se então uma publicação preocupada em informar, debater e promover os direitos da mulher portuguesa e a intimidade afetivo-sexual inscreve-se no horizonte mais lato da ‘luta’ pela igualdade de género. Durante o período marcelista, a *Modas & Bordados* «produzia editoriais com títulos tão insinuantes como “Receber com Arte ou a Dona de Casa Ideal” ou “Mãe ou Esposa? Uma pergunta actual”, sustentando não raras vezes o exemplo dominante da “fada do lar”» (Bebiano, 2003: 87). No pós-revolução, fazem-se opções editoriais que se revelam ainda sensíveis ou chocantes para a época, e as leitoras reagem, manifestam-se. Porém, a revista dá visibilidade às suas reflexões, permite-lhes discutir temas que dizem respeito à vida política, social, cultural, familiar, profissional e afetivo-sexual da sociedade portuguesa de então.

Na *Crónica Feminina*, o assunto da intimidade tem grande incidência, porém, apresenta-se pouco diversificado: amor e casamento são os ângulos de tematização da intimidade mais recorrentes. Além disso, sublinhe-se que a revista publica lado a lado – páginas meias – abordagens paradoxais dos afetos e da sexualidade, tanto conservadoras como progressistas, muito embora prevaleçam as primeiras. Trata-se de uma publicação com um forte carácter tradicionalista manifestando porém algum ensejo de novidade. Na peça intitulada “Do flirt ao noivado” (CF, 1976, 1020) faz-se a apologia da castidade moral e física da jovem, contrária a grandes lições, reflexões e experiências em torno do corpo, do prazer e da sexualidade antes do casamento. No artigo “Sexualidade, uma palavra sem interdição”, defende-se a importância do prazer e sua aprendizagem: «Uma educação sexual em que se iluda o prazer não é educação sexual; equivale a falar de reprodução dos ouriços. [...] Uma boa educação

sexual não é apenas necessária para se iniciar a vida sexual mas também para a continuar» (CF, 1975, 983).

Antes do 25 de Abril de 1974, o *Diário de Lisboa* já abordava o tema da intimidade, e numa linha editorial pró liberalizante das vivências afetivas e sexuais. Ao longo da década regista-se uma ligeira diminuição do seu agendamento.

Reivindicações feministas e homossexuais

As lutas desenvolvida pelas feministas e pelos homossexuais, entre os anos 1960 e 1970, são consensualmente entendidas pela história e sociologia da sexualidade, como fatores-chave na mudança social das últimas décadas, ao nível da intimidade. Qual a sua presença e destaque nos *media* portugueses analisados?

Numa entrevista realizada a Eugénio de Andrade em finais dos anos 1970, o jornalista do *Expresso*, Vicente Jorge Silva, discute com o escritor a transformação das vivências afetivas e sexuais no nosso país, após o 25 de Abril de 1974. Na perspetiva do entrevistador, o país teria evoluído com a Revolução dos Cravos, no sentido de uma democratização da intimidade. O «abrandamento da repressão social» teria permitido «às pessoas encontrarem-se e viverem mais segundo aquilo que são», algo que só um «pequeno grupo de pessoas esclarecidas» conseguiria fazer antes da Revolução de 1974 (*Expresso*, 1978, 291). Na perspetiva do entrevistado a mudança estava por fazer. Predominavam na sociedade portuguesa a homofobia e o machismo, impeditivos da libertação sexual. A Eugénio de Andrade faltavam portanto evidências dessa democratização.

O assunto do *género, da emancipação e do feminismo* evolui, entre 1968 e 1978, de forma crescente na agenda das quatro publicações analisadas. Posiciona-se em quarto lugar no *ranking* dos temas abordados – os três primeiros são o casamento, o amor e o namoro, graças ao contributo massivo da *Crónica Feminina*. Apesar disso, é preciso sublinhar que os *media* escrutinados falam mais de questões de género e de emancipação feminina, do que propriamente de feminismo.

Em 1975, ano em que se celebra o ano internacional da mulher, uma manifestação do MLM, no Parque Eduardo VII, em Lisboa, constitui-se um momento simultaneamente *transgressivo e reivindicativo* da igualdade de género em Portugal, se considerarmos o período estudado. Este movimento feminista pretende denunciar a discriminação das mulheres no nosso país, e propõe-se queimar símbolos da opressão feminina, nomeadamente o código civil, revistas

pornográficas, brinquedos sexistas, objetos da vida doméstica, entre outros. O suplemento feminino d' *O Século* (*Modas e Bordados*, 1975, 3287) publica um artigo de Susana Ruth Vasques sobre a manifestação das feministas, intitulado “Mulher Portuguesa vítima de duas ditaduras”. A peça descreve a violência de uma contramanifestação que vem desmobilizar o protesto do MLM. Segundo a M&B os contra manifestantes rasgam cartazes das feministas e insultam-nas com frases sexistas (“mulheres só na cama”, “vão para casa coser meias, o vosso lugar é em casa, não é na rua. Há muito que fazer num lar, é por isso que os vossos maridos arranjam outras”) (M&B, 1975, 3287). Nas quatro publicações analisadas, as leitoras não se apropriam do acontecimento, não o comentam nem debatem com expressão. As reivindicações dos manifestantes e contra manifestantes, bem como o conflito entre as duas perspetivas, não é significativamente discutido nos *media*.

Logo após o 25 de Abril de 1974, o recém-criado Movimento de Acção Homossexual Revolucionária publica no *Diário de Notícias* e no *Diário de Lisboa* um manifesto *transgressivo* ao nível da intimidade, que se intitula «Liberdade para as Minorias Sexuais». O documento denuncia a «autoritária repressão jurídica e social» a que *gays* e lésbicas portugueses estavam sujeitos, incentiva os homossexuais a reivindicarem a sua «integridade de cidadãos» e fomenta a sua participação em movimentos políticos revolucionários. Mas como Brandão (2008: 15) afirma, «o país não parecia estar ainda preparado para a sua aceitação»: Galvão Teles, do Movimento das Forças Armadas, declara num comunicado na RTP, que este manifesto (juntamente com o das prostitutas de Lisboa) é sinónimo de uma «imoralidade sem precedentes». Nos *media*, não se instala o debate em torno das reivindicações homossexuais. A *homo, bi e transexualidade* é inexpressivamente agendada nas quatro publicações analisadas. Consta de 25 artigos (2% da amostra), agrupando as subcategorias *homossexualidade feminina* (20 ocorrências, 1% da amostra), *homossexualidade masculina* (16 ocorrências, 1% da amostra) e *transexualidade* (2 ocorrências). Até 24 de Abril de 1974²¹⁶ não foi encontrada nenhuma peça cobrindo o tema da *homo, bi e transexualidade*. Entre a Revolução dos Cravos e o final de 1974, os silêncios quebram-se, embora a maioria das abordagens sejam subsidiárias de outros assuntos. Além disso, vigora maioritariamente nestas tematizações uma perspetiva patologizante da homossexualidade, entendida como desvio, que pode e deve ser tratado.

²¹⁶ Para facilitar a análise evolutiva, agrupámos os seis anos analisados (1968, 1973, 1974, 1975, 1976, 1978) em três períodos: *até 24 de abril de 1974* – inclui 1968, 1973, janeiro, fevereiro, março e 24 dias de abril de 1974; *de 25 de abril de 1974 até final desse ano* – rescaldo da Revolução dos Cravos; *de 1975 em diante* – anos de 1975, 1976 e 1978.

O segundo manifesto “imoral” a que Galvão Teles se refere no discurso proferido na RTP, foi assinado por 469 profissionais do sexo (da cidade de Lisboa). No documento listam-se as expectativas destas mulheres, que defendem o “amor livre”, lutam por uma organização sindical, por um instituto que as apoie socialmente, e reivindicam a possibilidade de contribuir para o processo revolucionário. As feministas do MDM – a quem o manifesto é entregue para discussão – demarcam-se dos ideais e exigências destas profissionais, desvalorizando os conteúdos que o documento invoca.

Nos três manifestos (das feministas, dos homossexuais e das prostitutas) há uma associação entre sexualidade e política, um cruzamento entre vivências privadas e públicas. Reivindicase a democratização de direitos ao nível da intimidade. No cenário mediático pós-revolução denunciam-se portanto estigmas de desigualdade, interdição, criminalização, patologização e imoralidade ao nível dos afetos e das sexualidades. Apesar disso, estas reivindicações não alcançam nas publicações analisadas, expressiva visibilidade ou atenção prolongada – são noticiadas, mas não discutidas em profundidade.

O estudo de caso da *sexualidade pré conjugal*

Nos *media* analisados entre 1968 e 1978, o tema da *sexualidade pré conjugal* (abordado no *Dossier Gisela*, estudo de caso qualitativo) alcança na nossa amostra a maior longevidade e participação discursiva. A protagonista do *Dossier* (Gisela, 15 anos) revela em 1975, na *Modas & Bordados*, que na noite do 25 de Abril de 1974, fez amor até ao fim, pela primeira vez, com um primo revolucionário. Rebeldia e autodeterminação retratam a adolescente que conta a sua história pessoal sexual. *A posteriori*, esta narrativa é discutida por dezenas de leitoras da revista, em 33 edições, ao longo de 17 meses. Nas cartas de reação a este manifesto pessoal, discute-se a aceitação social da sexualidade juvenil, a democratização da sexualidade em termos de género e a legitimidade moral do sexo pré conjugal, se enquadrado na relação amorosa.

Nos testemunhos da jovem Gisela e das leitoras que a apoiam, evidenciam-se *scripts* da sexualidade como festa, como descoberta, como exploração legítima do corpo e do prazer. O caso remete-nos para uma juventude (sobretudo feminina) que luta pelo direito a viver as sensações do corpo, a assumir o desejo sexual sempre que houver amor, e a discutir abertamente as problemáticas da intimidade na esfera pública. Trata-se de uma visão muito diferenciada de *cenários culturais* subjacentes em narrativas mediáticas mais convencionais,

promotoras de uma sexualidade devotada à reprodução, desinvestida de emoções e sensações, treinada para a contenção e o pudor.

Em Gisela está patente uma preocupação com o *self* e uma disponibilidade para falar dele, muito distante de outras gerações, que foram incentivadas a não pensar sobre os seus sentimentos (Plummer, 2003a). A adolescente dá conta de uma nova vontade de olhar para dentro e de partilhar *intimidades reveladas* nesse gesto reflexivo. A jovem assume publicamente a sua busca identitária (*projeto reflexivo do self*), a sua pretensão de um relacionamento afetivo igualitário (*relação pura*), e a sua aceitação de uma sexualidade que vale por si, independente da reprodução (*sexualidade plástica*) – estes são elementos que Giddens (2001) reconhece fundamentais nas transformações da intimidade das últimas décadas, próprios da modernidade tardia.

A narrativa de Gisela é simultaneamente *transgressiva e reivindicativa* de novos direitos sexuais (Weeks, 1998), num Portugal em transição política, social e cultural. A adolescente ‘levanta a voz’ contra a falta de diversidade na escolha (e expressão) de caminhos ao nível da intimidade, sobretudo feminina. O seu gesto acende uma discussão pública em torno da democratização das vivências sexuais, no período revolucionário de transição. Como queremos e podemos viver a nossa intimidade no Portugal em pleno processo de construção democrática? – esta é a questão que orienta em termos gerais as cartas das leitoras que participam no *Dossier Gisela*. A discussão sobre *sexualidade pré conjugal* é portanto levada mais longe.

Plummer (1994) valoriza o potencial das *histórias pessoais sexuais*, das *moralidades enraizadas no quotidiano*, que se deslocam do domínio individual para o domínio da comunidade. Defende que sendo divulgadas em contextos adequados, criam empatia e identificação com as audiências. É isso que acontece com Gisela. A *Modas & Bordados* revela-se o contexto mediático certo para a divulgação desta história pessoal. A audiência escuta-a, identifica-se, participa na discussão, contribuindo para a emergência e desenvolvimento contínuo de um novo cidadão, o *cidadão sexual* (Evans, 1993; Weeks, 1998; Plummer, 2003a). A adolescente é exemplar do que Weeks (1998: 49) designa por *would-be sexual citizen*, um experimentador com o *self* e com os relacionamentos, alguém que coloca desafios e reivindicações a uma audiência, requerendo novas respostas de um corpo institucional político. Passadas quatro décadas sobre a publicação da sua carta na M&B, encontrámos mulheres com mais de 50 anos que ainda se lembravam da história da adolescente que fizera amor na noite do 25 de Abril de 1974. Gisela é sinónimo de discussão

pública sobre sexualidade juvenil pré conjugal, ou seja, transforma-se à época numa *narrativa de identidade pública* (Plummer, 2003a).

Desde a data em que a carta de Gisela é publicada até ao dia em que se edita o último comentário das leitoras, a *Modas & Bordados* mantém a mesma atitude de pluralismo, colocando a par cartas elogiosas e críticas, confrontando posições negativas e positivas. Sem a ‘chama’ da discórdia, o debate não teria granjeado tanta durabilidade, visibilidade, foco e riqueza de argumentação. A revista *Modas & Bordados*, porque agenda assuntos sensíveis, dando expressão a visões antagónicas, numa lógica dialógica, é também ela promotora desta nova *cidadania da intimidade*, em crescente afirmação no pós-revolução (Plummer, 2003a). Gisela, as leitoras e a própria M&B, são agentes de uma mudança social ao nível das vivências dos afetos e sexualidades, na transição da ditadura para a democracia, em Portugal. A sua interação, as suas subjetividades e intersubjetividades, são simultaneamente sinais e contributos para uma transformação social da intimidade no nosso país.

Vilar (2009: 24) sublinha que em Portugal, e sobretudo nas últimas quatro décadas, as questões ligadas aos direitos sexuais e reprodutivos têm um «vasto e positivo capital histórico e político», nomeadamente em sede dos direitos das mulheres e dos jovens. Analisando o *Expresso*, o *Diário de Lisboa*, a *Modas & Bordados* e a *Crónica Feminina*, verificamos que as principais mudanças sociais ao nível das vivências íntimas, evidenciadas entre finais dos anos 1960 e 1970, são a democratização do direito à sexualidade, para os jovens e para as mulheres, a dissociação entre sexualidade e casamento, e a cisão entre ato sexual e reprodução – todas elas vigentes no debate que se instala com o *Dossier Gisela*. Na carta de uma leitora enviada à M&B, estabelece-se uma relação sinérgica entre as lutas pela emancipação feminina e as lutas pela ‘emancipação’ juvenil. Fala-se aliás em «luta comum»: «Os nossos filhos, os jovens todos esperam de nós, mulheres trabalhadoras, mães, cidadãs, a palavra e a acção – contributo decisivo para a luta comum. Não os defraudemos» (M&B, 1976, 3333). Em Gisela encontramos essa duplicidade. A sua história pessoal sexual representa uma *transgressão* e uma *reivindicação* relativamente ao que era socialmente expectável em matérias de intimidade, à forma como os jovens e as mulheres poderiam vivê-la (Weeks, 1998). A adolescente transgride (choca) pela sua iniciação sexual aos 14 anos (num contexto de menoridade, longínquo do casamento). Mas também por se tratar de uma rapariga que diz ‘sim’ a uma proposta de sexualidade vivida em espontaneidade, e assumida livremente enquanto usufruto de um direito ao prazer, num momento de festa e euforia, ou seja, exemplar de uma sexualidade que não é reprodutiva (é sim *recreativa*) (Gomes, 1987). A

história da jovem que reivindica uma relação direta entre liberdade política e liberdade pessoal sexual, questiona pressupostos legais²¹⁷, religiosos e morais. Na sequência da carta de Gisela, os comentários das leitoras mais liberais representam um momento *reivindicativo*, também ele em ambas as direções: liberalização da sexualidade juvenil e liberalização da sexualidade feminina.

Ao longo do *Dossier Gisela* conceitos como o de pureza/impureza, saúde/doença, opção/contenção e humanidade/animalidade orientam a reflexão das leitoras à volta da sexualidade. É principalmente em torno destas polaridades que o conflito se estrutura. Para as leitoras mais progressistas a sexualidade é pura quando há clareza informativa, e nessa medida pode ser vivida com saúde, sem culpa, decidida em consciência, numa lógica que nos aproxima da humanidade. Em causa está a busca da identidade de cada um e o exercício de um direito à autodeterminação, num contexto democrático de pluralidade das vivências dos afetos e sexualidades. Para as leitoras mais convencionais, a sexualidade é pura quando há reserva de informações e saberes, contenção nas tentações que conduzem à degradação física (doença) e moral, daí a necessidade de travão nos apelos viciosos dos instintos, que aproximam o homem da animalidade. Em causa está o respeito e a obediência a determinações morais, sociais e religiosas, definidas de forma rígida para o coletivo.

As leitoras mais liberais do *Dossier Gisela* apelam para que a mulher portuguesa segure nas suas mãos as rédeas do seu corpo e da sua sexualidade, que «só a elas diz respeito» (M&B, 1975, 3310). Denunciam a virgindade como «mito»²¹⁸, «tabu», preconceito de outro século, «hipocrisia da moral», «falsa análise da dignidade» feminina (M&B, 1976, 3344). Consideram que o valor-virgindade objetifica a mulher, tornando-a um ser passivo, destinado a servir apenas o prazer do marido. Além disso, julgam a exigência de castidade como uma ferramenta de desvalorização do prazer sexual feminino, abafando «desejos não realizados» e «frustrações» sexuais antes e após o casamento (M&B, 1976, 3343). Atacar o valor da virgindade nupcial da mulher, apresenta-se como uma forma de lutar pela emancipação e igualdade de género ao nível das vivências da intimidade. A perda da ‘inocência’ antes do casamento é reivindicada por Gisela (e por leitoras liberais do *Dossier*), como um gesto de autodeterminação, um exercício de plena liberdade, uma expressão de busca identitária

²¹⁷ Em 1975 mantinha-se ainda em vigor a possibilidade de anulação do casamento pela falta de virgindade nupcial feminina.

²¹⁸ Em 1968, no caderno *Casamento (O Tempo e o Modo*, 1968, 149), Eduardo Prado Coelho define a virgindade como «apenas mais um elemento da mitologia marialva da posse, primazia e soberania, restos de uma mentalidade feudal que hoje forçosamente nos repugna».

feminina. Não representa um déficit, uma perda, uma desqualificação moral, mas um ganho em/e de si próprio: «Tu, Gisela, ao contrário do que dizem, não perdeste a virgindade, ganhaste-te a ti própria» (M&B, 1975, 3317). A luta pela emancipação sexual inscreve-se na luta pela emancipação geral da mulher, num processo mais vasto de afirmação da sua identidade. Porém, mesmo as posições mais liberais em relação à iniciação sexual feminina, advogam a importância de tomar a decisão da iniciação sexual pré conjugal de forma ponderada, com «a cabeça sobre os ombros». As mulheres têm direito a «entregar-se» ou a «dispor de si», a ter prazer sexual, a relacionarem-se com diversos parceiros antes de casar, mas unicamente se os afetos estiverem na sua base decisória. A prática sexual pré conjugal é legítima, se houver amor. Em causa está a negação do paradigma da sexualidade reprodutiva, eminentemente conjugal e desprovida de valor hedonista para a mulher.

A publicação em que se presta mais atenção ao tema da *sexualidade pré conjugal* é a M&B, com 89 ocorrências (19% do total dos artigos deste suplemento). Na *Crónica Feminina* esta tematização surge em apenas 8 peças (1% do total dos artigos desta revista). Os valores contrastantes nas duas publicações revelam que esta discussão não é unanimemente relevante, nos dois contextos mediáticos femininos do pós-revolução.

Entre as leitoras mais liberais do *Dossier Gisela*, defende-se que na transição da ditadura para a democracia, a grande mudança social ao nível da intimidade não estava nas práticas propriamente ditas, mas no seu entendimento e valorização. O que efetivamente se alterava nas vivências íntimas, era a assunção do sentimento de liberdade e do gozo assumido nas performances sexuais. Segundo esta visão mais progressista, antes do 25 de Abril de 1974 imperava o medo, embora os comportamentos fossem semelhantes: «O que se faz hoje é mais liberdade e cada um sente que noutros tempos não se fazia. De facto, fazer, fazia, o que havia era medo para demonstrar ao mundo que também se sentia e gostava» (M&B, 1976, 3332). Em 2005, no posfácio da nova edição de *Sexual Conduct*, John Gagnon defende que se no início do século XXI perguntarmos a um cidadão quantas vezes tem relações com o cônjuge por mês, e compararmos as suas respostas com outro inquérito realizado em meados do século XX, mesmo que os indicadores sejam os mesmos, o seu significado pode ser muito distinto. Efetivamente na discussão gerada por *Gisela* luta-se por uma ressignificação da sexualidade. Mais do que apurar se a perda da virgindade nupcial feminina é à época mais frequente, as leitoras questionam o seu valor, o que representa essa iniciação sexual para as jovens, a forma como pode e deve a mulher portuguesa viver a sua sexualidade. No *Dossier* revela-se também outra tendência: a transmissão (e controlo) de princípios relativos à intimidade deixa de ser

feita essencialmente por via institucional, passando a realizar-se cada vez mais pela influência de fontes difusas, como os *media*, as artes, a escola, etc. (Bozon, 2006).

A influência de propostas eróticas no cinema e literatura

Com o 25 de Abril de 1974 abrem-se as fronteiras à entrada em Portugal de filmes que trazem para o espaço público, a nudez, a sensualidade, o erotismo e a sexualidade. Citando Marcus Collin, Herzog (2006) refere que a pornografia deu um dos mais significativos contributos para a ‘cena’ dos anos 1960.

Num país habituado à sua censura, não passam despercebidas as propostas cinematográficas internacionais, transbordantes de discursos em torno do imaginário erótico e de uma sexualidade *recreativa* (Gomes, 1987). Pacheco (2000: 239) entende que o tremendo sucesso de bilheteira de certos filmes a partir de 1974, em Portugal – como *O Último Tango em Paris* ou *Emmanuelle* – se relaciona com o facto de sermos então «um país sequioso de mironar». Ao nível literário há também um incremento da oferta em torno da sexualidade. São muitas as obras que apostam em discursos documentais, ficcionais, científicos ou pedagógicos sobre o corpo, a fisiologia, a contraceção, o aborto ou a felicidade da vida sexual conjugal. Entram de ‘rompante’ no mercado português, fazendo-se anunciar nos jornais. Nestes livros apela-se aos leitores para que se informem, instruem, experimentem, capacitem e gozem da sua sexualidade, sinais de uma nova sensibilidade erótica que começa a emergir no pós 25 de Abril de 1974 (Pais, 2011). «O erotismo no mundo de hoje é uma realidade que nos cerca e absorve. [...] o nosso espaço é um espaço violentamente erotizado, onde a verdade do sexo a cada instante se impõe. Devemos reconhecê-lo na claridade do discurso, se não quisermos resignar-nos a aceitá-lo na clandestinidade dos nossos actos», escreve Eduardo Prado Coelho, em 1968, no Caderno sobre *Casamento* da revista *O Tempo e o Modo* (1968, 168).

O assunto da intimidade afetiva e sexual em contextos de cinema, literatura, teatro, *media*, desporto e arte, registou 131 ocorrências (9% da amostra) no total das publicações analisadas. Antes da Revolução dos Cravos o assunto é agendado em 6% dos artigos, de 25 de Abril até final de 1974, esse valor quase triplica, ultrapassando os 17%, e de 1975 em diante, declina para 8%. Cinema, literatura, teatro e *media* são os contextos em que a sexualidade é tratada com mais relevo – desporto e arte têm valores inexpressivos. Os temas do *erotismo* e da *pornografia* foram abordados em 96 peças (7% do total da amostra). O assunto cresce abruptamente na agenda mediática entre o primeiro e o segundo momento, de 2% para 14%,

diminuindo para 7% no período seguinte (de 1975 em diante). Entre as publicações analisadas, o *Expresso* revela o maior interesse pelo tema da *pornografia*: 45 ocorrências (28% do seu total de artigos), entre as quais 19 recensões críticas, 18 artigos noticiosos, 15 de opinião, duas cartas de leitor e 3 peças enquadradas na tipologia *outros*. Seis meses após a Revolução dos Cravos, o semanário dá início ao que designa por um “inquérito”, enviado a figuras de referência da cultura, das artes, do cinema e das letras, questionando: a pornografia deve ser proibida, restringida, dificultada, relegada para salas específicas, combatida com medidas de educação sexual? Como diferenciá-la de erotismo (*Expresso*, 1974, 93)? Entre os articulistas com perspetivas mais liberais, salienta-se que a ‘guerra’ ao ‘porno’ que algumas pessoas pretendiam travar à época em Portugal, era efetivamente um equívoco, pois o que se exibia nos grandes ecrãs de salas reputadas, não eram filmes “de” sexo (explícitos), mas apenas filmes “com” sexo. Defende-se que havia portanto uma ideia confusa das fronteiras entre pornografia e erotismo. Além disso, alega-se que a liberdade do homem e da mulher passaria necessariamente por uma vivência livre (sem constrangimentos) do erotismo, e que não se devia reabilitar a moral – “fascista” – dos bons costumes e a sua repressão sexual. Perspetivas mais conservadoras, defendem que a pornografia é cinema de fraca qualidade, que explora abusivamente o corpo feminino e serve interesses capitalistas, aproveitando-se da falta de informação e do excesso de repressão sexual em que o povo português tinha vivido longas décadas. Testemunhos mais liberais contra-argumentam esta visão, a partir da ideia de que a pornografia abre uma janela de reeducação em termos das vivências do corpo, do erotismo e da sexualidade. A reboque deste debate no *Expresso* sobre pornografia, afirmam-se reflexões importantes ao nível da intimidade. Fernando Ribeiro de Mello é um dos nomes que aproveita a discussão para reivindicar direitos de minorias, contribuindo também ele para equacionar a defesa de princípios de uma nova *cidadania da intimidade*. Invoca a necessidade de se caminhar para uma vivência afetiva e sexual plural, democrática, passível de se expressar sem constrangimentos, debatida de forma «frontal» e «clara» desde a escola, garantindo aos indivíduos proteção legal para exercer «o direito à plena expressão da personalidade sexual de cada um» (*Expresso*, 1974, 93). Fernando Ribeiro de Mello denuncia a marginalização, a clandestinização e a ilegalização das minorias sexuais/eróticas no nosso país, à época, bem como a desigualdade de direitos em termos de género em matérias de afetos e sexualidades. No seu artigo de opinião, sublinha a urgência da revolução sexual, da legalização da homossexualidade, da emancipação da mulher, e a necessidade de medidas legislativas e de educação sexual em conformidade com estas alterações. Defende que tendo por base questões morais, uma sociedade democrática não pode tratar de forma

discriminatória (e contrarrevolucionária) os seus cidadãos seja em função da sua sexualidade ou do seu género, dois terrenos de luta política.

Enquanto as chamadas minorias sexuais ou eróticas continuarem marginalizadas dos Estatutos Sociais, enquanto, por exemplo, a ilegalidade e clandestinização da homossexualidade masculina e feminina continuar a ser o prato forte da moralidade à portuguesa, os problemas manter-se-ão e viveremos numa sociedade contrarrevolucionária. [...] nada será possível ou verdade enquanto à mulher não forem garantidos os meios sócio-económicos, culturais e profissionais (políticos) necessários à sua livre e plena expressão, ou seja, à sua intervenção (*Expresso*, 1974, 93).

Analisando a frequência como que o *erotismo/pornografia* foram agendados nos *media* entre 1968 e 1978, verificamos que o *Diário de Lisboa* se segue ao *Expresso*, na sua cobertura: 13 referências (todas de cariz noticioso), 14% do total de peças deste diário. O suplemento feminino M&B segue-se-lhe na terceira posição, com 26 artigos (5% do seu total). Sousa Aguiar, crítico de cinema desta publicação feminina, denuncia a tentativa de certos setores da sociedade fazerem emergir uma «nova censura», sinal de um «novo puritanismo feroz» (M&B, 1975, 3302). Aguiar valoriza «a abordagem de problemas sexuais» – «um dos campos mais importantes da nossa vida de todos os dias» – e defende que o sexual é inseparável do político e do social (M&B, 1975, 3302). Na peça já referida, o crítico de cinema da M&B fala de uma moral imposta «de fora para dentro», de personagens «enredados e asfixiados por normas de uma moral rígida que os impede de serem felizes», do «errado sentimento de culpa ou de pecado», e apela à importância da autodeterminação do indivíduo face às suas vivências íntimas, defendendo uma deliberação moral orientada ‘de dentro para fora’ (M&B, 1975, 3302). À semelhança de Fernando Ribeiro de Mello, Sousa Aguiar contribui também para um contexto crescente de afirmação e reivindicação de uma nova *cidadania*, a *da intimidade* (Plummer, 2003a).

Na *Modas & Bordados* publica-se também em 1976, um outro dossier de relevo sobre este tema, intitulado *Pornografia, o que é?*. Trata-se de mais um fórum espontâneo de discussão entre leitoras, que se afirma na sequência da publicação de um artigo sobre o método de preparação psicoprofilático para o parto. A peça que origina o debate (“Parto preparado – Condicionamento, descondicionamento”) fora ilustrada com imagens documentais do momento de expulsão do parto (M&B, 1976, 3358). As reações negativas não se fazem esperar. Leitoras mais conservadoras escrevem indignadas, classificando as imagens de pornografia escandalosa, imprópria para uma revista de família. Esta comparação remete-nos para uma representação convencional da sexualidade feminina, que identifica o ato sexual,

única e exclusivamente, com a finalidade reprodutiva. Imagens explícitas do parto seriam portanto representações explícitas de sexualidade, ou seja, pornografia. Na visão mais liberalizante de outras leitoras, que escrevem em defesa da forma como o artigo foi ilustrado, as imagens representam apenas o fenómeno “natural” da maternidade, desprovido de qualquer erotismo ou sentido pornográfico, demarcando-se sexualidade reprodutiva de *recreativa* (Gomes, 1987).

Em quarto e último lugar no quadro das publicações analisadas, e no que diz respeito à abordagem do tema *erotismo e pornografia*, encontra-se a *Crónica Feminina*, com apenas 12 peças (2% do seu total). Em 1975, lê-se num artigo: «Depois do 25 de Abril, o cinema que se vê em Portugal passou a ser totalmente diferente, comentando muita gente que “não há fome que não dê em fartura”... Na verdade nunca se viu em país europeu que se saiba tantos filmes sobre temas proibidos [...]», ou seja, sobre sexualidade (CF, 1975, 978). Três anos depois, a publicação volta ao assunto, dando conta dos efeitos da alcançada «fartura». No artigo “O boom do sexo” (CF, 1978, 1450) dão-se graças pelo esmorecimento da «onda de erotismo» e pelo regresso da acalmia às águas do cinema, teatro e *media*. O mercado ter-se-ia «saturado», o público «empanturrara-se» e o sexo tornado «mercadoria» perdia expressividade.

O tema da *pornografia* desperta uma das coberturas mais relevantes da intimidade afetivo-sexual na imprensa portuguesa (1968-1978), embora assuma diferentes formas e expressividades nas publicações analisadas. A sua discussão evidencia e acentua o carácter público e político de assuntos entendidos como pessoais e privados. À semelhança do *Dossier Gisela*, evidencia-se no seu debate (sobretudo no *Expresso*, mas também na M&B) um confronto muito rico de posições antagónicas (liberais e conservadoras), a partir das quais se equacionam sobretudo duas questões da *cidadania da intimidade*: o direito individual (independente do género e da orientação sexual) de se fazer opções livres e de inspirar as vivências afetivo-sexuais como se entender; e a ilegitimidade do Estado em regular a vida privada dos cidadãos.²¹⁹

A propósito da alegada explosão erótica/pornográfica no pós-revolução, no nosso país, Susana Ruth Vasques cita (num artigo intitulado “Pornografia”) um psicólogo francês: «[o corpo] parece ter reencontrado o direito de cidadania. Deixou de ser desprezível para se tornar

²¹⁹ O artigo 33 da Constituição (1976) reconhece a todos os cidadãos o direito à identidade pessoal, ao bom nome e reputação e à reserva da intimidade da vida privada e familiar. Estabelece que é preciso garantir a não utilização abusiva, ou contrária à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e famílias.

quase objecto de culto. O corpo tira ao espírito a sua função moral e ideológica» (M&B, 1974, 3274).

Qual a presença da imagem do corpo nos *media* portugueses? Metade dos artigos da nossa amostra são publicados sem foto (50%) e cerca de 31% com foto sem conteúdo sensual. As situações mais frequentes que se seguem são as de recurso a fotos de enamoramento (9%) e de nubentes (6%). A *nudez integral* – que regista um acréscimo ao longo da década em estudo – surge em apenas 29 peças (2%) e a *nudez parcial* em 3% da amostra (41 artigos, dos quais 30 exibem seios). No *Expresso*, a publicação de *nudez parcial* atinge os valores percentuais mais elevados, seguindo-se-lhe a *Modas & Bordados* (que exhibe a maior percentagem de *nudez integral*).

Imagens retratando *performance erótica/sexual (a dois e em grupo)* ocorrem num artigo do *Diário de Lisboa*, em 2 da *Crónica Feminina*, em 4 do *Expresso* e em 8 da *Modas & Bordados* – trata-se de uma percentagem reduzida, se considerarmos que as liberdades da Revolução do 25 de Abril de 1974 permitiram que imagens de nudez, erotismo e pornografia tenham ‘invadido’ o espaço público, em cartazes de filmes, de espetáculos de teatro, capas de livros e em revistas para adultos, à venda nos quiosques. As fotografias de *performance erótica/sexual em grupo* ocorrem em 6 peças (0,4%) e remetem-nos maioritariamente para o contexto do cinema. No *Expresso* (1975, 151), o artigo “50 mil dólares para a ‘História de O’?” é um dos casos em que a redação optou por ilustrar o texto com uma imagem que inclui *performance erótica/sexual em grupo*. A fotografia merece observações críticas de vários leitores, que adjetivam a imagem de “triste”, “porca”, “desrespeitadora”, “desagregadora” da coesão familiar, especialmente chocante para mulheres e crianças. O semanário publica excertos destes comentários no espaço editorial *Cartas* e responde assumindo-se contra a hipocrisia de silenciamento dos assuntos da intimidade, e contra a tomada de posição dos que acham necessário proteger as mulheres da indignidade de certas realidades da sexualidade, nomeadamente as do sexo em grupo. O *Expresso* denuncia e questiona a menorização da mulher numa sociedade em que os homens, detendo o poder como pais, irmãos e maridos, a relegam à ignorância, nomeadamente em matérias dos afetos e sexualidades. É a defesa da autodeterminação feminina que está novamente em causa, nesta polémica entre o jornal e alguns dos seus leitores.

À semelhança da *sexualidade pré conjugal* e da *pornografia*, também o *aborto* é um assunto que promove o confronto ideológico, a instauração do diálogo ao nível da *cidadania da intimidade*, no espaço mediático do Portugal pós-revolução. Surge em sexto lugar quando

analisados os assuntos da intimidade afetiva e sexual cobertos pela agenda das quatro publicações: consta de 150 artigos (10% do total da amostra). Como se refere numa rubrica da *Crónica Feminina* (1975, 986): «Um dos muitos problemas que a nova situação em Portugal [conquistada com o 25 de Abril de 1974] trouxe à arena da discussão aberta, é o do aborto». A abordagem deste tema tem afinidades com a *contraceção*. Em 1968 não há indícios de ter sido falado na imprensa em estudo. A censura salazarista terá filtrado eventuais intenções de o agendar. No ano de 1973, apesar de persistir o condicionamento da liberdade de imprensa, foram encontradas 6 peças sobre o *aborto* (3% da amostra desse ano). Em 1974, ano da Revolução dos Cravos, a imprensa publica 22 artigos (7% da amostra desse ano), valores que crescem para mais do dobro em 1975 (47 ocorrências, 15%). Ainda assim, é 1976 o ano em que a discussão em torno do *aborto* tem níveis mais elevados: 65 registos (19% da amostra desse ano) – o ano de 1978 apresenta valores inferiores (5%), devido à extinção da M&B.

O *Expresso* tem em matérias de *aborto* a percentagem de agendamento mais elevada (muito próxima da M&B). No semanário o assunto surge em 31 peças (19% do total de artigos da publicação), sendo 24 de natureza noticiosa e as restantes de natureza opinativa. Porém, olhando para os títulos das peças em que é visado, percebemos que se trata maioritariamente de um tema subsidiário. Apenas em 10 dos 31 artigos, a palavra “aborto” sobe ao título da peça, revelando maior centralidade na abordagem – fala-se do tema no contexto do planeamento familiar, da defesa dos direitos da mulher e da defesa do divórcio civil para os casais casados pela Igreja. No DL o *aborto* surge em 14 peças (14% dos seus totais) – apenas um artigo de opinião, os restantes são notícias, e em geral tendencialmente pró-despenalização.²²⁰ Na CF só 15 das suas 757 peças sobre a intimidade afetiva e sexual dão conta do tema do *aborto* (2%) – curiosamente, o assunto da maternidade tem ainda menos exposição nesta revista, surgindo em apenas 8 artigos. Citada por Tavares (2000: 53), Luísa Amorim, dirigente do MDM, defende que «[...] só se consegue problematizar o aborto como um problema político quando se consegue analisar a sexualidade na sua componente não reprodutiva, do direito ao prazer e ao próprio corpo». E essa problematização não é consistentemente feita na revista *Crónica Feminina*.

Na *Modas & Bordados* o tema do *aborto* surge em 90 peças (19% do total de artigos deste suplemento) – 39 são de natureza noticiosa (em muitos casos reportagens ou artigos de fundo) e 33 são cartas de leitoras. A sua cobertura intensifica-se a partir de 1976, depois da exibição

²²⁰ Saliente-se que tanto o *Expresso* como o DL dão cobertura à discussão e aprovação do aborto em França, nomeadamente à lei que em 1975 o despenaliza até às 10 semanas, por iniciativa da Ministra da Saúde Simone Weil.

na RTP da edição do programa *Nome: Mulher* (da jornalista Maria Antónia Palla), em que se faz «um apelo à legalização do aborto, praticado em condições de segurança e sem ofensa à dignidade da mulher» (Palla, 2014: 173). A jornalista é acusada de «indecência e incitamento ao crime»²²¹, a RTP suspende o programa, mas só em 1979 Palla é absolvida. Entretanto, a polémica reportagem dá origem a um agendamento reiterado do assunto noutros meios de comunicação. No suplemento *Modas & Bordados* toma-se posição, com uma capa em que mulheres grávidas amordaçadas e algemadas se alinham em posição de luta, e inicia-se uma campanha, com o *Dossier Aborto: o Crime está na Lei*: «O programa sobre o aborto que foi emitido pela televisão no dia 4 de fevereiro já deu que falar. Já provocou várias reacções a vários níveis. Em suma: o problema do aborto entrou em debate público» (M&B, 1976, 3328).

Publicam-se na M&B diversos artigos citando testemunhos de mulheres e de parteiras, visita-se a prisão feminina de Tires e contam-se histórias das abortadas, intermediárias e abortadeiras que ali cumprem pena, detalham-se reivindicações de movimentos (e.g. *Movimento para a Contraceção e Aborto Livres e Gratuitos*), sublinha-se a necessidade de informação e difusão de contraceptivos nos bairros, fábricas, escolas e zonas rurais, «porque o direito ao aborto e à maternidade se insere na conquista de uma sexualidade livremente assumida» (M&B, 1975, 3302). Na secção *A Palavra às Leitoras*, o assunto também faz correr tinta.

Tendências discursivas: principais presenças e ausências

Alguns temas da intimidade perdem ‘peso’ mediático com a chegada da Revolução dos Cravos. O casamento é o exemplo mais flagrante. Consta de 46% das peças codificadas no período anterior ao 25 de Abril de 1974, mas a sua presença na agenda cai para 35% no segundo período, e para 28% de 1975 em diante. Na revista *Crónica Feminina*, mais conservadora nas abordagens da intimidade, é significativo o declínio da sua cobertura.²²² Pedra basilar da moral íntima no Estado Novo, o casamento representa no pós-revolução um discurso de tradição e continuidade com a ditadura, levando provavelmente, mesmo publicações mais conservadoras, a diversificar as abordagens temáticas das vivências íntimas e a refrear o agendamento reiterado do matrimónio, considerando haver entre os leitores

²²¹ Artigo “História da APF”, acedido online no site da organização, a 14 de novembro de 2015.

²²² Na *Crónica Feminina*, o tema surge em 80% dos artigos codificados em 1968, baixa para 61% no ano de 1973, para 48% em 1974, e os valores mais baixos serão atingidos em 1975 (44%), embora o assunto volte a crescer de importância na revista em 1976 (48%) e em 1978 (53%).

outras perspetivas de relacionamento alternativas (uniões livres) ou outras matérias de interesse mais relevante no universo da intimidade.

O tema do *divórcio* regista um *ciclo de atenção curto* nos *media* analisados. Evidencia-se na passagem da ditadura para a democracia, sobretudo na imprensa generalista, mas perdendo cobertura a partir de 1975, quando se procede à assinatura do protocolo adicional à Concordata, que veio permitir o divórcio civil para católicos.

Entre 1968 e 1978, temas fortes da chamada ‘revolução sexual’ não ‘furam’ a agenda mediática portuguesa. Praticamente não se fala nas 4 publicações nem de “amor livre” nem de poliamor. Outros assuntos, por seu turno, são alvo de agendamento continuado e crescente: o *aborto*, a *contraceção*, a *sexualidade pré conjugal*, as *sexualidades*²²³, a *gravidez*, e os assuntos do *género*, *emancipação e feminismo*. O *aborto* regista um crescimento de 12 pontos percentuais entre o primeiro e o último período²²⁴. A cobertura da *contraceção* ‘sofre’ uma evolução de 11 pontos percentuais²²⁵, a *sexualidade pré conjugal* sobe 9²²⁶, as *sexualidades* 8²²⁷, a *gravidez* 7 pontos percentuais²²⁸ e, por último, a categoria *género, emancipação e feminismo* com 3 pontos de ‘progresso’²²⁹, muito embora seja de salientar que o seu peso na amostra do primeiro período (até 24 de abril de 1974) é já bastante significativo, ou seja, as questões da emancipação haviam sido já equacionadas no contexto mediático do período Marcelista. Todos estes temas remetem para uma dissociação entre sexualidade e reprodução, bem como para a defesa de direitos (femininos) sobre o próprio corpo: o direito a ter vida sexual e a iniciá-la antes do casamento, o direito a planear a gravidez e a interrompê-la, o direito a atenuar a dor no parto, o direito à igualdade de género nos mais variados contextos da vida social. A mulher está portanto no centro das *discursividades* que se afirmam em ciclo crescente (consistente) ao longo da década. O que se propõe nestes discursos prevaletentes é um novo paradigma de construção da identidade feminina, assente na noção de autonomia e apropriação do próprio corpo, suas vivências afetivas e sexuais. Como Pais (1998) defende, as mudanças nos comportamentos sexuais com maiores repercussões nas últimas décadas foram aquelas que possibilitaram maior autonomia feminina, embora com consequências inevitáveis para a sexualidade do homem.

²²³ Categoria que agrega os subtemas *Comportamentos sexuais*, *Práticas eróticas sexuais* e *Prazer sexual/orgasmo*.

²²⁴ 3% no primeiro, 7% no segundo e 15% no terceiro período.

²²⁵ 3%, 9% e 14%, nos três períodos, respetivamente.

²²⁶ 2%, 4% e 11% em cada um dos períodos.

²²⁷ 4% no primeiro, 7% no segundo e 12% no terceiro período.

²²⁸ 4%, 6% e 11%, respetivamente, nos três períodos.

²²⁹ Os seus valores percentuais nos três períodos são: 16%, 18% e 19%.

A *contraceção*, o *aborto* e o *divórcio* registam o mesmo valor percentual (10%) de agendamento na amostra. A cobertura mediática da *contraceção* acentua-se a partir de 1974²³⁰ (e em particular na M&B), mantendo-se o interesse dos *media*, mesmo após a revisão da Constituição (em 1976), que atribui ao Estado a obrigação de promover a informação acerca do planeamento familiar junto dos cidadãos²³¹. A mudança opera-se em termos legais, mas as lacunas informativas e os preconceitos (resistências culturais, morais, religiosas e clínicas) mantêm-se na sociedade portuguesa.

Na abordagem da *contraceção*, certos artigos (noticiosos ou de opinião) reivindicam – objetiva e explicitamente – a importância da diferenciação entre sexualidade e reprodução. «[A sexualidade] é uma forma de realização humana, uma fonte de prazer e integração do indivíduo. Controlar o ‘risco’ de uma gravidez é uma conquista humana. Para as mulheres e para os homens» (M&B, 1975, 3306). Porém, na maioria dos discursos mediáticos em torno do tema, não se reivindica o direito a uma vivência da relação afetivo-sexual em si, e por si. Tão só a necessidade de impedir a parentalidade indesejada, o aumento das famílias numerosas desfavorecidas, o incremento de problemas demográficos, financeiros, sociais, educacionais e psicológicos.

A M&B é a publicação que mais relevo dá à cobertura da *contraceção* (97 peças, 20% dos artigos da revista) – Maria Antónia Fiadeiro, feminista e chefe de redação a partir de 1975, fez parte da APF e deu especial visibilidade às temáticas de intervenção da associação na revista. Na CF encontramos apenas 19 peças em que o assunto é referenciado (3% do total de artigos desta publicação).

Embora não chegue a ser debatida nos *media* analisados com a ferocidade discursiva como o foram outras temáticas, a *contraceção* é exposta (sobretudo na M&B e no *Expresso*) numa lógica de contraditório, evidenciando-se argumentos e reivindicações (abonatórias e críticas)

²³⁰ Ao longo da década em estudo, a categoria temática da *contraceção* sofre um aumento muito significativo na agenda das publicações escrutinadas. Em 1968 não há qualquer ocorrência. Em 1973 surgem 13 peças (7% da amostra desse ano). No ano seguinte (1974) o número de artigos quase duplica (22), muito embora o seu peso percentual não sofra alterações (7%), pelo aumento generalizado de artigos sobre a intimidade afetiva e sexual. Em 1975 registam-se 52 peças, que representam 17% da amostra desse ano. Em 1976, embora se mantenha um ligeiro crescimento do número de artigos (58), o seu peso percentual mantém-se (17%), e em 1978 dá-se uma quebra na cobertura (6 artigos, 3% do total desse ano), objetivamente devido à ausência da M&B na amostra (por via da sua extinção).

²³¹ O Artigo 67.º da Constituição (1976) estabelece que incumbe ao estado o desenvolvimento de uma rede nacional de assistência materno-infantil e a promoção, pelos meios necessários, da divulgação dos métodos de planeamento familiar e organização de estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma paternidade consciente.

em seu torno.²³² A avaliar pelos discursos publicados na M&B, mantêm-se ainda em meados da década de 1970 diversas resistências masculinas à toma da pílula, entre os portugueses, pela liberdade sexual que a toma do contraceptivo alegadamente traria à mulher.

A partir de meados dos anos 1970 quebram-se na *Modas & Bordados* alguns tabus em relação à sexualidade. A masturbação feminina é manchete, fala-se sobre aprendizagem do prazer sexual no contexto do casamento, fazem-se recomendações de Masters & Johnson para disfuncionalidades afetivo-sexuais. São artigos que apontam no sentido de uma afirmação do direito à saúde sexual, passível de tratamento médico ou psicológico em caso de problemas e disfuncionalidades. Nestas peças, maioritariamente importadas da imprensa norte-americana, aborda-se com um à-vontade pouco recorrente, problemáticas como o vaginismo, a ejaculação precoce e a falta de desejo sexual feminino. Integrámos estes discursos numa categoria designada por *medicalização da sexualidade* (29 artigos, 2% da amostra), que inclui quatro subtemas: *infecções sexualmente transmissíveis* (7 ocorrências, 0,5% da amostra), *sexologia/sexólogo/terapia sexual* (9 registos, 0,6% da amostra), *disfunções sexuais masculinas* (7 ocorrências, 0,5% da amostra) e *disfunções sexuais femininas* (15 peças, 1% da amostra).²³³ Os indicadores mostram que a sexualidade saudável não era ainda, à época, um ângulo de amplo interesse mediático. As ocorrências são residuais. Em Portugal, as práticas clínicas relativas à sexualidade começam apenas em meados da década de 1970 a dar os primeiros passos no contexto dos serviços públicos de saúde. Francisco Allen Gomes e Silveira Nunes, ambos psiquiatras (e fundadores da *Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica*, em 1985), criaram as primeiras consultas de sexologia no nosso país, em 1975, nos Hospitais da Universidade de Coimbra e no Hospital de Santa Maria, em Lisboa.

Imediatamente antes da Revolução do 25 de Abril de 1974, o assunto das dificuldades e disfunções sexuais (bem como das possibilidades da terapia sexual) começa a ser agendado na *Modas & Bordados* pela mão de leitoras atentas às novidades internacionais em matéria de

²³² Num artigo sobre planeamento familiar publicado na M&B em 1975, Purificação Araújo contra-argumenta contra a posição da Igreja que apenas tolera o método do calendário (Ogino-Knaus): «[...] toda a cultura que o homem cria, embora procure não ir contra a natureza, esforça-se por dominá-la e por pô-la sob controlo. A conquista da natureza só valoriza a cultura do homem. Além disso, do ponto de vista católico, a Igreja permite um método; a continência. A partir daí, a escolha dos métodos é só um problema de progresso e de cultura. Diz respeito à mãe e ao médico. Há outro aspecto também, e que se prende com a fecundação. Os animais só têm relações no período em que podem fecundar. Se fôssemos levar até às últimas consequências o argumento do natural seria necessário prescrever para os seres humanos as mesmas normas?» (M&B, 1975, 3287).

²³³ A publicação que dá mais relevo ao tratamento do tema da *medicalização da sexualidade* é a *Modas & Bordados* (19 artigos, que correspondem a uma percentagem de 4% no total da amostra deste suplemento feminino). O *Expresso* aborda o tema em 5 peças (3% dos seus totais), a *Crónica Feminina* em apenas 3 artigos (0,4% do conjunto de peças publicadas na revista ao longo do período estudado) e o *Diário de Lisboa* regista 2 tematizações (2% das peças deste jornal).

investigação científica e discursos mediáticos. «“Amo muito o meu marido e ele também me ama, mas não nos entendemos fisicamente. Acha que isso pode diminuir ou arrefecer o nosso amor? Já pensei em consultar um médico, uma vez que se fala tanto nas revistas estrangeiras desse assunto. Mas serão coisas que se aprendam?”» (M&B, 1974, 3243). Outra leitora conta na secção *Correio do Coração* que se preparou devidamente para o “amor sexual”, lendo William H. Masters e Virginia Johnson, bem como outros livros de sexologia (M&B, 1975, 3288). Apesar da informação adquirida, preocupa-se por nunca ter atingido o orgasmo, receia aliás que o marido «dê por isso», e se «volte» «para uma mulher mais completa, menos frígida». Camila aconselha-a a consultar um ginecologista ou um psiquiatra. Lembra que o problema pode ser fisiológico, psicológico ou ambos. Fala na consulta de ginecologia psicossomática do Hospital de Santa Maria (a cargo do psiquiatra Silveira Nunes) e sublinha que problemas deste tipo são muitas vezes resolúveis através de «um diálogo franco a caminho da aprendizagem mútua» entre marido e mulher.

A partir de 1974, há já entre as narrativas pessoais de leitoras liberais, uma preocupação com a relação interpessoal sexual e o com o prazer feminino no contexto conjugal. O psiquiatra Francisco Alvim defende ainda em finais da década de 1960, no caderno *Casamento* da revista *O Tempo e o Modo* (1968, 153) que «a verdadeira ‘relação’ é singular e dual» e que esta é «a característica fundamental da sexualidade humana». Esta perspetiva afasta-se radicalmente de propostas modelares tradicionais, que centravam a sexualidade do casal no objetivo da reprodução, valorizando unilateralmente o bem-estar sexual masculino.

A questão do prazer e do orgasmo (principalmente feminino), bem como a questão do funcionamento e da interação conjugal, tornam-se fundamentais para a sexologia contemporânea em meados do século XX, com Kinsey e com Masters & Johnson (Bozon, 2005). Com estas (e outras) investigações científicas, dá-se uma passagem do casal definido institucionalmente (vivendo a sexualidade como atributo social), para o casal definido de forma «subjectiva e intersubjectiva» (vivendo a relação sexual com preocupação e destaque) (Bozon, 2005: 36).

Continuidade/mudança na transição para a democracia

O 25 de Abril de 1974 traz alterações “imediatas” e “radicais” ao nível das políticas de família e das definições legais dos papéis sociais e conjugais de género (Wall, 2011: 351). A Constituição e o Código Civil de 1976 imprimem uma aproximação de direitos entre marido e

mulher, pai e mãe, filhos concebidos dentro e fora do casamento, uniões seladas pelo casamento ou pela coabitação. Dá-se um reconhecimento político e legal da liberdade individual na condução da vida íntima e privada. Mas a Revolução dos Cravos vem sobretudo «precipitar e apressar» movimentos que foram tomando corpo ainda na década de 1960 (Almeida *et al.*, 2001: 278). Maria Isabel Barreno (1988: 20) defende que na era marcelista havia já «em minorias restritas, intelectuais, urbanas, grandes mudanças nos valores morais e nas atitudes face à sexualidade». A título de exemplo fala em casais que se separam, ou que não chegam a casar-se (vivendo em uniões livres), outros que adotam conceitos e práticas de liberdade sexual.²³⁴ As mentalidades mais liberais face às vivências da intimidade terão variado no Portugal de finais dos anos 1960, provavelmente em função do género, da idade, da escolaridade, da classe social, da filiação política e religiosa, do contexto urbano ou rural. Este é um panorama que ainda desconhecemos. As vivências da intimidade na década de 1960 no nosso país aguardam a atenção aprofundada de estudos futuros.

Para Pacheco (2000: 222), 1974 deu lugar a uma «evolução rápida dos costumes sexuais, traduzíveis no aumento significativo de relações sexuais pré-conjugais e, genericamente, no crescimento das atitudes mais liberais em relação à sexualidade», muito embora reconheça que essa mutação está longe de ser absoluta, pela «coabitação entre modernidade e tradição». Um colapso de valores tradicionais não implica o seu desaparecimento completo (Daoust, 2003). A proliferação de novas histórias da intimidade não implica o desaparecimento de velhas histórias – elas mantêm-se lado a lado (Plummer, 1996: 47).

Para Almeida (*et al.*, 2001: 285-286) deu-se um impacto lento, progressivo, menos visível e espetacular, dos processos sociais no pós-25 de Abril, nomeadamente, no que concerne aos «valores da realização pessoal, da igualdade no casal, da ruptura conjugal por outros motivos que não os da violência doméstica ou da infidelidade, da aceitação da coabitação como forma alternativa de vida conjugal [...]».

O que nos dizem os *media* da mudança social ao nível da intimidade entre finais dos anos 1960 e 1970? Laura Larcher Graça, engenheira agrónoma e funcionária da FAO, defende em 1968, no Caderno *Casamento* publicado por *O Tempo e o Modo*,²³⁵ que seria necessário substituir na sociedade portuguesa a moral «sexofóbica» vigente, por uma nova moral

²³⁴ «Surgem as separações de casais, as uniões livre, a liberdade sexual como conceito e como prática, a discussão de novas propostas de vida, os colectivos, a mudança de papéis. Fundamentalmente, todos estes movimentos se passaram em grupos também mais ou menos activamente comprometidos numa ou noutra oposição política» (Barreno, 1988: 21).

²³⁵ Em resposta ao “inquérito” promovido pelo Caderno *O Casamento (O Tempo e o Modo, 1968, 168)*.

«afirmadora do sexo» (*O Tempo e o Modo*, 1968, 168). Na transição da ditadura para a democracia, verifica-se nos *media* esta tendência. Algumas publicações substituem uma agenda tendencialmente receosa da palavra e da imagem relacionada com a sexualidade, por uma agenda evocativa, promotora da discussão (de certos temas) da intimidade. Mas a Revolução dos Cravos não traz consigo informação a todos os meios, quebrando todos os interditos dos afetos e sexualidades.

Entre 1978 e 1981, a *Comissão da Condição Feminina* desenvolve um projeto de informação, educação e comunicação sobre planeamento familiar (coordenado por Ana Vicente e Maria Reynolds de Sousa, com apoio do fundo das Nações Unidas) (Vicente, 1987). O projeto estabeleceu com a *Crónica Feminina* uma colaboração regular, que previa a publicação de textos sobre o tema. Entre abril de 1979 e março de 1982 foram recebidas mais de 10 000 cartas das leitoras (e alguns leitores) na CCF (Vicente, 1987), colocando questões sobre a comunicação da sexualidade entre pais e filhos, menstruação, relações sexuais no namoro, virgindade, contraceção, parto, infertilidade, aborto, esterilização, disfunções sexuais, gravidez na adolescência, violência na família, entre outros temas (Vicente, 1987). Nestas cartas fazem-se agradecimentos emocionados pelos esclarecimentos sobre o tema que a CCF publica semanalmente na *Crónica Feminina*. A sede de saber destas mulheres é imensa, a falta de fontes acessíveis também. Entre 1968 e 1978, período que dedicámos à análise dos *media*, esta revista popular apresentara uma tendência marcadamente conservadora, na cobertura dos temas da intimidade. Como já referimos, mesmo o assunto da *contraceção* tinha uma visibilidade reduzida.

Genericamente, a nossa análise dos *media* remete-nos para um processo lento de mudança social ao nível da intimidade, carregado de simultaneidades (e conflitualidades) entre valores conservadores e progressistas. Em certas dimensões, aparenta ser um processo que avança mais rapidamente (por exemplo, o tema da contraceção), noutras parando enquanto avança (e.g. homossexualidade).

A partir da análise da imprensa, observámos tendências, processos reivindicativos, iniciativas concorrentes para a ‘destabuização’ e liberalização da intimidade em Portugal, mas de forma moderada. Em geral, não há uma radicalização dos discursos. Com a Revolução do 25 de Abril de 1974 as vivências da intimidade dos portugueses ganham um enquadramento de maior liberdade, catalisador de expressões, informações, reinterpretações, reivindicações e manifestações, tanto individuais como coletivas. O *Movimento de Libertação da Mulher*, o *Movimento Pró-divórcio*, a *Associação para o Planeamento da Família* e o *Movimento para*

a *Contraceção e Aborto Livre e Gratuito* são exemplos de organismos que contribuíram para o agendamento de temas no pós-revolução, nomeadamente, os da emancipação feminina, do divórcio, da contraceção e do aborto.

Em contextos mediáticos tendencialmente liberais, a sexualidade, o erotismo e o corpo são revisitados e debatidos, enquanto ‘objeto’ de natureza política, social, cultural, dando-se na passagem da ditadura para a democracia, alguns passos importantes para o entendimento da sexualidade enquanto elemento determinante de um processo mais vasto de construção da identidade (Giddens, 2001) e de uma *cidadania da intimidade* (Plummer, 2003a). Para além dos manifestos de movimentos que se formam (ou reforçam) no pós-25 de Abril de 1974, surgem também narrativas individuais, cidadãos como Gisela, reclamando direitos, nomeadamente os de fazer as próprias escolhas em sede da vida íntima, independentemente das determinações políticas, sociais e culturais convencionais. As cartas de leitoras que chegam às redações das publicações analisadas, sobretudo à *Modas & Bordados*, expondo e debatendo os direitos da mulher no pós-revolução, são também sintoma desta busca individual por uma democratização da intimidade afetiva e sexual em termos de género, menos repressiva, menos desigual e menos dual.

Plummer (2003a) diferencia 5 tipos de posições com discursos de contestação moral, ao nível da *cidadania da intimidade*: *tradicionalismo* (vê caos à sua volta, procura um regresso ao passado, a uma voz autoritária e firme em termos morais), *progressismo* (reconhece o significado da mudança contemporânea), *relativismo* (adopta que cada um deve seguir a sua consciência), *metacriticismo* (transcende a sociedade no seu todo, daí elaborando críticas) e *dialogismo* (rejeita uma posição monológica e defende mutualidade de vozes). O estudo de caso Gisela, e outros debates (e.g. pornografia e aborto) revelam a presença e embate de três destas posições na nossa amostra mediática: *tradicionalismo*, *progressismo* e *relativismo*.

Alçada Baptista escrevia em 1968, no artigo “Reflexões sobre o casamento” (*O Tempo e o Modo*, 1968, 30) que se estava a «atravessar um período extraordinariamente difícil», de «advento», mas ainda de conflito: um «tempo de passagem entre o tempo da escravidão e o tempo da liberdade». Designa esse momento por um «tempo híbrido onde as regras da liberdade baralham e perturbam completamente os escravos e as regras da escravidão atrofiam os homens livres» – a promessa de uma sociedade livre teria de passar por uma «libertação interior» dos indivíduos (*O Tempo e o Modo*, 1968, 30). Na mesma publicação, citando Nietzsche, Eduardo Prado Coelho afirma: «dizem que nós somos os destruidores da moral, mas nós somos apenas os inventores de nós próprios» (*O Tempo e o Modo*, 1968, 148).

Na transição da ditadura para a democracia evidencia-se nos *media* analisados, focos de contestação à regulação social da sexualidade por princípios absolutos. À semelhança do que acontece no ocidente nas últimas décadas, também a sociedade portuguesa dos anos 1960 e 1970 dá sinais de uma tendência de substituição progressiva dos controlos e disciplinas externas aos indivíduos, por controlos e disciplinas internas (Weeks, 1995; Scott, 1998; Giddens, 2001; Bozon, 2005). Para certos portugueses, em certos contextos mediáticos, em certos assuntos da intimidade, a transição da ditadura para a democracia é um momento de reflexão, busca e reinvenção.

[...] o 25 de Abril também invadiu a vida privada dos casais e das famílias, embora nem sempre da mesma forma. Para uns, que já defendiam ou que na altura descobriam os valores da conjugalidade moderna, foi uma época que permitiu uma maior liberdade de expressão e de acção; para outros, confrontados com mudanças legislativas e éticas, obrigou a uma comparação entre os valores antigos e os novos, a um balanço das vantagens e desvantagens da mudança, conduzindo não só a um questionamento dos comportamentos tradicionais e a uma abertura a outros valores, mas também a novas vontades em experimentar e mudar (Almeida *et al.*, 2001: 285).

Seidman (2010) defende que entre os anos 1920 e 1930, ocorre nos EUA uma *sexualização do amor* e uma *erotização do sexo*, contextualizada por uma enxurrada de livros, monografias, e publicações periódicas escrutinando todo e qualquer aspeto da intimidade. Esta vasta produção discursiva sugere aos seus leitores que as convenções matrimoniais estavam em mudança, que era dever conjugal do homem e da mulher explorar e experimentar o prazer sexual, passando a ser aceitável no contexto do casamento uma nova linguagem (técnicas, posições, zonas eróticas) – «o prazer sexual estava [no entanto] casado com a cultura do amor romântico» (Seidman, 2010: 179). Com a chamada ‘revolução sexual’ da década de 1960 e 1970, perde-se esta conexão entre erotismo e amor romântico. O prazer sexual passa a ser tolerado mesmo se desconetado do amor ou do casamento. O sexo é valorizado como uma fonte de prazer e de expressão do *self* (Seidman, 2010).

Nos *media* portugueses analisados, evidencia-se em contextos mais liberais uma *sexualização do amor*, reivindicação sobretudo feminina, mas não uma ampla *erotização da sexualidade*. Embora tenha sido agendada e discutida nas publicações escrutinadas, a reivindicação do direito à erotização do sexo não é amplamente defendida nos suportes jornalísticos, de opinião, ou nas secções devotadas à palavra dos leitores. Intelectuais e artistas fazem no *Expresso* a sua defesa, em particular tratando-se da sua expressão no cinema, mas esta não é uma posição recorrente. Mesmo em contextos editoriais tendencialmente liberalizantes, são

mais frequentes perspectivas contrárias à erotização da sexualidade, alegando-se a exploração capitalista do corpo ou a objetificação da mulher.

Na imprensa portuguesa, e na passagem da ditadura para a democracia, não parece haver lugar para uma consistente *transgressão e reivindicação* do direito ao erotismo e ao prazer sexual desagarrado dos afetos. O sexo sem amor – o prazer sexual em si, por si – não é um discurso com projeção e afirmação mediática. Entre os finais de 1960 e 1970, o “amor livre” ensaia-se nas páginas dos jornais e revistas analisados, em especial no que respeita às vivências íntimas dos jovens e das mulheres, mas enquanto liberdade para amar.

Que evolução na Revolução? Que revolução na evolução?

Regressemos à questão central desta pesquisa. Terá havido mudança social ao nível da intimidade na transição da ditadura do Estado Novo para a democracia? Poder-se-á falar de uma revolução sexual em curso?

É inegável uma visibilização dos discursos mediáticos em torno da intimidade entre 1968 e 1978. Fala-se efetivamente mais de afetos e sexualidades nos *media* analisados. Mas não se fala com a mesma frequência, amplitude e a mesma permissividade, de todos os temas, em todas as publicações e em todos os momentos.

Com a Revolução de 1974, e o fim da censura, a sexualidade ganha um pendor público e político, mas é preciso notar que esta perspectiva é também alvo de ataques. Visões mais conservadoras reclamam pelo regresso de uma lógica tabuizante, e pela restrição da intimidade à esfera do pessoal e do privado.

A saúde sexual, o bem-estar e a felicidade do casal começam a surgir em alguns discursos, contrariando anteriores valorações de índole exclusivamente moral. Publicam-se artigos na *Modas & Bordados* sobre iniciativas de medicalização da sexualidade no mundo e certas leitoras perguntam-se se a sexualidade se aprende, se melhora, e como?

Em matéria de direitos sexuais, também se firmam reivindicações. O direito a uma sexualidade feminina recreativa, baseada no amor, independente do casamento. O direito a uma sexualidade reprodutiva, devidamente esclarecida e planeada. O direito à interrupção da gravidez. O direito a novas formas de relacionamento para além do casamento e a ter filhos legítimos nesses novos enquadramentos. O direito à homossexualidade, despatologizada, despenalizada, e não mais socialmente discriminada.

Embora sejam muito diversos os assuntos da intimidade que furam a agenda dos *media* portugueses entre 1968 e 1978, nem todos granjeiam um potencial dialógico entre os jornalistas, entre os *opinion makers* e os leitores. Muitos deles não despertam reflexão nem debate. Outros sim, transformam-se em focos de *transgressão e reivindicação* (Weeks, 1998) da *cidadania da intimidade* (Plummer, 2003a), sobretudo a partir do pós-revolução. As temáticas da sexualidade juvenil, da sexualidade feminina, do direito ao erotismo e do direito ao aborto são os focos de mais intenso diálogo e reivindicação dessa cidadania íntima, revelando-se sobretudo em esferas mediáticas sensíveis à igualdade de género.

Com a Revolução dos Cravos as vivências da intimidade dos portugueses ganham efetivamente um enquadramento de maior visibilidade, pluralidade e liberdade. São aprovadas determinações legais na Constituição de 1976 e no Código Civil de 1977, verdadeiramente revolucionárias das vivências da intimidade, da conjugalidade, da parentalidade, da igualdade de género. O Estado recua no direito a definir as escolhas íntimas dos cidadãos, os cidadãos avançam na vontade de as assumir.

Mas olhando apenas para a imprensa não é possível saber se esta maior visibilidade e tendencial liberalização da intimidade corresponde a uma efetiva mudança nas práticas. Como Escoffier (2015) assinala, nas décadas de 1960-70, o sexo entra de forma nunca antes vista nos debates públicos nos EUA, porém, não existem provas de mudanças efetivas nas práticas da vida privada.

Olhando para os *media* entre 1968 e 1978, verificamos que a «moral sexofóbica» do Estado Novo dá efetivamente lugar a uma tendência de «afirmação da sexualidade», como Laura Larcher Graça reivindica no Caderno sobre o *Casamento d’O Tempo e o Modo* (1968, 168). Mas esta mudança é lenta, carregada de simultaneidades, conflitualidades, defendida em contextos urbanos, juvenis, estudantis, pró-feministas, intelectuais, artísticos e entre os chamados católicos progressistas. Ou seja, a transformação não é nem abrupta nem ampla nem profunda. Não é portanto revolucionária. Certos agentes, em certos contextos, em relação a certos assuntos, e em certas esferas mediáticas e públicas, pensam e reivindicam a mudança, no sentido de uma *cidadania da intimidade*, que se mantém em construção paulatina até aos dias de hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboim, Sofia. 2006. *Conjugalidades em Mudança*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, Sofia. 2011. «Vidas conjugais: do institucionalismo ao elogio da relação». In *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias*, coord. Ana Nunes de Almeida, Lisboa: Círculo de Leitores, 80-111.
- Aboim, Sofia. 2013. *A Sexualidade dos Portugueses*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Alão, Ana Paula. 1989. «Amor e sexualidade: mudança de comportamentos». In *Portugal Contemporâneo (1958-1974)*, dir. António Reis, Lisboa: Alfa, 367-380.
- Albuquerque, Afonso. 1970. «Uma introdução à psicologia da sexualidade», *O Tempo e o Modo*, Março, 71.
- Albury, Kath, Nina Funnell, e Estelle Noonan. 2010. «The politics of sexting: young people, self-representation and citizenship». Comunicação apresentada na Australian and New Zealand Communication Association Conference “Media, Democracy and Change”, Camberra, Austrália, Old Parliament House, 7-9 July.
- Almeida, Ana Nunes de, e Karin Wall. 2001. «Família e quotidiano: movimentos e sinais de mudança». In *O País em Revolução*, coord. J. M. Brandão de Brito, Lisboa: Editorial Notícias, 277-309.
- Almeida, Miguel Vale de. 2003. «Antropologia e sexualidade – Consensos e conflitos teóricos em perspetiva histórica». In *A Sexologia - Perspectiva Multidisciplinar II*, coord. Lúcia Fonseca, Catarina Soares e Júlio Machado Vaz. Coimbra: Quarteto, 53-72.
- Anónimo. 1961. «Carta a uma jovem portuguesa», *Via Latina*, 19 de abril, 130.
- Araújo, Maria da Purificação. 1987. «A sexualidade e a OMS». In *Sexologia em Portugal: Sexualidade e Cultura*, coord. Francisco Allen Gomes, Afonso Albuquerque e Júlio Silveira Nunes, Lisboa: Texto Editora, 191- 194.
- Azevedo, Cândido. 1999. *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Caminho.
- Bajos, Nathalie, e Michel Bozon. 2008. *Enquête sur la Sexualité en France: Pratiques, Genre et Santé*. Paris: Éditions La Découverte.
- Balsemão, Pinto. 2012. «O Regime e a Ala Liberal». In *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, org. Rui Ramos e Manuel Braga da Cruz, Porto: Porto Editora, 167-177.

- Baptista, Alçada. 2006. «A Aventura da Moraes». In *A Aventura da Moraes*, coord. Teresa Tamen. Lisboa: CNC, 25-44.
- Barreira, Cecília. 1993. *Confidências de Mulheres: Anos 50-60*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Barreno, Maria Isabel. 1988. *O Direito ao Presente: Um Estudo sobre a Juventude Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Barreto, António, org. 1996. *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Bebiano, Rui. 2003. *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebeldia e Resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus.
- Botton, Allain de. 2000. *Ensaio sobre o Amor*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Bourdieu, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bozon, Michel, e Henri Leridon. 1993. «Les constructions sociales de la sexualité». *Population*, 5: 1173-1196.
- Bozon, Michel. 1999. «Les significations sociales des actes sexuels». *Actes de la recherche en sciences sociales*, 128: 3-23.
- Bozon, Michel. 2005. *Sociologie de la sexualité*. Paris: Armand Colin.
- Bozon, Michel. 2006. «Libération sexuelle ou déplacement des controles? Discours, normes et conduites». In *Genres & Sexualités*, dir. Elsa Dorin e Éric Fassin, Paris: Bibliothèque Centre Pompidou, 145-160.
- Branca, Rubina. 1945. *O Guia das Mães*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial O Século.
- Brandão, Ana Maria. 2008. «Breve contributo para uma história da luta pelos direitos de gays e lésbicas na sociedade portuguesa». Comunicação apresentada na Semana Pedagógica União de Mulheres Alternativa e Resposta (U.M.A.R.)/Associação Académica da Universidade do Minho (A.A.U.M.), Braga, Universidade do Minho, 17 de Abril.
- Brasão, Inês Paulo. 1999. *Dons e Disciplinas do Corpo Feminino: Os Discursos sobre o Corpo na História do Estado Novo*. Lisboa: Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Cádima, Francisco Rui. 2001. «Os “media” na revolução (1974-1976)». In *O País em Revolução*, coord. J. M. Brandão de Brito, Lisboa: Editorial Notícias, 321-358.

- Caetano, Marcello. 1967. «Juventude de hoje, juventude de sempre». *Rumo* (Separata), 126: 5-21.
- Calvo, Kerman, e José Ignacio Pichardo. 2011. «Sexualities transformed? Inside visions of sexual, social and political change in Spain». *Sexualities*, 14, n.º 5: 503-508.
- Campos, Ana. 2007. «Sexualidade e feminismo». In *O Longo Caminho das Mulheres, Feminismos 80 Anos Depois*, org. Lúcia Amâncio, Manuela Tavares; Teresa Joaquim e Teresa Sousa de Almeida, Lisboa: Dom Quixote, 281-291.
- Cardina, Miguel. 2008. *A Tradição da Contestação*. Coimbra: Angelus Novus.
- Carpenter, Laura. 2002. «Analysing textual material». In *Handbook for Conducting Research on Human Sexuality*, ed. Michael W. Wiederman e Bernard E. Whitley, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 327-344.
- Carreira, Henrique Medina. 1996. «A educação». In *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*, org. António Barreto, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 423-446.
- Casamento*, Cadernos *O Tempo e o Modo*, 2, Março de 1968.
- Casimiro, Cláudia. 2011. «Tensões, tiranias e violência familiar: da invisibilidade à denúncia». In *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias*, coord. Ana Nunes de Almeida, Lisboa: Círculo de Leitores, 112-140.
- Cocks, Harry. 2011. «"Oh, it was different then". Marriage, sexuality and the body before the Sixties». *Twentieth Century British History*, 22, n.º 1: 114-119.
- Collin, Françoise. 1991. «Diferença e diferendo. A questão das mulheres na Filosofia». In *História das Mulheres no Ocidente: O Século XX*, coord. Georges Duby e Michelle Perrot, Lisboa: Edições Afrontamento, 315-350.
- Collins, Kathleen, Anthony Onwuegbuzie, e Ida Sutton. 2006. «A model incorporating the rationale and purpose for conducting mixed-methods research in special education and beyond». *Learning Disabilities: A Contemporary Journal*, 4, n.º 1: 67-100.
- Cook, Hera. 2005. «The english sexual revolution: Technology and social change». *History Workshop Journal*, 59: 109-128.
- Corrêa, Sonia, Rosalind Petchesky, e Richard Parker. 2008. *Sexuality, Health and Human Rights*. London and New York: Routledge.

- Correia, Natália. 1978. *Não Percas a Rosa: Diário e Algo Mais (25 de Abril de 1974 – 20 de Dezembro de 1975)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Costa, João Bénard da. 2003. *Nós, os Vencidos do Catolicismo*. Coimbra: Edições Tenacitas.
- Costa, João Bénard da. 2006. «O Tempo e o Modo». In *A Aventura da Moraes*. Coord. Teresa Tamen. Lisboa: CNC, 63-74.
- Costa, João Bénard da. 1974. «O acto e a aposta», *Expresso*, 4 de Maio.
- Cova, Anne, e António Costa Pinto. 2002. «Women under the Salazar's dictatorship». *Portuguese Journal of Social Science*, 2: 129-146.
- Cova, Anne. 2012. «História da Maternidade: em que ponto estamos?». *Cadernos de História*, 12-16: 163-185.
- Creswell, John. 2003. *Research Design. Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. 2.^a ed. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Creswell, John, Ron Shope, Vicki Plano Clark, e Denise Green. 2006. «How interpretive qualitative research extends mixed methods research». *Research in the Schools*, 13, n.º 1: 1-11.
- Daoust, Valérie. 2005. *De la Sexualité en Démocratie: L'individu Libre et ses Espaces Identitaires*. Paris: Press Universitaires de France.
- Díaz, Raquel Rodríguez. 2012. «Medios de comunicación, políticos e ciudadanía: relaciones en el estudio de sus agendas». In *Communication and Social Life – Studies in Honor of Professor Esteban López-Escobar*, edi. Maxwell McCombs e Manuel Martín Algarra, Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, 549-560.
- Donati, Pierpaolo. 2006. *Repensar la Sociedad*. Madrid: Ediciones Internacionales Universitarias.
- Driscoll, David Afua Appiah-Yeboah, Philip Salib, e Douglas Rupert. 2007. «Merging qualitative and quantitative data in mixed methods research: How to and why not». *Ecological and Environmental Anthropology*, 3, n.º1. Acedido a 10 de outubro de 2014 em <http://digitalcommons.unl.edu/icwdmeea/18>
- Duarte, Luiz Fernando Dias. 2004. «A sexualidade nas ciências sociais. Leitura crítica das convenções». In *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*, org. Adriana Piscitelli, Maria Filomena Gregori e Sérgio Carrara, Lisboa: Garamond Universitária, 39-80.

- Escoffier, Jeffrey. 2015. «La pornographie, la perversité et la révolution sexuelle». In *Révolutions Sexuelles*, dir. Alain Giami e Gert Hekma, Paris: La Musardine.
- Ergas, Yasmine. 1991. «O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980». In *História das Mulheres no Ocidente: O Século XX*, coord. Georges Duby e Michelle Perrot, Lisboa: Edições Afrontamento, 582-611.
- Evans, David. 1993. *Sexual Citizenship: The Material Construction of Sexualities*. London and New York: Routledge.
- Evans, Sara 2009. «Sons, daughters, and patriarchy: Gender and the 1968 generation». *American Historical Review*, 114, n.º 2: 331-347.
- Ezzy, Gouglas. 2002. *Qualitative Analysis*. London: Routledge.
- Ferré, Joan Vendrell. 2003. «Del cuerpo sin atributos al sujeto sexual: sobre la construcción social de los “seres sexuales”». In *Sexualidades. Diversidad y Control Social*, edi. Guasch, Oscar e Olga Vinuales, Barcelona: Edicions Bellaterra, 21-44.
- Ferreira, Paulo Antunes. 1998. «Atitudes perante a vida, moralidades e éticas de vida». In *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, coord. José Machado Pais, Lisboa: SEJ-ICS, 61-147.
- Ferreira, Paulo Rodrigues. 2009. «Culturas de protesto em Portugal na imprensa periódica (1968-1970)». Tese de mestrado em História, com especialização em História Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Ferreira, Pedro Moura, e Manuel Vilaverde Cabral, org. 2010. *Sexualidades em Portugal: Comportamentos de Risco*. Lisboa: Editora Bizâncio.
- Ferreira, Vítor Sérgio. 2011. «Modas e modos: a privatização do corpo no espaço público português». In *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias*, coord. Ana Nunes de Almeida, Lisboa: Círculo de Leitores, 242-276.
- Filha, Constantina Xavier. 2005. «Discursos da intimidade: imprensa feminina e narrativas de mulheres-professoras brasileiras e portuguesas na segunda metade do século XX». Tese de doutoramento em Educação, São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- Foucault, Michel. 1994 [1976]. *História da Sexualidade – I: A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio d'Água.

- Franco, Graça. 1993. *A Censura à Imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Freire, Isabel. 2010. *Amor e Sexo no Tempo de Salazar*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Freire, Natércia *et al.*, 1975. *Ser ou não ser pelo amor livre*. Lisboa: Arcádia.
- Gagnon, John. 1999. «Les usages explicites et implicites de la perspective des scripts dans les recherches sur la sexualité». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 128: 73-79.
- Gagnon, John. 2004. *An Interpretation of Desire*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Gagnon, John e William Simon. 2005. *Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality*. 2.^a ed. New Jersey: Aldine Transaction.
- Garton, Stephen. 2009. *História da Sexualidade: Da Antiguidade à Revolução Sexual*. Lisboa: Estampa.
- Giarni, Alain. 1999. «Cent ans d'hétérosexualité». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 128: 38-45.
- Giddens, Anthony. 1991. *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, Anthony. 2001. *Transformações da Intimidade, Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Oeiras: Celta Editora.
- Girard, Françoise. 2008. «Negotiating sexual rights and sexual orientation at the UN». In *SexPolitics: Reports From the Front Lines*, ed. Richard Parker, Rosalind Petchesky e Robert Sember, E-book: Sexuality Policy Watch, 311-358.
- Gomes, Ana Cardoso Allen. 1987. «Factores sócio-culturais: os papéis sexuais». In *Sexologia em Portugal. A sexologia clínica*, coord. Francisco Allen Gomes, Afonso de Albuquerque e Júlio Silveira Nunes, Lisboa: Texto Editora, 64-71.
- Greene, Jennifer, Valerie Caracelli, e Wendy Graham. 1989. «Toward a conceptual framework for mixed-method evaluation designs». *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 11: 255-274.
- Guasch, Oscar, e Olga Vinales, eds. 2003a. *Sexualidades. Diversidad y Control Social*. Barcelona: Edicions Bellaterra.

- Guasch, Oscar, e Raquel Osborne. 2003b. «Avances en sociología de la sexualidade». In *Sociología de la Sexualidad*, coord. Raquel Osborne e Óscar Guasch, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1-24.
- Guba, Egon e Yvonna Lincoln. 1989. *Fourth Generation Evaluation*. Newbury Park: Sage Publications.
- Guerra, Isabel Carvalho. 2010. *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Cascais: Principia.
- Guimarães, Elina. 1962. «A Condição Jurídica da Mulher no Direito de Família Perante as Nações Unidas». *Revista dos Tribunais*, Separatas 1765 e 1766. Porto: Martins & Irmão.
- Hawkes, Gail. 2004. *Sex & Pleasure in Western Culture*. Cambridge: Polity.
- Heilborn, Maria Luiza, org. 1999. *Sexualidade: O Olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Herzog, Dagmar. 2005. «Sexual morality in 1960s west germany». *German History*, 23, n.º 3: 372-384.
- Herzog, Dagmar. 2006. «Sexuality in the postwar west». *The Journal of Modern History*, 78: 144-171.
- Hsieh, Hsiu-Fang, e Sarah Ahannon. 2005. «Three approaches to qualitative content analysis». *Qual Health Res*, 15: 1277-1287.
- Illouz, Eva. 2009. *El Consumo de la Utopía Romántica: El Amor y las Contradicciones Culturales del Capitalismo*. Madrid: Katz.
- Irvine, Janice. 2014. «Is sexuality research ‘dirty work’? Institutionalized stigma in the production of sexual knowledge». *Sexualities*, 17, n.º 5/6: 632-656.
- Jackson, Stevi, e Sue Scott. 2010. *Theorizing Sexuality*. Glasgow: Open University Press.
- Jaspard, Maryse. 1997. *La Sexualité en France*. Paris: Éditions la Découverte.
- Johansson, Thomas. 2007. *The Transformation of Sexuality: Gender and Identity in Contemporary Youth Culture*. Hampshire: Ashgate.
- Johnson, Burke, e Anthony Onwuegbuzie. 2004. «Mixed methods research: A research paradigma whose time has come». *Educational Researcher*, 33, n.º 7: 14-26.
- Johnson, Burke, Anthony Onwuegbuzie e Lisa Turner. 2007. «Toward a definition of mixed

- methods research». *Journal of Mixed Methods Research*, n.º 1: 112-133.
- Katz, Jonathan Ned. 2007. *The Invention of Hetero Sexuality*. Chicago: University of Chicago Press.
- Leech, Nancy, e Anthony Onwuegbuzie. 2009. «A typology of mixed methods research designs». *Qual Quant*, 43: 265-275.
- Lefévre, Henri. 1969. *A Vida Quotidiana no Mundo Moderno*. Lisboa: Editora Ulisseia.
- Lingard, Lorelei, Mathieu Albert, e Wendy Levinson. 2008. «Qualitative research, grounded theory, mixed methods, and action research». *BMJ*, 337: 459-461.
- Loyola, Maria Andréa. 1999. «A Sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas». In *Sexualidade: O Olhar das Ciências Sociais*, org. Maria Luiza Heilborn, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 31-36.
- Malacrida, Claudia, e Jacqueline Low, dir. 2008. *Sociology of the Body: a Reader*. New York: Oxford University Press.
- Marques, Nuno Miguel. 2011. «O duplo padrão sexual no masculino: uma perspectiva transgeracional portuguesa». Tese de mestrado em Sexualidade Humana, Lisboa, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.
- Martins, António Jorge. 2006. «Círculo do humanismo cristão». In *A Aventura da Moraes*, coord. Teresa Tamen, Lisboa: CNC, 45-54.
- Marwick, Arthur. 2005. «The cultural revolution of the long sixties: Voices of reaction, protest, and permeation». *The International History Review*, 27, n.º 4, 780-806.
- Marzano, Michela, e Claude Rozier. 2005. *Alice au Pays du Porno*. Paris: Ramsay.
- Matos, Helena. 2013. *Os Filhos do Zip Zip*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Matos, Luís Salgado. 2001. «A Igreja na revolução em Portugal (1974-1982)». In *O País em Revolução*, coord. J. M. Brandão de Brito, Lisboa: Editorial Notícias, 63-132.
- Mccombs, Maxwell. 2009. *A Teoria da Agenda: A Mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Moita, Gabriela. 2003. «Essências e diferenças: minorias sexuais ou sexualidades (im)possíveis». In *A Sexologia: Perspectiva Multidisciplinar II*, coord. Lígia Fonseca, Catarina Soares, Júlio Machado Vaz, Coimbra: Quarteto, 93-115.

- Mónica, Maria Filomena. 1978. *Educação e sociedade no Portugal de Salazar: a Escola Primária Salazarista 1926-1937*. Lisboa: Editorial Presença.
- Mónica, Maria Filomena. 1996. «A evolução dos costumes em Portugal 1960-1995». In *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, org. António Barreto, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 215-231.
- Monteiro, Rosa. 2012. «A descriminalização do aborto em Portugal: Estado, movimentos de mulheres e partidos políticos». *Análise Social*, XLVII, n.º 204: 586-605.
- Moraes, Eliane Robert. 2004. «Os perigos da literatura: erotismo, censura e transgressão». In *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*, org. Adriana Piscitelli, Maria Filomena Gregori e Sérgio Carrara, Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 225-234.
- Nazareth, Joaquim Manuel. 1978. «A dinâmica da população portuguesa no período 1930-70». *Análise Social*, XIV, n.º 56: 729-800.
- Neves, Helena, e Maria Calado. 2001. *O Estado Novo e as Mulheres: O Género como Investimento Ideológico e de Mobilização*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Nunes, Luís Herberto. 2014. «Imagens interditas? Limites e rupturas em representações explícitas do sexo no pós-25 de Abril». Tese de doutoramento em Belas-Artes, com especialização em pintura, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Okami, Paul. 2002. «Causes and consequences of a career in sex research». In *Handbook for Conducting Research on Human Sexuality*, edi. Michael W. Wiederman e Bernard E. Whitley, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 505-512.
- Onwuegbuzie, Anthony, e Nancy Leech. 2004. «Enhancing the interpretation of “significant” findings: The role of mixed methods research». *The Qualitative Report*, 9, n.º 4: 770-792.
- O que a censura cortou: Expresso*, 1ª e 2ª parte, Janeiro de 2013, 2.ª ed.
- Osborne, Raquel, e Óscar Guasch. 2003. *Sociología de la Sexualidad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Pacheco, José. 2000. *O Sexo Por Cá*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pais, José Machado, coord. 1998. *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado. 2011. «Mothers, whores and spells: Tradition and change in Portuguese sexuality». *Ethnography*, 12, n.º 4: 445-465.

- Pais, José Machado. 2013. «O cotidiano e a prática artesanal da pesquisa». *Revista Brasileira de Sociologia*, 1, n.º 1: 107-128.
- Pais, José Machado. 2014. «As tramas da criatividade na produção artesanal da sociologia». In *Imaterial e Construção de Saberes*, org. Leila Maria da Silva Blass, São Paulo: EDUC-FAPESP, 43-86.
- Palla, Maria Antónia, e Patrícia Reis. 2014. *Viver pela Liberdade*. Lisboa: Matéria-Prima Edições.
- Petchesky, Rosalind. 2000. «Sexual rights: Inventing a concept, mapping an international practice». In *Framing the Sexual Subject: The Politics of Gender, Sexuality and Power*, org. R. Parker, R. G. Barbosa e P. Aggleton, Berkeley: University of California Press, 81-103.
- Petchesky, Rosalind. 2004. «Sexual rights policies across countries and cultures: conceptual frameworks and minefields». In *SexPolitics: Reports From the Front Lines*, edi. Richard Parker, Rosalind Petchesky e Robert Sember, E-book: Sexuality Policy Watch, 9-26.
- Pintado, Valentim Xavier. 2012. «O “quinquénio dourado”». In *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, org. Rui Ramos e Manuel Braga da Cruz, Porto: Porto Editora, 345-353.
- Policarpo, Verónica. 2011a. «Indivíduo e sexualidade: a construção social da experiência sexual». Tese de doutoramento em Ciências Sociais, com especialização em Sociologia, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Policarpo, Verónica. 2011b. «Sexualidades em construção, entre o privado e o público». In *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias*, coord. Ana Nunes de Almeida, Lisboa: Círculo de Leitores, 48-79.
- Plummer, Ken. 1975. *Sexual Stigma*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Plummer, Ken. 1994. «“I can’t even think straight” - “Queer” theory and the missing sexual revolution in sociology». *Sociological Theory*, 12, n.º 2: 178-187. Acedido a 3 de Outubro de 2013, em: <http://kenplummer.com/publications/selected-writings-2/critical-sexualities/>
- Plummer, Ken. 1996. «Intimate citizenship and the culture of sexual story telling». In *Sexual Cultures. Communities, Values and Intimacy*, edi. Jeffrey Weeks e Janet Hollan, Londres: Macmillan Press, 34-52.

- Plummer, Ken. 2001. «The square of intimate citizenship: Some preliminary proposals». *Citizenship Studies*, 5, n.º 3: 237-253.
- Plummer, Ken. 2003a. *Intimate Citizenship: Private Decisions and Public Dialogues*. Seattle: University of Washington Press.
- Plummer, Ken. 2003b. «Queers, bodies and postmodern sexualities: a note on revisiting the “sexual” in symbolic interactionism». *Qualitative Sociology*, 26, n.º 4: 515-530.
- Plummer, Ken. 2003c. «La cuadratura de la ciudadanía íntima. Algunas propuestas preliminares». In *Sociología de la Sexualidad*, coord. Raquel Osborne e Óscar Guasch, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 25-50.
- Plummer, Ken. 2004. «Social worlds, social change and the rise of the new sexualities theories». In *Sexuality Repositioned: Diversity and the Law*, edi. Belinda Brooks-Gordon, Loraine Gelsthorpe, Martin Johnson e Andrew Bainham, Oxford: Hart Publishing, 39-63.
- Plummer, Ken. 2005. «Intimate citizenship in an unjust world». In *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, org. Mary Romero e Eric Margolis, Oxford: Blackwell Publishing, 75-99.
- Plummer, Ken. 2008. «Studying sexualities for a better world? Ten years of sexualities». *Sexualities*, 11: 7-22.
- Plummer, Ken. 2010. «Generational sexualities, subterranean traditions, and the hauntings of the sexual world: some preliminar remarks». *Symbolic Interaction*, 33, n.º 2: 163-190.
- Plummer, Ken. 2012. «Critical sexuality studies». *The Wiley-Blackwell Companion to Sociology*, 14: 243-269. Versão acedida a 3 de Outubro de 2013, em: <http://kenplummer.com/publications/selected-writings-2/critical-sexualities/>
- Priore, Mary Del. 2005. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.
- Quartilho, Manuel João. 2003. «Sexualidade e construcionismo social – A propósito dos *scripts* sexuais». In *A Sexologia: Perspectiva Multidisciplinar II*, coord. Lígia Fonseca, Catarina Soares e Júlio Machado Vaz, Coimbra: Quarteto, 117-153.
- Rahman, Momin, e Stevi Jackson. 2010. *Gender & Sexuality*. Cambridge: Polity Press.
- Ramos, Rui, e Manuel Braga da Cruz, org. 2012. *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*. Porto: Porto Editora.

- Ramos, Rui, Bernardo Sousa, e Nuno Monteiro, coord. 2012. *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Reich, Wilhelm. 1972. *O Combate Sexual da Juventude*. Porto: Textos Marginais.
- Reis, António. 2012. «A oposição democrática». In *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, org. Rui Ramos e Manuel Braga da Cruz, Porto: Porto Editora, 455-464.
- Reiss, Ira. 1964. «The scaling of premarital sexual permissiveness». *Journal of Marriage and the Family*, 26: 188-198.
- Reiss, Ira. 2006. *An Insider's View of Sexual Science since Kinsey*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers.
- Reynolds, Paul. 2010. «Disentangling privacy and intimacy: Intimate citizenship, private boundaries and public transgressions». *Human Affairs*, 20: 34-42.
- Resende, José, e Maria Manuel Vieira. 1992. «Subculturas juvenis: Os hippies e os yuppies». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 35: 131-147.
- Rodrigues, Urbano Tavares, coord. 1968. *A Condição da Mulher Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rodriguez, Alberto Pena. 2012. «Salazar, Franco y la censura: El control de la opinión pública en Portugal al servicio del fascismo». In *Communication and Social Life: Studies in Honor of Professor Esteban López-Escobar*, ed. Maxwell McCombs e Manuel Martin Algarra, Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, 505-519.
- Sale, Joanna, Lynne Lohfeld e Kevin Brazil. 2002. «Revisiting the quantitative-qualitative debate: Implications for mixed-methods research». *Quality & Quantity*, 36: 43-53.
- Salem, Tania. 1991. «O “individualismo libertário” no imaginário social dos anos 60». *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 1, n.º 2: 62-75.
- Schiltz, Marie-Ange, e Maryse Jaspard. 2003. «Amour et sexualité dans la conjugalité: évolution des interrogations des années cinquante à nos jours». In *Sexualité, Normes et Contrôle Social*, dir. Geneviève Paicheler et Maria Andréa Loyola, France: L'Harmattan, 69-100.
- Schwandt, Thomas A.. 2000. «Three epistemological stances for qualitative inquiry». In *Handbook of Qualitative Research*, edi. N. K. Denzin e Y. S. Lincoln, Thousand Oaks: Sage, 189-213.

- Scott, Jacqueline. 1998. «Changing attitudes to sexual morality: A cross-national comparison». *Sociology*, 32, n.º 4: 815-845.
- Seabra, Zita. «O Partido Comunista». In *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, org. Rui Ramos e Manuel Braga da Cruz. Porto: Porto Editora, 445-464.
- Seidman, Steve. 1991. *Romantic Longings: Love in America, 1830-1980*. New York: Routledge.
- Seidman, Steven. 2010 [2003]. *The Social Construction of Sexuality*. 2.^a ed. New York: W. W. Norton & Company.
- Shilling, Chris. 2008. *Changing Bodies. Habit, Crises and Creativity*. Los Angeles: Sage.
- Silva, Pedro Alcântara. 2009. «A saúde nos *mass media*: Representações da saúde, do sistema de saúde e das políticas públicas de saúde na imprensa escrita portuguesa (análise longitudinal de 1990 a 2004)». Tese de doutoramento em Ciências Sociais com especialização em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Stoer, Stephen. 1983. «A reforma de Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou “disfarce humanista”?». *Análise Social*, XIX n.º 77-78-79: 793-822.
- Tavares, Manuela. 2000. *Movimentos de Mulheres em Portugal: Décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tavares, Manuela. 2008. «Feminismos em Portugal (1947-2007)». Tese de doutoramento em Estudos sobre as Mulheres, com especialização em História das Mulheres e do Género, Lisboa, Universidade Aberta.
- Tisseron, Serge. 2003. «Le désir “d’extimité” mis à nu». *Le Divan Familial*, 2, n.º 11: 53-62.
- Torres, Anália. 1987. «Amores e desamores – para uma análise sociológica das relações afectivas». *Sociologia: Problemas e Práticas*, 3: 21-33.
- Ussher, Jane. 2009. «Sexual science and the law». In *Sex, Gender, and Sexuality*, org. Abby L. Ferber, Kimberly Holcomb e Tre Wentling, New York: Oxford University Press, 377-416.
- Vance, Carole. 1995. «A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico». *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 5, n.º 1: 7-31.
- Vala, Jorge. 1986. «A análise de conteúdo». In *Metodologia das Ciências Sociais*, org. Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto, Porto: Edições Afrontamento, 101-128.

- Vaz, Júlio Machado. 1987. «Formação em sexologia». In *Sexologia em Portugal: Sexualidade e Cultura*, coord. Francisco Allen Gomes, Afonso Albuquerque, e Júlio Silveira Nunes, Lisboa: Texto Editora, 180–190.
- Vaz, Júlio Machado. 2003. «Sexualidade e história». In *A Sexologia: Perspectiva Multidisciplinar II*, coord. Lígia Fonseca, Catarina Soares e Júlio Machado Vaz, Coimbra: Quarteto, 15-42.
- Ventura, Isabel. 2012. *As Primeiras Mulheres Repórteres: Portugal nos Anos 60 e 70*. Lisboa: Tinta da China.
- Vicente, Ana. 1987. *Mulheres em Discurso*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Vilar, Duarte. 1987. «Aprendizagem sexual e educação sexual». In *Sexologia em Portugal: Sexualidade e Cultura*, coord. Francisco Allen Gomes, Afonso Albuquerque, e Júlio Silveira Nunes, Lisboa: Texto Editora, 165-179.
- Vilar, Duarte. 2003. «Questões actuais sobre a educação sexual num contexto de mudança». In *A Sexologia: Perspectiva Multidisciplinar II*, coord. Lígia Fonseca, Catarina Soares e Júlio Machado Vaz. Coimbra: Quarteto, 155-183.
- Vilar, Duarte. 2009. «Contributos para a história das políticas de saúde sexual e reprodutiva em Portugal». In *Representações sobre o Aborto: Acção Colectiva e (I)legalidade num Contexto em Mudança*, org. Ana Cristina Santos, Madalena Duarte, Carlos Barradas e Magda Alves, Coimbra: e-cadernos CES, 7-28. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos4/e-cadernos4.pdf>, consultado a 17-08-2010.
- Vilela, Joana Stichini. 2012. *LX60, A Vida em Lisboa Nunca Mais Foi a Mesma*. Lisboa: Dom Quixote.
- Wall, Karin, org. 2005. *Famílias em Portugal: Percursos, Interações, Redes Sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin. 2011. «A intervenção do Estado: políticas públicas de família». In *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias*, coord. Ana Nunes de Almeida, Lisboa: Círculo de Leitores, 340-374.
- Weeks, Jeffrey. 1989. *Sex, Politics & Society: The Regulation of Sex Since 1800*. 2.^a ed. Londres: Longman.

- Weeks, Jeffrey. 1995. *Invented Moralities: Sexual Values in an Age of Uncertainty*. Cambridge: Polity Press.
- Weeks, Jeffrey, e Janet Holland, edi. 1996. *Sexual Cultures: Communities, Values and Intimacy*. Londres: Macmillan Press.
- Weeks, Jeffrey. 1998. «The sexual citizen». *Theory Culture Society*, 15, n.º 3-4: 35-42.
- Weeks, Jeffrey. 2007. *The World We Have Won: The Remaking of Erotic and Intimate Life*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Weis, David. 2002. «The need to integrate sexual theory and research». In *Handbook for Conducting Research on Human Sexuality*, dir. Michael Wiederman e Bernard Whitley, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 7-24.
- Wiederman, Michael, e Bernard Whitley, edi. 2002. *Handbook for Conducting Research on Human Sexuality*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Yin, Robert. 2006. «Mixed methods research: Are the methods genuinely integrated or merely parallel?». *Research In The Schools*, 13, n.º 1: 41-47.

OUTRAS FONTES IMPRESSAS

LEGISLAÇÃO

- Decreto nº 32171, de 29 de julho de 1942
- Decreto-Lei nº 44579, de 19 de setembro de 1962
- Decreto-Lei nº 254/76, de 7 de abril de 1976
- Decreto-Lei nº 187/75, de 4 de abril de 1975
- Postura nº 69 035 Policiamento de Logradouros Públicos e zonas Florestais, Câmara Municipal de Lisboa, 9 de janeiro de 1953
- Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS (CONSTITUTIVAS DO *CORPUS* DE ANÁLISE)

EXPRESSO

- nº 1 (6 de janeiro de 1973) – nº 52 (29 de dezembro de 1973)
- nº 53 (5 de janeiro de 1974) – nº 104 (28 de dezembro de 1974)
- nº 105 (4 de janeiro de 1975) – nº 164 (31 de dezembro de 1975)
- nº 165 (3 de janeiro de 1976) – nº 218 (30 de dezembro de 1976)
- nº 271 (7 de janeiro de 1978) - nº 322 (30 de dezembro de 1978)

MODAS & BORDADOS (suplemento d'O SÉCULO)

nº 2917 (3 de janeiro de 1968) – nº 2968 (25 de dezembro de 1968)
nº 3178 (3 de janeiro de 1973) – nº 3229 (26 de dezembro de 1973)
nº 3230 (2 de janeiro de 1974) – nº 3280 (25 de dezembro de 1974)
nº 3281 (1 de janeiro de 1975) – nº 3323 (22 de outubro de 1975)
nº 3325 (21 de janeiro de 1976) - nº 3374 (29 de dezembro de 1976)

CRÓNICA FEMININA

nº 580 (4 de janeiro de 1968) – nº 631 (26 de dezembro de 1968)
nº 841 (4 de janeiro de 1973) – nº 892 (27 de dezembro de 1973)
nº 893 (3 de janeiro de 1974) – nº 944 (26 de dezembro de 1974)
nº 945 (2 de janeiro de 1975) – nº 996 (25 de dezembro de 1975)
nº 997 (1 de janeiro de 1976) – nº 1049 (30 de dezembro de 1976)
nº 1102 (5 de janeiro de 1978) – nº 1153 (28 de dezembro de 1978)

DIÁRIO DE LISBOA

nº 16182 (7 de janeiro de 1968);	nº 16517 (13 de dezembro de 1968)
nº 16192 (17 de janeiro de 1968)	nº 16524 (19 de dezembro de 1968)
nº 16190 (15 de janeiro de 1968)	nº 16535 (31 de dezembro de 1968)
nº 16218 (12 de fevereiro de 1968)	nº 17986 (19 de janeiro de 1973)
nº 16230 (24 de fevereiro de 1968)	nº 17979 (12 de janeiro de 1973)
nº 16235 (1 de março de 1968)	nº 17993 (26 de janeiro de 1973)
nº 16341 (7 de março de 1968)	nº 18017 (19 de fevereiro de 1973)
nº 16262 (28 de março de 1968)	nº 18020 (22 de fevereiro de 1973)
nº 16270 (5 de abril de 1968)	nº 18027 (1 de março de 1973)
nº 16287 (22 de abril de 1968)	nº 18033 (8 de março de 1973)
nº 16292 (27 de abril de 1968)	nº 18055 (30 de março de 1973)
nº 16296 (2 de maio de 1968)	nº 18063 (7 de abril de 1973)
nº 16300 (6 de maio de 1968)	nº 18070 (14 de abril de 1973)
nº 16330 (5 de junho de 1968)	nº 18082 (26 de abril de 1973)
nº 16339 (15 de junho de 1968)	nº 18087 (2 de maio de 1973)
nº 16342 (18 de junho de 1968)	nº 18091 (6 de maio de 1973)
nº 16357 (3 de julho de 1968)	nº 18100 (15 de maio de 1973)
nº 16361 (7 de julho de 1968)	nº 18123 (7 de junho de 1973)
nº 16369 (15 de julho de 1968)	nº 18129 (14 de junho de 1973)
nº 16388 (3 de agosto de 1968)	nº 18137 (22 de junho de 1973)
nº 16394 (9 de agosto de 1968)	nº 18152 (7 de julho de 1973)
nº 16407 (22 de agosto de 1968)	nº 18184 (8 de agosto de 1973)
nº 16418 (2 de setembro de 1968)	nº 18198 (22 de agosto de 1973)
nº 16426 (10 de setembro de 1968)	nº 18226 (19 de setembro de 1973)
nº 16427 (11 de setembro de 1968)	nº 18228 (21 de setembro de 1973)
nº 16451 (6 de outubro de 1968)	nº 18229 (22 de setembro de 1973)
nº 16464 (19 de outubro de 1968)	nº 18238 (1 de outubro de 1973)
nº 16474 (29 de outubro de 1968)	nº 18250 (14 de outubro de 1973)
nº 16488 (12 de novembro de 1968)	nº 18259 (23 de outubro de 1973)
nº 16496 (20 de novembro de 1968)	nº 18378 (23 de fevereiro de 1974)
nº 16504 (28 de novembro de 1968)	nº 18388 (5 de março de 1974)

- nº 18400 (17 de março de 1974)
 nº 18412 (29 de março de 1974)
 nº 18418 (3 de abril de 1974)
 nº 18578 (4 de abril de 1974)
 nº 18434 (20 de abril de 1974)
 nº 18440 (26 de abril de 1974)
 nº 18461 (18 de maio de 1974)
 nº 18468 (25 de maio de 1974)
 nº 18469 (26 de maio de 1974)
 nº 18482 (11 de junho de 1974)
 nº 18483 (12 de junho de 1974)
 nº 18485 (14 de junho de 1974)
 nº 18514 (18 de julho de 1974)
 nº 18525 (31 de julho de 1974)
 nº 18526 (1 de agosto de 1974)
 nº 18530 (5 de agosto de 1974)
 nº 18529 (6 de agosto de 1974)
 nº 18550 (2 de setembro de 1974)
 nº 18558 (10 de setembro de 1974)
 nº 18569 (28 de setembro de 1974)
 nº 18577 (3 de outubro de 1974)
 nº 18582 (9 de outubro de 1974)
 nº 18610 (11 de novembro de 1974)
 nº 18611 (12 de novembro de 1974)
 nº 18617 (18 de novembro de 1974)
 nº 18637 (11 de dezembro de 1974)
 nº 18643 (18 de dezembro de 1974)
 nº 18644 (19 de dezembro de 1974)
 nº 18663 (13 de janeiro de 1975)
 nº 18667 (18 de janeiro de 1975)
 nº 18670 (22 de janeiro de 1975)
 nº 18680 (3 de fevereiro de 1975)
 nº 18686 (10 de fevereiro de 1975)
 nº 18706 (6 de março de 1975)
 nº 18710 (11 de março de 1975)
 nº 18717 (19 de março de 1975)
 nº 18730 (3 de abril de 1975)
 nº 18732 (5 de abril de 1975)
 nº 18748 (21 de abril de 1975)
 nº 18753 (2 de maio de 1975)
 nº 18763 (14 de maio de 1975)
 nº 18775 (28 de maio de 1975)
 nº 18756 (6 de junho de 1975)
 nº 18788 (13 de junho de 1975)
 nº 18796 (23 de junho de 1975)
 nº 18810 (9 de julho de 1975)
 nº 18814 (14 de julho de 1975)
 nº 18815 (15 de julho de 1975)
 nº 18834 (6 de agosto de 1975)
 nº 18839 (11 de agosto de 1975)
 nº 18852 (1 de setembro de 1975)
 nº 18873 (22 de setembro de 1975)
 nº 18875 (24 de setembro de 1975)
 nº 18880 (30 de setembro de 1975)
 nº 18887 (8 de outubro de 1975)
 nº 18889 (10 de outubro de 1975)
 nº 18917 (13 de outubro de 1975)
 nº 18918 (12 de novembro de 1975)
 nº 18924 (21 de novembro de 1975)
 nº 18928 (15 de dezembro de 1975)
 nº 18930 (17 de dezembro de 1975)
 nº 18932 (19 de dezembro de 1975)
 nº 18653 (2 de janeiro de 1976)
 nº 18657 (7 de janeiro de 1976)
 nº 18677 (30 de janeiro de 1976)
 nº 18978 (14 de fevereiro de 1976)
 nº 18990 (28 de fevereiro de 1976)
 nº 18997 (9 de março de 1976)
 nº 18990 (11 de março de 1976)
 nº 19011 (25 de março de 1976)
 nº 19019 (3 de abril de 1976)
 nº 19031 (19 de abril de 1976)
 nº 19040 (29 de abril de 1976)
 nº 19042 (29 de abril de 1976)
 nº 19050 (12 de maio de 1976)
 nº 19052 (14 de maio de 1976)
 nº 19069 (3 de junho de 1976)
 nº 19073 (8 de junho de 1976)
 nº 19076 (12 de junho de 1976)
 nº 19097 (8 de julho de 1976)
 nº 19102 (14 de julho de 1976)
 nº 19115 (29 de julho de 1976)
 nº 19119 (3 de agosto de 1976)
 nº 19132 (18 de agosto de 1976)
 nº 19135 (21 de agosto de 1976)
 nº 19154 (13 de setembro de 1976)
 nº 19164 (24 de setembro de 1976)
 nº 19166 (27 de setembro de 1976)
 nº 19171 (2 de outubro de 1976)
 nº 19179 (13 de outubro de 1976)
 nº 19194 (30 de outubro de 1976)
 nº 19195 (3 de novembro de 1976)
 nº 19205 (15 de novembro de 1976)
 nº 19206 (16 de novembro de 1976)
 nº 19226 (11 de dezembro de 1976)
 nº 19233 (20 de dezembro de 1976)
 nº 19238 (28 de dezembro de 1976)
 nº 19547 (4 de janeiro de 1978)
 nº 19557 (16 de janeiro de 1978)
 nº 19565 (25 de janeiro de 1978)

nº 19578 (9 de fevereiro de 1978)
nº 19592 (27 de fevereiro de 1978)
nº 19594 (1 de março de 1978)
nº 19599 (7 de março de 1978)
nº 19604 (13 de março de 1978)
nº 19621 (3 de abril de 1978)
nº 19626 (8 de abril de 1978)
nº 19636 (20 de abril de 1978)
nº 19648 (5 de maio de 1978)
nº 19665 (26 de maio de 1978)
nº 19667 (29 de maio de 1978)
nº 19673 (5 de junho de 1978)
nº 19678 (12 de junho de 1978)
nº 19691 (28 de junho de 1978)
nº 19705 (14 de julho de 1978)
nº 19713 (24 de julho de 1978)

nº 19714 (25 de julho de 1978)
nº 19725 (7 de agosto de 1978)
nº 19726 (8 de agosto de 1978)
nº 19734 (18 de agosto de 1978)
nº 19748 (4 de setembro de 1978)
nº 19759 (16 de setembro de 1978)
nº 19770 (29 de setembro de 1978)
nº 19772 (2 de outubro de 1978)
nº 19773 (3 de outubro de 1978)
nº 19787 (20 de outubro de 1978)
nº 19799 (4 de novembro de 1978)
nº 19808 (15 de novembro de 1978)
nº 19814 (22 de novembro de 1978)
nº 19827 (9 de dezembro de 1978)
nº 19839 (23 de dezembro de 1978)
nº 19841 (27 de dezembro de 1978)

ANEXOS

ANEXO I.

Publicações científicas dedicadas ao tema do corpo e da intimidade afetivo-sexual (vocação interdisciplinar ou exclusivamente sociológica):

- *AIDS and Behavior*;
- *AIDS Care*;
- *AIDS education and Prevention*;
- *American Journal of Sexuality Education*²³⁶;
- *Archives of Sexual Behavior*;
- *Body & Society*;
- *Canadian Journal of Human Sexuality*;
- *Culture, Health & Sexuality*;
- *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*;
- *International Journal of Sexuality and Gender Studies*²³⁷;
- *International Journal of Transgenderism*;
- *Journal of bisexuality*;
- *Journal of Gay, Lesbian, and Bisexual Identity*;
- *Journal of HIV/AIDS Prevention & Education for Adolescents and Children*;
- *Journal of Homosexuality*;
- *Journal of Homosexuality* (criado em 1974);
- *Journal of Lesbianism*;
- *Journal of Marriage and Family*;
- *Journal of Psychology and Human Sexuality*;
- *Journal of Sex and Marital Therapy*;
- *Journal of Sex Education and Therapy*;
- *Journal of Sex Research*;
- *Journal of Social and Personal Relationships*;
- *Journal of Social Work & Human Sexuality*;²³⁸

²³⁶ Foi criado em 1975 com o título *Journal of Sex Education and Therapy*, e alterado em 2005 para *American Journal of Sexuality Education* (publicação interdisciplinar).

²³⁷ Publicado entre janeiro de 1997 e outubro de 2002.

²³⁸ O primeiro volume desta publicação remonta a 1982. Passados dez anos cessou atividade.

- *Journal of the History of Sexuality*;
- *Personal Relationships*;
- *Sex & Marital Therapy*;
- *Sex Roles* (criado em 1975);
- *Sexual and Marital Therapy*;
- *Sexual Dysfunction*;
- *Sexualities: Studies in Culture and Society*;
- *Sexualities, Evolution and Gender*;
- *Sexuality & Culture*;
- *Sexuality Research and Social Policy*;
- *Signs: Journal of Women in Culture and Society* (criado em 1975);
- *Studies in Gender and Sexuality*;
- *The Journal of Sex Research*;
- *Women's Studies* (1972).

ANEXO II.

Filmes cujo título ou *slogan* remetem para o tema da intimidade afetiva e sexual, publicitados entre 1968 e 1978 no *Expresso*, *Diário de Lisboa*, *Modas & Bordados* e *Crónica Feminina*:

- *A Linguagem do Amor*, de Torgny Wickman. *Slogan*: “O mais ousado filme sueco sobre a educação sexual”;
- *Sofia e a Educação Sexual*, de Eduardo Geadá, com Io Apolloni, Luísa Nunes, Artur Semedo e Carlos Ferreiro;
- *Sou curiosa*, com Lena Nyman. *Slogan*: “A rapariga que queria saber tudo sobre sexo, política e felicidade!”;
- *Curandeiro de Alcova*, de Bruno Corbucci, com Carlo Giuffrè, Marilu Tolo, Tina Aumont. *Slogan*: “Não há mulheres frígidas... mas homens sexualmente ignorantes!”;
- *Kamasutra, A Arte de Amar Indiana*, de Kobi Jaeger, com Bruno Dietrich, Barbara Schoene, Persis Khambatta, Feyral Karim. *Slogan*: “Extraído do livro clássico do erotismo oriental”;
- *Obrigado... Avó! – A iniciação de um adolescente!...*, com Edwige Fenech e Enrico Simonetti;

- *A Vida Íntima de Dorian Gray*, com Helmut Berger, Richard Todd, Herbert Lom, e Margaret Lee. *Slogan*: “A juventude eterna é a suprema perversão”. Na imagem de fundo, uma cena de sexo em grupo pouco explícita;
- *Eva – a primeira pedra*, de Torgny Wickman, com Solveig Andersson. *Slogan*: “Um dos melhores filmes suecos do ano! A adolescência... e os que abusam dela!” ;
- *Iniciação Sexual de Casanova*, de Luigi Comencini, com Leonar Whiting. *Slogan*: “Como se iniciou a vida amorosa do maior libertino da história”;
- *Oh Calcutta!* “*Oh, quel cul que t’as!*”. *Slogan*: “Erótico! Revolucionário! Irreverente! Polémico! Finalmente em Portugal!”;
- *Um Filme Doce*, de Dusan Kakavejev. *Slogan*: “Uma dose de Marx, duas doses de sexo”. “Este filme contém cenas eventualmente chocantes”;
- *A fúria do desejo*, de Sergio Bazzini, com Andrea Ferreol. *Slogan*: “Um filme carregado de violência erótica que as mulheres gostam e os homens devem ver”;
- *A Primeira Vez*, de Claude Berri, com Alain Cohen, Zorica Lozic, Charles Denner e Daniele Schneider. *Slogan*: “A passagem do estado de virgem ao estado de iniciado chama-se A Primeira Vez, que tanto pode ser: Bem... / Assim, assim... / Mal... / Desastrosa... / Maravilhosa.../ Ou como se diz actualmente: Super, Genial, De loucura..., Bestial...”;
- *Delícias Francesas*, de Jean Claude Laureaux, com Françoise Brion, Elizabeth Graine, Corine O’Brian. *Slogan*: “Deliciosamente picantes, eróticas, tipicamente francesas...”;
- *Aquele Inverno em Veneza (Don’t look now)*, de Nicholas Roeg. *Slogan*: “O acto de amor... como jamais foi visto no écran”;
- *Ligações Perigosas*, de Roger Vadim, com Gerad Philippe, Jeanne Moreau, Annette Vadim e Jean-Louis Trintignant. *Slogan*: “Possuí-te com prazer... deixo-te sem remorso”;
- *Sopro no Coração*, de Louis Malle, com Léa Massari e Benoit Ferreux. O *slogan* diz: “Um filme que perturba pela recusa de tabus sociais e sexuais!”;
- *O Amor faz-me Fome*, de Edouard Molinaro, com Annie Girardot, Philippe Noiret e Murray Head. *Slogan*: “Acabava de amar e o apetite crescia-lhe... Porquê?”;
- *Uma Tese Escandalosa*, de Sergio Ammirata, com Pilar Velasquez. *Slogan*: “Quando a tese é o amor livre e a candidata uma ‘brasa’... que EXAME!!! A nova bomba do cinema italiano”;

- *O Canto do Rubi Vermelho*, de Annelise Meineche, com Ole Soltoft, Ghita Norby, Lotte Horne, Annie Brigit Garde, Elin Reimer. *Slogan*: “Quem disse que é preciso amar para fazer amor?”;
- *A Coleccionadora*, de Eric Rohmer. *Slogan*: “Uma crónica de amor livre!”;
- *Sem quaisquer preconceitos*, com Julian Negulesco, Marie Dubois, Paul Crauchet e Marie Helene Breillat. *Slogan*: “Primeiro, eram dois, sem quaisquer preconceitos, ... a seguir, eram três, sem quaisquer preconceitos, ... e depois, eram quatro, sem quaisquer preconceitos”;
- *Virilidade*, de Paolo Cavara, com Turi Ferro, Agostina Belli e Marc Porel. *Slogan*: “À italiana o sexo é sexo... mesmo para SEXAgenários. Virilidade é um caso sério e quando há dúvida... o drama que surge é hilariante!”;
- *Beladona*, de Eiichi Yamamoto, filme animado. *Slogan*: “Um espectáculo de erótica poesia! Mulher-flor maravilhosa desabrochando para o amor”.
- *A filha do milionário*, de Kelly Kaplan, com Sheila White e Michel Bouquet. *Slogan*: “Vem aí a rapariga da banana! O filme mais feminista do ano!”. A imagem do cartaz é a de uma rapariga vestida de uniforme, de pernas abertas, com barriga e pernas desnudas, empunhando uma banana como se fosse uma arma (escondendo o sexo).
- *Meninas Bem*, de Werner Kunz, com Renée Saint Cyr, e Noel Roquevert. *Slogan*: “A divertida ‘tragédia’ de um rapaz disfarçado de rapariga num luxuoso colégio feminino!”;
- *Com tanto amor... com qual amor?*, de Pasquale Festa Campanile. *Slogan*: “Às vezes o amor era demasiado.... quando partilhado por mais de dois!”;
- *Desculpe, você conhece o sexo?* de Vittorio de Sisti. *Slogan*: “Um filme de divulgação sexual! Um filme proibido pela censura!”. Na imagem do anúncio publicitário, uma mulher de biquíni, num ambiente tropical de praia, coloca a mão sobre o ombro de um jovem que contempla o horizonte sentado numa cadeira de descanso;
- *Amor entre Mulheres*, de Robert Van Acken. *Slogan*: “Um filme de amor a 3 que... evita a pornografia de uma forma simples e honesta, oferecendo uma visão crítica e isenta de pudor de um tema que facilmente poderia tornar-se especulativo”;
- *A Professora*, com Angel Tompkins. *Slogan*: “Nos países imperialistas há professoras capazes de corromper uma escola inteira”. “As suas melhores lições eram depois da aula!”.

ANEXO III.

Livros relacionados com o tema da intimidade afetiva e sexual, editados (ou reeditados) entre 1968 e 1978, e publicitados no *Expresso*, *Diário de Lisboa*, *Modas & Bordados e Crónica Feminina*:

- *Educação sexual*, de Nicoles Sentilles (Portugália editora);
- *A nudez de tua filha*, de Myron S. Kaufmann;
- *Quando quer o seu filho?*, do Dr. Gregson S. Howell M. D.;
- *A mãe e o despertar sexual do filho*, de Françoise Bénazet Marty;
- *Que é sexo, mamã*, de Jeannette Bouton (Europa-América);
- *Crise da Adolescência Feminina*, Marthe Riquier;
- *A Educação Sexual das Crianças*, de Anne Valinieff;
- *Educação Sexual e Conjugal*, de Laura Robinson e outros;
- *A Vida Sexual da Mulher*, de Dr. Pierre Vellay (Estampa);
- *A Nova Mulher e a Moral Sexual*, de Alexandra Kollontay;
- *Vida Sexual da mulher*, do Dr. Pierre Vellay (Editorial Estampa);
- *Guia sexual da mulher moderna*, de W. PENEROY (Europa-América);
- *Guia sexual da moça moderna*, do psicólogo Wardell B. Pomeroy (Europa-América, Biblioteca do Homem e da Mulher). No anúncio publicado na *Crónica Feminina* a 3.4.1975 (edição nº 958) consta: “O primeiro livro que revela às raparigas os segredos da sexualidade. Tudo sobre as relações sexuais pré-matrimoniais. Escrito por um especialista, o Dr. Wartell B. Pomeroy”;
- *Enciclopédia Ilustrada do Sexo*, de A. Willy, L. Vander, O. Fisher e outros;
- *Pequena Enciclopédia Sexual*, de Giuliano Ballarin (Plátano editora);
- *Pequeno dicionário de educação sexual*, de Jean Charles;
- *Dicionário de Sexologia*, de Hugo G. Beigel (Dom Quixote);
- *Os Grandes Mistérios da Sexualidade*, do Doutor Norman Haire (editorial Inova SARL);
- *Guia íntimo das relações sexuais* (Europa-América, Biblioteca do Homem e da Mulher). *Slogan*: “Um livro para quem já tem os conhecimentos básicos...”; “Você já leu manuais sobre sexo, mas nunca nenhum como este. Partindo do princípio de que o ‘fazer amor’ deve ser inventivo e livre, o texto e as ilustrações deste livro abordam muitos aspectos que outros livros rodeiam ou simplesmente ignoram”. Anúncio publicado na M&B (1975, 3319);

- *Os Prazeres do Sexo*, de Dr. Alex Comfort. “Um clássico para a sua biblioteca. Palavras do Autor: Este livro baseia-se, em princípio, no trabalho de um médico que exerce clínica, e de sua mulher... Espero que este livro venha a ser tão útil aos conselheiros profissionais, como aos casais, mas é o leitor vulgar, sexualmente activo – desejoso não só do prazer sexual como de o atingir responsabilmente – que mais deve beneficiar com ele”. No anúncio ao livro salientam-se três opiniões dos *media*: “Deve ser o melhor do seu género que já se publicou” (*New York Magazine*); “Deve ser um dos menos inibidos livros sobre sexo, já escritos” (sem autoria); “As ilustrações, abundantes, são francamente bonitas” (*Washington Post*);
- *Mais Prazeres do Sexo* (2º Volume), de Dr. Alex Comfort (Edições Sérgio Guimarães). No anúncio pode ler-se: “Escrito com humor, na linguagem equilibrada de uma autoridade no assunto, este *Mais Prazeres do Sexo* tem a superior qualidade científica, literária e estética de uma obra considerada já como um clássico. O *New York Times* considerou que em conjunto se trata dos livros mais largamente consultados dos anos setenta”. “Rigorosamente para maiores de 18 anos”;
- *Para Quem Faz Amor* (Europa-América). *Slogan*: “Se é este o seu caso, porque não lê o livro?”;
- *A nossa vida sexual*, de Fritz Kahn;
- *Kâma-Sûtra, O livro do Amor*, por Vatsyayana;
- *Para uma sociedade erótica*, de Bernhard Muldworf (Arcádia);
- *Doenças Venéreas e Liberdade Sexual*, R. S. Morton (Europa-América, Biblioteca do Homem e da Mulher). “Quer você viva numa grande cidade, quer numa pequena aldeia onde toda a gente se conhece, o perigo de ‘apanhar’ uma doença venérea é igual. Mas pode evitá-lo com facilidade. Quais as doença venéreas, como evitá-las e como tratá-las, eis o que este livro explica. Se para não ficar embaraçado, não quiser comprar este livro nas livrarias ou tabacarias, peça-o pelo correio ao editor”. Anúncio publicado na M&B (1975, 3321);
- *A Impotência Sexual*, de Dra. J. Dreyfus-Moreau (Europa-América);
- *101 Conselhos de Sexologia*, de Dr. C. Goldrach (Europa-América);
- *História do Meu Corpo*, (Editora Família 2000). *Slogan*: “Uma interessante série de 4 livros, versando anatomia, biologia e fisiologia do corpo humano, ilustrados e descritos segundo a mais avançada técnica pedagógica”. Indicado para “Pais, educadores, professores e crianças dos 4 aos 14 anos”.

ANEXO IV.

Livros em torno da intimidade afetiva e sexual, alvo de censura no Estado Novo

(Azevedo, 1999):

- *Fecundação e Esterilidade Voluntárias*, de Artur C. Andrade;
- *Seu Filho e os Problemas do Sexo*, de Luiz Andrade;
- *Harmonia e Desarmonia Conjugais*, de A. César Anjo;
- *A Virgindade ou a Comédia dos Sexos*, de Alda de Azevedo;
- *A Liberdade Sexual das Mulheres*, de Júlio R. Barcos;
- *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa;
- *A Questão Sexual*, de Jaime Brasil;
- *Procreação Voluntária*, de Jaime Brasil;
- *A União dos Sexos*, de Jaime Brasil;
- *Tortura do Sexo*, de Castro Carvalho;
- *Mulheres a Vossa Carne*, de Humberto Correia;
- *Antologia da Poesia Erótica e Satírica*, de Natália Correia;
- *O Infeliz Amor de Soror Mariana*, de Humberto Delgado;
- *Padres Incestuosos*, de Armando Dubarry;
- *Os Invertidos*, de Armando Dubarry;
- *Novelas Eróticas*, de Manuel Teixeira Gomes;
- *O Ministério do Amor*, de Carlos Loures;
- *Amor e Capitalismo*, de Cláudio de Araújo Lima;
- *A Orgia*, de José Más;
- *A Mulher só Pode Gerar Filhos uma Semana por Mês*, de P. Mendonça;
- *Vida Sexual*, de Egas Moniz;
- *A Prostituição é Desnecessária?* De Armando Pereira (e outros);
- *A Mulher que não Gostava de Homens*, Raimundo Esteves Pereira;
- *Histórias de Amor*, José Cardoso Pires;
- *O Casamento*, de Nelson Rodrigues;
- *Guia do Pândego*; de Carlos Silva;
- *O Tabu da Virgindade*, de Gastão Parreira da Silva;
- *Mulheres não Procrieis*, de José Teixeira Júnior;

- *Mil e Tantas Maneiras de Evitar o Casamento*, de Justo Xavier;
- Inúmeras obras de José Vilhena: *Julieta das Minhocas*; *Avelina*; *O Beijo*; *Branca de Neve e os 700 anões*; *História Universal da Pulhice humana – Pré-história*; *História Universal da Pulhice humana – O Egípto*; *Vingança do Filho da Mãe*; *Tenha Maneiras!*; *Oh! Sorte Malvada*; *Palitos*; *A Pílula*; *Os Infiéis Defuntos*; *Love Story à Portuguesa*; *Mademoiselle Fifi e outros Contos de Guy Maupassant*; *Marmelada*; *História Universal da Pulhice Humana – Os Judeus*; *Os Filhos da Mãe*; *Férias de Verão*; *O Filho da Mãe Volta a Atacar*; *Elogio da Nobreza*; *Dicionário Cómico*; *A Menina do Chapéuzinho Vermelho e o Lobo Relativamente Mau*; *As Misses*; *O Naufrágio*; *Coscuvilhices*; *Gente Bem*; *Grande Enciclopédia Vilhena*; *As Gatas Atacam ao Anoitecer*; *Humor Parisiense*; *Contos de Alphonse Allais*.

ANEXO V.

Livros relacionados com a intimidade afetiva e sexual, publicados pela Moraes entre os anos 1960 e 1970:

- *Moral Sexual e Dificuldades Contemporâneas I* (obra Colect.), 1959;
- *Moral Sexual e Dificuldades Contemporâneas II*, 1960;
- *Moral Sexual e dificuldades contemporâneas*, Joseph Folliet e Jacques Paliard, 1960;
- *Para uma Filosofia do Amor e da Pessoa*, Maurice Nédoncelle, 1961;
- *A União Conjugal*, Marc Oraison, 1962;
- *A Temperatura, Guia da Mulher*, Sacha Geller, 1963;
- *Amor e Sacramento*, A. D’Heilly, 1963;
- *Aprender a Amar*, Paul Chauchard, 1964;
- *Antropologia Sexual*, Abel Jeannière, 1965;
- *Casamento e Celibato no Serviço Pastoral da Igreja*, J. P. Audet, 1967;
- *Os Caracteres e a Felicidade Conjugal*, A. Legall e S. Simon, 1967;
- *O Mistério Humano da Sexualidade*, Marc Oraison, 1967;
- *O Erotismo*, de Georges Bataille, 1968;
- *A Pílula, Sim ou Não?*, Sacha Geller, 1968;
- *A Sexualidade Humana* (col.), 1968;
- *A Mulher de Hoje*, H. Harmsen, 1968;
- *Mai 68: Inventário de uma rebelião*, Edgar Morin et al., 1969;
- *A Educação Sexual dos Adultos*, Roger Géraud, 1970;

- *Donde vêm os Meninos*, Kurt Seelmann, 1970;
- *Sodoma, Ensaio sobre a Sexualidade*, Marcel Eck, 1970;
- *A Condição Masculina e a Emancipação da Mulher*, Catherine Valabrègue, 1971;
- *Educação Sexual da Criança*, André Berge, 1973;
- *A Cartilha do Marialva*, de José Cardoso Pires, 1973 (5ª edição).